

ÂNGELO MARCOS VIEIRA DE ARRUDA

**ARQUITETURA DOS EDIFÍCIOS DA ESCOLA
PÚBLICA NO BRASIL (1870-1930): CONSTRUINDO OS
ESPAÇOS PARA A EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Campo Grande-MS
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

Arruda, Angelo Marcos Vieira de

Arquitetura dos Edifícios da Escola Pública no Brasil (1870-1930): construindo os espaços para a educação. Arruda, Angelo Marcos Vieira de – Campo Grande / MS, 2010.

452 f. 30 cm

Orientadora: Eurize Caldas Pessanha

Tese (doutorando) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais / Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Arquitetura Escolar; 2. História da Educação Brasileira 3. Arquitetura no Brasil;
4. História da Arquitetura. 5 Educação e Arquitetura. I. Pessanha, Eurize Caldas. II Título.

ÂNGELO MARCOS VIEIRA DE ARRUDA

**ARQUITETURA DOS EDIFÍCIOS DA ESCOLA
PÚBLICA NO BRASIL (1870-1930): CONSTRUINDO OS
ESPAÇOS PARA A EDUCAÇÃO**

Tese apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Educação, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Eurize Caldas Pessanha.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Campo Grande-MS
2010**

COMISSÃO JULGADORA:

Prof^a. Dr.^a Eurize Caldas Pessanha

Prof^a. Dr.^a Ester Buffa

Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

Prof^a. Dr.^a Maria Adélia Menegazzo

Prof^a. Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família: Ana Elizabete Arruda (esposa), Moreno Barros Arruda e Lucas Barros Arruda (filhos), Severino José de Arruda (pai, *in memorian*), Arlene Vieira Silva (mãe) e aos irmãos Carlos Anselmo (*in memorian*), Amilton Arruda e Agnaldo Fernando, por compreenderem a importância da educação em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A Eurize Caldas Pessanha, a quem agradeço a compreensão de uma educadora orientar um arquiteto e urbanista.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEDU/UFMS, em particular a Antônio Carlos Osório do Nascimento, pelo apoio.

À Direção Superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, que possibilitou esta Pós-Graduação em Educação.

Aos colegas professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMS, ao Colegiado de Curso, ao coordenador de Curso e ao Chefe de Departamento, pelo apoio.

Aos acadêmicos de arquitetura e urbanismo da UFMS, pela compreensão no período em que me ausentei da sala de aula.

Aos meus pais, Severino José de Arruda (*in memorian*) e Arlene Vieira Silva, pela educação e formação.

A Aninha Arruda, pela paciência e pela compreensão nas noites e dias ausentes.

A minha querida Tia Sandra, pela orientação dos rumos ortográficos do trabalho.

Aos meus colegas de Doutorado, em especial a Regina Baruki, pelos bons momentos de convivência e pelo aprendizado em retornar aos bancos de uma sala de aula.

RESUMO

A pesquisa concentra-se em analisar a arquitetura e a educação, a partir das relações históricas entre a normatização na produção do edifício escolar público no Brasil e como ele passou a existir como produto de um processo histórico, especificamente a partir do surgimento das Escolas do Imperador, no ano de 1870 até os anos de 1930. A discussão que se impõe na pesquisa é de como o edifício escolar passou a existir como produto de uma norma educacional; como o edifício se transformou em objeto necessário e importante a contar do final do século XIX, se anteriormente sua presença era simplificada. Outra discussão da pesquisa é verificar como as relações que o edifício escolar produzido fora do Brasil, em especial na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, ajudaram no processo de instalação dele aqui na América. A pesquisa estuda o comportamento da forma arquitetônica e dos espaços construídos com a história da educação e as normas legais; os estilos arquitetônicos mais usados, os padrões construtivos; as tipologias encontradas; os diversos modelos de implantação do edifício na cidade; o edifício escolar e a sua movimentação no espaço geográfico brasileiro para entender como se dava a circulação de idéias e analisar os elementos de arquitetura existentes nos edifícios selecionados. O esquema de análise se dá no campo da arquitetura com o programa de necessidades, a situação física e urbanística, a composição arquitetônica, os elementos de arquitetura, o estilo e a multiplicação; no campo da educação, as normas e determinações legais, os tratados, o momento sócio-político, a estrutura e a organização administrativa educacional. Como o objeto de estudo é a escola pública, servimo-nos do conceito de Saviani. Escola pública para Saviani é aquela organizada e mantida pelo Estado. Portanto a análise se pauta pela ação do Poder Público, sua responsabilidade em garantir as condições materiais e pedagógicas das escolas que incluem a construção ou aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infra-estrutura necessária para seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas; a definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação e do sistema de ensino em seu conjunto. Por isso utilizei como fonte primária para estudar a difusão no país, os relatórios anuais dos Presidentes dos Estados, que implantaram e mantinham as escolas públicas no Brasil. Na perspectiva teórica usando o referencial da história com a proposta de delimitação do objeto e do período da pesquisa o plano de trabalho da pesquisa foi organizado e dividido em quatro partes. A primeira trata de demonstrar que o edifício escolar é produto de transformações, de uma circulação de informações, de teorias e de normatizações do campo da educação. A segunda parte analisa a arquitetura do edifício escolar que começou a ser construído no Brasil durante o Império e as sua relação com a história da educação em especial, as leis que iniciam o processo de normatização da instrução pública no Brasil e depois compreender como surgiram os edifícios dos grupos escolares na educação pública brasileira e quais as relações históricas das normas educacionais editadas com os prédios instalados. A terceira demonstra a difusão nacional dos padrões de arquitetura da escola pública no período da pesquisa (1870-1930). Usando como fonte primária para esse capítulo, os relatórios anuais encaminhados pelos Presidentes e Governadores dos estados da federação existentes na época, ao poder legislativo, de 1890 até 1930 e complementando com textos e artigos escritos e publicados por pesquisadores, pude

realizar essa tarefa de analisar como se manifestou a arquitetura dessa escola pública e como se deu a difusão de um modelo de escola. Por último, a quarta parte volta-se para a análise arquitetônica de seis edifícios selecionados que representam, tipologicamente, ao longo da periodização instituída no trabalho, conjuntos de elementos que confirmam a difusão de uma arquitetura e de um conjunto de normas, que configuram elementos de articulação entre diversos campos. Escolhi os seguintes prédios para essa análise: a) Escola Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, de 1870; b) Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, de 1890; c) Grupo Escolar Prudente de Moraes em São Paulo, de 1894; d) Grupo Escolar Xavier da Silva, em Curitiba, de 1903; e) Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal-RN de 1907 e por fim o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande-MT de 1923. Por fim concluo colocando em debate os resultados a que este trabalho chegou e ancorado em Viñao Frago e usando as ferramentas da teoria e da análise do objeto arquitetônico, como se deu a movimentação dos diversos elementos desses edifícios que produziram edifícios escolares em todas as capitais do país.

Palavras Chaves:

Arquitetura Escolar; Arquitetura no Brasil; História da Arquitetura; Educação e Arquitetura; História da Educação Brasileira.

ABSTRACT

The research aims to analyze architecture and education, based on the historical relationships between regulation in the production of public school buildings in Brazil and how such buildings began to be considered as a product of a historical process, specifically after the establishment of the Emperor Schools, from 1870 to the 1930s. The research discusses how the school building began to exist as a product of an educational rule, how the building was transformed into a necessary and important object from the end of the 19th century on, as its presence used to be simplified before that time. Another aspect is how the relations by the school building produced in other countries, especially in Europe and in the United States, in the 19th century, helped its installation process in America. The research includes the study of the behavior of the architectural form and of the spaces built with education history and the legal rules; the most commonly used architectural styles; the building standards; the typologies found; the several models of implementation of the building in urban spaces; the school building and its movement in the Brazilian geographic space, in order to understand how ideas circulated and to analyze the architectural elements in the buildings selected. The analysis in the architecture field includes the program of needs, the physical and urban situation, the architectural composition, the architectural elements, style and multiplication. The education field includes the legal rules and determinations, the treaties, the social-political moment, the educational administration structure and organization. As the study object is public schools, we based on Saviani, according to whom public schools are organized and supported by the State. Therefore the analysis refers to the Public Power action, its responsibility to guarantee the material and pedagogical conditions, such as building or purchasing specific buildings for schools; installing and maintaining the necessary infrastructure; instituting a board of agents, with emphasis to teachers, with the definition of the qualification demands, the admission criteria and the specification of roles; the definition of the pedagogical guidelines, the curricular components, the disciplinary rules, the assessment mechanisms and the teaching system. The primary sources were the annual reports presented by the State Presidents, who implemented and maintained the public schools in Brazil. According to the theoretical approach of the historical referential, the research object and period were delimited. The research work was thus organized and divided into four parts. The first part demonstrates that the school building is a product of transformations, the circulation of information, theories and regulations in the educational field. The second part analyzes the architecture of the school building that started to be built in Brazil during the Empire period and its relation with the history of education, especially the laws that initiated the public instruction regulation process in Brazil. It also aims to understand how the school buildings appeared in Brazilian public education and the historical relations between the educational regulations and the buildings installed. The third part demonstrates the national diffusion of the public school architecture standards in the research period (1870-1930). The primary sources for the chapter were the annual reports presented to the legislative power by the federation states Presidents and Governors, from 1890 to 1930, as well as texts and articles written and published by researchers. The last part brings the architectural analysis of the six buildings selected that represent, typologically, along the research period, sets of elements that confirm the diffusion of an architecture and a group of rules, elements of an articulation between several fields. The following buildings were chosen for the analysis: a) Gonçalves Dias School, in Rio de Janeiro,

1870; b) Caetano de Campos Teacher Training School, in São Paulo, 1890; c) Prudente de Moraes School in São Paulo, 1894; d) Xavier da Silva School, in Curitiba, 1903; e) Augusto Severo School, in Natal-RN, 1907, and f) Joaquim Murtinho School, in Campo Grande-MT, 1923. The conclusion debates the results of the research and, based on Viñao Frago, and by using the architectural object theory and analysis, presents the movement of the several elements of the buildings that produced school buildings in the capitals of the country.

Keywords:

School Architecture; History of Architecture; Education and architecture; Brazilian History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	29
Figura 2	30
Figura 3	30
Figura 4	39
Figura 5	40
Figura 6	43
Figura 7	44
Figura 8	44
Figura 9	45
Figura 10	45
Figura 11	46
Figura 12	47
Figura 13	48
Figura 14	50
Figura 15	50
Figura 16	50
Figura 17	51
Figura 18	51
Figura 19	52
Figura 20	52
Figura 21	53
Figura 22	53
Figura 23	54
Figura 24	55
Figura 25	55
Figura 26	55
Figura 27	56
Figura 28	56
Figura 29	58
Figura 30	58
Figura 31	59
Figura 32	60
Figura 33	60
Figura 34	61
Figura 35	61

Figura 36	61
Figura 37	62
Figura 38	62
Figura 39	63
Figura 40	63
Figura 41	63
Figura 42	64
Figura 43	65
Figura 44	66
Figura 45	76
Figura 46	76
Figura 47	80
Figura 48	80
Figura 49	83
Figura 50	83
Figura 51	85
Figura 52	85
Figura 53	87
Figura 54	88
Figura 55	88
Figura 56	97
Figura 57	98
Figura 58	98
Figura 59	99
Figura 60	100
Figura 61	101
Figura 62	102
Figura 63	103
Figura 64	104
Figura 65	105
Figura 66	106
Figura 67	108
Figura 68	108
Figura 69	108
Figura 70	109
Figura 71	109
Figura 72	110
Figura 73	110

Figura 74	111
Figura 75	111
Figura 76	111
Figura 77	112
Figura 78	112
Figura 79	115
Figura 80	119
Figura 81	121
Figura 82	146
Figura 83	146
Figura 84	147
Figura 85	147
Figura 86	148
Figura 87	148
Figura 88	149
Figura 89	149
Figura 90	149
Figura 91	150
Figura 92	150
Figura 93	151
Figura 94	155
Figura 95	156
Figura 96	157
Figura 97	157
Figura 98	158
Figura 99	158
Figura 100	159
Figura 101	159
Figura 102	159
Figura 103	159
Figura 104	159
Figura 105	160
Figura 106	160
Figura 107	161
Figura 108	161
Figura 109	161
Figura 110	164
Figura 111	165

Figura 112	166
Figura 113	167
Figura 114	167
Figura 115	167
Figura 116	168
Figura 117	170
Figura 118	170
Figura 119	170
Figura 120	171
Figura 121	171
Figura 122	171
Figura 123	171
Figura 124	171
Figura 125	171
Figura 126	171
Figura 127	171
Figura 128	172
Figura 129	173
Figura 130	173
Figura 131	173
Figura 132	174
Figura 133	174
Figura 134	174
Figura 135	175
Figura 136	176
Figura 137	176
Figura 138	177
Figura 139	177
Figura 140	178
Figura 141	180
Figura 142	181
Figura 143	182
Figura 144	182
Figura 145	183
Figura 146	184
Figura 147	186
Figura 148	186
Figura 149	187

Figura 150	187
Figura 151	188
Figura 152	188
Figura 153	189
Figura 154	189
Figura 155	189
Figura 156	189
Figura 157	190
Figura 158	190
Figura 159	190
Figura 160	191
Figura 161	193
Figura 162	193
Figura 163	193
Figura 164	193
Figura 165	195
Figura 166	195
Figura 167	196
Figura 168	196
Figura 169	196
Figura 170	197
Figura 171	197
Figura 172	197
Figura 173	198
Figura 174	199
Figura 175	199
Figura 176	203
Figura 177	205
Figura 178	205
Figura 179	205
Figura 180	206
Figura 181	206
Figura 182	207
Figura 183	208
Figura 184	209
Figura 185	210
Figura 186	210
Figura 187	212
Figura 188	212
Figura 189	213
Figura 190	213
Figura 191	213
Figura 192	215
Figura 193	216

Figura 194	217
Figura 195	218
Figura 196	219
Figura 197	219
Figura 198	219
Figura 199	220
Figura 200	220
Figura 201	222
Figura 202	223
Figura 203	224
Figura 204	224
Figura 205	225
Figura 206	225
Figura 207	226
Figura 208	226
Figura 209	227
Figura 210	227
Figura 211	227
Figura 212	229
Figura 213	229
Figura 214	230
Figura 215	232
Figura 216	233
Figura 217	235
Figura 218	235
Figura 219	236
Figura 220	236
Figura 221	238
Figura 222	238
Figura 223	238
Figura 224	238
Figura 225	240
Figura 226	240
Figura 227	241
Figura 228	241
Figura 229	241
Figura 230	242
Figura 231	242
Figura 232	242
Figura 233	243
Figura 234	243
Figura 235	244
Figura 236	244
Figura 237	246

Figura 238	246
Figura 239	246
Figura 240	247
Figura 241	248
Figura 242	249
Figura 243	250
Figura 244	250
Figura 245	251
Figura 246	251
Figura 247	252
Figura 248	254
Figura 249	254
Figura 250	255
Figura 251	255
Figura 252	256
Figura 253	256
Figura 254	256
Figura 255	257
Figura 256	257
Figura 257	258
Figura 258	258
Figura 259	258
Figura 260	260
Figura 261	260
Figura 262	260
Figura 263	261
Figura 264	262
Figura 265	262
Figura 266	263
Figura 267	264
Figura 268	265
Figura 269	266
Figura 270	266
Figura 271	267
Figura 272	267
Figura 273	267
Figura 274	267
Figura 275	268
Figura 276	268
Figura 277	268
Figura 278	269
Figura 279	270
Figura 280	270
Figura 281	272

Figura 282	272
Figura 283	273
Figura 284	275
Figura 285	275
Figura 286	275
Figura 287	276
Figura 288	276
Figura 289	276
Figura 290	276
Figura 291	276
Figura 292	276
Figura 293	276
Figura 294	277
Figura 295	277
Figura 296	277
Figura 297	277
Figura 298	277
Figura 299	278
Figura 300	280
Figura 301	280
Figura 302	280
Figura 303	281
Figura 304	282
Figura 305	283
Figura 306	283
Figura 307	284
Figura 308	285
Figura 309	286
Figura 310	286
Figura 311	286
Figura 312	287
Figura 313	287
Figura 314	287
Figura 315	289
Figura 316	289
Figura 317	290
Figura 318	290
Figura 319	292
Figura 320	292
Figura 321	293
Figura 322	293
Figura 323	294
Figura 324	295
Figura 325	297

Figura 326	297
Figura 327	298
Figura 328	298
Figura 329	298
Figura 330	299
Figura 331	299
Figura 332	300
Figura 333	301
Figura 334	301
Figura 335	301
Figura 336	301
Figura 337	302
Figura 338	302
Figura 339	302
Figura 340	302
Figura 341	302
Figura 342	303
Figura 343	303
Figura 344	303
Figura 345	304
Figura 346	305
Figura 347	306
Figura 348	306
Figura 349	307
Figura 350	309
Figura 351	309
Figura 352	309
Figura 353	311
Figura 354	311
Figura 355	311
Figura 356	311
Figura 357	311
Figura 358	311
Figura 359	312
Figura 360	312
Figura 361	312
Figura 362	313
Figura 363	313
Figura 364	314
Figura 365	314
Figura 366	314
Figura 367	315
Figura 368	315
Figura 369	315

Figura 370	315
Figura 371	316
Figura 372	316
Figura 373	317
Figura 374	317
Figura 375	317
Figura 376	318
Figura 377	319
Figura 378	319
Figura 379	319
Figura 380	320
Figura 381	320
Figura 382	320
Figura 383	321
Figura 384	321
Figura 385	321
Figura 386	321
Figura 387	321
Figura 388	321
Figura 389	321
Figura 390	321
Figura 391	323
Figura 392	323
Figura 393	323
Figura 394	324
Figura 395	324
Figura 396	326
Figura 397	327
Figura 398	330
Figura 399	331
Figura 400	331
Figura 401	331
Figura 402	331
Figura 403	331
Figura 404	331
Figura 405	331
Figura 406	332
Figura 407	332
Figura 408	333
Figura 409	333
Figura 410	340
Figura 411	341
Figura 412	341
Figura 413	342
Figura 414	343

Figura 415	344
Figura 416	344
Figura 417	346
Figura 418	348
Figura 419	350
Figura 420	350
Figura 421	351
Figura 422	351
Figura 423	352
Figura 424	352
Figura 425	353
Figura 426	354
Figura 427	354
Figura 428	354
Figura 429	356
Figura 430	356
Figura 431	356
Figura 432	357
Figura 433	357
Figura 434	358
Figura 435	358
Figura 436	359
Figura 437	359
Figura 438	359
Figura 439	360
Figura 440	360
Figura 441	361
Figura 442	361
Figura 443	362
Figura 444	362
Figura 445	364
Figura 446	365
Figura 447	366
Figura 448	366
Figura 449	367
Figura 450	369
Figura 451	369
Figura 452	369
Figura 453	370
Figura 454	370
Figura 455	371
Figura 456	371
Figura 457	371

Figura 458	372
Figura 459	373
Figura 460	374
Figura 461	374
Figura 462	375
Figura 463	376
Figura 464	376
Figura 465	377
Figura 466	377
Figura 467	377
Figura 468	378
Figura 469	378
Figura 470	379
Figura 471	379
Figura 472	379
Figura 473	381
Figura 474	382
Figura 475	382
Figura 476	383
Figura 477	383
Figura 478	384
Figura 479	385
Figura 480	385
Figura 481	385
Figura 482	385
Figura 483	387
Figura 484	388
Figura 485	388
Figura 486	388
Figura 487	389
Figura 488	389
Figura 489	390
Figura 490	391
Figura 491	391
Figura 492	392
Figura 493	393
Figura 494	397
Figura 495	397
Figura 496	398
Figura 497	398
Figura 498	399
Figura 499	399

Figura 500	400
Figura 501	400
Figura 502	400
Figura 503	400
Figura 504	401
Figura 505	401
Figura 506	402
Figura 507	402
Figura 508	402
Figura 509	403

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – ESCOLAS E INSTRUÇÃO NO BRASIL – PROVÍNCIAS E REDE ESCOLAR – 1840	86
Tabela 2 – ESCOLAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS NO BRASIL – PROVÍNCIAS E REDE ESCOLAR – 1875	89
Tabela 3 – ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL – PROVÍNCIAS E REDE ESCOLAR -1888	90
Tabela 4 – ESCOLAS DE INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NO BRASIL – PROVÍNCIAS E REDE ESCOLAR – 1888	92
Tabela 5 – MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DE ALUNOS DOS GRUPOS ESCOLARES em 1905	175
Tabela 6 – ESCOLAS PÚBLICAS EM MATO GROSSO – 1924	194

SUMÁRIO

Introdução	18
A origem e a trajetória da pesquisa	18
As fontes da pesquisa na história da educação e na história da arquitetura brasileira	20
O problema da periodização e da delimitação para a pesquisa	24
Dos fundamentos teóricos e metodológicos	27
A estruturação da pesquisa	32
Capítulo I O edifício escolar e suas relações históricas: idéias em circulação	35
1.1 A escola e a arquitetura escolar	36
1.2 Construindo os espaços para a educação	41
1.3 As influências da arquitetura jesuíta	65
Capítulo II Edifícios escolares no Brasil(1870-1930): as normas educacionais e a arquitetura	69
2.1 A arquitetura dos edifícios escolares públicos no Império	71
2.1.1 Um novo momento	74
2.1.2 O período de 1840 a 1888	85
2.1.3 A arquitetura das Escolas do Imperador	95
2.2 A construção das normas educacionais e a arquitetura dos edifícios públicos escolares na República Velha	107
2.2.1 As escolas normais e os grupos escolares na história da educação e da arquitetura brasileiras	114
2.2.2 As Escolas Normais e os Liceus – arquitetura da escola pública secundária e profissional	118
2.2.3 Os grupos escolares	121
2.2.4 A arquitetura dos grupo escolares e das escolas normais	124
Capítulo III A produção brasileira de uma arquitetura para os edifícios escolares	152
3.1 Região Norte	154
3.1.1 Estado do Amazonas	154
3.1.2 Estado do Pará	169
3.2 Região Centro-Oeste	179
3.2.1 Estado de Goiás	179
3.2.2 Estado do Mato Grosso	183

3.3 Região Nordeste	198
3.3.1 Estado de Alagoas	198
3.3.2 Estado do Maranhão	204
3.3.3 Estado de Sergip	208
3.3.4 Estado da Bahia	216
3.3.5 Estado do Ceará	228
3.3.6 Estado da Paraíba	234
3.3.7 Estado de Pernambuco	245
3.3.8 Estado do Piauí	253
3.3.9 Estado do Rio Grande do Norte	258
3.4 Região Sul	265
3.4.1 Estado do Paraná	265
3.4.2 Estado de Santa Catarina	270
3.4.3 Estado do Rio Grande do Sul	283
3.5 Região Sudeste	290
3.5.1 Estado do Espírito Santo.....	290
3.5.2 Estado de Minas Gerais	296
3.5.3 Estado de São Paulo	308
3.5.4 Estado do Rio de Janeiro	322
3.5.5 O município neutro do Rio de Janeiro	328
Capítulo VI Seis significativos edifícios escolares públicos e suas relações históricas e arquitetônicas	334
4.1 A escolha dos edifícios para análise	335
4.2 As escolas analisadas	339
4.2.1 Escola Gonçalves Dias – RJ	339
4.2.2 Escola Normal Caetano de Campos – SP	346
4.2.3 Grupo Escolar Prudente de Moraes-antiga Escola Modelo da Luz – SP	361
4.2.4 Grupo Escolar Xavier da Silva – PR	368
4.2.5 Grupo Escolar Augusto Severo- RN	379
4.2.6 Grupo Escolar Joaquim Murtinho – MT	386
À guisa de conclusão	394
REFERÊNCIAS	403

INTRODUÇÃO

A origem e a trajetória da pesquisa

No ano de 1993, eu lecionava a disciplina Projeto de Arquitetura III, no Curso de Arquitetura e Urbanismo do antigo Centro de Ensino Superior Prof. Plínio Mendes do Santos – CESUP (atual Universidade para o Desenvolvimento do Estado-Uniderp), em Campo Grande-MS, quando tive a necessidade de investigar a arquitetura de Campo Grande para continuar os estudos realizados. Foi naquele momento, com mais dois colegas arquitetos e professores – Gogliardo Maragno e Mário Sérgio Sobral, que tomamos a decisão de iniciarmos uma pesquisa.

Com o título *Arquitetura em Campo Grande: à busca de uma identidade*, a pesquisa foi financiada pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECT e se converteu em um livro, lançado em 1999, em Campo Grande, uma análise da arquitetura de 100 edifícios mais importantes da cidade, construídos entre os anos de 1872 e 1992.

Um deles foi o Colégio Estadual Campo-Grandense, atual Escola Estadual Maria Constança Barros Machado – projetado em 1954, pelo arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho, a primeira obra de arquitetura moderna edificada em Campo Grande. O edifício escolar trouxe para Campo Grande a marca do pioneirismo do movimento moderno na arquitetura, como manifestação arquitetônica do eixo Rio - São Paulo, e se mantém, até os dias atuais, tendo convivido com as mais diversas manifestações arquitetônicas. Este edifício aproximou-me da pesquisa na educação.

Ante o convite de Eurize Caldas Pessanha para atuar como pesquisador da pesquisa “Tempo de Cidade, Lugar de Escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização de cidades brasileiras (1880-1970)”¹ compreendi que havia espaços para iniciar estudos acerca da arquitetura escolar em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul e até no Brasil.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq, que inclui o Colégio Estadual Maria Constança de Barros Machado e outra pesquisa financiada pelo FUNDECT de Mato Grosso do Sul, com o nome “Observatório de Cultura Escolar 3: um estudo sobre a cultura escolar de uma instituição exemplar constituída no processo de urbanização e modernização de cidades brasileiras (1880-1970) com enfoque especial no citado Colégio, coordenadas pela professora Eurize Caldas Pessanha.

Inicialmente, apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, o projeto de pesquisa *A Arquitetura Escolar e o Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado*, com o objetivo de analisar a arquitetura e os espaços dos edifícios educacionais em Campo Grande, no decorrer do início do século XX até o final dos anos 1950, considerando a relação entre a produção e a cultura escolar, com ênfase no Colégio Estadual.

Decorridos mais de um ano, da apresentação da idéia inicial, a pesquisa e o olhar no processo foram ampliados. Por orientação da Linha de Pesquisa do Programa ao qual este trabalho se vincula – Escola, Cultura e Disciplinas Escolares, a investigação poderia ser ampliada e investigar o edifício na escala nacional, ou seja, o objeto continuaria sendo o edifício escolar, mas a abrangência que se firmava no Colégio estadual, agora deveria ser brasileira.

Com a aprovação de mudança do enfoque e do espaço temporal, a pesquisa foi ampliada e apresentada na etapa da qualificação como: *A História da Arquitetura do Edifício Escolar no Brasil* e tinha como objetivo geral analisar a história da produção da arquitetura do edifício escolar e os principais edifícios educacionais no Brasil e no território de Mato Grosso do Sul, do século XVI até o século XX, considerada a relação entre a produção do edifício escolar e a história da educação.

Por orientação da banca de qualificação, a pesquisa passou a focar três pontos: objeto, tempo definido e o problema da investigação, e com essa organização final ela ganha os contornos até chegar ao Tema Final de “*Arquitetura dos Edifícios da Escola Pública no Brasil (1870-1930): Construindo os Espaços para a Educação*”. Foram também definidos que a investigação da pesquisa dar-se-ia nos diálogos entre os dois campos – arquitetura e educação, e, com isso, buscar-se-iam as relações históricas entre a arquitetura e a normatização na produção do edifício escolar no Brasil entre 1870 e 1930, período importante para a educação e para a arquitetura brasileira, na passagem do regime imperial para o regime republicano e todo o período da primeira república com os primeiros edifícios escolares brasileiros.

Segundo Segawa (1997), esse é o período de grande transição da arquitetura colonial brasileira, do barroco mineiro e paulista para a fase da europeização da arquitetura, com a chegada da Missão Francesa e depois dos novos elementos dos estilos Art Nouveau e do Ecletismo. Ao mesmo tempo, na educação, germinavam as primeiras normas educacionais do Império, já sob o comando do imperador D. Pedro I e com ele surgem os primeiros edifícios escolares.

Diante disso o que questionar? O que investigar? Que resposta a educação encontra na arquitetura?

Coube à pesquisa estudar, fundamentalmente, o comportamento da forma arquitetônica e dos espaços construídos com a história da educação e as normas legais; os estilos arquitetônicos mais usados, os padrões construtivos; as tipologias encontradas; os diversos modelos de implantação do edifício na cidade; o edifício escolar e a sua movimentação no espaço geográfico brasileiro para entender como se dava a circulação de ideias e analisar os elementos de arquitetura existentes nos edifícios selecionados.

Durante os anos 1870 e 1930, os edifícios escolares foram sendo edificados em espaços urbanos e rurais, centrais ou periféricos, e serviam, majoritariamente, uma classe social de poder aquisitivo maior, embora famílias de menor renda, em alguns casos, também tinham acesso. A arquitetura empregava elementos construtivos voltados para o caráter do edifício-monumento, a maioria numa excelente localização na cidade com visibilidade preferencial, em sua grande maioria, edifícios de enorme importância sócio-cultural. Ao longo do período eles foram se multiplicando e foram implantados em todos os estados do país.

Ainda assim, o questionamento continuava: a arquitetura do edifício era determinante nesse processo? As leis e normas da educação eram observadas no estudo da arquitetura dos edifícios? Qual a relação entre os dois campos?

Usando algumas chaves de análise, pude penetrar no problema. No campo da arquitetura, usei o programa de necessidades, a situação física e urbanística, a composição arquitetônica, os elementos de arquitetura e o estilo e a multiplicação; no campo da educação, as normas e determinações legais, os tratados, o momento sócio-político, a estrutura e a organização administrativa educacional.

As fontes da pesquisa na história da educação e na história da arquitetura brasileira.

Para iniciar a pesquisa e a discussão de como a arquitetura escolar foi tratada como produção escrita no campo da história da educação e na teoria e história da arquitetura brasileira, é necessário frisar que o tema é um campo ainda em construção e, portanto, com pouca produção científica.

Arquitetos e historiadores já escreveram e pesquisaram acerca da arquitetura brasileira, sua história e produção ou mesmo gravaram importantes depoimentos, que

depois foram convertidos em referências por estudiosos nacionais e internacionais, dentre esses autores, Carlos A. C. Lemos, com “Arquitetura Brasileira”; Lúcio Costa com “Arquitetura” e “Sobre Arquitetura”; Nestor Goulart Reis Filho em “Quadro da Arquitetura no Brasil”; Yves Bruand com a obra “Arquitetura Contemporânea no Brasil”; Hugo Segawa com “Arquiteturas no Brasil 1900-1990”; os “Depoimentos de Uma Geração”.

A partir de uma constatação de difusão e circulação de informação, debruçei-me sobre alguns trabalhos, visando responder às perguntas: como a arquitetura escolar comportou-se ao deparar-se com as razões da educação e as mudanças ocorridas no Brasil nesse período? Ou ainda como o edifício escolar transformou-se em razão das normas educacionais impostas? Como algumas cidades brasileiras transformaram-se urbanisticamente, e qual foi o papel do edifício escolar nessa transformação?

Para tanto, analisei os trabalhos de pesquisa de Serafim Leite, “História da Companhia de Jesus no Brasil”; “Espaço e Estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil” de Beatriz Santos de Oliveira; “Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”, texto de Lúcio Costa publicado na Revista do Patrimônio n.26, além de “Arquitectura Y Urbanismo em Iberoamérica” de Ramón Gutierrez, “Evolução Urbana do Brasil” de Nestor Goulart Reis Filho e “Formação das Cidades no Brasil Colonial” de Paulo Santos, para verificar a produção de um período rico de nossa arquitetura e de alguns exemplares de edifícios educacionais nesse período colonial, dos séculos XVI a XVIII.

A história da arquitetura do edifício escolar público brasileiro, poderia ter começado em 1835 com o Colégio Pedro II, o primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, mas foi instalado em um edifício já existente, apenas reformado para funcionamento, sendo assim, não se configura como pioneiro de um processo arquitetônico e sim educacional.

A historiografia vem apontando que foram as Escolas do Imperador, a partir de 1870, estabelecidas em prédios próprios, para a instrução primária no Município da Corte, os primeiros edifícios públicos erguidos especificamente com tal finalidade. Esses edifícios, construídos em importantes locais da cidade, foram descritos em publicação do Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro (CREP, 2005).

Entretanto a pesquisa indica que a arquitetura da escola pública brasileira manifestou-se um pouco antes, nos anos 1840 em diante, num período de muita

efervescência de construção dos liceus, dos ginásios e das escolas normais sendo tratado como uma nova relação entre o edifício e a norma escolar. Apesar disso, os edifícios escolares não serviam à educação primária e sim à educação secundária e profissional e, portanto, foram erguidos apenas nas capitais dos Estados.

A primeira categoria de edifícios escolares públicos construídos em larga escala foi a dos grupos escolares, embora a arquitetura dos edifícios das escolas normais tenha surgido um pouco antes de 1893, marco do processo de disseminação dos grupos escolares iniciado pelo Estado de São Paulo, a partir do Decreto n. 248/1894.

O grupo escolar é um edifício estudado por diversos autores, tanto na arquitetura como na educação. Na educação os trabalhos de Rosa Fátima Souza, *Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*; Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto em *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1983-1971)*; Diana Gonçalves Vidal, organizando *Grupos Escolares: Cultura Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)* e Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, em *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba* e Irlen Antônio Gonçalves, em *Cultura Escolar: práticas e produção de grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*, principalmente.

Já para os estudos da arquitetura dos grupos escolares ou das escolas normais, o trabalho da Fundação de Desenvolvimento da Educação de São Paulo, de Maria Elizabeth Peirão Correa, Mirela Geiger de Mello e Helia Maria Vendramini Neves, em *Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920* de 1991 ou a publicação de Avany de Francisco Ferreira, Maria Elizabeth Peirão Correa e Mirela Geiger de Mello, *Arquitetura escolar paulista: restauro* de 1998 e o de Elizabete Amorim de Castro, *Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX* de 2008 e o livro do arquiteto Mauro Álvaro de Souza Camargo, *Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Ruraes, de 1920*, são obras fundamentais que apresentam plantas, fotos, desenhos e croquis e denominação dos edifícios com escala temporal de construção.

Na temática educação e arquitetura, numa análise conjunta, há poucas fontes disponíveis. Destaco o trabalho de pesquisa de Marcus Levy Albino Bencostta, que organizou dois trabalhos que articulam a arquitetura escolar e as instituições escolares. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar* é um livro que reúne contribuições de autores nacionais e internacionais, como Antônio Viñao Frago e Marc Le Coeur, algumas oriundas de teses e dissertações, que organizam uma análise

sobre o espaço escolar e a sua produção histórica; já *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas*, apresenta uma série de artigos onde destacamos a parte II, que trata da Arquitetura, Espaço Escolar e Cultura Material, com ênfases comparativas de pesquisas em Montreal e em São Paulo.

Outra articulação encontrei em Antônio Viñao Frago e Augustín Escolano, que escreveram *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*, em 1995, mas que somente chegou ao Brasil em 2001, com a idéia de espaço escolar e da escola como lugar e da arquitetura como programa da educação surgiu na discussão teórica da educação. Os autores são professores e pesquisadores da educação e da filosofia e, por isso mesmo, o diálogo foi de extrema importância na arquitetura, a partir da compreensão dos dois autores sobre como a disposição dos edifícios na cidade e dos espaços nos prédios podia contribuir com a educação.

Entretanto, perguntas ainda precisavam ser respondidas. Qual era o padrão arquitetônico e tipológico do edifício educacional no Brasil? A sua tipologia obedecia a um padrão europeu, por exemplo? Ou originário da arquitetura dos jesuítas? Ou dos dois?

Para a discussão e análise busquei esclarecimentos estudando os tratados de teoria da arquitetura e projeto de edifícios escolares. Os tratados em forma de manual, do arquiteto francês do século XVIII, Jean Nicolas L. Durand, em *Lezioni de Architettura, de 1817*, esclarecem o surgimento de diversos manuais de arquitetura escolar que foram sendo publicados na Europa e nos Estados Unidos, especialmente de Georges Tubeuf, *Traité D'architecture* Parte 7, de 1858 ou de Henry Barnard de 1855, *School Architecture: contributions the improvement of scholl-houses*. Há ainda os trabalhos de Anne Marie Châtelet, que publicou *La naissance del'architecture scolaire. Lês écoles élémentaires parisiennes de 1870-1914*; de Francisco Burgos Ruiz, *La Arquitectura del aula: nuevas escuelas madrileñas, 1868-1968*; e o catálogo português *Muitas Anos de Escolas –edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*, da Direcção Geral de Administração Escolar do Ministério de Educação de Portugal, enormes contribuições para a pesquisa da arquitetura escolar europeia e sobre como se deram os debates no Brasil, no início do período republicano.

Outra importante referência é *Produção da Escola Produção da Sociedade* de André Petitat, uma análise histórica da evolução escolar no Ocidente. Em *Arqueologia de la Escuela*, de Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria, pude estudar o processo de formação do edifício escolar brasileiro, relacionando a questão da

arquitetura e a questão ideológica e as suas determinações materiais presentes no contexto internacional e nacional, principalmente no período dos séculos XIX e início do XX.

Entretanto senti necessidade de buscar uma fonte primária para a pesquisa, que fornecesse dados da produção dos edifícios escolares pelos estados do Brasil. Encontrei nos Relatórios dos Presidentes de Estado e depois Governadores, encaminhados à Assembléia Legislativa, de 1889 a 1930 material copiado dos originais da Biblioteca Nacional do Brasil disponível para consulta no site do Centro de Bibliotecas de Pesquisa de Chicago.

Foi nessa fonte que encontrei dados para quase todos os estados analisados- Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe, que permitiram identificar a movimentação das normas escolares, do processo de instrução pública e os reflexos delas na construção de edifícios e nas providências tomadas pelo governante.

O problema da periodização e da delimitação para a pesquisa

Existem algumas datas importantes para a compreensão da história do nosso país, pois quando se estuda a história da educação brasileira uma periodização se faz necessária para compreender os processos, as leis, as decisões e as ações no campo que possam fazer mediações para a sua compreensão.

Diversos autores que tratam da periodização² da história da educação adotam a utilização das categorias “século” e “processo econômico-produtivo”, aliando as datas com contribuições da historiografia educacional, no que tange a processos, normas, leis e demais regulamentos.

Entre tantas publicações sobre a História do Brasil, Linhares (1990, org) organizou a pesquisa e a exploração temática a partir das escolhas mais determinantes da história – o Brasil Colônia, o Colonialismo, a Independência, o

² Uma periodização é sempre muito adotada em diversos artigos em história da educação no Brasil: a) Período Jesuítico 1549-1759; b) Período Pombalino 1760 – 1807; c) Período Joanino 1808 – 1821; d) Período Imperial 1822 – 1888; e) Período da Primeira República 1889 – 1929; f) Período da Segunda República 1930 – 1936; g) Período do Estado Novo 1937 – 1945; h) Período da Nova República 1946 – 1963; i) Período do Regime Militar 1964 – 1985; j) Período da Abertura Política 1986 – 2003 em diante.

Império, a República, o Estado Novo etc., e, na maioria das vezes, ano e mês do acontecimento que determinou a transformação e criou nova referência de análise.

Veiga (2007) é uma das que escrevem sobre a história da educação e constrói uma análise que funde a circulação do conhecimento e as práticas no Brasil colonial (séculos VXI a XVIII); a educação pública nos meados do século XVIII a XIX; a sociedade do trabalho e a nova escola, no final do século XIX e início do XX e a república e a educação no Brasil, em período datado de 1889 a 1971, coincidindo esse final com a mudança da LDB, aliando as passagens com o tempo medido.

Xavier (1994) e Ribeiro (1981), ao escreverem acerca da história da educação brasileira, utilizam as categorias econômicas aliadas a períodos, definindo um roteiro de análise pouco vinculado à produção da educação em si. Ao se reportarem aos períodos³, destacando a relação entre o econômico, o político e o social, essas duas publicações analisam a história da educação brasileira como uma síntese resultante dos processos encarando as mudanças ocorridas no tecido social e político em função das manifestações econômicas e dessas, rebatidas para a educação e sua política.

Em diversos artigos escritos ao longo do século XXI, Saviani discute a categoria “século” e a importância de uma periodicização para escrever a história da educação brasileira. No caso do uso da categoria “século”, ele lança mão de expressões “longo século” ou “breve século”, retomando diálogos com diversos autores, como Giovani Arrighi, Eric Hobsbawm, dois autores que usaram essas expressões para fundamentar uma significação histórica de seus trabalhos.

A partir desse viés, Saviani (2006) propõe uma periodização para o estudo da história da educação brasileira: a) o primeiro período pelo “breve século XVI” de 1549 a 1599 entre a chegada dos jesuítas no Brasil e a ordem educacional do “*ratio studiorum*”; o segundo período é o “longo século XVII”, que vai de 1599 a 1759,

³ RIBEIRO (1981) utiliza oito períodos entre 1549 - chegada da Companhia de Jesus no Brasil e também a chegada do governador geral Tomé de Souza -, até 1964, data que marca o início da mais longa ditadura militar brasileira. Os períodos ficam assim divididos: a) 1º. Período de 1549 a 1808 (Consolidação do modelo agrário-exportador dependente); b) 2º. Período de 1808 a 1850 (Crise do modelo anterior e início da estruturação do modelo seguinte); c) 3º. Período de 1850 a 1870 (Consolidação do modelo agrário-comercial-exportador dependente); d) 4º. Período de 1870 a 1894 (Crise do modelo anterior e tentativa de incentivos à industrialização); e) 5º. Período de 1894 a 1920 (Ainda o modelo agrário-comercial-exportador dependente); f) 6º. Período de 1920 a 1937 (Crise do modelo anterior e início da estruturação do seguinte); g) 7º. Período de 1937 a 1955 (O modelo nacional-desenvolvimentista e a industrialização) e h) 8º. Período de 1955 a 1964 (Crise do modelo nacional-desenvolvimentista de industrialização). Já XAVIER (1994) divide a história em dois enormes períodos. O primeiro de 1549 a 1920, ou seja, da sociedade do Brasil Colonial ao período da Primeira República; o segundo período vai de 1910 a 1990 definidas pela sociedade urbano-industrial e o desafio da Constituição brasileira de 1988.

sendo esse final a data de expulsão dos jesuítas do Brasil; c) o terceiro ele chama de “o breve século XVIII”, de 1759 a 1834, até o fim da implantação das aulas régias; o quarto período é o “breve século XIX” de 1827 a 1890 que vai da promulgação da Lei das Escolas das Primeiras Letras até a implantação dos grupos escolares e, por fim, o quinto período, que ele intitula do “longo século XX”, de 1890 até o ano de 2001, com a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Entretanto, quando se quer estudar a história da arquitetura escolar no Brasil, uma estrutura que apreenda a periodização ainda não foi construída nem publicada. Como mapear a história da arquitetura escolar brasileira e a sua produção? Como determinar recortes que possam articular as múltiplas transformações ocorridas na educação brasileira, desde a chegada da Companhia de Jesus em Salvador no ano de 1549 até o século XX?

Como o objeto deste trabalho é o edifício escolar público é ele quem pode determinar a periodização para mapear a pesquisa.

Ora, como objeto, o edifício escolar e suas manifestações, a categoria século não é a mais conveniente, pois a escola, como edifício tal qual a conhecemos, é produto recente, do século XIX para cá. Nesse caso, então, a opção teórica é analisar os antecedentes da produção do edifício escolar, ou seja, o edifício escolar brasileiro do século XVI ao XX, obra de arquitetura que se construiu e se inaugurou e a construção que teve lugar no espaço territorial.

A norma educacional ou a teoria pensada e publicada, nem sempre acontecia direta ou rapidamente no edifício escolar. Há diretrizes educacionais que não foram implantadas com a construção de novos edifícios, como as Aulas Régias do período pombalino.

Para organizar a pesquisa, utilizei a produção datada com seus manifestos, rompimentos estéticos ou de programa de necessidades⁴, fruto das relações com as normas da educação e encontrados na historiografia da educação e da arquitetura, simultaneamente.

Com a escolha do período de 1870 a 1930, pude observar ainda dois períodos. O primeiro período, de 1870 a 1893, demarca a produção de diversos edifícios escolares construídos no Rio de Janeiro pelo imperador D. Pedro II até o início da era dos Grupos Escolares, iniciada em São Paulo pelas inovações

⁴ Conceito arquitetônico que define a lista de necessidades para a elaboração do projeto arquitetônico. Para uma escola, o número de salas, os compartimentos administrativos e de serviços, de recreação etc. A lista, em si, pode definir o conceito a ser empregado no edifício.

introduzidas no espaço construído e na determinação da escala da imponência do prédio público escolar. Nesse período é central a instalação da República em 1889. O segundo período, de 1893 a 1930, abrange a época da expansão dos grupos escolares para o território brasileiro em diversas capitais e o rompimento formal do ecletismo em vigor com o surgimento das conhecidas “escolas-tipo” de Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, de manifestação Art Déco. Esse foi um período que abarca da República Velha ao Estado Novo, com o movimento escolanovista em formação e em articulação para ser deflagrado anos depois.

Nesse período de 1870 a 1930, o Brasil começa a urbanizar-se e inicia um período de incipiente industrialização no século XIX até a expansão cafeeira que escala o sudeste como espaço de produção nacional e já no século XX, com a indústria brasileira e a sua imensa produção agroexportadora. Nesse período, a escola e o edifício escolar sofrem transformações no que tange ao processo de composição e organização dos espaços, dos modelos utilizados para a construção e das tipologias arquitetônicas.

Dos fundamentos teóricos e metodológicos

A arquitetura, mediante seu complexo processo de cristalização, é uma imagem das relações sociais que a geraram em um dado momento. Constitui talvez, por sua permanência, um dos documentos testemunhais mais relevantes para a compreensão das forças atuantes no corpo social de uma época. Por isto a análise da evolução histórica da obra arquitetônica, estruturada sistematicamente, nos permitirá extrair não somente conclusões sobre a organização, os métodos, a técnica ou a pressão da arquitetura em particular, mas sobre as relações entre o conjunto da obra e a sociedade, a economia e a política na qual esta se sustenta [...] Fernando Salinas, arquiteto cubano in Una arquitectura para formar el hombre. Revista Arquitectura y Urbanismo Vol.XXIII n.3, 2002 p.52 -56.

Este é um trabalho de pesquisa em história da educação e história da arquitetura. Ao envolver essas duas áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais, envolvemo-nos com a história do produto, do objeto, do edifício escolar no Brasil e no mundo.

Usei a história examinando a circulação de informações e de idéias de Carlo Ginzburg e Peter Burke e as transformações e a dinâmica do objeto de estudo numa abordagem teórico-metodológica da história cultural.

O edifício escolar é o objeto central da pesquisa. Uma grande parte das pesquisas em educação têm utilizado o objeto edifício escolar como ambiente ou lugar para explicar suas articulações, como recorte ou como elemento secundário na história da educação. Portanto, compreender o processo de formação, instalação, funcionamento e transformações estéticas e construtivas combinando com as exigências normativas da instrução pública exige o uso do movimento da história como importante ferramenta que ajuda a compreender essa produção e as inúmeras transformações do edifício escolar.

No Brasil, Barros (2004, p. 55), diz que a história cultural é um campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a contar das últimas décadas do século XX. A partir da polissêmica noção de cultura – cultura popular, cultura letrada, representações, práticas, grupos sociais, sistemas educativos etc. abrem-se novas possibilidades de estudos, inclusive de permitir analisar as relações do edifício escolar com as suas inúmeras transformações arquitetônicas, estéticas e históricas, produto de um tempo.

Entender a arquitetura escolar como símbolo de uma época histórica e reveladora de programas e normas de um período é fundamental para os estudos da História da Educação e da Arquitetura, assim como é indispensável à análise dos espaços educacionais diferenciados, que vão desde os antigos seminários eclesiais até as arquiteturas mais modernas, traduzindo valores e a percepção da cultura nos diversos momentos da história. (Correia, 2004).

É certo que a arquitetura escolar é pouco estudada e os estudos da arquitetura, ao contrário, são analisados em diversas formas. Vejamos o que diz Argan (1998, p. 243):

Entre arquitetura e cultura não há relação entre termos distintos: o problema diz respeito apenas à função e ao funcionamento da arquitetura dentro do sistema. Por definição, é arquitetura tudo que concerne à construção e é com técnicas da construção que se intui e organiza em seu ser e em seu dever a entidade social e política que é a cidade. Não só a arquitetura lhe dá corpo e estrutura, mas também a torna significativa como simbolismo implícito em suas formas. Assim, como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa.

Como representação material, a arquitetura pôde circular suas idéias e formas, suas inquietações e organizações, suas temporalidades e processos. Isso faz da arquitetura produto e processo, pois ela se manifesta e a sua estética, sendo produto de seu tempo, também pode circular em outros meios sociais.

Costa (2005, p. 21), também comenta que a arquitetura é produto material, construído:

Arquitetura é construção concebida com o propósito de organizar e ordenar plasticamente o espaço e os volumes dele decorrentes, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção. Arquitetura não é coisa suplementar usada para enriquecer mais ou menos o edifício, não é tampouco a simples satisfação de imposições de ordem técnica e funcional.

Ou seja, Costa somente consegue enxergar a arquitetura como produto de um processo intencional, resultado de valores que, somados, possam distinguir o edifício (no caso o escolar) de outros edifícios, em função do programa e da intenção e das normas, sejam técnicas ou estéticas.

Como compreender uma sala de aula, denominada “escola”, era um simples espaço dotado de algum mobiliário na Suméria, em 3.000 a. C. e que depois, numa outra perspectiva cultural, já na Idade Média, esse espaço teve as mesmas características e passou a ser dotado de condições para um aprendizado? Se antes o espaço servia e atendia aos escribas apenas, agora servia para filhos de artesãos. Se antes havia uma disposição em bancos de terracota (muito utilizada nos tempos dos sumérios e egípcios), agora há bancos de madeira, esculpidos para a mesma finalidade (Figura 1, 2 e 3).



Figura 1- Espaço escolar na Suméria, 3000. a.C.



Figura 2 Ilustração de um espaço escolar na Idade Média



Figura 3 Uma sala de aula no começo do século XX em São Paulo.

O edifício escolar tem uma história ligada com a história da educação. Um serve de parâmetro para o outro. Não dá para analisar um sem o outro. É por isso que utilizamos a história da educação e a história da arquitetura, combinando suas relações e permitindo enxergar o que as permeia e como esse objeto pode sair desses campos, sendo compreendido como artefato e ao mesmo tempo carregado de intenções normativas.

Há pesquisas que observam o edifício escolar como valor estético de seu tempo, como as desenvolvidas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) de São Paulo; há pesquisas que retratam o edifício como uma instituição escolar carregada de imagens, significados e símbolos, compondo uma cultura escolar; há pesquisas que retratam um edifício apenas, analisando a sua importância na cidade, no Estado, nas relações culturais daquele lugar.

A discussão que se impõe nessa pesquisa é de como o edifício escolar passou a existir como produto de uma norma educacional; como o edifício transformou-se em objeto necessário e importante a contar do final do século XIX, se anteriormente sua presença era simplificada. Outra discussão da pesquisa é verificar

como as relações que o edifício escolar produzido fora do Brasil, em especial na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, ajudaram no processo de instalação dele aqui na América.

Na perspectiva teórica da história, busquei compreender as modificações de um objeto, no caso o edifício escolar brasileiro público, sem perder de vista que a materialização do objeto, quando construído em 1550, na Bahia, pode se transportar para um outro edifício no fim do século XIX, em São Paulo. Portanto, culturas e urbanísticas completamente diferentes e o edifício escolar cumprindo seu papel, na perspectiva da educação.

Petitot define a escola como um ato que contribuiu para fortalecer a divisão social do trabalho nas ações do capitalismo e ela se impôs mediante os conflitos relacionados com formas como a educação era praticada pela família ou pela comunidade, ao mesmo tempo que permite uma certa homogeneização cultural; isso se dá quando ela produz e reproduz, ao mesmo tempo.

Portanto, o edifício escolar, na perspectiva de Petitot (1994), não pode ser compreendido apenas como um artefato construído estético e presente na malha urbana de uma cidade. Ele deve ser compreendido como elemento dinâmico, que permite articulações. Pode ser o mesmo edifício numa cidade do interior de Portugal, cumprindo seu papel, ou numa cidade no Brasil, de características culturais diferentes e, mesmo assim, continua sendo um edifício escolar.

Assumindo como objeto de estudo, a escola pública, servimo-nos do conceito de Saviani. Escola pública para Saviani (2004, p. 4) é aquela organizada e mantida pelo Estado. Isso significa que cabe ao Poder Público responsabilizar-se plenamente por elas, o que implica a garantia das condições materiais e pedagógicas. Tais condições incluem a construção ou aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária para seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas; a definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação e do sistema de ensino em seu conjunto. Por isso utilizei como fonte primária para estudar a difusão no país, os relatórios anuais dos Presidentes dos Estados, que implantaram e mantinham as escolas públicas no Brasil.

A estruturação da pesquisa

Na perspectiva teórica usando o referencial da história com a proposta de delimitação do objeto e do período da pesquisa de 1870 a 1930, dividi o plano de trabalho da pesquisa em quatro partes, que se transformaram em capítulos estruturados de forma seguinte.

O capítulo I, intitulado “*O edifício escolar, suas relações históricas: idéias em circulação*”, contém análises e definição de arquitetura e educação na história – as origens da escola, o eventual edifício escolar e a sua arquitetura ou, ainda, a questão do espaço escolar, o surgimento da escola e as interfaces entre a arquitetura e os modos de produção e a educação e os modos de produção, dividindo-se em partes.

Na primeira parte desse primeiro capítulo estudei a escola a partir da Idade Média, o processo de organização escolar, a partir do instante em que os monastérios encontram o caminho da educação e quando começa a estabelecer identidades que estavam profundamente ligadas aos espaços de arquitetura. O objeto de pesquisa está centrado no edifício ou nos espaços onde se praticava a educação. Para a construção desse texto, usei Manacorda (2004) e Ponce (1983). Para a análise da história das cidades e da arquitetura, utilizei os estudos de Munford (1998) e de Roth (1999).

Na outra parte, analisei a produção da arquitetura escolar com base na produção da sociedade. Com isso se enxergam os limites entre o edifício construído e o edifício adaptado para suas funções, o surgimento das normas edificatórias para as escolas européias e americanas, que têm profunda relação com as do Brasil.

Para compreender esta parte da pesquisa, utilizei os trabalhos publicados por Durand (1986), Tubeuf (1890), Barnard (1855) Châtelet (1999), Ruiz (2007), e Petitat (1994). Este capítulo demonstra a circulação das idéias da arquitetura e da escola no mundo, que vem para o Brasil, principalmente no século XIX.

Concluo com o legado da arquitetura jesuítica em educação e como se deu a produção dela no território brasileiro e a formação dos primeiros espaços urbanos e a arquitetura decorrente, para compreender de que forma o edifício escolar do século XIX pôde se referenciar naqueles prédios religiosos antigos.

Importante afirmar que a arquitetura do edifício da escola jesuíta pode ter sido uma matriz estética da arquitetura da escola brasileira. Digo matriz referindo-me aos elementos de arquitetura e de composição neles existentes e registrados na iconografia da arquitetura brasileira, através da edificação de prédios por arquitetos e

padres jesuítas. Ainda não havia arquitetura formal da escola, mas ela já era exercida nos espaços religiosos.

No capítulo II, “*Edifícios escolares no Brasil (1870-1930): as normas educacionais e a arquitetura*”, há um desdobramento do capítulo em duas partes: após a reforma pombalina e até 1870, o Brasil deu seus primeiros passos na direção de concretizar uma educação pública e já na sua primeira Constituição, indicou esse caminho. Nesse capítulo encaminho essa discussão e apresento uma importante verificação: apesar de normas e de projetos para melhoramento em geral da educação brasileira, nenhum edifício escolar público destinado à educação primária foi erguido até 1870.

Assim sendo, uma constatação: não houve arquitetura escolar em um longo tempo da história. Sinais de prédios construídos começaram no período dos liceus de artes e de ofícios, destinados à capacitação de trabalhadores e ao ensino profissional, um meio de organizar a mão-de-obra para o trabalho de ampliação do capitalismo após 1840 e em alguns prédios neocoloniais para o funcionamento das escolas normais.

No entanto, demonstro que houve uma significativa produção na arquitetura dos prédios construídos pelo Imperador D. Pedro II no Rio de Janeiro de 1870 em diante, em estilo eclético, em sua maioria, e que ocorreu isoladamente do processo educacional brasileiro. Na primeira parte analiso o período do Império de 1870 a 1889.

Na segunda parte, que trata das normas e a arquitetura dos edifícios escolares públicos na República Velha, a questão do surgimento dos edifícios conhecidos como grupos escolares, a primeira vez que o edifício escolar é materializado como espaço público construído no espaço nacional. Nesta parte refaço o percurso da dinâmica escolar que combina-se com as mudanças estruturais da educação brasileira, quais sejam, as mudanças das escolas isoladas para a categoria de escolas agrupadas em um único prédio público.

Surge, em São Paulo, o Decreto n. 248 de 1894, que criou o Regimento Interno das Escolas Públicas e articulou diversas instruções para os grupos escolares que combinam orientação para a escola e para a arquitetura. Nesse capítulo analiso como a norma educacional influenciou a arquitetura escolar em diversos momentos, principalmente no programa de necessidades, na formulação, compartimentação e criação de espaços físicos e de certa forma, até no grau de imponência do edifício.

No capítulo III, denominado “*A produção brasileira de uma arquitetura para os edifícios escolares públicos*”, cuido dos rebatimentos verificados no capítulo anterior e da difusão dos grupos escolares no Brasil, uma enorme movimentação histórica e arquitetônica que se manifestou, a partir de 1900, em todos os estados brasileiros. No III, ao pensar a difusão do edifício escolar no Brasil, uso como fonte primária e central os relatórios estaduais dos Presidentes dos Estados encaminhados ao poder legislativo e busca articular, com textos, fotos, desenhos e mapas, a visualização de uma arquitetura de estilo art nouveau e eclético, presente em mais de 300 edifícios levantados e uma enorme produção nacional que permitiu aos grupos escolares ocupar um lugar de destaque na instrução pública brasileira.

Por último, o capítulo IV, “*Seis edifícios escolares públicos: análise conclusiva das relações históricas e arquitetônicas*” retomei a análise arquitetônica de edifícios selecionados que representam, tipologicamente, ao longo da periodização instituída no trabalho, conjuntos de elementos que confirmam a difusão de uma arquitetura e de um conjunto de normas, que configuram elementos de articulação entre diversos campos. Usei diversos elementos de análise, tais como os elementos de composição e as idéias geradoras, a natureza programática e o sistema espacial, o sistema construtivo, os elementos de arquitetura e o edifício na escala da cidade. Além desses itens de análise, a história, criação, espaços, arquitetura, análise escolar, enfim.

Escolhi os seguintes prédios para essa análise: a) Escola Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, de 1870, uma das Escolas do Imperador; b) Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, o primeiro prédio educacional público projetado no país, em 1890; c) Grupo Escolar Prudente de Moraes em São Paulo, o primeiro grupo escolar projetado no Brasil, de 1894; d) Grupo Escolar Xavier da Silva, em Curitiba, de 1903, o segundo prédio grupo escolar do Paraná; e) Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal-RN de 1907 e por fim o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande-MT de 1923.

Por último, apresento o texto “*À guisa de conclusão*”, na qual coloco em debate os resultados a que este trabalho chegou, com a finalidade de promover uma conclusão da tese e, ancorado em Viñao Frago, usei as ferramentas da teoria e da análise do objeto arquitetônico, para verificar como se deu a movimentação dos diversos elementos desses edifícios que produziram edifícios escolares em todas as capitais do país.

CAPÍTULO I

O EDIFÍCIO ESCOLAR E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS: IDÉIAS EM CIRCULAÇÃO

O edifício escolar público tal qual se apresenta hoje no Brasil e no mundo, um objeto edificado complexo dotado de espaço físico articulado, com salas de aula, espaços administrativos e de recreação e lazer, local para refeições, biblioteca, dentre outros, tem pouco mais de 150 anos. Ele é resultado de um processo histórico de transformações que, ao longo de séculos, provocou variações ocorridas tanto na planta baixa do edifício, como na composição dos espaços ou nas dependências internas, a partir de processos culturais, econômicos, sociais e políticos, especialmente, determinados pelo modo de produção da escola.

A arquitetura do edifício escolar, no mundo, também foi resultado de transformações formais, programáticas e de estilo. Faz sentido afirmar que a arquitetura do edifício escolar público brasileiro, que se instalou no século XIX e se afirmou no século XX, em diante, é resultado de sínteses históricas e de inúmeros processos e aperfeiçoamentos que se acumularam com a circulação de informações da Europa e Estados Unidos da América, das normas educacionais e da experiência dos jesuítas.

Este capítulo tem por objetivo situar a história do edifício escolar na história da educação e o edifício escolar em sua trajetória desde o surgimento dos monastérios até o nascimento de uma arquitetura escolar tanto na Europa como nos Estados Unidos, identificando as movimentações ocorridas no edifício escolar em função de diversas situações. Tal como se apresenta o arcabouço do edifício da escola, do século IX ao século XIX, busco identificar os caminhos percorridos enquanto produto de um processo histórico que se manifestou como instrumento de organização de uma complexa estrutura social que se instalava no mundo, após a Revolução Francesa.

O objetivo desse capítulo é demonstrar que o edifício escolar é produto de transformações, de uma circulação de informações, de teorias e de normatizações do campo da educação e que, seu surgimento como artefato construído com padrões arquitetônicos definidos, somente vai ocorrer na metade do século XIX em diante e

se espalha pelo mundo como exemplo acabado para organização de atividades de ensino para as crianças, em especial.

1.1 A escola e a arquitetura escolar

A arquitetura consiste no ordenamento, na disposição, na eurritmia, na proporção, na conveniência e no agenciamento. Ordenamento é a definição de proporções justas e equilibradas para cada uma das partes da obra e de uma proporção geral próxima da simetria... Quantidade é a adoção de medidas moduladas, tomadas dos elementos da obra propriamente dita e o resultado harmonioso da obra como um todo a partir de cada elemento. Disposição é a alocação adequada dos elementos e o efeito elegante da obra a partir de arranjos feitos com qualidade... Eurritmia é a aparência graciosa e o aspecto bem proporcionado dos elementos nas composições... Conveniência é o aspecto qualitativamente correto da obra executada... Agenciamento, por sua vez, é a repartição eficiente dos vários espaços e recursos, e nas obras, sua combinação e dispêndio moderados pela aplicação do cálculo. Vitruvius (2005)

A escola¹ é o espaço destinado para a transmissão do conhecimento (VARELA, URIA, 1991) e a organização do espaço escolar começou com a sala de aula.

Para Petitat (1994, p.200), a escola é:

uma instância especializada na educação das novas gerações, (cuja ação, às vezes, estende-se aos adultos), cuja criação se torna necessária assim que a sociedade atinge um nível de divisão do trabalho (grifo nosso) que implica a utilização da escrita, a existência do Estado e o surgimento de grandes grupos sociais, mais extensos que os clãs familiares, como é o caso das castas, das ordens, das classes e de qualquer outra forma de classificação que a história da humanidade poderá catalogar. A escola se impõe às formas básicas de educação (da família, do clã, da comunidade, etc.) que são fragmentadas e esparsas, contribuindo assim para produzir e reproduzir uma homogeneidade cultural relacionada com a divisão do trabalho (homogeneidade das crenças religiosas, das regras jurídico-administrativas, definição cultural escrita das elites e depois de outras classes sociais, homogeneidade da cultura científica, etc.) e parcialmente determinada pelos conflitos sociais e pela relação de dominação.

Nesse conceito, qual era o espaço apropriado para a transmissão de conhecimento? Um conjunto articulado de pessoas (alunos) para receber mensagens de outro (professor), ocupando um espaço físico determinado e, com isso, proceder aquilo que entendemos como aprendizado? Qual o espaço escolar que poderia pensar

¹ O termo "escola" deriva do conceito grego de ócio (*scholé*), significando que só aqueles que dispunham de tempo livre (de ócio) é que tinham possibilidade de dedicar-se às atividades intelectuais e à aprendizagem da expressão cultural pela escrita, ou seja, a escola era uma estrutura destinada à elite da sociedade.

a educação para a divisão do trabalho? Nessa trajetória histórica da escola, qual a organização da sala de aula? Qual a evolução do espaço escolar que determinou a escola tal e qual se apresenta no século XX em diante?

A sala de aula é um espaço físico constante do processo educacional de todos os períodos pesquisados neste trabalho e já foi denominada “escola”, outra hora foi classe, mas sempre predominava, sem analisarmos os aspectos materiais, a relação mestre-aluno, usando determinados locais na sala sempre estabelecidos pela relação de ensinar-aprender.

Com essas transformações, com a movimentação social e a circulação de idéias é possível entender que aquele espaço de aula de séculos atrás ainda predomina nas escolas de todo o mundo, mas, a escola, ou melhor, o edifício escolar que se apresenta, não é o mesmo.

Há um momento na história em que a Igreja, com autoridade papal, instituiu escolas religiosas e deu início, já nos anos 418, a um processo que se mantém até os dias atuais. A presença da Igreja na educação e na arquitetura escolar, fundando escolas e ordenando a educação, começou quando desapareceu a escola do período clássico greco-romano.

Na Europa ocidental, após a queda do Império Romano, por volta do ano 476 DC, a única instituição poderosa e universal era a Igreja. “Da menor das aldeias, com sua igreja paroquial, à maior das cidades, com sua catedral, suas numerosas igrejas, seus mosteiros e santuários, a Igreja estava presente em todas as comunidades” afirma Munford (1998, p. 290).

Manacorda (2004) e Munford (1998) compactuam com a idéia de que a ruptura histórica, ocorrida com o desaparecimento da cultura helenístico-romana e o avanço das culturas bárbaro-romanas, fez surgir uma cultura medieval e cristã em grande parte dos países da Europa, herdando, junto com a língua latina, uma infinidade de tradições clássicas de aspecto formal não de conteúdo.

A partir dos anos 800, instituições educativas diferentes começaram a surgir.

A primeira é uma escola do Estado para os leigos, nas principais cidades; a segunda é uma escola eclesiástica que no nível paroquial era aberta também aos leigos e a nível episcopal era reservada à formação dos clérigos e a terceira fica nos mosteiros, reservada geralmente às oblatas sem excluir os leigos. Em geral os leigos que frequentavam essas escolas cenobiais eram nobres aspirantes à carreira eclesiástica (MANACORDA, 2004, p.134).

Na Europa, a partir do século X, Munford (1998), destaca um movimento das cidades. “É uma história de velhas colônias urbanas a transformarem-se em cidades mais ou menos autogovernadas e de novas colônias a se constituírem sob os auspícios do senhor feudal, que serviam para atrair grupos de artífices e mercadores. (p.286)” No feudalismo, o interesse político, concentrava-se na luta pelo poder entre a burguesia urbana e seus dominadores, os condes, os bispos, os reis. Essa luta desprezava a parte que o próprio feudalismo desempenhou no encorajamento da cidade.

O desenho e o traçado das cidades medievais e a localização das igrejas nas cidades e aldeias, ocupando posições centrais na malha urbana, centro das atenções sóciopolíticas do lugar, desempenharam papel fundamental na constatação do poder emanado da religião, principalmente para as camadas mais pobres. A localização da igreja, suas dimensões avantajadas, tornando aquele edifício um dos maiores do espaço das cidades, fizeram do espaço religioso, um edifício privilegiado.

A igreja era uma instituição multilateral, e o edifício da Igreja desempenhou muitas funções que mais tarde foram separadas e atribuídas a instituições seculares especializadas. Mas, mesmo em seu nível mais humilde, na paróquia da cidade, a igreja era um centro de vizinhança, um foco de vida diária da comunidade; nenhuma comunidade era tão pobre que não possuísse tal igreja, muito embora no centro da cidade pudesse existir uma vasta catedral, suficientemente grande para conter todos os seus cidadãos em ocasiões solenes e festivas, diz Manacorda (2004, p. 145).

Assim, desempenhado esse papel na cidade medieval, a igreja incluiu outros usos e finalidades, principalmente hospital, asilo, sanatórios etc. e naquele momento havia espaço para o surgimento da escola, independente, mas totalmente ligada ao edifício religioso, mantido pela mesma entidade. Surgem os mosteiros. O mosteiro representava uma organização de trabalho, que guardava e aumentava a riqueza religiosa (Figura 4). Dentro dele uma divisão de classes: de um lado os monges – culto e estudo; do outro os escravos, os servos destinados ao trabalho.

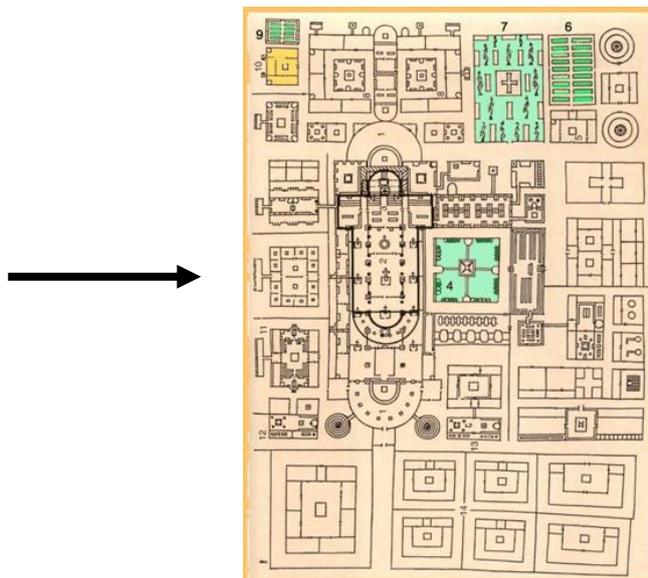


Figura 4 – Planta do Monastério de Saint Gall. Sec. IX. Ver local da escola marcado com a seta

Com tanto poder, os monastérios foram as primeiras “escolas medievais”. Desde o século VII, espalharam-se por todos os países que constituíram o velho Império Romano. “Quando desapareceram as escolas “pagãs”, a Igreja tratou logo de tomar em suas mãos a instrução pública” diz Ponce (1983, p. 91).

As “escolas” monásticas eram de duas categorias: para oblatas onde se ministravam a instrução religiosa e a para a plebe que eram as verdadeiras escolas monásticas. Nessas escolas, as únicas que existiam para o povo, não se ensinava a ler e a escrever. A finalidade era “familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas”. Embora sem as características do que definimos com escola, surgiram aquelas “escolas” que não se incomodavam com a instrução e sim com a pregação (PONCE, 1983, p. 91).

Dois séculos depois começam a aparecer as “escolas externas” – aquelas localizadas fora dos muros do convento – destinadas à educação dos clérigos seculares e a alguns nobres que queriam estudar (ROTH, 1999, p33). Nelas ensinava-se o *Trivium* – gramática, dialética e retórica – e o *Quadrivium* - Aritmética, geometria, astronomia e música que formavam as sete artes liberais.

Até o século X as cidades eram espaços desprovidos de urbanização, sem atividades definidas e de serviços essenciais. Seus habitantes eram artesãos e domésticos que trabalhavam para o senhor feudal sob as mesmas condições dos servos. Foi a partir do século XI que o comércio surgiu e com ele as cidades se transformaram em centros comerciais com trocas de produtos: o que era uma fortaleza agora é um enorme mercado e seus habitantes chamados de burgueses.

Essa nova classe social trouxe implicações e modificações para a educação. As escolas monásticas (Figura 5) que surgem eram escolas das catedrais² ou escolas urbanas voltadas para a formação que gerou as universidades (PONCE, 1985, p.99).



Figura 5 – Fachada do Monastério de Saint Michael, Alemanha. 993-1022, apresentando a nave e espaços que permitiam a utilização para atividades da educação

Essa escola e o seu espaço escolar não tinham boa qualidade ou reputação. Podemos fazer essa afirmação à conta do texto escrito por Boncompagno de Signa, denominado “*O Edifício Escolar Ideal*” uma utopia:

O edifício para a instrução escolar escolástico deva ser construído em lugar livre e de ar puro. Fique longe da frequência de mulheres, do clamor da praça, do barulho dos cavalos, da passagem de barcos, do latido dos

² Se, até ao século XI, a vida intelectual era praticamente monopólio da Igreja, a partir do século XII, inaugura-se uma nova fase. À margem da sociedade feudal, emerge um novo grupo social, a burguesia, urbana, mercantil e manufatureira, dedicada à finança, acumulando riquezas, poder e importância cultural. É com o seu apoio que se vai operar a renovação da idéia de escola, a sua abertura para além das paredes dos mosteiros e abadias rurais. O ensino literalmente deixa o campo e instala-se definitivamente nas cidades. As Escolas Catedrais (escolas urbanas), saídas das antigas escolas episcopais (que alargaram o âmbito dos seus estudos), tomaram a dianteira em relação às escolas dos mosteiros. Instituídas no século XI por determinação do Concílio de Roma (1079), passam, a partir do século XII (Concílio de Latrão, 1179), a ser mantidas através da criação de benefícios para a remuneração dos mestres, prosperando nesse mesmo século. A atividade intelectual abre-se ao exterior, ainda que de forma lenta, absorvendo elementos das culturas judaica, árabe e persa, redescobrimdo os autores clássicos, como Aristóteles e, em menor escala, Platão.

cães, dos rumores nocivos do sibilo dos carros e do fedor. Tenha igual largura e comprimento; a amplitude e o número de janelas sejam nele dispostas de tal forma que entre o tanto de luz que a natureza exige; o alojamento seja situado no andar superior e o teto não seja nem muito alto nem muito baixo, porque um e outro prejudicam a memória. Seja mantido limpo da poeira e de toda sujeira, não tenham imagens nem pinturas a não ser aquelas que sirvam de subsídio mnemônico para as ciências nas quais se exercitam as mentes. Todas as partes da sala sejam pintadas somente de verde e que tenha só uma entrada e as escadas não sejam difíceis de subir. A cadeira do mestre seja um pouco elevada, tanto que o docente possa diretamente ver aqueles que entram. Disponham-se também duas ou três janelas de tal forma que ao mestre seja possível, especialmente quando o tempo é bom, contemplar a paisagem externa: árvores, plantas, pomares – porque a memória se fortalece ao contemplar coisas agradáveis... As cadeiras dos alunos sejam dispostas de modo que nenhum obstáculo impeça a visão do docente. Os alunos mais velhos e mais ilustres sejam acomodados em lugares mais dignos e todos aqueles de uma província ou de nações vizinhas sentem ao lado de seus conterrâneos e que se conservem os lugares. Quanto a mim, nunca tive um edifício construído dessa forma e acho que nunca foi construído um semelhante a este. Espero, porém, que este ensinamento possa servir para a posteridade. In (Giuseppe Monacorda, 190-191 Storia della scuola in Itália, Palermo Sandron 1913 apud MANACORDA p. 159).

1.2 Construindo os espaços para a educação

Segundo Munford (1998, p.445), as enormes transformações e as invenções eficazes entre os séculos XIII e XVIII, decorreram das novas necessidades comerciais e de seus empreendedores – o novo sistema de contabilidade das partidas dobradas, das faturas comerciais e da empresa por ações, junto com o navio a vela com 3 mastros, aos faróis, docas e canais.

Segundo ele, essa contabilidade do sistema capitalista criou uma burocracia secular, e seu funcionamento necessitou de um exército de escreventes e funcionários pagos para manter as contas, tratar da correspondência e fornecer as notícias necessárias para tirar partido, se possível, antes de qualquer outro, das mudanças de condições de mercado. “Assim o primeiro aparecimento visível do capitalismo na cidade medieval talvez se tenha dado através da escola primária, onde os elementos de leitura, escrita e aritmética eram os principais objetos de estudo” (p.447).

Com a expansão comercial, surgiram novas fronteiras – do valor da praça e do mercado para uma nova economia que se fundava num mercado. A expansão, a colonização, a disputa além-mar, vem junto com a manufatura empregando tecnologia, fazendo cair as muralhas urbanas que protegiam as cidades medievais e surgindo as cidades abertas, como novas formas de trocas mercantis, novo sistema de poder e uma nova divisão de classe, entre o século XIV e XV.

Sabe-se que o capitalismo contribuiu para alterar as formas do poder e, nesses séculos, se organizava nas cidades, estimulava a expansão urbana, fazendo surgir os senhores de terras. As trocas, os novos negócios, a compra e venda especulativa, o papel dos mercados de novos produtos, a forma de comercializar, eram muitas as mudanças.

No cenário, aparecem os homens de negócios, cultos e diplomatas hábeis; era a época das grandes transformações. O Novo Organum de Bacon, 1620; o Método de Descartes, de 1637; a Didática Magna de Comenius³, de 1657. A velocidade, o tempo, a rapidez, a economia geravam novas discussões.

Após a Revolução Francesa, novos padrões políticos começam a ser desenhados em todo o mundo em novas relações internacionais e movimentação intensa do capital. O mundo quase todo era conhecido pelos navegantes e os países estavam ocupados pelos seus colonizadores. Mudanças estruturais significavam ampliação de mercados, sistemas, produtos. Repensar foi a tônica; mudar era a nova concepção.

Na França, por volta de 1790, o arquiteto J.N.L. Durand⁴, iniciou uma significativa mudança nos processos de fazer arquitetura quando publicou um livro utilizando a tipologia dos edifícios como estágio apropriado para os projetos de acordo com seu programa.

Em “Lições de Arquitetura”, Durand (1986) definiu a arquitetura com a arte de compor – no sentido de fazer, organizar, juntar e de realizar – na prática, erguer, construir, ou seja, uma arte utilitária.

Para tanto, deveria ser econômica, salubre, com comodidade, que adotasse a simetria e ter finalidade, seja pública ou privada. Como arquiteto do século XVIII, Durand orientou para que a arquitetura examinasse as cinco ordens gregas – dórica, jônica, coríntia, toscana e compósita, pois eram delas que deveria sair à inspiração do arquiteto.

³ Apesar de minucioso em algumas definições para espaços educacionais, Comenius não propôs um edifício ou uma arquitetura escolar em *Didática Magna*, mas indicou padrões que puderam ser organizados em normas e planejados até que, no final do século XIX, a arquitetura escolar pudesse transparecer como campo de investigação, por conta da produção em cada lugar, tanto da Europa quanto na América

⁴ Jean Nicolas Louis Durand (1760-1834), arquiteto francês da Ecole de Beaux-Arts, não aceitava mais a idéia da arquitetura como imitação da natureza: acreditava que as ordens e demais formas históricas eram importantes pela força do hábito e do costume. Assim, sua tipologia apoiava-se no levantamento histórico e concretizava-se em catálogos de prédios com funções ou partidos similares, em que ficavam evidenciados os padrões comuns.

Durand recomendou que o edifício observasse as diferenças de costumes, usos, clima, relevo, localização, material e possibilidades econômicas, por conta da intenção do valor que o edifício tem para a cidade, em especial o edifício público.

Ao dividir o projeto em elementos do edifício (partes) e de composição (funções), ele fez um catálogo de possibilidades, influenciando toda uma geração de arquitetos que, iniciados na École Nationale de Beaux Arts, atuaram em diversos lugares do mundo, transmitindo uma arquitetura com base em elementos de arquitetura e elementos de composição⁵, a nova linguagem que anunciava as mudanças no fazer arquitetura.

O livro, contendo um processo de projeção, com suas pranchas enumerando as possibilidades (Figuras 6 a 10), circulou o mundo, nas academias, nas universidades e chegou ao Brasil com a Missão Francesa, em 1808, especificamente com o arquiteto Grandjean de Montigny (1766-1850).

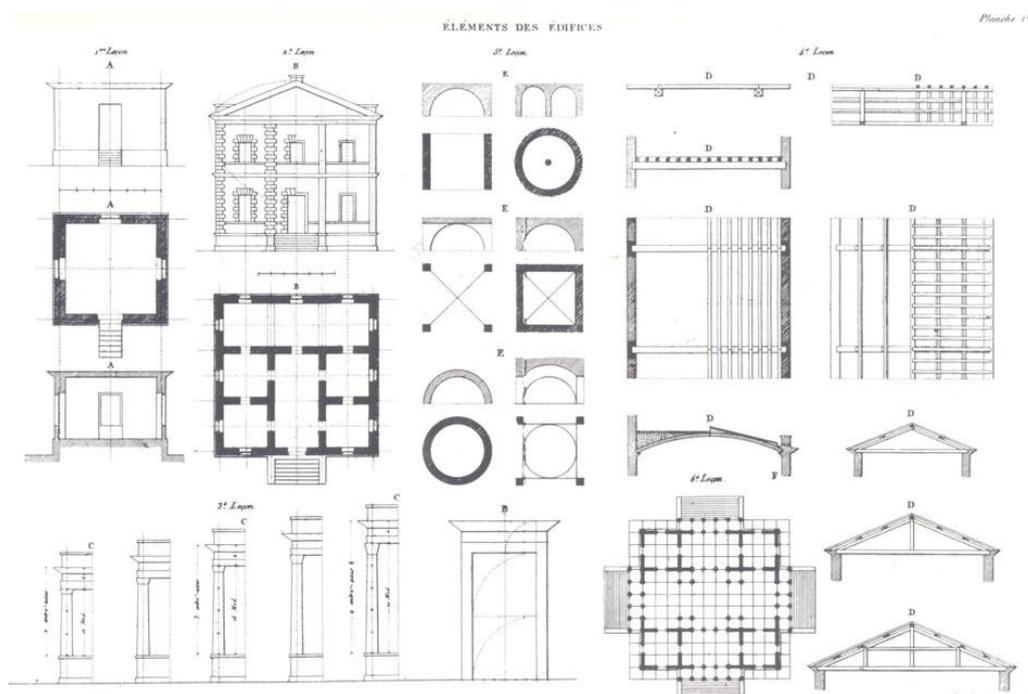


Figura 6 – Pranchas com elementos de composição de Durand: detalhes e tipos de coberturas

⁵ São espaços, abstrações. São conceitos, como por exemplo, a proporção de determinados ambientes. Não tem uso por si mesmos; são rótulos que se aplicam aos espaços segundo uma determinada situação. Já elementos de arquitetura são corpos. São os limites (envolventes) espaciais que fazem existir os elementos de composição; são coisas concretas, tem natureza definida (portas, janelas, pilares, artefatos etc.); são partes da construção. (MARTINEZ, 2000).

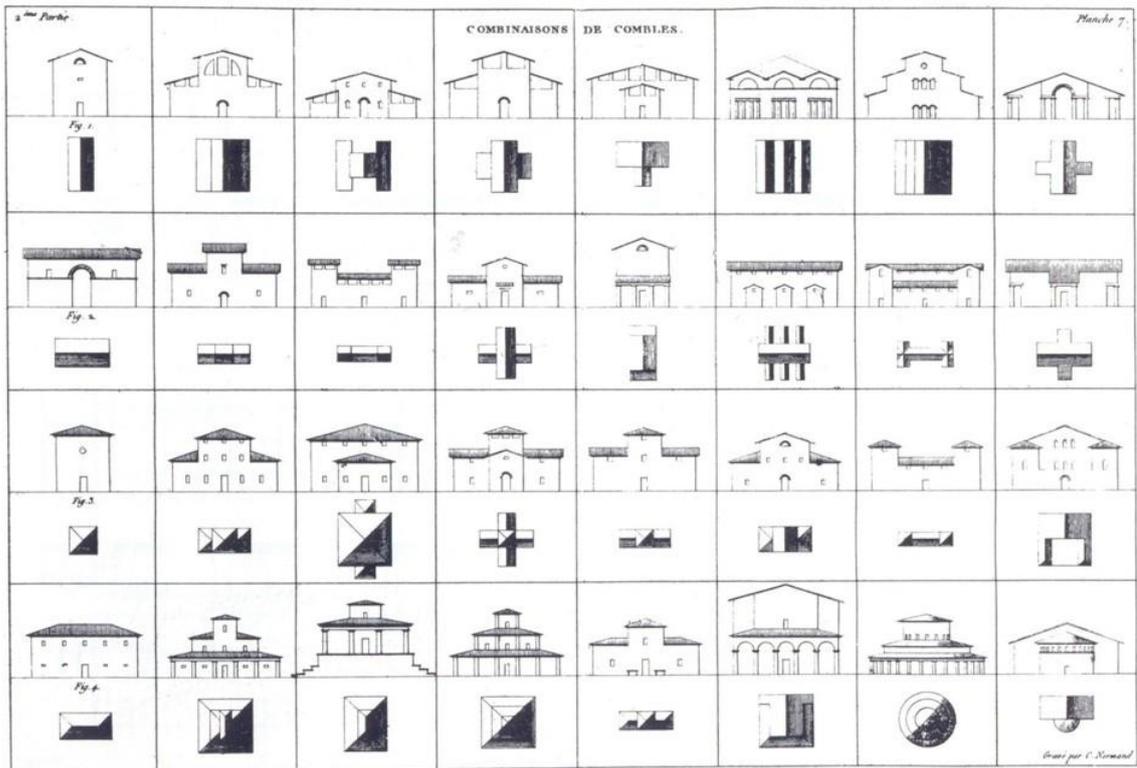


Figura 7 – Pranchas com elementos de composição de Durand: detalhes e tipos de coberturas

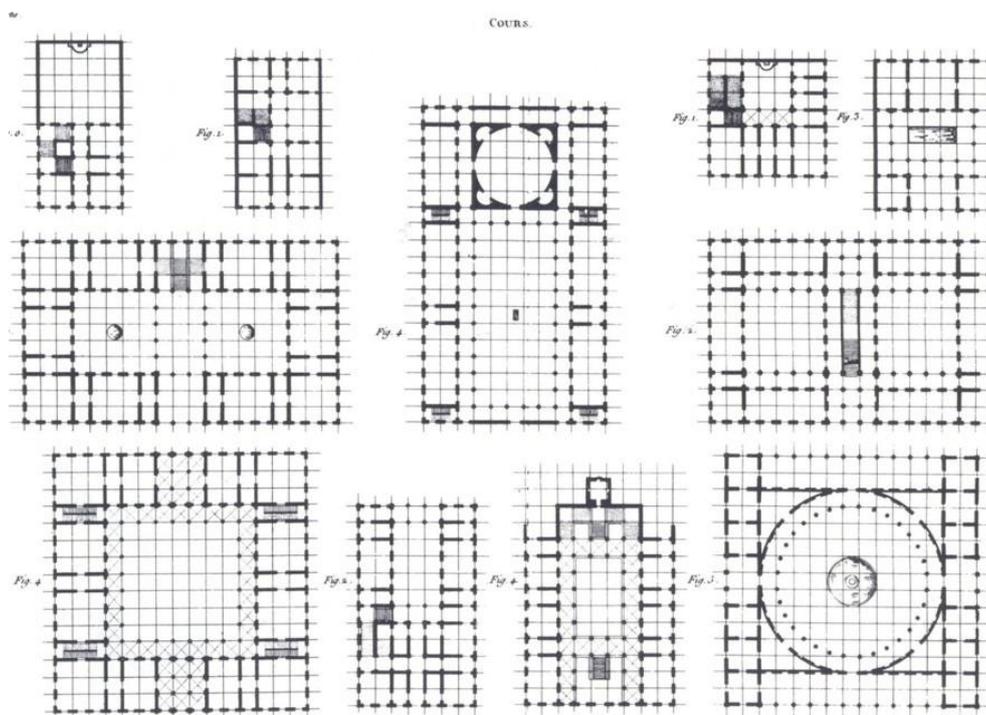


Figura 8 – Pranchas com elementos de composição de Durand: pátios e conjunto de edifícios

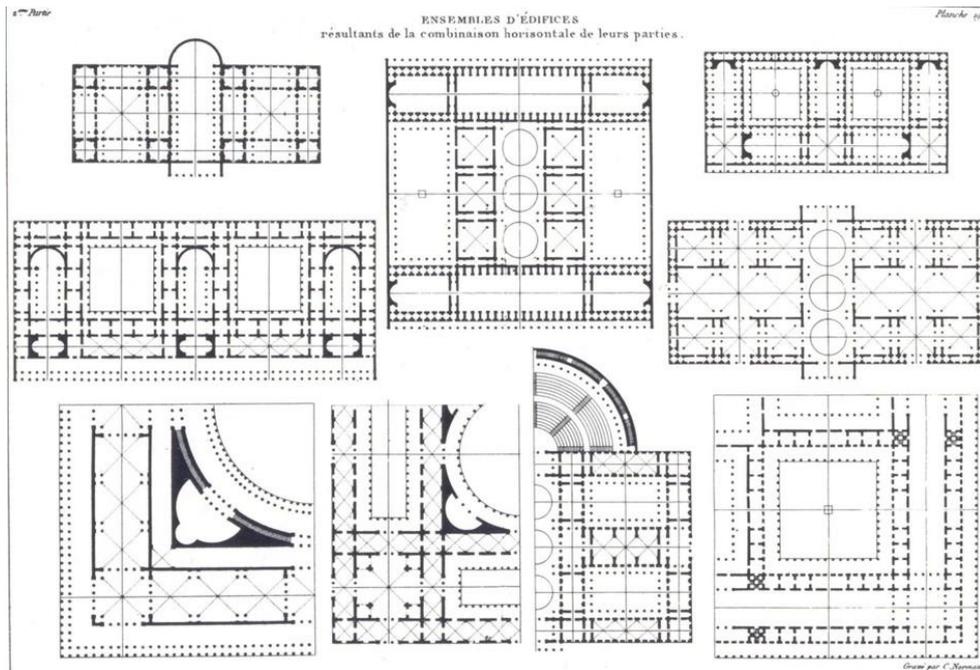


Figura 9 – Pranchas com elementos de composição de Durand: pátios e conjunto de edifícios

Podemos ver nos elementos propostos por Durand uma sequência de elementos da história da arquitetura do passado, uma catalogação de elementos mais utilizados, como o pátio, as combinações para cobertura, aberturas e resoluções de planta. Até alguns prédios ele projetou com a utilização de seu método, principalmente os edifícios públicos, como um colégio-academia (Figura 9).

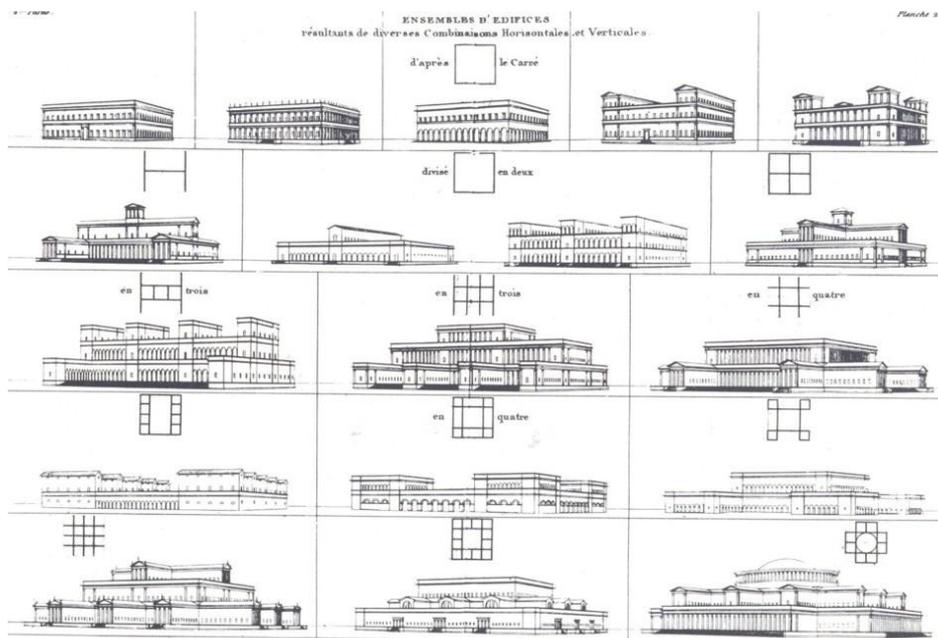


Figura 10 – Prancha com a combinação de resultados compositivos

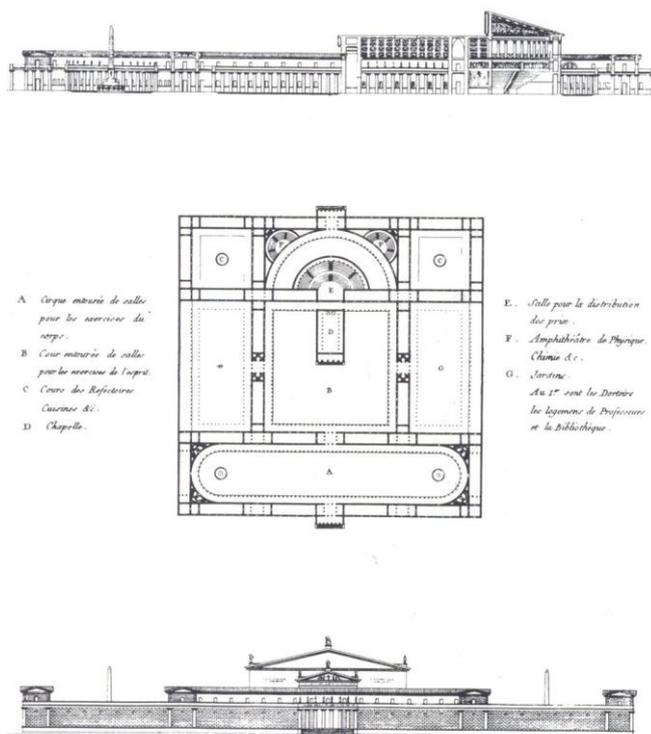


Figura 11 – Planta e elevações de um colégio-ginásio para Durand: fins do século XVIII

Teóricos em arquitetura afirmam que Durand foi um dos precursores de uma nova arquitetura que surgiria no século XIX, calcada nos elementos do passado, mas examinando as necessidades do momento. Com esse pensamento, aparecem na Europa e nos Estados Unidos diversos autores preocupados com o edifício escolar, suas medidas técnicas, necessidades, elementos, forma, conteúdo, enfim, toda uma discussão centrada nas diversas possibilidades que a arquitetura impunha e todas as novas necessidades educacionais.

No começo do século XIX, a escola começou a ser repensada. Para Alves (1996), a escola laica arrebatou da igreja o controle do ensino no século XIX e com a nova didática, fundada em Comenius, atraída pela atividade manufatureira, fez crescer as escolas em quantidade. Nessa lógica, do ponto de vista material, racionalizar era necessário.

Formar indivíduos aptos para a competição do mercado exigiu uma nova escola, que não pertencia à tipologia dos edifícios existentes até então, que funcionavam em locais sem condição de salubridade, conforto, higiene e de segurança dos meninos e meninas.

Assim era importante pautar o edifício escolar com grau de importância diferenciada na escala da cidade: monumentalidade, localização com visibilidade e possibilidade de inserção no desenho da cidade, de acordo com o significado deste na malha urbana.

Viñao Frago (1998, p. 62) diz que a escola ocupou um espaço e um lugar e que, portanto, há uma relação entre o espaço e a atividade humana e no caso da escola, ela é um lugar – novo se projetado ou adaptado, que tem dimensões espaciais e referências.

Diversos autores, dentre eles Châtelet (1999), comentam uma movimentação na Europa e nos Estados Unidos, por volta de 1850, com intenções parecidas ao tratar de regulamentar o edifício escolar, sinais necessários para compreender um novo ciclo em curso, agora pautado nos dispositivos normativos que deveriam ajudar a preparar as novas escolas.

O momento era de uma nova organização do espaço escolar. O método do ensino mútuo de Lancaster⁵ (Figura 12 e 13) provocava o surgimento dessa arquitetura escolar repensada e como o Brasil mantinha, com países europeus-historicamente, Portugal e Espanha e depois França e Inglaterra- e com os Estados Unidos, relações internacionais, os intercâmbios surgiram e provocaram essas mudanças.

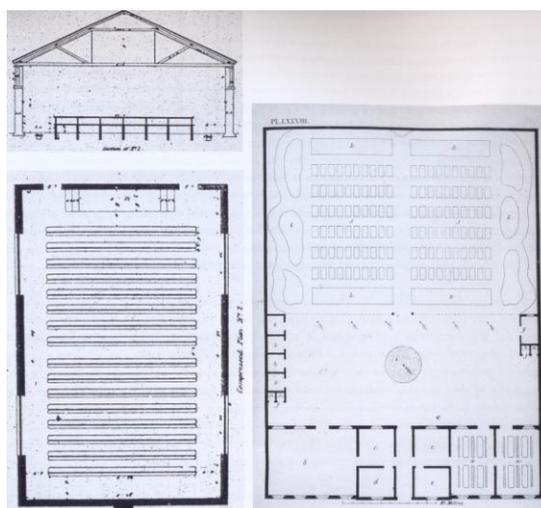


Figura 12– Duas plantas baixas e um corte esquemático da sala de aula do método Lancaster

⁵ “Na historiografia ficou conhecido como Método de Ensino Mútuo, Método Monitorial, Método Inglês de Ensino, Método de Lancaster, Método Lancasteriano de Ensino e também como Sistema de Madras. O inglês Joseph Lancaster (1778-1838), estabeleceu em 1798, uma escola para filhos da classe trabalhadora, também utilizando monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, Lancaster amparou seu método no ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Em Lancaster, o principal encargo do monitor não estava na tarefa de ensinar ou de corrigir os erros, mas sim na de coordenar para que os alunos se corrigissem entre si. Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da manutenção da ordem, outra tarefa relevante do monitor lancasteriano. Diferentemente de Comênius, Lancaster defendia uma proposta disciplinar de instrução, relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual”. Retirado de http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_lancaster.htm em 22/05/2009.

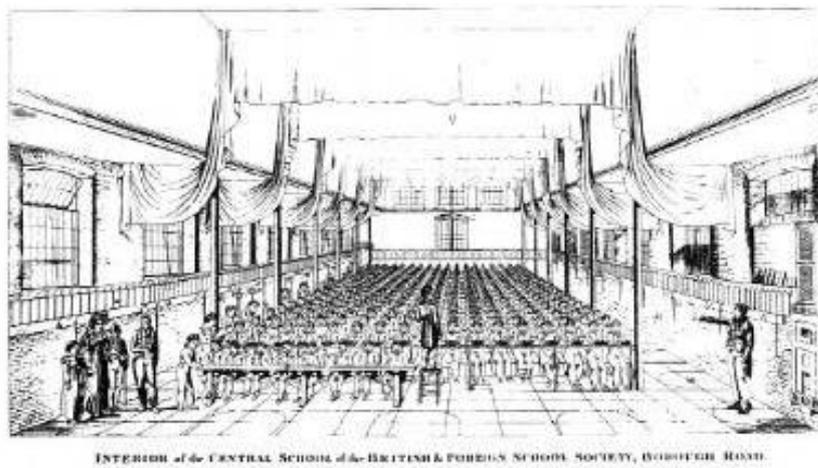


Figura 13 – Como era a sala de aula do método Lancaster? Esse desenho mostra o desenho na Espanha e que serviu de modelo para muitos países

Analisando a planta da figura 12 e o desenho da figura 13 e entendendo o significado do método mútuo, vê-se que o espaço que deveria ser construído para que o processo funcionasse exigia novas construções escolares e não apenas a adaptação de espaços existentes. Os detalhes espaciais a serem levados em conta pelo projetista eram a organização do mobiliário, em função do papel do monitor e do mestre; a posição das janelas; a localização dos espaços de apoio ao processo educativo etc. Ainda assim, a dimensão da sala, em função da quantidade de alunos, exigia, também, terrenos ou espaços a serem adaptados, que escapavam da tipologia urbana e arquitetônica daquele tempo. Com esses complicadores ao projeto da escola lancasteriana, as críticas, especialmente no Brasil, eram feitas ao processo, não ao método.

Na França, o arquiteto Tubeuf (1890) publicou um tratado que examinou todas essas novas questões. Compilou as leis, decretos e circulares franceses, de 1850 a 1887 e fez questão de anunciar que era um novo tempo, que sucedia a discussão da instrução pública como um direito e agora o Estado debruçava-se nas normas da edificação. Essa movimentação normativa francesa também acontecia na Espanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Ao compilar as leis, Georges Tubeuf publicou em 1890 o Regulamento para a Construção e Mobiliário de Edifícios Escolares (Tomo IV, Capítulo VI), dividindo em quatro partes.

A primeira – Condições Gerais- trata do terreno e da construção e nessa parte a primeira indicação de cada escola deveria ter 750 vagas, sendo 300 para meninos, 300 para meninas e 150 para crianças em salas de asilo.

A segunda trata do espaço da sala de aula, com as disposições comuns – identificando 50 lugares; de um grupo de salas, já denominando de grupo escolar (grifo nosso), onde analisou o espaço a ser construído, suas dimensões, o pé-direito mínimo, posição dos móveis, paredes divisórias, carteiras, janelas, quadro, aparadores e demais elementos necessários; o pátio também foi normatizado, seja coberto ou descoberto e a norma indicava uma proporção de 5 m² de área por aluno; o espaço para ginástica e os sanitários também tinham proporções para sua construção; os espaços administrativos foram tratados onde a cada quatro salas deveria se prever um espaço para o diretor, espaço para alojamento e vestiário e espaços para cozinha e refeitório de uns 100 a 120 m².

A terceira parte do regulamento cuidava dos Serviços Anexos, especialmente para aquelas escolas com mais de 4 salas: salas de desenho, ateliês para trabalhos manuais, tratadas de forma independente, separadas um das outras, inclusive com entradas por galerias distintas com uma largura de dois metros. As escadas foram normatizadas, quando os edifícios tivessem mais que um piso e, nesse caso, a norma determinava largura, altura dos pisos, corrimão, etc.

A quarta parte trata do mobiliário de todos os ambientes da escola. Destaque especial para o mobiliário da sala de aula, com especificação do material a ser empregado – madeira e ferro; as dimensões – largura, altura, etc.; para um, dois ou três lugares; se era fixo ou móvel.

Esse conjunto normativo, um catálogo produzido para profissionais e dirigentes educacionais, trouxe novas possibilidades e o seu trabalho deve ter favorecido muito governos e países a dinamizar o setor escolar de construção de novas escolas.

Tubeuf demonstrou no seu tratado amplas possibilidades para escolas de apenas uma sala (Figura 14), de duas, com um ou dois pavimentos (Figura 15 a 17) e começaram a surgir dois elementos essenciais, que foram utilizados nos edifícios da escola jesuíta em Portugal, no começo do século XVI, qual seja o pátio e a separação entre meninos e meninas (Figura18).

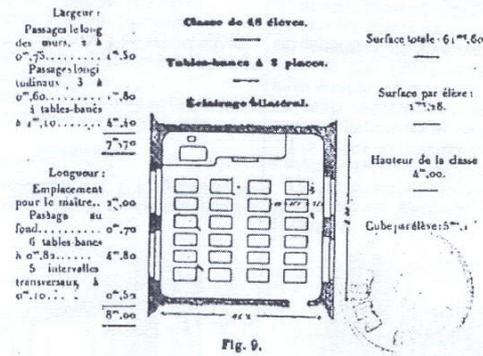


Fig. 9.

obliquement au-dessus de la tête des élèves;
 9° Un espace libre de 1^m,25 sera laissé entre le poêle et les élèves;
 10° Lorsqu'un agent sera chargé de l'allumage et de l'entretien des poêles

d'une école, ces poêles auront leur ouverture de chargement à l'extérieur de la classe;
 11° Le poêle en fonte à feu direct est interdit;
 12° Des tuyaux d'échappement seront

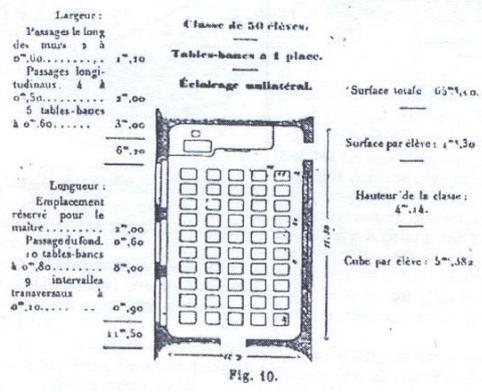


Fig. 10.

Figura 14 – Esquemas de tipos de salas pensadas por Tubeuf a partir das normas e concepções de espaço e de mobiliário escolar

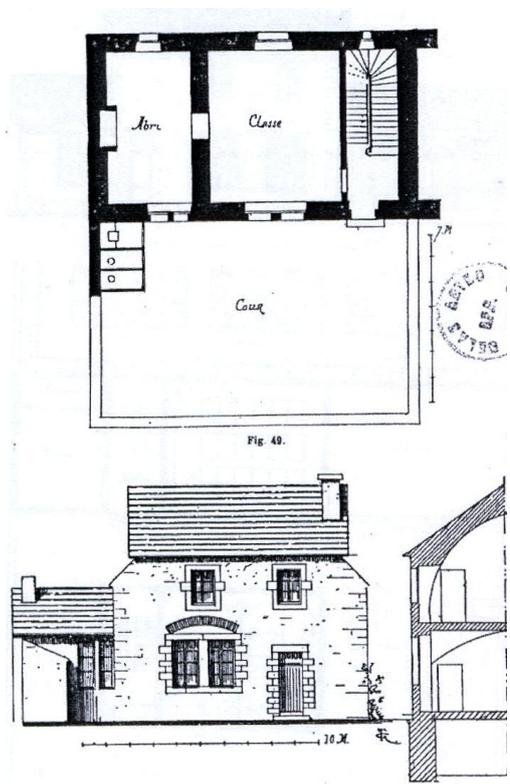


Figura 15 – Escola de uma sala-tipo, com pátio

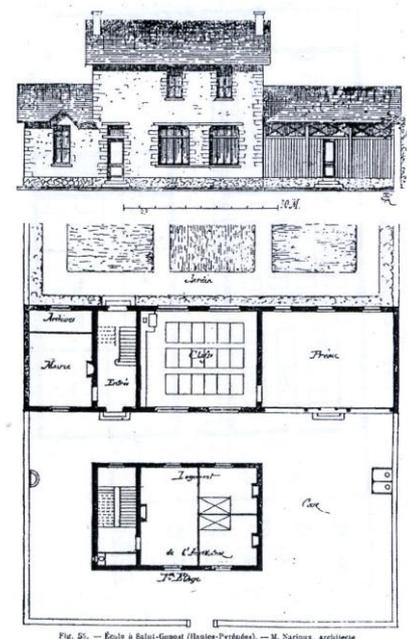


Figura 16 – Escola com dois pisos

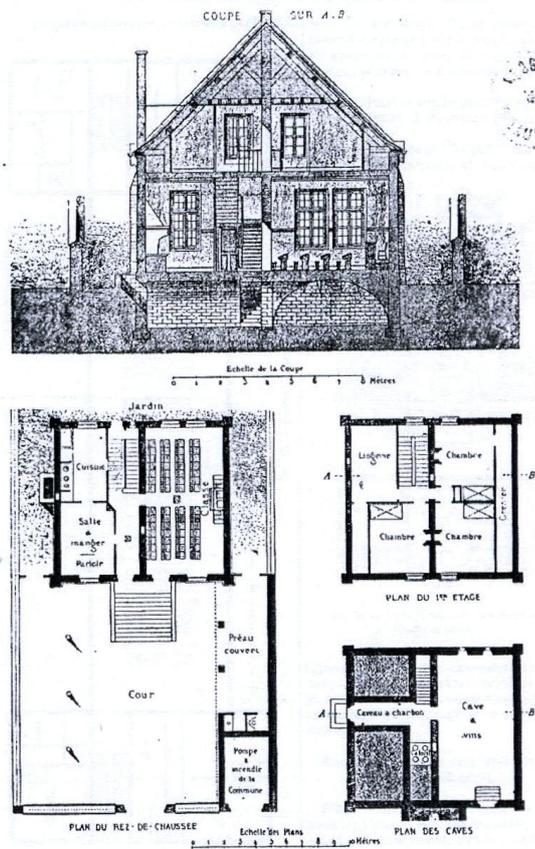


Figura 17 – Escola de dois pisos com moradia

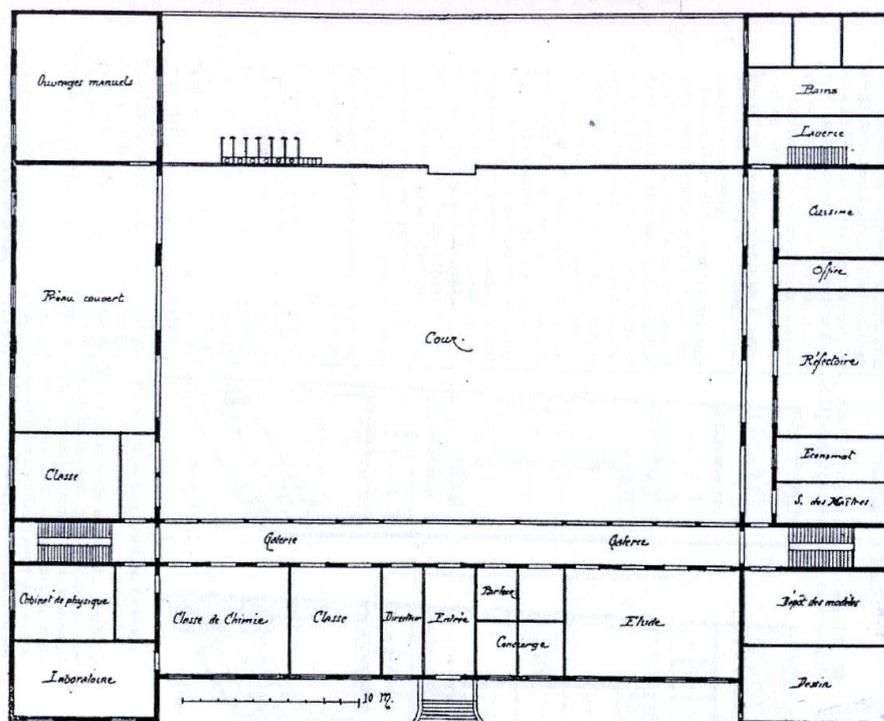


Figura 18 – Escola de meninos e meninas, com pátio, completa

Em seus estudos, Tubeuf analisa ainda as escolas em outros países da Europa e demonstra como estava se comportando a arquitetura escolar na Bélgica (Figura 19), Alemanha (Figura 20), Argélia, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Grécia, Rússia, Itália, Áustria, Inglaterra, Portugal e Espanha, esses três últimos com reflexos sobre o Brasil.

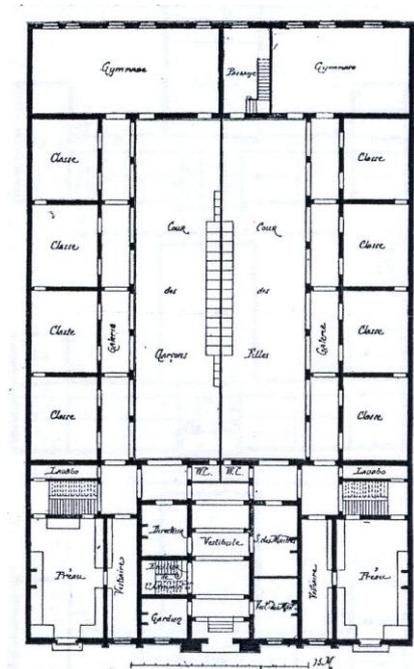


Figura 19 – Escola em Bruxelas

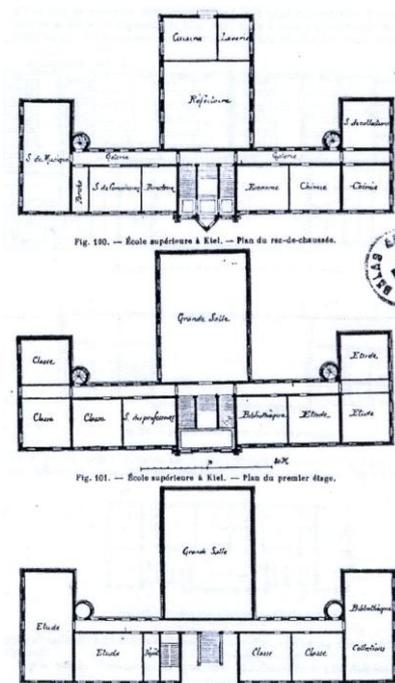


Figura 20 – Escola na Alemanha

Na Inglaterra, uma lei de 9 de agosto de 1870, normatizava as escolas daquele país onde um comitê civil criou a figura da administração escolar. Analisando a escola de Plough-Road em Lambert – Londres, Tubeuf observa a separação de meninos e meninas com entrada, pátio e circulação distintos, o mesmo acontecendo na Escola d'Ivydale Road, com 3 pisos distintos. As disposições dos ambientes internos, os materiais, o mobiliário, as dimensões dos espaços projetados foram todos analisados e com isso, levam à conclusão de que a Inglaterra estava adotando, no geral, o sistema francês com algumas exceções, principalmente a escolha de terrenos por conta das diferenças de urbanização dos dois países.

Analisando esses projetos, verifico a existência dos mesmos elementos ditados por ele em seu tratado, quais sejam o pátio e as unidades separadoras por sexo (Figuras 21 e 22).

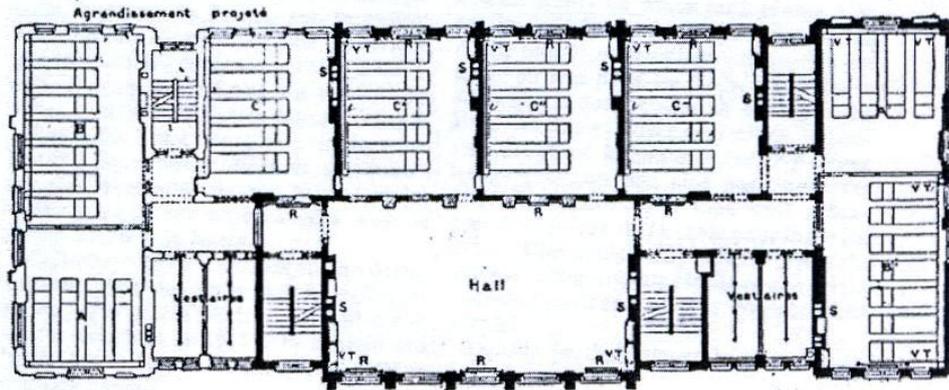


Fig. 105. — Ivydale road à Londres. — Plan général.

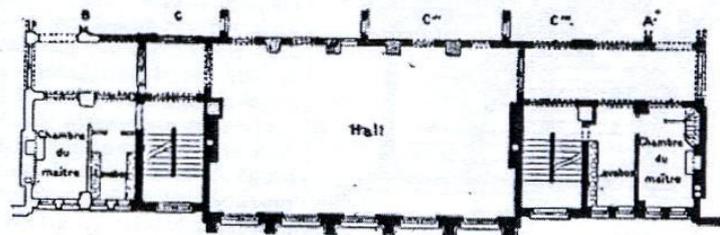


Fig. 106. — Ivydale road à Londres. — Plan par étage.

qui alimente chaque cuvette au moyen | portées sur tourillons qui permettent, en
d'un robinet en cuivre. Ces cuvettes sont | les faisant basculer, de les vider dans une

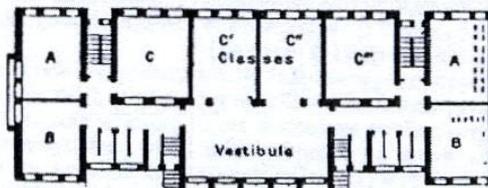


Figura 21 – Planta de escola na rua Ivydale, em Londres. Século XIX.

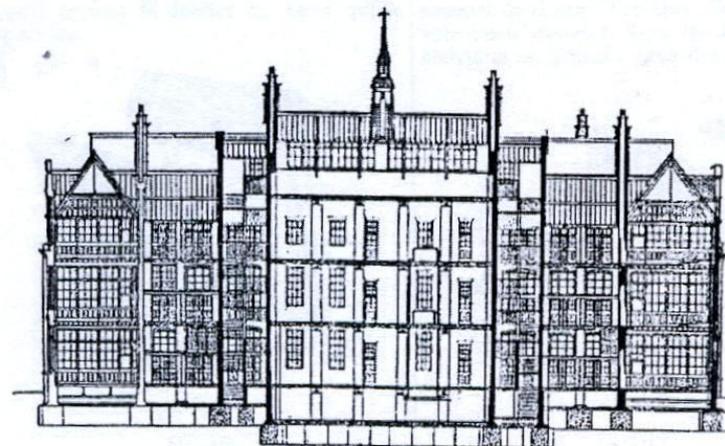


Figura 22 – Elevação da escola da rua Ivydale, em Londres.

O tratado de Tubeuf pode ter incentivado as administrações escolares de toda a Europa e do Brasil, por serem fórmulas de fácil compreensão. Ao adotar a ideia de uma escola-tipo, aquela que poderia ser construída em diversos lugares com

o mesmo projeto, Tubeuf pode ter influenciado na industrialização da arquitetura escolar, uma necessidade imposta pelas novas condições do capital e pelo crescimento da economia: a fase da multiplicação para construir mais e mais.

As ideias da nova arquitetura escolar viajaram pelo mundo e outros livros foram publicados, novas revistas, normas, regras, técnicas de construção, racionalização das obras e dos espaços.

Com o mesmo intuito de Tubeuf, nos Estados Unidos, Barnard (1855) publicou, em Cincinnati, um relatório que abordava diversos erros comuns existentes na arquitetura escolar americana e destacou: a) a localização errada das escolas – às margens de rodovia, muito barulho e perigos iminentes; b) espaços pequenos que não permitem a separação de meninos e meninas; c) iluminação ruim e ventilação imprópria; d) portas e janelas sempre com defeitos que causam infiltração além dos telhados irregulares; e) móveis impróprios, mesas, cadeiras, quadros; f) ausência de material para complementar o ensino, como mapas, relógios etc.; g) deficiências no entorno do edifício, apontando problemas com a alimentação e falta de espaço para atividades extraclasse.

Ao apontar os problemas existentes nas escolas, Barnard traduziu as propostas de uma nova ordem arquitetônica escolar, com propostas e projetos para escolas de uma sala, duas, com um ou dois pavimentos, utilizando a linguagem da arquitetura anglo-saxônica, vitoriana em sua essência, com possibilidades inúmeras (Figura 23 a 28).

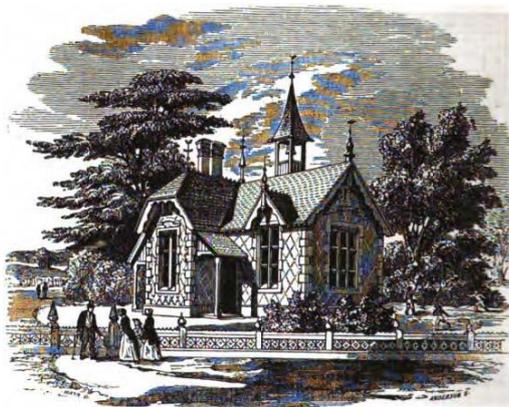


Figura 23 – Elevação e planta da casa-escola

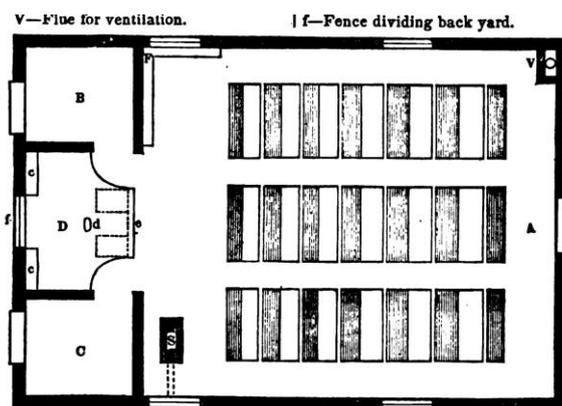


Figura 24 – Elevação e planta da casa-escola

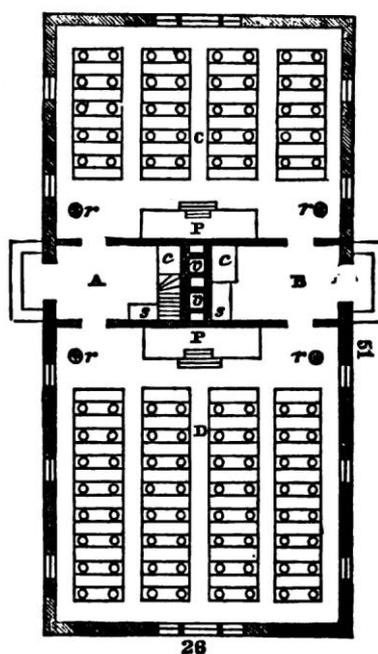


Figura 25– Planta e elevação de escola em dois pisos.



Figura 26 – Planta e elevação de escola em dois pisos.

Essas propostas de Barnard visavam ao aperfeiçoamento da condição do edifício em relação à sua situação exposta no relatório e as diretrizes apregoadas contribuíram para o aperfeiçoamento dos projetos elaborados posteriormente.

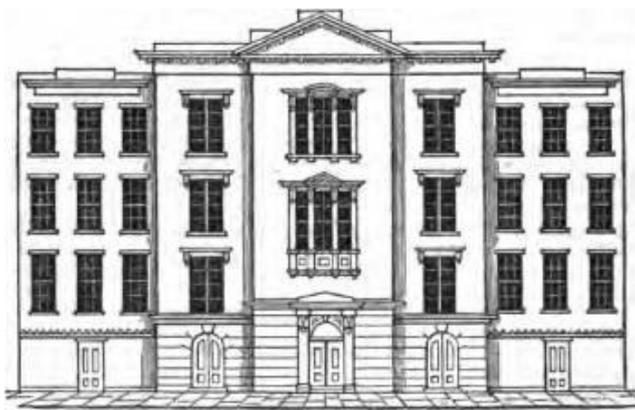


Figura 27– Elevação e planta de escola em Nova York com dois pisos. Salas de aula em que meninos e meninas são separados.

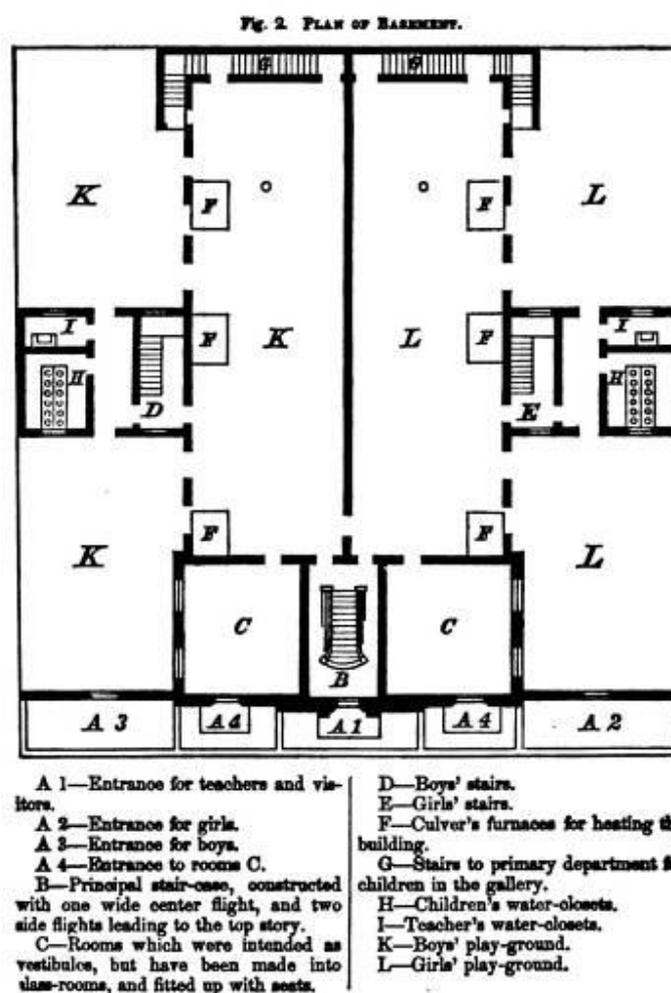


Figura 28 – Elevação e planta de escola em Nova York com dois pisos. Salas de aula em que meninos e meninas são separados.

Ele propôs dezessete princípios gerais para a arquitetura escolar e, com isso, pensou na normatização dos diversos estágios do edifício:

a) O local: um local, saudável, acessível de todas as partes da cidade ou bairro; longe da poeira, ruído e perigo da estrada; atrativo de sua escolha pelo sol e sombra e de baixo custo;

b) O terreno sempre grande para prever ampliações e permitir o plantio de árvores e flores e dois pátios, um para cada sexo, abertos, para recreação e lazer dos alunos;

c) Entradas separadas para cada sexo, tanto no edifício quanto nas salas de aula;

d) Salas de aula com espaços dos corredores, plataforma para o professor;

e) Espaço para recitação, livraria e outros usos;

f) Preocupação de conforto ambiental com passagem de ar fresco, arranjos da sala de aula com organização das carteiras; circulação para o professor; janelas seguras; paredes pintadas de branco, com janelas e cortinas; aparelhos para purificar o ar e combater o calor dos ambientes; carteira do mobiliário escolar com inclinação suficiente para a leitura e apoio; uma cadeira ou banco para cada aluno e no caso de bancos para mais de um aluno, com conforto e possibilidade de entrar e sair;

g) Sala dos professores com espaço para guardar material, livros, mapas e todos os seus instrumentos;

h) Espaço para uma biblioteca para consulta, inclusive da comunidade do bairro onde a escola se encontra;

i) um projeto de bom gosto e com boas proporções, que caracterize a quase universal escola de New England, com influência inglesa;

j) Acomodações para os professores e sua família no bairro.

Esses princípios gerais, pensados e organizados por Barnard em 1855, são planos para resolver as preocupações e os problemas por ele citados quando do inventário produzido e com isso contribuir para difundir no país a necessidade de uma arquitetura escolar. O repertório utilizado por Barnard traduziu-se, concretamente, em edifícios espalhados pelos estados americanos e em função da circulação de idéias e da movimentação cultural, também influenciou a produção brasileira do final do século XIX e início do século XX.

Esse repertório pode ter inspirado uma corrente da educação em fazer o espaço da escola ser resolvido examinando as tendências da higiene, salubridade, conforto e segurança, além daquelas típicas da educação e do método de ensino.

Na Espanha, Ruiz (2007) diz que foi Manuel José Quintana⁶ (1772-1857) quem provocou as mudanças na arquitetura escolar. Escolas projetadas para atender diversos tamanhos de comunidade – com até 500, entre 500 e 5000 e com mais de 5000 habitantes- constituíram o ponto central das mudanças (Figura 28 a 30). Somente seria possível atender às demandas do ensino gratuito, se houvesse uma massificação na construção escolar.

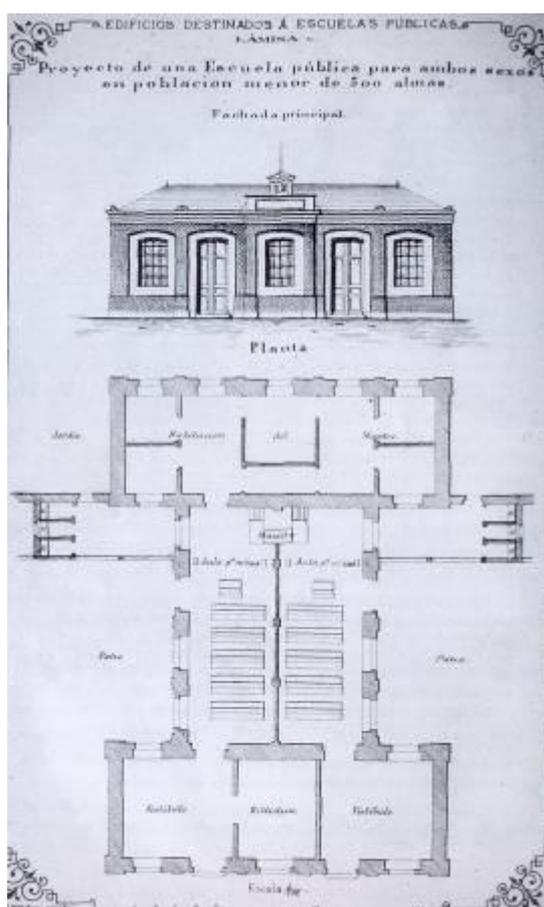


Figura 29 – Planta e fachada de escola para 500 almas

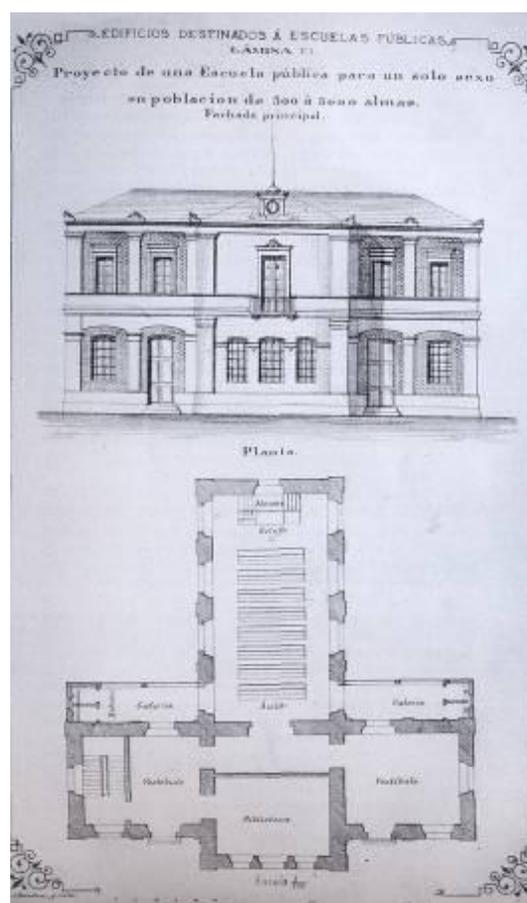


Figura 30 – Planta e fachada de escola para 500 a 5000 almas

O Regulamento de Quintana não se prendeu às pequenas escolas. Propôs ainda edifícios de grande porte, para atender grandes comunidades, principalmente em Madrid. A escola-tipo, proposta por Tubeuf e Barnard agora se manifestava em grandes empreendimentos, como os das figuras 29 e 30.

⁶ Estudou filosofia em Salamanca onde conheceu o teórico da educação espanhola Jovellanos e com a leitura do Tratado teórico-prático de ensino de 1796, quando assumiu o cargo de encarregado da Junta de Instrução Pública, propôs uma educação universal, pública e gratuita e livre que se transforma no Regulamento Geral de Instrução Pública na Espanha, documento que faz o primeiro ordenamento da educação espanhola e que nele contém as normas da edificação escolar.

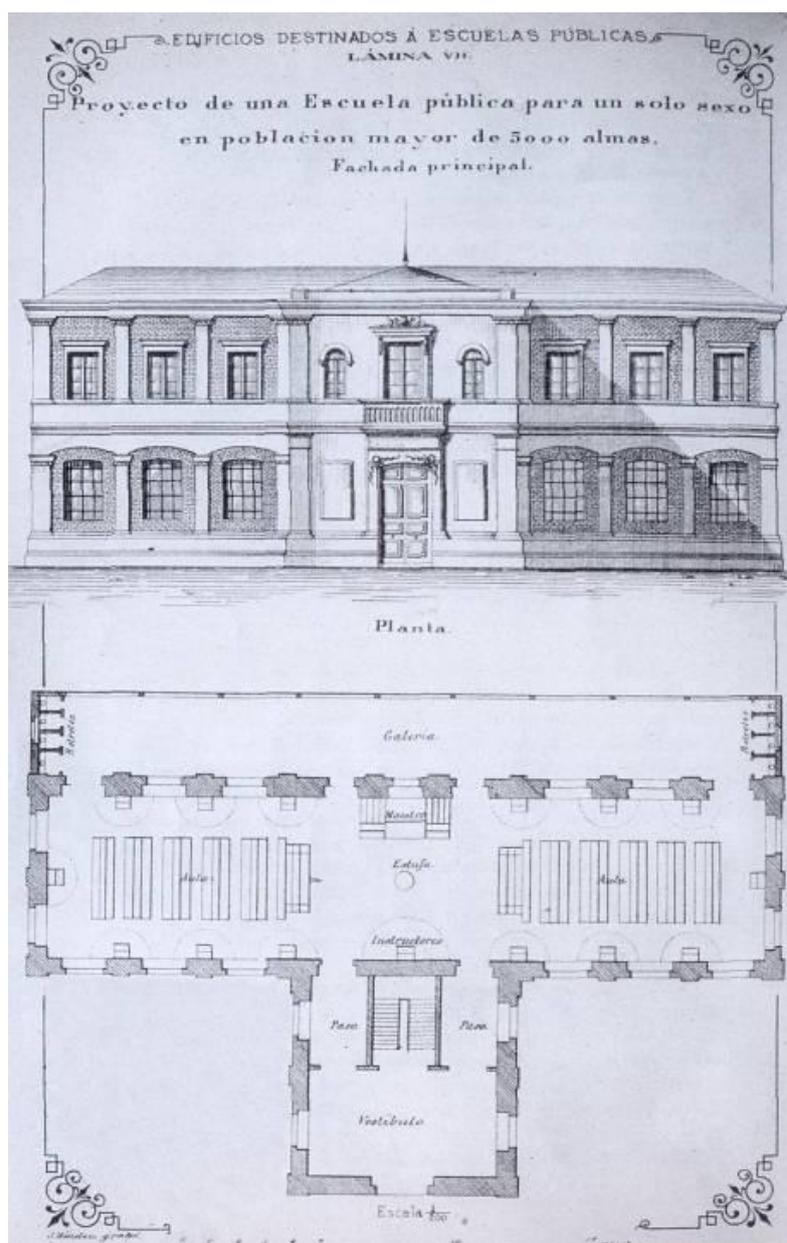


Figura 31 – Planta e fachada de uma escola para mais de 5000 almas

Em Portugal, segundo levantamento elaborado pelo Ministério da Educação através da Diretoria de Administração Escolar, a idéia da escola-tipo, de pequeno porte, começou a acontecer nos meados de 1866, com a primeira delas erguida, a Escola Conde de Ferreira, que continha apenas uma sala de aula e espaço administrativo. De manifesta arquitetura neoclássica, os prédios eram construídos em diversas cidades portuguesas (Figura 31 a 35).

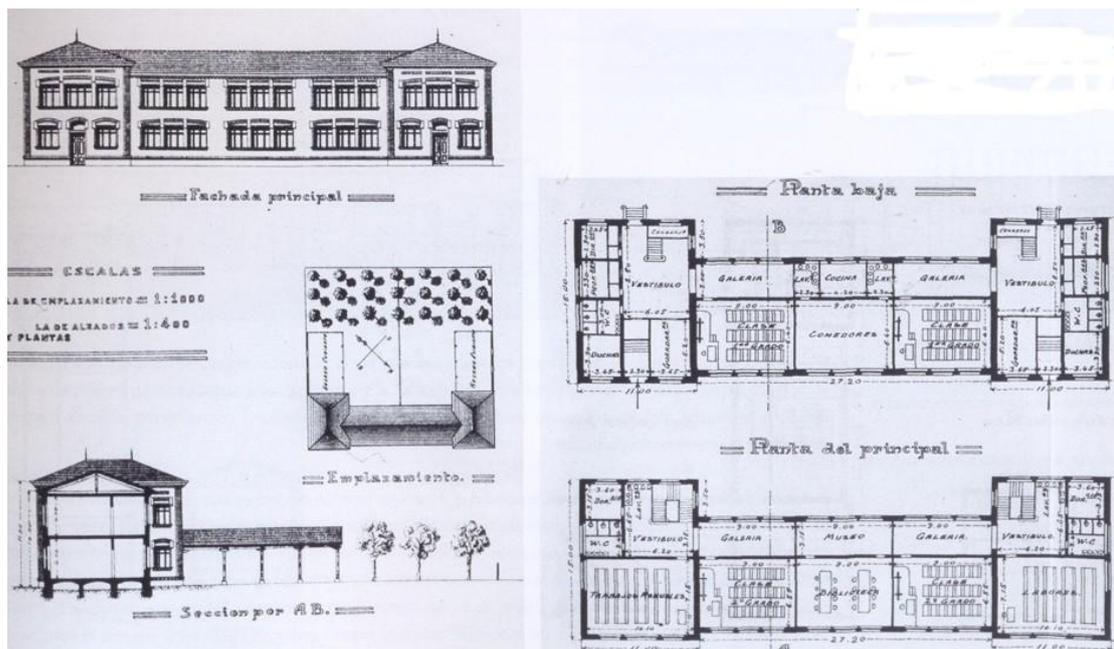


Figura 32 – Desenhos de Escolas-tipo, modelos para meninos e meninas

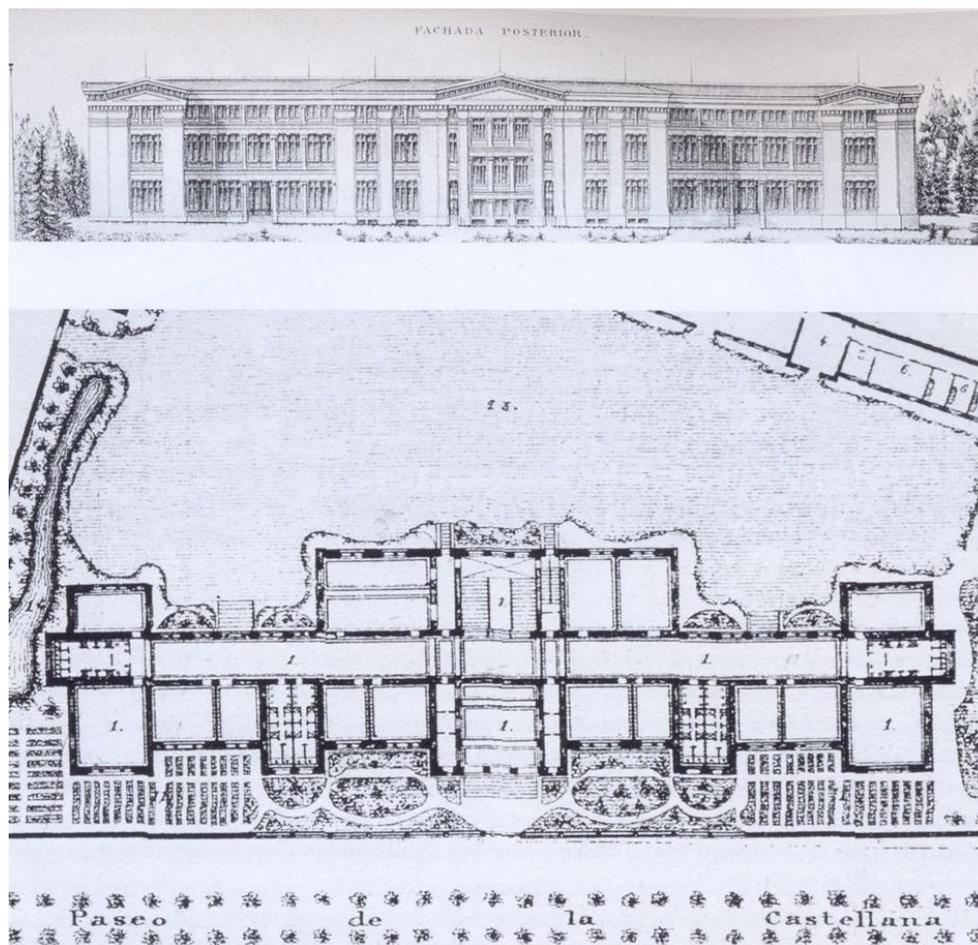


Figura 33 – Fachada e planta de uma escola pavilhonar, do fim do século XIX, na Espanha.

Mas os padrões escolares portugueses foram acompanhando as transformações e, as escolas maiores, separadas por sexo e com pátio interno,

começaram a surgir no ano de 1889 em Portugal e por fim, no final do século XIX as escolas com moradia e as escolas com dois pavimentos e pisos separados, acompanhando a tendência americana e francesa.

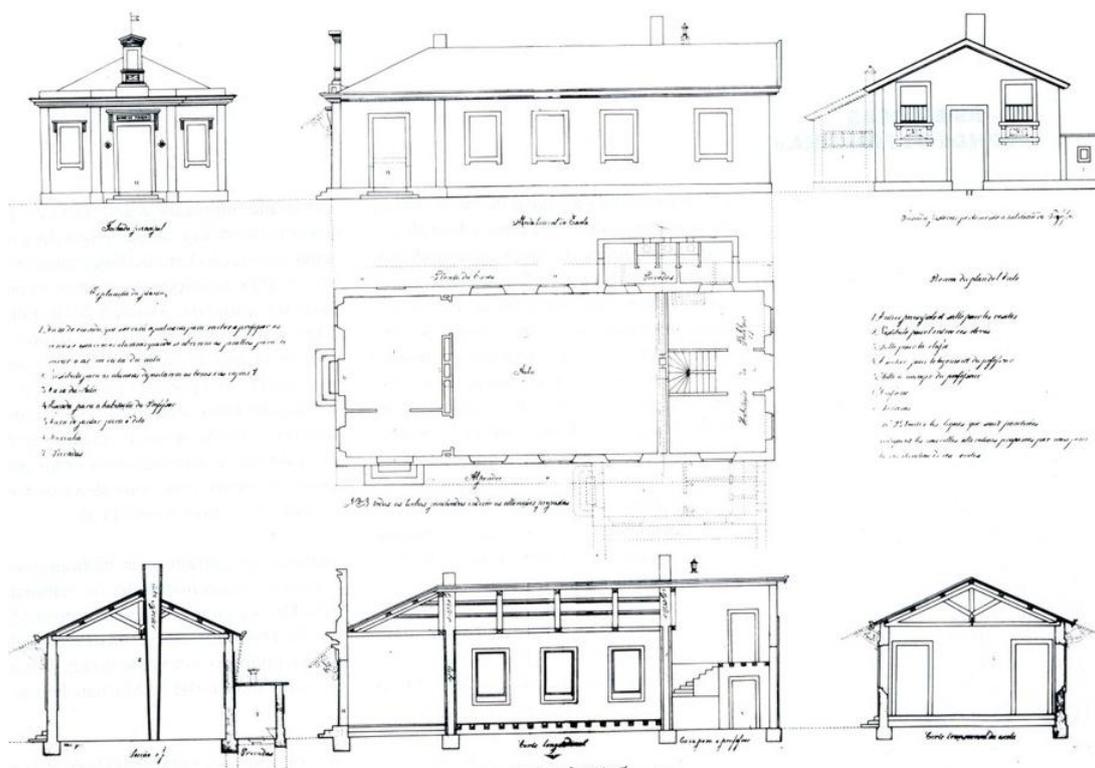


Figura 34— Planta, cortes e elevação de escolas-casa, tipo, de uma sala, em Portugal.



Figura 35 – Fachada frontal da escola.



Figura 36 – Fachada lateral da escola.

Na França, o levantamento da arquitetura escolar analisada por Châtelet (1999), em especial aquelas produzidas em Paris, entre 1870 e 1914, mostra as movimentações que já ocorriam nos países aqui relatados (Figura 35 a 38).

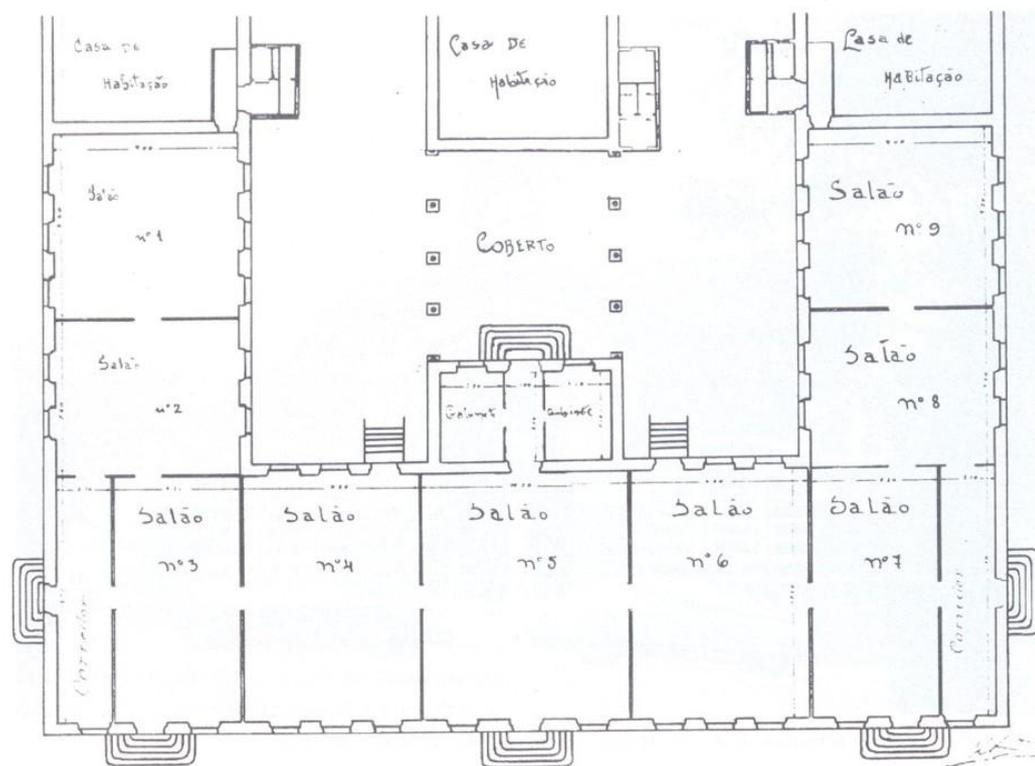


Figura 37 – Planta de escola em Portugal. Pátio e separação de meninos e meninas.



Figura 38 – Fachada da escola da figura 37.

Estudando a política educacional francesa nos primeiros anos da Terceira República, Chatelet demonstra de que forma as leis oficiais definiam a arquitetura dos edifícios escolares, considerando questões sobre a “Maison d’école”, e as

organizações espaciais que as escolas deveriam seguir. Com foco na organização espacial, diferentes projetos de sala de aula destacam-se e essa espacialização foi marcada pelos modos de ensino: modo mutual, simultâneo e individual.

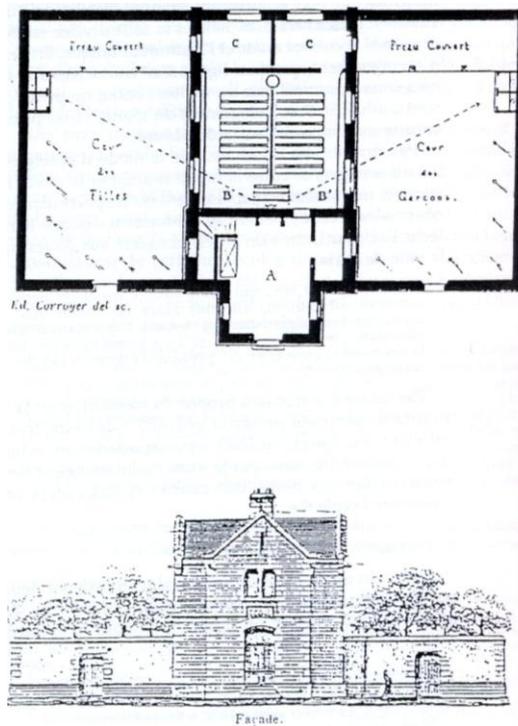


Figura 39 – Planta e fachada de escola-modelo para rapazes e moças

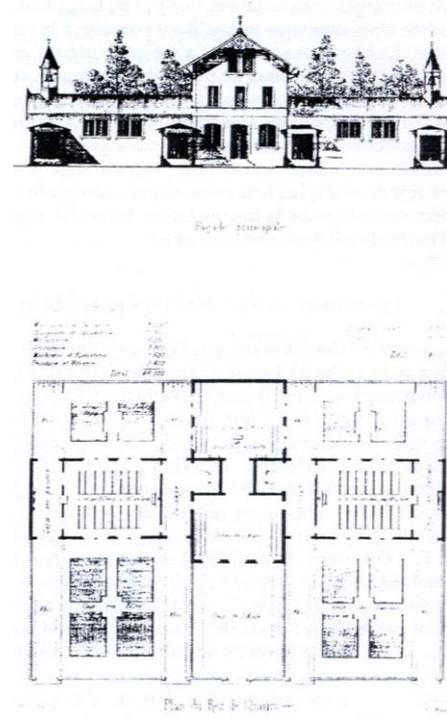


Figura 40– Planta e fachada de pequeno grupo escolar.

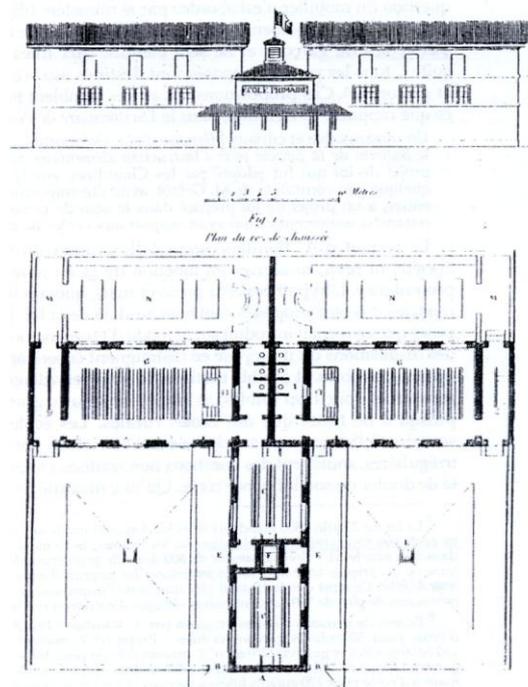


Figura 41 – Escola de meninos e meninas: dois pisos e pátio

A combinação da Lei Guizot de 1833, com o método mútuo, atraiu propostas arquitetônicas inspiradas nos trabalhos realizados pelo princípio pedagógico. Châtelet destaca algumas características importantes dessa lei, como as salas de aula para comportar aproximadamente 280 crianças.

O mobiliário escolar não era preocupação dos profissionais arquitetos e pedagogos; os alunos estudavam em mesas comuns. No modo de ensino mútuo, a posição das janelas era mais alta. Esse ensino necessitava de grande superfície de parede para possibilitar melhor visualização aos quadros de exercícios e, ainda, as janelas altas não permitiam que as crianças vissem a rua, impedindo a distração dos seus deveres.

Chatelet comenta ainda outras leis que definiam a criação das “escolas-tipo” ou “modelo-tipo” e questões como o melhor lugar para se implantar uma escola, construção adequada, ventilação, aquecimentos, organização do espaço e mobiliário que foram objetos discutidos entre o ministério e arquitetos do governo (Figura 39). Ela observa, em comentário, que o arquiteto trabalhava “a partir de regras impostas pelo ministério, com o terreno já escolhido e respeitando a legislação vigente, sua independência para criação e execução dos projetos era limitada”.

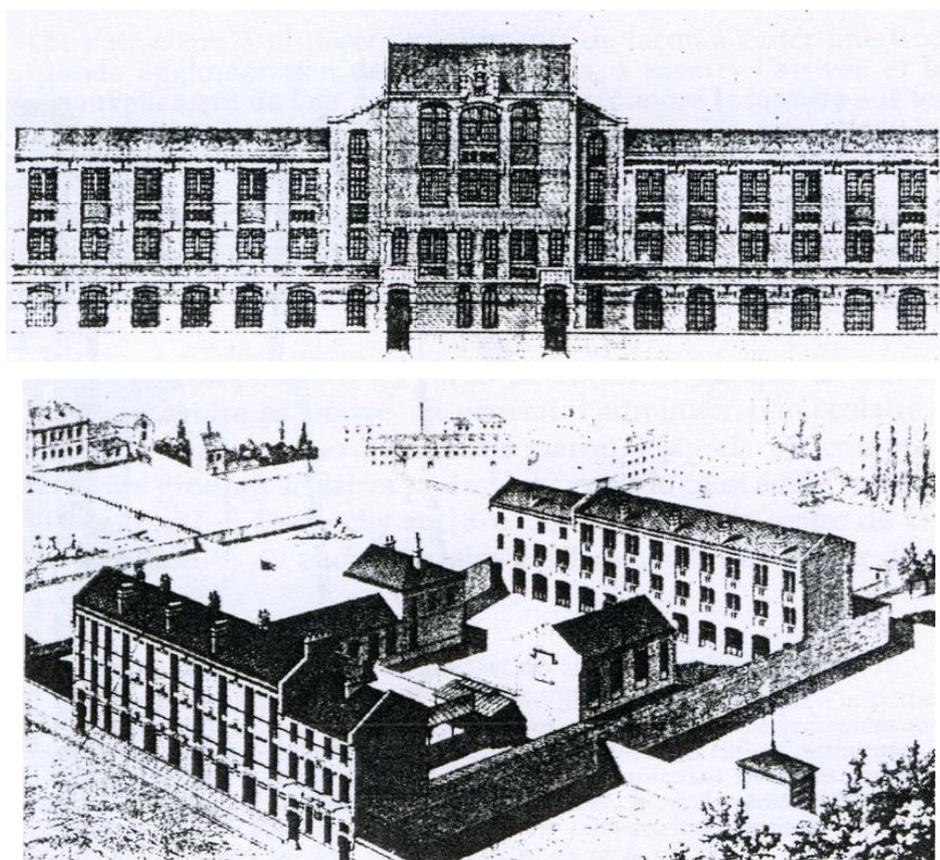


Figura 42 – Grupo escolar na França em 1878. Elevação e perspectiva.

Para Correia (2002), analisando o livro de Chatelet (1999), a idéia da arquitetura dirigida por “um racionalismo no qual a maior preocupação, em meados do século XIX, não era discutir a importância dos estilos arquitetônicos da época, mas procurar as principais condições de produção e uso das escolas”. Para ela, a arquitetura escolar na França, seguia as regras impostas pelo estado e, nesse sentido, a escola teve como tarefa “a construção do valor social da República”.

De fato, com isso, observamos que as tipologias arquitetônicas examinadas por Tubeuf aparecem nas escolas modelo para moças e rapazes, nas escolas para comunidade de mais de 1000 habitantes. Surge a denominação *Grupo Escolar* em projetos de 1878 de pequeno porte e, depois, em projetos de grande porte e, as repetições das idéias de separar meninos e meninas com pátio.

1.3 As influências da arquitetura jesuíta

Além das influências desses padrões europeu e americano, uma grande influência na arquitetura escolar brasileira veio com os jesuítas. Oliveira (1988, p. 23) diz que toda implantação significativa dos jesuítas no mundo veio acompanhada pelo colégio, que deveria funcionar como instrumento pedagógico da Companhia. Com essa afirmação, caracterizo a importância da arquitetura escolar dos jesuítas como fonte material de organização dos espaços que foram sendo construídos a partir de uma lógica formal compositiva, baseada nos princípios da simplicidade plástica, permanência de uma tipologia e controle do espaço urbano (Figura 43 e 44).

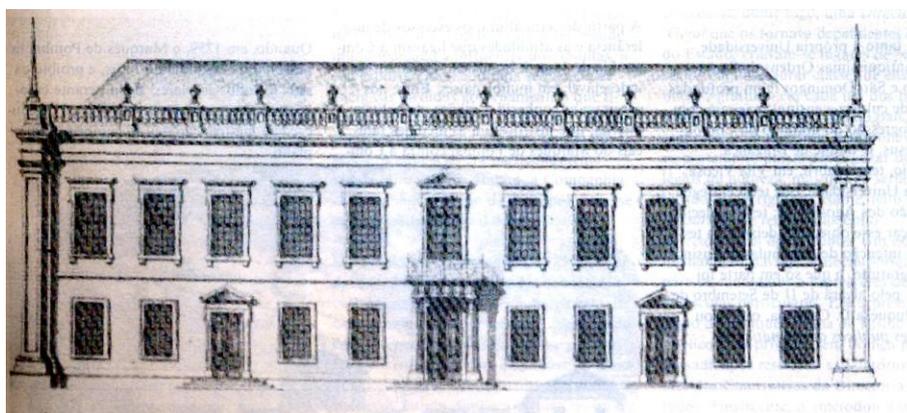


Figura 43 Arquitetura escolar jesuíta em Portugal, início século XVI.

Costa (1997, p. 67) considerava que a arquitetura dos jesuítas no Brasil, em especial a arquitetura das escolas, representava o que temos de mais “antigo” em

termos de estilo arquitetônico no nosso país, abrangendo todo o período do barroco brasileiro, mas que se inicia no primeiro século e, também, que, para se analisar uma obra de arquitetura, deve-se compreender como ela se compõe:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente, a “comodulação” e a “modenatura”, as qualidades plásticas do monumento.



Figura 44 Igreja jesuíta em Portugal, com escola, no início século XVI.

Assim, fundado nesse conceito de Costa, podemos analisar a produção da arquitetura escolar jesuítica nos seguintes aspectos: a intenção (simplicidade), a implantação dos edifícios (tipologia) e a organização espacial (controle urbano).

Para a concretização da intenção, observei as necessidades, subordinadas aos interesses da Companhia no Brasil: a religião e a educação, a escola sempre ao lado de uma igreja. Assim, as dificuldades de fundar um colégio jesuíta, de arquitetura atrelada à da igreja, numa manutenção de espaços urbanos qualificados para a catequese e a aproximação com o povo, fizeram dos jesuítas grandes urbanizadores de cidades.

A intenção configura-se no programa de necessidades e Costa (1997, p. 107) descreve-o como muito simples e pode ser compreendido dividindo-se em três partes: para as atividades de culto, a igreja; para o trabalho, as aulas e oficinas e para moradia, os cubículos, a enfermaria, as dependências de serviço, a horta e o pomar.

Para a doutrina, ampla igreja, sem muitos ornamentos externos, numa atitude de simplificação plástica que se atrelava aos compromissos da própria Companhia, que prezava pelas atitudes despojadas, engajadas na pobreza; a localização da igreja preferencialmente em espaço central e aberto, com ampla visibilidade do povo e onde pudesse se reunir e andar com certa liberdade. Um ar de arquitetura modesta era fundamental, simplificando as obrigações e explicações da presença em espaços urbanos com características especiais na cidade.

Essa estratégia de localizar o colégio ao lado da igreja permitiu aos jesuítas um certo controle urbanístico nas cidades onde se instalaram. O uso da quadra com uma área aberta formando um largo que depois se transformava em praça e, com o passar do tempo, implantaram-se novos edifícios, geralmente públicos, como as Casas de Câmara e Cadeia, as instalações de segurança, judiciário e as do legislativo da Corte. Todos esses prédios públicos, convivendo com a igreja e colégio, fizeram do colégio um edifício integrado e estabeleceu relações de interesse e de troca com os demais prédios. Oliveira (1988, p.58) confirma:

Nas fachadas das construções jesuíticas apenas a igreja se sobressai. É colocada sua importância no corpo da Companhia como a casa de Deus... As outras partes, o colégio e residências, conservam a sobriedade e a uniformidade arquitetônicas para dar lugar de destaque à igreja e, juntos obterem e simbolizarem a grandiosidade harmônica da estrutura hierárquica da Congregação. É uma diferenciação que conserva a homogeneidade de linguagem. Há uma evidência de grau de importância sem a perda da unidade visual do conjunto.

Outra característica é a altura do edifício, com o colégio com dois pavimentos e a igreja com apenas uma torre e em alguns casos com duas torres, apesar de a técnica construtiva da taipa restringir que determinados vãos fossem maiores do que os construídos; daí a expressão “cubículo” para os quartos existentes, erguidos em dois pisos, o que mais tarde favoreceu a divisão dos alunos em turmas separadas.

Quanto à organização, as instruções centrais da Companhia eram para atender o sentido da “perpetuidade” do edifício, ou seja, suas instalações não deviam economizar na obra, gerando caras manutenções. O surgimento do pátio nos edifícios

religiosos e educacionais, herança greco-romana da arquitetura usada na Idade Média nos edifícios religiosos, serviu intensamente à organização proposta.

De fato, o pátio nascia na combinação dos espaços gerados a partir da formação em planta dos diversos blocos propostos. Não era apenas um pátio, poderiam existir outros, relacionando os espaços criados. O pátio servia para os colégios como espaço de sossego tão comum nos mosteiros e conventos. Esse espaço deu significativa característica e feição aos edifícios educacionais religiosos no país, ao longo de séculos.

O pátio externo era formado pelo largo compositivo na cidade que, de tão forte sua presença e sua organização, seu nome ainda se perpetua, como, por exemplo, em São Paulo, região conhecida como Pátio do Colégio. Esse largo, organizado para observação do edifício, é uma característica importante dos edifícios religiosos, apesar da sua simplicidade plástica, poucos ornamentos e disposições de elementos de arquitetura exuberantes.

Erguidos num período em que a arquitetura na Europa manifestava-se com o Renascimento e depois com o Barroco, seus estilos predominantes, a arquitetura dos jesuítas no Brasil “foi quase sempre inimiga dos derramamentos plásticos, despretensiosa, muitas vezes pobre, obedecendo em suas linhas gerais, a uns tantos padrões uniformes” (COSTA, 1997, p. 78). Ou seja, a sobriedade presente na arquitetura dos edifícios dos jesuítas contribuiu para a definição de uma arquitetura brasileira conceitual.

Quem contribuiu para a fixação deste “movimento” foram os padres arquitetos, em especial Francisco Dias, que inspirou as características próprias da arquitetura jesuítica, influenciando as construções religiosas e civis em todo o país e a arquitetura escolar em especial.

No capítulo 2 debruço-me em analisar como o edifício escolar no Brasil começa a ser construído, com o foco nas normas da educação e nos padrões e estilos arquitetônicos que se manifestavam no país.

CAPÍTULO II

EDIFÍCIOS ESCOLARES NO BRASIL (1870-1930): AS NORMAS EDUCACIONAIS E A ARQUITETURA

No decorrer do século XIX assistimos, então, ao processo gradual de organização da educação das crianças, passando do ensino individual para o mútuo, deste para o simultâneo e finalmente para o ensino intuitivo. Ora, esse movimento implicou, por sua vez, a exigência de um espaço apropriado para o desenvolvimento da instrução, o que irá culminar na organização dos grupos escolares. Portanto, além do método intuitivo que, assumido no final do Império, se tornou dominante na Primeira República, o século XIX legou para o século XX a exigência da construção de prédios especificamente destinados ao funcionamento das escolas. Ultrapassou-se, assim, a situação dominante no período colonial e também durante o Império, quando o ensino era ministrado nas casas dos próprios professores. (SAVIANI 2006, p.28)

Neste capítulo, meu objetivo é analisar a arquitetura do edifício escolar que começou a ser construído no Brasil durante o Império e a sua relação com a história da educação, em especial as leis que iniciam o processo de normatização da instrução pública no Brasil, para melhor compreender como surgiram os edifícios dos grupos escolares na educação pública brasileira e quais as relações históricas das normas educacionais editadas com os prédios instalados.

Em primeiro lugar pretendo demonstrar por quê, durante um longo período que se iniciou com a saída dos jesuítas em 1759 e foi até os anos 1870, poucos edifícios foram erguidos como espaços da educação. Tal afirmação se concentra em dados levantados em diversas fontes, como os relatórios dos presidentes dos Estados e governadores brasileiros e de outras fontes importantes, como os primeiros trabalhos de arquitetura publicados sobre a produção brasileira, de Segawa (1998), Bruand (1997) e Santos (1981). Em segundo lugar, cuido de responder a questão central da tese e considera a movimentação da história e as condições políticas do novo regime – a República, como cenário importante e determinante no contexto da pesquisa. Para a construção desta segunda parte do texto e da sua estrutura, usei como fonte os trabalhos de Souza (1998); Buffa e Almeida Pinto (2002); Camargo(1920); Lopes, Faria Filho e Greive (2007); Ferreira, Correa e Mello (1998) e Souza (2008).

Quando analisei, no Capítulo 1, o edifício e a arquitetura escolar que estava sendo produzida na Europa e nos Estados Unidos da América, entre os anos 1850 e 1889, verifiquei a existência de elementos técnicos de um repertório que se manifestou, correntemente, ancorado nos padrões e nas leis que começavam a se implantar, como a dimensão do edifício, quando comparado com outros elementos urbanos ou ainda com outros prédios importantes das cidades, como o Parlamento, o Poder Judiciário, ou ainda os edifícios militares. Essa dimensão, às vezes ocupando um quarteirão inteiro ou a metade dele, evidenciava a necessidade de o edifício escolar ser visto pela população da cidade e, imperiosamente, ser colocado na malha urbana numa ocupação privilegiada.

Em menor escala, o edifício se preocupou com padrões de conforto e higiene, típicas necessidades da urbanização européia daqueles anos quase ao fim do século XIX, onde o higienismo foi preocupação central dos planos de Paris, Londres e Barcelona, dentre outros. Ainda não se pode esquecer das normativas de padrões do mobiliário, evidenciando a produção em escala industrial, de peças necessárias para o conforto do corpo evitando surgimento de doenças decorrentes do mau desenho do objeto.

Esse repertório de ideias, quando chegou ao Brasil, influenciou o parlamento brasileiro e o governo imperial.

Posso destacar que, entre todas as heranças francesas e portuguesas que tivemos na arquitetura escolar erguida no Brasil, algumas delas foram fundamentais, como o programa de necessidades; a funcionalidade espacial; a organização escolar; os materiais e as técnicas construtivas sem deixar de observar a escala do edifício e a sua posição no lote ou quadra.

De fato, as escolas brasileiras, erguidas após esse processo, herdaram um legado e um conteúdo que influenciaram a projeção dos prédios.

As escolas que vinham sendo construídas ou projetadas na Europa, constantes no Capítulo 1, estavam preocupadas com algumas formalidades, em especial, a tradução de novos lugares no interior de cada edifício. Salas para a direção da escola, bibliotecas, livrarias, salas de leitura, foram incorporadas no edifício e na arquitetura escolar brasileira; a necessidade social de separar os meninos e as meninas, perdurou nas normas brasileiras um bom período e contribuiu para o surgimento de edifícios de dois pavimentos, em locais onde o pavimento térreo supriria as necessidades escolares.

Assim, o Brasil foi-se assimilando com a movimentação social e cultural e recebendo novas idéias, reproduzindo normas educacionais e usando a estética arquitetônica para compor os novos edifícios que mudaram o cenário urbano das cidades brasileiras, adotando estilos arquitetônicos manifestadamente vindos da Europa, como o classicismo e o ecletismo e em alguns casos, o art nouveau. Esses novos edifícios e sua arquitetura escolar projetada, diferiam daqueles lugares isolados onde professores ministravam o conhecimento. Faltava, ainda, combinar outros elementos, como o pátio, que essa pesquisa encontrou, que estava presente nos edifícios religiosos erguidos no Brasil e na Europa e que, também, influenciaram a arquitetura escolar brasileira.

2.1 A arquitetura dos edifícios escolares públicos no Império

Até o início do período pombalino, não havia instrução pública⁷ nas terras brasileiras e, portanto, as edificações escolares não pertenciam à Coroa. Toda a rede de escolas era de propriedade dos jesuítas. A Companhia de Jesus no Brasil, no período em que ficou no Brasil foi responsável pela construção e instalação de 17 colégios e com os colégios jesuítas extintos, uma enorme lacuna se abriu na vida educacional, tanto portuguesa como de suas colônias.

As medidas pombalinas, de inspiração iluminista⁸ eram necessárias para que Portugal saísse de uma posição mercantil para a posição industrial, sem que antes as forças contrárias fossem afastadas do processo. O Estado português via nos jesuítas uma enorme barreira para continuar avançando nas medidas que estavam sendo tomadas pelo rei. Competição estrangeira era uma palavra de ordem no reino português.

⁷ Para Saviani (2006, p. 8) na história da educação brasileira há sentidos de instrução pública que se misturam. O primeiro sentido de instrução pública era aquele ministrado por ordens religiosas subsidiadas pelo reino de Portugal combinando-se com a educação do preceptorado privado destinado às famílias mais ricas, no período da educação colonial (século XVI a meados do século XVIII); o segundo, iniciado em 1759 com as reformas pombalinas onde a instrução das aulas régias públicas combinava-se com iniciativas privadas de instrução obtidas através de licenças para obtenção de se ter uma escola pública de ler, escrever e contar, uma ação coletiva de iniciativa privada considerada pública. A polissemia que o termo carrega deve ser observada para o recorte do objeto de estudo. Esta tese adota o conceito de Saviani.

⁸ O iluminismo de Pombal era essencialmente reformista e pedagógico, não revolucionário, mas progressista, nacionalista e humanista e provocou satisfação em grande parte dos intelectuais. Ver Franco (2007, p.3 a 14)

A administração de Marquês de Pombal ensaiou um programa econômico, de teor monopolista, destinado a fomentar o progresso do reinado por intermédio da acumulação de capitais das pessoas que com estes monopólios colheram as vantagens e os privilégios dos empreendimentos do comércio ultramarino (CARVALHO, 1978, p.100).

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, no Brasil, já havia um pouco mais de 2 milhões de habitantes quando Marques de Pombal decretou novas medidas educacionais, através do Alvará de 28 de junho, que desmontava toda a estrutura educacional jesuíta no Brasil e em Portugal, inclusive o método de ensino.

A ação de Pombal modificou radicalmente o ensino. As Aulas Régias e diversas medidas administrativas, como os concursos para professores e a instalação do cargo de Diretor de Estudos, para fiscalizar e orientar a questão do ensino foram adotadas simultaneamente em Portugal e no Brasil.

A reforma pombalina na educação, além de demover os jesuítas, segundo Maxwell (1996, p.104), tinha três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo.

Os diretores deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Aos meninos se ensinaria a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã, enquanto as meninas, em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar, executar outras tarefas apropriadas para esse sexo. Os diretores, diferentemente dos missionários, deveriam impor às crianças indígenas o uso do português e proibir o uso de sua própria língua (MAXWELL, 1996, p.105).

Essas medidas não foram imediatamente, implantadas no Brasil, mas em Portugal. Somente em 1777 tomaram forma na colônia, após a criação da Mesa Real Censória em 1771 em Portugal.

Com esse ato administrativo, foram criadas no Brasil dezessete aulas de ler e escrever - duas no Rio de Janeiro, quatro na Bahia, quatro em Pernambuco e uma em Mariana, São Paulo, Vila Rica, São João Del Rey, Sabará, Pará e Maranhão, quinze aulas de gramática latina, seis aulas de retórica e três de filosofia e de língua grega. Instituiu-se um fundo financeiro destinado à manutenção, que teve o nome de subsídio literário. Maciel e Neto (2006) apontam que uma das implicações que o desmonte educacional jesuíta no Brasil causou foi a demora em instituírem-se no Brasil as escolas com cursos graduados e sistematizados.

Os colégios jesuítas, que eram os principais locais de ensino no Brasil, foram substituídos por Aulas com novas propostas pedagógicas que demoravam a se

efetivar. Essa ação de implantar Aulas Régias num novo modelo educacional não resultou na edificação de escolas reais, pois o conceito a ser efetivado não se baseava em espaços construídos, mas sim em conteúdos.

Nesse caso, a escola desse período deve ser compreendida no conceito de aulas isoladas, que poderiam acontecer em espaços sem adequação arquitetônica para a sua realização.

Nesse período do século XVIII, a arquitetura brasileira priorizava o estilo barroco mineiro na produção da arquitetura das ordens religiosas e na construção das Casas de Câmara e Cadeia, prédios públicos destinados à administração das cidades. Não há registros de produção e construção de espaços públicos destinados às aulas régias.

O novo método de estudar a ser implantado com a reforma de Pombal era inspirado, segundo Carvalho (1978), em teorias pedagógicas de Luis Antônio Verney, Ribeiro Sanches e Antônio Genovessi, portugueses iluministas considerados pensadores modernos e que serviram aos propósitos da reforma.

As Aulas Régias, segundo Cardoso (2004, p.182), constituíam um sistema de ensino baseado num processo que separava os Estudos Menores dos Estudos Maiores. Aos Estudos Menores cabiam as aulas de ler e escrever e contar ou das primeiras letras, como ficaram mais conhecidas; os Estudos Maiores se davam pelas Aulas de Humanidades, que compreendiam gramática latina, línguas grega e hebraica, retórica e poética.

As Aulas Régias foram batizadas com esse nome para caracterizar que eram do Estado e não da Igreja; no processo educacional se manifestava o Regalismo⁹.

Mas foi somente em 1774, 15 anos após a reforma pombalina, que as Aulas Régias começaram no Brasil. Nesse intervalo, a população recorreu aos professores particulares para as aulas de seus filhos.

Nos fins do século XVIII, a população brasileira estava próxima dos três milhões de habitantes (Furtado, 1976) e com uma quantidade de crianças em idade escolar próxima e sem escolas públicas funcionando para atender a população. Estava assim estabelecida uma situação que foi se aprofundando e a solução foi a contratação de professores que davam suas aulas em sua própria residência ou utilizavam parte de edifícios públicos que cediam espaços para o funcionamento de uma escola.

⁹ Doutrina que defende a ingerência do Chefe de Estado em questões religiosas.

Cardoso (2004) diz que a escola era uma unidade de ensino com um professor e que o termo “escola” era usado no mesmo sentido de cadeira, ou seja, uma Aula Régia de Grego ou uma Aula de Primeiras Letras correspondia a uma cadeira específica, portanto uma unidade escolar.

Sendo assim, a introdução de um novo conceito não carregou consigo a necessidade de produzir espaços projetados e pensados arquitetonicamente para organizar e integrar o novo método.

A norma não produziu uma arquitetura, não podendo, portanto, falar em arquitetura das Aulas Régias. Essa afirmação faz-se necessária para comentar que a norma educacional, desse período, não produziu uma arquitetura e, sim, um rompimento com aquela arquitetura dos jesuítas antes projetada, com seus espaços e organização física voltados para o ensino nos séculos XVI e XVII, em especial.

Pesquisando o período entre 1759 e 1834, Cardoso (2004) afirma:

Não encontramos nenhuma referência ou indicação de que em algum momento tivesse sido construído ou houvesse a intenção da edificação de um prédio escolar, durante todo o período pesquisado. Assim, não era preciso haver edifício escolar para que a escola existisse.

Diversas Aulas Régias foram criadas em 1772: ao todo 44, distribuídas em sete Províncias muito insuficientes para atender às demandas do Brasil.

No que diz respeito à instrução pública e ao ensino das primeiras letras, a historiografia afirma que “não houve rupturas significativas em relação ao conjunto das reformas pombalinas, permanecendo o sistema de aulas régias, momento em que passaram a ser chamadas de aulas públicas” (GONDRA, 2008, p. 25).

2.1.1 Um novo momento

Entre a expulsão dos jesuítas (1759) e o fim do Império (1889), muitos acontecimentos contribuíram para as mudanças que ocorreram na educação brasileira, mencionem-se os ideais de igualdade e de liberdade com os direitos sociais pregados da Revolução Francesa de 1789 rebateram diretamente na sociedade brasileira. O pensamento liberal veio junto com as novas referências sociais decorrentes das rupturas com as formas de organização existentes. Agora, o sentido dos direitos individuais e da cidadania ganha reforço junto com a idéia da escola para todos que começava a ser formulada.

Tais idéias chegam ao Brasil com enorme velocidade. Veiga (2007, p.80) diz:

A circulação de novas idéias (grifo nosso) foi favorecida pela imprensa, o que permitiu a publicação de uma infinidade de obras, a multiplicação do estoque de textos traduzidos (latim, grego, vernáculo) e o autodidatismo. Também ganha importância o relato de viagens como forma de intercâmbio cultural, a troca de correspondências e os debates em publicações especializadas ou em associações literárias e científicas.

As reformas pregadas pelos movimentos de mudanças sociais e políticas que estavam ocorrendo, nesse período, na Europa, foram observadas na maioria das nações, movimentadas pela circulação de ideias e de materiais, muito bem observados por Elias (1994) e corroboradas pela compreensão de Burke (2003) da produção do conhecimento naquele continente.

A escola, nesse período, começou a sentir as mudanças. Tratando desse momento, Veiga (2007, p. 92) diz:

A partir do final do século XIX, com a consolidação dos governos constitucionais, a escolarização elementar universalizada, pública, leiga e gratuita se estabelece definitivamente na maioria dos países como direito dos cidadãos e dever do Estado – embora o monopólio estatal do ensino fosse uma realidade desde os últimos anos do século XVIII. Esse acontecimento representa importante etapa do processo de monopolização do ensino pelo Estado e da formação dos modernos estados nacionais.

A primeira, e uma das mais importantes mudanças no Brasil, foi a instalação de medidas para criar o ensino público mantido pelo tesouro nacional, naqueles tempos dos meados do século XVIII e quase todo o século XIX, uma transição do regime colonial para imperial e logo depois republicano.

A situação no Rio de Janeiro, capital do Império, e das províncias, ao longo de grande parte do século XIX, era de um quadro escolar de muitos problemas, com diversos prédios escolares funcionando em locais impróprios, prédios alugados, casas de professores, saguão de prédios públicos, dentre outros.

As ideias de transformação da sociedade e da educação brasileira começaram a acontecer com dois episódios históricos importantes: em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil¹⁰ e a instalação no Rio de Janeiro de uma

¹⁰ O governo de D. João VI, em um curto período de 14 anos, instala no Rio de Janeiro um conjunto de prédios públicos que iriam induzir a cidade. São eles: o Jardim Botânico com Museu; o Teatro Real; Academia Militar Real do Rio de Janeiro (Figura 42), precursora da Escola Militar e da

enorme estrutura governamental real e, em 1822, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1823. Foi quando D. Pedro I ensaiou as primeiras ações em favor da instrução pública que, apesar de ter sido instituída por Pombal décadas antes, ainda não havia sido concretizada na sua plenitude nacional.

Com a chegada da família real no Brasil em 1808, instalando-se no Rio de Janeiro, esta cidade passou por enormes transformações que iriam alterar a sua configuração urbanística e arquitetônica para fazer face aos novos empreendimentos imperiais.



Figura 45 Academia Real



Figura 46 Museu Nacional de Belas Artes

Quando em 1822 D. Pedro I declarou o Brasil independente de Portugal, um enorme elo de circulação de bens, serviços e outros meios, instalou-se no país, vindo de outros países europeus, em especial da Inglaterra e com ele chegaram os mais diversos e complexos elementos que vão constituir parte da arquitetura brasileira e, de outro lado, da França, que veio com a Missão Francesa, trazida por D. João VI, e com ela, o classicismo instalou-se no país como estilo.

Ao assinar tratados com os ingleses, favorecendo as economias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o império estimulou uma nova produção agrícola, a do café e, com isso, o Rio de Janeiro, consolidou-se como a capital do Império, na medida em que o algodão e o açúcar, do Nordeste, perdiam importância para o café.

Com o café, o Brasil passou à fase da internacionalização, mas, internamente, o Estado imperial põe-se como centralizado e oligárquico. Na centralização e no latifúndio, a escravidão se expõe.

Politécnica; fundou o Arquivo Público; a Escola do Comércio; a Imprensa Real; o Curso de Cirurgia, com a Junta Médico-Cirúrgico; o Laboratório de Química; a Escola de Agricultura e Botânica; a Biblioteca Nacional; o Museu Nacional (Figura 2); a Academia de Ensino da Marinha entre outros, além de ter trazido a Missão Francesa que trouxe o classicismo para as artes em geral e em especial para a arquitetura brasileira, por intermédio de Grandjean de Montigny.

Ao longo do século XIX até 1888, o Brasil era como um país de economia escravista voltada para o mercado internacional, e esse padrão gerou uma importação de modelos, que refletiu diretamente na educação e na arquitetura escolar.

Para Warde (2000), o país deixava de pensar sua realidade e passava a agir com a realidade do outro, uma “troca de espelhos”, como se refere. A educação brasileira, olhando para os Estados Unidos e para a Europa, incluiu o método de ensino mútuo no sistema de ensino público e isso exigiu uma nova concepção de espaços, para que o sistema de ensino fosse aplicado.

Na Europa, a arquitetura de algumas escolas foi adaptada para o sistema do método mútuo. Exigia-se um espaço diferente, com subdivisão da sala para o espaço do professor e dos monitores. No Brasil, a história da educação não registrou qualquer atitude nessa direção. Nenhum governante do período do império, seja nas províncias seja no Rio de Janeiro, por ato ou ofício, solicitou modificações no espaço educacional para que o método pudesse ser aplicado.

Assim, a importação de modelos, deu-se apenas em uma das faces da educação: aquela que se referia ao sistema educacional e não ao processo construtivo ou arquitetônico dos edifícios.

Em 1824, a primeira constituição do Império obrigou a instrução pública e gratuita para todos os cidadãos- artigo 179, inciso XXXII, como um direito civil do brasileiro, decorridos mais de 35 anos da Revolução francesa. A partir de 1850, com a abolição do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras e o Código Comercial, a Lei das Hipotecas, o avanço das estradas de ferro e a consolidação de mercado internacional, o cenário apontava para uma sociedade brasileira em transformação.

Almeida (1989, p. 57) afirma que um ano antes, em 1823, o Poder Público já sinalizava por meio da Lei de 20 de outubro, semelhante a uma lei de Portugal, que todo cidadão poderia abrir uma escola elementar, “sem obrigação de exame, nem licença ou autorização”, abrindo espaço para que a sociedade atuasse na área da instrução e diminuindo os reclamos por uma educação pública.

Essa transformação rebateu na educação. Segundo Saviani (2006, p. 12), de 1827 a 1890, é o período em que acontecem as primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público, representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias.

A primeira grande ação ocorreu em 15 de outubro de 1827, com a lei que criou a Escola de Primeiras Letras. Em seus 17 artigos a lei determinava que, em

todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haveria escolas quantas necessárias, mas deixava sempre uma ordem sem escala para cumprimento. Além disso, fixava os salários dos professores e determinava a vitaliciedade do cargo sob determinadas situações; determinava a quem cabia fazer a abertura e o funcionamento das escolas e adotava o ensino mútuo como regra pedagógica para essas escolas criadas (BRASIL, 1827).

Referindo-se ao método de ensino mútuo, em seu artigo 5º. a lei diz:

Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas (grifo nosso), arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Com essa decisão da lei de 1827 de adaptar edifícios ao método, fica evidente que a decisão de erguer escolas públicas não era cogitada. Em relação ao que deveria ser ensinado naquelas escolas, o artigo 6º da lei, assim dizia:

Os professores ensinarão a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Para Saviani (2006, p15), o método de ensino mútuo já vinha sendo divulgado no Brasil¹¹ mas aqui, na lei, se apresentava legal e obrigatoriamente e foi,

Proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell, pastor da Igreja Anglicana e Joseph Lancaster, da seita dos Quackers, o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor de ensino de classes numerosas. Embora esses alunos tivessem o papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era posto na atividade do aluno. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos de função docente.

¹¹ Decreto real de 1 de março de 1821 criava a Escola de Ensino Mútuo no Rio de Janeiro e para propagar esse sistema de ensino uma ordem ministerial de 29 de abril exigiu que cada província enviasse um soldado que iria aprender o método e colocá-lo em prática no seu lugar de origem. A primeira escola foi criada na Paróquia de Sacramento nas dependências da escola militar. Ver Almeida (1989, p.57).

Entretanto, importante era a forma como a escola deveria funcionar, pois o método introduzia questões de organização do espaço escolar, da sala de aula (SAVIANI, ib, p.16).

O método supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, especialmente os monitores.

O método mútuo trouxe para a escola a discussão da organização do espaço escolar, pois as salas isoladas nos lares dos professores eram difíceis de ser adaptadas e normatizadas. Com a regra de funcionamento escolar valendo para o método, o espaço escolar, a arquitetura e a disposição do mobiliário escolar, além das aberturas de portas e janelas passava a influenciar no processo de construção.

Ao mesmo tempo, a preferência pelo ensino mútuo deve ser lembrada pela proposta de ensino de massa, em que duzentas ou trezentas crianças poderiam receber instrução, sem que houvesse necessidade de mais professores, à medida que o espaço estaria arranjado para a presença do monitor, um aluno com conhecimento mais avançado, e a presença do professor limitava-se à atitude de supervisão (Figura3).

Mais uma vez as questões normativas se misturavam com a compreensão da sala de aula como espaço físico. Entretanto, com mais rigor, pois a norma determinava o que fazer e como fazer.

A arquitetura, para responder às regras impostas, necessitava ser planejada para que os espaços fossem organizados, de tal sorte que a colocação do espaço do mestre na sala e deveria permitir a formação de pequenos grupos para estudos. Isso trouxe um novo lay-out da sala de aula, das mesas e carteiras escolares, da lousa, dos componentes educativos complementares, em especial quadros, mas influenciou, também, o posicionamento das janelas e das portas e em alguns casos, a formação de espaços para sanitários, pequenas salas e espaços complementares.

Toda organização legal de 1827, pressupunha que o Império se adiantasse e determinasse a construção de espaços físicos, a instalação das escolas, a contratação de professores, como era o conteúdo central.

No entanto, como já afirmei, não há registros de que a sala de aula das escolas existentes no Império e em suas províncias, em curto prazo, tivessem sido adaptadas ou construídas para cumprir as regras do método.

Nas palavras de Almeida (1989, p. 57), as ordens imperiais para o ensino mútuo eram inúmeras e rigorosas mas que, “ao lado das medidas, oficialmente decretadas e encaminhadas, é de se notar que não havia nem jamais foi preparado um edifício para a realização deste ensino”.



Figura 47 Ilustração do método mútuo

A primeira escola de ensino mútuo, ainda segundo Almeida (1989), foi criada nas dependências da Escola Militar do Rio de Janeiro, na Paróquia do Sacramento (Figura 47) e entregue a um instrutor especialista no gênero e que, segundo ele, pode ter sido o introdutor no Brasil.



Figura 48 Colégio Pedro II – 1861

Em 1834¹², com um Ato Adicional, o imperador decidiu descentralizar a responsabilidade pela educação delegando às províncias a sua responsabilidade,

¹² Almeida (1989, p. 62) lembra que antes da Independência existiam edifícios escolares religiosos, os Seminários, “fundados pelo zelo de veneráveis prelados e mantidos com a benevolência pública, destinados aos jovens que desejavam o estado eclesiástico e formavam também pessoas fora do clero”. Eram eles: os Seminários de Nossa Senhora da Lapa, o de São José e São Joaquim, no Rio de Janeiro; de Nossa Senhora da Lapa em Campos; o de Itu, de Sant’ana e o da Glória, em São Paulo; o

assumindo escolas de primeiras letras no Município da Corte, o Rio de Janeiro e a responsabilidade pelo ensino secundário-profissional e universitário.

Foi a partir desse ato descentralizador que as províncias iniciaram, isoladamente, ações públicas visando à construção de prédios escolares no âmbito do seu território, que começariam a acontecer em Pernambuco, em 1855, e a maioria delas, nos fins do século XIX.

Segundo Gondra (2008, p. 35), uma parte da historiografia da educação brasileira interpreta essa descentralização como um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil imperial, tendo em vista a enorme diversidade cultural, as distâncias, o desinteresse das elites políticas, entre outros. De fato, esse argumento tem fundamento, quando nos deparamos com a construção de unidades escolares nas províncias para fazer face ao cumprimento da norma imperial do Ato Adicional.

O pensamento liberal brasileiro acreditava que a liberdade de abrir escolas dada pelo Império serviria de mola propulsora para que, com iniciativas privadas, sem exame prévio e sem necessidade de autorização, essa escola se difundisse com mais velocidade, levando instrução primária para as massas. Entretanto, os relatórios a respeito do método lancasteriano apontam que as causas do insucesso do ensino mútuo eram atribuídos em grande parte à falta de professores e à falta de edifícios convenientes e apropriados para a aplicação do sistema (ALMEIDA, 1989, p.58)

Um balanço da instrução brasileira de 1832, relatada pelo Ministro do Império:

Dos estudos menores existem nesta cidade doze cadeiras avulsas que convém reunir em colégio num só edifício para que possam ser melhor dirigidas e fiscalizadas (grifo nosso)... O método de ensino mútuo não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros países. Por esta razão o governo está disposto a não multiplicar as escolas onde se ensine por este método enquanto as existentes não se aperfeiçoarem. A segunda observação é sobre os edifícios para estas escolas. A lei manda aplicar para elas os edifícios públicos que houver. Ora, a falta de tais edifícios é geral nas províncias, mesmo nesta cidade (referindo-se ao Rio de Janeiro); resta portanto o recurso de tomá-los de aluguel; porém dificilmente se encontrarão com as proporções necessárias (referindo-se as salas de aula e demais compartimentos). O remédio será construí-los e consignando para esse fim as somas precisas. (Relatório do Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro apresentado em 1832 a Assembléia Geral Legislativa, p. 13)

de Caraça e o Seminário Episcopal da Província de Minas Gerais; ainda o Seminário dos Órfãos e o Episcopal da Bahia; o de Olinda em Pernambuco e o do Pará, dentre outros.

Esse balanço é importante para o conhecimento do Estado da instrução pública no Império. Mais de cinquenta anos antes, ele tratou do grupo escolar, ao afirmar que as cadeiras poderiam juntar-se num único colégio, e ainda faz a crítica ao ensino mútuo e à necessidade de erguer prédios que pudessem conter espaços para a implantação do método, e não apenas à utilização de espaços avulsos, precários, sem distinção da qualidade exigida para o exercício daquele sistema de ensino. Ainda assim, faz ressalvas quanto à saída para o processo: o aluguel dificilmente resolveria, pois haveria de ter prédios com espaços que apontassem para as necessidades físicas do sistema mútuo; um resultado que somente preocupava o sistema imperial.

Ainda no ano de 1832, um balanço estatístico das escolas apontava existirem, em todo o Império, 162 escolas de meninos e 18 de meninas, instaladas no Rio de Janeiro e nas Províncias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Mato Grosso, Goiás e São Pedro do Rio Grande do Sul. Destas 180 escolas, quarenta não dispunham de professores sendo oito de meninas (CARVALHO, 1978, p.61).

Duas escolas importantes foram criadas nesse período, embora sem resultar em produção de arquitetura escolar: a Escola Normal de Niterói de 1835 e o Colégio Pedro II de 1837, instituições destinadas à formação de instrutores e de educação secundária pública, respectivamente.

A Escola Normal de Niterói¹³ foi instituída pelo Ato 10 da Assembléia Legislativa de 1 de abril de 1835, uma instituição criada para formar educadores para o ensino primário (Figura 49).

¹³ Segundo o CREP- Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro, órgão da Secretaria de Educação municipal, em 1847, a Escola Normal, juntamente com outros estabelecimentos, em virtude de uma reforma no ensino, juntam-se para constituir o *Liceu Provincial de Niterói*. Em 1851 este é extinto, e a Escola Normal seria reinaugurada pelo Imperador Dom Pedro II em 29 de junho de 1862. Em 15 de abril de 1890 esta novamente é extinta para formar o *Liceu de Humanidades de Niterói*, subsistindo apenas como uma divisão pedagógica. Em 1900, novo ressurgimento - Liceu é extinto. Em 1931, junta-se ao seu recém criado Curso Ginásial e forma a *Escola Normal de Niterói e Liceu Nilo Peçanha*. Em 1938 o interventor do estado Amaral Peixoto renomeia o estabelecimento para *Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro*. Em 1954, o Curso Normal desliga-se do Liceu e passa-se chamar *Instituto de Educação de Niterói*.



Figura 49 A Escola Normal de Niterói – fins do século XIX

Já o Colégio Pedro II¹⁴, cuja primeira sede situa-se na atual Avenida Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, originou-se do Seminário de São Joaquim e Imperial de São Joaquim e recebeu diversos nomes, até receber a denominação de Colégio de Pedro II (Figura 50 Originalmente, passou a funcionar como uma escola profissional adaptada no edifício religioso.



Figura 50 Colégio Pedro II em prédio alugado no Catete

Em diversas províncias – dentre elas Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo - , os estudos apontavam a presença da instrução pública por intermédio de

¹⁴ Segundo o Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro- CREP, órgão da Secretaria de Educação municipal, o Colégio transformou-se em Instituto de Ensino Secundário pelo decreto de 2 de dezembro de 1837. Em 1874 o prédio do colégio passou por reforma, cujo projeto foi de Bethencout da Silva, discípulo do arquiteto Grandjean de Montigny. O salão nobre, o famoso Salão D. Pedro, foi inaugurado em 1875. A partir desta data tornou-se o local onde os bacharéis em letras, os doutores em medicina e as turmas de graduados do colégio recebiam seus diplomas. Nos primeiros tempos republicanos, o colégio passou a se chamar Ginásio Nacional, mas retomou o nome de Pedro II, mantendo-o até os nossos dias.

normativos legais visando à regulamentação da instrução pública primária e secundária e demonstravam “a produção legislativa como um dos mecanismos destacados na intervenção do Estado” (GONDRA, 2008, p.38), entretanto com um paradoxo: os serviços de instrução formados por uma rede de diversas tipologias escolares – públicas, privadas, domésticas etc.) estavam sempre aquém das necessidades locais.

Para suprir essa necessidade, as famílias passaram a articular formas de educação, criando escolas e adotando o método dos bons mestres particulares, cobrindo a lacuna da ausência do Estado e, mais que isso, reproduzindo, em casa, os padrões da aula que era ministrada em outros locais. Daí o surgimento da idéia de casa-escola, que se reproduziu, enormemente, no Império.

No entanto há registros de casos isolados, um deles pode ser verificado na Província de Pernambuco¹⁵, quando o Liceu foi convertido em Ginásio Provincial.

O projeto arquitetônico para a construção do Ginásio Provincial de Pernambuco, no “aterro da Aurora” foi elaborado pelo então Engenheiro da Repartição das Obras Públicas José Mamede Alves Ferreira, engenheiro pernambucano que substituíra em 1850 o engenheiro francês Louis Leger Vauthier, na direção das Obras Públicas da Província. Originalmente erguido com um pavimento, em 1857, foi incluído o segundo andar e o edifício, localizado defronte ao cais da Aurora, frente para o Rio Capibaribe. Trata-se de um exemplar de arquitetura escolar que antecipava o caráter e a tipologia dos edifícios erguidos anos seguintes, importante para a historiografia da arquitetura e da educação no Brasil.

Utilizando uma volumetria prismática (Figura 51 e 52), com alinhamento predial frontal e lateral, ocupando assim os limites do terreno, o prédio anunciava uma arquitetura classicizante, com a presença de um enorme frontão central e ornamentos de platibanda que enriqueciam o coroamento do edifício. Janelas com acabamentos superiores em arco pleno delimitavam os espaços internos, das salas e dos compartimentos escolares.

¹⁵ Em 1855, o antigo Liceu Provincial de Pernambuco, localizado nas dependências da Igreja do Carmo.



Figura 51 Vista Aérea Do Ginásio Pernambucano



Figura 52 Ginásio Pernambucano visto do Rio Capibaribe, na Rua da Aurora em Recife

2.1.2 O período de 1840 a 1888

Dados do ano de 1840¹⁶ apontavam que o Brasil tinha uma população estimada de mais de seis milhões de habitantes, sendo aproximadamente três milhões e quinhentos mil pessoas livres e o restante escravos. Segundo dados reunidos por Almeida (1989, p.45), havia apenas 495 escolas que atendiam 362 municípios em todas as províncias, conforme demonstra a Tabela 1.

¹⁶ O ano de 1840 é significativo pois marca o fim do período dos regentes, a declaração da maioridade do imperador D. Pedro II e com isso a tomada de posse direta do poder imperial.

Do total de escolas existentes, 97% eram escolas primárias, apenas três escolas normais estavam em funcionamento e outras quatro escolas eram de ensino mútuo.

As províncias da Bahia, de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, eram as que tinham maior quantidade de escolas.

A primeira tinha sido sede do poder central durante décadas; a segunda se expandiu com a riqueza do ouro e diamante e as demais eram províncias cuja força na economia açucareira se construía desde o sistema de capitánias hereditárias.

Essas escolas brasileiras eram “aulas isoladas”, funcionando em sua grande maioria nos locais de moradia dos professores e algumas ainda instaladas nos antigos espaços jesuítas que foram sendo, aos poucos, reutilizados para a educação. Esse número de escolas era insuficiente para atender às necessidades brasileiras.

Com isso, cresceu a demanda das escolas particulares, principalmente no Rio de Janeiro, ainda nos fins dos anos 1840.

Levantamentos de Almeida (1989, p. 80) certificam que na Europa, nessa época eram cerca de 65 alunos para cada 100 mil habitantes enquanto no Brasil, essa relação era de 24 alunos para cada 250 mil habitantes, muitas vezes maior, podendo ser estimada uma “escola” (sala, na realidade) para 520 alunos, sobrando uma enormidade de alunos sem “escola”.

TABELA 1
ESCOLAS E INSTRUÇÃO NO BRASIL – PROVÍNCIAS E REDE ESCOLAR - 1840

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVINCIA	ESCOLA NORMAL	ESCOLA MUTUA (1)	ESCOLA PRIMARIA	TOTAL	MUNICIPIOS ATENDIDOS
ALAGOAS	-	1	5	6	6
AMAZONAS	-	-	-	-	-
BAHIA	-	1	134	135	122
ESPIRITO SANTO	-	-	7	7	6
CEARÁ	-	-	13	13	9
GOIÁS	-	-	17	17	16
MARANHÃO	-	-	14	14	7
MATO GROSSO	-	-	8	8	4
MINAS GERAIS	1	-	58	59	50
PARÁ	1	-	7	8	6
PARAIBA	-	-	16	16	18
PARANÁ	-	-	-	-	-
PERNAMBUCO	-	-	25	25	14
PIAUI	-	-	7	7	5

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVINCIA	ESCOLA NORMAL	ESCOLA MUTUA (1)	ESCOLA PRIMARIA	TOTAL	MUNICIPIOS ATENDIDOS
RIO DE JANEIRO	1	-	26	27	19
RIO GRANDE DO SUL	-	1	21	22	19
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	21	21	19
SANTA CATARINA	-	-	7	7	6
SÃO PAULO	-	-	36	36	23
SERGIPE	-	1	17	18	12
MUNIC. NEUTRO (2)	-	-	49	49	1
TOTAL	3	4	488	495	362

Fonte: ALMEIDA, José Ricardo Pires. História da Educação Pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação.

(1) Deveriam funcionar nas capitais das províncias e nas cidades e vilas mais populosas.

(2) Havia ainda no Rio de Janeiro município da Corte, diversos estabelecimentos de educação militares, além das academias e escolas especiais.

Anos depois, em 1875, outro levantamento publicado em Almeida (1989), a partir de relatórios ministeriais, apresentava dados constando, por Província, o número de escolas públicas e privadas e outras categorias, oferecidas para meninos e meninas e as matrículas. As escolas privadas eram instaladas em edifícios com caráter religioso, dotados de uma arquitetura em estilo neoclassicista e interior apresentando uma tipologia bastante residencial (Figura 52, 53 e 54).

A partir desses dados, pode-se verificar um enorme crescimento do número de escolas públicas entre 1840 e 1875, 968% em 35 anos, devendo-se à execução de todas as obrigações das leis tanto das escolas de primeiras letras quanto ao Ato Adicional de 1834.

Na Tabela 2 verifica-se, ainda, o domínio de Minas Gerais e da Bahia com a rede de escolas públicas no Brasil, seguidas de perto pelas Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo.



Figura 53 Uma escola particular de 1870 no Rio de Janeiro.



Figura 54 Interior do Colégio Menezes Vieira, 1875



Figura 55 Desenho da fachada de escola particular do Rio de Janeiro para meninas, 1875

Em 1875, portanto três anos após ter sido realizado o primeiro recenseamento populacional brasileiro que apontava o país com 9.930.478 habitantes, havia 164.075 meninos e meninas matriculados em escolas públicas e privadas, no ensino primário e secundário. Desse total 67% eram meninos e 33% eram meninas. A rede pública era predominante oferecendo 81% das matrículas.

No caso das escolas, do total de 5.313 unidades, 82% eram unidades da rede pública em todas as províncias brasileiras e as escolas de meninos eram 63% do total.

TABELA 2
ESCOLAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS NO BRASIL – PROVÍNCIAS E REDE
ESCOLAR - 1875

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVÍNCIA	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA e SECUNDÁRIA						
	ESCOLAS				ALUNOS		
	MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL
AMAZONAS	45	18	-	63	1.489	324	1.813
PÚBLICAS**	40	17	-	57	1.339	314	1.6536
PRIVADAS**	3	1	-	4	48	10	58
OUTRAS*	2	-	-	2	102	-	102
PARÁ	170	100	-	270	7.946	3.297	11.243
PÚBLICAS	149	77	-	226	6.774	2.367	9.141
PRIVADAS	17	22	-	39	841	820	1.661
OUTRAS*	4	1	-	5	331	110	441
RIO DE JANEIRO	350	225	-	575	8.795	5.014	13.809
PÚBLICAS	339	223	-	562	8.193	4.999	13.192
PRIVADAS	11	2	-	13	343	15	358
OUTRAS*	10	-	-	10	259	-	259
ALAGOAS	119	121	-	240	3.923	2.883	6.806
PÚBLICAS	74	57	-	131	3.335	2.089	5.424
PRIVADAS	42	63	-	105	416	779	1.195
OUTRAS*	3	1	-	4	172	15	187
PARAIBA	94	41	-	135	3.106	1.009	4.115
PÚBLICAS	71	39	-	110	2.493	971	3.464
PRIVADAS	13	2	-	15	348	38	386
OUTRAS*	10	-	-	10	265	-	265
MARANHÃO	106	60	-	166	5.311	1.626	6.937
PÚBLICAS	88	51	-	139	3.775	1.228	5.003
PRIVADAS	10	4	-	14	504	154	658
OUTRAS*	8	5	-	13	1.032	244	1.276
CEARÁ	145	99	-	244	7.175	4.971	12.146
PÚBLICAS	140	96	-	236	6.107	4.223	10.330
PRIVADAS	2	1	-	3	121	44	165
OUTRAS*	3	2	-	5	947	704	1.651
RIO GDO NORTE	97	42	-	139	3.943	1.359	5.302
PÚBLICAS	66	30	-	96	2.987	1.238	4.225
PRIVADAS	31	12	-	43	956	121	1.077
OUTRAS*	-	-	-	-	-	-	-
MATO GROSSO	35	10	-	45	1.384	181	1.565
PÚBLICAS	28	6	-	34	1.292	125	1.417
PRIVADAS	7	4	-	11	92	56	148
OUTRAS*	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CATARINA	83	54	-	137	2.795	1.482	4.277
PÚBLICAS	60	47	-	107	2.298	998	3.296
PRIVADAS	23	7	-	30	497	484	981
OUTRAS*	-	-	-	-	-	-	-
SÃO PAULO	409	242	-	651	9.293	5.014	14.307
PÚBLICAS	398	240	-	638	8.193	4.999	13.192
PRIVADAS	11	2	-	13	343	15	358
OUTRAS*	10	-	-	10	687	-	687
BAHIA	322	132	-	454	12.571	5.356	17.927
PÚBLICAS	308	120	-	428	11.853	4.864	16.717
PRIVADAS	14	12	-	26	718	492	1.210
OUTRAS*	-	-	-	-	-	-	-
PERNAMBUCO	322	257	-	579	8.915	5.269	14.184
PÚBLICAS	200	174	-	374	6.072	4.404	10.476
PRIVADAS	72	65	-	137	1.041	665	1.706
OUTRAS*	50	18	-	68	1.802	200	2.002
MINAS GERAIS	618	291	-	909	20.119	6.072	26.191
PÚBLICAS	478	225	-	703	16.908	4.498	21.046
PRIVADAS	90	44	-	134	504	116	620
OUTRAS*	50	22	-	72	2.707	1.458	4.165

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVINCIA	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA e SECUNDARIA						
	ESCOLAS				ALUNOS		
	MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL
GOIAS	77	31	-	108	2.357	606	2.963
PÚBLICAS	72	29	-	101	1.930	574	2.504
PRIVADAS	3	2	-	5	35	32	67
OUTRAS*	2	-	-	2	392	-	392
RIO G DO SUL	296	185	-	481	10.866	6.976	17.842
PÚBLICAS	240	143	-	383	6.616	3.685	10.301
PRIVADAS	14	8	-	22	2.029	1.598	3.627
OUTRAS*	42	34	-	76	2.221	1.693	3.914
PARANÁ	77	39	-	116	1.406	797	2.203
PÚBLICAS	63	34	-	97	1.158	659	1.817
PRIVADAS	14	5	-	19	248	138	386
OUTRAS*	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.365	1.947	-	5.312	111.394	52.236	163.630
PÚBLICAS	2.814	1.608	-	4.422	91.323	42.224	135.547
PRIVADAS	377	256	-	633	9.084	5.577	14.661
OUTRAS*	174	83	-	257	10.987	2.435	13.422

Fonte: História da Educação Pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação. José Ricardo Pires de Almeida p. 165 * Escolas Secundárias, Noturnas, Asilos, Liceu Provincial, Seminário e Escola Profissional. ** Escolas Primárias.

Elaborada por Ângelo Marcos Arruda.

No Relatório do ano de 1882 do Ministro do Império, uma informação de que do total de 6.180 escolas públicas e privadas das províncias brasileiras, com 186 mil crianças apenas 98, ou seja, 1,58% eram edifícios próprios provinciais contribuiu e corroborou com a tese de que o Império não construiu escolas e sim apoiou o ensino público, controlado e mantido pelo Estado.

No ano de 1888, um outro levantamento, agora com dados separando as escolas de instrução primária e secundária, permite analisar a produção escolar no final do Império.

A rede de escolas primárias em todo o Brasil (Tabela3), naquele ano, era de 8.097 escolas, sendo 6.534 públicas (81%), 1.136 privadas (14%) e outras instituições contavam 427(5%). Desse total de escolas, 4.605 eram de meninos sendo 78% públicas; 2.468 era de meninas e já apareciam as escolas mistas com 584 unidades no país, com predominância pública. Já as matrículas somavam 257.290 crianças, sendo 160.224 meninos (62%) e 97.066 de meninas.

TABELA 3
ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL – PROV. E REDE ESCOLAR -1888

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVINCIA	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						
	ESCOLAS				ALUNOS		
	MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL
AMAZONAS	67	43	12	122	2.300	1.143	3.443
PÚBLICAS	58	39	12	109	2.213	1.101	3.314
PRIVADAS	5	3	-	8	22	15	37
OUTRAS*	4	1	-	5	65	27	92

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVINCIA	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						
	ESCOLAS				ALUNOS		
	MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL
PARÁ	217	115	6	338	7.662	4.503	12.165
PÚBLICAS	193	85	5	283	7.018	3.863	10.881
PRIVADAS	7	29	1	37	119	640	759
OUTRAS*	17	1	-	18	525	-	525
PIAUI	54	72	5	131	1.559	634	2.193
PÚBLICAS	34	72	-	106	1.000	592	1.592
PRIVADAS	18	-	5	23	495	42	537
OUTRAS*	2	-	-	2	64	-	64
RIO DE JANEIRO	551	292	14	857	20.989	10.325	31.314
PÚBLICAS	250	166	10	426	12.228	6.895	19.123
PRIVADAS	223	123	3	349	7.125	3.169	10.294
OUTRAS*	78	3	1	82	1.636	261	1.897
ALAGOAS	89	71	51	211	4.274	2.839	7.113
PÚBLICAS	68	66	50	184	2.912	2.583	5.495
PRIVADAS	4	-	-	4	116	-	116
OUTRAS*	17	5	1	23	1.246	256	1.502
PARAIBA	44	29	20	93	1.405	1.178	2.583
PÚBLICAS	34	24	20	78	1.190	1.081	2.271
PRIVADAS	9	5	-	14	163	97	260
OUTRAS*	1	-	-	1	52	-	52
MARANHAO	105	63	-	168	4.656	2002	6.658
PÚBLICAS	90	59	-	149	4.002	1.896	5.898
PRIVADAS	9	3	-	12	326	76	402
OUTRAS*	6	1	-	7	328	30	358
CEARA	132	87	22	241	5.937	4.006	9.943
PÚBLICAS	97	86	22	205	4.622	3.901	8.523
PRIVADAS	30	1	-	31	765	105	870
OUTRAS*	5	-	-	5	550	-	550
RIO GDO NORTE	95	60	4	159	3.538	1.905	5.443
PÚBLICAS	88	60	4	152	3.175	1.905	5.080
PRIVADAS	5	-	-	5	76	-	76
OUTRAS*	2	-	-	2	287	-	287
MATO GROSSO	34	11	7	52	1.352	521	1.873
PÚBLICAS	21	11	4	36	969	360	1.329
PRIVADAS	12	-	3	15	340	161	501
OUTRAS*	1	-	-	1	43	-	43
SANTA CATARINA	77	43	43	163	3.820	2.028	5.848
PÚBLICAS	41	35	43	119	3.071	1.713	4.784
PRIVADAS	31	7	-	38	625	292	917
OUTRAS*	5	1	-	6	124	23	147
SÃO PAULO	702	387	15	1.104	13.832	8.243	22.075
PÚBLICAS	638	372	11	1.021	11.801	7.742	19.543
PRIVADAS	54	13	3	70	301	40	341
OUTRAS*	10	2	1	13	1.730	461	2.191
BAHIA	393	251	38	682	14.730	8.624	23.454
PÚBLICAS	368	238	37	643	13.268	7.734	21.002
PRIVADAS	16	11	-	27	539	561	1.100
OUTRAS*	9	2	1	12	923	329	1.352
PERNAMBUCO	414	284	7	705	12.095	8.106	20.201
PÚBLICAS	234	198	5	437	9.441	7.785	17.226
PRIVADAS	125	81	-	206	1.104	321	1.425
OUTRAS*	55	5	2	62	1.550	-	1.550
MINAS GERAIS	1.028	654	83	1.765	31.592	15.538	47.130
PÚBLICAS	928	639	82	1.649	28.826	15.111	43.937
PRIVADAS	76	13	-	89	1.996	427	2.423
OUTRAS*	24	2	1	27	770	-	770
ESPIRITO SANTO	78	26	4	108	2.085	594	2.679
PÚBLICAS	65	21	-	86	1.630	493	2.123
PRIVADAS	8	4	1	13	161	101	262
OUTRAS*	5	1	3	9	294	-	294

NATUREZA DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS EM CADA PROVÍNCIA	INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA*						
	ESCOLAS				ALUNOS		
	MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL
SANTA CATARINA	1	-	1	2	80	17	97
SÃO PAULO	4	-	1	5	1.291	75	1.366
BAHIA	2	-	1	3	1.072	138	1.210
PERNAMBUCO	4	-	2	6	2.751	-	2.751
MINAS GERAIS	-	-	9	9	776	256	1.032
ESPIRITO SANTO	1	1	1	3	74	82	156
RIO G DO SUL	1	-	-	1	131	-	131
PARANÁ	1	-	1	2	45	-	45
GOIÁS	-	1	-	1	193	-	193
SERGIPE	2	-	-	2	81	81	162
MUNIC. NEUTRO	14	3	7	24	9.385	1.424	10.809
TOTAL	80	25	34	139	20.231	3.745	23.976

Fonte: ALMEIDA, José Ricardo Pires. História da Educação Pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação.

*Praticadas em Escolas Noturnas, Asilos, Liceu Provincial, Seminário e Escola Profissional. Não havia nenhuma escola pública com ensino secundário em 1888.

Com base nesses dados, posso aferir que entre 1840 e 1888, período esse governado pelo imperador D. Pedro II, a instrução pública deu um grande avanço na questão do número de aulas-escolas e de alunos e alunas matriculadas

O ano de 1840 é significativo, pois marcou o fim do período dos regentes, a declaração da maioridade do imperador e, com isso, a posse direta do poder imperial e ele no relatório governamental encaminhado ao Poder Legislativo, dedicou uma grande quantidade de páginas para explicar a situação da instrução pública no Brasil naquele ano.

Em 1841, o Ministro do Império Cândido José de Araújo Viana apresentou seu relatório à Assembléia Geral Legislativa. Como era de se esperar, seus relatos políticos referiam-se aos campos do ensino superior, do Colégio Pedro II e a educação primária do município da Corte, deixando o relato da instrução primária sob a responsabilidade das províncias por força do Ato Adicional de 1854.

Uma informação importante foi dada pelo ministro quando diz que naquele ano o Império “mandou levantar plantas e fazer orçamento de edifícios indispensáveis para acomodação de alunos, ao menos nas Freguezias do Rio de Janeiro” mas que até que esses edifícios existissem era necessário acomodar as escolas nas casas onde não seria possível acomodar para o método mútuo. Naquele relatório o Ministro apontou que a demora de fazer cumprir a lei se fazia pela quantidade de recursos que deveriam ser despendidos e ao tempo que as obras levaram para ficarem prontas.

Esse discurso confirma a análise já enunciada de que não havia um compromisso do Império para com a instrução primária, inclusive nas províncias. Dados do relatório apresentado pelas províncias do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Minas Gerais comentam a mediocridade da instrução, que atendia pouco mais de 15 mil alunos em instrução elementar e nas cadeiras de latim, francês, filosofia, retórica, entre outras.

No ano de 1854, Couto Ferraz, ministro do Império que assumiu o posto em 1853, edita o Decreto 1331-A de 17 de fevereiro e aprova um regulamento para o ensino primário e secundário no Município da Corte, mas que tinha normas que provocam um rebatimento nas províncias, conforme se depreende em alguns artigos. A grande novidade desse Decreto foi a adoção do método simultâneo substituindo o método mútuo e em seus 135 artigos, o Decreto tratava da inspeção de todos os estabelecimentos; da instrução pública primária – condições, professores etc e no capítulo das escolas públicas encontram-se elementos que idealizam duas classes que irão contribuir para um novo projeto de edifício de escola pública.

Essas duas classes de uma escola primária seriam a escola de primeiro grau, com instrução elementar e a escola de segundo grau, com instrução primária superior e alunos agrupados em turmas, com a utilização da seriação e do ensino simultâneo. Assim, com esse regulamento de Couto Ferraz, estavam dadas as bases para uma nova arquitetura.

Segundo Saviani (2006, p. 23) o regulamento de Couto Ferraz serviu de base para os regulamentos educacionais da instrução pública nas províncias ao explicar a adoção de elementos, estética e dispositivos arquitetônicos existentes em alguns prédios desse período, especialmente o da Província de Pernambuco de 1855, das Figuras 7 e 8. Em 19 de abril de 1879, outro Decreto imperial alterou, mais uma vez, as normas educacionais. Essa nova norma obrigou as crianças na idade de 7 a 14 anos a frequentarem, obrigatoriamente, a escola. Essa Reforma de Leôncio de Carvalho, foi definida por Saviani (2006, p.25):

a nova reforma prevê a criação de jardins-de-infância para as crianças de 3 a 7 anos (art.5º.); caixa escolar (art.6º.); bibliotecas e museus escolares (art.7º.); subvenção a instituições particulares, equiparação de escolas normais particulares às oficiais e de escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II, criação de escolas profissionais, de bibliotecas populares e de bibliotecas e museus pedagógicos onde houver escola normal (art. 8º.)...

Esse Decreto entrou em vigor quase no final do período do Império e contribuiu para transformar a arquitetura do edifício escolar, pois criou dispositivos normativos na educação que necessitavam de espaços preparados, projetados e a ideia de adaptação foi perdendo força.

Projetar para o ensino simultâneo, e incluir ainda espaços para as crianças de 3 a 7 anos e depois as de 7 a 14 anos, era uma mudança radical do comportamento projetual, ainda incluindo biblioteca, museus etc.

Fazendo um balanço do século XIX, com base nesse conjunto de dados, posso afirmar, ancorado em Saviani (2006, p. 28), que a educação, ao atravessar o período das aulas régias para o uso do método mútuo e depois o simultâneo, exigiu do Estado a construção de espaços apropriados para o desenvolvimento da instrução pública e que isso acabou desaguando na ideia de grupos escolares.

A construção de espaços para a escola permitiu, além de uma discussão acerca do papel dos espaços escolares e da sua organização enquanto produto de um processo normatizado, o papel e a presença da arquitetura, pois, no final do século XIX, o Brasil já se afirmava como país que discutia a arquitetura e engenharia para a educação fato que possibilitou o surgimento desses cursos superiores no Rio de Janeiro e em São Paulo (SANTOS, 1981).

2.1.3 A arquitetura das escolas do Imperador

Ao término da Guerra do Paraguai, com a vitória da Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, os vitoriosos, inspirados na tradição de erguer monumentos para registrar o processo, começaram uma campanha para construir uma estátua equestre do Imperador.

Como os recursos seriam doados do comércio e de empresas, D. Pedro II sugeriu gastar tais somas em obras voltadas para a educação e determinou aos engenheiros e arquitetos do Império que tomassem providências para começar a construir oito escolas primárias em locais com significativa demanda.

Nasceu dessa decisão imperial a concretização de medidas para a construção de escolas públicas diferentes, dotadas de toda a infra-estrutura para seu funcionamento.

D. Pedro II passou a difundir, com esse ato, que os prédios educacionais devessem ser próprios e não mais funcionar em casas de professores ou em repartições alugadas e desprovidas dos meios ideais para a educação. Tal ato causou

euforia na intelectualidade do Rio de Janeiro, comprovada pelos depoimentos publicados em jornais e no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro conhecido como Almanak Laemmert, impresso entre os anos de 1844 e 1889.

Essas oito escolas públicas de ensino primário foram construídas no Rio de Janeiro, cidade capital do Império (Figura 56) e município neutro, entre os anos de 1870 e 1889. São conhecidas na historiografia da educação brasileira como Escolas do Imperador. Essas escolas foram erguidas em diversas freguesias¹⁷ do Rio de Janeiro (Figura 57 e 58) e todas foram instaladas pelo Imperador D. Pedro II, que iniciou uma fase da produção da arquitetura escolar brasileira, decorridos mais de um século sem nenhuma inovação.

Esse conjunto de escolas pode ser considerado, sob o ponto de vista arquitetônico para a educação, como uma novidade, à medida que a receita de organizar os espaços isolados em edifício contendo as demais funções necessárias para a educação seria utilizada no final do século XIX. O que era novo?

a) o uso da escala da imponência do edifício para causar impacto e caracterizar sua importância; sua localização em espaço urbano privilegiado, com fácil e ampla visibilidade pela população;

¹⁷ No ano de 1870, o Rio de Janeiro estava territorialmente dividido em freguesias, uma herança portuguesa para identificar regiões ou bairros. As freguesias tinham enorme vinculação com as casas religiosas e assim elas se organizavam e repartiam a cidade. Segundo Abreu (1997) a cidade estava dividida em 18 freguesias e os edifícios foram construídos em quase a metade delas, sete importantes freguesias da cidade, com estratégias de ocupação do terreno em que permitiam a visibilidade do edifício a distância, combinado com as preferências e tendências estéticas de sua época.

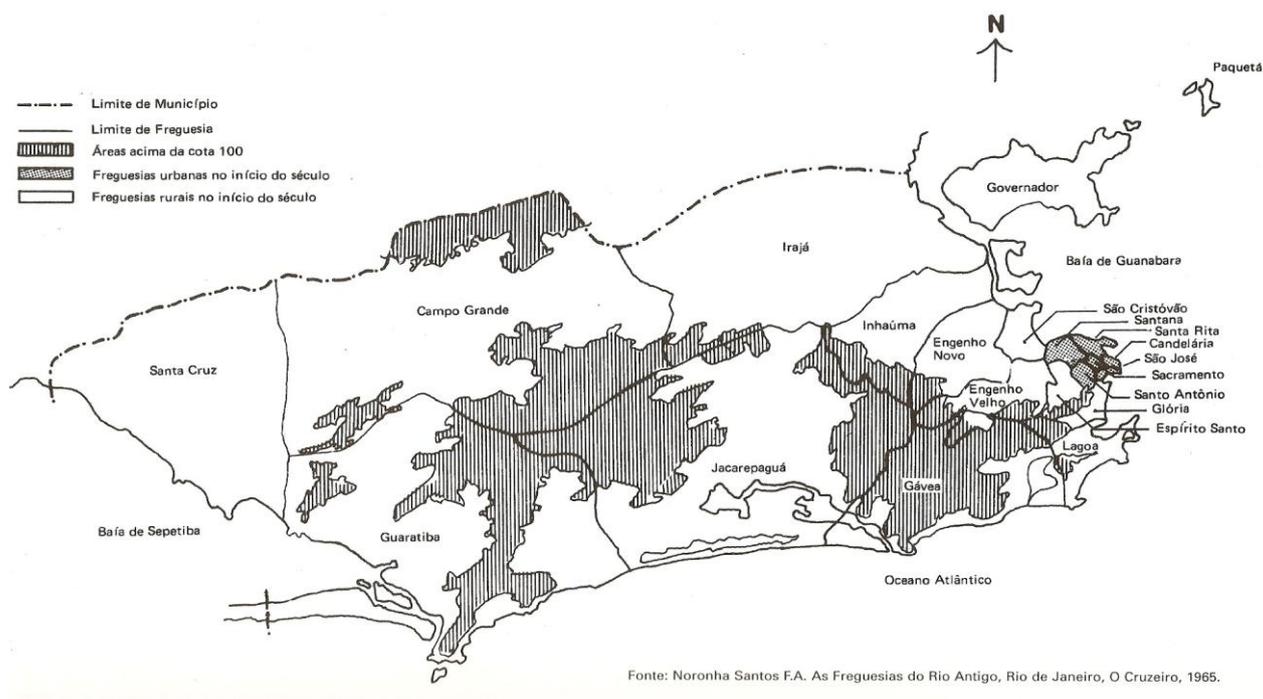


Figura 56 – A urbanização do Rio de Janeiro no início do século XIX

b) a implantação do edifício em meio de quadra ou usando o recurso do recuo com escadarias de acesso para garantir ainda mais imponência e uma monumentalidade arquitetônica;

c) o uso de materiais nobres, de bom acabamento, aproximando aqueles edifícios em imponência, de outros edifícios importantes no Rio de Janeiro, como a Escola de Belas Artes ou a Biblioteca Nacional.

Ancorada no estilo classicizante predominante, a arquitetura da simetria, do embasamento de cantaria, frontões, ordens clássicas, vergas em arco e outros recursos, usava não apenas um recurso formal, mas era uma consequência da obrigação e necessidade de dividir o espaço da escola em alas feminina e masculina, conforme determinavam as normas educacionais daquele período.



Figuras. 57 – Freguesias do Rio de Janeiro no sec. XIX



Figuras. 58 – Freguesias do Rio de Janeiro no sec. XIX

A escala monumental do edifício escolar, conseguida com clássicas estratégias compositivas aliadas à propaganda e à divulgação que envolvia o lançamento da pedra fundamental e a inauguração desses prédios, que contavam com a presença do próprio Imperador, refletiam, como diz Sisson (1990), o personalismo de D. Pedro II, com a imagem de um governante protetor de uma grande causa, a educação.

Não há indícios históricos de que as Escolas do Imperador possam ser consideradas como parte de um projeto nacional em benefício da educação. Elas representavam o início da formação da rede de Escolas Públicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro¹⁸.

As oito escolas estavam assim distribuídas: Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea; Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória; Escola da Freguesia de Santa Rita; Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho; Escola da Freguesia de São José; Escola da Freguesia de São Cristóvão e duas escolas da Freguesia de Sant'Anna, projetadas por arquitetos e engenheiros do Império.

Quanto às escolas, Sisson (1990) afirma que a primeira a ser construída foi a Escola de São Sebastião na Freguesia de Sant'Anna (Figura 59), cuja construção recebeu a aprovação da Câmara Municipal em terreno localizado entre o Canal da Cidade nova e a Praça Onze de Junho (Figura 60), dando frente para esta e delimitado pelas ruas do Sabão e Eusébio de Queiróz. A sua pedra inaugural foi colocada pelo Imperador D. Pedro II em 7 de setembro de 1870 e o edifício inaugurado em 4 de agosto de 1872. O projeto da escola ficou a cargo de José Antônio da Fonseca Lessa, engenheiro Diretor de Obras Municipais e a construção ficou sob a responsabilidade de Pedro Bosísio e João Bailariny.



Figura 59 Escola de São Sebastião

¹⁸ Dos seis prédios que conseguiram sobreviver aos processos de demolição sofridos pela cidade em sua modernização, no século XX, quatro pertencem à rede de escolas municipais e ainda funcionam com o objetivo inicial: a educação pública. Dos outros dois prédios, um foi transformado no Centro Cultural José Bonifácio, vinculado à Secretaria das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o outro abriga o Colégio Estadual Amaro Cavalcanti. (CREP/RJ, 2005).



Figura 60 Escola São Sebastião em frente à Praça 11 de Junho

No ano de 1938, na administração do Prefeito Henrique Dodsworth, esta escola foi demolida para dar passagem às obras de abertura da Avenida Presidente Vargas.

Segundo o CREP (2005, p. 27) a escola pode ser assim descrita:

A arquitetura do prédio se insere no “estilo classicizante” (considera as formas artísticas da antiguidade clássica, ou seja, ordens e motivos greco-romanos). Situado em centro de terreno, o prédio possuía pátio interno e sua fachada, predominantemente horizontal, subdividia-se em 3 corpos: o central, de um só pavimento- pouco mais extenso ladeado por torreões, com dois pavimentos cada. Seu frontão, coroado com armas da cidade, possuía um mostrador de relógio no tímpano. Nos fundos da escola existia um jardim estilo francês. O prédio foi dividido em duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, e era dividido em 3 grandes salas e três menores, podendo acomodar até 1200 alunos.

A Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti - Figura 61), foi construída na antiga Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, com recursos públicos e com donativos feitos por particulares. Teve sua pedra fundamental lançada em 29 de dezembro de 1871 e foi inaugurada em 10 de abril de 1875. O autor do projeto foi o arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, encarregado das obras do Ministério do Império.



Figura 61 – Escola de Nossa Senhora da Glória

De estilo eclético, o prédio foi assim descrito por Moreira de Azevedo (apud CREP, 2005, p. 30):

Um prédio com três corpos e dois pavimentos, o central recuado, com pátio ajardinado e contando com mais de 2000m² de área construída (...) com seu pavimento revestido de cantaria, afastado do chão 2,20m e com 6,60m de altura e, o segundo, de 6,20m de altura com um entablamento ornamentado, coroado por ártico com vasos etruscos nos cantos interrompido no centro da fachada por um frontão, tendo no nicho as Armas Imperiais em relevo, nos lados 4 estátuas representando as Letras, as Artes, o Comércio e a Indústria e, por debaixo do entablamento, o dístico: “Viam sapientae monstrabo tibi”.

O programa de necessidades da escola organizava espaços para os meninos e para as meninas, no mesmo prédio. Além dessa característica, outra peculiaridade era a presença de habitações para os docentes. Havia ainda uma sala para um posto de vacinação, sala para celebrações e uma biblioteca. Segundo o CREP (2005, p.30), em 1913, foram instaladas no andar superior, atividades voltadas para educação profissional do sexo feminino.

Em 16 de fevereiro de 1963, a escola¹⁹ passou para o âmbito estadual e recebeu o nome de Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, em homenagem a Amaro

¹⁹ Em 1958 o prédio foi ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara e foi decretado o seu tombamento como patrimônio histórico estadual em 1990.

Cavalcanti Soares de Brito, que foi Prefeito da Cidade de 15 de janeiro de 1917 a 15 de novembro e 1918.

Na freguesia de São José (Figura 62), outra escola foi construída, inaugurada em 7 de setembro de 1874, e erguida graças aos recursos obtidos por subscrição pública promovida pela Câmara Municipal. Carlos Sarthou, em sua obra “Relíquias da Cidade do Rio de Janeiro”, informa que o próprio Imperador abriu a subscrição com cinco contos de réis e a Imperatriz, D. Tereza Cristina, participou com um conto de réis.

O terreno escolhido para a construção da Escola pertencia ao Convento de Nossa Senhora da Ajuda, na esquina formada pelo Largo da Mãe do Bispo e a Rua dos Barbons, atual confluência entre a Praça Floriano e a Rua Evaristo da Veiga. Construída no estilo neogótico manuelino, o edifício da Escola São José dividia-se em três corpos principais. O corpo central era formado por uma sala quadrada, de 17,6 m de lado, para o cerimonial da missa e a explicação do Evangelho. Nos dois corpos laterais do edifício, existiam duas salas para aulas, de 6,6m de largura e 22m de comprimento, com capacidade para 300 alunos em cada.

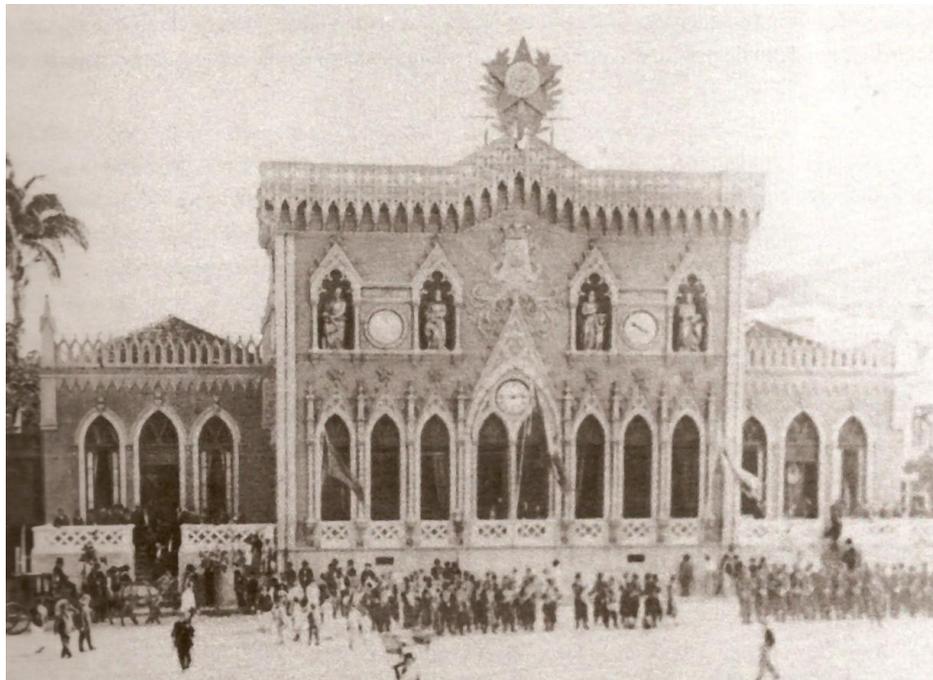


Figura 62 – Escola São José

Em 1896, a Escola foi extinta. Em seu prédio, passou a funcionar o Conselho Municipal. Em 1920, o prédio foi demolido, e no terreno foi construída a Câmara Municipal, atual Palácio Pedro Ernesto.

A Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea ou Escola Municipal Luiz Delfino (Figura 63) está localizada na Rua Marquês de São Vicente, 238, na Gávea. Sua origem, segundo CREP (2005, p.46), está ligada à curiosa história de um ex-escravo chamado Zózimo, conhecido como “Zé Índio”. Conta-se que Zózimo era criado da família Pereira da Silva, proprietária de uma fazenda no atual bairro da Gávea, e sabia ler e escrever. Quando um dos filhos de Pedro Pereira da Silva viajava, Zózimo o acompanhava. Voltando de uma viagem à Europa, em 1861, fundou uma escola no alpendre da fazenda, a “Escola Zé Índio”, onde ele ensinava “a cartilha e as matemáticas”, pela mensalidade de meia pataca. A escola era frequentada por filhos de escravos e pessoas sem posses, e localizava-se no chamado Beco do Buraco, hoje Rua Duque Estrada.

O edifício foi inaugurado em 13 de dezembro de 1874 e implantado em terreno doado à municipalidade pelo Sr. Antonio Francisco de Faria, novo dono da fazenda. Foi erguido com recursos de subscrições públicas e por doações feitas pelos membros encarregados da própria construção.



Figura 63 – Escola da Gávea

Em novembro de 1885, a Escola²⁰ foi entregue à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, passando a se chamar “Escola de Nossa Senhora da

²⁰ Segundo o CREP (2005, p. 47), já no início do século XX a escola mudou de nome para Quarta Escola Mista do Distrito Federal. A mudança do nome para Luis Delfino somente veio em 1922. No início dos anos 1960, uma reforma retirou as grades de ferro, o piso de pinho-de-riça e duas pias de

Conceição”. Para promover sua administração, a Irmandade recebia subvenções do Governo Imperial. Posteriormente, já no início do século XX, a Escola passou a ser chamada de “4ª Escola Mista do Distrito Federal”. A partir de 1922, recebeu o nome de “Luiz Delfino”, em homenagem ao médico e poeta catarinense.

Sisson (1990, p.66) afirma que a escola ocupou um edifício dos mais modestos dos oito erguidos pelo Imperador D. Pedro II. Possuía corpo central avançado, com salas para recepção, biblioteca e gabinete e dois grandes salões mobiliados com bancos e mesas para os alunos. No frontão principal, elementos greco-romanos dispostos e um corpo mais central triangular, anunciavam o estilo eclético predominante. O prédio, originalmente, ainda possuía quatro salas de aula unidas por um corredor, o que propiciava a separação dos alunos por sexo. Uma claraboia no teto do corredor iluminava-o muito bem.

Outra escola foi construída na Freguesia de Santa Rita (Figura 64). Erguida na antiga Rua Harmonia, atualmente Rua Pedro Ernesto, na Gamboa, a Escola de Santa Rita foi construída com recursos doados por particulares, sendo inaugurada em 14 de março de 1877 e conhecida como Escola José Bonifácio²¹. O projeto arquitetônico da escola foi elaborado pelo arquiteto Francisco Betencourt da Silva.



Figura 64 – Antiga Escola de Santa Rita, atual Centro Cultural José Bonifácio

mármore de Carrara. Em 1980, outra reforma descaracteriza ainda mais a escola de seu original. O edifício foi construído no centro do terreno e com espaços de terreno em sobra, outra escola, a Cristiano Hamann foi erguida.

²¹ Durante o governo de Carlos Lacerda (1961/1966), o prédio funcionou como Ginásio Estadual José Bonifácio, até 1965. A partir de 1977, ele passou a ser ocupado pela Biblioteca Regional da Gamboa. Hoje, o prédio da antiga Escola da Freguesia de Santa Rita é ocupado pelo Centro Cultural José Bonifácio, da Secretaria das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Consta do plano de tombamento realizado em 1990, descrito em CREP (2005, p. 34):

Sua planta de dispõe em cruz; a base da escadaria do saguão principal é feita com duas esculturas sob a forma de dragões de madeira nascentes da Casa de Bragança, figura introduzida na simbologia das armas reais portuguesas. Sobre a platibanda do telhado existem quatro estátuas francesas: a Arte, a Ciência, a Indústria e a Navegação. Na varanda que dá acesso à entrada principal duas estátuas femininas sustentam lampiões... Iluminando o salão principal do corpo central destaca-se a estátua *Negra* de Mathurin Moreau, produzido em Val D'Osne. A estrutura do prédio apresenta um corpo principal central avançado entre dois corpos recuados, ambos com dois pavimentos.

Já a Escola Municipal Rivadávia Corrêa da Freguesia de Sant'Anna (Figura 65) foi iniciada em 1874 e inaugurada em 14 de março de 1877. Foi mais uma escola construída com doações feitas por particulares a partir da iniciativa do Ministério do Império.

Destinado inicialmente ao ensino primário de meninas e de meninos, separados em espaços específicos como era o costume na época, de 1888 a 1914, o prédio passou a ser ocupado pela Escola Normal. Segundo Sisson (1990, p. 66), o projeto da escola é de autoria de Francisco Pereira Passos, mas foi modificado sob orientação do engenheiro Antônio de Paula Freitas, para adaptação a uma escola normal, uma das primeiras criadas pelo governo em 1896.



Figura 65 – Escola Rivadávia Corrêa, atual sede do CREP-RJ

Dados do CREP (2005, p.49) dão conta de que em 1913, no prédio da Escola José Bonifácio, na Rua da Harmonia, foi fundada a “Segunda Escola Profissional Feminina”. Em 1915, essa Escola passou a chamar-se Rivadávia

Corrêa²², sendo transferida para o prédio da Praça da República, adaptado para o funcionamento do ensino profissional feminino, onde se ensinavam corte e costura, confecção de chapéus e flores, espartilhos, datilografia e culinária.

Por fim, a Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho²⁴, já demolida, projetada pelo arquiteto Francisco Bittencourt da Silva, inaugurada em 1877 com construção foi feita com recursos provenientes dos cofres públicos e de particulares (Figura 66).

Em 1901 o prédio passou a abrigar o Instituto Profissional Feminino. Em 1912, a Escola passou a se chamar Orsina da Fonseca, em homenagem à esposa do Presidente Hermes da Fonseca, falecida naquele ano, por sua identificação e apoio ao trabalho desenvolvido no Instituto.



Figura 66 – Escola do Engenho Velho

Analisando esse conjunto de edifícios construídos em um período de muita proximidade um do outro observa-se que a localização dos imóveis obedecia a critérios de escolha em que preponderava a visibilidade do edifício pela população em locais nobres das diversas freguesias escolhidas pelo governo e pelas entidades patrocinadoras; os partidos arquitetônicos escolhidos pelos projetistas revelam a

²² Em 30 de setembro de 1975, foi reconhecida como de domínio do Município do Rio de Janeiro, recebendo o nome que se mantém até hoje: “Escola Municipal Rivadávia Corrêa”. A Escola manteve-se no casarão do século XIX até 1998, quando foi transferida para o prédio anexo, construído no final da década de 1920. No prédio histórico, a partir de 18 de outubro de 2002, passou a funcionar o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro (CREP).

²⁴ Em 1933, na gestão de Anísio Teixeira, o Instituto passou a se chamar Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca, recebendo várias outras denominações até a criação do Município do Rio de Janeiro, quando passou a se chamar Escola Municipal Orsina da Fonseca. Nos anos sessenta, do século XX, o antigo prédio foi demolido.

adoção do critério da imponência e do caráter institucional do prédio, assimiladas pela escala adotada, os tamanhos, as larguras das fachadas, os frontões demarcados com as armas imperiais e relógios em diversas vezes colocados em posição de destaque; a simetria de composição, utilizada como ferramenta projetual do classicismo, embora os volumes ora sejam avançados e ora recuados, com fins de demarcar a fachada frontal e em outros o alinhamento perfeito; a par disso, a composição desses prédios adotou a estratégia de separar as aulas das meninas e dos meninos e com isso, ora em dois pisos, ora em um piso único, dividido em dois locais distintos.

Apesar disso, as escolas do Imperador, parecem ter sido um ato isolado do Império, sem planejamento. O ato em si não comprometeu nenhum governante de Província a adotar a mesma ação. Ao mesmo tempo, apesar de serem declaradas escolas públicas, os recursos utilizados para a construção e instalação não tiveram como origem o Tesouro Nacional e sim, doações particulares, sejam de entidades empresariais sejam entidades sociais.

Na questão da pedagogia nenhuma proposta nova veio com a construção desses prédios. Continuava-se adotando o método de ensino mútuo, muita disciplina e uma separação de alunos por sexo, previstos nas normas. Não posso falar, ainda, em novidades arquitetônicas, advindas desses prédios. Parece que o pioneirismo desse conjunto de prédios escolares vem da propagação do edifício escolar público, matriz do desejo governamental, importante para a sociedade e necessário para o Estado brasileiro.

2.2 A construção das normas educacionais e a arquitetura dos edifícios públicos escolares na República Velha

O Brasil tinha pouco mais de 14 milhões de habitantes assim que foi proclamada a República em 1889, e Salvador e Rio de Janeiro (Figura 67 e 68) eram suas principais cidades, dentre as mais de duzentas existentes naquele ano. O novo regime político transformou as antigas províncias imperiais em Estados independentes, instalou o lema da ordem e do progresso, oficializou uma bandeira e um hino nacional e encaminhou uma reforma constitucional e educacional.

A estrutura econômica do país atravessava estágio de mudanças. De uma atividade agrária-exportadora que se acumulou durante séculos, havia sinais de

mudanças na direção de uma economia urbano-industrial que se movia a partir da economia do café, com centros produtores em São Paulo e em Minas Gerais.



Figuras 67– Salvador em 1900



Figuras 68 – Rio de Janeiro em 1900

Essa nova estrutura econômica era a mola de um novo período que se estendeu de 1889 a 1930, conhecido na historiografia como República Velha e, com o surgimento de uma divisão social nascem as camadas médias da população, instaladas no seio da urbanização e da fase inicial da industrialização e da expansão das atividades comerciais (Figura 69 e 70).

Para Ribeiro (1981, p.70), o crescimento das camadas médias da população e a participação de suas lideranças no processo da vida pública brasileira vão criar condições para que seus maiores interesses sejam transformados em participação na burocracia do Estado ao ponto de influenciar nas medidas a serem adotadas na nova organização escolar brasileira



Figura 69 – Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro em 1900

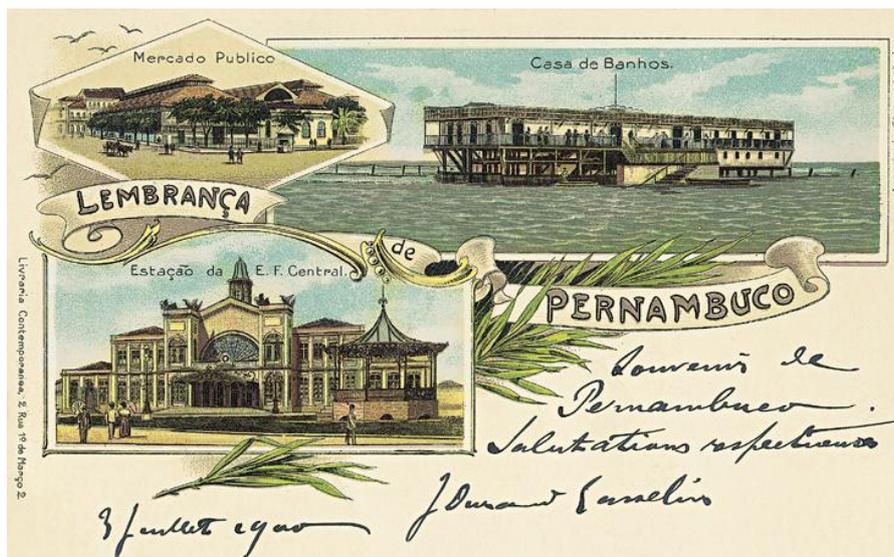


Figura 70 – Alguns lugares de Recife em 1900

A Constituição de 1891, artigo 72, inciso 6º, decretou o ensino leigo nos estabelecimentos públicos e reservou para o Congresso Nacional a tarefa de legislar o ensino em geral que deu ao Distrito federal a tarefa do ensino secundário e do superior e transferiu, para Estados e Municípios, a educação primária. Esta era a forma como a República trataria da educação elementar brasileira daí em diante, qual seja, descentralizada para os entes federados e sem responsabilidades com investimentos e despesas públicas federais. A educação primária era de sua responsabilidade apenas na capital do Distrito Federal.

Mas foi na passagem do século XIX para o XX que o país começou a sentir as suas mais profundas transformações econômicas, sociais e urbanas. Com 17 milhões de habitantes e uns 36% da população habitando nas cidades, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 1900, São Paulo despontou como uma das maiores cidade do país, com 210 mil pessoas e diversas modificações em infra-estrutura se iniciam como a presença maciça dos serviços de luz elétrica e de transporte urbano através do bonde (Figura 71).

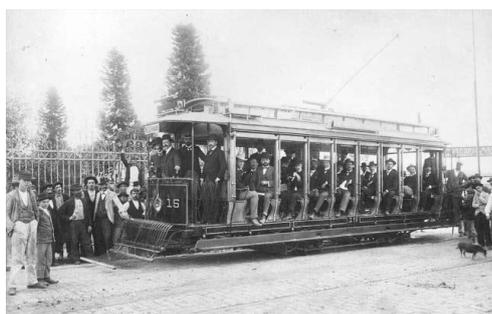


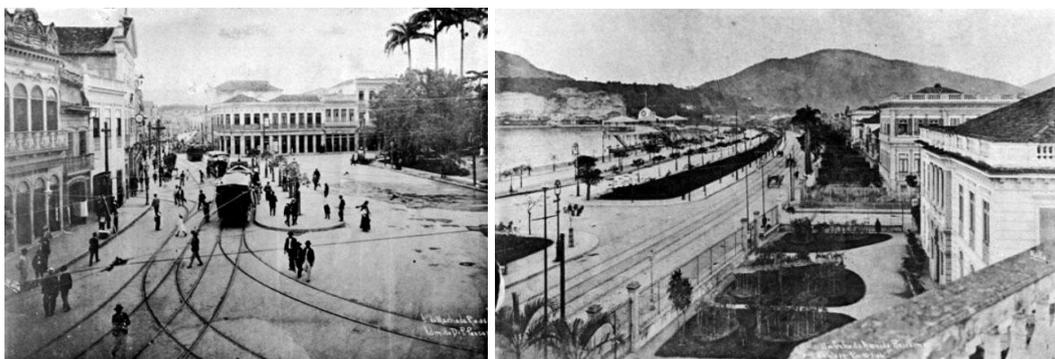
Figura 71 – O bonde em São Paulo em 1900

A cidade começou a deixar o campo para trás e o novo, agora, era a urbanização, tendo como referência a organização, as atividades e o modo de viver do europeu (Segawa, 1997, p. 19).

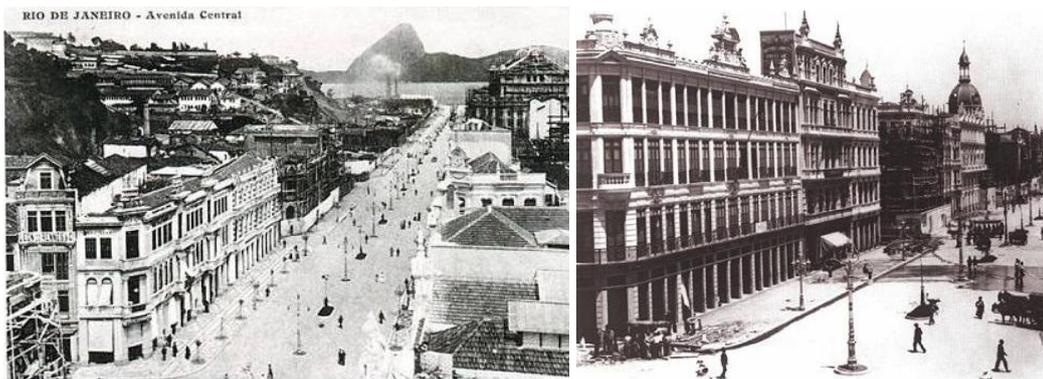
As cidades brasileiras olhavam para as cidades europeias, que estavam a remodelarem-se e reconstruírem-se (Figura 72 a 73), com o crescimento da industrialização que concorria para a geração de novos espaços urbanos e, com isso, planos de desenvolvimento começaram a sair do papel. Esse contexto europeu chegou ao Brasil e traduziu-se nas reformas urbanas com planos de intervenção baseados no higienismo das cidades e no processo de transporte de pessoas e bens. Estava nascendo um Brasil urbano, concorrendo com o Brasil agrário, de séculos de acumulação.

Em 1897, Belo Horizonte inaugura-se capital do estado de Minas Gerais e sua urbanização, com desenho que misturava o clássico e moderno europeu. Nas cidades brasileiras mais importantes, do ponto de vista político e econômico, a tônica era os novos desenhos urbanos, preocupações com remodelações localizadas, criação de bairros-jardins ingleses, estruturas viárias modernas, prédios públicos rompendo o céu e uma enorme preocupação com o planejamento urbano, via de regra, à margem do processo de desenvolvimento.

Nesse clima, era nas cidades que as grandes transformações aconteciam. Com o advento da migração campo-cidade, reformas urbanísticas começaram a fazer sentido em locais estratégicos das principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador, instalando modelos de urbanização pensados no sistema viário, planos de abastecimento de água e coleta de esgotos, drenagem, pontes, aberturas de novas vias, dentre outras.



Figuras 72 e 73 – O Rio de Janeiro nos planos de Pereira Passos no início do século XX



Figuras 74 e 75 – O Rio de Janeiro nos planos de Pereira Passos no início do século XX

A arquitetura brasileira (Figura 74) estava baseada em modelos e o europeu era o preferido da sociedade, embora uma parte das cidades ainda respeitava a arquitetura colonial, herança de um longo período de dominação portuguesa.

No período inicial da República, a arquitetura do Brasil estava sendo pensada na direção do uso do edifício projetado para personalizar o governante, iniciado timidamente por D.Pedro II no Império, décadas antes. Esse processo de personalização da arquitetura, encontrava no edifício público um aliado poderoso, pois a arquitetura de qualidade dava prestígio político ao governante e, sendo assim, ela deveria conter algumas características fundamentais, como localização, visibilidade, escala de monumentalidade e principalmente o vocabulário empregado no estilo utilizado.

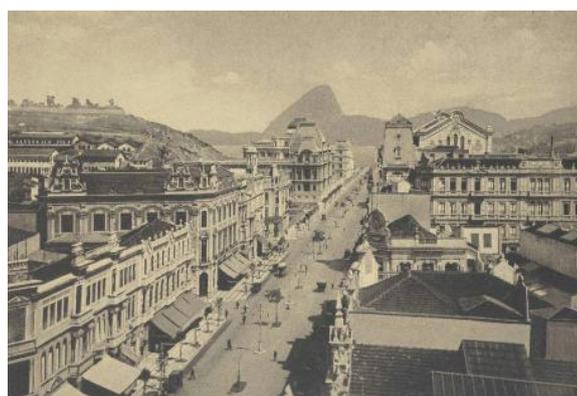


Figura 76 – Avenida Central em 1910, já urbanizada e alargada

O estilo arquitetônico em voga no início da república caminhava pelo neoclassicismo francês, que se instalou no Rio de Janeiro a partir de 1808 e pelo ecletismo de viés italiano, que chegou a São Paulo pelas mãos dos construtores e fachadistas migrantes e esses estilos espalharam-se pelas diversas cidades brasileiras com uma enorme velocidade -, os prédios públicos exerciam verdadeiro fascínio aos dirigentes.

Este caráter de extrema personalização do poder, especialmente em relação à construção de edifícios públicos, exerceu considerável influência na arquitetura. Os políticos procuravam, acima de tudo, um meio de aumentar seu prestígio imediato junto ao povo; para tanto, num país ainda pouco evoluído era muitas vezes mais rentável impressionar por meio de uma obra luxuosa, talvez um pouco gratuita mas que empolgava a imaginação, do que dedicar-se a programas de utilidade mais direta, que não teriam repercussão na opinião pública. Bruand (1997, p. 27).

Já no início do século XX, a arquitetura brasileira era exercida por arquitetos e engenheiros de formação europeia que atuavam num cenário de predominância urbana, ausente de preocupações sociais, com importância nos projetos de prédios públicos majestosos e em grande escala, prioridade à personalização. Com o desejo de olhar para a história do país, produziram uma arquitetura de um neocolonialismo como estilo ao mesmo tempo olhando para as movimentações dos estilos praticados na Europa, especialmente (BRUAND, 1997, p.29).

Entretanto, o panorama da arquitetura brasileira pública, no ano de 1900, na avaliação de Bruand (1997, p. 33), era desanimador.

Segundo ele, faltava originalidade na arquitetura e sobrava mímese, em geral medíocre, de obras do passado ou de edifícios europeus de qualidade arquitetônica duvidosa.

Essa situação, somente foi-se dissipar, após os anos 1920, com o ingresso de novos elementos (Figura 77 e 78) que vieram com a Semana de Arte Moderna de 1922 e toda a discussão da brasileirização das artes e da cultura, expressas em Anita Malfati e no caso da arquitetura, nas obras de Gregory Warchavchik e das lições de Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro e ,de Rino Levi, em São Paulo.



Figuras 77 e 78 – Arquitetura brasileira no início do século XX: elementos de imitação de uma arquitetura clássica

É nesse ambiente que a arquitetura escolar brasileira foi pensada, praticada pelos diversos governantes e profissionais dos Estados, seja dos edifícios das escolas

normais ou seja a dos edifícios dos grupos escolares. Ao governo federal restava a tarefa de coordenar a execução dos prédios de educação secundária ou superior e das escolas primárias, apenas na cidade-sede do governo.

No contexto sócioeconômico e político, os republicanos apresentavam disposição para transformar o Brasil, diminuindo seu atraso econômico e cultural e fazendo a inserção do país no mundo moderno europeu.

Entretanto, nesse período, os grupos agrários nacionais consolidavam-se; uma hegemonia da economia do café paulista predominou e essa força econômica refletiu-se em diversas ações no Estado de São Paulo, viabilizando a construção de uma ação em torno da educação primária, como parte da estratégia dos estados descentralizados.

Mudar a forma de ação do Estado, a partir da educação, parecia uma saída visível para todos, e a forma como essa ação foi empregada iniciou-se por meio das primeiras medidas tomadas pelo governo republicano.

O pensamento de modernização do Estado republicano brasileiro da reforma constitucional proposta em 1891 foi ancorado pelos atos anteriores da reforma na educação (Decreto n. 98, de 8 de novembro de 1890), produzida por Benjamin Constant - um positivista que foi o primeiro ministro de uma nova pasta republicana, a da Instrução, dos Correios e Telégrafos - , principalmente no que diz respeito ao ensino livre, laico e gratuito, usando o método intuitivo.

O Decreto aprovou as normas para a instrução primária e secundária no Distrito federal, e os seus 81 artigos, criaram um programa de necessidades²⁵ das futuras escolas a serem construídas.

A escola primária na reforma de Constant estava organizada em duas categorias: o primeiro grau para crianças de 7 a 13 anos e de segundo grau para crianças de 13 a 15 anos, com salas distintas para cada sexo; a escola secundária tinha duração de 7 anos e criava-se o exame de madureza para verificar a capacidade intelectual do aluno ao concluir o curso primário e ascender ao secundário.

No Título II do Decreto – “Das escolas primárias, suas categorias e regime”, a norma é clara: cada sala de aula deveria ter no máximo 30 alunos para cada professor e se esse número fosse maior, um outro professor, no caso adjunto, deveria

²⁵ Em arquitetura é a lista de itens que compõe o edifício e que serve de ponto de partida para o projeto arquitetônico. O programa de necessidades é ainda o conjunto das exigências projetuais que orientam o arquiteto para a tomada de decisão. Para Costa (1959), não se começa a elaborar um projeto, sem o programa de necessidades de um edifício.

acompanhar o titular; o artigo 8º trata dos edifícios e diz que o “governo providenciará para que se construam edifícios apropriados ao ensino, de acordo com os mais severos preceitos da higiene escolar e com habitações anexas destinadas ao professor”.

Por fim, o artigo 9º, dizia que “cada escola primária terá, além das salas de classe e outras dependências, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos”. Esta era a lista das necessidades da escola da República.

Já para as escolas normais, o Decreto citava apenas a necessidade de que os prédios novos fossem diferenciados, mas sem indicação normativa. Os edifícios não dispunham de um tratamento tal qual foi editado para os prédios da escola primária, deixando para os estados uma liberdade de execução e normatização.

Apesar de a norma ser federal e, do ponto de vista prático e legal, interferir nas decisões tomadas no âmbito da Capital federal, todos os estados brasileiros acabaram, por força de outra medida legal e normativa de seu interesse, reproduzindo esse normativo e aplicando, em tempos diferentes, a sua implantação.

Ao longo dos anos seguintes, diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928 foram realizadas.

2.2.1 As escolas normais e os grupos escolares na história da educação e da arquitetura brasileiras.

Segundo Saviani (2004), quatro legados educacionais pensados no século XIX atravessaram para o século XX e alguns deles perduram até os dias atuais: o descompromisso do governo central com a manutenção da instrução popular pública que conduz para a idéia de liberdade de ensino associada ao favorecimento da iniciativa privada; a institucionalização da formação de professores; a mudança da organização da educação das crianças e a criação dos grupos escolares (grifo nosso).

Cada um desses quatro legados foram consubstanciados em atos e práticas que deram ao governo republicano a tarefa de proceder a mudanças exigidas pela

sociedade da época. A manutenção da instrução pública, por exemplo, deixada para a execução dos estados, de acordo com o texto constitucional, diminuiu a despesa orçamentária da pasta ministerial e abriu espaços para investimentos em outras áreas.

A Constituição Federal de 1891 manteve a descentralização da educação primária no país. Com essa norma, na prática, no campo da arquitetura escolar surgiram dois novos tipos de edifícios: os grupos escolares e as escolas normais, como proposta dos Estados e não do Governo federal.

Os grupos escolares não foram implantados de maneira uniforme em todos os estados brasileiros, embora estruturados mais ou menos da mesma forma – com prédios e equipamentos específicos, seriação, direção e inspeção centralizadas. Surgiram primeiro nas grandes cidades e durante algum tempo conviveram com as escolas isoladas ou singulares (escolas com uma classe multisseriada e um único professor) e escolas reunidas (reunião das classes das escolas singulares em um mesmo prédio, organização seriada ou em duas classes com duas séries, a escola funciona sob a mesma direção de uma pessoa que acumula a função de professor e diretor). (VEIGA 2007 p. 243).

Como vimos no Capítulo 1, o grupo escolar já era uma ideia na Europa, que se transformou em edifício educacional e era praticada na França e em outros países, como Espanha e Inglaterra, por volta de 1865.

Um mesmo edifício concentrava diversas salas de aula ou classes avulsas e organizava-se, de acordo com as normas de cada país, sem perder de vista as características de separação de meninos e meninas no mesmo prédio e de possibilitar uma estrutura de administração escolar composta de professores, diretor e espaços coletivos. Esse grupo escolar existiu fora do Brasil e já era conhecido por meio de publicações de revistas e almanaques editadas no fim do século XIX. No Brasil a primeira investida ocorreu em São Paulo, em 1894 (Figura 79), com o Grupo Escolar Prudente de Moraes.



Figura 79 – Primeiro Grupo Escolar do país: Prudente de Moraes

A tipologia dos grupos escolares utilizada nos projetos arquitetônicos no Brasil não se deu a partir da elaboração das normas educacionais, de cunho paulista, mas com a movimentação e a difusão de um estilo de edifício escolar e de um estilo de arquitetura empregado para a execução da ideia de agrupamento de escolas isoladas, que, timidamente, já começara a instalar-se no Rio de Janeiro, com as Escolas do Imperador, em 1870.

As normas paulistas, editadas em 1894, para o Regimento Interno das Escolas Públicas de São Paulo, objeto do Decreto n. 248, foram elaboradas com referências legais do Decreto n. 981, de 1890, e as ideias europeias, como aconteceu com outras normas para arquitetura ou para a engenharia.

É possível supor que a hegemonia econômica e cultural do Estado de São Paulo sobre os outros Estados tenha influenciado a propagar o edifício e seu novo estilo. Essa é uma hipótese apontada por Saviani (2004, p. 23), que afirma:

Considerando-se que o estado de São Paulo detinha a hegemonia econômica, dada sua condição de principal produtor e exportador de café e, com a República, alcançou também a hegemonia política posta em prática com a 'política dos governadores', a ele coube dar a largada no processo de organização e implantação da instrução pública, em sentido próprio, o que se empreendeu por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período imperial.

Ainda em relação à interferência paulista na reorganização do sistema de ensino dos estados brasileiros na década de 1920, Souza (2004) diz que:

A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambigüidades envolvendo atração, repúdio e apropriações diversas, e deve-se não somente à hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas também, e sobretudo, à visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos e estreitamente associadas aos ideais de modernização da sociedade brasileira. Educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública. Outro expediente utilizado foi o financiamento de visitas comissionadas ao estado paulista. (SOUZA, 2004, p. 118-119).

A edificação que serviria para abrigar um conjunto que antes era isolado, formado por salas ou escolas de professores em suas casas, era de fato aquela que já estava construída em outros países. A arquitetura dos edifícios dos grupos escolares brasileiros não foi uma invenção nem do Brasil nem do governo de São Paulo: foi

uma transformação, muito comum em arquitetura onde um objeto se modifica no tempo em função de novos elementos estéticos ou programáticos.

A adoção da ideia de um edifício que abrigasse inúmeras atividades e que, ao mesmo tempo, pudesse instalar inúmeros alunos simultaneamente, se deu com a construção de grupos escolares no Brasil e essa é uma ação que começou por São Paulo e se irradiou para todo o país.

Sobre os grupos escolares, Pinheiro (2002), Carvalho (2007), Buffa e Pinto (2002), Bencostta (org. 2005), Vidal (org. 2006), Lombardi, Saviani e Nascimento (orgs 2005), Vidal e Faria Filho (2005) e Souza (1998) e Souza (2008) falam da trajetória e da importância dessa nova escola pública brasileira. Entretanto poucos debruçaram-se na análise da arquitetura dos edifícios, em face da norma educacional exigida, salvo o trabalho de Buffa e Pinto.

Para Buffa e Pinto, o Grupo Escolar exigia um espaço adequado para seu funcionamento e um local adequado para a sua implantação.

A localização privilegiada, ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade, garantia sempre que os alunos reconhecessem a cidade e suas instituições antes mesmo de chegarem à escola. Nos bairros da capital (São Paulo) e no interior do Estado onde foi implantado, o Grupo Escolar, símbolo de uma cultura leiga e popular, integrava o núcleo urbano composto pela Prefeitura, os correios, casa bancária, praça central, Igreja Matriz. Ao mesmo tempo, distinguia-se das residências, das casas comerciais e dos demais edifícios que constituem a cidade (p. 43).

Carvalho (2007) diz que o Grupo Escolar, na estratégia republicana “é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o método intuitivo a peça central da institucionalização do sistema de educação pública modelar”.

Para Souza (1998), a criação do Grupo Escolar é parte integrante do projeto político republicano de reforma social.

A implantação dessa nova modalidade teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles, a consagração da República. Ainda, generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas.

Esse diálogo entre a norma que definiu o programa e o edifício construído ou projetado, e de que forma uma contribuiu para o outro, é central nessa pesquisa e

com isso, a análise do grupo escolar no Brasil não se prende a seus processos educativo e pedagógico, mas como o programa e o edifício se estruturam mediante um grupo de exigências ditadas por conta de um currículo ou de uma atitude pedagógica.

2.2.2 As Escolas Normais e os Liceus – arquitetura da escola pública secundária e profissional

Lourenço Filho (2001) diz que a palavra “ensino normal”, no contexto da educação, surgiu no século XVII, quando o abade La Salle, alcunhou a expressão, em 1685, no sentido de “ensino coletivo”.

Até então, a compreensão de que para ensinar bastava saber apenas aquilo que se ia ensinar era pacífica. O ensino era individual e de memorização, bastando, a rigor, que o mestre soubesse ler, para “tomar a lição” de cada discípulo. O bom abade verificou, porém, esta coisa tão simples e tão fecunda: que o ensino devia ser coletivo, dado a grupos de crianças, e que, para maior interesse, devia ser explicado em tom de conversa natural. Era esse o ensino coletivo, que La Salle chamou de ensino normal. Vinha, em germe, em sua concepção, a idéia da classificação dos alunos, pelo adiantamento, e a consequência de adaptação de cada passo da lição à capacidade do aprendiz. E já não bastaria, assim, que o mestre soubesse ler a lição, que fosse o lente, mas que tivesse dominado e compreendido o texto que ia explicar, e que devia pôr à altura da mentalidade dos discípulos. A idéia teve êxito. Escolas normais, isto é, de ensino coletivo, foram abertas logo após o primeiro ensaio, também em Paris.

Logo tal expressão espalha-se pela Europa. Lourenço Filho (2001) diz:

A compreensão da necessidade da formação de professores alcançava o Estado. A educação popular, extensa, a todos dirigida, até então ideal de religiosos e filantropistas, passava a ser entendida como função pública. Ao mesmo tempo, um mestre-escola genial, Pestalozzi, pregava a necessidade “de fundar a educação no conhecimento da natureza do homem...” Repetia as idéias de Rousseau, mas emprestava-lhe o calor da convicção de um apóstolo. Suas experiências impressionaram alguns homens de mais larga cultura. Assim, em 1809, Carlos Augusto Zeller organizava, em Leipzig, a primeira escola oficial para a formação de mestres.

No Brasil, como vimos no Capítulo 2, foi em 1835, em Niterói, Rio de Janeiro que se instalou a primeira Escola Normal, com o objetivo formar professores para atuarem no magistério de ensino primário.

Segundo Xavier (1994), a escola normal foi criada intimamente ligada à difusão do ensino de primeiras letras no ponto da formação de professores e, assim,

foi criada como instituição de ensino colocada em funcionamento em prédio adaptado, geralmente os Liceus existentes nas Províncias.

Após a de Niterói, é a vez de a Bahia instalar a sua escola em 1842. A Província de São Paulo instalou sua Escola Normal em 1847. Na Província de Minas Gerais, já em 1835, lutou-se pela consecução de uma Escola Normal. Em 1879, Minas Gerais já contava com cinco Escolas Normais: a da capital, Campanha, Diamantina, Paracatu e Montes Claros (Figura 80). Na Província do Espírito Santo, a reforma da instrução primária, em 1873, mandou criar uma Escola Normal. Na Província do Rio Grande do Norte, a Escola do Normal foi instalada em 1874, enquanto, na Província do Amazonas, em 1882.



Figura 80 - Escola Normal de Montes Claros

Tanuri (1979) diz que em 1867 eram quatro as Escolas Normais em funcionamento e em 1883 - após a Reforma Leôncio de Carvalho e a criação da Escola Normal Oficial da capital do Império, no Rio de Janeiro, em 1880, já eram 22 escolas implantadas no país.

Segundo os dados dos Relatórios das Mensagens dos Presidentes dos Estados aos Congressos Legislativos, no ano de 1900, havia Escolas Normais em todos os estados brasileiros e, em alguns casos, em algumas importantes cidades do interior, sempre acompanhadas de liceus, como estabelecimentos que preparavam os alunos e alunas para o ensino profissional.

Com a criação dessa escola, diversas Províncias acompanharam e criaram suas Escolas Normais - no início em prédios adaptados, e décadas depois, em prédios próprios projetados e construídos - , com o fim de formar o quadro docente para suas escolas de ensino primário.

Para Kulesza (1998), a criação de Escolas Normais públicas nas Províncias teve de acomodar-se ao ensino secundário, ministrado nos Liceus, essencialmente masculinos e dedicado à preparação para o ingresso no ensino superior, e tiveram como modelo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Diz ainda:

Os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas normais. Nesse confronto entre a normas emanadas do poder central e os ditames locais, foram tentadas diversas formas de institucionalização nas quais os dois educandários acabaram influenciando-se mutuamente, ao mesmo tempo que foram se configurando como escolas distintas. Como resultado desse processo, sem solução de continuidade na transição do Império para a República, emerge durante a primeira década do século XX, em todo o território nacional, uma Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escolas-modelo anexas, destinadas à prática pedagógica, e que desencadearam o processo de profissionalização do nosso magistério primário.

Com um planejamento voltado para a formação de professores, as normas do Império, que tinham a função de organizar as necessidades da Escola Normal, sempre eram minimizadas na questão do espaço físico. Tratavam sempre das cadeiras, dos conteúdos, da disciplina, quando muito. Com isso, a arquitetura desse novo tipo educacional – Escola Normal, prédio projetado para abrigar salas e espaços destinados à formação de mão-de-obra voltada para o ensino primário, fez surgir um diálogo entre os dois campos: a arquitetura e a educação.

As normas do Império ditaram um novo programa de necessidades. Surgiram salas de aula voltadas para mulheres com idade adulta, o que exigia carteiras escolares diferentes e espaço físico melhor resolvido, orientação solar e simplificação de ornamentos internos; pequenas salas para laboratórios, biblioteca, salas de música, desenho e costura, além de algumas salas destinadas às atividades burocráticas. Não havia nesse programa necessidades espaços para as atividades de lazer.

A linguagem arquitetônica desse novo prédio exigiu, dos profissionais arquitetos um cuidado extremo na utilização dos diversos elementos de arquitetura presentes na arquitetura brasileira, seja ainda em estilo Art Nouveau ou no Eclético, pois, cabia a esses novos prédios, uma identificação com um novo sistema de educação, voltado para a formação de professores que seriam os responsáveis na educação primária brasileira.

Ao largo das intenções de estilo e estéticas, o edifício da escola normal no Brasil, quando se iniciou pelo projeto de Ramos de Azevedo para a Escola Normal da Praça da República (Figura 81), foi erguido em espaços urbanos de muita visibilidade pública – em praças, largos, espaços urbanos elevados, ao lado de grandes avenidas etc, e imprimiu uma arquitetura usando, muitas vezes, dois pavimentos e aberturas e escadas de acesso imponentes.



Figura 81 - Escola Normal da Praça da República

E mais, com a adoção, em São Paulo, da Escola-Modelo, ou escola-anexa, como parte do conjunto arquitetônico da Escola Normal, Kulesza (1998) diz que é possível terem nascido aí, nessa intenção, os futuros grupos escolares e que, mais uma vez, os exemplos de São Paulo irradiam-se para o Brasil.

Nesse Estado (referindo-se a São Paulo), o modelo adotado estava baseado em escolas anexas, que serviram de embrião aos grupos escolares e que constituíram uma fonte importante da própria clientela da Escola Normal. A valorização crescente da prática profissional e a adaptação da formação geral ao contexto local, ensaiadas em São Paulo, são características comuns encontradas nas Escolas Normais de todo o país, por volta de 1910.

Assim, os edifícios das Escolas Normais projetados na República, com base no tipo arquitetônico preparado por São Paulo, foram se disseminando nos Estados e constituíram uma categoria diferenciada de prédios escolares públicos, baseados no seu programa de necessidades e nas imposições dos diversos regulamentos de instrução pública que foram sendo criados no Brasil.

2.2.3 Os Grupos Escolares

A história e a origem dos grupos escolares, segundo Souza (1998), remetem à escola graduada, com as transformações sofridas pela escola primária.

Essa sofreu mudanças que permitiram a existência de uma sistema mais ordenado, estandarizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever-contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para uma de acesso obrigatório, generalizado e universalizado.

Foi no século XIX, fora do Brasil, que essas mudanças começaram. Souza (1998) diz que na Inglaterra, a partir da década de 1860, o termo *classe* adquiriu nova vida: “instrução simultânea e classes passaram a ser usados como sinônimos”. Na França, a partir de 1868, o termo classe e seu conceito começa a ser reforçado como de espaço; na Espanha, os grupos escolares começaram a ser implantados em 1898 e nos Estados Unidos, com as preocupações do edifício-escola de Barnard (1855), a escola graduada passou a ser introduzida nas últimas décadas do século XIX.

No final do século XIX, a escola primária encontrava-se configurada da forma com a conhecemos hoje. A descrição do processo na França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos, apenas exemplifica o que estava ocorrendo em vários países europeus e na América do Norte.

No Brasil, o termo “Grupo Escolar” está definido pelo verbete elaborado para o Grupo de Estudos do HistedBr, por Ana Cristina Pereira Lage, que diz que o ensino primário seria em quatro anos, “com matérias que proporcionavam uma educação integral - a educação física, intelectual e moral. Previa a utilização do método intuitivo, o qual usava diversificados materiais didáticos, laboratórios e museus”. Diz ainda que havia exigência de uma rígida disciplina dos alunos (assiduidade, asseio, ordem, obediência etc.) e que o tempo escolar passou a ser controlado através do calendário. Do ponto de vista econômico, a escola graduada foi ainda responsável por gerar novos “dispositivos de racionalização administrativa e pedagógica”, necessários para o desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente nos processos de urbanização e industrialização.

Segundo Saviani (2004), os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano, já que no meio rural ainda predominaram as escolas isoladas por muito tempo.

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor. (p. 114)

Na prática legal em São Paulo, os grupos escolares foram criados pela Lei estadual n. 169, de 7 de agosto de 1893 com o regulamento publicado com o Decreto n. 248 de 26 de julho de 1894, que referenda a organização desses edifícios. No capítulo X do citado Decreto, dos artigos 81 a 88, o Regimento Interno das Escolas Públicas de São Paulo²⁶, cuidou de definir;

a) Somente seriam implantados em locais com densidade populacional e com mais uma escola num raio definido pelo Conselho Superior;

b) Poderiam receber denominações especiais, como nomes de cidadãos que tivessem doado recursos para a educação popular;

c) Os grupos seriam criados com a reunião de 4 a 10 escolas isoladas e teriam tantos professores na relação de um para cada 40 alunos por classe;

d) Poderia funcionar no mesmo edifício, porém com separação dos sexos, masculino e feminino;

e) Haveria 4 classes para cada sexo, com os 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar;

f) A direção deveria ser entregue a um professor graduado em Escola Normal com um adjunto para auxiliar na regência de classe. Teria ainda um porteiro e um servente;

g) O edifício deveria ter biblioteca, oficinas, gabinetes, móveis apropriados e objetos escolares.

Na prática foram esses artigos do Decreto 248/1894 que definiram a estrutura de uma arquitetura do grupo escolar brasileiro, pois combinava necessidades com organização, questões centrais na definição do escopo do projeto. Essa lista de exigências e obrigações definiu o grupo escolar como um edifício com 8

²⁶ Fac-símile publicado no site www.histebr.fae.unicamp.br acessado em setembro de 2009.

²⁷ Ramos de Azevedo teve formação na Universidade de Gand, na Bélgica e sua orientação acadêmica é trazida para a construção das escolas e outras obras públicas. É responsável pela edificação da Escola Normal Caetano de Campos, pelo conjunto de escolas de Itapetininga, a Escola Modelo da Luz, o Grupo Escolar do Brás e outras.

salas, com 40 alunos, cada uma delas, com separação por sexo – o que permitiu aos arquitetos projetar edifícios com dois pavimentos para promover a separação-, além de gabinete para Diretor e Diretor – Adjunto, Biblioteca, Oficina e Sanitários.

Com essa lista em mãos, os arquitetos de São Paulo e de outros estados começaram a elaborar os projetos arquitetônicos, fazendo surgir uma nova categoria tipológica brasileira: a arquitetura escolar, expressa nos grupos escolares.

2.2.4 A arquitetura dos grupos escolares e das escolas normais

Posso definir a arquitetura dos grupos escolares e das escolas normais brasileiras como produto de uma transformação programática por que passou a edificação no Brasil, ao longo de quase 80 anos de sua existência.

Esse edifício escolar atravessou o período republicano, encontrou nova tipologia nos anos 1930 em diante e ainda conseguiu avançar grande parte do século XX, quando seu conceito na educação desapareceu em 1961, com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Para o povo brasileiro, o grupo escolar era a própria escola do Estado, que foi construída, no princípio em poucas localidades mas, com o passar dos anos, foi erguida, praticamente, em todos os municípios brasileiros. Apesar de extinto, ainda encontramos essa denominação de Grupo Escolar em inúmeras cidades, ainda nos dias de hoje.

Segundo FDE (1998), o primeiro edifício projetado para abrigar uma escola primária erguido na cidade de São Paulo, foi o Grupo Escolar Prudente de Moraes, na Avenida Tiradentes, em 1893, antiga Escola Modelo da Luz, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, com repertório arquitetônico utilizado na maioria dos prédios públicos de sua época. Três pavimentos, sendo um porão, o andar térreo e o pavimento superior, eram divididos de acordo com o programa de necessidades. A planta, um corpo retangular com o conjunto central avançado para frente e para a parte posterior do edifício, com acesso central em escada que tinha duplo patamar.

A idéia de um ensino laico certamente influenciou os desenhos iniciais para a definição das razões compositivas do novo edifício. Se o edifício jesuíta brasileiro, como vimos no capítulo 1, era dotado de uma especial motivação organizacional e representado em função dos elementos de arquitetura e de composição empregados pelos padres arquitetos nas suas mais diversas construções, agora, o prédio empregou um novo repertório, dotado de elementos representativos do tempo republicano.

No caso de São Paulo, entre 1890 e 1920, segundo Corrêa (1991), com algumas exceções, usam-se projetos padronizados, com variações de fachadas ou até mesmo fachadas idênticas, implantados em diversos municípios

A adoção de projetos-tipo foi um procedimento usual não só para os prédios escolares, mas para todos os edifícios públicos que obedeciam determinado programa arquitetônico, como os fóruns e cadeias construídos no interior do Estado. Com relação às escolas, outros fatores podem ter contribuído para a utilização dessa sistemática, como a construção em massa de edifícios escolares em prazos relativamente curtos, o pequeno número de profissionais atuando nos órgãos públicos e a própria característica das edificações que permitiam, através do uso do porão alto, sua adaptação às diferentes topografias de cada lote. Por outro lado, a disponibilidade de terrenos era grande, o que facilitava tais medidas. Independente da padronização das plantas, na maioria dos casos, havia uma preocupação em variar o tratamento formal, imprimindo em cada edifício uma identidade própria.

Sobre o programa de necessidades utilizado para a elaboração dos projetos, usando como base a norma do Decreto n. 248, o edifício resumia-se às salas de aula e aos espaços administrativos. Correa (1991), comenta:

As edificações caracterizavam-se, sobretudo, pela simetria da planta. A rígida separação entre as seções masculina e feminina – exigida pelo regimento dos grupos escolares-, obrigava a existência de alas distintas para cada sexo, constituindo fator preponderante de tal simetria. Os recreios, também, eram devidamente separados por muros locados no eixo do edifício.

Outro quesito, que deveria ser cumprido pelos projetos, referia-se ao Código Sanitário de São Paulo, de 1894, que acabou determinando características semelhantes aos edifícios, como os sanitários executados fora do corpo do edifício, especialmente ao lado dos galpões destinados às atividades de ginástica. No quesito “orientação solar”, ou seja, o melhor posicionamento das aberturas das janelas das salas de aula, especialmente, não tinha como haver essa preocupação em todos os projetos, com a adoção do tipo arquitetônico, a ser construído em terreno com formato e posição solar, nem sempre favorável.

Já para as escolas normais, o programa de necessidades ia além do programa dos grupos escolares, pois ainda tinham os laboratórios, biblioteca e anfiteatro e as dimensões desses espaços eram diferentes, com mais requinte e monumentalidade.

Quanto aos materiais e sistemas construtivos, Corrêa diz que eram de excelente qualidade construtiva os materiais utilizados, grande parte deles importado e a mão-de-obra empregada na construção era sempre a melhor existente. Com esses

elementos, estava garantida que a obra do grupo escolar, além de ser uma novidade no espaço urbano e com localização privilegiada, tinha outro componente para o seu sucesso: a qualidade da construção do edifício não deixava dúvidas do empreendimento novo.

Quanto ao aspecto formal, Ferreira (1998) comenta que os edifícios apresentam características de cheios sobre os vazios nas aberturas, que eram verticais e estreitas, em função da técnica construtiva empregada.

Com exceção dos primeiros edifícios construídos, até meados da primeira década do século XX, todos os demais se enquadram na arquitetura eclética, característica do período. Os primeiros apresentam estilos mais definidos como o neoclássico, o neogótico ou o neoromânico. De maneira geral, a utilização da ornamentação é moderada, propiciando uma aparência bastante sóbria ao prédio.

Em São Paulo, a construção dos grupos projetam os nomes de vários arquitetos, como Ramos de Azevedo²⁷ (1851-1928) e Victor Dubugras²⁸ (1868-1933) que serão os primeiros a elaborarem projetos de arquitetura escolar para o estado.

A notoriedade desses dois arquitetos encontra-se com os interesses do governo em se projetar politicamente a partir das construções levantadas, iniciando um processo que terá a presença de outros nomes importantes como: José Van Humbeeck, G.B. Maroni, Manuel Sabater, João Bianchi, Carlos Rosencrantz, Cesar Marchisio, Mauro Álvaro de Souza Camargo e outros.

Apesar disso, os projetos para construção dos Grupos Escolares foram orientados pelo conteúdo técnico do livro publicado pelo Serviço Sanitário do Estado

²⁸ Victor Dubugras nasceu na França e estudou arquitetura na Argentina. No ano de 1895 iniciou seu trabalho na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Foi responsável pela orientação nas construções das escolas de Itapira, São Manoel, além das de Botucatu, Piracicaba e Espírito Santo de Pinhal.

²⁹ Engenheiro-Arquiteto formado em 1900 pela Escola Politécnica de São Paulo. Esteve em 1902 na Seção do Serviço Sanitário e em 1920 até 1940 atuou como Diretor de Engenharia desse serviço. Em 1911 foi um dos fundadores da Sociedade de Arquitetos de São Paulo. Projetava em estilo floral, uma variação italiana do estilo Art Nouveau, dominante de 1900 a 1914 e combinava elementos do Deutsche Werkbund com as proporções e simetria do classicismo. Publicou em 1922 o trabalho *Reforço do nosso abastecimento de água*, pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, um estudo sobre o aproveitamento das águas do rio Tietê para abastecimento do município, abordando o processo de tratamento mais apropriado a ser utilizado e possíveis inconvenientes sanitários advindos da sua utilização. In FISCHER, Silvia. Os arquitetos da Politécnica: ensino e profissão. São Paulo: Edusp, 2001.

³⁰ Emile Trélat, arquiteto francês, professor e escritor. Foi nomeado arquiteto-chefe dos Departamentos Sena e em 1880 ele era um colaborador regular de congresso sobre higiene em edifícios, discutindo em particular, a iluminação, aquecimento e ventilação das habitações. Foi diretor da Ecole Speciale D'Architecture de Paris, entidade fundada em 1865 que congregava inúmeros arquitetos franceses. Em 1880 publicou o texto "L'Architecture Contemporaine" na Enciclopédia de Arquitetura Francesa.

de São Paulo, em 1920, do engenheiro-arquiteto Mauro Álvaro de Souza Camargo²⁹, intitulado *Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurales*, em forma de manual com diretrizes para a construção de vários grupos escolares.

Logo nas notas introdutórias, Mauro Camargo informa-nos que a orientação do seu trabalho veio de Emile Trélat (1871-1907)³⁰, que atuou na reforma pedagógica francesa de 1902 e com esse preâmbulo apresenta as propostas de um manual para grupos escolares e escolas reunidas, urbanas e rurais, resumidamente, assim:

a) Classe, princípio de toda organização escolar, em dois padrões: um, de carteiras duplas e outra de carteiras individuais (Figura 38 a 41), sendo a primeira orientada para cidades com população inferior a 10 mil habitantes;



Figura 82 – Carteira individual

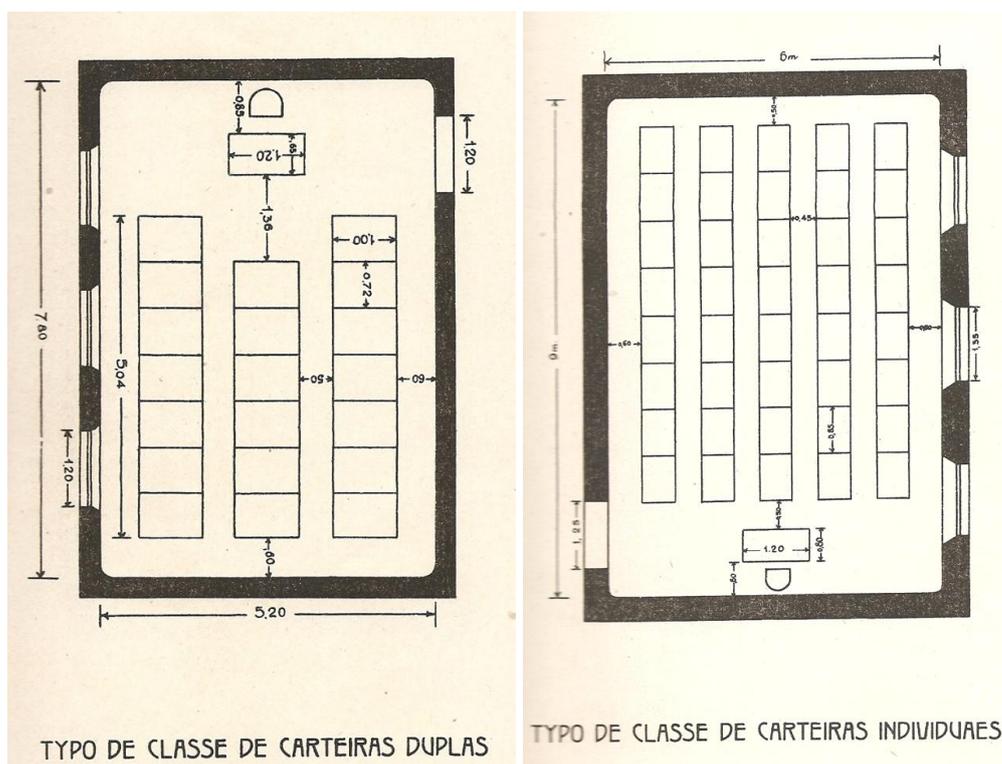
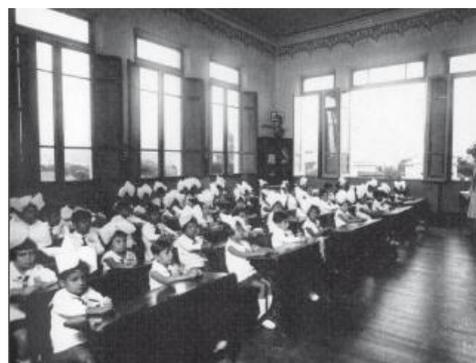


Figura 83 – Salas de aula planejadas para carteiras duplas e individuais

b) Número de alunos por classe – adota 40 alunos por classe, limite fixado pelo Código Sanitário, aconselhado ainda por outros teóricos europeus e americanos, como Trélat, Hueppe, Baudin, Erismann e Arnould;

c) Área de piso de cada classe por aluno – orienta usar 1 m^2 por aluno, no mínimo, para carteiras duplas e se forem carteiras individuais esse número deve ser maior;



Figuras 84 e 85 – Sala de aula com carteiras duplas

d) Comprimento e largura das classes - adota medidas em função da escolha das carteiras escolares, mais uma vez. Se duplas, a sala deve ter 7,80m; se simples, o comprimento deve ser de 9,00m. Para a largura das salas, dispõe de uma regra: dois

terços do comprimento determinam a largura e assim a sala de 9,00m fica com largura de 6m; a de 7,80m, com 5,20m de largura;

e) Pé-direito das classes – sugere a altura de 4,30m de pé-direito (altura do piso ao teto), de acordo com as condições climáticas;

f) Ventilação – sugere a adoção de bandeiras móveis nas portas e janelas para os dias de chuva e quentes, com sistema simplificado de abrir e fechar. Indica ainda abertura de 0,80 x 0,60m nas paredes opostas as janelas, para ativar a circulação de ar das classes, podendo ser de persianas, caixilhos duplos, móveis e envidraçados;

g) Iluminação diurna – usando o artigo 169 do Código Sanitário de São Paulo, que trata de sombreamento dos arvoredos e edifícios propõe que a iluminação, se for unilateral pode ser ainda anterior ou posterior, onde a luz incide pela frente ou pelas costas do aluno e assim, calcula as dimensões das janelas, sempre usando a largura e comprimento das classes. Para as menores, janelas de 1,20 x 2,50m com peitoril de altura de 1,00m. Já as salas maiores, a janela seria de 1,35 x 2,70m com o mesmo peitoril. Se a iluminação for bilateral, seja direita ou esquerda, ele se refere a aberturas menores. Se a iluminação for multilateral, a relação de 1/6 da área da classe deve ser usada para definir as aberturas das janelas;

h) Portas devem ser de 1,20 a 1,25 de largura por 2,60m a 2,70 de altura;

i) Corredores devem ter, no mínimo, 2,50m de largura mínima, recomendando o uso de 3,00m de largura;

j) Escadas, quando existirem, devem ter largura de 1,20 a 1,30m, com degraus de 15cm de altura e 30cm de largura;

l) Instalações sanitárias, usar o Código Sanitário, que determina um vaso e um lavatório para cada grupo de 30 para alunos e de 20 para alunas.

Após repassar cada um desses itens importantes para a elaboração de projetos de arquitetura das escolas públicas de São Paulo, sejam urbanas ou rurais, Camargo (1920), apresenta projetos-tipo de diversas soluções arquitetônicas:

a) para as classes de 6,00 x 9,00m, ele dá o nome de “Grupo Escolar Tipo Rodrigues Alves (Figura 86 e 87) e outra solução para a mesma classe que ele denomina de Oscar Thompson (Figura 88 e 89), todos com dois pavimentos;

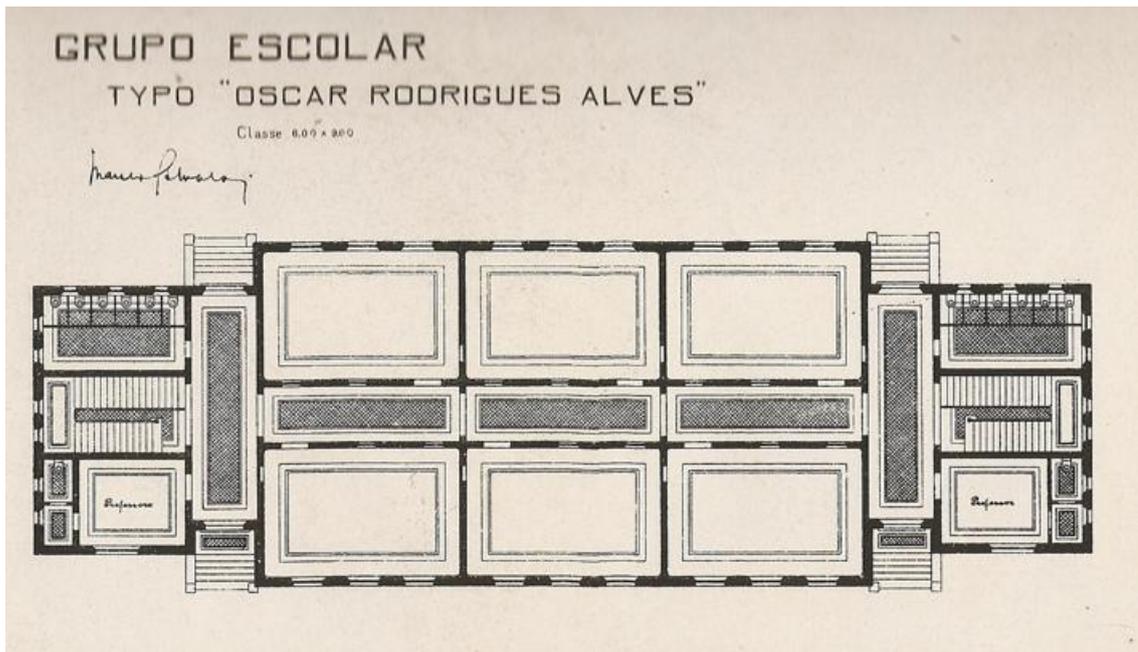


Figura 86 - Escolas-Tipo Rodrigues Alves, planta baixa

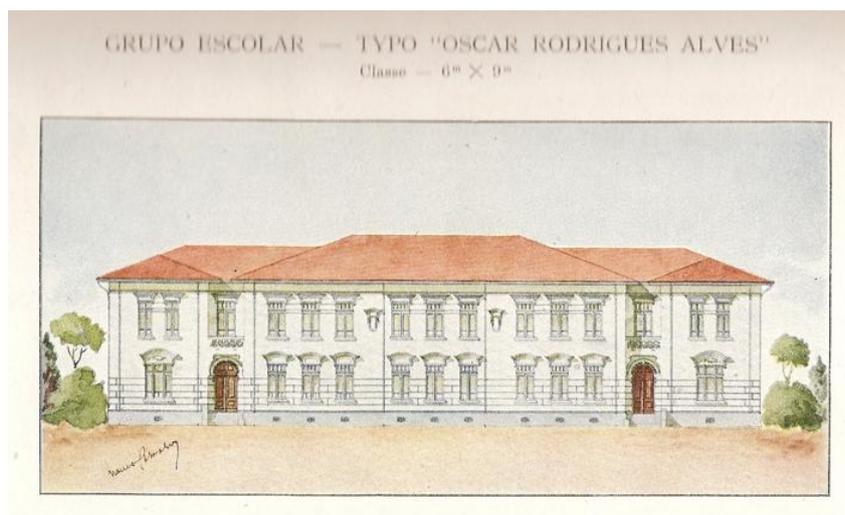
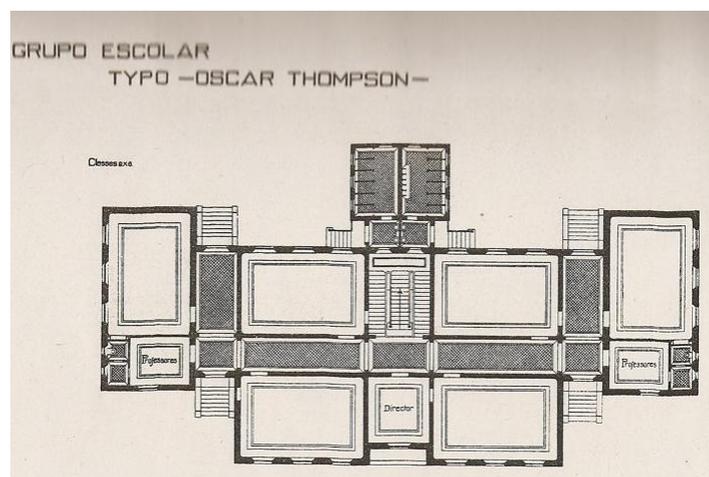
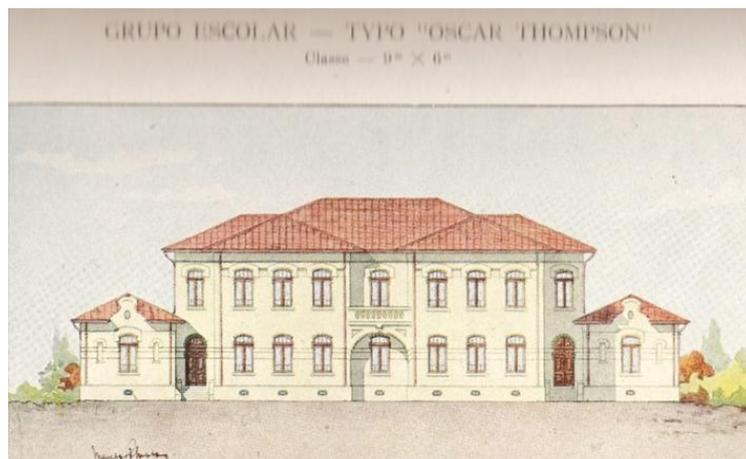


Figura 87 - Escolas-Tipo Rodrigues Alves, elevação

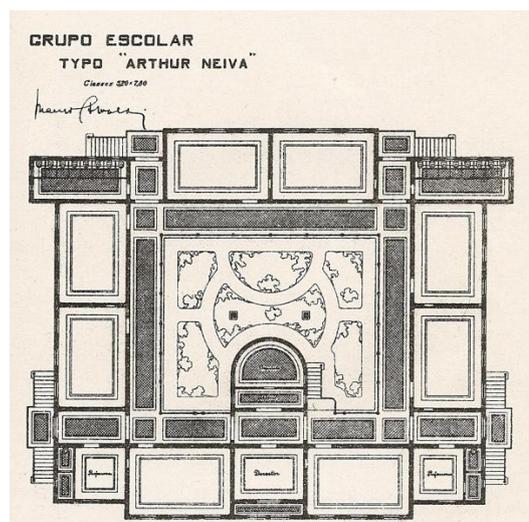


Figuras 88 – Escolas-Tipo Oscar Thompson, planta e elevação

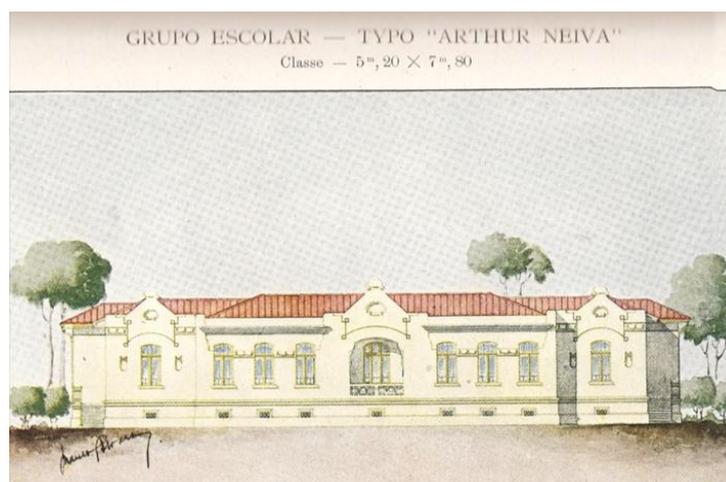


Figuras 89 – Escolas-Tipo Oscar Thompson, planta e elevação

b) para as classes de 5,20 x 7,80m com apenas um pavimento, duas soluções que ele denomina de Grupo Escolar Tipo Arthur Neiva (Figuras 90 e 91) e Eloy Lessa (Figura 92 e 93);



Figuras 90 Escolas-Tipo Arthur Neiva, planta e elevação



Figuras 91– Escolas-Tipo Arthur Neiva, planta e elevação

c) apresenta ainda soluções para Escolas Reunidas com apenas um pavimento, denominadas de Pinheiro Lima (com 6 classes), Mário Ayrosa (com 4 classes) e algumas soluções para as escolas rurais, usando classes de 5,20 x 7,80m e as chama de Francisco Lessa e Arthur Reis.

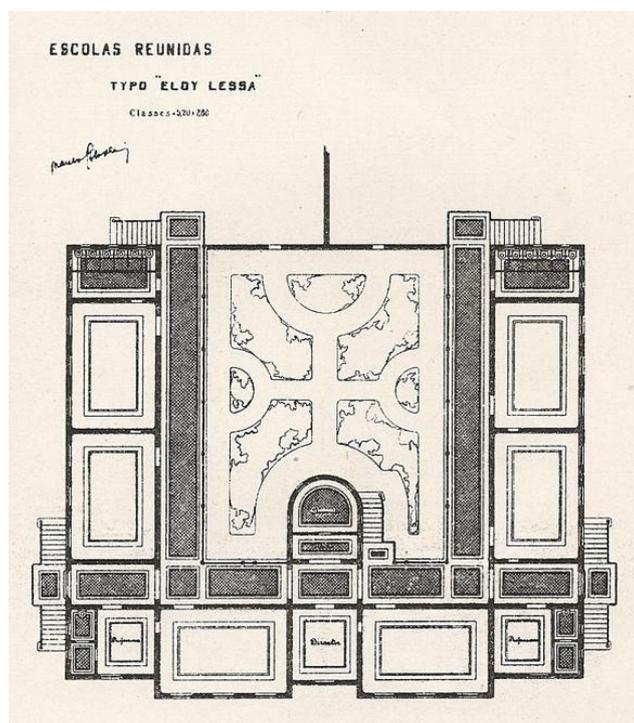


Figura 92 – Escolas Tipo Eloy Lessa, planta e elevação

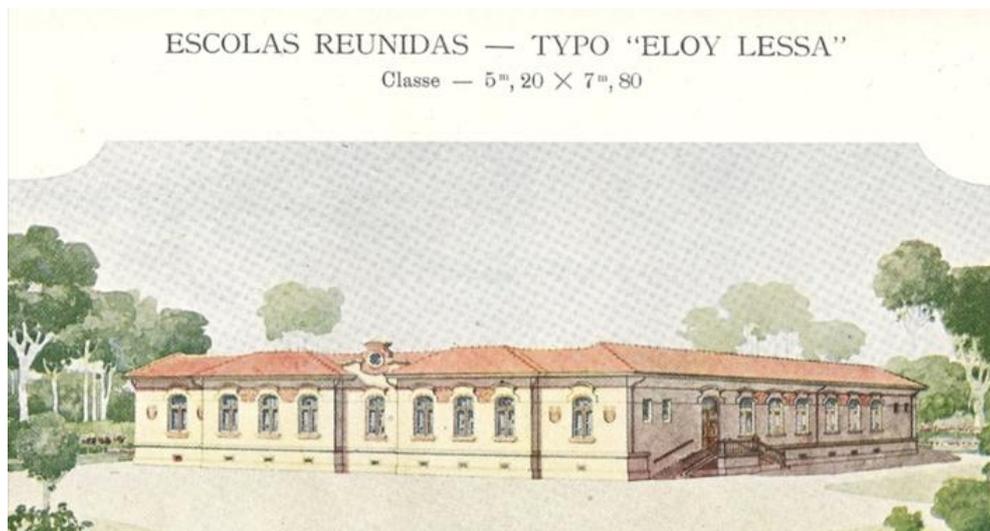


Figura 93 – Escolas Tipo Eloy Lessa, planta e elevação

Segundo Correa (1991) e Ferreira (1998), o Manual de Camargo (1920) foi amplamente utilizado não apenas em São Paulo, mas em todo o país, orientando as seções de instrução e obras públicas dos Estados brasileiros e com isso, contribuiu com uma unificação de linguagens arquitetônicas – todas ecléticas, ou com a padronização da construção e dos sistemas técnicos e arquitetônicos.

No próximo capítulo, com base nos dados dos Relatórios dos Governadores e Presidentes dos Estados, demonstro a produção dos edifícios escolares e como eles se difundiram nas 20 capitais e diversas cidades do interior, tomando como base as referências normativas e a circulação de padrões estéticos e de conforto ambiental, orientados mediante as experiências de São Paulo e do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO III

A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE UMA ARQUITETURA PARA OS EDIFÍCIOS ESCOLARES PÚBLICOS

Os grupos escolares constituíram-se numa nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna. Implantados no Brasil no período republicano, tornaram-se, ao longo do século XX, no tipo predominante de escola elementar, encarnando o sentido mesmo de escola primária do país. Dessa maneira, a história dos grupos escolares se confunde com a história do ensino primário e está no centro do processo de institucionalização da escola pública. (*Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho*).

Somente é possível afirmar que os edifícios dos grupos escolares, em particular, e os das escolas normais, em especial, foram modalidades de prédios de educação em todo o país, se pudermos investigar a produção desses tipos escolares em cada um dos estados brasileiros. O objetivo desse capítulo é esse: demonstrar a difusão nacional dos padrões de arquitetura da escola pública no período da pesquisa (1870-1930).

Encontrei dados e informações nos relatórios que acompanham as Mensagens dos Governadores ao Poder Legislativo, suficientes para confirmar uma produção nacional, que se ampliou após ter sido iniciada e executada em São Paulo, estado brasileiro que se manifestou pioneiramente nesse processo.

Assim sendo, apresento aqui a produção em cada Estado com o objetivo de demonstrar a existência de uma arquitetura brasileira da escola pública em escala nacional, abrangendo não apenas as capitais dos estados mas as cidades do interior e que controladas por programas educacionais e pelas normas dos regulamentos da instrução pública de cada estado, manifestaram-se com um repertório arquitetônico e urbanístico de grande expressão e com isso, constituem um expressivo agrupamento da história da arquitetura e da educação do Brasil.

Usando como fonte primária, para esse capítulo, os relatórios anuais encaminhados pelos Presidentes e Governadores dos estados da federação existentes na época, ao poder legislativo, de 1890 até 1930³¹ e complementando com textos e artigos escritos e publicados por pesquisadores, pude realizar essa tarefa de analisar

³¹ Acessados digitalmente através do site www.crl.edu entre março e agosto de 2009.

como se manifestou a arquitetura dessa escola pública e como se deu a difusão de um modelo de escola. De todos os 20 estados brasileiros existentes em 1890 pesquisados, complementei os levantamentos e as análises com dados de outras fontes, a partir de publicações disponíveis na Rede Web – congressos, seminários, centros de pesquisa, etc, que ajudaram a compreender o universo investigado.

Dentre todos, apenas o Amazonas, Pernambuco, Goiás e Alagoas não apresentaram fontes complementares, e usei apenas a fonte dos relatórios estaduais. O uso da imagem – fotos, desenhos e plantas dos edifícios, é uma importante fonte de informação que permitiu uma visão nacional dessa produção, identificando os estilos e as tipologias usadas mais frequentemente em cada Estado ou ainda, as práticas projetuais e de implantação utilizadas pelos técnicos responsáveis pelo projeto e construção.

Como fontes complementares, para a análise da produção no Pará, utilizei os textos produzidos por Sampaio (2000) que utilizou como fontes dois documentos da época: a revista “*A Eschola*”, nº. 38, de maio de 1903 e o *Boletim Oficial da Instrução Pública do Estado do Pará*”, números 1 e 3, de março a maio e de outubro-dezembro de 1905, respectivamente; para Goiás, o texto de Gonçalves (2007); para Mato Grosso, os textos produzidos por Oliveira (2009) e por Nicanor Palhares Sá e Rosinete Maria dos Reis, em Sá (2006); no Maranhão, o texto de Motta (2006); em Sergipe, Nascimento (2006) e Oliveira (2006) e Berger (2003); na Bahia, os textos de Rocha e Barros (2006); no Ceará, o texto de Pinto (1930) e Castelo (1943); na Paraíba, o trabalho de Pinheiro (2006 e 2002); no Piauí, os textos de Lopes (2006) e além de Silveira (2009); no Rio Grande do Norte, o trabalho de pesquisa de Moreira e Araújo (2006); no Paraná, os textos de Marcus Levy Albino Bencostta – “Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928) e o texto de Maria Isabel Moura do Nascimento – Grupos Escolares na região dos Campos Gerais (PR) em Bencostta (2005) e o livro de Castro (2004); em Santa Catarina, os textos de Silva (2004), Nóbrega (2005) e Hoeller (2009); no Rio Grande do Sul, o texto de Padilha da Silva (2006); em Minas Gerais, o texto de Araújo (2006) e os livros de Faria Filho (2000) e Gonçalves (2006) e no Rio de Janeiro, os textos de Câmara e Barros (2006) e o de Hora e Patané (2008).

Para organizar a leitura, o capítulo foi organizado a partir da divisão do Brasil em suas regiões geográficas e, em cada uma delas, os textos dos estados pertencentes. Por fim, para cada estado, apresento um pequeno resumo histórico em nota de rodapé, para situar o leitor em cada contexto apresentado, tendo usado como

fonte os dados disponíveis nos sites dos governos de cada estado, que registram a história e a cultura.

3.1 REGIÃO NORTE

3.1.1 Estado do Amazonas³²

No ano de 1891, o presidente do Estado do Amazonas, Gregório Thaumaturgo de Azevedo afirmava em seu relatório que havia em Manaus apenas dois edifícios escolares (referia-se ao Liceu Provincial Amazonense e ao Instituto Benjamin Constant) e, portanto, mister se fazia a construção de novos prédios – “casas apropriadas para escolas públicas”, e nomeou uma comissão que propôs a divisão da capital em distritos escolares e com isso erguer um edifício em cada um desses distritos.

Em 3 de janeiro, a cidade de Manaus estava dividida em 15 distritos escolares e pôde propor, em função da quantidade de crianças em idade escolar, 22 escolas sendo 5 para o sexo masculino, 6 para o sexo feminino e 11 mistas.

Essa divisão foi depois incorporada ao Decreto n. 10, de 19 de novembro de 1897, uma nova organização para a Instrução Pública do Estado do Amazonas.

³² O arraial foi fundado em 1669, passando a ser o Lugar da Barra e tornando-se sede da capitania de São José do Rio Negro (ano de 1758). No princípio do século XIX, em 1833, foi elevado à categoria de vila com o nome de Manaós, em homenagem à tribo de mesma denominação que se recusava a ser dominada pelos portugueses e negava ser mão-de-obra escrava (para militares e religiosos). Quando recebeu o título de cidade em 24 de outubro de 1848, era um pequeno aglomerado urbano, com cerca de 3 mil habitantes, uma praça, 16 ruas e quase 250 casas. O apogeu da capital do Amazonas aconteceu com o "achado", por parte dos estrangeiros: o látex. Apoiada na revolução financeira e econômica proporcionada pela borracha, a antiga Manaus foi a cidade mais rica do País por muito tempo, conforme relata o escritor amazonense Márcio Souza em "Uma Breve História do Amazonas". A "metrópole da borracha" tem início em 1900. Nessa época, o crescimento e desenvolvimento da capital acontecem com traços culturais, políticos e econômicos herdados dos portugueses, espanhóis e franceses. A riqueza do látex proporcionou uma reviravolta estrutural, implantando serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, sistema de telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante, que passou a receber navios de diversas bandeiras e tamanhos. A província do Amazonas se antecipou em quatro anos à Abolição, decretando o fim da escravidão em 10 de julho de 1884 (embora houvesse poucos escravos). A província do Amazonas tornou-se estado com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. O ciclo da borracha durou até 1913, quando o preço do produto no mercado internacional sofreu forte baixa por causa da concorrência da Malásia (para onde foram contrabandeadas sementes de seringueiras anos antes). Em 1920, praticamente já não havia mais extração de látex, e o Brasil contribuía com apenas 2% da produção mundial. No mesmo ano, o Acre foi desmembrado do Amazonas, tornando-se território e depois estado (em 1962). Com o fim do ciclo da borracha, a economia amazonense voltou a decair. O estado entrou em crise, o erário perdeu arrecadação e praticamente zerou, inclusive chegando a não pagar os funcionários estaduais durante quatro anos seguidos. O Amazonas aliou-se a São Paulo na revolta de 1924. Fonte: www.am.gov.br

Nasceu assim o regulamento do período republicano para a região amazônica, composta dos atuais estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Um imenso território.

No início do período republicano, o Estado reclamava da baixa participação das intendências municipais na questão do ensino e afirmava a necessidade de entregar para aqueles entes políticos a educação primária, para que o Estado se encarregasse de custear as escolas das vilas e cidades mais importantes. Manaus, nesse tempo, surgia como cidade capital de um novo ciclo econômico – da borracha, e seu desenvolvimento urbano passou a expressar esse processo econômico. Localizada numa porção amazônica cercada de rios e igarapés, logo no início do século a planta urbana já se espalhava por um imenso território geográfico e demonstrava intensa urbanização (Figura 94).



Figura 94 – Planta da cidade de Manaus em 1900

Segundo o relatório havia interesse do Estado do Amazonas em criar novos compromissos educacionais com vistas a fortalecer sua influência na população de maior renda e prestígio político, pois em outra parte do relatório, na página 5, diz:

O governo não cogita unicamente do ensino primário, normal e secundário, vai mais além: quer o ensino superior com a criação de uma escola politécnica que compreenda um curso geral e cursos especiais de comércio, agronomia, minas, engenharia, arquitetura, mecânica..... e especialmente o ensino de oficinas e laboratórios devidamente estabelecidos. Sua inauguração ficará fixada para 1894 mas desde já convém a devida autorização para que, em tempo, formule o projeto do ensino e sejam iniciadas as obras do edifício em que terá de funcionar.

Quanto aos dois prédios escolares que havia em Manaus, houve uma enorme herança do período imperial e ao passar para o regime novo, a educação do Amazonas se instalou em dois importantes edifícios de arquitetura do Império. O Liceu Provincial Amazonense (Figura 95 e 96), atual Colégio Amazonense Pedro II³³, é um edifício que teve a obra autorizada para construção no ano de 1880, pelo presidente da Província, Satyro de Oliveira Dias, através da Lei Provincial nº 506 de 4 de novembro, em terreno adquirido e foi inaugurado em 1886. O edifício foi implantado na Rua Municipal, atual Avenida 7 de Setembro, e foi erguido em alvenaria de pedra e tijolo, com dois pavimentos e um porão em condições de uso.



Figura 95 - Liceu Provincial Amazonense em 1900 e 1910

³³ O Colégio Amazonense Dom Pedro II, teve, no decorrer de sua longa existência, o seu nome alterado inúmeras vezes, como seja: de Lyceu Provincial para Gymnasio Amazonense e em seguida Gymnasio Amazonense Dom Pedro II (Decreto Interventorial nº 113, de 28 de novembro de 1925 do Dr. Alfredo Sá), em homenagem ao último Imperador do Brasil, Dom Pedro D'Alcântara de Orleans e Bragança. Através do Decreto nº 46, de 19 de fevereiro de 1938, voltou a chamar-se Gymnasio Amazonense, alguns anos mais tarde, denominado Colégio Estadual do Amazonas (Decreto nº 1007, de 19 de abril de 1943, obedecendo ao Decreto Lei Federal nº 4244, de 9 de abril de 1942 e Portaria Ministerial nº 161-A, de 27 de fevereiro de 1943, era interventor do Amazonas o Dr. Álvaro Botelho Maia). Em 1971, Decreto nº 2064, de 09 de março, o governador Danilo de Mattos Areosa o transformou em Unidade Educacional Colégio Estadual do Amazonas. Em 1975, o Governador Ministro Henoch Reis (Lei nº 1150, de 3 de dezembro), devolve-lhe o nome de Colégio Amazonense Dom Pedro II. O governador Dr. José Bernardino Lindoso, transforma-o em Unidade Educacional Centro II com a denominação de Escola de 1º e 2º Grau Dom Pedro II (Decreto nº 4870, de 24 de março de 1980). O Governador em exercício, Dr. Paulo Pinto Nery manteve a denominação de Colégio Amazonense Pedro II (Decreto nº 5702, de 17 de julho de 1981). Com o Decreto nº 6248, de 6 de abril de 1982, o governador Dr. José Bernardino Lindoso denominou-o Colégio Amazonense Dom Pedro II.



Figura 96 - Liceu Provincial Amazonense em 1900 e 1910

Na República o Liceu recebeu o nome de Ginásio Amazonense (Figura 97), acompanhando o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, se constituindo num:

instituto oficial de estudo secundário, mantido pelo Estado do Amazonas, tendo por fim ministrar e difundir um ensino racional e prático de letras e ciências baseado no método de seriação progressiva... e dar, por meio de disciplina rigorosa, uma sã e esmerada educação aos alunos, visando assim, paralelamente, seu desenvolvimento mental e moral (Relatório do Presidente do Estado do Amazonas de 1890, p.34).

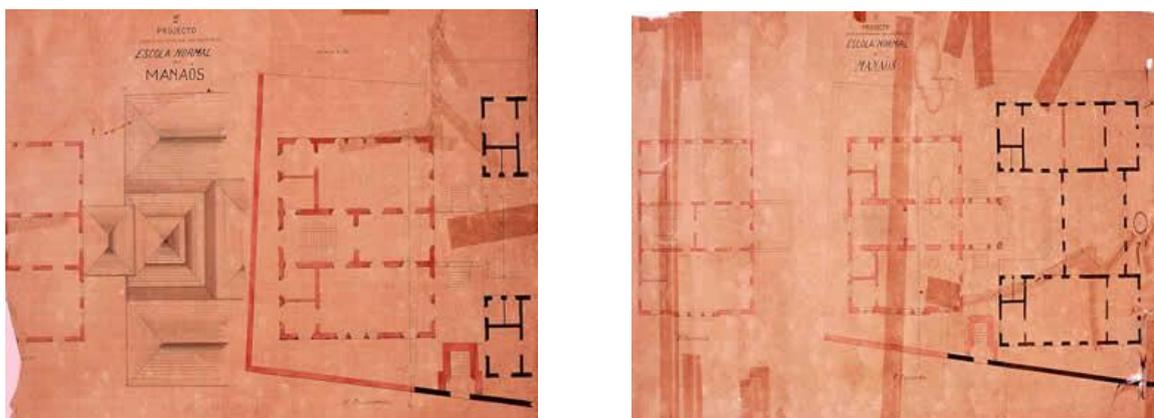


Figura 97 – Ginásio Amazonense em 2007

Para lá se deslocaram a Escola Normal e a Diretoria da Instrução Pública (1887), o Museu Botânico, a Biblioteca Pública, o Arquivo Público e o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, tais as dimensões físicas do edifício. Em 1890, o Governador Augusto Ximenes de Villeroy extinguiu o Liceu por meio do Decreto n° 15, de 17 de janeiro e nessa mesma data, com o Decreto n° 16 e transformou a Escola Normal em Instituto Normal Superior, regulamentado conforme o Decreto n° 32, de 19 de fevereiro desse mesmo ano. Em 1893, criou o Ginásio Amazonense em substituição ao Instituto Normal Superior, sendo a ele anexado o Curso Normal, destinado a preparar professores para as escolas públicas.

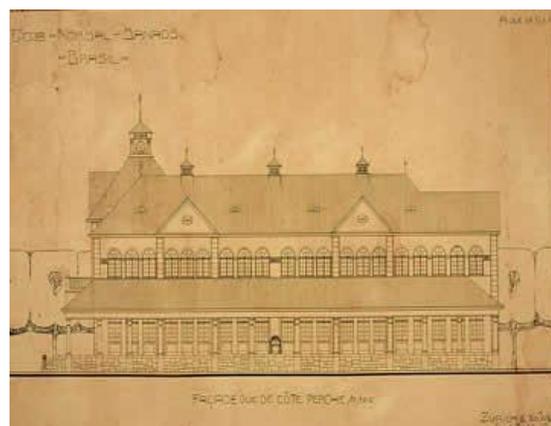
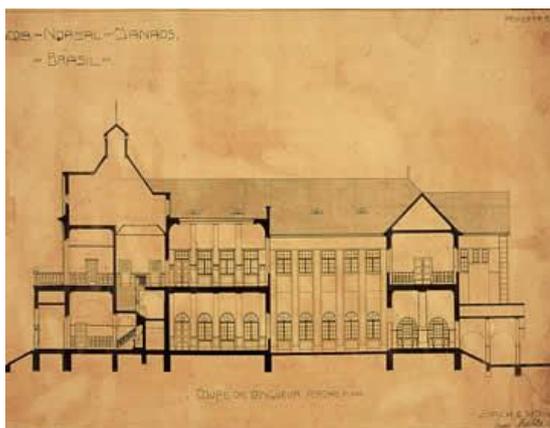
Segundo Mota (2008), o prédio foi construído especificamente para o Liceu Provincial Amazonense. De arquitetura em estilo neoclássico, composto por dois pavimentos, com salas amplas, corredores internos com janelas para as alas descobertas, onde estava localizado o teatro de arena. Fazia parte de sua estrutura um porão e três escadas que davam acesso à parte superior. Uma escada foi construída com madeira maciça e as outras duas com ferro, em formato de uma hélice. A fachada principal foi composta por quatro colunas feitas com pedra de cantaria e uma escadaria com mármore.

Já a Escola Normal³⁴ de 1908 foi criada na administração do interventor federal Álvaro Botelho Maia, que ordenou a construção de um edifício que foi projetado pelo arquiteto e engenheiro alemão Ernst Bechler (Figura 98 a 104), mas por problemas financeiros, a obra não foi executada.

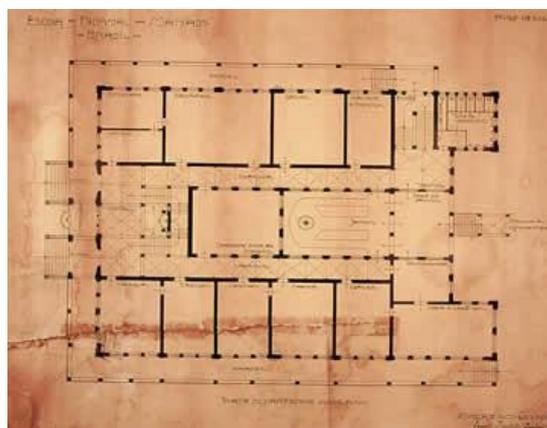
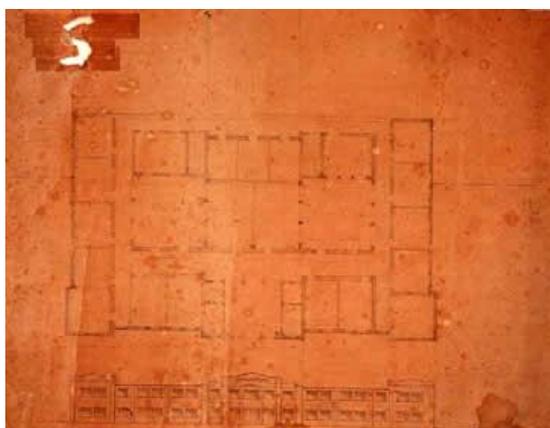


Figuras 98 e 99 – Plantas esquemáticas do térreo e andar superior do Ginásio Amazonense

³⁴ A escola Normal, denominou-se Instituto de Educação e Cultura, em 1945. No ano de 1947, foi cedida a ala direita do prédio à ocupação provisória da Assembléia Legislativa do Estado.



Figuras 100 e 101- Corte e Elevação Lateral Ginásio Amazonense



Figuras 102 e 103 – Planta Baixa do Pav. Térreo e Superior do Ginásio Amazonense

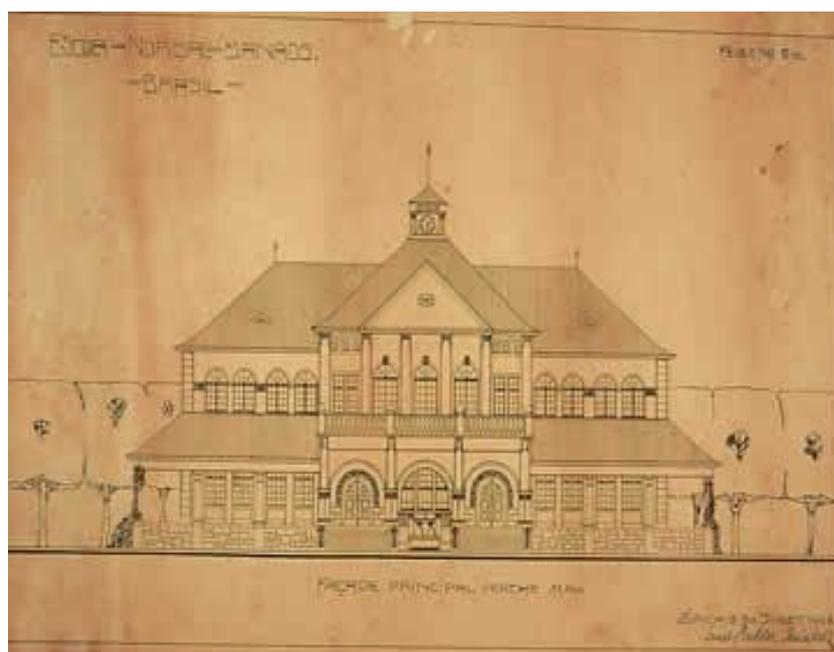


Figura 104 – Elevação Frontal do Ginásio Amazonense

O outro edifício era o Instituto Benjamin Constant³⁵, fundado em 1884, como Asilo Orfanológico Elisa Couto e que se transformara em Instituto em 1892. Cuidava da educação de crianças desvalidas e era entidade caritativa e beneficente (Figura 105 a 108).



Figuras 105 e 106 – Instituto Benjamin Constant – Vista aérea e frontal

O Instituto ocupava um enorme terreno, implantado em planta fechada com espaço interno para pátio, dispondo de um jardim, horta e um pequeno pomar. A volumetria em estilo art nouveau, apresentava elementos de arquitetura muitos ornamentados. No que se refere à arquitetura do prédio, segundo Mesquita (1997), na fachada predominava a tendência eclética e o estilo formal seguindo, em linhas gerais, a tradição clássica. A pintura externa original era cinza e branco. Em seus dois pavimentos, um era vazado por três portas em arco, e entre as três portas de cada pavimento existia um óculo. Cinco janelas transpassavam a fachada lateral de cada corpo e o central era mais recuado. A escadaria que levava ao saguão ficava no segundo pavimento, e duas colunas que acompanhavam a escada estendendo-se até a outra extremidade da parede. Tais colunas (Figura 109) sustentavam o tablado suavemente decorado, além de possuir um amplo jardim que se nivelava à rua.

³⁵ Atualmente funciona o Centro Tecnológico do Amazonas na Rua Ramos Ferreira, 991, centro. Em 17/05/1887, por intermédio da lei nº 749, o referido Asilo foi transferido para o prédio conhecido como Palacete de São Leonardo, que na época estava também ocupado pelo Museu Botânico do Amazonas. Posteriormente foi transformado no Instituto Benjamim Constant. No governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, o Asilo Orfanológico foi extinto por meio do Decreto nº 11 de 26/04/1892, foi criado na mesma data o Instituto Benjamim Constant, cujo nome dado em homenagem a um dos idealizadores da República brasileira, o catedrático e republicano Benjamim Constant.



Figuras 107 e 108 –Instituto Benjamin Constant – Vista frontal de 2000 e 1934



Figura 109 –Instituto Benjamin Constant – Vista frontal em 1922

No ano de 1900, por intermédio do Decreto n. 448, de 25 de setembro, aconteceu uma reformulação da instrução pública, orientada por Joaquim Pereira Teixeira, Diretor Geral de Instrução Pública do Amazonas. Novos estabelecimentos de ensino foram criados; o Ginásio Amazonense foi equiparado ao Colégio Pedro II – Ginásio Nacional, cujos exames são válidos para matrículas em cursos superiores; a Escola Normal foi separada do Ginásio Amazonense e começou a ter vida própria; foram criadas Escolas Modelo e o Instituto Benjamin Constant passou a fazer parte do Estado.

Assim, ficou estabelecida em quatro níveis a estruturação da instrução: no primeiro nível, o ensino primário com as escolas públicas e os grupos escolares além do Benjamin Constant; no segundo as Escolas-Modelo que foram criadas, em número de três; no terceiro um conjunto de disciplinas aportadas na Escola Normal e por fim o ensino secundário, ancorado no Ginásio Amazonense.

Em 1900, havia 150 escolas que o Estado mantinha, distribuídas nos distritos escolares sendo 37 escolas primárias na capital com matrícula de 1465 alunos de ambos os sexos, 113 escolas primárias no interior com 2.977 matrículas, mas as dificuldades, por conta da geografia amazônica, eram uma tônica de reclamações do diretor geral, em todos os relatórios. Afirma-se num deles:

Acresce que nossas condições topográficas não nos permitem a adoção de algumas práticas consagradas em outras partes do mundo. Reconheço, além disso, que certos estabelecimentos de instrução estão de tal forma localizados que, os alunos, para se transportarem a escola, necessitam fazer viagens de uma ou mais horas de canoa. Nessas, é natural que a frequência não corresponda aos nossos desejos, pois só uma inclinação ao estudo, muita rara nas primeiras idades, poderá fazer que esse dispêndio de energia seja aproveitado todos os dias.

Em 1900, discutindo esse problema geográfico e como resolvê-lo, logo surgiu a idéia da “Escola Móvel” ou o internato nas comarcas dos municípios, com opção para essa última, em função dos custos financeiros dessa empreitada de grandes dimensões em vista do tamanho do território. Assim, se era interesse equacionar a instrução pública no interior, havia barreiras a serem transpostas e essa era uma das maiores.

Outro obstáculo apontado eram os próprios prédios das escolas isoladas, ou seja, as casas dos professores onde deveriam funcionar as escolas. Já estava escrito no artigo 37, do Regulamento de 1897, que o Estado deveria tomar a seu cargo o fornecimento de casas para as escolas, construindo, para tal fim, edifícios nas cidades e vilas e pequenas salas apropriadas, de tijolo cobertos de telha, nos povoados.

O Relatório de 1900 apontava:

O auxilio que o Estado dá para os professores, não só é insuficiente, como não pode obviar a carência de edifícios com as acomodações indispensáveis, de sorte que serve a casa, tanto para a escola, como para a residência do professor, de onde resultam enormes inconvenientes, que temos notado na capital, nas escolas que visitamos, sobressaindo entre eles o fato de desviarem a atenção do professor dos trabalhos escolares, os cuidados e preocupações domésticas.

No Relatório de 1905, o Governador Antônio Constantino Nery, abordou a instrução pública amazonense com enorme preocupação com os edifícios escolares e dizia:

Outro ponto que se me afigura na capital é a falta de edifícios apropriados para as escolas primárias. Os que o Estado possui atualmente, se de algum modo preenchem o fim a que são votados, são, por outro lado, em tão pequeno número que não satisfazem às necessidades que reclama a grande porção de escolas que o Estado mantém, muitas das quais funcionam em edifícios particulares. Assim parece-me urgente a construção de edifícios adequados ao ensino, sendo preferíveis os grupos escolares, como mais compatíveis com a divisão em três graus que a reforma fez no curso primário público.

Para resolver esse problema o Estado necessitava de recursos para uma fiscalização. Iniciou um trabalho baseado no novo regulamento da instrução pública e pediu recursos para os levantamentos dos prédios em Itacoatiara, Borba, Manicoré e Humaitá.

Entretanto, a situação nas demais cidades, pelas distâncias e dimensões e pelo grau de urbanização, era de difícil solução dadas as características econômicas e sociais das famílias, algumas vivendo em constantes deslocamentos por conta da extração do látex ou pela sobrevivência da pesca o que dificultava a condução dos filhos às escolas.

Segundo dados publicados no ano de 1905, o número de alunos matriculados era de 5.315, em torno de 2,65% da população estimada do Estado em 200 mil pessoas.

Anos depois, começaram a surgir os primeiros grupos escolares amazonenses, erguidos pelo Estado e não mais adaptados de imóveis existentes. Dentre eles, na capital, Manaus surge, o Grupo Escolar José Paranaguá - inaugurado em 01/06/1895 no Governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, denominado de “Escola Pública Primária do Distrito” o Públio Bittencourt e Silvério Nery e mais dois no interior do Estado: o de Itacoatiara, denominado Grupo Escolar Wencesláu Braz e o de Manacapará, de nome Carlos Pinho. Em Parintins, as quatro escolas isoladas foram autorizadas a formar um grupo escolar.

O edifício do Grupo Escolar Silvério Nery³⁶, no centro de Manaus (Figura 17), local conhecido como Praça dos Remédios, é de 1907 e com seus dois

³⁶ De acordo com o IPHAN –AM, é um edifício de arquitetura eclética e apurada decoração nas fachadas, foi construído em 1907 e tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado em 1988. Nesse

pavimentos em esquina, ocupa um local de destaque no panorama urbanístico da cidade, demarcando o lugar com aspecto e dimensões de suas aberturas, frisos e ornamentos. Em estilo eclético, o prédio tem uma pequena reentrância no polígono central, com arcadas mouriscas, objeto de intervenções arquitetônicas nesse mesmo período, em outras cidades, como o Rio de Janeiro.

A platibanda e o frontão trabalhado em semi-arco com a marcação de uma escada de acesso, elevando o prédio, eram soluções encontradas, também, em outros prédios de grupos escolares.



Figura 110 – Antigo Grupo Escolar Silvério Nery

Dados de 1920, diziam haver na capital 62 escolas das quais 48 reunidas, constituindo 11 grupos escolares e as demais 14 eram escolas isoladas. No interior esse número era de 84 escolas das quais 11 formavam 3 grupos escolares. Como se vê, a quantidade de escolas diminuiu em 20 anos de 157 para 146.

Em Manaus, as escolas dos bairros Constantinópolis e Oliveira Machado estavam se instalando na Escola de Aprendizes Marinheiros e as duas escolas do bairro de São Raimundo seriam instaladas no antigo Mercado, local cedido ao Estado pela municipalidade. Ainda no perímetro urbano existiam duas escolas-modelo: a

prédio funcionou o Grupo Escolar Silvério Nery, a sede da reitoria da Universidade Federal do Amazonas entre 1962 e 1965 e Faculdade de Direito até 2005. Atualmente o prédio abriga o Núcleo de Práticas Jurídicas da UFAM, que ministra as aulas práticas dos formandos em Direito e presta atendimento jurídico gratuito à população. Endereço: Rua Coronel Sérgio Pessoa, 147 - Praça dos Remédios- Centro.

José de Alencar e a D. Libania Ferreira. O relatório referia-se ainda à conclusão da construção do prédio da escola na Estrada Dr. Moreira, onde se instalariam mais duas escolas públicas; no bairro do Girão, outras duas poderiam ser agrupadas para funcionar atendendo a população infantil de uma grande área urbana.

Um dado importante a ser analisado é que o edifício do Ginásio Amazonense abrigou em 1920, além do Anexo como Escola Normal, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco³⁷ (Figura 111), no andar superior, denominado de Grupo Modelo, “destinado ao estágio ou aprendizado prático dos alunos normalistas da 5a. série”



Figura 111 – Antigo Grupo Escolar Rio Branco

Havia ainda a disposição de instituir a mesma condição de Grupo Modelo nos grupos escolares Cônego Azevedo, Antonio Bittencourt e José Paranaguá.

Essa disposição, entretanto, encontrou barreiras, pois não havia espaços para as aulas de ginástica muito menos para o recreio, que acontecia, com frequência no Barão do Rio Branco.

No ano de 1925, o Relatório do Interventor Federal no Amazonas, Alfredo Sá, encaminhado à Assembléia Legislativa em dezembro daquele mesmo ano, apontou dificuldades enormes para romper o quadro de inoperância existente. De um

³⁷ Esse Grupo Escolar tornou-se um dos mais renomados da cidade de Manaus, constando no Diário Oficial do Amazonas de 07/02/1983, que sua criação se deu no mês de março de 1905. Inicialmente, não possuía sede própria, sendo instalado no prédio do Gymnasio Amazonense Pedro II, funcionando no segundo pavimento da referida escola no centro de Manaus. Era formado por dez escolas correspondendo a cadeiras que segundo João Batista (1927) se dividia em dois turnos: matutino com seis escolas e o vespertino com quatro. O Grupo Escolar Barão do Rio Branco possuía um chalé anexado ao lado do prédio do Gymnasio Amazonense Pedro II, onde funcionava o jardim de infância, Com o crescimento da demanda de alunos, no decorrer dos anos foi necessária a transferência desse Grupo Escolar para o prédio localizado na Av. Joaquim Nabuco, 1152 no centro da cidade.

lado uma reorganização do Conselho Superior e de outro, as Inspetorias Regionais, que cuidavam da educação do interior do Estado, que tinham sido extintas.

Segundo o Interventor, desde 1913 as escolas públicas começaram a cair em abandono e as escolas isoladas, a desaparecer, por falta de pagamento aos professores. Apenas 151 restavam funcionando em 1924 e, destas, apenas 120 funcionavam com frequência.

Nesse ano de 1925, surgiu o primeiro grupo escolar de Porto Velho (Figura 112), atual capital do Estado de Rondônia, naqueles anos uma cidade do interior do Amazonas. Era o Grupo Escolar Barão de Solimões³⁸.



Figura 112 – Grupo Escolar Barão de Solimões em Porto Velho

Entre 1925 e 1930 surgem diversos grupos escolares na capital: o Presidente Bernardes (Figura 113); o Saldanha Marinho³⁹ (Figura 114), o Euclides da Cunha

³⁸ A Escola “Barão do Solimões” é um dos estabelecimentos de ensino mais antigos do Estado de Rondônia, e dentre as escolas anteriormente criadas, foi a que sobreviveu ao tempo, e até hoje, continua contribuindo para a formação educacional das crianças e jovens de Porto Velho. Sua denominação visou homenagear o Conselheiro Manoel Francisco Machado, “Barão do Solimões”, Governador da Província do Amazonas nos últimos anos do Regime Monárquico no Brasil. Corria o ano de 1925, e Porto Velho então, um Município do Estado do Amazonas. A Escola “Barão do Solimões” foi criada no referido ano. A solenidade de inauguração do Grupo Escolar “Barão do Solimões”, em sede provisória, realizou-se no dia 19 de agosto de 1925, e foi presidida pelo Dr. Gentil Augusto Bittencourt, Secretário da diretoria da instrução Pública do estado do Amazonas.

³⁹ A criação do referido Grupo foi sancionada pelo governador do Estado do Amazonas, na época, Dr. José Cardoso Ramalho Júnior, conforme Decreto nº 393, de 03/02/1925. Em razão do excedente de alunos de duas escolas existentes nesse período, foram desdobradas, agrupando-as para constituírem o Grupo Escolar Saldanha Marinho de Manaus, funcionando em prédio próprio, situado na rua de mesmo nome, esquina com Costa Azevedo, no centro da cidade.

(Figura 115), o Presidente Bernardes⁴⁰ e o Marechal Hermes, este fundado por meio do Decreto-Lei nº 1049 de 23/02/1914, e não possuía prédio próprio.



Figura 113 – Antigo Grupo Escolar Presidente Bernardes



Figura 114 – Antigo Grupo Escolar Saldanha Marinho



Figura 115 – Antigo Grupo Escolar Euclides da Cunha

⁴⁰ O Grupo Escolar Presidente Bernardes foi criado em 15 de novembro de 1925, com cinco cadeiras, como uma instituição mantida pelo Governo do Estado. O então interventor Federal no Estado do Amazonas, Sr. Alfredo Sá, utilizando de suas atribuições, conferiu a esta instituição de ensino a denominação de Grupo Escolar Presidente Bernardes, em homenagem ao então Presidente da República (1922 – 1926). O prédio foi construído à Rua Silva Ramos, s/n, no centro da cidade, com o fim único de abrigar essa unidade escolar.

O Grupo Escolar Carvalho Leal (Figura 116), foi criado pelo Decreto nº 74, de 27.12.1926, pelo presidente do Estado Dr. Ephigênio Ferreira de Salles. Recebeu o nome em homenagem ao grande republicano e defensor do negro escravo, Domingos Teófilo de Carvalho Leal. Um dos componentes da junta formada para dirigir o destino da província quando da passagem para o regime republicano, Carvalho Leal deixou sua contribuição também nas obras didáticas. Um de seus livros, “Primeiras noções de Geografia”, data de 1884. O primeiro prédio do Grupo funcionou na rua Codajás, entretanto, em 1949, passou a funcionar na rua Borba, no bairro da Cachoeirinha, onde permanece até os dias atuais.

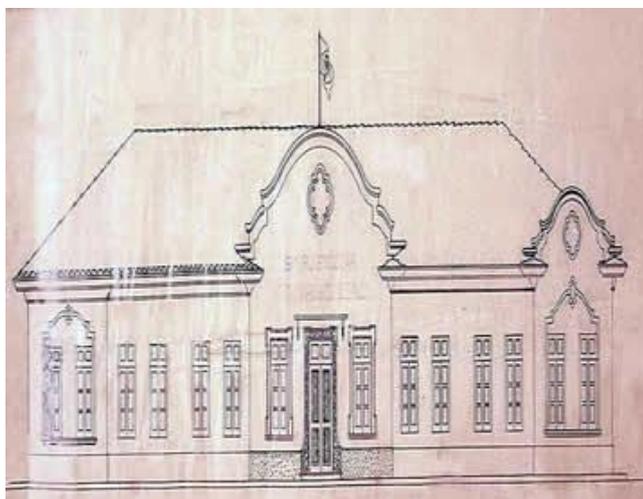


Figura 116 – Antigo Grupo Escolar Carvalho Leal

Na década de 1930, o Estado do Amazonas tinha 292 escolas, sendo 114 na capital e as demais no interior sendo 25 em cidades, 26 em vilas e 127 na área rural.

Um balanço apresentado pelo Diretor de Instrução Pública Agnello Bittencourt naquele ano, observou o crescimento expressivo do número de estabelecimentos de ensino público, segundo ele, graças aos investimentos em educação que quadruplicaram, em relação aos dez anos anteriores; com isso, conseguiu o Estado sair de uma condição de redução das escolas para aumento em quantidade e em matrículas que passou para 12.867 crianças sendo 4.428 nos grupos escolares.

3.1.2 Estado do Pará⁴¹

O Relatório do Capitão Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes, que em 24 de junho de 1891 passou a administração do Estado do Pará para o governador Lauro Sodré, informa que o ponto mais importante das reformas empreendidas para a inauguração do regime republicano naquele Estado, foram as reformas no ensino público, ensejadas por “um plano metódico, dentro da pedagogia moderna”, criando conselhos escolares e superiores e um novo Regulamento Geral da Instrução Pública, baixado em 7 de maio de 1890. Funcionavam no ano de 1891, no Pará, poucos estabelecimentos educacionais públicos, dentre eles, o Liceu Paraense⁴² (Figura 117 e 118), a Escola Normal Paraense, criada pela Lei estadual 1.224 de 3 de dezembro de 1885, além de alguns estabelecimentos conveniados com o Estado, como o Colégio do Amparo, o Instituto de Educandos Paraense e o Instituto Providência.

⁴¹ O Estado do Pará começa a ser povoado a partir da entrada de ingleses e holandeses, consolidado com os portugueses, quando Belém, sua atual capital, foi fundada em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco. O primeiro núcleo do Município envolve o contexto da conquista da foz do rio Amazonas, por forças luso-espanholas que fundaram o Forte do Presépio, marco inicial da vila. O Forte e, em seguida, o colégio e a igreja dos Jesuítas, constituem o núcleo original da cidade. A povoação que se formou foi inicialmente nominada de *Feliz Lusitânia*. Depois mudou o nome para *Santa Maria do Grão Pará*, *Santa Maria de Belém do Grão Pará*, até à atual denominação de *Belém*. A morfologia da cidade era bem pequena e restrita, consistindo somente em um forte, concluído no ano de 1616 e o colégio jesuíta e a Igreja de Santo Alexandre em 1626. Essas duas edificações ficavam em local privilegiado, no ponto mais alto do terreno, margeando a orla fluvial. Entre os anos de 1850 a 1920, considerado o ciclo econômico da borracha, a cidade desenvolveu-se muito, e o látex oportunizou à Belém diversos melhoramentos em sua infraestrutura, sendo o mais significativo à implantação de luz elétrica. A cidade se internacionalizou e, conseqüentemente, as elites, viviam numa *belle-époque* de inspiração francesa. Na época, o censo de 1900 indicava que Belém era uma das grandes capitais brasileiras populosas, com uns 96 mil habitantes. A economia da borracha sofre declínio na década de 1920, com a ascensão da borracha da Malásia e conseqüentemente, a economia declina e com ela, toda uma estrutura urbana. MARANHÃO, Haroldo. Pará, capital: Belém. Memória & pessoas & coisas & loisas da cidade. Belém: Supercores, 2000.

⁴² Fundado pelo então presidente da província do Pará, Bernardo de Souza Franco, no dia 28 de Julho de 1841, com denominação de Liceu Paraense. É hoje a instituição pública de ensino mais antiga em funcionamento do Brasil e a mais tradicional do Estado do Pará. É uma instituição pública de renome e respeito nacional. Na república tomou nome de "Paes de Carvalho", substituído por "Ginásio Paraense" depois da revolução de 1930, para mais tarde se transformar em Colégio Estadual, em cumprimento à lei federal que transformou os ginásios em colégios. Uma tradição na escola são as escadas, 4 no total, 3 no prédio térreo, a escada do lado esquerdo é usada pelas meninas, do direito pelos meninos, e a escada central, pelos professores, funcionários etc.



Figura 117 e 118 – Liceu Paraense em 1999 e em 1929.

A riqueza oriunda da exportação da borracha, durante um período, transformou e urbanizou a cidade de Belém. A arquitetura modificou-se, com os novos estilos vindos da Europa e do Rio de Janeiro, um ecletismo aplicado (Figura 97 a 104). A cidade ocupou a margem do Rio Guajará e expandiu-se para o oeste (Figura 119), surgindo novos bairros e empreendimentos. A arquitetura da cidade de Belém, no início do século XX, era a expressão de sua riqueza econômica, seja nos prédios públicos ou nos prédios privados, seja na urbanização de praças, largos e avenidas.

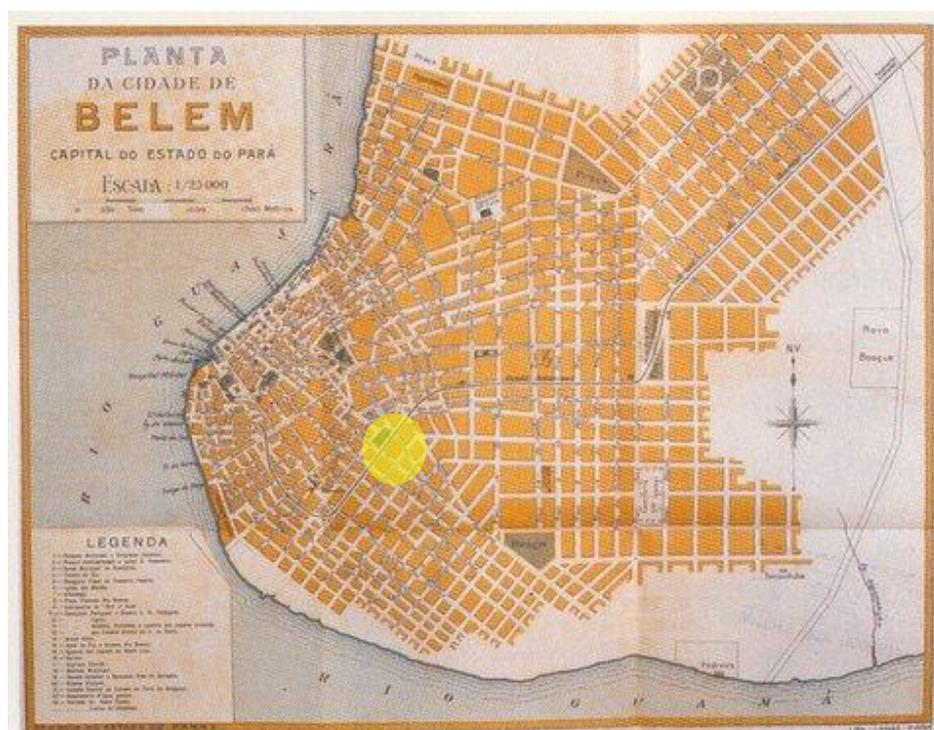


Fig 119– Planta de Belém do ano de 1900. Detalhe local do primeiro grupo escolar



Figuras 120 e 121 - Palacete Bibi Costa e Palácio da Intendencia Municipal



Figuras 122 e 123 - Av. Assis de Vasconcelos e o Mercado



Figuras 124, 125, 126 e 127 - Arquitetura dos prédios públicos de Belém no início do século XX

No ano de 1900, o governador Paes de Carvalho, em sua mensagem encaminhada ao Congresso do Pará, dizia que o Estado tinha 580 escolas isoladas: 538 elementares e 42 complementares (290 do sexo masculino e 159 do feminino e outras 131 mistas). Afirmava ainda que acabara de lançar as bases para a criação de

grupos escolares, fazendo a junção de várias dessas escolas isoladas em um prédio único, para atender as pessoas moradoras de uma região da cidade, e anunciava a construção do primeiro grupo escolar de Belém, com o nome de José Veríssimo Dias de Matos, na Rua Pres. Pernambuco, área central, entre a Praça Batista Campos e o Cemitério da Soledade.

Era um edifício de arquitetura em estilo eclético, com dois pavimentos e 8 salas de aula, separando meninos e meninas, usando as referências arquitetônicas dos edifícios já construídos em São Paulo (Figura 128)



Fig 128 – Primeiro Grupo Escolar de Belém: o José Veríssimo

Essas mudanças anunciadas baseavam-se no Decreto n. 625, de 2 de janeiro de 1900, que regulamentava a Lei estadual n. 593 e n. 602 de 25 e 27 de junho de 1898, respectivamente, que tratavam das reformas na Instrução Pública.

Havia uma decisão tomada pelo governo do Pará em fazer crescer o número de grupos escolares, a contar da construção do José Veríssimo. Assim confirmava o Governador do Estado, Augusto Montenegro em 1905:

Disseminação dos grupos escolares de modo a torná-los a nossa principal instituição do ensino primário, construção de casas apropriadas para seu funcionamento, aparelhamento dos grupos com todos os elementos materiais sem os quais o ensino se torna uma burla dispendiosa.... eis que tenho condensado a minha ação administrativa quanto à resolução de nosso problema escolar. Um dos grandes benefícios que temos colhido da instituição dos grupos provém exatamente do fato da concentração escolar

permitir que a ação do governo se possa perenemente exercer sobre o pessoal e aumentar a fiscalização para diminuir o abandono de meninos e meninas.

De fato, o número de unidades escolares denominadas grupos escolares vinha crescendo rapidamente, como atesta o governador em outro trecho do Relatório:

Quando assumi o governo em fevereiro de 1901, eram 8 os grupos escolares do Estado; ano passado enumerei 21 sendo 6 na capital, 3 no interior do município de Belém e 12 nos demais municípios do Estado. Neste momento (1905) funcionam 26 grupos sendo 6 na capital, 4 no interior do município de Belém e 16 nos demais municípios; há pois um acréscimo de 5 grupos nesse último ano, que são os de Santa Izabel (Figura 129), Baião, Muaná, Mocajuba e Faro. Durante este ano construí prédios para funcionamento de grupos escolares em Castanhal (Figura 131) e Cameté (Figura 130). Cogito em fundar ainda outros grupos em São Caetano, Salinas, Quatiporú, Vizeu e Ponta de Pedras, se nas sedes desses municípios houverem casas apropriadas ao fim que se tem em vista.



Figura 129 – Grupo Escolar Sivlio Nascimento em Santa Izabel



Figura 130– Grupo Escolar Romualdo Seixas em Cameté



Figura 131 – Grupo Escolar em Castanhal atual sede da Prefeitura

As estatísticas apresentadas apontavam que as matrículas dos grupos escolares em 1905 eram de 7620 alunos um acréscimo, de 1.029 alunos em relação ao ano anterior, atribuído aos grupos do interior do Estado. Na capital houve um decréscimo de 267 alunos ocorrido exclusivamente nos grupos do 1º. Distrito e no José Veríssimo.

Animado com o desenvolvimento dos grupos escolares no interior do Estado, em região amazônica de acesso difícil em algumas localidades, o relatório apontou que alguns deles, como os de Cametá, Curuçá, Igarapé (Figura 132, Soure, Vigia e Alemquer (Figura 133), eram diferenciados dos da capital (Figura 134 e 135). Além de as, matrículas crescerem, a frequência escolar era boa, como demonstram os números da Tabela 5.

Segundo os dados da Tabela 5, o interior do Estado detinha quase 50% das matrículas naquele ano, embora a frequência escolar fosse bem mais baixa.



Figura 132 – Grupo Escolar em Igarapé



Figura 133 – Grupo Escolar Alemquer



Figura 134 – Grupo Escolar da Capital

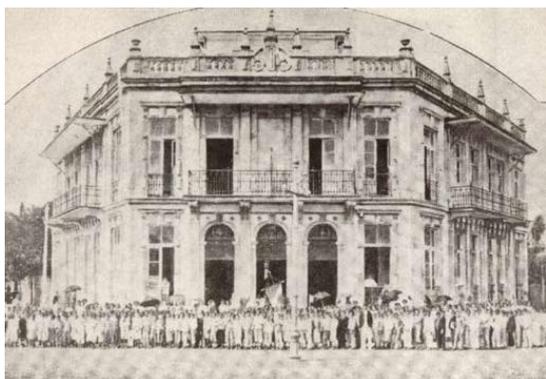


Figura 135 – Grupo Escolar 4º. Distrito na Praça Santa Luzia

TABELA 5
MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DE ALUNOS DOS GRUPOS ESCOLARES
em 1905

ITEM	CIDADE/NOME	MATRÍCULA	FREQUENCIA
1	BELÉM – 1º. DISTRITO	322	238
2	BELÉM – 2º. DISTRITO	456	296
3	BELÉM – ANEXA A ESCOLA NORMAL	358	319
4	BELÉM – JOSÉ VERÍSSIMO	496	372
5	BELÉM – 4º. DISTRITO – PRAÇA SANTA LUZIA	613	486
6	BELÉM - 5º. DISTRITO – AVENIDA NAZARETH	620	435
SUB	CAPITAL	2.865	2.146
7	BELÉM – MOSQUEIRO	382	240
8	BELÉM – PINHEIRO	283	211
9	BELÉM CASTANHAL	457	346
10	BELÉM – SANTA ISABEL	249	238
SUB	BELÉM – INTERIOR	1.371	1.035
11	ABAETÉ	254	236
12	ALEMQUER	146	123
13	BAIÃO	163	134
14	BRAGANÇA	201	167
15	CAMETÁ	332	260
16	CURUÇÁ	318	264
17	IGARAPÉ	211	191
18	MARACANÃ	224	195
19	MARAPANIM	237	203
20	MOCAJUBA	147	128
21	MUANÁ	177	162
22	OBIDOS	179	159
23	SANTARÉM	224	179
24	SOURE	241	207
25	VIGIA	330	287
SUB	INTERIOR	3.384	2.784
TOTAL		7.620	5.965

Fonte: Relatório de 1905 do Governador do Pará Augusto Montenegro

Elaboração: Ângelo Marcos Arruda

O ensino paraense foi reformado anos depois, pela Lei n. 1.082, de 14 de outubro de 1909, regulamentada pelo Decreto n. 1.689 do mesmo ano, que substituiu a memorização pelo método intuitivo e, com isso, ao acrescentar modificações nas

cadeiras, implicou mudanças na arquitetura escolar dos grupos novos, em especial os que foram erguidos depois de 1910, como o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (Figura 136 e 137), projetado pelo arquiteto José Landi. Outrossim, a reforma na instrução classificou as escolas públicas em 3 regiões, que formavam as escalas de formação.



Figura 136 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco na Av Generalíssimo Deodoro em 1922



Figura 137– Grupo Escolar Barão do Rio Branco na Av Generalíssimo Deodoro em 2009

O Liceu Paraense, que tinha sido transformado em Ginásio Paes de Carvalho, aproveitando o regulamento federal da educação pública, foi equiparado ao Ginásio Pedro II, pela Lei n. 1.082, de 14 de outubro de 1910. O Estado ainda mantinha a Escola Normal (Figura 138), que foi reformulada pelo Decreto 1.207/1903; o Instituto Gentil Bittencourt, destinado à educação de órfãs e menores desamparadas, e o Instituto Lauro Sodré (Figura 139) de educação profissional.



Figuras 138 e 139 – Escola Normal e Instituto Lauro Sodré

No ano de 1920, o governador Lauro Sodré apresentou ao Congresso Legislativo do Estado do Pará o seu relatório em que mencionava o funcionamento de sete grupos escolares na capital e mais quatro mantidos pelo Estado no interior do município de Belém. O total de matrículas era de 3.352 crianças.

Havia na capital 15 escolas isoladas, com uns 340 alunos matriculados e mais outras dez escolas no município com uns 380 alunos e, no interior, um total de 226 escolas isoladas abrigavam em torno de 19 mil alunos. Esses números somam-se ainda aos 2.177 alunos dos grupos escolares do interior do Estado, totalizando uns 21.897 alunos estavam matriculados nas escolas públicas do Pará em 1920.

A partir de 1920, com o declínio da borracha, principal produto da economia do Estado, os recursos públicos diminuem, e os relatórios dos anos seguintes falam em aperto financeiro do Tesouro, diminuição das verbas e cortes de funcionários; escolas isoladas e grupos escolares começam a ter problemas de frequência escolar e com os cortes previstos, a alternativa foi o fechamento de escolas nos anos seguintes.

Diante desse quadro, a rede de grupos escolares manteve-se a mesma durante anos, e as matrículas e a frequência escolar diminuíram: a instrução primária em 1925 caiu 36% e foi para 14.066, comparada com os dados de 1920.

No Relatório de 1930, do governador Eurico de Freitas Valle, encaminhado em 1º de setembro ao Congresso Legislativo, o Estado ainda apresentava problemas

na instrução pública, decorrentes da escassez de recursos públicos. Ainda assim, segundo ele, foi possível iniciar as obras do Grupo Escolar de Bragança e reformar o prédio do Grupo Escolar de Mosqueiro e mudar a sede do grupo de Soure para outro imóvel de melhor capacidade.

A capital, em 1929, já tinha dez grupos escolares, com a instalação dos seguintes grupos: Floriano Peixoto, Arthur Bernardes e Epitácio Pessoa, em prédios adaptados. As matrículas desses somavam 5.361 alunos e frequência de 5.250 alunos. O interior da capital manteve seus quatro grupos escolares e o interior do Estado 17 grupos escolares e mais 173 escolas isoladas com uma matrícula de 11 mil alunos.

No final do ano de 1929, o Estado ganhou do Regimento de Cavalaria, no bairro de São João, em Belém, um terreno com um edifício para onde foi transferido o Grupo Escolar Floriano Peixoto (Figura 140) e assim comentava o relatório:

Aquele bairro tem uma grande população escolar e está desprovido de escolas suficientes. As despesas de construção montarão 400 mil réis. Temos 3 projetos em estudos dos arquitetos José Sidrin, Freitas Dias & Cia e da Repartição de Obras Públicas. Pretendemos submetê-los a um júri de pessoas competentes para escolher o que melhor vantagem oferecer pelas suas condições pedagógicas.

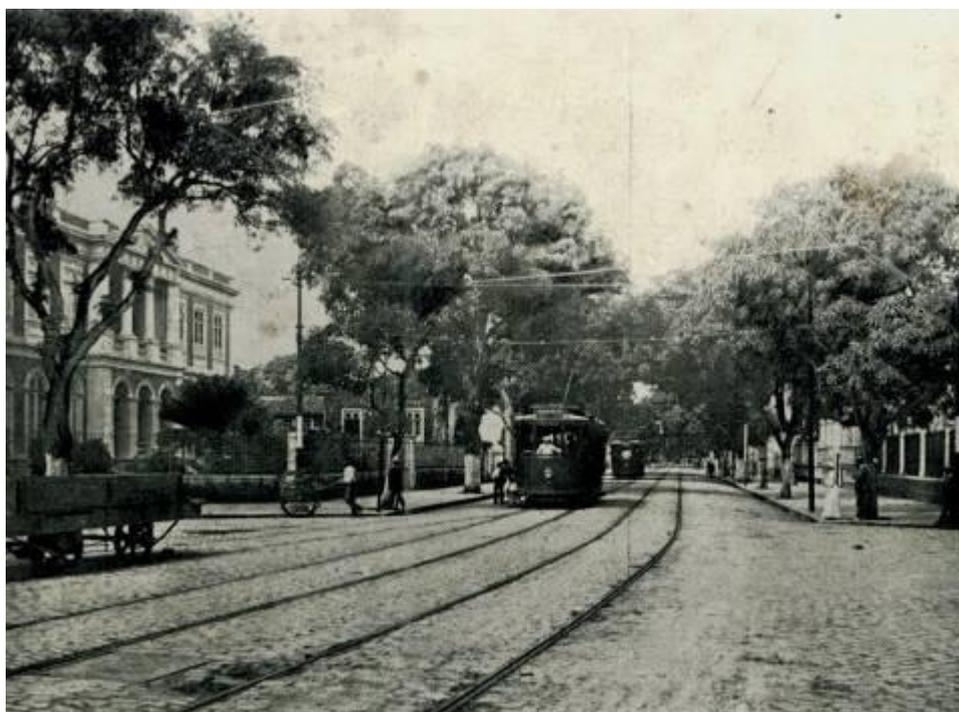


Figura 140 – Grupo Escolar Floriano Peixoto ao lado esquerdo

3.2 REGIÃO CENTRO-OESTE

3.2.1 Estado de Goiás⁴³

No ano de 1891, o major Rodolfo Gustavo da Paixão, governador do Estado, encaminhou relatório ao Congresso Constituinte Goiano e no campo da instrução pública dizia que havia necessidade de uma ampla reforma, tendo em vista as despesas que, eram geradas pela educação e que essa reforma teria quatro eixos: a) manutenção das escolas estaduais nas sedes dos municípios; b) obrigatoriedade do ensino primário leigo; c) criação de uma escola normal para habilitar professores e d) seleção escrupulosa dos professores para o preenchimento de vagas existente ou as abertas.

A Constituição de Goiás delegou aos municípios a instrução primária, com a visão da descentralização, para melhorar a fiscalização dos serviços e frequência escolar e, ao Estado, cabia a manutenção do ensino secundário que era, naqueles anos, praticado no Liceu Goiano.

O Liceu de Goiás⁴⁴ era o único edifício do Estado (Figura 141) e, segundo o relatório de 1891, tinha 64 alunos matriculados em suas diversas aulas. Em 1893, passou a funcionar, no mesmo edifício, a Escola Normal⁴⁵, autorizada pela Lei n. 38.

⁴³ O povoamento do Estado de Goiás somente ocorreu em razão do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. Esta povoação, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável. A história admite que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foi o descobridor de Goiás. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho e ali se funda o Arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado Vila Boa e, mais tarde, cidade de Goiás, durante 200 anos. O povoamento determinado pela mineração do ouro foi um povoamento irregular e mais instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparecia o ouro, surgia uma povoação; quando o ouro se esgotava, os mineiros se mudavam para outro lugar e a povoação ou desaparecia ou diminuía muito. No início do século XIX, os núcleos urbanos eram pobres e em número reduzido, destacando-se apenas as povoações de Meia Ponte e Vila Boa de Goiás, esta funcionando como sede do governo. A partir da década de 1860, a província progride economicamente devido ao crescimento do rebanho bovino e da agricultura. Novos povoados se formam a partir de 1888 e, até 1930, 12 novos municípios são constituídos. Em 1920 a população já era de 511.919 habitantes. As comunicações com o sul melhoram à medida que se expandem os trilhos. Em 1913, O Estado é servido pela estrada de ferro. Em 1933 a capital se transfere para Goiânia. História de Goiás. Luis Palacin e Maria Augusta de S. Moraes. Goiânia, UCG, 7ª. Ed. 2007.

⁴⁴ A história do Colégio Liceu em Goiás tem início em 1845, com a nomeação de Joaquim Ignácio de Ramalho à Presidência da Província de Goiás. Joaquim vinha de São Paulo, onde já haviam sido criados colégios secundaristas, denominados de liceus. O então presidente encontrou um desejo favorável à criação de um estabelecimento de instrução secundária, já existente em outras províncias. Ramalho, após analisar as finanças da província, elabora um projeto de lei que explicita a criação de três cadeiras (disciplinas), que foi sancionada e publicada como lei em 20 de junho de 1846. Esta data é lembrada como o dia da criação do colégio. O Liceu de Goiás é, em ordem de criação, o 17º do país, e em ordem de instalação, o 12º. O primeiro diretor foi o Padre Emígdio Joaquim Marques. Em 1904, após um longo período em que ocorreram poucas modificações na estrutura de ensino, o Liceu de Goiás passou por um processo de equiparação ao Ginásio Nacional



Figura 141 - Liceu Goiano em Vila Boa

Comentando a lei n. 38/1893, Gonçalves (2007) diz:

Em Goiás, a educação pública teve que aguardar o término da disputa pelo poder, que absorveu as facções políticas nos dois primeiros anos da República, de modo que só a partir de 1892 tomou-se iniciativa de reformar a instrução. Nesse ano entrou em discussão um projeto de reforma que foi transformado na Lei nº 38, de 31 de julho de 1893, que manteve a divisão do ensino em dois graus: primário e secundário. Na verdade, essa lei trouxe poucas mudanças significativas sobre a organização escolar existente no período anterior, ou seja, o modelo de cadeiras isoladas foi mantido.

Anos depois, a Lei 38/1893 foi alterada, conforme comentário:

Nos anos finais do século XIX uma nova reforma na instrução foi realizada entrando em vigor a Lei nº 186, de 1898 que alterou a organização do ensino, estabelecendo cinco categorias: primário, subdividido em escolas efetivas e elementares; secundário; normal; profissional e superior. Contudo, as falas oficiais mantinham as mesmas

do Rio de Janeiro, antigo Colégio Pedro II, a primeira instituição educacional de nível secundário oficial do Brasil, que era referência de ensino para todo o país. O período que se seguiu foi caracterizado por inúmeras disputas de poder entre oligarquias, que provocaram inúmeras alterações na legislação e na administração do Liceu.

⁴⁵ A Escola Normal de Goiás foi a primeira Escola Normal Pública da Província de Goiás, criada e sancionada pelo Decreto n.º 676, em 3/8/1882, do então Presidente da Província de Goiás Dr. Cornélio Pereira de Magalhães, para funcionar em anexo ao Liceu de Goiás. A criação da Escola Normal atendeu ao Decreto do Imperador Dom Pedro II, que em pleno século das luzes, reinava para mais de 80% de analfabetos. A Escola funcionou, desde a sua criação até o início do mês de março do ano de 1884, em caráter precário. Sua regulamentação só foi possível a partir da Lei Provincial n.º 3.374 de 12/03/1884, porém permanecendo anexada ao Liceu de Goiás. Através do Decreto n.º 10.445 de 22/08/1929, assinado pelo Presidente da Província Alfredo Lopes de Moraes, passou a constituir uma Escola Normal especializada na formação de professores primários, com autonomia para elaborar seu próprio currículo, ter diretores próprios e construir sua trajetória. Esta data passou a ser considerada a referência de criação da Escola, contando a partir de então seu aniversário. Em 1937, com a mudança da capital para Goiânia, atendendo as determinações do governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira, a Escola Normal Goiás transferiu sua sede para a Rua 20, setor Central, em Goiânia.

análises desalentadoras acerca da instrução pública no Estado, registrando: baixos índices de matrícula, frequência reduzida e a não instalação da Escola Normal e da Academia de Direito.

Já no século XX, diversas mudanças na instrução pública goiana foram realizadas, principalmente o regulamento nº 611, de 27 de janeiro de 1900, que regia o ensino primário do Estado e fazia a classificação das escolas em primeira entrância, segunda entrância e elementares mistas.

Mas a grande reformulação veio por força da Lei nº 631, de 2 de agosto de 1918, regulamentada pelo Decreto nº 5.930 que alterou a instrução pública em Goiás e dentre as novas determinações havia a adoção do método intuitivo, constando educação moral e cívica, educação intelectual e educação física; manutenção das escolas isoladas, com a criação do Grupo Escolar da capital (Figura 142 e 143) e o curso primário de 4 anos, com ano letivo de 10 meses.

A vez dos grupos escolares deu-se, segundo Gonçalves, com a implantação do primeiro edifício na capital:

Foi durante a gestão João Alves de Castro que se implantou o primeiro grupo escolar do Estado. Em viagens a São Paulo e Rio de Janeiro, políticos goianos se encantaram com o Grupo Escolar de Araguari, passando a defender a criação de uma instituição semelhante em Goiás. O município de Catalão, localizado no sudeste goiano, próximo à região do Triângulo Mineiro, foi o primeiro a manifestar intenção de construir um grupo escolar. Contudo, por razões políticas, a instalação de um estabelecimento dessa natureza ocorreu, primeiro, na Cidade de Goiás, capital do Estado. Assim, dentro da lógica do projeto modernizador republicano, um Grupo Escolar foi criado na Cidade de Goiás e entregue à população, em 28 de janeiro de 1919, pelo governador interino Joaquim Rufino Ramos Jubé. O Grupo Escolar contava com 100 alunos divididos em duas classes: duas do sexo feminino e duas do sexo masculino.



Figura 142 - Grupo Escolar da Capital

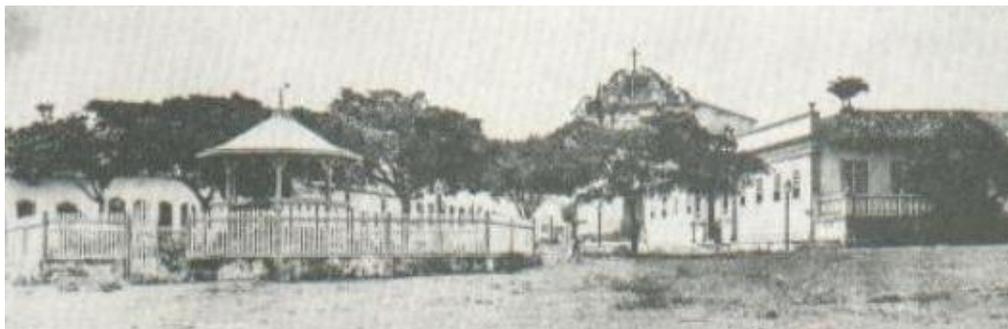


Figura 143 - Grupo Escolar da Capital, à direita.

Gonçalves diz que se percebia, na legislação, “uma oficialização do princípio da desigualdade ao circunscrever para as meninas um projeto de educação secundário ao masculino”. Além disso, a questão da obrigatoriedade escolar do ensino só alcançava as populações que residiam nas cidades e vilas no raio de um quilômetro.

A adoção de medidas da reformulação da instrução parece ter começado a trazer benefícios ao Estado. Em 1917 eram do Estado 21 escolas com 918 alunos; em 1918, o Estado já possuía 35 escolas com 1.934 alunos; em 1919 eram 87 escolas com 3.422 alunos e em 1920, o Estado já detinha 114 escolas com 4.681 alunos.

No interior do Estado, em Itumbiara (Figura 144), no ano de 1924, o prefeito municipal Rui Pereira de Almeida, teve a iniciativa de providenciar a construção e criação do Primeiro Grupo Escolar, o qual foi inaugurado no dia 02 de outubro de 1924, com o nome de Grupo Escolar Senador Ramos Caiado, que mais tarde, acabou por receber o nome de seu já falecido fundador, ou seja; Grupo Escolar Rui de Almeida. Inicialmente foram matriculados 120 alunos, sendo a frequência regular de 100 alunos.



Figura 144- Grupo Escolar de Itumbiara

O Relatório do governador Ramos Caiado, apresentado ao Congresso Legislativo em 1929, apresenta outra reforma da instrução que foi realizada, que desanexou a Escola Normal (Figura 145) do Liceu e resolveu estabelecê-la em prédio próprio, a ainda anexou o Grupo Escolar da Capital e criou o Jardim de Infância, sob a Lei nº 851, de 10 de julho de 1928.

Em 1929 a instrução foi entregue a José Gumercindo Marques Otero que estabeleceu um convênio com governo de São Paulo, para que uma “missão pedagógica paulista” viesse a Goiás. Auxiliado pela missão paulista, o secretário organizou um novo regulamento para a instrução, Decreto nº 10.640, de 10 de fevereiro de 1930.



Figura 145 - Escola Normal

3.2.2 Estado de Mato Grosso⁴⁶

No ano de 1895, funcionavam em Mato Grosso, de acordo com relatório de Manoel José Murtinho, presidente do Estado enviado à Assembléia Legislativa, três

⁴⁶ A descoberta do ouro em Mato Grosso fez uma intensa migração da população que forçou a criação da Capitania de Mato Grosso, desmembrando, portanto da Capitania de São Paulo em 9 de maio de 1748 e como comandante foi designado Antonio Rolim de Moura, sendo o primeiro capitão-general da capitania com a capital em Vila Bela da Santíssima Trindade. A partir de 1808, a decadência do ouro em Vila Bela juntamente com outros problemas contribuem para que os moradores mudem-se para Cuiabá. A produção econômica se baseava no ouro de aluvião e da cana-de-açúcar, produzida em engenhos feitos de madeira e movidos a tração animal, com baixa produtividade. O açúcar, rapadura e aguardente eram fabricados e os engenhos se localizavam principalmente ao longo do rio Cuiabá. Havia plantio de pequenas lavouras de mandioca para o uso natural, fabricação de farinha, polvilho para tapioca beijus, bolos, plantio de feijões. A pecuária, que surge no século XVIII como atividade subsidiária as tarefas mineradoras, dos campos cuiabanos alastrou-se pelo Pantanal e Poconé desenvolvendo uma grande indústria do charque, comercializado no país e exportado. Já o sul do Estado, onde hoje fica o Mato Grosso do Sul, o processo de desenvolvimento obedeceu à instalação da pecuária em expansão da região norte, estendendo-se para o Pantanal e os campos de matas foram ocupados por outras atividades extrativas, como a erva mate que contribui para a criação de uma grande empresa de exploração, a Matte Laranjeira. A chegada do trem da Noroeste do Brasil em 1914, ajudou a fundar cidades e a promover outro tipo de desenvolvimento no sul do Mato Grosso. Fonte: O Patrimônio Histórico-Cultural de Mato Grosso: Governo do Estado: Secretaria de Cultura, 2000.

instituições públicas de ensino: o Liceu Cuiabano⁴⁷, a Escola Normal e a Escola Modelo, regidas pelo Decreto n. 10 de 7 de novembro de 1891, que regulamentava a instrução pública naquele Estado. Nenhuma delas dedicava-se à educação primária e essas escolas funcionavam em um único prédio no centro de Cuiabá, alugado, adaptado para o funcionamento educacional.

Foram instaladas em um imóvel de esquina (Figura 146) em estilo colonial brasileiro, como eram a maioria dos imóveis de Cuiabá nos anos 1879, e somente com a construção do Palácio da Instrução, em 1914, é que foram transferidas para um edifício projetado para a finalidade a que se destina.

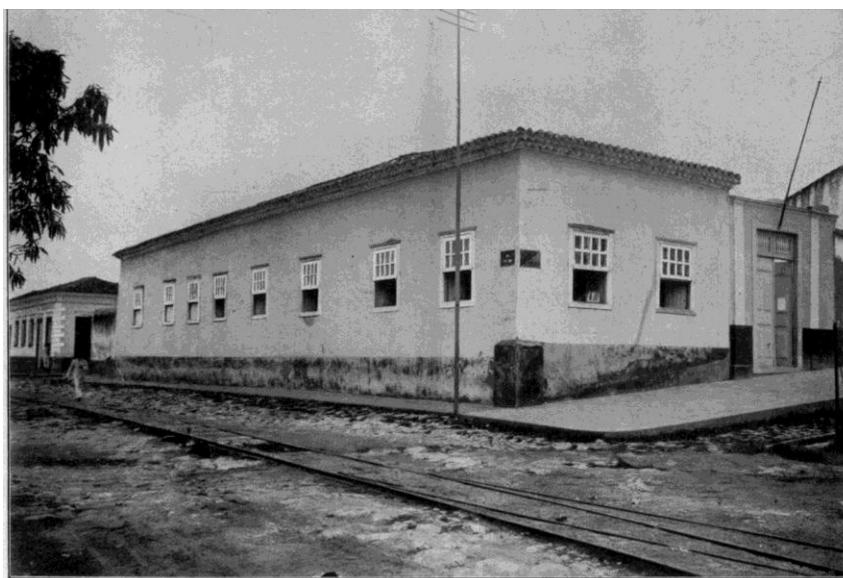


Figura 146 – Liceu Cuiabano em 1912

⁴⁷ O Liceu Cuiabano foi criado no governo do Presidente João José Pedrosa, pela Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879, que lhe deu a denominação de Lyceu de Línguas e Ciências, e o seu regulamento expedido a 4 de março de 1880, aprovado pela Lei 540 de 23 de outubro do mesmo ano, no governo do Barão de Maracajú. Primeiramente foi instalado em um prédio situado no antigo Largo da Matriz, hoje Praça da República local onde está situada a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos. Posteriormente é transferido para o Palácio da Instrução e, em definitivo, na Praça General Mallet, em edifício construído na interventoria de Júlio Muller, sendo ali instalada em 1946 com o de Colégio Estadual de Mato Grosso. Durante muito tempo o Liceu Cuiabano foi a única instituição oficial de ensino secundário em Mato Grosso, com os cursos de Línguas e Ciências, preparatórios, de humanidades de “Ciências” e Letras. Em 13 de março de 1979, no centenário de sua criação, o governador Cássio Leite de Barros restabelece no Decreto nº 1.750 o nome de Lyceu Cuiabano. Em 1999 o prédio encontrava-se em lastimável estado de conservação. Seus corredores nas laterais do anfiteatro haviam sido transformados em salas de aula, dificultando o acesso e mesmo colocando em risco a vida de alunos e professores, em caso de incêndio. A comunidade escolar, sensibilizada com as condições físicas do edifício, se mobilizou, e o Governo do Estado, em parceria com a Fundação do Banco do Brasil, iniciou a restauração. O Liceu foi totalmente restaurado e o anfiteatro ganhou poltronas estofadas e ar refrigerado. Na inauguração da obra seu nome foi novamente alterado, passando a se chamar: Colégio Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Muller, em homenagem a esposa do interventor Júlio Muller, que mandou edificar o prédio. Fonte: O Patrimônio Histórico-Cultural de Mato Grosso: Governo do Estado: Secretaria de Cultura, 2000.

Naquele ano, o quadro da rede escolar no Estado era crítico e, sobre isso, o presidente do Estado comentou no relatório:

Ainda continua a ser um desideratum a construção de prédios apropriados para o funcionamento das escolas públicas nesta capital, por onde deve começar o melhoramento; não tendo eu me animado a mandar erigir um só edifício de tal espécie, para o qual, aliás, existe na Diretoria de Obras Públicas, uma planta modelo (grifo nosso) já aprovada, atento o elevadíssimo preço atual, quer de materiais, quer de mão de obra; devendo, porém, a administração superior, tão logo melhorem as circunstâncias, levar a efeito a edificação de que trata, pois de uma boa instalação depende a regularidade dos exercícios escolares.

Com a Lei Estadual n. 152 de 16 de abril de 1894, um novo Regulamento da Instrução Pública foi aprovado e instala-se uma nova ordem para a educação, a partir da utilização do método intuitivo como opção pedagógica e isso obrigou o Governo a tomar providências no sentido de adequar o quadro de professores para a educação primária e, com essa decisão, surgiu a intenção, em 1895, de construir um prédio específico para abrigar a Escola Normal, visando à preparação dos professores com essa nova forma de educar.

Em 1899, o Estado de Mato Grosso tinha 62 escolas primárias, das quais 57 eram elementares ou do 1º. Grau e 5 complementares ou do 2º. Grau, conforme a Lei n. 152, de 1894, sendo que, pela lei, o ensino elementar era obrigatório e o complementar facultativo e, com isso, a obrigação de fazer escolas, novas construções ou adaptações de espaços, era uma exigência legal. Essas medidas foram decisivas para que as mudanças começassem.

Em 1903 o Liceu Cuiabano foi equiparado ao Ginásio Nacional e a frequência média dos alunos em 1904 foi de 3.828 alunos sendo 2.351 meninos e 1.477 meninas. Mas o problema da falta de bons edifícios continuava no Estado. No Relatório de 1907 o presidente do Estado, Generoso Ponce, diz:

A falta sobremodo sensível de prédios expressamente construídos pelo Estado para todas as escolas desta capital, além de acarretar não pequena despesa com o aluguel de casas particulares, faz com que as mesmas escolas não estejam, em sua maioria, bem localizadas e instaladas nas devidas condições.

Segundo Santos e Sá (2006), foi somente quando Pedro Celestino Corrêa da Costa ascendeu à Presidência do Estado, em função da renúncia de Generoso Ponce, em 12 de outubro de 1908, “que o movimento pedagógico idealizado nos primórdios do período republicano, denominado de “entusiasmo pela educação”, alcançou de

fato a Instrução Pública de Mato Grosso”. E assim, com a Reforma Educacional ocorrida em 1910 (Figura 147), um novo marco legal na educação mato-grossense, é que de fato começaram as mudanças.



Figura 147 – Foto de Cuiabá em 1909

A Lei Estadual n. 508, de 1908, criou os grupos escolares para a capital – 1º. e 2º. Distritos e a de Corumbá e novas escolas primárias em municípios do interior. Entretanto, Oliveira (2009) diz que “os grupos escolares, criados oficialmente pela Lei nº 508, somente se concretizaram a partir de 1910, com o Decreto 265 de 22/10/1910, com a criação da Escola Modelo Barão de Melgaço⁴⁸ (Figura 148) e do Grupo Escolar Senador Azeredo⁴⁹ (Figura 149 a 151), ambos na capital” respectivamente os nomes dados as escolas do 1º. e 2º. distritos.



Figura 148 – Foto da obra antigo Grupo Escolar Barão de Melgaço de Cuiabá, em obras.

⁴⁸ No local onde foi construído o Barão de Melgaço, atual Palácio da Instrução, existiu o 21º Batalhão de Infantaria, base das tropas cuiabananas na Retomada de Corumbá, e transferido para o Porto em 1858. A pedra fundamental do belíssimo prédio foi lançada em 15/5/1911, sendo inaugurado em 15/8/1914. Nesse prédio funcionaram os três importantes estabelecimentos de ensino da época: o tradicional Liceu Cuiabano, a Escola Normal de Cuiabá e o Grupo Escolar do Primeiro Distrito da Capital. A Escola Normal de Cuiabá foi criada pela Lei nº 533, de 1910, sendo instalada em 01/2/1911, com o nome oficial de Escola Normal do Estado de Mato Grosso. O Grupo Escolar do Primeiro Distrito da Capital foi instalado em 03/09/1910. Fonte: <http://www.matogrossomemorias.blogspot.com/>, acessado em 17 de setembro de 2009.

⁴⁹ Edifício localizado na Rua 13 de Junho esquina com a Rua Senador Metello, na região central. O edifício preserva traços simples e tem fachada enriquecida de balaustres e adornos metálicos. Teve como primeiro diretor o professor Gustavo Kuhlmann. Funcionou como estabelecimento de ensino até em 1975. Depois passou a abrigar a Casa do Artesão. Tombada como patrimônio histórico e artístico do Estado em 1983, o prédio é utilizado para exposição de artesanatos diversos, como indígenas, tecelagem, cerâmica e madeira. A imagem da figura 56, pertence aos arquivos de Eurípedes Andreatto e foi tirada pelo fotógrafo Chau. Há um negativo no acervo do Misc. Fonte: www.rdnews.com.br/.../Image/200509-casa.gif, acessado em 17 de setembro de 2009.



Figura 149 – Foto do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo de Cuiabá.

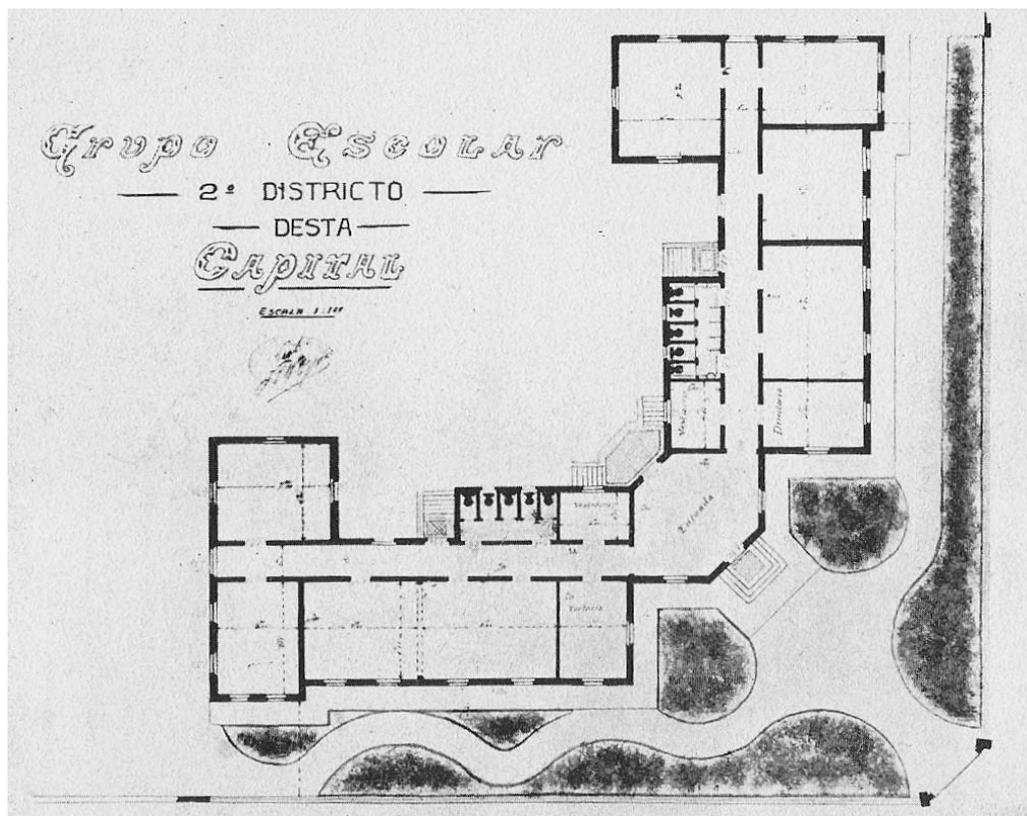


Figura 159– Planta baixa e fachada lateral do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo

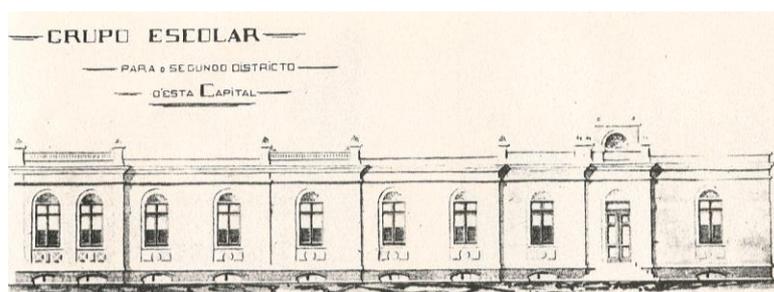


Figura 151 – Planta baixa e fachada lateral do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo

No ano de 1912 veio a autorização para instalação dos grupos escolares das cidades de Cáceres (Figura 152), Poconé, Rosário Oeste, no interior e mais um em Cuiabá, o D. Pedro II (Figura 153). Para a região sul do estado, atual território do Estado de Mato Grosso do Sul, foram autorizados os grupos escolares de Corumbá (Figura 154, 155, 156 e 157) Campo Grande (Figura 158), Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã. Somados aos dois da capital, totalizavam-se 11 grupos escolares para funcionarem no Estado.

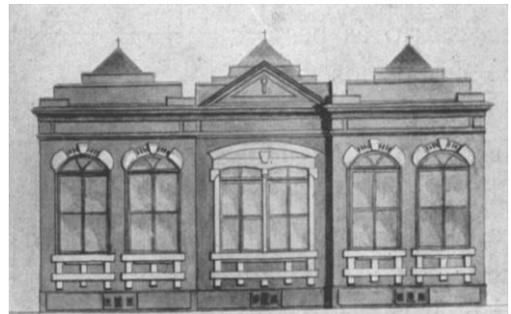
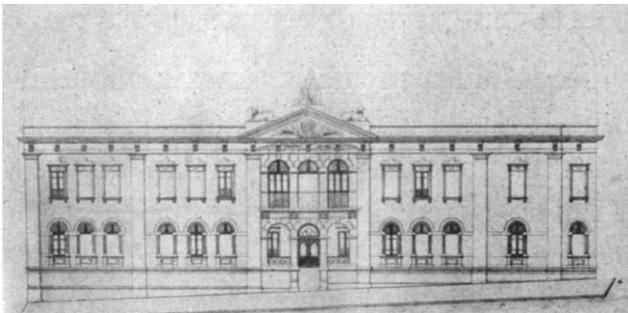


Figura 152 - Grupo Escolar Espiridião Marques na cidade de Cáceres em imóvel alugado

Em decorrência, o primeiro grupo escolar a funcionar no Estado foi inaugurado em 23 de setembro de 1910, em Cuiabá, por meio do Decreto nº. 258, de 20 de agosto, que regulamentou a Lei nº. 508 e conferiu a este tipo de estabelecimento, em caráter provisório, o regulamento e o programa adotados no estado de São Paulo.



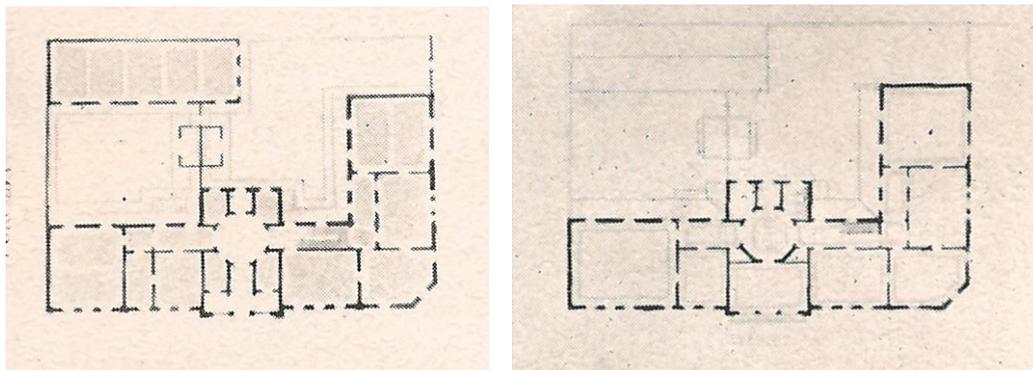
Figura 153 – Antigo Grupo Escolar D. Pedro II, em Cuiabá, que depois abrigou o Tesouro do Estado.



Figuras 154 e 155 – Desenho dos Grupos Escolares de Corumbá e Campo Grande



Figura 156 – Grupo Escolar Luis Albuquerque – Corumbá - 1926



Figuras 157 e 158 – Planta baixa do pavimento térreo e superior do GE Luis Albuquerque

Com relação aos dados estatísticos da educação, no Relatório de 1909, Pedro Celestino Correa da Costa, o 1º. vice-presidente do Estado informou que os dados do balanço da Diretoria de Instrução Pública apontavam 85 escolas existentes sendo que umas 70 escolas estavam funcionando, pois havia falta de professores e a frequência escolar não tinha fiscalização e, com isso, a matrícula ficou em 2.678 alunos menor que a do ano anterior, que foi de 4.778 alunos. Informou ainda que, autorizado por lei, instalou nove escolas elementares em Bela Vista, Coxim, Aquidauana, Bonito, mais duas na capital – uma no porto da barra e outra, em São Gonçalo, duas no Rosário – uma na Jangada e outra na Figueira, e uma no Retiro, município de Livramento (Figura 159).

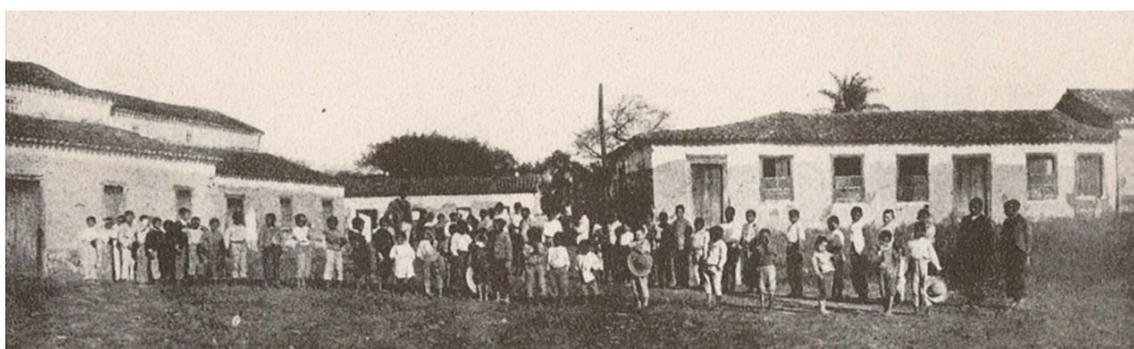


Figura 159 – Antigo Grupo Escolar em Livramento.

No ano seguinte o mesmo Pedro Celestino confirmou que as mudanças na educação de Mato Grosso eram inspiradas no modelo paulista e referia-se às Leis estaduais n. 503 e n. 533 de 1908 e de 1910. A intenção concretizar-se-ia com a vinda de dois professores de São Paulo – Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, normalistas capacitados na Escola Caetano de Campos daquela cidade. Havia ainda a necessidade de contratar mais professores para as escolas do interior.

Naquele ano de 1910 funcionavam 90 escolas: onze na capital, agora reunidas nos dois grupos escolares.

Em Mato Grosso e em diversos Estados, havia um hiato entre o ato legal e a escola em funcionamento: quando o governante afirmava que o grupo escolar foi autorizado por lei, ainda levava algum tempo para que a edificação ficasse pronta, seja ela um prédio novo ou adaptado. Vejamos o que diz o presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques no seu relatório de 1912, após ter contratado os professores para escolas de Corumbá, Cáceres e Poconé no interior:

Na cidade de São Luiz de Cáceres, mandei contratar por dois contos e quarenta mil reis anuais e prazo de dois anos, o arrendamento de uma das melhores casas ali existentes, bastante espaçosa e arejada e bem situada, com capacidade para trezentos alunos, até que se possa construir um prédio para esse fim. Em Poconé, a Municipalidade vindo ao encontro dos esforços do governo e das aspirações daquele povo, deliberou ceder, pelo prazo de dois anos e gratuitamente, a casa em que funcionava a Intendência para instalação do grupo escolar. Esta casa, antiga residência do Barão de Poconé, bastante espaçosa, arejada e de situação conveniente, pode comportar até trezentos alunos. Em Corumbá é que ainda não se pode conseguir uma casa apropriada. A que estava destinada pela Beneficência Italiana, a melhor que se encontrou, verificou-se depois não ter as condições necessárias. Pelo que se imediatamente solicitei daquela municipalidade, um terreno convenientemente situado para a construção do grupo e ela, em reunião extraordinária, resolveu desapropriar um dos melhores terrenos que ali se pode encontrar com cinquenta e poucos metros de frente e quarenta de fundos, situado no centro da cidade. Já o governo mandou organizar a planta e abriu concorrência para a construção desse prédio.

No ano de 1913, os dados estatísticos da Diretoria de Instrução Pública informam o funcionamento de cinco grupos escolares e 92 escolas isoladas em todo o Estado e 3.565 alunos matriculados e que, em Nioaque (Figura 160), uma casa espaçosa tinha sido adquirida para instalar ali a escola da vila.



Figura 160 – Antigo Grupo Escolar de Nioaque

Crescia, nos anos seguintes, a quantidade de escolas isoladas, enquanto o número de grupos escolares permanecia cinco – dois na capital e um em Rosário, Poconé e Cáceres, em casas alugadas, pois os prédios próprios ainda não tinham sequer, começadas as obras. Do total de 101 escolas públicas em 1914, matricularam-se perto de 4 mil alunos, segundo os relatórios daquele ano. A instrução secundária continuava com a Escola Normal e o Liceu Cuiabano.

No ano de 1914, foi solenemente inaugurado o Grupo Escolar Barão de Melgaço que passou a abrigar a Escola Normal, a Escola Modelo⁵⁰ e o Liceu Cuiabano, todos funcionando no mesmo espaço em horários diferentes, juntamente com as salas de aula do ensino primário. Era um prédio de arquitetura neoclássica (Figura 161), projetado pelos engenheiros da Secretaria de Obras do Mato Grosso, inspirado na arquitetura dos prédios projetados por Ramos de Azevedo em São Paulo, para as escolas normais. Ocupava um terreno de 5.000 m² no centro de Cuiabá (Figura 162), defronte ao prédio da catedral, ao lado de importantes edifícios e a poucos metros da Praça Alencastro. A planta era diferente, pois apresentava dois pátios fechados, dois pavimentos com porão e uma estrutura em pedra canga, típica da região (Figura 163 e 164).

⁵⁰ A Escola Modelo “Barão de Melgaço” foi uma instituição de ensino primário que serviu de “oficina pedagógica” para os alunos da Escola Normal, além de ser o espelho para as demais escolas primárias do Estado. Algumas normas administrativas e pedagógicas foram criadas a fim de regulamentar essa instituição de ensino, que representava a inovação pedagógica e tinha como dupla função: lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e destinar-se a prática pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos normais. A Escola Modelo era composta de dez classes e funcionava inicialmente em regime de cinco anos; compreendia o curso elementar (4 anos) e o complementar (1 ano); e era dividido em seções masculina e feminina, cabendo às mulheres lecionar somente para as primeiras séries do ensino primário. Só a partir de 1922 é que essa instituição passou a ter a mesma estrutura do Grupo Escolar, com a redução do seu curso para quatro anos. Reis, Rosinete. A história dos Grupos Escolares em Mato Grosso. UFMT in <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Rosinete%20Maria%20dos%20Reis%20-%20Texto.pdf>



Figura 161 – Palácio da Instrução em 1929



Figuras 162 e 163 – Implantação do edifício no quarteirão e detalhes da construção



Figura 164 - Vista aérea do edifício escolar. Ao lado a Igreja Matriz de Cuiabá

No ano de 1919, o quadro da rede física de Mato Grosso, no que tange aos grupos escolares, continuava a mesma, com apenas cinco deles em funcionamento e o Relatório do Bispo Dom Aquino Correa, presidente do Estado, à Assembléia Legislativa, dava conta que estavam em fase adiantada as obras dos grupos escolares de Três Lagoas e de Corumbá e ainda dizia que lançou as obras dos grupos de Aquidauana – que somente fica finalizado em 1934, e de Campo Grande que se inaugura em 1923.

As estatísticas informavam que naquele ano havia 148 escolas isoladas sendo 31 do sexo masculino, 27 do sexo feminino e outras 90 mistas e que a matrícula nos 5 grupos escolares era de 1001 alunos enquanto nas escolas isoladas era de 4.633. Ainda existiam escolas municipais, sendo uma em Cuiabá, três em Corumbá, três em Campo Grande, uma em Três Lagoas, duas em Bela Vista e uma em Ponta Porã, com aproximadamente 500 alunos matriculados que somados aos alunos de escolas particulares, as matrículas em 1919 chegava a 9.509 alunos, número bem acima dos 4 mil alunos encontrados cinco anos antes.

Cinco anos depois, já funcionavam 150 escolas sendo 29 do sexo masculino, 29 do sexo feminino e 92 escolas mistas, distribuídas conforme a Tabela 6. Os 10 municípios da região norte do Estado, concentravam 19 escolas o sexo masculino, 18 do sexo feminino e outras 63 mistas, totalizando 100 escolas. Na região sul, os dados apontavam 50 escolas sendo 08 do sexo masculino, nove do sexo feminino e 33 escolas mistas.

TABELA 6
ESCOLAS PÚBLICAS EM MATO GROSSO – 1924

ITEM	MUNICÍPIOS	ESCOLAS MASC	ESCOLAS FEM	ESCOLAS MISTAS	TOTAL
1	CUIABA – Capital	8	9	20	37
2	Santo Antônio do Rio Abaixo	2	1	12	15
3	Rosário –Oeste	-	-	12	12
4	Poconé	2	3	5	10
5	Registro do Araguaya	1	1	1	3
6	Diamantino	1	1	5	7
7	Livramento	2	1	2	5
8	Santo Antônio do Rio Madeira	1	1	4	6
9	Matto Grosso	2	1	1	4
10	São Luiz de Cáceres	-	-	1	1
<u>11</u>	<u>Coxim</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>8</u>
<u>12</u>	<u>Corumbá</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>6</u>
<u>13</u>	<u>Campo Grande</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>6</u>
<u>14</u>	<u>Ponta Porã</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>5</u>
<u>15</u>	<u>Bela Vista</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
<u>16</u>	<u>Aquidauana</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
<u>17</u>	<u>Porto Murinho</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3</u>

ITEM	MUNICÍPIOS	ESCOLAS MASC	ESCOLAS FEM	ESCOLAS MISTAS	TOTAL
<u>18</u>	<u>Nioaque</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3</u>
<u>19</u>	<u>Três Lagoas</u>	-	-	<u>2</u>	<u>2</u>
<u>20</u>	<u>Santana do Paranaíba</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	-	<u>2</u>
<u>21</u>	<u>Miranda</u>	-	-	<u>1</u>	<u>1</u>
TOTAL		29	29	92	150

Fonte: Relatório do 1. vice governador de Mato Grosso, Estevão Alves Correa, à Assembléia Legislativa em 1925

Elaboração: Ângelo Marcos Arruda

obs: Municípios com grifo são os localizados no território do sul de Mato Grosso e que, a contar de 1979, passaram a pertencer ao território do Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 1924, foram provisoriamente inaugurados os grupos escolares de Aquidauana e de Corumbá em 10 de março, embora somente em 13 de junho tenham entrando em funcionamento e o de Miranda em 14 de julho e pelo Decreto n. 669, de 5 de junho, esses e outros estabelecimentos de ensino, recebem denominação identificando-os com nomes de pessoas do interesse da história e da política do Estado, ficando assim conhecidos:

a) a Escola Modelo de Cuiabá, denomina-se Escola Modelo “Barão de Melgaço e continua anexa à Escola Normal (Figura 165);



Figura 165 – Escola Modelo Barão de Melgaço

b) Grupo Escolar Esperidião Marques, em São Luiz de Cáceres (Figura 166);



Figura 166 – Grupo Escolar de Cáceres

c) Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, em Corumbá (Figura 167);



Figura 167 – Grupo Escolar de Corumbá

d) Grupo Escolar Caetano de Pinto, em Miranda (Figura 168);



Figura 168 – Grupo Escolar de Miranda

e) Grupo Escolar Antônio Corrêa, em Aquidauana (Figura 169 a 171);



Figura 169 – Vista frontal do edifício em Aquidauana

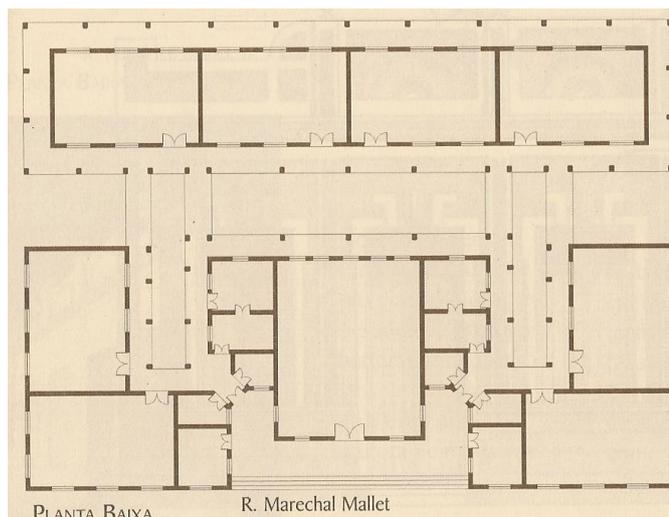


Figura 170 – Planta baixa

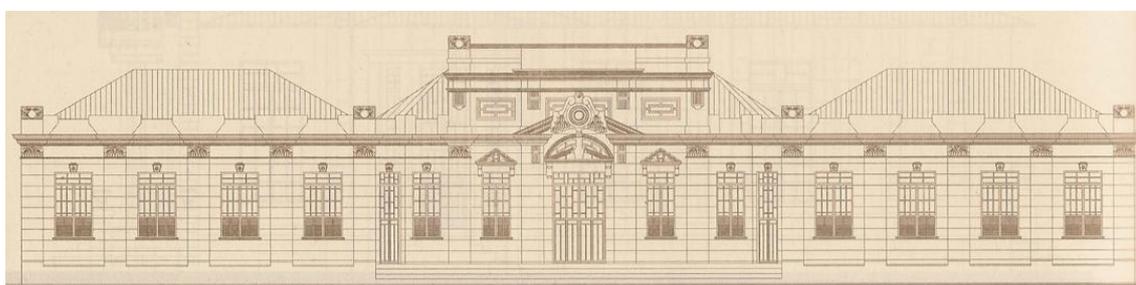


Figura 171– desenho da fachada frontal

- f) Grupo Escolar Joaquim Murтинho, em Campo Grande (Ver no Cap. 5);
- g) Grupo Escolar Afonso Pena em Três Lagoas (Figura 172).

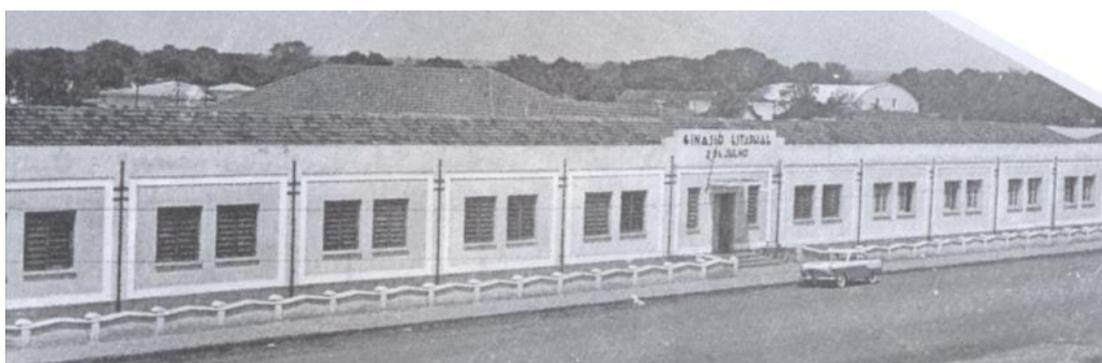


Figura 172 – Grupo Escolar de Três Lagoas

No ano de 1929, a Instrução Pública no Estado de Mato Grosso apresentava 175 escolas isoladas – sendo 32 urbanas, 130 rurais e 13 escolas ambulantes; quatro escolas reunidas – em Livramento, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santana de Paranaíba e Bela Vista e 11 grupos escolares, sendo os dois de Cuiabá e nos municípios de Rosário Doeste, Poconé, Cáceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã com um total de 3.319 matriculas somente

nestes estabelecimentos, sendo os grupos escolares de Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, os mais frequentados, com 1.423, 480 e 304 alunos, respectivamente.

O relatório ainda informava que foi instalada a Escola Normal de Campo Grande no Grupo Escolar Joaquim Murinho e as escolas secundárias agora somavam três unidades, com o Liceu Cuiabano e a Escola Normal da Capital; o edifício do Grupo Escolar do 1. Distrito tinha passado a denominar-se Palácio da Instrução e o Grupo Escolar de Ponta Porã denominava-se “Mendes Gonçalves” (Figura 173).



Figura 173 – Antigo Grupo Escolar Mendes Gonçalves 1934

3.3 REGIÃO NORDESTE

3.3.1 Estado de Alagoas⁵¹

Segundo dados do Relatório do Coronel Pedro Paulino da Fonseca, Diretor de Instrução Pública, encaminhado ao vice-governador do Estado em 1890, no

⁵¹ Durante a maior parte do período colonial, Alagoas fez parte da capitania de Pernambuco. Torna-se um distrito judiciário em 1711 e se separa em 1817 para se tornar uma capitania autônoma. Esta separação foi uma represália do governo central à revolução pernambucana. Com a Independência, em 1822, Alagoas é transformada em uma província. Em 1839, Maceió torna-se a nova capital, no lugar de Alagoas, hoje em dia Marechal Deodoro. Durante o Império, realizaram-se movimentos como a Confederação do Equador e a Cabanagem. Mesmo durante esse período, Alagoas guarda as características econômicas e sociais de seu passado: economia agrária, tendo como base a produção de cana-de-açúcar (Zona da Mata) e do algodão (agreste) com uma pequena industrialização. A sociedade continua dependendo do poder dos coronéis, grandes proprietários de terra e chefes de oligarquias locais. Os dois primeiros presidentes do Brasil republicano eram de Alagoas: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A província tornou-se um Estado durante a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Dados do IBGE apontam que em 1872 havia 348.009 habitantes; em 1890, 511.440; em 1900 eram 649.273 habitantes e em 1920, 978.748. Fonte: www.al.gov.br/historia

Estado de Alagoas, a instrução pública, naquele ano era ministrada pelo Liceu Alagoano (Figura 174), fundado em 1849 e havia 184 escolas públicas primárias com 6.458 alunos matriculados, sendo 3.111 do sexo masculino e 3.347 do sexo feminino. Já a Escola Normal (Figura 175), teve seu regulamento aprovado por ato de 21 de maio de 1890 e começou a funcionar anexa ao Liceu. Esse era o retrato alagoano no início da republicanização da sociedade e do Estado.



Figura 174- Liceu Alagoano em 1901

Na capital funcionavam, ainda, três colégios particulares de instrução primária e secundária e uma escola de ingênuos, subsidiada pelo Poder Público. No interior do Estado havia instrução primária e secundária nas cidades de Penedo, Pilar e São Miguel dos Campos.

No começo do período republicano em Alagoas, esse quadro da educação pública era insuficiente para atender as necessidades da população e, segundo o Relatório, havia constantes reclamações para criação de novas escolas, mas que, devido à falta de recursos, não era possível resolver aqueles problemas.



Figura 175 - Escola Normal em Maceió

O Regulamento da Instrução Pública alagoana somente foi aprovado pelo Decreto n. 601, de 11 de novembro de 1912 e reformado pelo Decreto n. 651 de 11 de abril de 1913. Com ele, foi criado um Fundo Escolar, capaz de destinar recursos para a promoção e o desenvolvimento do ensino primário, aplicando no melhoramento material das escolas existentes, na instalação e aquisição de outros, de mobília, de material técnico, de construção de casas escolares e de roupa para alunos pobres e desvalidos.

O Decreto, de 1912, instituiu a organização da educação alagoana. Assim, era essa a nova estrutura da educação:

- a) a Escola Normal, para a preparação de professores;
- b) a Escola Modelo, que funcionaria anexa à Escola Normal, para que os alunos pudessem acompanhar os trabalhos e fazer exercícios práticos;
- c) os Grupos Escolares, com classes graduadas em quatro anos de curso preliminar e
- d) as escolas isoladas, ambulantes e subvencionadas.

Para agilizar os procedimentos, em 1913 foram criadas 38 escolas subvencionadas em diversas localidades do Estado e, destas, 23 foram colocadas em funcionamento no mesmo ano.

Ainda em 1913, os primeiros grupos escolares foram criados e instalados: o n.1, em Maceió e o n. 2 em Pajuçara.

O ensino secundário, ministrado oficialmente no Liceu Alagoano⁵², foi reorganizado e, com ele, novo prédio instala-se para abrigar essa instituição de educação.

Já no Relatório de 1920, o governador José Fernandes de Barros Lima, informou que a população daquele Estado em 1917 era estimada em 956 mil habitantes com uma população matriculada nas escolas primárias, de 13.920, que estava acontecendo aumento anual de desembolso financeiro para aplicar na instrução pública e, com isso, o número de escolas públicas isoladas era de 232 e 50 subvencionadas. Permanecia o Liceu Alagoano - equipado ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro pelo Decreto de 12 de agosto de 1918, a Escola Normal e a Escola Modelo e os grupos escolares, como a estrutura de educação alagoana.

⁵² Hoje funciona a Escola Estadual Professor Edmilson de Vasconcelos Pontes, antigo Lyceu Alagoano, que comemorou 160 anos em 2009 e que é um patrimônio histórico e cultural de Alagoas de nota.

O Governador afirmava, também, que a norma daquela década determinava o número de 35 alunos por escola subvencionada ou isolada e, mesmo assim, havia pouco interesse de professores organizarem o ensino em pequenos lugarejos ou vilas e que, para resolver esse problema, “urgia uma reforma radical”, mas não indicava qual seria.

Em 1925, outra norma para a Instrução Pública, agora com a Lei n. 1.018, de 14 de junho de 1924, novas nomeações de diretores, planos elaborados, tudo para fazer implementar o ensino obrigatório e gratuito, previsto na Constituição alagoana e nessa reforma, mais uma vez, a Escola Normal é adaptada a nova norma que “exige prédios amplos e confortáveis, capazes de conter uma grande quantidade de alunos e de lhes proporcionar ambiente adequado..” (p. 39).

Naquele ano de 1925, a Escola Normal funcionava anexa ao Liceu, “em prédio estreito, mal iluminado, mal dividido, mal adaptado; não tem acomodações reclamadas não só pelo número de alunos como pelo número de disciplinas” (id. P 39). Vejo nessa análise do presidente do Estado, Pedro da Costa Rego, uma preocupação com o espaço arquitetônico da Escola Normal ao se deparar com as normas legais em vigor e assim, funcionar como anexo a um prédio já instalado para outra função, exigia do ambiente arquitetônico, adaptações impossíveis de se realizar. Assim ele confirma:

“É indiscutível a urgência da construção de um edifício com os requisitos que falta ao atual, inclusive espaço onde possa funcionar com regularidade a escola de aplicação, que o regulamento exige do aluno, em dois anos consecutivos do curso. Além disso acha-se a escola normal desprovida de aparelhos para as demonstrações práticas de cosmografia, história natural, física e química, exercícios de desenho e aparelhos auxiliares de ginástica e jogos. Temos portanto ... os fundamentos de uma outra e completamente nova”.

Essa articulação entre a norma educacional e o edifício, seus espaços e sua arquitetura, veio exigir do diretor de Instrução Pública, por determinação legal e governamental, soluções arquitetônicas que introduziram o conceito de edifício escolar. No depoimento acima, vemos a presença de um programa de necessidade novo para um edifício antigo, projetado e erguido sem as preocupações dessa nova norma educacional, que propugnava laboratórios para novas práticas e disciplinas e especialmente, espaços qualificados internos para as práticas de ginástica e esportes. Nascia com esses conceitos uma nova forma de fazer o edifício escolar.

Para completar, funcionava também no edifício do Liceu, além da Escola Normal, o Grupo Escolar Fernandes Lima. O Relatório, ainda diz:

Contratei a remodelação, concertos e pintura geral do edifício, onde também funciona o Grupo Escolar Fernandes Lima, despendendo-se nessas obras a importância de 39 mil réis. O edifício, sob o ponto de vista pedagógico e quanto às exigências de higiene, reúne hoje as condições indispensáveis ao funcionamento regular do Liceu, no primeiro andar e do grupo escolar, no pavimento térreo. Terminadas as obras, mandei reparar os poucos móveis aproveitáveis e contratei o fornecimento de novo mobiliário, que foi fabricado de acordo com os preceitos da pedagogia moderna. Já tomei as providências para a instalação da luz elétrica e aparelho telefônico no prédio.

O Regulamento da Instrução Pública de Alagoas, presente na Lei n. 1.018/24 foi regulamentado pelo Decreto n. 1.140 de 19 de setembro de 1925, compreendendo o ensino primário, complementar, profissional e secundário e foi esse Decreto que trouxe o conteúdo normativo para a nova prática da educação.

O curso primário abrangia o curso infantil – crianças de 5 a 7 anos, e o fundamental, em escolas urbanas e rurais agrupadas ou isoladas. As escolas agrupadas obedeceriam à seriação da matéria num curso de quatro anos, três primários e um complementar; as escolas reunidas poderiam seriar ou não as matérias em seus cursos de três anos primários da mesma maneira que as escolas isoladas, urbanas ou rurais.

Esse regulamento, detalhado a partir da página 30 do Relatório de 1925, demonstrou a oportunidade de complementar a Lei 1.018 com informações, regras e novas práticas que deveriam ser alcançadas. A instalação de grupos escolares no interior, por exemplo, somente seria admitida quando o censo escolar acusasse a existência de pelo menos, 320 menores de ambos os sexos, com idade de 7 a 12 anos para os meninos e 14 para as meninas e mais:

A preferência para a criação de grupos escolares onde eles ainda não existam é dada aos municípios que concorrem com a terça parte da despesa orçada e com o terreno para as instalações ou com prédio existente facilmente adaptável.

No final do ano de 1925, havia em Alagoas os grupos escolares Fernandes Lima, Pedro II (Figura 176), Cincinato Pinto, Diegues Junior e Thomaz Espindola, funcionando na capital, Maceió. Edifícios de arquitetura em estilo eclético, localizados em áreas centrais da cidade, nos bairros Pajuçara, Farol e Bom Parto. No

interior do Estado ainda havia os projetos arquitetônicos para a construção dos grupos escolares das cidades de Penedo, Pilar e Leopoldina.



Figura 176 - Escola Normal e Grupo Escolar D. Pedro II atual Academia Alagoana de Letras

A estatística escolar apontava naquele ano uma quantidade de crianças em idade escolar de 45.929, sendo 28.854, analfabetas, portanto uma taxa de alfabetismo entre crianças de 31% e nesse quadro, a quantidade de escolas para abrigar as crianças era tema de todos os relatórios de 1925 até 1930, ficando evidente a importância da escola isolada para cobrir as deficiências existentes em todos esses anos.

Conforme Souza (1998), a escola isolada não desapareceu do calendário e das normas educacionais e foi importante para levar ensino a locais onde o Estado não supria com grupos escolares. A escola isolada não era um edifício escolar projetado e sim um espaço do professor.

Dados da Diretoria de Instrução Pública indicavam que, em 31 de dezembro de 1926, havia no Estado de Alagoas, 411 escolas primárias com 558 professores, sendo 341 oficiais e destas 7 grupos escolares – sendo 4 na capital e 3 no interior em União dos Palmares, Capela e Camaragibe, e 334 eram escolas isoladas das quais 70 do sexo masculino, 68 do sexo feminino e 196 mistas com 25.905 crianças sendo 10.519 do sexo masculino e 15.386 do sexo feminino e que havia mais de 16 mil crianças fora das salas de aula. Em 1930, esse quadro se alterou e o Estado passou a ter 10 grupos escolares, sendo cinco na capital – criando um grupo escolar em Levada, bairro da capital no prédio, onde funcionavam as escolas reunidas do bairro,

e cinco no interior – cria-se o Grupo Escolar Oliveira e Silva, em Pilar, e o Grupo Escolar Clementino do Monte, em Penedo.

3.3.2 - Estado do Maranhão⁵³

Em 1890, o Dr. José Thomaz da Porciúncula passou a administração do Estado do Maranhão para Augusto Olympio Gomes de Castro, e seu relatório de instrução pública aponta que o ensino secundário do Estado fora entregue ao Liceu Maranhense⁵⁴, que funcionava num prédio particular alugado, localizado na Rua Formosa, e que o Liceu necessitava de um prédio novo. A instrução pública do Estado baseava-se no Regulamento anexo ao Decreto n. 21 de 15 de abril de 1890, organizado pelo Conselho Superior. Além do Liceu, funcionava a Escola Normal; ambos dividiam o ensino público em primário, secundário e técnico. O relatório não aborda as escolas primárias do Estado.

Em 1891, o governador Lourenço Augusto baixou o Decreto n. 94, de 1 de setembro e, com ele, determinou que o ensino seria leigo, gratuito e obrigatório determinando, ainda, que os municípios fossem responsáveis pela instrução primária e o Estado, ao seu critério, poderia criar e manter esse serviço público.

⁵³ Os espanhóis foram os primeiros europeus a chegarem à região onde hoje se encontra o Estado do Maranhão mas foram os franceses que realizaram a ocupação efetiva iniciada em 1612, quando 500 deles chegaram em três navios e fundaram a França Equinocial. Seguiram-se lutas e tréguas entre portugueses e franceses até 1615, quando os primeiros retomaram definitivamente à colônia. Em 1621, foi instituído o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com o objetivo de melhorar as defesas da costa e os contatos com a metrópole, uma vez que as relações com a capital da colônia, Salvador, localizada na costa leste do oceano Atlântico, eram dificultadas, pelas correntes marítimas. Em 1641, os holandeses invadiram a região e ocuparam a ilha de São Luiz, nomeando o povoado em homenagem ao rei Luiz XIII. Três anos depois, foram expulsos pelos portugueses. A separação do Maranhão e Pará ocorreu em 1774, após a consolidação do domínio português na região. A forte influência portuguesa no Maranhão fez com que o Estado só aceitasse em 1823, após intervenção armada, a independência do Brasil de Portugal, ocorrida em 7 de setembro de 1822. No século XVII, a base da economia do Estado encontrava-se na produção do açúcar, cravo, canela e pimenta; no século XVIII, surgiram o arroz e o algodão, que vieram a se somar ao açúcar, constituindo-se esses três produtos a base da economia escravocrata do século XIX. Com a abolição da escravatura, a 13 de maio de 1888, o Estado enfrentou um período de decadência econômica do qual viria a se recuperar no final da primeira década do século XX, quando teve início o processo de industrialização, a partir da produção têxtil. São Luiz, capital do Estado, é uma cidade que herdou de seus antepassados um conjunto arquitetônico colonial de influência ibérica sem precedentes na América Latina, tanto pela sua extensão, como por sua homogeneidade. Fonte www.ma.gov.br

⁵⁴ Foi fundado em 24 de julho de 1838, pela Lei Provincial N°77, assinada pelo então presidente da Província, comendador Vicente Tomás Pires de Figueredo Camargo. É a segunda Escola pública criada no Brasil, logo após o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, fundado em 1837.



Figura 177 - Liceu Maranhense – edifício de 1941 no Parque Urbano dos Santos

Em 1896, por meio de lei estadual, foi criada a Escola Modelo que trouxe inovações ao unificar o ensino primário destinado aos dois sexos e ofertar ensino seriado em sete anos, iniciando o processo de acabar com a memorização do ensino e utilizar somente normalistas para educar. Essa escola, anos depois, passou a ser conhecida como Escola Modelo Benedito Leite e ocupou um prédio projetado, em terreno de esquina, onde hoje é a Faculdade de Odontologia do Maranhão (Figura 177 a 180).



Figura 178– Escola Modelo do Maranhão



Figura 179 – Praça Benedito Leite – escola alugada ao fundo



Figuras 180 e 181 – Escola Modelo Benedito Leite

Mas foi com a Lei n. 323, de 26 de março de 1903, que a instrução pública maranhense tomou novos rumos. Além de ter autorizado a criação de grupos escolares na capital, São Luiz (no interior somente dois anos depois com a Lei n. 363, de 26/03/1905), a lei ainda autorizou a converter em grupos escolares as escolas estaduais existentes na periferia de São Luiz e estabeleceu que cada grupo englobaria três escolas, dentre outras medidas, com a Escola Modelo sendo a coordenadora dos processos educativos.

Assim, pela Lei n. 323, foram criados o Primeiro e Segundo Grupo Escolar da Capital e os mesmos passaram a funcionar o primeiro, em prédio da escola estadual, na Rua do Sol e o segundo, em outra escola, na Rua Grande, no centro da cidade.

O Regulamento dos Grupos Escolares era bastante detalhado. Cuidava das matérias, do funcionamento de horários, do calendário escolar, das matrículas, dos exames, do número de alunos por classe, das notas, enfim, de toda a organização do ensino primário, tomando sempre como base as instruções da Escola Modelo e somente foi alterado em 1923, com o Decreto n. 616, de 15 de fevereiro, que organizou o ensino primário em curso elementar (dos cinco aos sete anos) e complementar (dos sete aos doze anos). A lei era um avanço, como comenta Motta (2006, p. 149):

Nessa ocasião, os grupos escolares e a Escola Modelo Benedito Leite se tornaram espaços de inovações, constituindo referência para os demais estabelecimentos de ensino. Tanto que o artigo 39 determina a convocação anual de professores do interior para examinarem as inovações e os exercícios pedagógicos em ambas as instituições... Paralelamente surgem as escolas urbanas (mistas de duas classes, regidas por uma professora) e rurais (mistas de três classes).

Os dois grupos escolares criados pela Lei n. 323 passaram a denominar-se Almeida Oliveira, da Rua do Sol e o da Rua Grande passou a ser o Almir Nina. Além desses, o Estado administrava as Escolas Estaduais Nina Rodrigues, Pedro Leal, Bequimão e Raymundo Correa, todas em São Luiz, em bairros mais afastados do centro.

O balanço do presidente do Estado, Urbano Santos da Costa Araújo, em 1920, apontou que, em São Luiz, o Estado tinha, além do Liceu e da Escola Modelo, nove grupos escolares e as quatro escolas isoladas anteriormente citadas. No interior, apenas um grupo escolar em Caxias além de 20 Externatos, 119 escolas mistas e outras 34 do sexo masculino.



Figura 182- Grupo Escolar Almeida Oliveira

No ano de 1925, Godofredo Mendes Vianna, presidente do Estado, anunciou que a instrução pública continuava sob a égide do Decreto n. 616, de 1923 e que o Estado havia criado, em 1924, escolas do sexo masculino em nove cidades além de uma no bairro do Desterro em São Luiz e outras dez mistas. Apenas um Grupo Escolar foi criado, no município de São Bento, em prédio construído pela Prefeitura com auxílio do Estado. O Presidente ainda afirma:

Realmente, é um curso de maior aproveitamento dos alunos; mas acontece que o custeio de um grupo escolar, em qualquer localidade do interior, exige a supressão das escolas isoladas locais. Cada grupo pode ter até 150 alunos, ao passo que nas escolas isoladas de um só mestre, se matriculam mais de 30 alunos. À primeira vista parece que há vantagem na criação dos grupos. Entretanto, deixando de lado a parte financeira do problema, visto que a manutenção de um grupo escolar é mais pesada ao Estado, ver-se-á que, para a difusão do ensino, é preferível criar escolas isoladas. Com efeito, com o pessoal de um grupo podem abrir-se 5 escolas isoladas, enquanto em cada grupo só se matriculam 30 alunos, pois a matrícula se faz no primeiro ano, nas cinco escolas isoladas, matriculam-se 150.



Figura 183 - Antiga Escola de São Bento

Anos depois, J. Magalhães de Almeida, apresentando o Relatório em 1930, destacou que a Instrução Pública já tinha outro regulamento – os Decretos n.1.141 e n. 1.142, de 8 de abril de 1927 e o n. 1.153, de 4 de junho de 1927, e que esses tinham contribuído para a difusão do ensino, apesar dos poucos recursos orçamentários estaduais disponíveis para investimentos em educação. Não obstante, a política de criar escolas isoladas, se mantinha. Voltando-se para o interior do Estado, o presidente do Estado anunciava 41 escolas isoladas além da transferência de outras 5 escolas de uma cidade para outra vizinha.

3.3.3 Estado de Sergipe⁵⁵

Diversas tentativas de organizar o ensino secundário foram iniciadas em Sergipe, ainda durante o Império, entretanto sua existência foi efêmera, a exemplo do

⁵⁵ Por ordem da Coroa portuguesa, Cristóvão de Barros fundou o Arraial de São Cristóvão, sede da capitania, à qual deu o nome de Sergipe Del Rey. Em 1696 foi criada a comarca de Sergipe, separada da Capitania da Bahia. Em seguida, surgem as vilas de Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Vila Nova do São Francisco e Santo Amaro das Brotas. A autonomia durou pouco, e em 1763 Sergipe foi novamente anexado à Capitania da Bahia. Com a capacidade econômica de Sergipe, que era responsável por um terço da produção açucareira baiana, as constantes intervenções na vida sergipana provocaram vários protestos contra a dependência. Em 8 de julho de 1820, Sergipe volta a ser autônomo, elevado à categoria de Província do Império do Brasil. A prosperidade com a produção e exportação de açúcar leva à transferência, em 1855, da capital, São Cristóvão, para o povoado de Santo Antônio de Aracaju. A nova capital é uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, com seu traçado geométrico de ruas direcionadas às margens do rio Sergipe. Em 1892 é promulgada a primeira Constituição do Estado de Sergipe. Fonte: www.se.gov.br acesso em setembro de 2009.

Liceu de São Cristóvão, que funcionou de 1833 a 1835 e de 1847 a 1855, da Escola Normal, criada em 1838 que não chegou a funcionar e do Liceu Sergipense, que apenas exerceu suas atividades de 1862 a 1864.

A partir de 1870, com a fundação do Atheneu Sergipense e da Escola Normal, foi regularizado o ensino médio ao tempo em que aumentou o número de instituições de ensino. Nos últimos anos do Império, o ensino secundário público era ministrado na Escola Normal de 2º Grau. Com a resolução nº 1.341, de 31 de agosto de 1888, ficou o presidente do Estado autorizado a reorganizar o ensino secundário, de acordo com o programa do Governo Imperial, e voltou a denominar-se Atheneu Sergipense⁵⁶. Era um edifício de dois pavimentos em estilo neoclássico (Figura 184), ocupando a Praça Gracho Cardoso, no bairro de São José, área central da cidade de Aracaju, com ornamentos definidos e uma grande águia emoldurando o frontão principal.



Figura 184 - Prédio do Atheneu Sergipense

Já em relação à Escola Normal⁵⁷, de acordo com Nascimento (2006), a partir da década de 1910, “inaugurou-se o novo prédio. Amplo, bem localizado, obedecendo à planta do Major de Engenharia José Calazans e executada pelo engenheiro Tenente Firmo Freire do Nascimento”. O prédio (Figura 185 e 186) foi

⁵⁶ Foi criado pelo Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe em 24 de outubro de 1870. Substituindo a legislação de 1858, o novo regulamento resolveu alguns problemas e um deles foi a “*a atenção voltada para o ensino secundário, expressa no art. 17, ao criar o Atheneu Sergipense, abrangendo o curso de Humanidades e o da Escola Normal*”. A sua instalação, ocorrida efetivamente em 03 de fevereiro de 1871, repercutiu na sociedade aracajuana. O Atheneu Sergipense prepararia a intelectualidade sergipana. Era nas disciplinas oferecidas para o funcionamento do Atheneu que se percebia a apropriação de um ideário pedagógico iluminista em sua base. Gally, Christianne de Menezes. A Transmissão da Cultura no Atheneu Sergipense: o Prof. Brício Cardoso e seu tratado de Língua Vernácula. UFS

⁵⁷ A primeira Escola Normal em Sergipe surgiu em 1871 funcionando no prédio do Atheneu Sergipense. O curso era ofertado somente para os rapazes e, em 1877 funcionando no Asilo N.S. da Pureza, surgiu o curso normal para moças. A escola foi de vital importância para a instrução pública, principalmente no que se refere à democratização e interiorização do ensino no estado, pois eram as normalistas recém-formadas que se aventuravam a ir para os sertões iniciar a instrução pública nesses rincões, esta teve seu apogeu educacional na primeira metade do século, na qual constituía um espaço de formação e profissionalização para as mulheres sergipanas. www.aracaju.se.gov.br

instalado na Praça Olímpio Campos e predominavam três cúpulas com arremates lembrando edifícios neoclássicos do Rio de Janeiro.



Figura 185 - Prédio da Escola Normal



Figura 186- Prédio da Escola Normal vista pelo pátio – Atual Casa de Cultura

Para Oliveira (2006), o regime republicano, em Sergipe, não encontrou resistência que pudesse comprometer a sua implantação.

A adesão foi imediata. Na configuração política das adesões se juntam, para dar nova configuração ao regime, os republicanos convictos, os ex-monarquistas que participaram do movimento e os ex-monarquistas que aderiram depois dele, a exemplo de padre Olímpio Campos e José Luiz Coelho e Campos, notórios monarchistas. Os novos líderes que exerceram o controle do Governo Republicano em Sergipe, em sua maioria, eram militares ex-servidores da Monarquia que revestidos de nova retórica enalteciam o novo regime e denunciavam a Monarquia.

Com isso, os novos governantes, após 1890, no que tange à instrução pública, trataram imediatamente de promover reformas com a finalidade de colocar

em prática os novos ideais republicanos e, para tanto, o primeiro presidente designou uma comissão composta por Gumercindo Bessa, Tomás Leopoldo e Alfredo Montes para estudar uma reforma educacional e logo a Reforma do Ensino foi oficializada por meio do Decreto nº 30, de 14 de março de 1890, com o título de Regulamento à Instrução Pública.

O Estado de Sergipe tinha uma estrutura educacional no início do século XX, em 1905, que contava com o Ateneu Sergipense (57 alunos) e a Escola Normal (com 64 alunos), com as suas funções secundárias e de formação de professores e no campo do ensino primário composta por 190 cadeiras isoladas frequentadas por 4.285 alunos. No relatório de 1908, o presidente do Estado Guilherme de Souza Campos, afirmava ainda que os municípios não estavam contribuindo com o cumprimento da Constituição federal de 1891 que determinava o ensino leigo, gratuito e com autonomia municipal para a instrução primária.

Com esse quadro, o presidente do Estado, em 1909, segundo Nascimento (2006), foi buscar em São Paulo, o professor Carlos da Silveira para reorganizar a instrução pública e este propôs um plano que previa a construção de grupos escolares, a adoção de novos métodos de ensino, dentre outras e seu projeto somente veio a se concretizar uns cinco anos depois de seu retorno para São Paulo, em 1910.

No relatório de 1910, do presidente do Estado José Rodrigues da Costa Faria, dizia que os recursos do orçamento não davam conta de melhorar as condições das aulas primárias, “que continuam a funcionar em prédios impróprios, acanhados, quentes, quase sem mobília”. A baixa frequência também era uma reclamação do relatório e, a ausência de homens na Escola Normal, forçando-a suprimir as aulas naquele estabelecimento. Ainda comentava:

As escolas primárias têm sido amontoadas nas localidades vizinhas à capital: Propriá, com população superior a Maroim e Laranjeiras, tem 4 escolas ao passo que a primeira destas cidades tem 8 a última, 9. Riachuelo e São Cristóvão, com população inferior a qualquer uma delas tem 5 escolas cada uma. O ensino obtido por métodos atrasados, não corresponde aos gastos que o Estado faz com este ramo de serviço.

No governo do General Manuel de Oliveira Valladão, assumiu a Diretoria de Instrução Pública Helvécio de Andrade⁵⁸, e, em 1914, um novo Regulamento da

⁵⁸ Foi professor e diretor da Escola Normal e Delegado federal junto ao Ateneu Sergipense. Ativista do Centro Socialista Sergipano e fundador da Academia Sergipana de Letras. Foi Diretor de Instrução Pública entre os anos de 1913 a 1918 e de 1930 a 1935.

Instrução Pública sergipana foi editado, pela Lei n. 663, de 28 de julho, regulamentada pelo Decreto n. 587, de 9 de janeiro de 1915. Para Nascimento (2006), o papel de Helvécio nas mudanças ocorridas no ensino primário e na instalação de grupos escolares foi central, pois foi durante seu primeiro mandato que surgiram e se espalharam esses edifícios.

O primeiro grupo escolar de Sergipe foi erguido em Aracaju denominado Modelo (Figura 187), criado em 1910 e inaugurado em 1911, anexo à Escola Normal. Foi pensado como “campo de aplicação para as normalistas e deveria regular o funcionamento dos demais grupos escolares” (Nascimento, 2006 p. 159); o segundo foi o Grupo escolar Central, depois denominado de Grupo Escolar General Siqueira (Figura 188), localizado na Rua Itabaiana, no centro da cidade, tendo funcionado por lá até 1925 quando o prédio foi ocupado pelo Quartel da Polícia Militar.



Figura 187 - Grupo Escolar Modelo



Figura 188 – Grupo General Siqueira

No Relatório de 1915, o presidente do Estado, General Valladão, informava que o ensino primário no Estado era ministrado por 221 escolas isoladas e 2 grupos escolares— referindo-se ao Modelo (Figura 4) e ao General Siqueira (Figura 5), que matricularam 9.243 alunos, embora com uma frequência de 5.812 alunos e com a população do Estado estimada para aquele ano em 400 mil pessoas: uma escola para cada 1.709 habitantes.

Logo depois foram criados os grupos Barão de Maroim (Figura 189 e 190), General Valadão (Figura 191), Coelho e Campos, este no município de Capela, no interior do Estado.

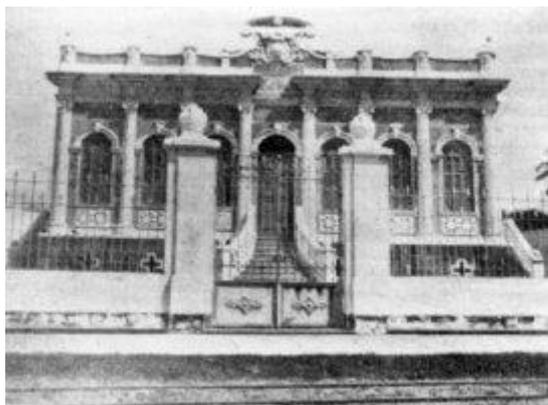


Figura 189 - Grupo Barão de Maroim



Figura 190 – Grupo General Valladão

Figura 191. Barão de Maroim, em 2001⁵⁹

De acordo com descrição de Nunes (1984), a fachada principal do Grupo Escolar Barão de Maroim era em estilo neoclássico, com oito colunas jônicas e seis janelas.

Na parte central superior da fachada havia a data da construção e o nome do grupo. Nas laterais e na parte central havia escadas que davam acesso ao edifício. O prédio também correspondia aos novos preceitos pedagógicos, uma vez que as janelas eram altas para evitar a distração dos alunos. Outros sinais da preocupação com a aprendizagem eram as salas amplas, confortáveis e arejadas, a iluminação adequada e o pátio para o recreio.

O grupo escolar General Valadão foi inaugurado em 1918. O edifício foi implantado na Praça Pinheiro Machado, local de importante zona de expansão residencial da cidade. Comentando a obra, jornal da época dizia:

⁵⁹ Posteriormente nele funcionou a Faculdade de Direito e atualmente é sede do Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe. Tombado pelo governo do estado através do decreto nº4.989, de 23 de abril de 1981. Av. Ivo do Prado, nº 612 - Centro Histórico de Aracaju.

A sua construção deveu-se à iniciativa particular. Os sócios do extinto Comício Agrícola, uma associação de proprietários de terra existente desde o Império, destinaram à construção de uma escola os recursos da Associação. O jornal Correio de Aracaju ampliou a idéia, numa campanha de donativos para um Grupo que deveria denominar-se "Gal. Valladolid" homenageando o chefe político e presidente do Estado. Porém, quando já tinha sido iniciada a construção do prédio, para que esta fosse terminada dentro de um menor espaço de tempo e também pela grande exigência de recursos financeiros para atender às proporções da obra, os promotores do projeto resolveram doá-lo ao Governo, que se responsabilizou pela conclusão do empreendimento (Cf. AZEVEDO, Crislane Barbosa de. 2003. "General Valladolid": 85 anos de história em Aracaju. In: Jornal da Cidade. Aracaju, 11 de setembro. Caderno B - Cidades. B-6, apud Nascimento).

Apesar de o projeto de criação de grupos escolares ter entusiasmado as lideranças políticas e intelectuais sergipanas, conforme Nunes (1984), como a solução para o problema das escolas isoladas, os custos financeiros de sua construção eram o principal elemento do discurso daqueles que não viam com entusiasmo o modelo paulista que estava sendo trazido para Sergipe. A alegação evidenciava as dificuldades financeiras do Estado. O alto custo dos prédios era questionado, e chegaram a pensar em outras alternativas para a formação de novas instituições escolares.

Entretanto, no relatório de 1919, o diretor de Instrução Pública, Antônio Xavier de Assis, comentava positivamente:

São justamente os grupos escolares que podem fomentar com segurança os progressos da instrução popular. O ensino isolado é trabalhoso, requer duplicado esforço do professor e não poucas vezes deixa as coisas em meio caminho. Não quero dizer que se pense em acabar de vez com o ensino isolado, pois este se impõe, por enquanto, na maioria das casas, mas que a criação de grupos é uma necessidade, onde quer que se possam reunir pelo menos seis escolas.

Foi na gestão do presidente Graccho Cardoso que a expansão de grupos escolares ocorreu em Sergipe. No seu relatório aparece a criação de dois grupos na capital – o Manoel Luiz e o José Augusto Ferraz, e no interior a instalação de outras 13 escolas. Com isso, além de ter favorecido a expansão de uma rede de grupos escolares, Graccho deixou suas marcas nos edifícios novos e na reforma dos antigos: uma águia em argamassa armada era colocada no frontão dos edifícios para identificá-lo com as obras e a localização dos prédios era sempre em áreas centrais com a finalidade de aumentar a visibilidade para a população das suas obras e das obras da República (Berger e Almeida, 2003).

Ao final de década de 1920, o relatório apontou que estavam em funcionamento no Estado 14 grupos escolares sendo cinco na capital – General Siqueira, General Valladão, Barão de Maroim, Manoel Luiz e José Augusto Ferraz e mais nove no interior; o Severiano Cardoso, em Boquim (Figura 192), o Coelho e Campos, em Capela, o Gumercindo Bessa, em Estancia, o João Ribeiro, em Itabaiana, outro João Ribeiro, em Laranjeiras, o Silvio Romero, em Lagarto, o Padre Dantas, em Maroim, o Olímpio Campos, em Neópolis, o João Fernandes, em Propriá, o Francisco Leite, em Riachuelo, o Vigário Barroso, em São Cristovão, e o Fausto Cardoso, em Simão Dias.



Figura 192 – Grupo Escolar em Boquim

O Grupo Escolar Coelho e Campos foi criado pelo Decreto n. 679 de 30 de setembro de 1918, e passou a funcionar em edifício residencial doado pelo do ministro José Luiz Coelho e Campos, com quatro salas de aula para atender as quatro séries do curso primário. Nascimento (2006) comenta:

Era um sobrado de dois andares, construído de taipa, com janelas, um banheiro e uma porta. O piso era em assoalho de madeira. O edifício mantinha características da arquitetura colonial, apesar de ter sofrido adaptações internas para o funcionamento da instituição escolar. As adaptações internas acompanhavam o padrão da modernidade pedagógica adotado naquele período. Com sua imponente arquitetura e localização o Grupo atendia aos requisitos exigidos pelas novas políticas educacionais

Em 1930, Aracaju já era o maior centro urbano do Estado e a cidade mais industrializada de Sergipe. É nessa fase que os governantes preocuparam-se com o aspecto urbano, e isso se configurou num ordenamento espacial mais condizente com as novas necessidades.

A modernização implicava obras de infraestrutura para o abastecimento de água, esgotos, energia elétrica, rede telefônica, rede urbana de transporte coletivo, e tais obras teriam que manter o embelezamento das praças e ajardinamentos.

O antigo prédio do Ateneu (Figura 193), nesse momento, carecia de reformas para comportar maior número de alunos e recebeu, nos meados dessa década, um segundo pavimento, passando do estilo neoclássico para o Art Déco.

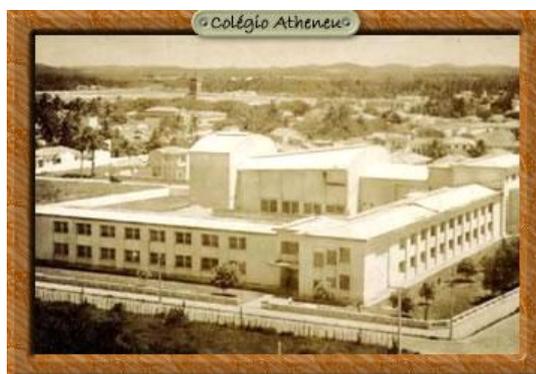


Figura 193– O Ateneu nos anos 1930

3.3.4 Estado da Bahia⁶⁰

Historicamente, a legislação baiana dedicada à instrução pública no período republicano organizou-se mediante diversas tensões políticas criadas no fim do período imperial e que se sobrepõem ao período pós 1889. Em 18 de agosto de

⁶⁰ A história da Bahia se confunde com a história do Brasil, do seu território, desde a chegada em Porto Seguro, a 22 de abril de 1500, pelo português Pedro Álvares Cabral, até a sua condição de colônia onde, a Bahia, foi capital da colônia, durante dois séculos e meio sediou a Governadoria Geral em 1549 pelo 1º Governador Geral - Tomé de Souza vários aspectos da vida econômica foram sendo implantados em todo o seu território, mediante mão-de-obra escrava e indígena. Depois com D. João III, escolheu a capitania da Baía de Todos os Santos, para instalar a sede do governo-geral. Foi no governo de Duarte da Costa tomou impulso a catequese, sobressaindo a figura de Nóbrega, que promoveu a construção do Colégio dos Meninos, primeiro edifício dedicado à educação no país no Terreiro de Jesus. Invasão por piratas ingleses e franceses e por holandeses e teve na Revolução dos Alfaiates ou Conjuração Baiana dois palcos de muita luta. Foi com a chegada de D. João VI ao Brasil que o Estado começa a perder para o Rio. Outra luta importante foi a Sabinada uma pela proclamação da república que ocorreu na Bahia durante a Regência, assim designada tendo em vista o nome de seu chefe Sabino Vieira. Originou-se de crise econômica da província, expressando o protesto das camadas populares de Salvador contra a carestia de vida e o rígido centralismo monárquico, inspirada na Guerra dos Farrapos. A província da Bahia e seus presidentes - O Brasil-Império (1824/1889 criou 20 províncias, sendo 4 no Sul, 3 do Norte, 3 no Leste, 2 no Centro Oeste e 8 no Nordeste. Estas províncias duraram até 1889, transformadas em Estados, quando o Brasil recebeu a denominação de República dos Estados Unidos do Brasil, hoje República Federativa do Brasil. As províncias eram governadas por um mandatário que tinha o cargo de Presidente. A predominância conjunta de mestiços e negros no estado deveu-se ao fator histórico do intenso tráfico de escravos realizado no período colonial. A partir deste aspecto, um grande fluxo migratório não espontâneo proveniente da África dirigiu-se à Bahia. Nesta época, tratando-se de uma região de grande importância na economia colonial, grande quantidade de mão-de-obra escrava era requisitada. Como consequência, na Bahia atual percebe-se uma grande mestiçagem cultural e étnica: muitos aspectos das religiões africanas foram cultivados e sincretizados em relação à religião oficial do colonizador, que não aceitava a religião dos escravos. Desta forma, muitos santos católicos têm correspondência a entidades espirituais cultivadas pela religiosidade africana. Fonte: www.ba.gov.br

1890⁶¹ entrou em vigor uma reforma da instrução pública editada sob orientação do Diretor Sátiro de Oliveira Dias. Meses depois outro ato extinguiu o Liceu Provincial da Bahia (Figura 194) transformando-o em Instituto Oficial de Ensino Secundário, apenas uma nova denominação, pois o edifício era o mesmo. É um dos mais antigos espaços educacionais baianos, tendo iniciado seu funcionamento no Império em 1837⁶². A reforma criou ainda duas escolas normais em regime de externato: o Externato Normal de Homens e o Externato Normal de Senhoras.



Figura 194 - Liceu Provincial - Pelourinho

⁶¹ Depois de promulgada a constituição do estado da Bahia em 2 de julho de 1890, estas reformas educacionais postas em vigor por autorização do Poder Executivo no governo Provisório tiveram que ser votadas pelo Senado e Câmara de Deputados, mas por discussões e divergências acabaram se tornando lei só em 1895, a nº 117 de 24 de agosto. A lei orgânica de ensino de 1895 só foi modificada pela lei nº 579, de 4 de agosto de 1904, no governo estadual de José Marcelino de Souza. No governo de Luís Viana (de 28 de maio de 1896 a 28 de maio de 1900) instalou-se solenemente a Escola Politécnica da Bahia, no dia 14 de março de 1897, num palacete à Rua das Laranjeiras. Suas aulas tiveram início no dia seguinte. Em 9 de maio de 1908 foi equiparada a sua congênera federal e em 1900 mudava-se para palacete do largo da Piedade, tendo, em 1905, adquirido um edifício no largo de São Pedro n. 57, onde se instalou definitivamente (Escola Politécnica e Instituto Politécnico da Bahia). No ano de 1905, a 7 de fevereiro, foi criada, e, a 12 de março, inaugurada a Escola Comercial da Bahia, destinada à educação superior do Comércio. Inicialmente instalada no pavimento superior do prédio n. 21 da Rua Chile, passou a funcionar, desde 5 de junho de 1911, no palacete de sua propriedade, sito à Praça 13 de maio (Piedade) n. 31. Ainda em 1905 houve a criação do ensino profissional agrícola com escolas práticas, professores itinerantes, estações e boletins, fundindo-se os antigos Instituto Baiano de Agricultura, a Fazenda Modelo e a Colônia Agrícola Educadora, reunindo-os em São Bento das Lages, onde também se formavam os engenheiros agrônomos. Fonte: Nunes (2008,p.213)

⁶² O vice-presidente da província da Bahia, o desembargador Joaquim Marcellino de Brito, criou, por meio da Lei 33 do dia 09 de março de 1836, o Liceu Provincial da Bahia que tinha a finalidade de substituir as aulas avulsas de francês, latim e grego, mas só começou a funcionar no dia 07 de setembro de 1837, no Convento dos Frades Agostinianos, no largo da Palma. Começou a funcionar em 1842 numa casa da antiga Rua do Colégio. O Colégio Estadual da Bahia, conhecido, hoje, como Central, inaugurou o ensino secundário na Bahia. Logo após a sua inauguração, em 1837, o primeiro Colégio público de ensino médio do Brasil teve participação efetiva na Sabinada, com a participação de seus professores. Passou a ser denominado de Colégio Central quase por acaso. Com a reforma Capanema em 1942, recebeu o nome de Colégio da Bahia, com a criação das escolas municipais passou a ser chamado Colégio Estadual da Bahia. Fonte: www.secbahia.blogspot.com



Figura 195 - Liceu em 1899

Em 1905, a Lei Estadual n. 579 de 3 de outubro definiu a nova instrução primária e secundária na Bahia e estavam criadas 304 escolas elementares (de responsabilidade municipal) nas cidades, vilas e sedes de paróquias e nos povoados mais adiantados e mais 45 escolas complementares nas sedes das comarcas mais importantes e 581 escolas primárias, segundo o Relatório do governador do Estado, José Marcellino de Souza.

Na capital, Salvador, funcionavam, ainda, 100 escolas primárias com matrículas de 5.292 alunos e uma frequência de 3.764. O Liceu (Figura 195) e o Instituto Normal funcionavam no mesmo prédio, na área central da cidade.

Apesar dessa quantidade de escolas, Barros e Rocha (2006) definem a escola primária pública na Bahia como uma “escola isolada, separada por sexo, de responsabilidade de um (a) professor (a), sem mobiliário e sem prédio próprio e sem boas condições de asseio e higiene”. No final do século XIX vieram as escolas mistas. Era comum referir-se às escolas como cadeiras.

Ainda segundo as autoras, foi provavelmente em 1908 a criação do primeiro grupo escolar da Bahia, o Grupo Escolar da Penha, único construído para tal fim na primeira república, visto que o período dos “grupos escolares” na Bahia ocorreu a partir da década de 1930⁶².

⁶² Essa afirmação deve ser retificada. Em 2009, encontrei no complexo do Colégio Central da Bahia em Salvador, um edifício denominado Pavilhão Rio Branco (Figura 103 a 105), com uma placa com os dizeres: “Construído em 1911. Reconstruído e ampliado em 1945.....” o que indica que a data de construção do Grupo Escolar da Penha, mais tarde denominado Rio Branco, foi de fato em 1911, inclusive como atesta o Relatório de 1911 do Governador João Ferreira de Araújo Pinho que diz nas folhas 24: “ Grupos Escolares o Estado sé tem um que funciona nesta capital anexo a Escola Normal”. De fato, naquele ano de 1911, a área onde hoje se encontra o Colégio Central da Bahia, era um



Figura 196 – Placa de Inauguração do Rio Branco



Figura 197 e 198 – Fachada lateral e frontal do prédio já reformado

No relatório de 1910, do governador João Ferreira de Araújo Pinho, a Lei estadual nº 823, de 12 de março, autorizou uma despesa de cinquenta contos de réis com a construção de prédios escolares, nas cidades mais próximas da capital, tais como Feira de Santana - Grupo Escolar J.J. Seabra (Figura 198), São Gonçalo dos Campos, Cachoeira (Escola Ana Neri), Santo Amaro, São Felix (Escola Deiró Lefundes), Nazaré e Serrinha e destes, só o primeiro e o último não foram logo construídos após a autorização.

complexo de prédios que tinha o prédio do Liceu, com a Escola Normal nos fundos e possivelmente, ao lado, como anexo, o Grupo Escolar da Penha citado.



Figura 199 – Grupo Escolar de Feira de Santana

O ensino primário, de acordo com o Relatório de 1911, ainda se baseava em cadeiras elementares, em número de 686, sendo 574 custeadas pelo Estado e 112 pelos municípios e a matrícula das estaduais somavam 24.148 alunos, mas com frequência de 75% com 17.754 alunos sendo 9.446 do sexo masculino e 8.308 do sexo feminino.

As escolas complementares diminuíram de 12, em 1910, para 10, em 1911, com a supressão das escolas de Alagoinhas e Valença com média de matrículas de 24 alunos. O Grupo Escolar da Penha, que passou a se denominar Barão do Rio Branco, único do Estado, constava de cinco escolas: uma infantil, com o Jardim de Infância; duas elementares e duas complementares, uma de cada categoria para cada sexo.

A legislação para os grupos escolares era o Regulamento da Lei n. 117, de 1895, que deu nova organização ao ensino infantil e criou as categorias de elementar (1º. Grau) e complementar (2º. Grau) e, no artigo 10, surgiu a alusão à escola primária que deveria ser exercida em grupos escolares, unificando escolas isoladas em um só prédio. Esse regulamento é um dos primeiros a ser estabelecido, após o Decreto n.248, de São Paulo, de 1894, que cria a figura dos grupos escolares⁶³.

Em 1913 e em 1914, o regulamento da instrução pública vai ser reformado pelas Leis n.1.006, de 6 de setembro, regulamentadas pelo Decreto n. 1.354, de 20 de janeiro, em 1913 e pela Lei n.1.058, de 19 de agosto de 1914. A primeira cuidava do ensino primário e a segunda do secundário, tendo esta alterado para Ginásio da Bahia (Figura 200), o nome do Liceu criado em 1837.

⁶³ Apesar desse pioneirismo de 1895, apenas em 1911 é que surge o primeiro grupo escolar baiano, 16 anos depois.



Figura 200 - O Liceu transformou-se em Ginásio da Bahia

Barros e Rocha (2006) comentam essas leis;

O que impressiona é a proliferação legislativa em tão curto período de tempo, bem como a quantidade de artigos das leis e dos regulamentos a legislar sobre uma realidade que continuava a contrariá-los. O grupo escolar, como idéia, foi cada vez mais aperfeiçoado. Essa reforma de 1913⁶⁴ estabeleceu a duração de dois anos para as escolas infantis, destinada a população de 4 a 7 anos e em conformidade com o plano froebeliano; duração de 4 anos para as escolas complementares, destinadas à população de 6 a 14 anos e duração de 3 anos para as escolas complementares destinadas à população de 12 a 16 anos.

No relatório de 1915, o governador J.J. Seabra, dizia que havia na Bahia a seguinte condição de rede física de educação;

- a) Escolas complementares: 582 com matrícula de 26.714 alunos;
- b) Escolas municipais: 112 com 5.588 alunos;
- c) Capital Salvador: 127 escolas isoladas e um grupo escolar com 9.022 alunos matriculados;
- d) Ginásio da Bahia, com 185 matrículas;
- e) Escola Normal com 158 alunos.

⁶⁴ Segundo Barros e Rocha (2006) que essa lei foi bastante debatida pelo Poder Legislativo e polemizava por conta dos seus efeitos no interior do Estado e no privilégio da capital.

No ano de 1922, o mesmo governador Seabra fazia um balanço da instrução pública e dizia que o Estado mantinha funcionando no interior, 607 escolas elementares isoladas, 186 masculinas, 178 femininas e três mistas e um grupo escolar em Feira de Santana. Na capital um grupo escolar, o Barão do Rio Branco. No ensino municipal 139 cadeiras funcionavam no interior podendo chegar a 150 no final daquele ano.

Mas foi no governo de Francisco Marques de Goes Calmon (1924-1928) que institucionalmente a instrução pública passou para a Secretaria do Interior e Justiça e, como Inspetor Geral da Instrução, foi nomeado Anísio Spínola Teixeira, que propôs uma reformulação na instrução pública do Estado, aprovada pela Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925 e regulamentada pelo Decreto nº 4.218, de 30 de dezembro do mesmo ano, um Regulamento para o Ensino Primário.

Nunes (2008) diz que esta reforma se enquadrava no grupo das chamadas reformas da “Escola Nova” realizadas em vários estados brasileiros na década de 1920 do séc. XX quando foram criadas Escolas Normais no interior.

Em 1926, a de Caetitê (Figura 201), terra de Anísio Teixeira e, em 1927, a de Feira de Santana (Figura 202). O Ginásio da Bahia virou Colégio da Bahia (Figura 208 a 212), um complexo educativo que ocupava um espaço central urbano privilegiado.



Figura 201 – Escola Normal de Caetitê



Figura 202 – Escola Normal de Feira de Santana

Adotando a mesma solução arquitetônica para os prédios das escolas normais ou para grupos escolares, Anísio Teixeira instituiu na Bahia a figura do edifício-tipo⁶⁵, que em arquitetura manifestou-se com as repetições de projetos arquitetônicos, usando um mesmo padrão de construção e estético, com pequenas mudanças em elementos de arquitetura do edifício, sem comprometer a idéia central. Dois corpos avançados, no alinhamento predial; um corpo central recuado, com marcação do acesso ao prédio, seja por escadaria, seja por um portão. Ornamentos da arquitetura eclética, janelas altas e frontões demarcados com detalhes em relevo. No caso do prédio de Feira de Santana, um auditório central no corpo principal e uma cobertura em cúpula com telha de zinco.

No caso dos grupos escolares de cidades do interior (Figura 203 a 207), os arquitetos da Diretoria de Instrução Pública criaram outra tipologia mais simplificada, embora com as mesmas características dos dois corpos laterais avançados e o corpo central recuado, com escada ou portão de acesso e uma marcação de janelas na fachada frontal, ora uma de grandes dimensões, como nos

⁶⁵ Em arquitetura, uma terminologia utilizada para conceituar um edifício que tem elementos de arquitetura e de composição que podem ser repetidos, inúmeras vezes, em outros locais da cidade ou do Estado. Uma espécie de matriz arquitetônica que, no caso, foi construído no mesmo modelo em diversos locais.

casos de Barreiras, Cruz das Almas e Guanambi ou no caso de Ilhéus onde eram duas janelas.

Cada um dos corpos avançados delimitava o pavilhão dos sexos masculino e do sexo feminino, como recomendava o Regulamento da Lei n. 1.846 de 1925, inscritos na fachada frontal, como no exemplo de Barreiras. Anísio, em seu mandato, mandou erguer mais de dez desses edifícios no interior da Bahia.



Figura 203 - Grupo Escolar General Osório em Ilhéus



Figura 204 - Grupo Escolar Dr. Costa Borges em Barreiras



Figura 205 - Grupo Escolar Comendador Themistócles em Cruz das Almas

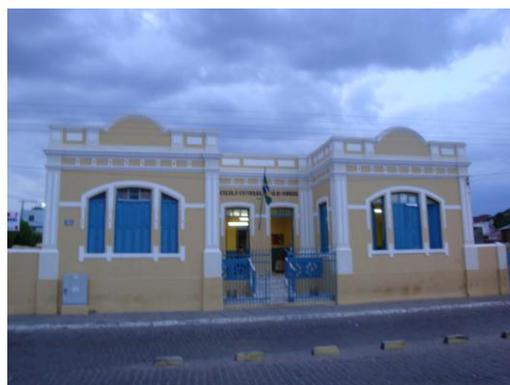


Figura 206 - Grupo Escolar Getúlio Vargas em Guanambi

No final da década de 1920, a instrução pública baiana, segundo o governador Vital Henriques Soares, em seu relatório à Assembléia Legislativa, já apresentava um quadro mais complexo, com uma rede de escolas em seus diversos tipos e lugares. As Escolas Normais da capital, de Feira de Santana e de Caitité e colégios privados equiparados aos públicos em Salvador e Ilhéus; o Ginásio da Bahia na capital para o ensino secundário e as escolas primárias, em número de 1.760 escolas públicas das quais 189 na capital, com 83.962 alunos matriculados com frequência média de 66.719 alunos ou quase 80%.

Quanto aos prédios escolares o governador anunciava que, pouco a pouco, o arrendamento estava sendo substituído pelo prédio próprio, reformado ou construído e anuncia a inauguração em 1929 do prédio do Grupo Escolar Ursula Catharino⁶⁶ em Salvador, que nada custou ao erário público baiano, como ele explica:

É que o comendador Bernardo Martins Catharino, não satisfeito só com haver doado ao Governo do Estado, para o serviço da instrução primária, a antiga casa que fora a primeira residência do casal nesta cidade, quis por cúmulo de altruísmo, adaptá-la condignamente ao fim que lhe destinara e, nesse propósito, pagando pontualmente as folhas de trabalho do

⁶⁶ Esta escola foi fundada em 1926 por Dona Maria Úrsula Catharino, esposa de Bernardo Martins Catharino. Situada à Rua dos Industriais, em Plataforma, foi a primeira escola de todo o Subúrbio Ferroviário. Havia, naquela época, muitas crianças filhas dos operários da fábrica de seu marido. Para atendê-las, Úrsula construiu atrás da fábrica, na Rua dos Tecelões, em uma das casas da companhia, uma creche-escola. No entanto, era preciso um imóvel maior, devido ao aumento no número de famílias. Dona Úrsula, junto com várias mães, solicitou a seu marido, comendador destas terras, que doasse um terreno para a construção de uma escola. Atendendo a seus pedidos, o comendador doou-as, comprou o material e contratou pedreiros para a construção. Conta-se que o primeiro tijolo foi assentado por Dona Úrsula que, pelo seu empenho para conseguir o prédio, foi homenageada dando nome à escola, com estrutura de cinco salas de aula de ensino primário. Casos populares do bairro afirmam que, em 1934, houve uma forte chuva na região e várias famílias tiveram suas casas danificadas, conseguindo abrigo na escola até que suas casas fossem recuperadas. Hoje é a Escola Estadual Ursula Catharino. Fonte www.culturatododia.salvador.ba.gov.br

empreiteiro, custeou-lhe a demolição e, a seguir, a ereção, no mesmo local, do magnífico edifício que ali se vê.



Figura 207 - O Complexo do Ginásio da Bahia e Escola Normal, em 2009



Figura 208- O Colégio da Bahia em 2009



Figura 209- Vista lateral do Colégio da Bahia em 2009



Figura 210 e 211 - Colégio da Bahia em 2009 visto por dentro

3.3.5 Estado do Ceará⁶⁷

O relatório do governador do Estado, no ano de 1891, do general de Divisão José Clarindo de Queiróz, informou ao Congresso estadual que a instrução primária, no período de 1881 a 1891, tinha sofrido uma retração, confrontando-se as estatísticas de frequência desses dois períodos. As causas apontadas pelo governante eram inúmeras, principalmente a falta de recursos em função do acréscimo da população e de prédios apropriados e de professores habilitados. Sem embargo, dizia que no sentido oposto, o Estado assistiu ao crescimento do ensino particular, onde, naquele ano, somente na capital havia 15 delas com mais de 1000 alunos matriculados entre internato e externato.

A rede de educação pública do Estado era pequena, pouco mais de 190 cadeiras e não atendia sequer 3% da população necessitada. Para atender a preparação de professoras e para a educação secundária possuía a Escola Normal⁶⁸ (Figura 212 e 213) e o Liceu Cearense⁶⁹ (Figura 214).

⁶⁷ Coube ao português Antônio Cardoso de Barros, em 1535, administrar a Capitania do Siará (como era chamada a região correspondente as capitanias do Rio Grande, Ceará e Maranhão). Entretanto a região não lhe despertou interesse. Só em 1603, é que o açoriano Pero Coelho de Sousa liderou a primeira expedição a região, demonstrando interesse em colonizar aquelas terras. Em 1612 foi enviado ao Siará o português Martim Soares Moreno, considerado o fundador do Ceará, que também se instalou às margens do Rio Siará (atualmente Barra do Ceará), onde recuperou e ampliou o Forte São Thiago e o batizou de Forte de São Sebastião. Deu-se início a colonização da capitania do Siará, dificultada pela oposição das tribos indígenas e invasões de piratas europeus. Em 1654, o Forte Schoonenborch foi tomado por portugueses, chefiados por Álvaro de Azevedo Barreto, e o forte foi renomeado de Forte de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A sua volta formou-se a segunda vila do Ceará, chamada de vila do Forte ou Fortaleza. A primeira vila reconhecida foi a de Aquiraz. Em 1726, a vila de Fortaleza passou a ser oficialmente a capital do Ceará após disputas com Aquiraz. Entre os séculos XVIII e XIX, o comércio do charque alavancou o crescimento econômico da região. Durante esse período, surgiram as cidades de Aracati, principal região comerciária do charque, Sobral, Icó, Acaraú, Camocim e Granja. Outras cidades como Caucaia, Crato, Pacajus, Messejana e Parangaba (as duas últimas bairros de Fortaleza) surgiram a partir da colonização indígena por parte dos jesuítas. A partir de 1680, o Siará passou à condição de capitania subalterna de Pernambuco, desligada do Estado do Maranhão. A região só se tornou administrativamente independente em 1799, quando foi desmembrada de Pernambuco e o cultivo do algodão despontou como uma importante atividade econômica. Às vésperas da Independência do Brasil, em 28 de fevereiro de 1821, o Siará tornou-se uma província e assim permaneceu durante todo o período do Império. Com a Proclamação da República Brasileira, no ano de 1889, a província tornou-se o atual estado do Ceará. Fonte: www.ce.gov.br

⁶⁸ Primeiramente chamou-se Escola Normal Pedro II, e por algum tempo funcionou no andar térreo da Fênix Caixeiral, à rua 24 de Maio, esquina noroeste com rua Guilherme Rocha, daí saindo em 23 de dezembro de 1923, data que se transferiu para a sede da Praça Filgueiras de Melo, (antes chamada Praça dos Educandos e também Praça do Colégio), começada a construir em 11 de agosto de 1922, sob planta do Eng. José Gonçalves Justa, na gestão do Presidente Justiniano de Serpa, mas somente inaugurado em parte, pelo seu sucessor Idelfonso Albano. A conclusão do Edifício verificou-se no governo intervencional do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça (1931/34). Mais tarde, teve o nome de Instituto de Educação Justiniano de Serpa.. É apontado como um projeto muito parecido com outro colégio da Suíça. A praça onde se situa, contém um patrimônio arquitetônico com os edifícios do Colégio da Imaculada Conceição, da Igreja do Pequeno Grande e o prédio da Escola Normal. A praça



Figura 212 – Detalhe da antiga Escola Normal



Figura 213 – Detalhe da antiga Escola Normal

que o circunda era bem traçada, com lindos canteiros e os bancos confortáveis de madeira com estrutura de ferro fundido, uma constante das praças da cidade. Fonte: www.fortaleza.ce.gov.br

⁶⁹ O Liceu do Ceará é o terceiro colégio mais antigo do Brasil e foi criado no período imperial (século XIX), assim como alguns colégios contemporâneos de outras províncias, inspirado nos moldes do Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro. No intuito de agregar cadeiras já existentes e facilitar a inspeção do ensino público no Ceará, em 15 de julho de 1844, o presidente da província, Marechal José Maria da Silva Bittencourt sancionou a lei n.º 304, criando oficialmente o Liceu. Fonte: www.liceudoceara.org.br

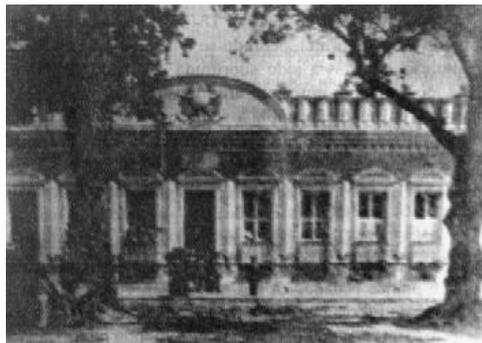


Figura 214 – Edifício do Liceu na praça dos voluntários (já demolido), onde hoje se encontra o prédio da Polícia Civil.

Para Pinto (1930), os prédios escolares existentes no Ceará “eram um verdadeiro atentado, não só às boas regras pedagógicas, mas, principalmente, à higiene e à civilização. Apenas na capital se destacava o prédio da Escola Normal de 1884”.

No relatório do ano de 1900, o presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, informou que havia 293 cadeiras no Estado, com um total de matrículas em 11.315 e uma frequência de 10.642 alunos e que estava em vigor o regulamento da instrução pública de acordo com a Lei estadual n. 544, de 11 de agosto de 1899, regulamentada pelo Decreto de 20 de fevereiro de 1900. Esse regulamento trabalhava com a determinação da obrigação dos pais matricularem seus filhos e deveriam mantê-los na escola.

O mesmo presidente do Estado, cinco anos depois, abria o relatório;

A constante preocupação dos poderes públicos no sentido de melhorar o ensino primário, disseminando-o prodigamente pelos núcleos de população infantil, de erguer o nível da instrução geral, colocando-o ao lado dos Estados mais avantajados neste ramo de serviço público, demonstra a importância dos problemas que se relacionam intimamente. Muitos anos há que o Ceará despende cerca de uma quarta parte de sua receita com a dotação desse serviço, sem que daí resulte em real e progressivo alargamento na instrução de seus habitantes, com o retrocesso equivalente ao analfabetismo.

Esse desabafo tinha sentido. Fazendo um balanço de 1845 a 1904 ele demonstrava nas folhas 15, do citado relatório que nos primeiros 30 anos houve uma progressão no número de escolas e de alunos e que, apesar do crescimento de escolas, a população não se instruiu e que após 1875 há uma regressão no número de escolas e de matrículas, causando assim o contexto de sua preocupação com a instrução.

Não é demais lembrar que, em 1903, houve uma retração e havia apenas 246 escolas com 11.091 alunos enquanto, em 1893, havia 271 escolas com 7.575 alunos com um grande incremento populacional em virtude de diversos fatores, em especial, com a construção da ferrovia e dos trens urbanos que fizeram de Fortaleza uma cidade que saiu de 17 mil habitantes em 1875 para 55 mil habitantes em 1905. Tudo isso influenciava na instrução, escolas e matrículas.

Apesar de tudo, Nogueira Accioly era otimista com as mudanças que deveriam ocorrer com as novas normas do Regulamento de 1899 que determinava alunos nas escolas e orientava para a criação de grupos escolares, contidas no Artigo 30 do citado regulamento. Nesse sentido, Fortaleza, com o crescimento que teve, foi a cidade que começou a beneficiar-se das novas regras. Assim dizia Accioly:

A escola pública é uma admirável instituição democrática....A concentração de escolas nesta capital pro agrupamentos, facilitará não só a fiscalização como uma divisão racional e gradativa do trabalho profissional, proporcionará melhor aproveitamento aos alunos. Os grupos escolares criados e seguintes do novo regulamento, são os *graded schools* dos Estados Unidos, as *escuelas graduadas* da Argentina, atualmente generalizadas nos Estados de São Paulo, Pará e Maranhão.

Também conceitou o grupo escolar quando disse:

Em vez de um só professor subdividir sua atividade pelas diferentes classes de uma escola, ocupando-se perfunctoriamente de cada classe, desde a sílaba até a leitura expressiva, á semântica, tendo de ensinar sucessivamente as noções disciplinares enquanto fiscaliza os alunos inativos que terminaram a lição, o grupo escolar compreenderá tantas seções ou aulas quantas forem as gradações no desenvolvimento instrutivo da criança. As matérias do curso primário, subdivididas em séries, farão exclusivo objeto de ensino de cada professor, que, não sendo solicitado por outros misteres, se ocupará tão somente da classe que lhe competir, aperfeiçoando continuamente o melhor método de ensino pela prática repetida da matéria ensinada e pelo conhecimento mais próximo e exato da inteligência e aptidões do aluno.

Essa defesa do grupo escolar no Ceará tinha o lado econômico que pesava na decisão. A reunião de cinco escolas em uma só, num só prédio, com redução de despesas e gastos de material de expediente, etc. era um forte argumento. Cada grupo escolar concentraria cinco escolas que passariam a funcionar num só prédio e com isso cada aula passaria a ser considerada como classe, regida por uma professora, em salas separadas. Com essa decisão, estava montado o critério arquitetônico de cada grupo escolar, seja em Fortaleza seja no interior do Estado. A norma dava orientação ao projeto de arquitetura de cada escola agora com o nome de grupo escolar.

Naquele ano de 1905, Nogueira Accioly expediu outro regulamento para a instrução pública, em 13 de maio e nele aparecem novidades como as conferências pedagógicas, as caixas escolares, prêmios para alunos, bibliotecas, museus escolares, cursos noturnos e dominicais e a inspeção passou a ficar mais rigorosa.

Em 1904, havia 74 escolas do sexo masculino, 78 escolas do sexo feminino e 120 escolas mistas, totalizando 272 escolas e uma matrícula em torno de 10.621 alunos. Outros 507 alunos no Liceu e 382 alunos na Escola Normal.

O primeiro grupo escolar do Ceará foi o Nogueira Accioly (Figura 215), criado em 1908, com base no Regulamento da Instrução Pública de 13 de março de 1906. Instalado em prédio espaçoso e confortável, conforme relato do presidente do Estado Antônio Pinto Accioly Nogueira, era um edifício provido de professores de reconhecida capacidade e havia um aproveitamento escolar dos melhores da rede. Com esses requisitos, o próprio Presidente diz que estava inclinado em 1910, a fundar outro grupo escolar e pedia a Assembléia Legislativa autorização para compra ou construção de outro prédio.



Figura 215 – Grupo Escolar Nogueira Accioly

O Estado do Ceará tinha, em 1910, 332 cadeiras escolares de ensino primário e apenas um grupo escolar, distribuídas em 19 na capital, 75 nas cidades do interior, 87 em vilas e 151 em povoações e arraiais com uma matrícula em torno de 13.828 alunos e uma frequência de 10.799 alunos. O Liceu do Ceará continuava funcionando como a única instituição de ensino secundário desde 1894 com o regulamento de 7 de janeiro.

Anos depois, em 1917, o Estado já tinha cinco grupos escolares, sendo um Grupo no interior, em Maranguape e 419 cadeiras e, em 1920, eram 10 os grupos escolares e 547 cadeiras.

Os cinco novos grupos escolares foram criados pelo Decreto Legislativo n. 1.635, de 4 de novembro de 1918 com os nomes de Grupos Escolares 5º, 6º, 7º e 8º, que receberam a denominação de Benfica, Fernandes Vieira e Visconde do Rio Branco, para os 3 primeiros, juntamente com o Grupo Escolar Modelo (Figura 216). Esse estabelecimento de ensino foi criado a partir da reunião de dez escolas que funcionavam em arraiás na capital e constava de seções, masculina e feminina com cinco classes cada e um Jardim de Infância com duas classes e tinha aulas de música, desenho, trabalhos e ginástica. No interior, Grupos Escolares em Quixadá, Crateús, Lavras, Parcatu, São Bernardo das Russas, Cascavel e Iguatu, todos os prédios com plantas idênticas, fornecidas pela Diretoria de Instrução Pública.



Figura 216 -Grupo Escolar Modelo (no centro)

No ano de 1925, em seu relatório, o desembargador José Moreira da Rocha, presidente do Estado informou que havia no Estado 19 grupos escolares com 191 classes e uma matrícula de mais de 5000 alunos além de 101 escolas reunidas, 323 escolas isoladas e outras 84 isoladas subvencionadas, totalizando 699 classes.

Em 1922, outra reformulação no Regulamento de Instrução Pública Primária foi feita e a adoção do método intuitivo, além de uma determinação, já naquele ano de 1929, de fazer os métodos da Escola Nova. A Lei n. 2.685, de 24 de agosto de 1929, autorizava o Poder Executivo a criar 150 escolas rurais e pela Lei n. 2.599, mais 81 escolas foram criadas, sendo algumas delas anexadas a grupos escolares ou a escolas reunidas.

Para resolver as péssimas condições sanitárias de certos prédios, onde funcionavam algumas escolas isoladas e por motivos de ordem pedagógica, foram reunidas diversas escolas sendo, no município de Fortaleza, as da Praça Gonçalves

Ledo e da Prainha e no interior as de Boa Viagem, Limoeiro, União, Guaramiranga, Jardim, Trahiry, Mulungú e Araçoiaba.

No balanço de 1930, feito pelo presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, quando da abertura dos trabalhos legislativos, as estatísticas de 1929 informavam haver 434 estabelecimentos públicos com 31.421 crianças matriculadas nos grupos escolares, escola complementar, Escola Modelo, escolas reunidas e escolas isoladas. No Liceu, o balanço apontava 365 alunos matriculados e com crescimento, necessitava de prédio mais amplo. A Escola Normal passou a denominar-se D. Pedro II e junto com a Escola Modelo, matricularam 91 alunas no Curso Normal, 100 no Complementar e 228 da Escola Modelo.

3.3.6 Estado da Paraíba⁷⁰

No ano de 1900, o relatório do Presidente do Estado da Parahyba do Norte, Antônio Alfredo da Gama e Mello, fazendo um balanço da instrução pública, informava aos deputados estaduais que a instrução pública que ele encontrou era formada de umas 117 cadeiras isoladas espalhadas pela capital e pelo interior, com uns 2.780 alunos matriculados e, ainda, pelo Liceu Paraibano⁷¹ (Figura 217, 218 e

⁷⁰ A colonização portuguesa na área hoje ocupada pelo Estado da Paraíba foi dificultada pela presença dos franceses, que ocuparam a região no início do século XVI. Em 1585, o português João Tavares construiu, na foz do rio Paraíba, o Forte São Felipe, para defender a área dos ataques dos franceses. Nesse local teve origem a cidade que hoje é a capital do Estado. Em 1634, a região foi tomada por holandeses, que ali permaneceram por 20 anos, quando foram expulsos por André Vidal de Negreiros. Paralelamente a estes conflitos ocorriam permanentes batalhas com os índios, entre tentativas de aprisionamento dos nativos e revoltas destes. Os paraibanos participaram ativamente da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824. O primeiro movimento constituiu-se uma revolta de proprietários rurais, do clero e de comerciantes, contra militares e comerciantes portugueses vinculados ao grande comércio de importação e exportação, em um período de instabilidade econômica por que passou Pernambuco, devido ao mau desempenho da indústria açucareira. A insatisfação popular decorrente do aumento de impostos traduziu-se em revolta contra a corte portuguesa e apoio ao movimento, que resultou na organização do primeiro governo brasileiro independente, com a proclamação de uma República. Os revoltosos, no entanto, foram derrotados pelas tropas de D. João VI em 19 de maio de 1817. A Confederação do Equador foi um movimento liderado por liberais pernambucanos que se recusaram a aceitar a Constituição outorgada pelo Imperador e sua política centralizadora. Decididos a defender a autonomia da região, os revoltosos, liderados por Augustinho Bezerra e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, proclamaram uma república independente, organizada sob a forma federalista. O movimento foi derrotado e seus líderes condenados à morte em 1825. Teve origem no Estado da Paraíba um dos pretextos para o desencadeamento da Revolução de 1930 no País, o assassinato do Governador João Pessoa de Albuquerque, então indicado como candidato a vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal. Fonte www.pb.gov.br

⁷¹ Fundado em março de 1836, abrigava no passado um Colégio de Humanidades onde padres-mestres concentravam os ensinamentos em latim e em filosofia. Naqueles tempos, ser aluno da mais tradicional e mais conceituada escola pública da Paraíba era uma honra. O colégio foi por mais de um século a matriz intelectual da Paraíba, na expressão do professor da UFPB José Rafael de Menezes,

219) responsável pelo ensino secundário e pela Escola Normal da Paraíba⁷² (Figura 220). A instrução pública era regida pelo Regulamento n. 36 de 26 de junho de 1886.



Figura 217- A esquerda, antigo Liceu Paraibano em prédio dos jesuítas



Figura 218 - Atual Tribunal de Justiça antiga Escola Normal

Esse número de cadeiras isoladas, [Pinheiro (2002, Anexo I)] em 1875 era de 140 e quase 3.500 alunos matriculados enquanto no começo do período republicano, em 1890, eram 81 com 2.587 alunos. As explicações para esses dados são diversas dentre elas, a seca que assolou o Estado no período do Império, fazendo desaparecer cadeiras de um ano para o outro, a escassez de recursos públicos e orçamentários, dentre outros.

que publicou em 1983 a obra: "História do Liceu Paraibano". O prédio atual, na avenida Getúlio Vargas, Centro da Capital, foi inaugurado em 1937, pelo governador Argemiro de Figueiredo. No Liceu surgiram líderes estudantis que se tornariam grandes homens públicos da Paraíba. O Lyceu Paraibano é a mais tradicional instituição de ensino público do estado da Paraíba com mais de 170 anos de fundação. Criada em 1836, a escola funcionou até o ano de 1937 no antigo edifício da Tesouraria da Fazenda, atual Faculdade de Direito, ao lado do Palácio da Redenção. Fonte: www.liceuparaibano.gov.br

⁷² A Escola Normal, para ambos os sexos, foi instituída pelo Decreto n. 7 de 4 de fevereiro de 1893 pelo Governador Alvaro Lopes Machado em substituição ao Externato Normal, apenas para o sexo feminino.

De sorte é que o Estado da Parahyba do Norte decidiu por um projeto de grupos escolares e montou uma rede de escolas, apenas em 1916, quando ergueu, em João Pessoa, o Grupo Escolar Tomaz Mindello e iniciou um percurso de construção e implantação dessa tipologia de escolas.



Figuras 219 e 220 – Liceu Paraibano alterado em 1937

Antes disso, a instrução pública na República teve seu primeiro projeto de reforma, elaborado por uma equipe constituída pelos diretores de instrução pública do Estado, da Escola Normal e do Liceu Paraibano, e esse regulamento passou a ser regulado pelo Decreto n. 241, de 26 de agosto de 1904 (modificado pelos Decretos n. 265 e n. 405 de 1905 e 1909, respectivamente), com inúmeros avanços, em especial quanto as disposições orçamentárias, remuneração dos professores e propostas de uma rede de escolas estaduais e municipais.

Em 1909, a Lei n. 313, de 18 de outubro, instituiu e autorizou a criação dos grupos escolares nos municípios mediante um projeto padronizado, elaborado pelo setor de obras do Estado e que seria colocado à disposição dos municípios que quisessem substituir escolas isoladas por um grupo escolar, seja com um prédio adaptado seja com um novo prédio. Sobre essa proposta, o governador comentava:

É incontestável a superioridade que decorre desses institutos (referindo-se ao grupo escolar) sobre as escolas isoladas, na difusão do ensino popular. Releva notar, entretanto, que tão úteis estabelecimentos só devem ser fundados em municípios, cuja população escolar seja numerosa e disponha de meios fáceis de comunicação, de modo que a sua frequência fique ao alcance da mesma população sendo mantidas as escolas isoladas naqueles municípios que não preencherem essas condições. A efetividade dos grupos escolares depende essencialmente do auxílio dos habitantes de cada município.

Foi no relatório de 1910 do governo João Lopes Machado que o Estado assumiu sua incapacidade de investir em instrução pública e os argumentos eram de que havia deficiência de recursos orçamentários. Mas, naquele ano, apresentava uma divisão do Estado em, pelo menos, 6 distritos escolares assim enumerados:

- a) Primeiro Distrito, envolvendo a capital, Cabedelo, Santa Rita, Espírito Santo, Mamanguape, Guarabira, Serraria, Caiçara e Bananeiras;
- b) Segundo Distrito, Alagoa Grande, Areia, Alagoa Nova, Pilar, Pedras do Fogo, Itabayanna, Ingá, Campina Grande e Umbuzeiro;
- c) Terceiro Distrito, Araruna, Picui, Soledade, Santa Luzia e Patos;
- d) Quarto Distrito, Brejo da Cruz, Catolé do Rocha, Pombal, Souza, São João do Rio do Peixe, São Jose das Piranhas e Cajazérias;
- e) Quinto Distrito, Cabaceiras, São João do Cariri, Taperoá, Alagoa do Monteiro e Teixeira, e
- f) Sexto Distrito, Piancó, Misericórdia, Princeza e Conceição.

Para Pinheiro (2002, p. 123) a inauguração em 1916 do primeiro grupo escolar da Paraíba marcou a passagem do processo de instrução das cadeiras isoladas por um outro modelo de instrução, calcado nos grupos escolares, criados por lei estadual, uns sete anos antes.

O primeiro deles, o Tomaz Mindello (Figura 219 a 224), localizado na Avenida General Osório dividindo a quadra com o outro edifício, o João Pessoa, possui duas fachadas sendo uma voltada para a Praça Aristides Lobo e uma outra para a Avenida Guedes Pereira, onde se encontra seu acesso principal.

Foi criado pelo Decreto nº 778, de 19 de Julho de 1916, tendo recebido esta denominação em homenagem ao Prof. Tomás Mindelo, figura de destaque local na área de educação.

Segundo a Secretaria de Cultura da Paraíba, instalou-se em princípio no prédio adquirido pelo governo no mesmo lugar, ocorrendo sua inauguração no dia 9 de Setembro de 1916. Posteriormente, foi reconstruído na administração Antenor Navarro (1930-1932) obedecendo ao projeto do arquiteto Fiorilo e até hoje ainda conserva suas linhas gerais, tendo sofrido apenas algumas modificações⁷³.

⁷³ No governo Gratuliano Brito (1932-1935), recebeu uma série de melhoramentos, por estar incluído no programa que visava dar melhores condições aos estabelecimentos escolares da cidade. A partir de Abril de 1934, por um período de dois anos, funcionou neste estabelecimento a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, sendo criada aí para uso experimental de seus alunos, o primeiro jardim da infância e a primeira escola complementar oficiais do Estado. Atualmente não mais o



Figura 221 – Grupo Escolar Thomas Mindelo em 2007



Praça Aristides Lobo. Vendo-se em primeiro plano o Grupo Escolar Tomás Mindelo (1920)
Fonte: RODRIGUEZ, Walfredo. 18/70/1920.



Fonte: MOURA NETO, 1985.

Figuras 222 e 223 – Grupo Escolar Thomas Mindelo em 1934



Figura 224 – Lateral do Grupo Escolar Thomas Mindelo em 2007

utilizam para atividades escolares estando nele instalada a Diretoria Geral de Cultura. Fonte www.memoriajoapessoa.br2.net

De 1916 a 1929, Pinheiro dizia que foram criados 14 grupos escolares na Paraíba sendo cinco na capital, João Pessoa e os demais em cidades do interior, de acordo com o que dispunha a Lei estadual n. 360, de 14 de outubro de 1911, que modificou a lei anterior e cujo artigo 9º estabelecia que os grupos fossem construídos em municípios onde os prefeitos pudessem apoiar com a construção dos prédios e material escolar, mantendo-se a regra de o Estado fornecer o projeto de arquitetura do prédio ou propostas para prédios já existentes e que necessitassem ser adaptados.

Pinheiro afirma ainda que os mesmos, de acordo com a lei, deveriam ter algumas características: prédios projetados com racionalização do espaço interno, com diversas salas – aula, direção, professores, secretaria, além de laboratórios, museu, biblioteca, recreação planejada em pátios internos com jardins e espaços para refeitório e cantina e espaço para a prática desportiva. Em seu artigo 20, a lei diz:

Os prédios, [...] deverão ser construídos: a) em terreno seco e permeável; b) numa área nunca inferior a 1.000,00 metros quadrados; c) fora do alinhamento da ruas; d) longe do ruído das oficinas e dos centros muito movimentados; e) ligeiramente livres de quaisquer outros edifícios e de modo que os raios solares tangenciando a parte superior dos vãos das janelas e portas cheguem ao extremo oposto do piso; f) com aparelho sanitário e um lavatório, pelo menos, para cada grupo de 30 alunos; g) expostos ao nascente; h) com elevação nunca inferior a 0,60m do piso perfeitamente impermeabilizado e livre de arestas que concorram para o acúmulo de umidade; i) com os cantos das paredes e alizares tanto inferiores quanto superiores arredondados; j) com distribuição unilateral ou bilateral, neste caso a luz deve ser indireta; l) com três salas para as escolas isoladas, seis para as escolas reunidas e nove para os grupos, cada uma com capacidade para 30 alunos; m) com janelas e caixilhos dispostos de forma que abertas aquelas não determinem perda de espaço interior; n) com material de lei; o) com um compartimento para a diretoria e arquivo; p) com área descoberta para recreio; q) pintados de cores neutras, de preferência azul ou verde claro; r) com fossa séptica nas localidades onde não houver esgotos. (Pinheiro, 2002, p 140, Apud Parahyba do Norte, Estado da, Relatório 1921).

Essas regras do citado artigo, em arquitetura, nada mais são que um Programa de Necessidades no qual, a partir dessa lista de exigências, os profissionais técnicos responsáveis pelo projeto, irão se basear. Essa é, de fato, uma constatação de como a norma da educação orientou a arquitetura e a partir dela, fizeram-se diversos projetos no interior e na capital, baseados nas normas legais.

Ainda na capital, fizeram-se outros prédios. O Grupo Escolar Antonio Pessoa (Figura 225 e 226), localizado à av. Beaurepaire Rohan esquina com a rua

Silva Jardim, foi o segundo grupo escolar⁷⁴ a ser construído na cidade de João Pessoa. Suas obras tiveram início em 1916, no governo de Camilo de Holanda, e o Decreto que autorizou o seu funcionamento foi assinado em 1920, tendo recebido esta denominação em homenagem ao ex-presidente do Estado Antônio da Silva Pessoa.



Figura 225- Grupo Escolar Antonio Pessoa Foto de 2007



Figura 226 - Grupo Escolar Antonio Pessoa Foto de 1921

⁷⁴ Através de doações do Estado, este prédio abrigou no período entre 1º de Março de 1951 a 11 de Abril de 1953, a Faculdade de Direito da Paraíba, fundada em 1949, que foi daí transferida para o edifício localizado à Praça João Pessoa onde funcionou por muito tempo. Ao longo dos anos não sofreu qualquer reforma mais relevante, que viesse a alterar a sua volumetria ou fachadas. Desde a sua criação, funcionou sempre como um estabelecimento de ensino. Atualmente, ali encontram-se instalados, no expediente diurno, o Grupo Escolar Antônio Pessoa e, no expediente noturno, a escola de 1º grau pertencente a Fundação Coriolano de Medeiros e que tem o nome do Professor Aníbal Moura. Por se encontrar em uma área onde predominam as atividades comerciais, este grupo escolar tem seu acesso, visibilidade e funcionamento prejudicados devido ao grande número de camelôs estabelecidos em sua calçada e a poluição sonora decorrente das atividades que ali se desenvolvem. Fonte www.memoriajoapessoa.br2.net

O Grupo Escolar Isabel Maria das Neves (Figura 227 a 229), instalado na Avenida João Machado, esquina com a Avenida João Ribeiro de Moraes, foi, segundo a Secretaria de Cultura da Paraíba, o quarto grupo escolar da cidade de João Pessoa.

A planilha do levantamento arquitetônico do edifício realizada em 2007, diz que o terreno foi doado por Camilo de Holanda, então presidente do Estado, com o fim específico de nele se edificar um estabelecimento de ensino público⁷⁵.

O projeto e a construção estiveram a cargo da Firma Cunha e Di Lásccio, sendo as obras iniciadas no ano de 1919 e inauguradas em 16 de Fevereiro de 1921. No ano de 1934, inaugurou-se aí o segundo jardim da infância oficial do Estado.



Figura 227- Grupo Escolar Isabel Maria das Neves em 2007



Figuras 228 e 229 - Grupo Escolar Isabel Maria das Neves em 1934 e 1967

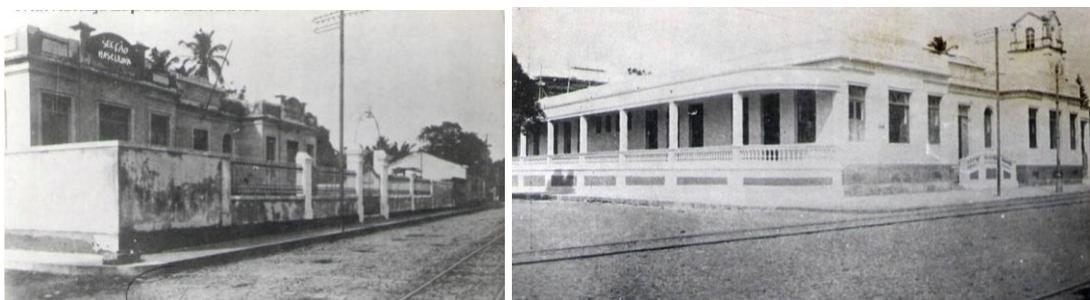
⁷⁵ Sua construção foi custeada por um legado deixado em testamento por Alípio Dias Machado, o qual determinava que o prédio não poderia ter outra destinação e que deveria receber a denominação de Isabel Maria da Neves em homenagem à sua genitora. No governo Gratuliano Brito (1932-1935) foram feitos reparos em sua coberta e uma limpeza geral do edifício. Ao longo dos anos outros melhoramentos foram efetuados sem, contudo, modificar as linhas gerais da edificação que praticamente continuam as mesmas Fonte www.memoriajoapessoa.br2.net

Já o Epitácio Pessoa (Figura 230 a 232), localizado na Rua Monsenhor Walfredo Leal, ocupa a ponta da quadra formada por esta e as ruas Olavo Bilac e dos Bandeirantes. Segundo a Secretaria de Cultura da Paraíba, funcionou a princípio neste local, em um prédio adaptado para tal fim, até que no governo de Camilo de Holanda, foi construído o primeiro edifício do grupo, projetado por Fiorilo e inaugurado a 24 de Fevereiro de 1918.

Na administração de Gratuliano de Brito (1923/1935) passou por uma série de melhoramentos dentro do programa que visava à melhoria de condições dos estabelecimentos escolares da cidade⁷⁶. O relatório do processo de tombamento aponta que devido às reformas porque passou, o prédio perdeu a harmonia entre suas fachadas, não possuindo elementos arquitetônicos que as caracterize como um todo.



Figura 230 - Grupo Escolar Epitácio Pessoa em 2007



Figuras 231 e 232 - Grupo Escolar Epitácio Pessoa em 1920 e 1937

⁷⁶ Em 1936, na gestão de Argemiro de Figueiredo, foi ampliado e reformado sendo as obras concluídas no ano seguinte. Posteriormente construíram um bloco anexo, de dois pavimentos, que não se assemelha a este. Durante algum tempo, funcionou neste imóvel o complexo educacional Roger Tambiá e atualmente, no anexo, se acha instalado o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro de João Pessoa.

Fonte www.memoriajoapessoa.br2.net

Outra escola foi o Grupo Escolar Pedro II (Figura 233) fundado em 1925, no bairro de Jaguaribe na Rua das Trincheiras com uma escadaria de acesso para apresentar uma escala de suntuosidade.



Figura 233 - Grupo Escolar Pedro II

Enquanto isso, no interior do Estado, destaque para três desses prédios: o do município de Areia, um edifício com características neoclássicas, inaugurado em 1928 com o nome de Grupo Escolar Alvaro Machado⁷⁷, (Figura 234) foge das características dos demais edifícios projetados, com dois pavimentos usando o meio de uma quadra.



Figura 234 - Grupo Escolar Alvaro Machado em Areia

⁷⁷ Atualmente, após reforma, denomina-se Escola Estadual Ministro José Américo de Almeida. Fonte www.sed.pb.gov.br

O outro prédio é o Grupo Escolar Solon de Lucena⁷⁸, inaugurado em 1924, no município de Campina Grande (Figura 235), também em arquitetura em estilo neoclássico, com apenas uma pavimento, mas apresentando um frontão central muito parecido com o existente em Areia, com entablamento triangular, típico de uma arquitetura clássica greco-romana. Por fim o Grupo Escolar de Caiçara (Figura 236), um edifício de arquitetura mais simplificada, entretanto com uma intrigante arcada árabe na parte superior da porta de acesso principal, sob o mesmo frontão greco-romano dos anteriores.



Figura 235 - Em Campina Grande o Grupo Escolar Solon de Lucena de 1924 é a atual UEPB



Figura 236 – Grupo Escolar de Caiçara

⁷⁸ Atualmente o prédio é ocupado pela Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, após processo de restauração.

Essa produção de grupos escolares fez parte do projeto de modernização do ensino na Paraíba, presente nos relatórios dos Presidentes do Estado, entre 1915 e 1930. Em 1930, além de um novo Regulamento n. 1652 de 22 de março de 1930, que dividiu o Estado em zonas para efeito de inspeção, as estatísticas apresentadas pelo Vice presidente do Estado, Álvaro Pereira de Carvalho, em função do assassinato do presidente João Pessoa, apontou que o Estado tinha cinco grupos escolares na Capital e mais cinco no interior, além de uma escola reunida na Capital. As escolas elementares, rudimentares, noturnas ou subvencionadas eram 297 com uma matrícula de 17.538 alunos, mas uma frequência baixa de 10.404 alunos ou 59% deles. Não estavam aí incluídas as matrículas do Liceu Paraibano nem da Escola Normal

3.3.7 Estado de Pernambuco⁷⁹

Na passagem do período do Império para a República, o Estado de Pernambuco tinha uma estrutura de instrução calcada no Liceu de Artes e Ofícios⁸⁰ (Figura 237 e 238) que cuidava da educação profissional, do Ginásio Pernambucano⁸¹ (Figura 239 e 240) e da Escola Normal que funcionavam no mesmo

⁷⁹ Pernambuco foi uma das primeiras áreas brasileiras ocupadas pelos portugueses. Em 1535, Duarte Coelho torna-se o donatário da Capitania, fundando a vila de Olinda e espalhando os primeiros engenhos da região. No período colonial, Pernambuco torna-se um grande produtor de açúcar e durante muitos anos é responsável por mais da metade das exportações brasileiras. Essa riqueza atrai novos colonos europeus que constroem no Estado um dos mais ricos patrimônios arquitetônicos da América Colonial. A riqueza de Pernambuco foi alvo do interesse de outras nações. No século XVII, os holandeses se estabelecem no Estado. Entre 1630 e 1654, Pernambuco é administrado pela Companhia das Índias Ocidentais. Um dos seus representantes, o príncipe João Maurício de Nassau, traz para Pernambuco uma forma de administrar renovadora e tolerante. Realiza inúmeras obras de urbanização em Recife, amplia a lavoura da cana, assegura a liberdade de culto. No período holandês, é fundada em Recife a primeira sinagoga das Américas. Amante das artes, Nassau tem na sua equipe inúmeros artistas, como Frans Post e Albert Eckhout, pioneiros na documentação visual da paisagem brasileira e do cotidiano dos seus habitantes. Os pernambucanos orgulham-se de sua participação ativa na História do Brasil, sempre mantendo altos ideais libertários, como na Guerra dos Mascates, entre 1710 e 1712; a Revolução Pernambucana, em 1817; a Confederação do Equador, em 1824; a Revolta Praieira, em 1848. Com o advento da República, Pernambuco procura ampliar sua rede industrial, mas continua marcado pela tradicional exploração do açúcar. Fonte www.pe.gov.br

⁸⁰ Localizado na Praça da República, no bairro de Santo Antônio em Recife, o prédio foi construído para abrigar a "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco", e inaugurado em 1880. Sua arquitetura, de influência eclética, inspira-se no neoclassicismo francês, e seu autor é desconhecido, sendo o projeto oriundo da própria Sociedade. Possui dois pavimentos, com o térreo de pé direito muito baixo, assemelhando-se a um porão. Suas linhas são marcadas por pilastras até a platibanda e são arrematadas por pináculos de cimento. A planta em forma de "U" é simétrica ao eixo transversal, com dois grandes salões no pavimento superior, ao qual se tem acesso por escadaria externa, centralizada na fachada e trabalhada em mármore, com guarda-corpo em ferro. Fonte: www.fundarpe.pe.gov.br

⁸¹ Em 1825, logo após a Confederação do Equador, foi criado, por decreto do presidente provincial José Carlos Mayrink, com o nome de Liceu Provincial de Pernambuco, funcionando nas dependências do Convento do Carmo. Em 1844 foi transferido para a rua Gervásio Pires, para logo depois instalar-

prédio, na Rua da Aurora, centro de Recife e algumas escolas isoladas na capital e no interior.



Figura 237 – Vista aérea da Praça do Campo das Princesas com o Liceu



Figura 238 – Liceu de Artes em 2008



Figura 239 – Ginásio Pernambucano visto do Rio Capibaribe

se no prédio da Alfândega e, em seguida, para um prédio no mesmo bairro, onde funcionava a Companhia dos Operários Engajados. Em 1846 foi para a casa de sessões do júri e, pouco tempo depois, para a rua da Praia, mudando-se logo a seguir para a rua do Hospício, onde ficou até 1850. Em 14 de maio de 1855 mudou de nome, para Ginásio Pernambucano. Em 9 de dezembro de 1859 recebeu a visita do Imperador Pedro II, que veio ver a construção de seu novo prédio, na Rua da Aurora, cuja pedra fundamental fora posta em 15 de agosto de 1855, um projeto de José Mamede Alves Ferreira. Em 1º de dezembro de 1866 instalou-se em suas novas dependências. Em 1893, no governo de Alexandre José Barbosa Lima, recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant, porém voltou rapidamente à antiga denominação. Em 1942 mudou novamente a denominação para Colégio Pernambucano e, logo a seguir, para Colégio Estadual de Pernambuco. Por decreto do governador Eraldo Gueiros Leite, de 31 de dezembro de 1974, volta à antiga denominação de Ginásio Pernambucano. Fonte: www.ginasiopernambucano.com.br



Figura 240 – Ginásio Pernambucano – vista lateral

No ano de 1900, o desembargador Sigismundo Gonçalves, no exercício do cargo de governador do Estado, apresentou ao Congresso Legislativo de Pernambuco seu relatório e dizia que o Estado mantinha 200 escolas, sendo 194 preliminares e 6 complementares, com 80 do sexo masculino, 69 do sexo feminino e o restante escolas mistas e as matrículas eram de 8.804 alunos.

O Estado de Pernambuco possuía, naqueles anos, 17 prédios escolares, construídos, sendo 3 em Recife – nos bairros Encruzilhada, Várzea e Santo Amaro e os demais nos municípios de Buique, Petrolina, Salgueiro, São Bento, Brejo, Tacaratú, Alagoa de Baixo, Bezerros, Caruarú, Vitória, Bom Conselho, Canhotinho, Garanhuns e Escada. Informava ainda que havia outros 8 prédios em construção em Triunfo, Limoeiro, Palmares, Timbaúba, Nazareth, Pau D’Alho, Bonito e Barreiros. A instrução pública era regida pela Lei estadual 201 de 2 de julho de 1896, regulamentada pelo Decreto n. 30 do mesmo mês e ano.

O regulamento da instrução pública sofreu outra modificação em 18 de julho de 1902, que fez uma alteração nos mecanismos de instalação de escolas, em função das despesas de custeio e manutenção dos prédios e dos custos do mobiliário. A partir dessa mudança, cada município somente poderia ter duas escolas primárias, exceto na capital, sendo uma para os alunos do sexo masculino e outra para o sexo feminino e os professores, porventura existentes nas cidades que ficassem sem lotação definida, seriam colocados em disponibilidade.

Em 1909, essas medidas já tinham sido revogadas por Decreto do governador Herculano Bandeira de Mello, pois, com a municipalização instituída pelo artigo 36 da Constituição do Estado, os municípios tiveram que instalar sua rede de educação primária. Mesmo assim o Estado de Pernambuco ainda mantinha 174 escolas sendo 65 do sexo masculino e 109 do sexo feminino ainda mantinha o Ginásio e a Escola Normal.

Em 1915, havia na cidade de Recife sete grupos escolares funcionando, “em prédios confortáveis e higiênicos, com capacidade para grande número de crianças, providos todos eles de mobiliário apropriado”, segundo o General Emygdio Dantas Barreto, governador do Estado, em seu relatório encaminhado por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos do Estado. No interior, tinha sido construído o da cidade de Palmares (Figura 241).



Figura 241 – Grupo Escolar de Palmares

Entretanto, no relatório do ano de 1920, o governador José Rufino Bezerra Cavalcanti anunciou, após um recenseamento escolar, que o Estado tinha 231 escolas primárias em 59 municípios e que, em Recife, o ensino se dava em 51 cadeiras, muitas agrupadas e seriadas (além de outra 113 escolas municipais), com o aporte da Escola Normal de Pernambuco e do Ginásio Pernambucano, no ensino secundário.

De acordo com o relatório, em Recife, diversas escolas já funcionavam em prédios próprios e os grupos escolares existiam nos seguintes bairros:

a) Encruzilhada: Grupo Escolar Maciel Pinheiro, com capacidade para 500 alunos em dois turnos e dez professoras e a escola Padre João Ribeiro, para 100 crianças em dois turnos, em prédio estadual;

b) Torre: Grupo Escolar Martins Júnior, com capacidade para 200 crianças com 4 professoras;

c) Monteiro: Grupo Escolar Silva Jardim, com três professores, com terreno amplo e farta arborização e capacidade para 150 alunos;

d) Caxangá, casa adaptada, ampla e higiênica, com 200 matrículas; (figura 239)

e) Várzea: Grupo Escolar Pinto Damazo, com capacidade para 200 alunos;

f) Rua Luiz do Rego, as escolas Domingos Teotônio para 100 crianças e dois professores.



Figura 242 – Grupo Escolar da Várzea – Av. Caxangá

Todo esse trabalho estava baseado no novo Regulamento da Instrução Primária, constante da Lei estadual n. 1.448, de 14 de maio de 1920 e do Decreto n. 200, de 14 de abril, em que se criou um Conselho de Educação, novas propostas didáticas, metodológicas e disciplinares e um trabalho de combate ao analfabetismo:

A Lei 1448 de 1920, lançou o plano definitivo de instrução primária ministrada em grupos escolares e escolas isoladas, com programas reduzidos e visando alfabetizar rapidamente o maior número de crianças, acomodando os horários de classe ao regime de trabalho de cada população... Decretou-se a obrigatoriedade da instrução primária, em um raio de dois quilômetros, para as crianças de sete a doze anos, com a responsabilidade dos pais, em levar e buscar os filhos na escola.

No relatório do ano de 1925, Sérgio Loreto, governador do Estado, dizia que as matrículas das escolas do Estado tinham sido de 14.784 alunos e a frequência de 11.648, em 448 cadeiras e, no interior, tinham sido criados e inaugurados mais dois grupos escolares: no município de Timbaúba, o Grupo Escolar Virgínia Loreto e o Grupo Professor Cavalcante em Pesqueira (Figura 243), sendo que o primeiro instalou-se em antigo prédio escolar da cidade, melhorado e adaptado, e o de Pesqueira, em edifício novo, projetado e construído pelo Departamento Geral de Obras Públicas.

Serão brevemente inaugurados o Grupo Escolar Estácio Coimbra (Figura 150) em Barreiros e os prédios escolares Galdino Loreto em Águas Belas, Pedro II em Bonito e Eurico Chaves em Serinhaém. O prédio escolar de Brejo da Madre de Deus passou por grandes reparos e funciona com o nome de Escola José Bonifácio. Igualmente o prédio escolar de São Lourenço foi reformado e recebeu o nome de Escola Francisco Correia de Araújo .



Figura 243 - Grupo Escolar Estácio Coimbra. Hoje Escola José Canuto em Barreiros



Figura 244 - Cidade de Pesqueira em 1924. Grupo Escolar no fundo á esquerda

Havia em todo o Estado, em 18 de outubro de 1926, quando Estácio Coimbra assumiu o governo era de dez grupos escolares em menos de seis meses esse número já era de 17 grupos, funcionando em prédios construídos ou adaptados para a finalidade, e a instrução pública já se organizava baseada em um regulamento de 31 de maio de 1924. Por este regulamento, os grupos escolares seriam dedicados ao ensino primário em quatro anos.

Em 1927, o Ato n. 8 de 12 de janeiro, melhorou a organização da instrução pública quanto ao provimento e à localização das escolas. Os municípios foram classificados em quatro entrâncias para fins escolares e a partir daí não seria mais possível, no mesmo município, a convivência de cadeiras de categorias diferentes,

ficando apenas as de trabalho manual e as noturnas, que eram consideradas especiais, assim mesmo, apenas em Recife.

O Estado contabilizava naquele ano 16 grupos escolares, assim discriminados: João Barbalho, Maciel Pinheiro (Figura 245), Silva Jardim, Martins Júnior e Amaury de Medeiros em Recife (Figura 246). No interior do Estado havia a Estácio Coimbra, em Barreiros; Joaquim Nabuco em Caruaru; Severino Pinheiro em Garanhuns; Paz e Trabalho em Gravatá; José Bezerra em Palmares; Herculado Bandeira em Pau D'Alho; Virginia Loreto em Pesqueira; Professor Cavalcante em Timbaúba; Pinto de Abreu em Correntes; Oliveira Lima em Vitória e Maciel Monteiro em Nazaré.



Figuras 245 e 246 – Grupo Escolar Maciel Pinheiro, na Torre e Amaury de Medeiros em Afogados

Entusiasmado com os grupos escolares, o governador dizia no relatório de 1927:

É de incontestável vantagem que o ensino primário seja ministrado em Grupos Escolares, não só porque permite uma fiscalização mais rigorosa como também porque estabelece para os professores e alunos um grande estímulo

E conclui afirmando que os recursos orçamentários deveriam ser aumentados para viabilizar a construção, reforma e aparelhamento dos prédios, dotando-os de estrutura e de material adequado, visando atender as necessidades dos municípios do interior, em especial.

As matrículas em 1927 eram de 3.620 alunos, com frequência de 2.347 alunos e nos grupos escolares e de 19.280 nas escolas isoladas e frequência de 11.712 alunos.

Já no ano de 1929, eram 746, o número de cadeiras em todo o Estado de Pernambuco, mantidas pelo Estado, número reconhecidamente reduzido em relação ao número de crianças em idade escolar naqueles anos. O governador Coimbra, nesse ano, inaugurou outros três grupos escolares nos municípios de Floresta – Grupo Escolar Julio de Mello (Figura 247); de Triunfo, Grupo Alfredo de Carvalho⁸² e de Quipapá, o Grupo Esmeraldino Bandeira estando em obras o de Olinda, com o nome de Sigismundo Gonçalves, que aproveitava o palacete de verão do governo, com adaptações promovidas pelo Departamento de Obras Públicas do Estado.

O governo de Estácio Coimbra (outubro de 1926 a outubro de 1930) de fato expandiu a rede de escolas isoladas e principalmente de grupos escolares, como se depreende dessa parte do relatório de 1930:

Determinei ainda a construção de um grupo escolar no próspero município de Goiana, sob a denominação de João Alfredo e que espero ver concluído no corrente ano (1929). Reconhecida a conveniência de serem agrupadas as escolas primárias, não só pela facilidade de ensino e melhor aproveitamento dos alunos, como para a fiscalização e na impossibilidade de serem construídos todos os prédios para tal necessários, resolvi aproveitar a antiga Hospedaria dos Imigrantes em Tijipió, que está sofrendo reparos ao funcionamento de um Grupo Escolar e aluguei mediante contrato, os prédios de localizados à avenida José Rufino em Areias, á rua Alexandre Moura em Santo Amaro e à rua Padre Lemos em Casa Amarela, todos em Recife, que estão sendo adaptados para funcionamento de grupos escolares, com os nomes de pernambucanos ilustres – Anibal Falcão, José Mariano José Maria, respectivamente.



Figura 247– Grupo Escolar da cidade de Floresta, ao centro.

⁸² O "Grupo Alfredo de Carvalho" foi construído entre abril de 1928 a maio de 1929, após a liberação da verba pelo então Governador do estado Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra. O contratante da Empresa de Construção foi o Dr. José Cordeiro de Lima. Localizado à rua Pe. Ibiapina foi inaugurado aos 16 de junho de 1929. Seu nome foi uma homenagem ao escritor e engenheiro pernambucano Alfredo de Carvalho, que na época era o Secretário de Educação e Saúde do Estado.

3.3.8 Estado do Piauí⁸³

No relatório do presidente da Província, dirigido em 1889 ao diretor geral da Instrução Pública, há uma citação, segundo Lopes e Borges, que “as escolas da Província, com exceção das da Capital, são verdadeiros albergues” e apontava que a precariedade da instrução tem temas de fundo como o desinteresse dos pais pela instrução dos seus filhos, o despreparo dos professores e a insuficiência dos recursos financeiros e que iria conservar uma estrutura similar e as mesmas deficiências nas primeiras décadas do século XX.

A República instalou-se no Piauí, com Gregório Taumaturgo de Azevedo e ele iniciou suas ações na educação com o Regulamento do Ensino criado pelo Decreto nº. 37, de 10 de maio de 1890, que proclamava o princípio da obrigatoriedade do ensino, delegando responsabilidades aos municípios na condução da educação primária. Naquele momento o Piauí contava com a Escola Normal⁸⁴

⁸³ No ano de 1606, foram promovidas as primeiras incursões ao território piauiense, quando o Piauí funcionava como "ponte" entre as Capitanias de Pernambuco e Maranhão. Em termos administrativos, o Piauí esteve sob a bandeira de Pernambuco até 1701, quando em 3 de março daquele ano uma Carta Régia enviada ao governador de Pernambuco anexava o Piauí ao Maranhão. A autonomia veio em 1761. Em 13 de novembro do mesmo ano, o Governador João Pereira Caldas impunha o nome de São José do Piauí a Capitania e mudava o nome da Capital de Vila do Mocha para Oeiras. A completa independência em relação ao Maranhão somente aconteceu em 26 de setembro de 1814. O primeiro governador do Piauí foi João Pereira Caldas, português de Valença, nascido em agosto de 1720. Foi nomeado em julho de 1758, prestando juramento em janeiro de 1759, em Belém, no Pará. Em 1850 assumia o governo José Antônio Saraiva, nascido na Bahia, em 1823, e que teve movimentada vida política no cenário nacional: deputado, senador, ministro e presidente de várias províncias, inclusive São Paulo, além de participar de negociações relativas a pendências com países do sul do continente, em particular o Uruguai. Foi nomeado presidente do Piauí em 1850, governando até 1853. Na sua gestão, ele fundou a Vila Nova do Poti, para onde mudou a sede do governo em 1852, após o que deu à localidade nova denominação, passando a chamar-se Teresina, em homenagem a Teresa Cristina, do Paço Imperial. No início dos anos 1900, começou-se a pensar em melhoramentos para a capital, com o abastecimento d'água domiciliar com canalização direta. O Piauí era um Estado completamente desconhecido. Em 1909, assumiu Vitorino Freire, que procurou fomentar a agricultura e investiu no ensino e na cultura, criando a Escola Normal, a Escola Modelo e o Arquivo Público. Iniciou a implantação da energia elétrica na capital, aposentando as luminárias a óleo; aumentou a rede telegráfica, reorganizou a Polícia Militar e propiciou condições para ampliação da navegação no rio Parnaíba. No início da década de 1920, chegou ao governo João Luis Ferreira. Ciente das potencialidades do Estado, mas conhecedor da pouca disponibilidade de dinheiro, decidiu fazer aquilo que fosse possível sem onerar as gerações futuras. Concluiu muitas obras iniciadas no passado e deu exemplo de humanidade e humildade. A Revolução de 30 fez alçar ao Governo o cearense Landri Sales, militar que assumiu na condição de Interventor. A história registra que, não obstante a insatisfação de políticos locais, Landri Sales fez uma das mais honestas e proíficas administrações e deu exemplo de "bom administrador da coisa pública". Incentivou desenvolvimento do setor agropecuário; fundou o Núcleo Agrícola de David Caldas, na forma de Colônia; distribuiu sementes selecionadas; melhorou geneticamente os rebanhos bovinos; construiu conjuntos habitacionais e melhorou o desenvolvimento da industrial. Fonte: www.ufpi.br

⁸⁴ Com o objetivo de formar professores para o ensino elementar a Escola Normal de Teresina é criada pela Lei Provincial n.º 565 de 05 de agosto de 1864. A reduzida procura pelo curso, provavelmente provocada pela taxa cobrada, levou o Presidente da Província a extinguir a Escola por meio da Lei n.º 599 de 09 de outubro de 1867. Contudo, a idéia persiste e a 29 de agosto de 1871, pela Lei n.º 753 é

(Figura 248) e o Liceu Piauiense⁸⁵ (Figura 249) e poucas escolas isoladas na capital e no interior.

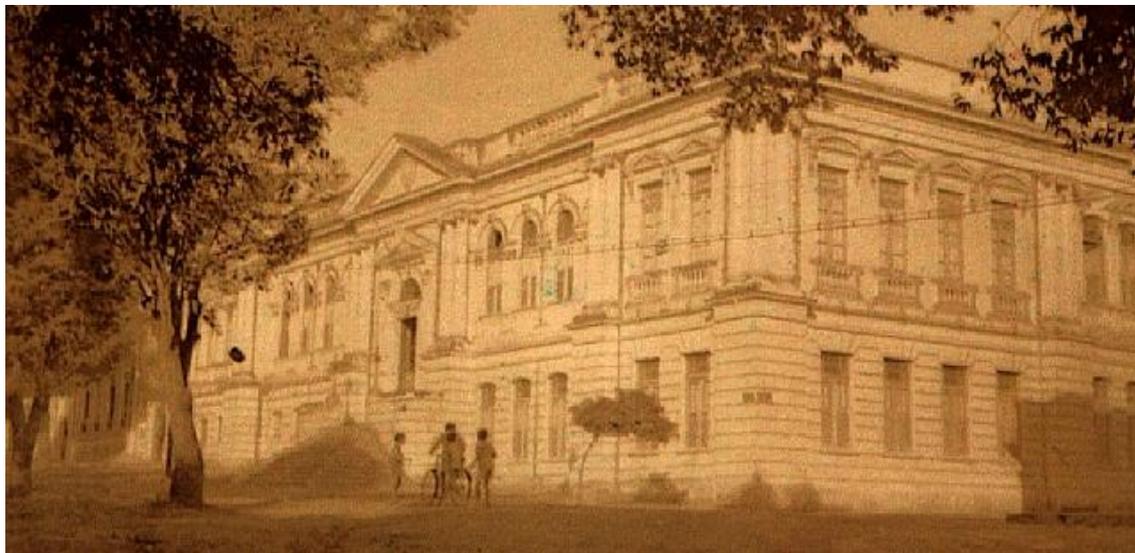


Figura 248 - Escola Normal Antonio Freira de Teresina



Figura 249 - Liceu Piauiense

reaberto o ensino normal anexo ao Liceu Piauiense com uma grade curricular distribuída em três anos de duração e não mais em dois anos como na primeira experiência. Por razões ainda não conhecidas o curso fora novamente extinto pela Resolução Provincial n.º 858 de 11 de julho de 1874. Uma terceira tentativa ocorreu em 1882 através da Resolução n.º 1.062 de 15 de julho daquele ano, sendo esta a mais duradoura, pois funcionou seis anos até que a Resolução n.º 1.197 de 10 de outubro de 1888 suprime a escola Normal de Teresina e perde o Estado do Piauí a possibilidade de formar seus professores. Atualmente é o Instituto de Educação do Piauí. O prédio foi construído para abrigar a Escola Normal, e a inauguração se deu no ano de 1922, no governo de Mathias Olympio. O edifício possui nítidas características neoclássicas. Em 1984, sofreu restauração para abrigar a sede da Prefeitura Municipal de Teresina, passando então a denominar-se “Palácio da Cidade”. Embora conserve seu estilo básico nas estruturas externas, o imóvel foi modificado no seu interior, perdendo as características de edificação do início desse século. Fonte: Lopes e Borges

⁸⁵ O Liceu foi fundado em 1847 pelo professor, político e conselheiro do Império, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que era interventor do Piauí. A escola foi fundada em Oeiras, na época capital da província. A transferência para Teresina aconteceu por conta do Conselheiro Saraiva, mas, a partir de então, a escola passou a funcionar de forma debilitada. Em 1934 foi construído um novo prédio onde, atualmente, é o Colégio Estadual Zacarias de Góes. Fonte: www.seduc.pi.gov.br

Segundo Lopes (2006), embora criados por lei estadual em 1910, por meio de uma reforma da instrução pública no Estado do Piauí, somente em 1922, com a construção do Grupo Escolar Miranda Osório⁹⁰ (Figura 250 e 251) no município de Parnaíba, é que a rede de escolas do Estado começou a utilizar as disposições desse equipamento. Antes disso, de 1905 a 1922, a rede era formada por escolas reunidas que foram fundadas em Teresina, a contar de 1910.

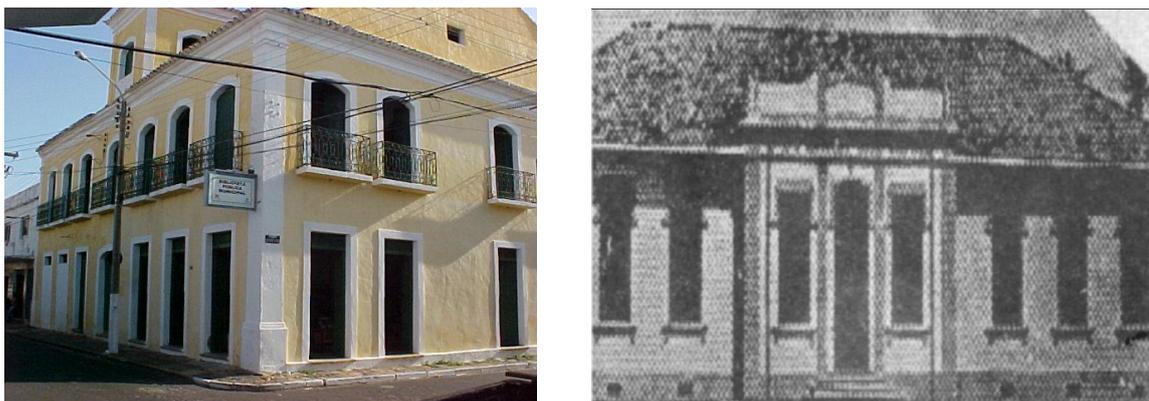


Figura 250 e 251 - Sobrado de Dona Aute e a Escola Miranda Osório em Parnaíba

Em 1918, o Estado contava com 73 escolas públicas, 14 localizadas na capital e 59 distribuídas por 38 municípios, e o governo tinha como regra a instalação em cada cidade de uma escola primária para cada sexo, enquanto nas vilas e povoados teriam apenas uma escola mista. Para Lopes (2006), como o Piauí nesse período, contava com 17 cidades e, 22 vilas fica a hipótese de que na prática muitas localidades eram desprovidas de escolas públicas.

Na capital, Teresina, quatro anos após a instalação do grupo de Parnaíba, foi a vez do Grupo Escolar Demóstenes Avelino (Figura 252 e 253), o primeiro a ser construído, no ano de 1926, a partir da fusão de escolas isoladas. O prédio foi projetado pelo engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, e como demonstram as fotos, três arcos organizam o hall de entrada, amplas janelas e os detalhes das calhas pluviais marcam a fachada.

⁹⁰ Funcionou no sobrado de Dona Aute, um casarão erguido em 1918. Fonte: www.deltadoparnaiba.com.br.



Figuras 252 e 253 – Vista lateral e frontal do Grupo Escolar Demóstenes Avelino

Outros prédios escolares da categoria grupo escolar foram erguidos em Teresina, após 1926. O Grupo Escolar Abdias Neves⁸⁵ (Figura 254), com a mesma arquitetura do Demóstenes Avelino; o Matias Olímpio (Figura 255) que, segundo a Fundação de Cultura do Piauí⁸⁶:

É uma edificação situada no bairro Porenquanto, zona norte de Teresina. Foi construída na década de 20, juntamente com as chamadas Escolas Reunidas “João Luis Ferreira”, no bairro Vermelha. Funcionou como ponto de referência do crescimento e evolução do bairro no qual será localizado. O imóvel apresenta planta baixa composta por formas retangulares que se unem e resultam num movimento plástico bastante interessante. A volumetria original sofreu alguns acréscimos que de certa forma não descaracterizou o partido adotado, já que se manteve a utilização dos mesmos materiais construtivos.



Figura 254 – Vista frontal do Grupo Escolar Abdias Neves

⁸⁵ Abrigou provisoriamente o Liceu Piauiense. A Faculdade de Direito do Piauí funcionou até meados de 1948.

⁸⁶ Ver www.fundac.pi.gov.br



Figura 255 – Vista frontal do Grupo Escolar Matias Olímpio

No ano de 1928, no interior do Estado, é instalada em Parnaíba, o Grupo Escolar José Narciso (Figura 256); em União, o Felon Castelo; em Livramento, o Padre Sampaio Castelo Branco; em Barras, o Matias Olímpio; em Campo Maior, o Valdevino Tito; em Picos, o Coelho Rodrigues; em Floriano, o Agrônomo Parentes. Em 1929 em Oeiras, o Grupo Escolar Costa Alvarenga⁸⁷ e em 1930, na capital, o Grupo Escolar Barão de Gurguéia

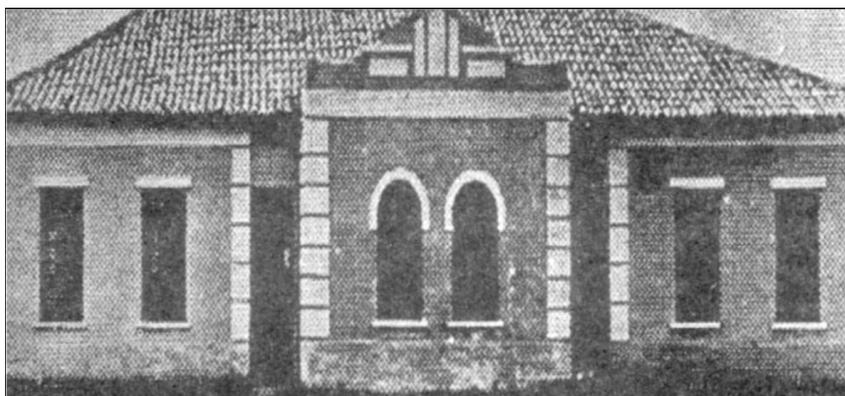


Figura 256 – Grupo Escolar José Narciso em Parnaíba

⁸⁷ O Grupo Escolar “Costa Alvarenga” foi criado em 21 de abril de 1929 e ainda hoje encontra-se em pleno funcionamento. Este foi um acontecimento de grande importância para a educação de Oeiras que perdendo a condição de capital da província lutava para se reerguer, após muitas tentativas e fracassos de fazer com que o ensino se firmasse nesta cidade. A criação desta escola é vista como uma esperança para muitos oeirenses que por falta de uma maior oferta de escolas públicas suficientes para a demanda da educação local, viviam mergulhados na ignorância. A escolha do nome “Costa Alvarenga” é uma homenagem ao oeirense Pedro Francisco da Costa Alvarenga, médico formado pela Universidade de Bruxelas, professor da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa e cientista notabilizado internacionalmente pela descoberta do duplo sopro crural, revelador da insuficiência aórtica e conhecido pelos especialistas da área com o nome de sinal Alvarenga-Duroziez. Costa Alvarenga nasceu em Oeiras, Piauí, em 1826 e faleceu em Lisboa, Portugal, em 1883. Ver Reis (2006).



Figura 257 – Grupo Escolar Costa Alvarenga em 1929



Figura 258 e 259 – Grupo Escolar Costa Alvarenga em 2009

Antônio Lopes diz que, até 1930, dez municípios do interior do Piauí já tinham implantado seus grupos escolares, cumprindo assim as determinações da lei estadual de 1910 e, juntamente com os seis da capital, formavam a rede de educação primária.

3.3.9 Estado do Rio Grande do Norte⁸⁸

⁸⁸ Com a distribuição das capitanias hereditárias, o então Rio Grande é doado, em 1535, a João de Barros pelo Rei Dom João III de Portugal. A colonização fracassa e os franceses, que traficavam o pau-brasil, passam a dominar a área até 1598, quando os portugueses, liderados por Manuel de Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque, iniciaram a construção do Forte dos Reis Magos

“O estado da Instrução Pública enche-nos de vergonha e humilhação. Não temos escolas, como não temos professores. Não temos, enfim, instrução.” Foi assim que o presidente do Estado do Rio Grande do Norte, Adolfo Affonso da Silva Gordo, iniciou seu relatório em 8 de fevereiro de 1890. Cinco anos mais tarde, no relatório que o diretor de Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Norte, Francisco Pinto de Abreu escreveu para o presidente do Estado, Pedro Velho d’Albuquerque Maranhão, já havia em curso um regulamento da Instrução Pública de 30 de setembro de 1892, fundamentado na Constituição, que concedia autonomia aos municípios para prestar o serviço da instrução primária, dentre outros.

A rede escolar existente era dotada de casas escolares mantidas pelo Estado, no padrão escolas isoladas, organizadas por um professor, que recebia sua remuneração do Estado, num total de 78 cadeiras primárias, com baixa frequência escolar de 1000 alunos. Havia ainda uma rede de ensino particular que o Estado, naqueles anos, desconhecia a situação. Para as atividades do ensino secundário, funcionava o Atheneu Norte-Riograndense.⁸⁹ (Figura 260) e anexo a esse prédio, a Escola Normal⁹⁰ (Figura 261 e 262).

para garantir a posse da terra. O domínio lusitano durou até 1634, quando o Forte dos Reis Magos caiu em poder dos holandeses, que só foram expulsos em 1654. Nesse período, todos os arquivos, documentos e registros do governo português foram destruídos, o que até hoje dificulta a reconstrução da história da época. Invasões preocupavam Portugal e, uma vez que a Capitania do Rio Grande do Norte ficava localizada no ponto mais estratégico da costa brasileira, o Rei retomou a posse da Capitania e ordenou a construção de um forte para expulsar os franceses da costa. Em 1701, após ser dirigido pelo governo da Bahia, o Rio Grande do Norte passou ao controle da Capitania de Pernambuco. Em 1817, a Capitania aderiu à Revolução Pernambucana, instalando-se na cidade de Natal uma junta do Governo Provisório. Com o fracasso da rebelião, aderiu ao Império e tornou-se província em 1822. Em 1889, com a República, transformou-se em Estado. Muitas pessoas desconhecem o caráter histórico e a contribuição da presença das tropas Aliadas instaladas na base aérea de Parnamirim. Junto ao Acre, o Rio Grande do Norte foi decisivo no processo da vitória aliada na II Guerra Mundial, pois barrou a expansão alemã que pretendia dar um salto da África Ocidental à América do Sul passando pelo Nordeste do Brasil, que foi ocupado antes por tropas norte-americanas. A presença dos norte-americanos trouxe benefícios para o RN e para os estados do centro-sul do Brasil, que finalmente conseguiram recursos para o Brasil se industrializar de forma decisiva a partir da construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Fonte www.rn.gov.br

⁸⁹ O Atheneu Norte-Riograndense é o mais antigo colégio em atividade do Brasil, criado em 1833, começou a funcionar em 1834. O colégio funcionava na Av. Junqueira Ayres, por trás da Prefeitura e ao lado de uma Igreja Protestante. Um prédio antigo com uma balaustrada na frente, paredes grossas, sem um estilo definido. O acesso levava a uma área descoberta no centro do prédio e as salas se posicionavam ao redor dessa área. Todas as salas tinham “janelões” para fora tornando o ambiente bem ventilado. Seus primeiros passos aconteceram nas dependências do Quartel Militar, que então se achavam desocupadas algumas salas. Na arcada e entrada do Quartel, foi colocado os seguintes dizeres: *“De guerreiros assento fui outrora, hoje d’aquilo que Minerva adora”*. Sedes do Atheneu: 1ª Situada no Quartel Militar - 1834 a 1859; 2ª Situada na Rua Junqueira Ayres - 1859 a 1954; 3ª e Definitiva na Rua Campos Sales - 11/03/54 até os dias atuais. Fonte www.ihgrn.org.br

⁹⁰ Segundo Aquino e Stamatto, no século XIX, “foram registradas três tentativas de se instalar uma Escola Normal em Natal, em 1874, 1890 e 1896, todas propostas anexas ao Ateneu Norte-Riograndense. A Escola Normal de Natal se configurou enquanto uma instituição pensada para o sexo masculino por seguir o modelo de organização do ensino secundário ministrado no Ateneu, acrescentado a disciplina de Pedagogia, sendo em algumas situações concedido o acesso às mulheres,

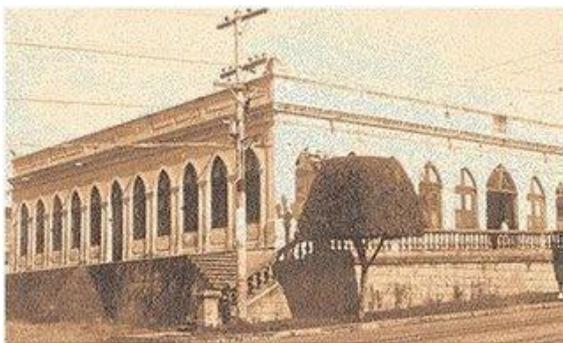


Figura 260 e 261 –Prédio do Ateneu e da antiga Escola Normal, atual Liceu



Figura 262 – Alunas na Escola Normal em 1911

Anos depois, uma reformulação da instrução pública no Estado figura na Lei n. 249, de 22 de novembro de 1907, regulamentada pelo Decreto n. 2499, de 22 de novembro do mesmo ano, no mandato do Presidente Antônio José de Melo e Souza. Essa lei, segundo Moreira (2006), era a concretização dos ideais republicanos e

... no Rio Grande do Norte, os Grupos Escolares propunham-se a substituir as representações do mundo doméstico e religioso, presente na tradição, e aproximar-se de uma cultura urbana a fim de reformar o homem público para uma sociedade moderna. Tornaram-se fator de divulgação, apropriação da racionalidade da época e responsável por apontar as demais escolas a divulgação e criação de uma nova tradição. Ao pensarmos na reforma da instrução primária, observamos que um dos maiores obstáculos à consolidação de uma nova cultura escolar era a consecução de um espaço físico adequado às exigências da chamada pedagogia moderna. Desta feita, é construído o primeiro grupo escolar da cidade do Natal, no Bairro da Ribeira, representativo pelas edificações das repartições públicas, Palácio do governo, lojas, além das paisagens do Rio Potengi e do mar. O grupo recebeu a denominação de Augusto Severo, homenagem ao intelectual, matemático e deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1892 a 1902), também aeronauta, que morreu em Paris em 12 de maio de 1902, quando conduzia seu balão PAX em companhia de seu mecânico, George Sachet.

com a devida adaptação”. A Escola Normal de Natal foi instituída definitivamente em 1908, no Decreto 178 do mesmo ano.

Na mensagem ao Poder Legislativo de 1907, o presidente dizia:

Está sendo edificado um prédio destinado ao primeiro grupo escolar da capital, cujas plantas e orçamento já haviam sido organizados, por ordem do meu ilustre e operoso antecessor, pelo conhecido arquiteto Herculano Ramos. Efetuada a transação, contratei em maio com aquele profissional, a construção do edifício, de acordo com as plantas e orçamento, aprovado depois de várias modificações.....

No ano de 1908, é inaugurado o primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte, o Augusto Severo (Figura 263), abrindo assim um novo panorama na instrução pública daquele Estado. Para Moreira (2006), o Grupo Escolar Augusto Severo iniciou um processo de reformulação de toda a Instrução pública no Estado do Rio Grande do Norte e era uma “continuidade ao projeto de modernidade para a sociedade potiguar, contemplando a construção de prédios escolares que correspondessem à racionalidade da época, inserida num amplo programa de investimentos na vida sócio-cultural da cidade do Natal”.

O grupo escolar era um projeto que começou a estimular as mudanças na instrução pública potiguar. No relatório de 1910, Alberto Maranhão, presidente do Estado, dizia que já estavam criados 12 e funcionando, dez grupos escolares, regularmente e esses dois últimos já seriam inaugurados no ano letivo de 1911. Funcionavam em Natal, Mossoró, Caicó, Acari (Figura 264), Martins, São José, Caraúbas e Serra Negra, Frei Miguelinho (Figura 265) e o grupo modelo com 200 alunos, funcionando junto ao Augusto Severo em Natal.

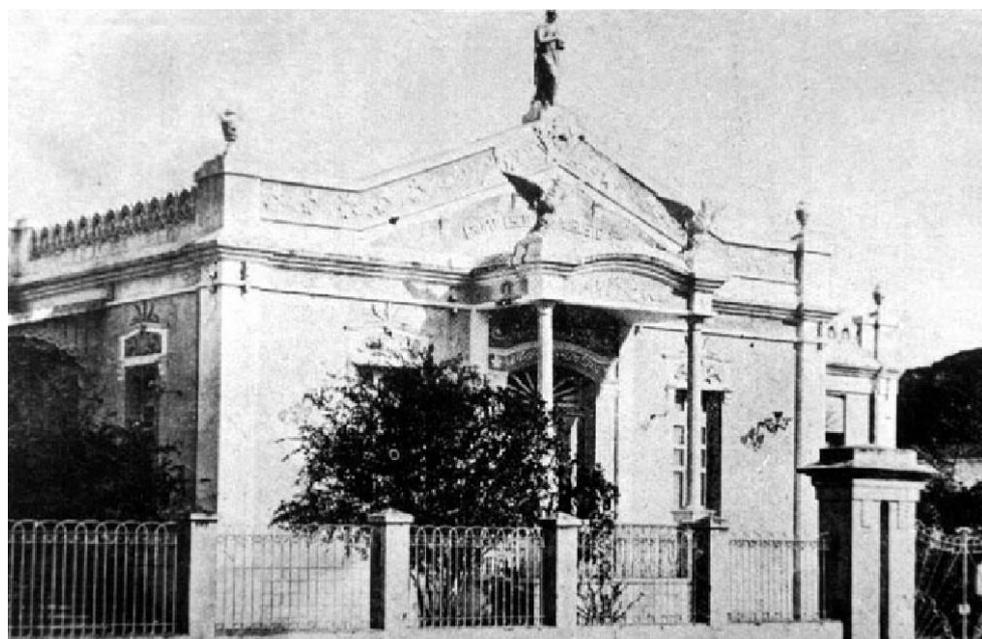


Figura 263 – Grupo Escolar Augusto Severo

A Escola Normal já tinha ritmo de frequência e matrícula com uns 70 alunos e o Ateneu Norte Rio-Grandense foi equiparado ao Ginásio Pedro II do Rio de Janeiro, por Decreto de 13 de setembro de 1905, com 147 matriculados. O fundo escolar, criado em 1906, estava instalado em todos os estabelecimentos, e começava a funcionar uma Escola de Aprendizes Artífices.

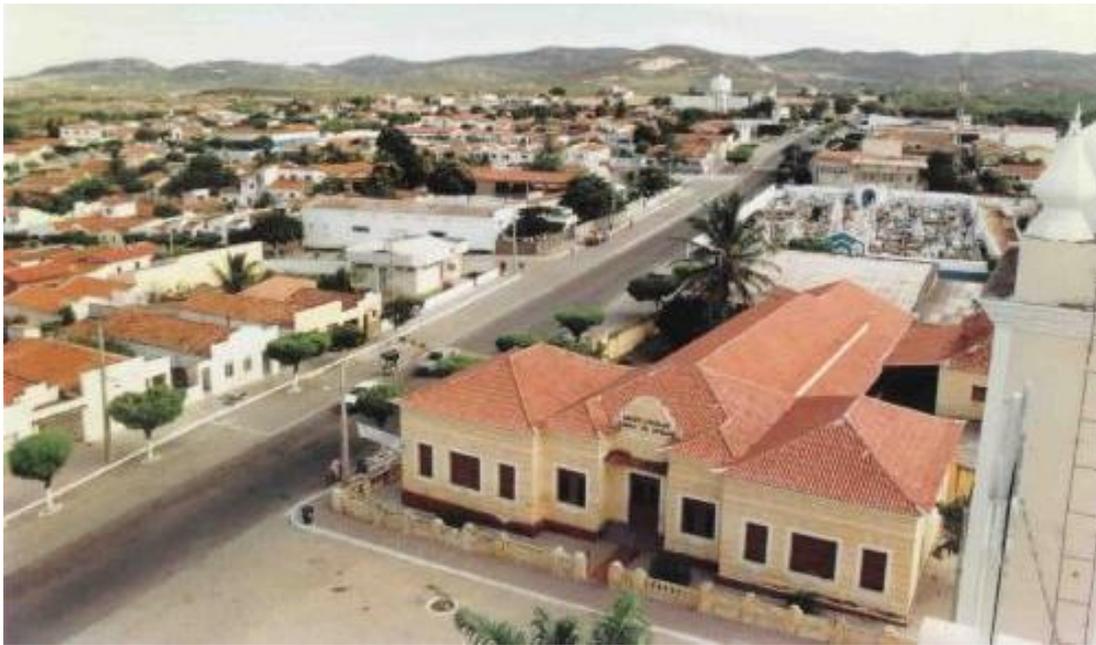


Figura 264 - Grupo Escolar Tomas de Araújo em Acari



Figura 265 - Grupo Escolar Frei Miguelinho em Alecrim, Natal

No ano de 1920 já era 32 o número de escolas no Estado, segundo balanço do presidente Antônio José de Mello e Souza e em 1919, o regulamento de instrução tinha sido novamente alterado pela Lei estadual n. 471, de 3 de dezembro, criando escolas ambulantes ou rudimentares para satisfazer problema de seca no interior do Estado. Nos grupos escolares eram 3.225 alunos matriculados já com a criação e instalação dos edifícios novos em Alecrim e, Nova Cruz, em Natal além de outro no município de Touros.

No ano de 1925, a situação geral do ensino, segundo Mensagem do presidente do Estado, José Augusto de Bezerra de Medeiros, já apresentava, além da Escola Normal e do Ateneu, a Escola Normal de Mossoró (Figura 266), a Escola Profissional do Alecrim, 15 grupos escolares, 36 escolas isoladas e 107 escolas rudimentares, sendo inaugurados prédios em Caicó – Grupo Escolar Senador Guerra; novos prédios em Lages, Seridó (Figura 267), São João do Sabugy, Martins, Angicos, Pedro Velho e Patú e apenas os municípios de Touros e Porto Alegre não tinham prédio próprio



Figura 266 - Praça da Redenção com a Escola Normal de Mossoró



Figura 267 – Grupo Escolar Antonio Azevedo em Jardim do Seridó

No ano de 1930, Juvenal Lamartine de Faria, presidente do Estado, apresentando seu relatório, informa que era crescente a intenção de instalar-se o ensino primário no Estado. Mesmo nos lugares onde já havia grupos escolares, se a comunidade precisasse de instalações, a solução era instalar, ainda, as escolas reunidas ou as escolas mantidas pela municipalidade. A rede escolar já era de 21 grupos escolares, com 4.881 alunos matriculados e uma boa frequência de 4.130 alunos; 31 escolas reunidas com 2.526 alunos; 128 escolas reunidas com 5.981 alunos e outras 36 reunidas noturnas que atendiam 1.158 alunos e que juntando com as escolas municipais, secundárias e demais, somavam 23.715 matrículas naquele ano.

3.4 REGIÃO SUL

3.4.1 Estado do Paraná⁹¹

⁹¹ Paraná em guarani quer dizer “rio caudaloso”. As primeiras movimentações de colonizadores no Estado tiveram início no século XVI, quando diversas expedições estrangeiras percorreram a região à procura de madeira de lei. No século XVII, portugueses e paulistas começaram a ocupar a região, a partir da descoberta de ouro e à procura de índios para o trabalho escravo. Até o século XVIII, existiam apenas duas vilas na região: Curitiba e Paranaguá. Esse processo retardou a ocupação definitiva da área, que pertenceu à província de São Paulo até meados do século XIX, com sua economia baseada na pecuária. A história oficial do Paraná começa em 29 de agosto de 1853 com a

Consta do relatório do presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, de 1895, que a instrução pública paranaense era regida pela Lei n. 436 de 31 de dezembro de 1894, que criou escolas em todas as localidades, inclusive em povoados em que havia mais de 20 crianças em idade escolar. A estatística escolar de 1894 apontava a existência de 220 escolas das quais 196 estavam funcionando. Em prédios próprios funcionavam as Escolas Oliveira Bello e Tirandentes, em Curitiba; a Escola Faria Sobrinho em Paranaguá e uma Casa Escolar em Antonina. Todas as demais eram escolas em casas de professores ou em prédios alugados.

Nesse âmbito, a instrução pública do Paraná, segundo o governador, ainda contava com o Ginásio Paranaense⁹² (Figura 268), organizado segundo moldes do Ginásio Nacional e a Escola Normal (Figura 269 e 270) que preparou em 1894, 40 alunos.



Figura 268 – Instituto de Educação do Paraná, antigo Ginásio Paranaense

lei assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região da Província de São Paulo. Logo após de conquistada sua autonomia, teve início um programa oficial de imigração européia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de riquezas. Em 1880 houve a abertura de estradas e rodovias, o que acelerou a ocupação. Daí em diante aconteceu o grande fluxo de migrantes mineiros e de outros Estados pelo baixo valor das terras e sua grande fertilidade. O Paraná torna-se Estado em 1889. No século XX a história do Paraná foi marcada pela opulência das moradas e do viver dos “barões da erva-mate”, donos de engenhos. A madeira farta atraía os ingleses, que povoaram os vazios das florestas derrubadas. Neste mesmo século chegaram os imigrantes não-europeus, como os japoneses na segunda década. O Paraná viveu o ciclo do ouro, da madeira, da erva-mate e do café, até finalmente diversificar sua economia. A capital, Curitiba, foi fundada em 1693, como Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Curitiba tornou-se a capital do Estado em 1853. A ocupação do seu território foi lenta até 1870, quando foi iniciado o processo de colonização por imigrantes europeus. Os imigrantes estabeleceram-se nos arredores da cidade, dedicando-se a atividades agrícolas e artesanais. Além desses grupos majoritários, também vieram para a região imigrantes japoneses, franceses, ingleses e suíços. A cidade de Curitiba tem sido modelo de planejamento urbano e qualidade de vida para seus habitantes. Fonte: www.paranaturismo.com.br

⁹² Atualmente tem o nome de Instituto de Educação do Paraná e foi criado pela Lei n.º 456 de 12 de abril de 1876, com o nome de Escola Normal pelo então presidente da Província Adolpho Lamenza Lins. Essa Escola Normal, anexa ao Instituto de Preparatórios ou de Estudos Propedêuticos, formou sua primeira turma de Professores em 1878, sob a direção do Dr. Justiniano de Mello e Silva, então Diretor Geral da Instrução Pública. Em julho do ano de 1876 foi divulgado um novo regulamento de ensino, dando nova forma ao Instituto de Preparatórios, estabelecendo dois cursos: Escola Normal e Instituto Paranaense, o qual mais tarde se chamou Liceu Paranaense e depois, por força da Reforma de 1900, Ginásio Paranaense. No entanto, a Escola Normal e o Ginásio Paranaense funcionavam conjuntamente, sob direção do Diretor Geral da Instrução Pública.



Figura 269 – Escola Normal

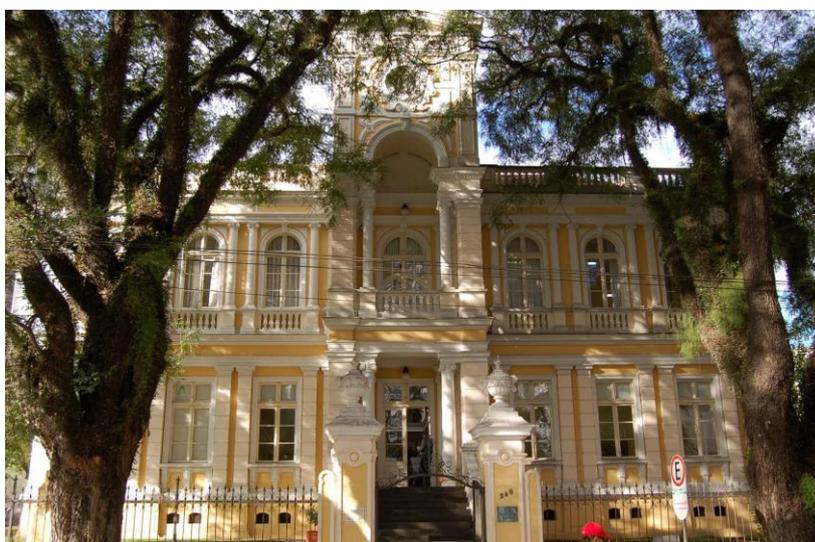
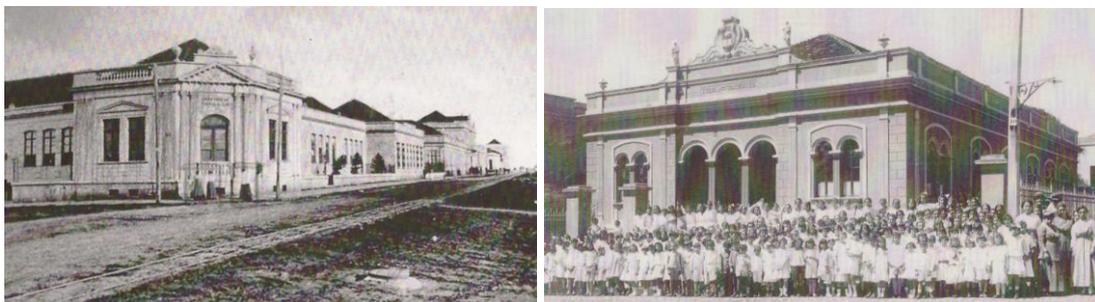


Figura 270 – Antiga Escola Normal, atual Secretaria de Cultura do PR

Na mensagem de 1910 ao Congresso Legislativo, o governador Francisco Xavier dizia haver no Estado 485 escolas de instrução, 118 para o sexo masculino, 37 para o feminino e 330 mistas; dessas apenas 273 estavam providas e as 212, vagas. As matrículas somaram 11.591 alunos.

Quanto ao balanço dos prédios do Estado, a mensagem dizia que funcionavam em 12 prédios próprios 29 aulas de instrução primária, assim discriminadas: no Grupo Escolar Xavier da Silva (Figura 271), 5 aulas; no Tirandentes (Figura 272), 2 aulas; no Cruz Machado, 2 aulas; no Oliveira Belo, uma aula; no Carvalho, uma aula, todas na capital; no grupo Vicente Machado em Castro, 4 aulas; no grupo Jesuíno Marcondes, na Palmeira, 4 aulas; no grupo da Lapa, 4

aulas; na escola do Serra Azul, 2 aulas; na escola de Morretes, 2 aulas; na escola Afonso Pena uma aula e na escola da estação Mallet, uma aula.

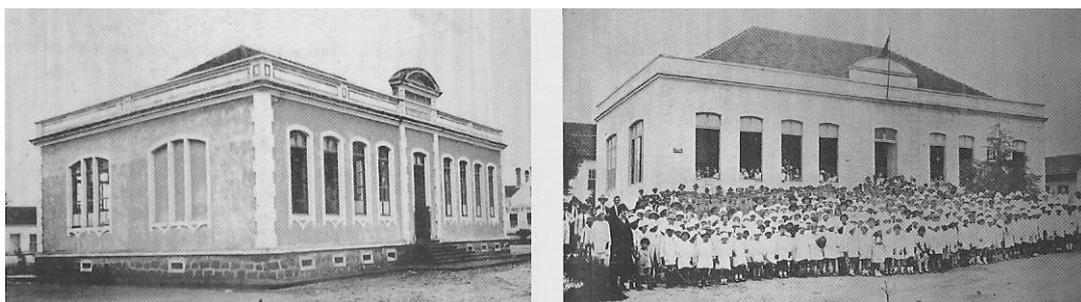


Figuras 271 e 272 – Grupos Escolares Xavier da Silva e Tiradentes

Cinco anos depois, o presidente do Estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em mensagem dirigida ao legislativo estadual, dizia da reorganização das escolas públicas estaduais primárias, da divisão do ensino em quatro séries e do agrupamento das escolas em grupos e semigrupos, com divisão de trabalho dos professores nas séries:

É bem verdade que sem embargo da nova orientação, os nossos grupos não se podem comparar com os do adiantado Estado de São Paulo, que dispõe do material técnico indispensável para a obtenção dos resultados ali colhidos, além de competente administração... Mas em todo o caso já dispomos de bons edifícios que satisfazem as condições de conforto, aeração e de luz, com amplos salões, algum material que vamos paulatinamente adquirindo.

Em 1920, o presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo já falava que o ensino primário tinha sido remodelado sob um novo método analítico em todos os grupos escolares, e esse método vem contribuindo para a nacionalização do ensino, diminuindo os analfabetos e aumentando a frequência escolar no Estado. Confirmava a existência de 573 escolas isoladas e reunidas com 23 grupos escolares (Figura 273 a 276) e uma matrícula em torno de 25.433 alunos e frequência de 19.812 alunos.



Figuras 273 e 274 – Grupo Escolar Macedo Soares em Campo Largo e Barão de Antonina em Rio

Negro



Figuras 275 e 276 – Grupo Escolar Prof. Raposo em Jacarezinho e Izabel Branco em Jaguariúva

No ano de 1925, Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, em seu relatório anual, informava que a população infantil da cidade de Curitiba estava totalmente servida com a rede escolar pública e privada implantada até então e dava números: com 16 mil crianças em idade escolar, havia 14.9009 alunos em escolas no ano de 1924, incluindo as crianças de 7 a 14 anos e as do jardim de infância e apontava a estrutura escolar adotada nos anos anteriores para que essa ação desse certo. Também afirmava que o analfabetismo seria eliminado nos próximos anos mas colocava as dificuldades de preparar os professores para essa tarefa. Nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa⁹³ (Figura 277) e Paranaguá (Figura 278) funcionavam edifícios projetados para o funcionamento de escolas normais e que esse era um trunfo que o diretor geral de Instrução Pública tinha para resolver o problema da falta de professores preparados.



Figura 277 - Escola Normal de Ponta Grossa

⁹³ O prédio do Colégio foi inaugurado em 1924, para funcionar a Escola Normal de Ponta Grossa. Em 1939, passa a ser sede do Ginásio Regente Feijó. Caracteriza-se por ser um marco na paisagem urbana pela beleza de sua construção, marcada pelo estilo eclético, apresentando vestígios do estilo clássico e da art-nouveau. Caracteriza-se por ser um grande Colégio Estadual, onde estudaram muitos personagens da história local, sendo até hoje uma referência por sua importância educacional. Foi tombado como Patrimônio Cultural do Paraná em 1990.



Figura 278 - Antiga Escola Normal Caetano Munhoz da Rocha em Paranaguá – PR

O balanço apresentado pelo presidente do Estado em 1925 dizia que em 1924 as matrículas nas escolas do Estado alcançaram o número de 39.065 crianças e que havia 529 escolas isoladas e 35 grupos escolares e mais quatro jardins de infância e mais duas escolas intermediárias.

No ano de 1930, o governador Affonso Alves de Camargo apresentou mensagem extensa acerca do quadro geral da instrução pública, com muitas tabelas, números e estatísticas demonstrando os avanços ocorridos no seu governo. Segundo ele, o ensino era uma de suas maiores preocupações e como, na sua visão, a educação primária, normal secundário e superior estavam em boas condições, era chegada a hora de investir na educação profissional e completava que havia autorizado a criação de escolas profissionais na capital e no interior.

No balanço da rede de instrução, o Estado do Paraná tinha, em 1929:

a) Jardins de Infância: seis escolas na capital, com 592 alunos; no interior, em Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Jacarezinho, Foz do Iguaçu e União da Vitória, com 659 alunos;

b) Curso Primário:

b. 1) Grupos Escolares na capital eram 12 com 173 classes: Anexo à Escola Normal Secundária; Dr. Xavier da Silva; Tiradentes; Dezenove de Dezembro; Barão do Rio Branco (Figura 279); Professor Brandão; Professor Cleto; Conselheiro Zacarias; Presidente Pedrosa; D. Pedro II e dois noturnos para operários que funcionavam nos prédios dos grupos Xavier da Silva e Tiradentes, com 5.563 alunos;

b. 2) Grupos Escolares no interior eram 37 com 357 classes assim discriminadas: Anexo a Escola Normal de Ponta Grossa; Barão de Antonina em Rio Negro; Dr. Vicente Machado em Castro; Professor Serapião em União da Vitória;

Custódio Raposo em Jacarezinho; Isabel Branco em Jaguariúva; Miguel Scheleder em Morretes; Jesuíno Marcondes em Palmeira; em Ribeirão Claro; o de Iraty; Bráslcio Machado em Antonina; Dr. Franco Vale em Imbituva; Dr. Manoel Pedro em Lapa; Macedo Soares em Campo Largo; Telêmaco Borba em Tibagi (Figura 280); Claudino dos Santos em Ipiranga; Silveira da Mota em São José dos Pinhais; o de Teixeira Soares; Barão de Capanema em Prudentópolis; o de São Matheus; Manoel Euprasio em Piraquara; o de Palmas; Dias da Rocha em Araucária; Anexo a Escola Normal Dr. Munhoz da Rocha em Paranaguá; o de Cerro Azul; o de Wencesláu Braz. Miguel Dias em Afonso Camargo; o de Mallet; Bartholomeu Mitre em Foz do Iguaçu; o de Pirai; o de Carlópolis; o de Santo Antônio da Platina; o de Colônia Mineira; o de Thomazina; Visconde de Guarapuava em Guarapuava; o de Entre Rios; Dr. Generoso Marques em Cambará e Senador Correa em Ponta Grossa;

c) Escolas Isoladas, 82 na capital e 1215 no interior;

d) Escolas Complementares, 11 na capital e 21 no interior;

e) Escola Normal de Paranaguá “Munhoz da Rocha”, Escola Normal Primária de Ponta Grossa e Escola Normal de Curitiba;

f) Ginásio Paranaense.



Figura 279– Grupo Escolar Barão do Rio Branco Curitiba



Figura 280 - Grupo Escolar Telêmaco Borba em Tibagi

3.4.2 Estado de Santa Catarina⁹⁴

⁹⁴ Dentre os primeiros registros da região onde localiza-se o Estado de Santa Catarina, destaca-se a referência da expedição de Juan Dias de Solis, que em 1515 passou por ali em direção ao Rio da Prata. Juan Dias de Solis deu o nome de baía dos “perdidos” as águas entre a Ilha (onde hoje fica a cidade de Florianópolis) e o continente. Em 1526, Sebastião Caboto publicou os mapas referentes à sua expedição, no qual nomeou a Ilha de “porto dos Patos”. Somente em 1529, no mapa-múndi de Diego Ribeiro, a Ilha aparece com o nome de Santa Catarina, sendo que existem várias versões a respeito da origem desse nome. Apesar de a região servir de ponto estratégico para o apoio as expedições com

No dia 26 de junho de 1889, o Cônego Joaquim Eloi de Medeiros ao passar a administração da Província de Santa Catarina ao 1º. vice-presidente Abdon Batista, encaminhou relatório que dizia ter a província 159 escolas primárias, com pouco mais de 4.600 alunos, embora 45 delas não estivessem providas, e que a situação exigia cuidados pois havia professores inabilitados e faltava fiscalização escolar, dentre outros problemas verificados.

Na estrutura do ensino, o Estado contava com o Liceu Provincial de Desterro⁹⁵ - a primeira escola pública secundária e com o Instituto Literário, também de instrução secundária, com poucos alunos, subvencionado pelo Estado. Cinco anos depois, em 1895, Hercílio Pedro da Luz, governador do Estado já confirma a redução do número de escolas primárias para 136 e cinco subvencionadas e a criação de um Ginásio e uma Escola Normal⁹⁶ (Figura 281) em 1892, funcionando no mesmo prédio e o Liceu de Artes e Ofícios (Figura 282) que se mudou para outro edifício.

destino, principalmente, para o Rio da Prata, os primeiros habitantes de Santa Catarina foram náufragos e desertores. Após alguns anos, chegam a Santa Catarina 4500 colonos açorianos, que se estabeleceram principalmente no litoral do continente. Com a expansão das expedições bandeirantes, sobretudo as de bandeiras vicentinas (originárias da Capitania de São Vicente), a região passou a ser percorrida. A Ilha foi ocupada em 1637, quando Francisco Dias Velho lá se estabeleceu com sua família e seus escravos, dando início a futura povoação Nossa Senhora do Desterro (atualmente Florianópolis). Em 1642 foi construída a primeira capela do Estado, em um local denominado São Francisco, que passaria a vila em 1660 (aproximadamente). A fundação de Laguna, em 1684, ocorreu após a pacificação dos índios habitantes da região. Em 1739 Santa Catarina passa a ser, oficialmente, o posto português mais avançado na América do Sul. Em 1777 os espanhóis invadem a Ilha com sucesso e expulsam tropas e autoridades para o continente. A Ilha foi devolvida a Portugal após o tratado de Santo Idelfonso, nesse mesmo ano. Santa Catarina teve um papel importante na Revolução Farroupilha. Os catarinenses eram receptivos as idéias republicanas. A partir de 1829 são instaladas várias colônias européias no estado, para os imigrantes de origem alemã, italiana e eslava. Com objetivo de utilizar sua saída para o mar, em 22 de julho de 1939, os Farrapos tomaram a cidade de Laguna dos imperialistas. A cidade passou a chamar-se “Cidade Juliana de Laguna”, local onde se estabeleceu o Governo Provisório da “República Catarinense”, já articulando, democraticamente, a eleição provisória para Presidente da Republica Catarinense. A ocupação durou até o fim do mesmo ano, quando ocorreu a derrota naval dos Farrapos. Um capítulo a parte na Revolução Farroupilha teve como protagonista a catarinense Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi. Tornou-se uma lenda ao lutar ao lado do italiano Giuseppe Garibaldi pela liberdade, seja nas Américas (lutou no Brasil e no Uruguai), ou na Europa (lutou na Itália). O estado esteve envolvido ainda na Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Fonte: www.sc.gov.br

⁹⁵ Durante o século XIX, na cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital da Província de Santa Catarina, o ensino secundário foi marcado pela existência de colégios financiados pelo Governo Provincial que tiveram vida efêmera. Houve alternância de estabelecimentos de ensino católicos e públicos na seguinte ordem cronológica: Colégio dos jesuítas espanhóis (1845-1855), Liceu (1857-1864), Colégio do Santíssimo Salvador (1865-1869) e Ateneu Provincial (1874-1883). O Liceu provincial, funcionou de 1857 a 1864 e sob a forma de Ateneu provincial de 1874 a 1883. Foi apenas interrompido por uma nova política, a dos liberais, que entregava de 1865 a 1870 o ensino a jesuítas italianos. A pressão dos velhos professores e do partido da oposição conseguiu seus objetivos, voltando-se ao anterior Liceu provincial, ainda que sob nova denominação, - Ateneu provincial. Ver Tiago Cancelier Dias e Norberto Dallabrida – O Liceu da Província de Santa Catarina no jogo do poder (1857-1864) Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v. 4, nº 1, p. 18-35, jan./abr. 2009

⁹⁶ Importante referencial arquitetônico, a antiga Escola Normal foi fundada em 1892 e tornou-se um ponto importante da cultura local, pois oferecia educação a alunos de menor poder aquisitivo oriundos



Figura 281 - Antiga Escola Normal e Ginásio Catarinense



Figura 282 - Antigo Liceu de Artes e Ofícios, atual Palácio e Museu Cruz e Souza

Uma nova organização da instrução pública e das escolas estaduais começaria a acontecer em 1901, com a Lei n. 516 de 30 de agosto que, dentre outras coisas, autorizou o Poder Executivo a fechar as escolas primárias ou as secundárias que funcionassem sem o número legal de frequência previsto em 85% das matrículas.

O Coronel Vidal Ramos, vice-governador do Estado, afirmava no relatório de 1905 que ele determinara uma nova reformulação do ensino público e sancionara a Lei Estadual n. 636 de 12 de setembro de 1904. Essa lei, segundo Vera Silva, destacou a intenção de instalar grupos escolares no Estado, registrou a substituição das escolas singulares pelos grupos escolares e sinalizou, ainda, a presença das

de diversos grupos escolares tanto da rede municipal quanto da estadual. Em 1927 a escola sediou a 1.ª Conferência Estadual de Ensino Primário, sob a presidência do governador Adolpho Konder, e em 1940 o 9.º Congresso Brasileiro de Geografia. O local foi tombado como um patrimônio histórico pela Prefeitura de Florianópolis e hoje contém uma biblioteca universitária com acervos especializados. Fonte www.fundac.pmf.gov.br

escolas normais e dos grupos escolares, que juntos, formariam a rede de unidades educacionais propostas.

Mas foi na primeira década do século XX, que o governador de Santa Catarina, Gustavo Richard, tomou uma série de medidas com base na circulação de informações que vinham principalmente de São Paulo; decidiu contratar o educador Orestes Guimarães, formado na Escola Normal de São Paulo, que se mudou para Florianópolis e foi dirigir o Colégio Municipal daquela cidade. Logo ele foi nomeado Inspetor de Instrução Pública do Estado e, em 1911, começou a colocar em prática a reformulação da instrução do Estado, baixada pela Lei n. 846 de 11 de outubro de 1910 e regulamentada pelo Decreto n. 585 de 19 de abril de 1911.

Nessa reforma da instrução, Orestes Guimarães implantou o primeiro grupo escolar do Estado, reformando o prédio do Colégio Municipal de Joinville, e adaptando-o para as suas novas necessidades, inaugurado em 1911, e dá-lhe o nome de Grupo Escola Conselheiro Mafra (Figura 283).

O prédio foi reformado para adquirir características de Grupo, e assim comentou o Jornal *Commercio de Joinville*, de 12 de Agosto de 1911, p.2 (apud Hoeller 2009):

... o edifício passou por uma sensível modificação, ficando com oito salões espaçosos para aulas, um gabinete para o director, salas de deposito e arrecadação e galpões para os dias calidos ou chuvosos. O edificio será forrado e novamente pintado e caiado e terá um porteiro e um servente. As aulas funcconarão diariamente durante cinco horas...

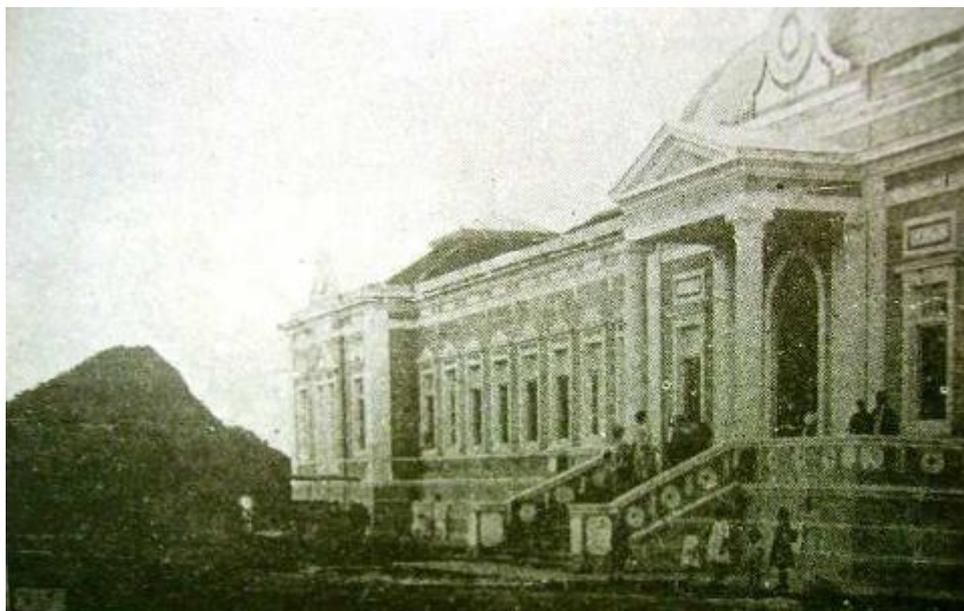


Figura 283 - Grupo Escolar Conselheiro Mafra – Joinville

Depois da instalação desse grupo escolar em Joinville, vários grupos escolares foram implantados num curto período de tempo. Gaspar da Silva diz que o segundo grupo escolar do Estado foi inaugurado em 10 de dezembro de 1912, na cidade de Laguna, com o nome de Jerônimo Coelho (Figura 284).

Ainda em 1912, em 24 de dezembro, Florianópolis via inaugurar seu primeiro grupo escolar, denominado de Lauro Müller (Figuras 291 a 294).

Em 1913, o município de Lages¹⁰³ inaugurou seu grupo escolar com o nome de Vidal Ramos (Figuras 288 e 289), o governador da época. Na sequência, outro foi inaugurado em Florianópolis, o Grupo Escolar Silveira de Souza (Figuras 295 a 299), em 28 de setembro de 1913. Em 4 de dezembro de 1913, foi a vez do Grupo Escolar Victor Meirelles (Figuras 289 e 290), situado na cidade de Itajaí. Depois o Grupo Escolar Luiz Delfino, de Blumenau (Figura 286), em 30 de dezembro de 1913 e o Grupo Escolar Felipe Schmidt – Município de São Francisco do Sul (Figura 285).

Para Silva (2004), esses edifícios mudaram a paisagem das principais cidades de Santa Catarina e eram uma invenção modernizadora:

A criação dos grupos escolares integra o projeto republicano catarinense de “reinvenção das cidades”, as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que encarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade. Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam um conjunto alargado da população, mas serviam como símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminava um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção... Para além de uma reordenação de espaços, este projeto necessitava de homens com as competências necessárias para ocupá-los... Estas modernas instituições foram projetadas de forma a abrigar com maestria os pressupostos do método intuitivo, ou lição das coisas, que primava por um ensino que partisse do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, da síntese para a análise, enfim, um conjunto de procedimentos que se julgava mais afinado com as necessidades da época, particularmente a necessidade de instrumentalizar desde a infância o homem que o Estado - ancorado num pretense espírito republicano - desejava ver circulando pelas cidades e compondo seus quadros administrativos e políticos, que se ampliavam de forma ímpar numa reorganização da máquina pública “liberta” pela proclamação da República... Estas escolas congregavam o que, em termos de ensino, havia de melhor à época. Para funcionar “sob o manto” do novo método - o intuitivo ou lição das coisas - estas instituições deveriam dispor - e parece que dispunham de fato - de um conjunto de recursos didático-pedagógicos que se distinguiam daqueles disponibilizados ao conjunto mais alargado da população que freqüentava as outras escolas públicas.

¹⁰³ O Grupo Escolar Vidal Ramos, nome do governador nascido em Lages, foi inaugurado em 20 de Maio de 1913, com dois pavimentos e foi o maior e mais suntuoso prédio de grupo escolar construído no período, não sendo superado nem mesmo pelos dois Grupos Escolares construídos na capital.



Figura 284 - Grupo Escolar Jerônimo Coelho em Laguna



Figura 285 - Grupo Escolar Felipe Schmidt – Município de São Francisco do Sul



Figura 286 - Grupo Escolar Luis Delfino - Blumenau



Figuras 287 e 288- Grupo Escolar Vidal Ramos - Lages



Figura 289 e 290 –Grupo Escolar Victor Meirelles, atual Casa de Cultura Dide Brandão



Figura 291 - Grupo Escolar Lauro Muller em Florianópolis



Figura 292 e 293 - Grupo Escolar Lauro Muller foto de 1934 e vista interna em 2009



Figura 294 – Implantação do Lauro Muller em Florianópolis – Planta em “U”.



Figura 295 e 296 - Grupo Escolar Silveira de Souza em Florianópolis



Figura 297 e 298 - Grupo Escolar Silveira de Souza em Florianópolis – vista do pátio e detalhes



Figura 299 – Implantação do Silveira de Souza em Florianópolis – Planta em “U”.

Para Hoeller (2009), o prédio do Grupo Escolar normalmente usava os recursos estéticos de uma arquitetura neoclássica, apresentando uma simetria bilateral, de modo que “as seções masculina e feminina ficassem em lados opostos e separados, por um pátio interno, com compartimentos internos espaçosos, arejados com amplas janelas, de modo que a claridade incidisse adequadamente na carteira do aluno”. O edifício poderia ser composto de oito a doze salas de aula, metade para cada seção, além de salas de depósito, galpões e o gabinete do diretor.

Há indicações no Decreto do Regimento dos Grupos Escolares que os prédios deveriam localizar-se em áreas centrais das cidades, “com orientação que garantissem aos alunos ar puro e salubre, bastante luz, com paredes sobre as quais incidissem diretamente os raios solares, com ajardinamento na frente e arborização nas áreas dos recreios” segundo Gaspar da Silva, que ainda afirma:

...nestes prédios uma das alas seria destinada “à **secção masculina** e a outra à **secção feminina**”, separados... Cada “secção” deveria constar de quatro salões amplos, ventilados, no mínimo de 9m x 7m x 5m. Além destes cômodos, cada grupo escolar deveria ter: um gabinete para o museu escolar; um gabinete para o diretor; um cômodo para a portaria; um galpão de abrigo para cada “secção”; em cada um deveriam ser instaladas privadas higiênicas, lavatórios e mictório no da “secção” masculina; pátios arborizados para os recreios de cada secção. A determinação de que os recreios das secções (para meninos e meninas) deveriam acontecer “inteiramente” separados é clara. Vê-se uma estrutura arquitetônica projetada para educar desde suas paredes.

Continua:

As classes de meninas seriam regidas somente por professoras, já que estas deveriam se ocupar também das aulas de “trabalhos de agulhas”; as dos meninos poderiam ser regidas por docentes de ambos os sexos. Nestas classes deveriam existir “carteiras higienicas” em número suficiente à lotação (máximo de 50 alunos e mínimo de 16); “dois quadros negros parietaes, sendo um delles (o do lado) para exercícios e o

outro (o do fundo da aula) para o lançamento das notas semanaes de aplicação e comportamento”; um armário de porta de vidro, para arrecadação do material dos alunos; uma escrivaninha, com duas gavetas, para arrecadação do material de uso do professor; um estrado; um relógio; um porta-canetas; um tinteiro duplo; lápis; penas e uma pasta; um livro de chamada; um porta-mapas; uma cadeira para o professor e uma ou duas para visitantes; um quadro de horário; junto de cada tinteiro das mesas dos alunos deveria existir um “limpa-pennas”.

Sobre o espaço físico das escolas, comenta:

As salas de aula deveriam ser construídas de forma a assegurar a cada aluno uma área de mais ou menos 1,40 m de superfície e 6 a 7 m³ de ar por hora, com as paredes internas caiadas de cor amarelada ou esverdeada, com barras pintadas a óleo. Os aparelhos sanitários (dejectórios e mictórios) deveriam estar separados do edifício e diariamente lavados e desinfetados. Nas salas de aula e nos corredores existiriam escarradeiras, as quais deveriam ser lavadas, diariamente, com água fervendo. As carteiras escolares seriam de tipo reconhecidamente aprovado pela higiene escolar. Os quadros negros, as carteiras e cadeiras individuais eram novidades pedagógicas que entravam com pompa nos grupos escolares. Uma série de outros recursos didático-pedagógicos conferia a estas instituições uma estética distintiva, se comparados aos de outras escolas públicas. Uma estética que elevava o status dos grupos, que conquistava um lugar de objeto de desejo. A ordenação espacial e didático-pedagógica era “calculada” de forma a favorecer a formação de cidadãos quietos, atenciosos, que tivessem no professor a autoridade – a referência maior, tudo isto ocupando um lugar que primava pela assepsia, uma assepsia que deveria ocupar não só o espaço físico, mas também os corpos e mentes. Aos conteúdos, à maneira proposta para ensiná-los, à organização arquitetônica se junta uma série de prescrições quanto à maneira de portar-se na escola e de utilizá-la. Seu funcionamento é regrado nos mínimos detalhes: onde dispor os materiais, a quem solicitar como recuperá-los ou substituí-los.

No ano de 1920, o vice-governador do Estado, engenheiro Hercílio Luz, no exercício do cargo de governador, comentava que, com o aumento das receitas estaduais, o governo conseguiria fazer novos investimentos na instrução pública, tanto na manutenção da rede quanto na criação de novas escolas, principalmente as isoladas. Ele mandou estudar vários municípios a partir dos dados de população e matrículas e determinou a fusão de algumas, fechamento de outras, usando o critério de uma escola para cada 1000 habitantes e naquela data, 113 novas escolas isoladas foram criadas, atendendo distritos de paz e lugares desprovidos de estabelecimento de educação.

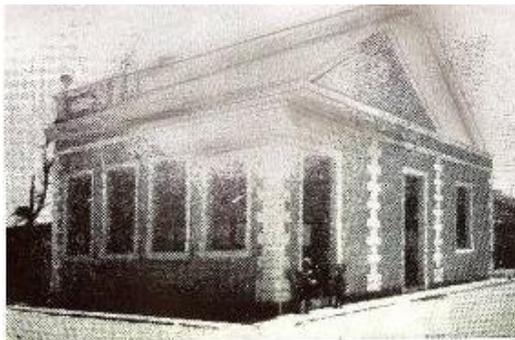


Figura 300 - Escola Isolada de Roçado – município de Joinville

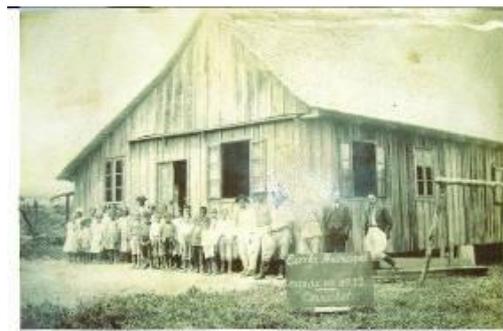


Figura 301 - Escola Isolada Rural

Continuando seu relatório de 1920, Hercílio Luz diz ainda que instalou em Brusque, o Grupo Escolar Feliciano Pires e criou uma escola complementar em São Francisco do Sul, um grupo escolar na cidade de Tubarão e escolas reunidas na vila de Canoinhas, em Palhoça. Assinou Decreto n. 1.322 de 22 de outubro de 1919 em que regulamenta a Lei Estadual n. 1.283 de 15 de setembro de 1919 que faz uma reformulação nos programas de ensino dos grupos escolares e das escolas isoladas.

A matrícula da rede pública mantida pelo Estado foi de 20.892 alunos distribuídos em uma escola normal, seis escolas complementares, dez grupos escolares, quatro escolas reunidas e 382 escolas isoladas (Figuras 302 a 304).



Figura 302 - Escola Elementar da década de 1920

O Ginásio Catarinense foi equiparado ao Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro pela Portaria de 23 de março de 1918 e mais de 300 alunos frequentaram aquele estabelecimento. Já o Liceu de Artes e Ofícios tinha 191 alunos matriculados.

Em 1925, o Coronel Antônio Pereira da Silva, vice-governador no exercício do cargo de governador do Estado, abordando a instrução pública em relatório que entregou ao Congresso Representativo, fez um balanço de 594 escolas isoladas sendo

47 vagas e cerca de, 27 mil alunos matriculados e outros 23 mil frequentando, presentes em todos os 32 municípios. No caso da capital, Florianópolis, os números apontavam 35 escolas. Os grupos escolares em número de 11 acumulavam matrícula de 3.692 alunos; nas oito escolas reunidas mais 1.394 alunos e nas 10 escolas complementares uns 580 alunos.

A instrução pública organizava-se mediante as normas da Lei Estadual n. 1.448, de 28 de agosto de 1923, com os decretos 1.814, 1.843 e 1.882 de 24 de dezembro de 1924, de 20 de fevereiro e 7 de maio de 1925, respectivamente. A Escola Normal funcionava com 60 alunos matriculados. O Ginásio Catarinense matriculou 354 alunos e no dia 14 de julho de 1924, iniciou a construção de um novo edifício que, também naquele ano de 1925, uma das alas estava quase pronta.

No ano de 1930, o general Antônio Vicente Bulcão Vianna, presidindo a Assembléia Legislativa no exercício do cargo de presidente do Estado, faz um relatório minucioso das condições da instrução pública no Estado de Santa Catarina:

Em 1929 funcionavam 1.231 estabelecimentos de ensino sendo 1 instituto politécnico, 1 instituto comercial, 2 ginásios, 3 escolas normais, 1 curso de letras, 17 escolas complementares, 12 grupos escolares de 1ª. classe, 13 grupos escolares de 2ª. classe, 1 escola modelo de aplicação, 71 escolas urbanas, 603 escolas isoladas rurais, 6 escolas noturnas, 161 escolas municipais e 339 escolas particulares. Havia 16 escolas vagas. A matrícula das escolas públicas somavam 46.786 e a frequência em 40.126 alunos.

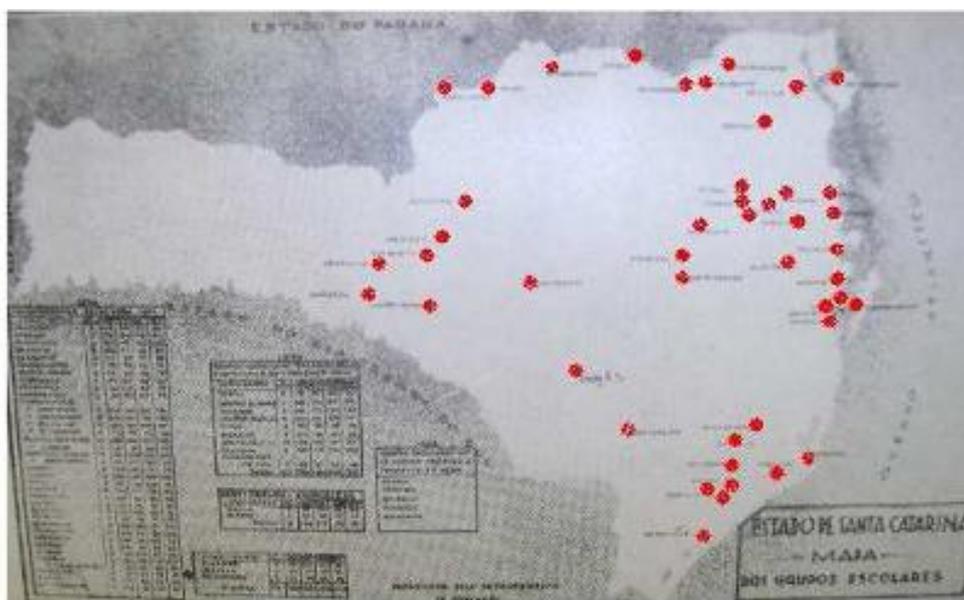


Figura 303 – Mapa da localização dos grupos escolares no Estado

As escolas complementares funcionavam nos municípios de Blumenau (2), Brusque, Florianópolis (3), Itajaí, Joinville, Lages, Laguna, São Bento, São Francisco do Sul, Tijucas, Tubarão, Porto União e São Joaquim.

Os grupos escolares (GE) de 1ª. classe tinham denominação de pessoas influentes na política e na sociedade catarinense e estavam assim distribuídos (Figura 210):

- a) Blumenau, GE Luis Delfino, com 7 classes;
- b) Brusque, GE Feliciano Pires, com 6 classes;
- c) Florianópolis, os GE Lauro Muller, Silveira de Souza e Arch. São José, com 8, 8 e 12 classes respectivamente;
- d) Itajaí, GE Victor Meirelles com 9 classes;
- e) Joinville, GE Conselheiro Mafra com 11 classes;
- f) Lages, GE Vidal Ramos com 8 classes;
- g) Laguna, GE Jerônimo Coelho com 9 classes;
- h) São Francisco do Sul, GE Felipe Schmidt com 10 classes;
- i) Tijucas (Figura 211), GE Cruz e Souza com 7 classes e
- j) Tubarão, GE Hercílio Luz com 8 classes.



Figura 304- Grupo Escolar Cruz e Souza – município de Tijucas.

Já os de segunda classe, foram implantados em municípios menores, como Aranaguá, Biguaçu, Camboriu, Mafra, Ouro Verde, Palhoça (Figura 305), Porto União, Rio do Sul, São Bento, Timbó (Figura 306), São José e Urussanga e tinham, em média, 4 classes.

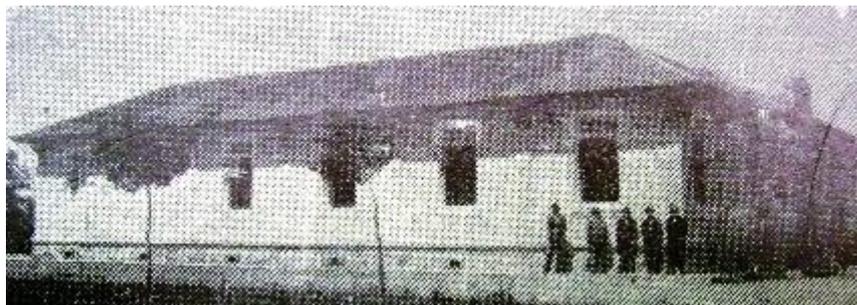


Figura 305 – Grupo Escolar de Palhoça



Figura 306 - Grupo Escolar Polidoro Santiago em Timbó.

O Ginásio Catarinense ainda funcionava e, em 1929, tinha matriculado 375 alunos e recebia subvenção do Estado. Já o Ginásio José Bonifácio, criado por professores em 1928 para o ensino secundário, já contava com 75 alunos.

3.4.3 Estado do Rio Grande do Sul⁹⁷

⁹⁷ Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a região onde está situado o Estado do Rio Grande do Sul era habitada por índios guaranis, tapes e charruas. Um dos primeiros registros que faz referência à região data de 1531, quando os navegadores portugueses Martin Afonso de Souza e Pero Lopes, de passagem pela costa (na qual não desembarcaram), batizaram a barra (onde alguns anos depois, foi aberta a passagem para os navios, do oceano para a Lagoa dos Patos) com o nome de Rio Grande de São Pedro. No início do século XVII, a região até então considerada “terra de ninguém”, começou a ser ocupada com a chegada dos padres jesuítas, que fundaram as Missões Jesuíticas pela região onde hoje estão situados os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná e os países, Paraguai e Argentina. As missões jesuítas, nessa região, tinham como principal característica o grande número de índios guaranis convertidos por grupos pequenos de religiosos. Com o objetivo de garantir a alimentação dos índios convertidos, o Padre Jesuíta Cristovão de Mendonça introduziu o gado nas missões em 1634. Em 1641, os bandeirantes expulsam os jesuítas da região. Na fuga dos jesuítas, grande parte do gado se espalhou pela região, virando selvagem (ou chimarrão, como se dizia na época), dando origem ao chamado gado “orelhano”. Em 1682, jesuítas espanhóis, aproveitando que os bandeirantes estavam ocupados na extração de ouro e pedras, retornam ao solo gaúcho e fundam o primeiro núcleo urbano do estado: São Francisco de Borja, atualmente a cidade de São Borja. O primeiro grupo de povoadores organizados e apoiados oficialmente pelo governo veio da Ilha dos Açores, em 1740, e foram acomodados nas proximidades de Porto de Dorneles. Essa população deu origem à cidade de Porto Alegre. As estâncias, já em 1780, investiam na produção de charque, produto que passou a ser vendido para o restante do país. Um capítulo a parte na história do Rio Grande do Sul foi a Revolução

Antes de instalado o governo republicano no Rio Grande do Sul, a instrução pública daquele Estado era exercida no Liceu Dom Afonso⁹⁸ e na Escola Normal⁹⁹, além de 685 aulas, grande maioria no interior que abrigava, ainda, a Escola Normal de Pelotas.



Figura 307 – Primeira Escola Normal

Farrroupilha, que teve início em 1835 e durou 10 anos. A Revolta dos Farrapos foi um movimento de imperialistas contra os gaúchos republicanos, causada por motivos econômicos, sociais, políticos e militares. As ideias iluministas, liberais, encantaram a elite rio-grandense, que sofria com os desmandos do poder imperial, que cobrava altos impostos e eram indiferentes as necessidades da região. O conflito tem fim com a assinatura do “Ponche Verde”, em primeiro de março de 1845. Na primeira metade do século XIX, após muitos conflitos e tratados, obtendo Portugal a posse definitiva das terras que hoje compõem o estado, expulsos os espanhóis e desmanteladas as reduções, e massacrados ou dispersos os índios, estabeleceu-se uma sociedade de matriz claramente portuguesa, e uma economia baseada principalmente no charque e no trigo, iniciando um florescimento cultural nos maiores centros do litoral - Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Esse crescimento contou com a contribuição de muitos imigrantes alemães, que desbravaram novas áreas e criaram culturas regionais significativas e economias prósperas, bem como com a força de muitos braços escravos. No final do século o comércio fortaleceu-se, chegaram imigrantes de outras origens como italianos e judeus, e, na virada para o século XX, o Rio Grande do Sul havia se tornado a terceira maior economia do Brasil, com uma indústria em ascensão e uma rica classe burguesa, mas ainda era um estado dividido por sérias rivalidades políticas, e houve mais crises sangrentas. Fonte www.cultura.rs.gov.br

⁹⁸ O Liceu Dom Afonso foi a primeira escola de ensino secundário do Rio Grande do Sul, criada em 1846. Foi idealizada pelo Duque de Caxias, depois do término da Guerra dos Farrapos. Tinha como modelo o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Só passou a funcionar efetivamente em 1851. Foi fechado em por lei de 1870, substituído no mesmo momento pelo *Ateneu Rio-Grandense*, de curta duração.

⁹⁹ A Escola Normal hoje se denomina Instituto de Educação General Flores da Cunha, o mais antigo estabelecimento de ensino secundário e de formação de professores da cidade. Foi criada em 5 de março de 1869, sendo instalada a 1 de maio do mesmo ano, objetivando a formação de um quadro docente para o ensino primário. Nas reformas estruturais na educação decretadas por Júlio de Castilhos em 1897, a Escola Normal foi transformada em 1901 em *Colégio Distrital de Porto Alegre*, e em 1906 outro decreto a tornava *Escola Complementar*. Até a década de 30 funcionou num edifício na esquina das ruas Marechal Floriano e Duque de Caxias, e em 1930 foi determinada a construção de uma sede nova na sua localização atual, na Avenida Oswaldo Aranha, projetada por Fernando Corona. Antes de ser concluído abrigou a seção cultural da *Exposição do Centenário Farrroupilha*, em 1935.

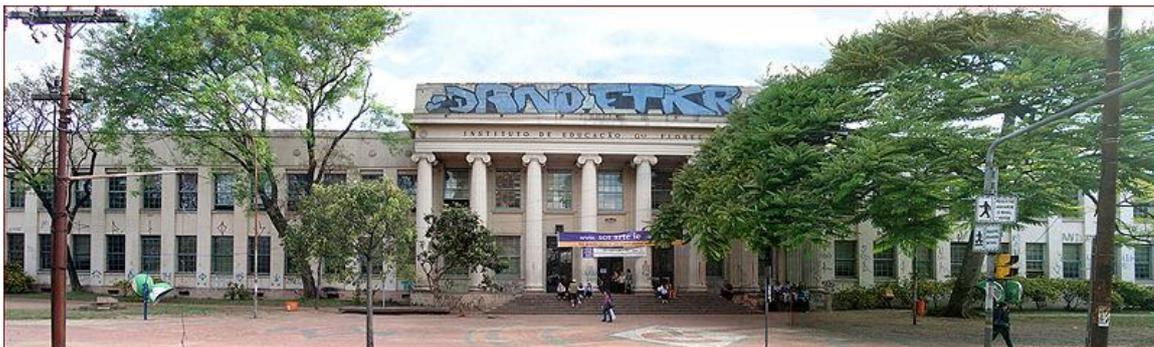


Figura 308 – Antiga Escola Normal atual Instituto Flores da Cunha

A instrução estadual era regulamentada pelo Decreto n.º 89, de 2 de fevereiro de 1897 e, que dentre as suas principais disposições, dizia que o ensino primário era livre, leigo e gratuito e que seria ministrado pelo Estado em colégios distritais e tantas escolas elementares quantas forem necessárias. Ainda dividia o Estado em sete regiões escolares e dizia que os colégios distritais seriam instituídos onde fosse verificada maior necessidade. Essa é uma nova denominação utilizada no país para fazer face à tipologia das escolas naquele Estado.

O Relatório do presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, do ano de 1900, dizia que havia 872 escolas, sendo 187 urbanas e 685 rurais com 31 mil alunos matriculados embora com baixa frequência escolar de 12.040 alunos. No ano de 1900, o relatório do mesmo Presidente apontava um crescimento das escolas para 990 sendo 286 urbanas e 704 rurais. Para fins de inspeção escolar, o Estado foi dividido em 38 zonas de instrução. Nesse ano foi inaugurado o Colégio Júlio de Castilhos (Figura 309), antigo Ginásio do Rio Grande do Sul¹⁰⁰

¹⁰⁰ Foi fundado no dia 23 de março de 1900, então com o nome de *Ginásio do Rio Grande do Sul*, como uma das dependências da Escola de Engenharia. Visava preparar alunos para os institutos superiores. Em 1908, foi renomeado para Júlio de Castilhos, em homenagem ao político gaúcho falecido cinco anos antes. Na década de 1930, a escola quase foi privatizada por um decreto do governo do Estado, o qual pretendia deixar todo o ensino secundário nas mãos de escolas particulares. A sede original, de estilo renascença alemã, foi destruída por um incêndio sete anos antes de ser erguido o atual prédio, em estilo moderno. Durante esse período, a escola funcionou no prédio do Arquivo Público de Porto Alegre.

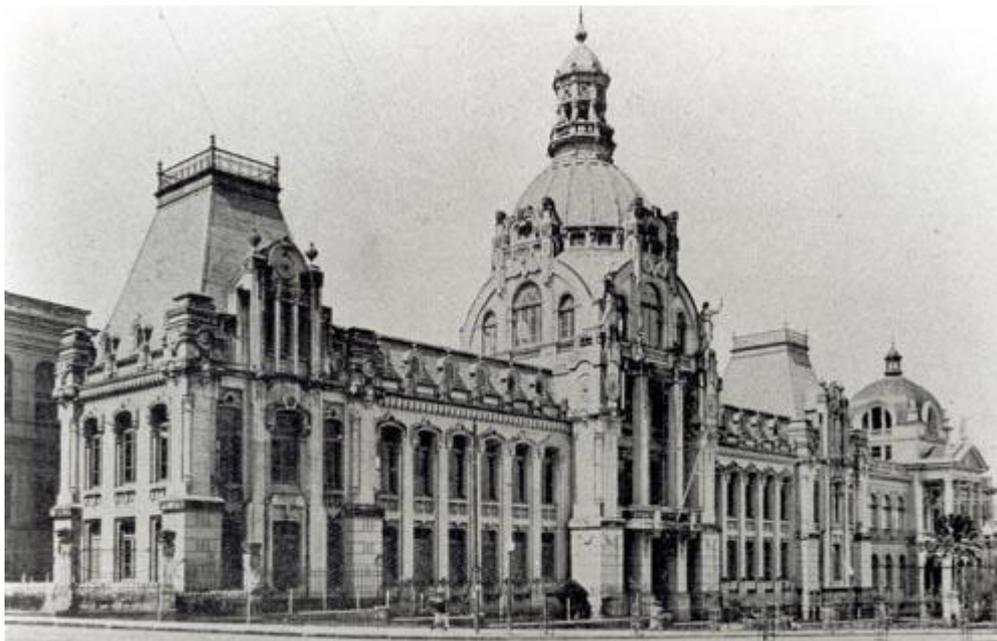


Figura 309 - Antigo Colégio Julio de Castilhos, no início do século XX em Porto Alegre.

No ano de 1910, o presidente Carlos Barbosa Gonçalves, relatava à Assembléia dos Representantes que no Rio Grande do Sul existirem 1.231 escolas das quais 181 estavam vagas por falta de professores e que a frequência era de 53.969 alunos. Em 1915, a mensagem do vice-presidente do Estado, general Salvador Ayres Pinheiro Machado, discorre sobre os problemas da instrução pública no Estado e relata que a rede de instrução era formada por uma Escola Complementar na capital (Figura 310), 29 escolas elementares, um Grupo Escolar, 1.129 escolas isoladas, 319 escolas subvencionadas, um jardim de infância e uma escola de artes manuais (Figura 310 e 311, 312, 313 e 314).



Figura 310 - Escola Isolada



Figura 311- Escola Elementar Souza Lobo Porto Alegre.



Figura 312 - Escola Complementar da Capital



Figura 313- Escola Complementar



Figura 314 - Colegio Elementar Voluntarios da Patria

Nos anos 1906, (Decreto n. 28 com reformas de caráter administrativo e na frequencia escolar e os colégios distritais foram substituídos pelas escolas complementares e ainda foram instaladas escolas complementares na capital, em Santa Maria e São João do Montenegro), 1910 e 1919, o regulamento da instrução pública do Estado sofreu reformulações e estabeleceu bases diferentes, no caso dos prédios, daquilo que vinha sendo praticado em outros estados, como as escolas complementares- destinadas a completar a instrução elementar e preparar para a carreira do magistério público, uma reformulação das idéias da escola normal-, e das elementares.

A aposta nas escolas complementares, como um projeto exitoso, é o tema central do Relatório do presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros de 1920:

Para o êxito da orientação governamental nesse assunto de tanta magnitude, concorre de modo apreciável a Escola Complementar, formando professores e professoras que dali saem em condições de desempenhar eficientemente as suas delicadas funções o que, com outras providências, tem permitido salutar rejuvenescimento dos quadros do magistério público. A experiência confirma, igualmente, o acerto da adoção do sistema de colégios elementares, nos quais se observa um programa especial, organizado segundo os métodos mais modernos e que abrange os cursos primário e elementar, além de aulas práticas de trabalhos manuais e ginástica.

As estatísticas demonstravam haver em 1920 a seguinte rede escolar no Rio Grande do Sul: uma escola complementar com 1.950 alunos sendo 1.696 frequentando; 35 colégios elementares com 10.092 alunos e frequência de 8.135; 9 grupos escolares com 1.649 e 1.327 respectivamente; 546 escolas isoladas com 22.549 alunos e apenas 17.038 frequentando as escolas; 1.129 escolas subvencionadas pelo Estado com 30.939 alunos cerca de 23.929 de frequência e 111 escolas municipais com 12.092 alunos e 7.138 frequentadores. No total eram 1.831 estabelecimentos de ensino com 79.271 alunos matriculados, mas apenas 59.263 frequentando as aulas. O Estado já tinha uma população de mais de 2 milhões de habitantes, de acordo com o Censo de 1920.

Todos os colégios elementares da capital e muitos prédios localizados no interior do Estado já eram especialmente construídos para funcionar como edifícios escolares e havia aqueles que passaram por adaptações.

Esses números cresciam a cada ano e dez anos depois já havia no Estado 4.471 escolas com mais de 240 mil alunos matriculados e pouco mais de 206 mil era a frequência, sendo uma Escola Normal, seis Escolas Complementares; 50 colégios elementares; 73 grupos escolares; 287 escolas estaduais (com tendência a serem substituídas pelos grupos escolares nos anos seguintes); 306 escolas subvencionadas pelo Estado; 1.061 escolas mantidas pelos municípios; 1.267 escolas subvencionadas pelo Estado e pelos municípios; 147 escolas subvencionadas federais; 43 escolas secundárias e profissionais; 64 escolas profissionais e 16 escolas superiores e mais umas 1.150 escolas particulares de todos os níveis.

Pelo Decreto n. 4.258, foi criada a Diretoria de Instrução Pública do Estado e a Escola Normal de Porto Alegre, com educação complementar, normal e aperfeiçoamento; aplicação; jardim de infância; ensino ativo e superior elementar. Foram ainda criadas as escolas em Pelotas (Figura 315), Passo Fundo, Alegrete, Cachoeira e Santa Maria.



Figura 315 - Escola Normal de Pelotas



Figura 316 - Escola Normal em Alegrete

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos pela nova Diretoria foi redividir o Estado em dez zonas, para efeitos de inspeção escolar e, no que se refere aos prédios escolares, utilizar um projeto arquitetônico tipo, para ser implantado em diversos municípios. Segundo o relatório de 1930, do Presidente do Estado Getúlio Vargas, foram determinadas construções de novos prédios escolares, na categoria grupo escolar em Pelotas (Figura 317 e 318), São Borja, Alegrete (Figura 316), Encruzilhada, Cangussu, Montenegro, Uruguaiana, Caxias, Ijuí, Vacaria, Bento Gonçalves, Torres, Taquara, Júlio de Castilhos e Porto Alegre, sendo na capital dois prédios: um no arrabalde Glória, hoje município de Carazinho e outro no Parthenón.



Figura 317 - Grupo Escolar Joaquim Assunção em Pelotas



Figura 318 – Vista Frontal do Joaquim Assunção

3.5 REGIÃO SUDESTE

3.5.1 Estado do Espírito Santo¹⁰¹

¹⁰¹ O Estado do Espírito Santo originou-se da criação de uma capitania doada a Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo português que aportou na região a 23 de maio de 1535. Tratava-se de um domingo

Em 1889, o ensino no Espírito Santo era ministrado pelo Atheneu Provincial¹⁰², aos homens e pelo Colégio Nossa Senhora da Penha, às mulheres. Em 1892, esse quadro sinalizava mudanças na instrução pública republicana que tinha no Decreto n. 2, de 4 de junho de 1892, o seu balizador e dele surgiram diretrizes, conforme afirmava o governador Muniz de Freire no relatório de 1896, passando o governo para Graciano Neves:

Os meus intuitos com a reforma de 4 de junho foram fazer da escola primária uma miniatura da educação positiva e criar a carreira do magistério dignificada por uma instrução sistemática e cercada de garantias excepcionais. Se nos grandes países e nas sociedades cultas, onde os contatos cotidianos da civilização servem para aperfeiçoar o homem a educação constitui o meio direto de melhorar as condições humanas.

do Espírito Santo, razão pela qual a capitania recebeu esse nome. Os indígenas que habitavam a região apresentaram muita resistência ao processo colonizatório, recuando para a floresta e iniciando, a partir de então, uma luta de guerrilhas contra os portugueses, que se prolongaria até meados do século seguinte. Além dos índios, os colonizadores tiveram ainda que enfrentar constantes incursões de piratas franceses, holandeses e ingleses na região. A partir do século XVII, com a criação dos primeiros engenhos de açúcar, o interior do Estado começou a ser povoado, desenvolvendo-se a atividade agrícola e o comércio. No início do século XVIII, porém, a economia local entrou em processo de estagnação e a capitania, até então subordinada à Bahia, foi reintegrada à Coroa. Em 1810 adquiriu plena autonomia, passando a ser administrada por um Governador. Com a chegada de imigrantes suíços, alemães, holandeses e açorianos, a partir de 1823, a economia da região voltou a crescer. Embora os fazendeiros tenham se arruinado com o fim da escravidão, em 1888, a grande corrente de imigração liderada por italianos, que se manteve de 1892 a 1896, fez crescer a cultura do café, saneando as finanças do Estado e permitindo o seu desenvolvimento. Essa base agrícola histórica deu origem à denominação "capixaba", dada às pessoas originárias do Estado do Espírito Santo, que, na língua indígena tupi, quer dizer terra boa para a lavoura. O Convento de Nossa Senhora da Penha é o monumento mais popular do Estado do ES. A arquitetura colonial secular e urbana, em Vitória está representada pelos sobradinhos geminados da Rua José Marcelino, localizados atrás da Catedral Metropolitana na parte alta da cidade. Este legado cultural do período colonial é, sem dúvida, para as terras capixabas, o mais precioso patrimônio herdado do continente europeu. A partir de meados do século XIX quando o Estado recebe grandes contingentes de imigrantes europeus este patrimônio se enriquece ainda mais. Fonte www.es.gov.br

¹⁰² Em meados do século XIX, o comendador Silva Cabral doou um terreno para a construção de um estabelecimento de ensino em Vitória. No local foi edificado o [Atheneu](#) Provincial, mais tarde denominado Escola Normal Pedro II. Durante o governo de Jerônimo Monteiro o prédio foi ampliado sob orientação do engenheiro Justin Norbert, construindo-se outra ala em prolongamento enviesado ao original. Nesta época o edifício adquiriu características da arquitetura [ecletica](#), com influência barroca e alguns traços do estilo [gótico](#). O terreno é cercado por um muro de alvenaria e ferro trabalhado, que dá proteção ao jardim [frontal](#). Em 1970, com a transferência da Escola Normal Pedro II para outro local, o Ginásio Estadual Maria Ortiz, que funcionava em um anexo, passou a ocupar todo o prédio, com a denominação oficial de "Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Ortiz". O prédio foi tombado em 1983 pelo Conselho Estadual de Cultura. Fonte: www.vitoria.es.gov.br (Figura 316 e 317).



Figura 319 – Antigo Ateneu



Figura 320 Escola Normal, atual Escola Estadual Maria Ortiz

Com essa decisão, surgiu a Escola Normal criada pelo Decreto n. 2, em 14 de julho, e a preparação dos normalistas iniciou-se, com um amplo programa de cursos e cadeiras destinadas à preparação dos futuros educadores de uma rede pública que ainda não existia. O prédio onde essa Escola deveria funcionar era um edifício administrativo estadual, mas depois mudou-se para o Atheneu.

Anos depois, no relatório do ano de 1905, o presidente do Estado, coronel Henrique da Silva Coutinho, informava que pouco melhorou a instrução pública no Estado, pois os recursos orçamentários eram poucos e apenas seis escolas isoladas foram restabelecidas.

Com o fim de economizar os dinheiros públicos foram instaladas duas escolas primárias no edifício público existente em Viana e que servira de escritório da estrada de ferro, bem como, aproveitar para 2 escolas públicas nesta capital, o prédio que pertenceu aos herdeiros do falecido Coronel Paiva e que hoje pertence ao Estado. A Escola Normal não corresponde ao fim de sua criação pois as alunas que adquirem o título de professoras normalistas não querem sair da capital.

É importante mencionar que foi no governo de Jerônimo de Souza Monteiro que a instrução pública passou por uma mudança. Segundo Viviane Ferreira, a vinda do professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, em 1908, foi fundamental para mudar o quadro de paralisia na educação “começando com a criação da Escola Modelo através do Decreto n.º 108, e sua regulamentação através do Decreto n.º 109. Gomes Cardim, que era Secretário de Instrução, foi nomeado diretor da Escola Modelo”

Quanto aos grupos escolares, previstos na reforma, o primeiro instalado por força do Decreto n.º 166, de 5 de setembro de 1908. O Grupo Escolar (Figura 321 e 322) recebeu o nome do próprio secretário da Instrução, Gomes Cardim.

Segundo Ferreira (2000), assim como a Escola Modelo, o Grupo Escolar possuía a mesma estrutura:

... compreendia os cursos elementar (4 anos) e complementar (1 ano), era dividido em seções masculina e feminina, e as mulheres deveriam lecionar somente para as primeiras séries do ensino primário. A partir de 1909, iniciou-se a construção de outros Grupos Escolares pelo interior do Estado, especificamente nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Santa Leopoldina, mas essas obras só ficaram prontas após o mandato do Governo Jerônimo Monteiro.



Figuras 321 e 322 – Grupo Escolar Gomes Cardim – passado e presente, prédio cultural

No ano de 1910, o relatório do presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro, afirmava que o Estado do Espírito Santo tinha 219 escolas isoladas além da Escola Modelo e o Grupo Escolar Gomes Cardim e 5.049 alunos matriculados e apenas 3.773 frequentando as escolas.

O segundo grupo escolar instalado no Estado foi na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, conforme constava do Relatório do presidente do Estado, Bernardino Monteiro. A construção do prédio teve início no seu governo, entre 1908 e 1912, mas só foi terminada em 15 de fevereiro de 1913 e a denominação levou o nome dele passando a chamar-se de Grupo Escolar Bernardino Monteiro¹⁰³, em mais um caso de uso do nome do governante em edifícios públicos de educação, ainda em vida.

¹⁰³ Nesta construção sólida e de arquitetura requintada, realizavam-se comemorações nas principais datas nacionais, com sessões públicas conduzidas pelos professores e recitais de poesias pelos alunos,

Era um edifício de dois pavimentos, em estilo eclético, com janelas e portas simetricamente resolvidas e um frontão triangular na fachada, marcando a entrada do edifício, conforme preceituava o estilo arquitetônico da época.



Figura 323 – Grupo Escolar Bernardino Monteiro em Cachoeiro.

Em 1920, o presidente Nestor Gomes dizia que, a reforma da instrução pública de 1908 tinha sido alterada pela Lei n. 1.094 de 5 de janeiro de 1917, e regulamentada pelo Decreto n. 2.841, de 16 de fevereiro do mesmo ano e que ancoradas pelo artigo 8º, da Constituição, que regulamentava a obrigatoriedade do ensino e instituía a fiscalização e inspeção escolar, a frequência havia crescido muito, o quê favorecia o surgimento de novas escolas e o aparelhamento das atuais. O novo regulamento dividia o ensino em primário, secundário e profissional, e secundário propriamente dito, sendo o primeiro, ministrado pelas escolas isoladas, grupos escolares, escolas modelo e complementar; o segundo pela Escola Normal e o terceiro pelo Ginásio Espírito Santense¹⁰⁴ (Figura 324).

As matrículas desse relatório indicavam 12.643 alunos no ano de 1919 e 11.978 no ano anterior e que as escolas primárias providas chegaram a 267 unidades.

No Relatório apresentado pelo presidente do Estado, Mirabeau Pimentel em 1921, os Grupos Escolares "Gomes Cardim" e "Bernardino Monteiro" tiveram uma

seguidos da execução de hinos e canções patrióticas. Entre os alunos que ali estudaram estão intelectuais tradicionais como Benjamin Silva, Cyro Vieira da Cunha, Augusto Lins, Mario Imperial, Paulo Freitas, Archimimo Mattos, Fernando Abreu e Almeida Cousin. No edifício, atualmente, funciona a sede do Governo Municipal. Fonte www.secult.es.gov.br

¹⁰⁴ O Ginásio funcionava, desde 1914, em uma chácara na Rua Cristóvão Colombo em Vitória, edifício de antiga residência particular mas com as condições dos espaços adequados para o funcionamento de um estabelecimento escolar. No relatório de 1920, do Diretor de Instrução Pública, dizia que havia boas condições de higiene, aeração e drenagem de resíduos, mas que as salas não suportavam crescente número de alunos e que havia uma planta encomendada ao engenheiro Henrique de Novaes, mas ainda não tinha sido possível começar a construção do novo prédio.

matrícula de 551 alunos, sendo 260 homens e 282 mulheres e a frequência era reduzida a 294 alunos. As mulheres eram 53,40% das matrículas nos Grupos Escolares e na Escola Modelo "Jerônimo Monteiro", anexa à Escola Normal, o número de mulheres era superior ao número de homens.

No ano de 1924, as matrículas estavam assim distribuídas: 70 alunos na Escola Isolada Modelo; 496 na Escola Modelo; 18.335 nas 372 escolas isoladas; 268 no Grupo Escolar Gomes Cardim e 250 no Grupo Escolar Bernardino Monteiro em Cachoeiro do Itapemirim (Figura 323) e outros 250 alunos nas escolas reunidas de Colatina, Veado e São Matheus.

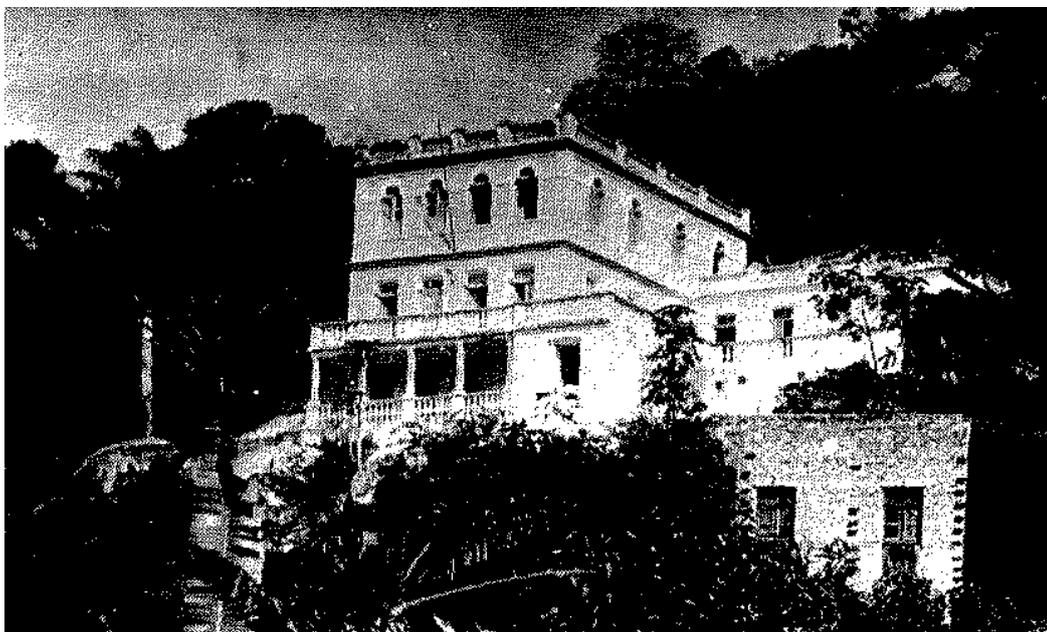


Figura 324 - Ginásio Espírito Santense

O presidente de Estado Florentino Avidos (1924-1928), através do Decreto n.º 7.994 de 10/02/1926, deu nova organização didática e administrativa às escolas reunidas. Tais estabelecimentos de ensino deveriam funcionar como nos Grupos Escolares: divididas em séries e seções do curso elementar, cada qual em sua sala de aula, porém, as escolas reunidas só deveriam oferecer ensino até a 3ª série. Segundo o Relatório de Governo do presidente de Estado Florentino Avidos, apresentado pelo secretário da Instrução Ubaldo Ramallete Maia (1927), em 1926, o Espírito Santo contava com quatro Grupos Escolares: dois na Capital (Escola Modelo e Grupo Escolar "Gomes Cardim"); um em Cachoeiro de Itapemirim ("Bernardino Monteiro"); e o outro em Muqui.

3.5.2 Estado de Minas Gerais¹⁰⁵

O Censo Demográfico de 1890 apontava o Estado de Minas Gerais com 1.627.461 habitantes como o mais populoso do país, equivalente a 22,5% do total da população brasileira naquele ano e, com essa condição demográfica apontada pelo IBGE, alia-se ao seu gigantismo territorial um dos maiores Estados em dimensão. Poucos anos após a instalação da República, o Estado decidiu mudar sua capital de Ouro Preto¹⁰⁶ para Belo Horizonte, em 1897, uma cidade planejada e projetada pelo engenheiro Aarão Reis (Figura 326), e um novo ciclo urbanístico e social iniciava-se. Na área da educação, funcionavam em Ouro Preto (Figura 325), o Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1886, e algumas escolas estaduais.

¹⁰⁵ O desbravamento na região que hoje compreende o Estado de Minas Gerais iniciou-se no século XVI, por meio do trabalho dos bandeirantes, em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais. No início do século XVIII, a região tornou-se um importante centro econômico da colônia, com rápido povoamento. No entanto, a produção de ouro começou a cair por volta de 1750, levando a Metrópole - Portugal - a criar formas cada vez mais rígidas de arrecadação de impostos, o que resultou no mais conhecido movimento político e histórico de Minas Gerais - A Inconfidência Mineira. A absoluta influência da mineração na economia do Estado inibiu, de certa forma, o desenvolvimento de outras atividades econômicas de exportação. Por muitos anos, apesar dos avanços advindos da produção de açúcar, fumo e algodão, Minas Gerais continuou baseando sua economia nas grandes fazendas. O lento avanço da economia de Minas, como o de toda colônia, foi acelerado com o advento da produção e exportação de café. A introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu no início do século XIX e logo transformou-se na principal atividade da província e no agente indutor do povoamento e desenvolvimento da infra-estrutura de transportes. A prosperidade trazida pelo café ensejou um primeiro surto de industrialização, reforçado, mais tarde, pela política protecionista implementada pelo Governo Federal após a Proclamação da República. As indústrias daí originárias eram de pequeno e médio portes, concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios (laticínios e açúcar), têxteis e siderúrgicos. No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais. O predomínio da cafeicultura se alterou, gradualmente, a partir da década de 1930, com a afirmação da natural tendência do Estado para a produção siderúrgica e com o crescente aproveitamento dos recursos minerais. Ainda na década de 1950, no processo de substituição de importações, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira. Na década de 1970, a economia mineira passou por mudanças estruturais graças a um grande volume de investimento. Nesse período, o Estado reverteu a perda de posição relativa no contexto nacional. Iniciou-se então um processo de adensamento e diversificação da sua estrutura industrial, de consolidação de novos setores industriais e de ampliação da inserção nacional e internacional da economia mineira. Fonte: www.mg.gov.br

¹⁰⁶ A povoação de Ouro Preto foi fundada pela Bandeira de Antônio Dias em 24 de Junho de 1698 e alçada à categoria de vila em 1711 com o nome de Vila Rica. Em 1823 foi elevada à Imperial Cidade de Ouro Preto. A antiga capital de Minas conservou grande parte de seus monumentos coloniais e em 1933 foi elevada a Patrimônio Nacional, sendo, cinco anos depois, tombada pela instituição que hoje é o IPHAN. Em 2 de setembro de 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Paris, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade. Fonte www.ouropreto.mg.gov.br



Figura 325 - Liceu de Ouro Preto

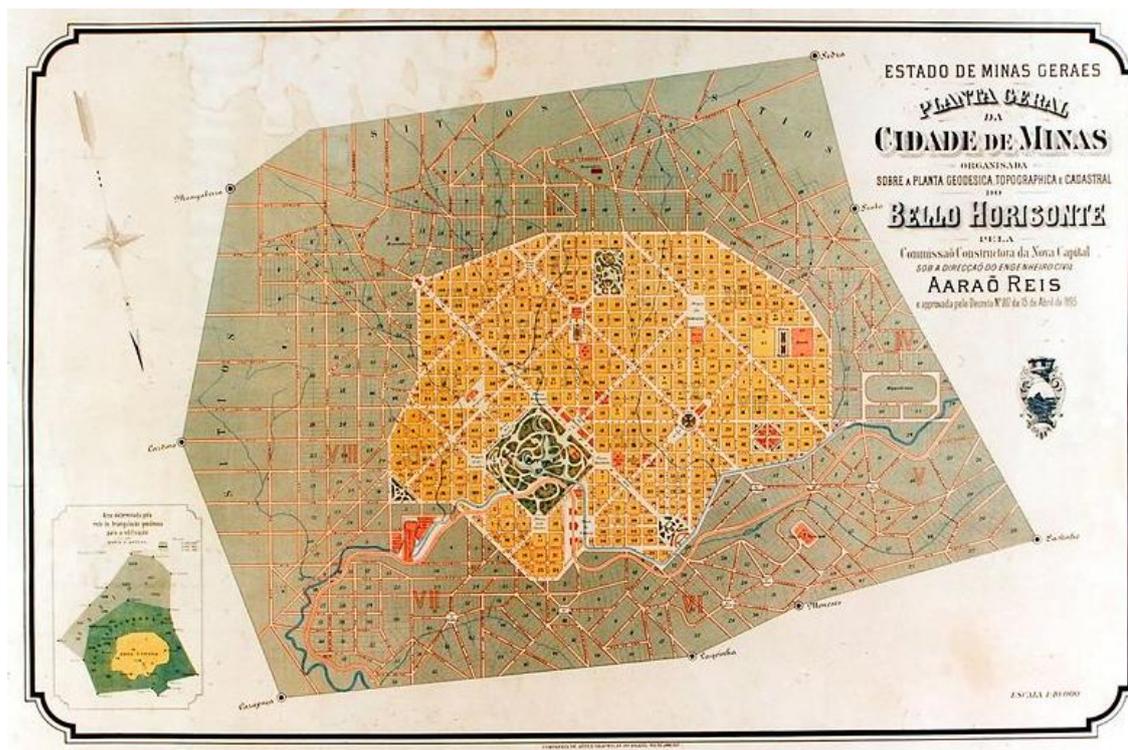


Figura 326 - Plano de Belo Horizonte de Aarão Reis

Em 1892, na mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais José Cesário de Faria Alvim, ainda em Ouro Preto, há uma menção à existência de um Regulamento da Instrução Pública orientado pelo Decreto n. 260 de 1º de dezembro de 1890 alterado pelos Decretos n. 298 e n. 310, de 1891, que organizavam o ensino primário, secundário e normal no Estado, tendo sido criado o Ginásio Mineiro, um curso de ensino integral modelado pelo Ginásio Nacional do Rio de Janeiro.

Esse novo regulamento suprimiu os externatos e os liceus. Dados da mensagem indicam que havia em 1885 no Estado umas 502 cadeiras em cidades e vilas, 881 em freguesias e quase 2.000 em distritos e povoados e deste total de mais de 3.300 cadeiras pouco menos da metade eram providas de professores. Era ainda o tempo do império, das Aulas Régias.

Na mensagem de 1895, o presidente do Estado, Crispim Marques Bias Fortes afirmava que o Estado já tinha 10 escolas normais mantidas com recursos próprios (Figura 327 e 328) e ainda tinham sido criadas pelas Câmaras municipais, as de Barbacena, Três Pontas, Serro e Itajubá. No relatório ele ainda diz que:

As escolas primárias do Estado ressentem-se da falta de material apropriado ao ensino. Essas escolas funcionam em geral em prédios que nenhum conforto ou condição higiênica oferecem. Seria de grande proveito a decretação de verba razoável para a construção gradual de edifícios adequados nas diversas localidades onde possam instalar-se convenientemente.



Figuras 327 e 328 - Escola Normal de Viçosa e Juiz de Fora

No ano de 1901, Francisco Silviano de Almeida Brandão, em sua mensagem ao Congresso Mineiro, informava que em 9 de dezembro de 1900 (Figura 339), pelo Decreto n. 1.426, um novo regulamento da instrução pública havia sido aprovado e, dentre as mudanças, havia a exigência de um recenseamento escolar visando a distribuição e redistribuição da rede de escolas no enorme território estadual, dentre outras medidas. Naquele ano o Estado tinha 530 distritos e 97 comarcas, e havia 41.918 crianças matriculadas nas escolas estaduais, com 1.489 cadeiras de instrução primárias sendo 476 urbanas e 1.013 distritais; 671 para o sexo masculino e 646 para o sexo feminino e 172 mistas. Ainda não havia grupos escolares na rede, criados somente anos depois.



Figura 329 – Belo Horizonte em 1900

Quatro anos depois, o Doutor Francisco Antônio de Salles, presidente do Estado de Minas Gerais, dá sinais ao Congresso Mineiro de que a instrução pública estava descuidada e sem investimentos e atenção do governo do Estado, mas considerava a tarefa de cuidar da educação do seu povo uma das mais importantes de seu mandato e, com isso, confirma que iria proceder modificações no Regulamento para aperfeiçoá-lo, para que o Estado pudesse dar aos seus habitantes uma condição de educação de melhor qualidade e quantidade.

Havia, em 1905, 1.492 cadeiras de instrução primária sendo 509 urbanas e 983 cadeiras distritais, e funcionavam no Estado, três escolas normais equiparadas às oficiais e mantidas pela municipalidade em Barbacena (Figura 330), Três Pontas e Minas Novas (Figura 331) e outros cinco colégios particulares que gozavam das mesmas regalias. O Estado mantinha ainda duas antigas escolas de educação secundária, no caso a de Barbacena, como Externato do Ginásio Mineiro, e o Externato de Belo Horizonte.



Figura 330 - Escola Normal de Barbacena



Figura 331 - Minas Novas

Tanto Gonçalves (2006) quanto Faria Filho (2000) e Araújo (2006) são unânimes em afirmar que a instrução pública mineira sofreu enormes mudanças a contar da Lei Estadual n. 439, de 28 de setembro de 1906, que alterou as condições de oferecimento da instrução primária, normal e superior, complementada pelo Decreto n. 1.947 de 30/09/1906 e pelo Decreto n. 1.960, de 30 de setembro de 1906, que instituiu o Regulamento da Instrução Pública Primária e Normal no Estado de Minas Gerais, considerados marcos legais de uma nova instrução pública no Estado.

Em 1907, um outro Decreto, n. 1.969 cuidou, especificamente, dos grupos escolares e os criou como instrumento de uma política pública do Estado, naquele momento governado por João Pinheiro da Silva.

Para Gonçalves (2006), a nova organização em grupo escolar, trouxe novidades ao colocar as crianças concentradas num mesmo local e prédio, em no mínimo quatro salas de aula, “obedecendo à seriação e à hierarquização da aprendizagem e, ainda, sob a orientação de um novo método de ensino” (p. 66), obrigando a mudanças radicais na reestruturação de todos os programas, incluindo a arquitetura do prédio, para atender as novas necessidades.

Na Capital, Belo Horizonte, o primeiro desses Grupos Escolares, foi instalado, segundo Faria Filho, em 1907 num prédio adaptado onde residia o secretário do Interior. Em 8 de março de 1910, esse primeiro Grupo Escolar da Capital passou a chamar-se Grupo Escolar Barão do Rio Branco¹⁰⁷. Em 15 de julho de 1914, a instituição foi transferida e instalada em prédio próprio¹⁰⁸, projetado e construído para ser um grupo escolar (Figura 332).



Figura 332 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco em 1920.

¹⁰⁷ O estabelecimento foi instalado na Avenida Liberdade (hoje, João Pinheiro), em prédio destinado à residência do Secretário do Interior. Recebeu 175 matrículas, de ambos os sexos. A maior parte dos alunos foi recolhida das oito escolas públicas da Capital. Inicialmente, foram formadas seis turmas, cada qual com uma professora. Assim, começou a história da Escola Estadual Barão do Rio Branco. A figura do diretor, ou diretora, foi inovação introduzida pelos grupos escolares, cargo que até então não existia na escola primária. No período de sua organização (novembro de 1906 a janeiro de 1907), a “Barão” esteve sob o comando do professor e escritor Arthur Joviano. A partir de sua criação em lei, em 1907, a escola passou a ser dirigida pela professora Helena Pena. Sua indicação contrariou os padrões da época, segundo os quais, os cargos de direção eram destinados aos homens. A ela se seguiram: Elvira Brandão e Gabriela Varela. A “Barão do Rio Branco” foi a primeira escola da rede estadual a implantar a gestão colegiada. Fonte: www.siapm.mg.gov.br

¹⁰⁸ Implantado na Avenida Paraúna, atual Getúlio Vargas, bairro Funcionários, o prédio ocupa uma área de aproximadamente 4.600,00m² e dispõe de salas de aula, refeitório e quadra de esportes. Grandioso, com uma fachada onde se destaca o frontispício com as armas da República, do Estado de Minas e do Município, o prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico em março de 1988. Muitas de suas características arquitetônicas originais permanecem mantidas, apesar das reformas sofridas ao longo do tempo. Fonte: <http://crv.educacao.mg.gov.br>

Em 1909 já havia 27 grupos escolares e mais 1.495 escolas isoladas que matricularam 94 mil crianças no ensino primário, levando-se em conta que foi a partir de 1906 que esse novo estabelecimento escolar começou a ser implantado no Estado.

Em 1915 a mensagem do presidente do Estado Delfim Moreira da Costa Ribeiro dava conta que, em 1914, havia 122 grupos escolares e em 1915 já eram 164 (Figuras 333 a 363). Um enorme crescimento em período tão curto de tempo. Apesar desse crescimento, as escolas isoladas, denominadas singulares, eram a maioria da rede, com 1.719 unidades - a maioria distrital ou rural - , e a matrícula total alcançava a marca de 135 mil alunos e uma frequência de 64% do total.



Figuras 333 e 334 – Grupo Escolar de Pouso Alegre e de Uberabinha – atual Uberlândia



Figuras 335 e 336 – Grupo Escolar de Ouro Fino e de Cataguazes



Figura 337 – Grupo Escolar José Rangel e Delfina Moreira Araxá

Esse crescimento da rede e das matrículas ensejou da administração pública estadual um aumento do volume de recursos orçamentários anualmente, sem, entretanto, deixar de lado a instalação de 104 caixas escolares, criadas por Decreto de 9 de junho de 1911 que complementavam as receitas da instrução estadual. No campo das escolas normais, o Estado mantinha as da Capital e de Ouro Fino, oficialmente e outras 34 unidades que eram equiparadas às do Estado sob regime de fiscalização.



Figura 338 – Grupo Escolar de Conceição do Mato Dentro



Figura 339 - Grupo Escolar de Areado



Figura 340 – Grupo Escolar Santo Antonio do Monte



Figura 341– Grupo Escolar de Santo Antônio de Pádua



Figura 342 - Grupo Escolar Cel. Joaquim Guimarães Cláudio



Figura 343 - Grupo Escolar João Nogueira de Cravinhos

No Censo Demográfico de 1920, o Estado de Minas Gerais ainda era o mais populoso do país, com 5,8 milhões de habitantes, quase 20% do total. Naquele ano, o Presidente do Estado, Arthur Bernardes em mensagem ao Congresso Mineiro, informava que em 1919 funcionavam no Estado, 166 grupos escolares - sendo 8 na capital, 126 em cidades e vilas e 32 em distritos, com 1.167 classes e mais 1.477 escolas isoladas com matrícula de 164 mil alunos. O Estado de Minas tinha em 1929 178 municípios e 126 deles tinham grupos escolares na sua sede, ou seja, 71% do total.



Figura 344 - Grupo Escolar de Poços de Caldas



Figura 345 – Grupo Escolar de João dos Santos São João del Rei

Já em 1925, o relatório do presidente Fernando de Mello Viana apontava que em 1924, o Decreto n. 6.655, de 19 de agosto, instalou um novo Regulamento da Instrução Pública que, dentre outras coisas, criou a figura da “escola ambulante” para atender a zona rural do Estado, com um professor totalmente aparelhado para se instalar em qualquer época do ano e em qualquer lugar desde que houvesse mais de 25 alunos, e as aulas poderiam acontecer em qualquer lugar: em sala particular, em barraca ou ao ar livre.

As estatísticas de 1924 apontavam que havia 164 grupos escolares urbanos (Figuras 341 e 342) com 1.301 classes; 23 escolas distritais com 119 classes; 244 escolas urbanas; 900 distritais; 592 rurais; 28 noturnas e dois infantis, com matrícula de 189 mil alunos e frequência de 106 mil alunos. Em 1925 o número de grupos escolares já tinha saltado para 199 unidades, dos quais dez deles na capital, 163 em cidades e vilas e 26 em distritos.

Dos prédios da capital, o presidente destacava a instalação do Grupo Escolar Olegário Maciel (Figura 346) criado pelo Decreto de 19 de agosto de 1924, o de Três Pontas em 30 de setembro; de Teófilo Otoni, Machado e Manhuaçu em 25 de janeiro, 21 de abril e 24 de maio de 1925. Ainda em 1925 ele instalou em Monte Alegre, São João Del Rey, São Romão, Espinosa, Monte Carmelo, Nova Rezende e Ouro Preto.



Figura 346 - Grupo Escolar Olegário Maciel em Belo Horizonte em 2006

No item “Construção de prédios escolares” dessa mensagem de 1925, há uma citação do presidente do Estado que deve ser reproduzida integralmente para percebe-se a importância que seu governo dava aos prédios escolares novos, em especial, os grupos escolares:

Na construção de novos prédios escolares, especialmente nos destinados a grupos, não se tem preocupado o governo apenas com as condições exigidas pela técnica pedagógica e pela higiene. É seu intento, e o vai realizando, levar também em conta o lado arquitetônico (grifo nosso). Mais do que quaisquer outros, devem os prédios escolares agradar pelo aspecto, estilo e natureza da ornamentação, produzindo uma emoção estética a que também as crianças são sensíveis, e que vai nestas despertando e aprimorando o gosto artístico. Ao mesmo tempo será mais agradável aos professores a tarefa de ensinar e aos alunos de aprender. Os nossos prédios escolares, com poucas exceções, embora dispondo quase sempre de condições pedagógicas e higiênicas, são construções frias e sem gosto, não porque nos faltem arquitetos, porquanto ai estão provando o contrário, muitos prédios da capital e de outras cidades mineiras, mas por circunstâncias outras, seja pela carência de recursos seja pela intenção deliberada de realizar construções demasiado singelas, que a muitos se afiguram mais convenientes às escolas.

E continua analisando a arquitetura e o estilo dos prédios:

Vemos, por aí, muitos prédios escolares que não tem propriamente estilo. Outros ostentam, quando muito, um neoclassicismo a D. João V, muito apagado, ou um misto de clássico e renascença mal combinado ou, o que é pior, um amontoado infeliz de dórico e jônico, como se usou em Portugal no século passado. No sentido de melhorar, desse ponto de vista as nossas construções escolares, tem o governo ouvido diversos arquitetos da capital e do Rio de Janeiro e aberto larga concorrência para os nossos projetos, alguns destes aprovados, outros já em execução, nos quais foi atendido com empenho o valor arquitetônico. Em alguns foi preferido o

estilo colonial, sem os exageros ornamentais do estilo barroco e com as modificações exigidas pela arte moderna.

No ano de 1930, o presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), em mensagem ao Congresso Mineiro, inicia o texto da instrução pública:

Convergi para a educação pública, toda a minha atenção. Fiz dela a preocupação dominante do meu governo. Concentrei nela o melhor dos meus esforços. Reformei o ensino normal e primário. Fundei 19 escolas normais e refundi, de todo em todo, as duas únicas escolas normais oficiais existentes. Criei e instalei 3.662 escolas primárias, o que quer dizer que foram multiplicadas por três as escolas que encontrei. Fundei e instalei quatro ginásios...

Esse quadro descrito pelo Presidente do Estado aponta uma grande produção de obras, em vista o quadro populacional do Estado e o número de municípios e a sua extensão. Se em 1926 havia apenas as escolas normais oficiais de Belo Horizonte e Ouro Fino, com 122 e 100 alunos, respectivamente, o balanço realizado em 1930 fala de 21¹⁰⁹ escolas normais oficiais, localizadas nas regiões Norte, Centro, Sul, Zona da Mata, Triângulo Mineiro e Oeste, com um total de 3.892 alunos e somadas às 45 escolas normais não oficiais – denominadas de comparadas, o total de alunos chegava a 10.177 que viabilizava a formação de normalistas para todas as escolas estaduais.



Figura 347- Escola Normal de Belo Horizonte



Figura 348 -Escola Normal de Juiz de Fora

¹⁰⁹ De acordo com a Diretoria de Instrução de Minas Gerais, eram seis do segundo grau e 15 unidades do primeiro grau em Belo Horizonte (Figura 345), Juiz de Fora (Figura 348), Ouro Fino, Uberaba, Dolores do Indaiá, Santa Rita do Sapucaí, Paracatú, Manhuaçu, Diamantina, Montes Claros, Itabira, Campanha, Curvelo, Ouro Preto, Pitangui, Itaúna, Rio Preto, Peçanha, Bom Sucesso, Passos e Formiga.

Quanto ao número de grupos escolares, em 1930 eram 265 unidades com aproximadamente 3.000 classes, somadas às 578 escolas urbanas, 1.428 distritais, 3.656 unidades rurais, 39 escolas noturnas, 32 ambulantes e 13 infantis, com um total de matrículas de mais de 488 mil alunos, sem incluir os mais de 1.000 estabelecimentos primários particulares sem estatística oficial.

Ainda na mensagem o presidente Antônio Carlos comentava das obras que edificou no seu mandato e dizia que concluiu a edificação de 80 prédios, entre os quais: quatro escolas normais, o Ginásio Mineiro da capital, 45 grupos escolares e 29 escolas isoladas e ainda estava em andamento, em 1930, 48 prédios sendo 36 grupos escolares. Somente na capital foram o Mariano de Abreu, Diogo de Vasconcelos, José Bonifácio, Flávio dos Santos, Lúcio dos Santos, Cesário Alvim, Cachoeirinha, Palmital, Santo Antônio e Francisco Salles.

Dir-se-á que é obra pesada demais para uma quadriênio, mas evidentemente necessária e inadiável, porque é do domínio de todos que, não obstante notável, essa obra não vem remediar nem mesmo as mais urgentes necessidades do Estado. Em quase todos os lugares, ainda na capital, há necessidade premente de novas edificações escolares, já não digo edificações que sejam as melhores casas da cidade, como se disse das escolas de um grande povo, mas que apenas ofereçam o espaço bastante para acomodar os alunos.



Figura 349 - Ginásio Mineiro em Belo Horizonte

3.5.3 Estado de São Paulo¹¹⁰

No ano de 1890, o Estado de São Paulo, segundo o IBGE, tinha uma população residente de 1.384 mil habitantes e já era um dos cinco Estados brasileiros com maior contingente de pessoas. O crescimento do Estado, verificado após a instalação da República, em função da dinâmica econômica da produção cafeeira, da instalação da luz elétrica, dos sistemas de transporte pelo bonde, da implantação de um vasto sistema ferroviário, dentre outros, veio com a instalação de processos industriais o que atraiu intenso contingente migratório, seja através do Porto de Santos seja pelas intensas correntes migratórias internas.

Esse crescimento econômico impulsionou a formação de uma rede de cidades e uma dinamização da urbanização da capital.

Aquela cidade, que nasceu em volta do Pátio do Colégio dos Jesuítas (Figura 350) no século XVI, tinha que conviver com novos elementos urbanos e culturais. A urbanização da Capital, e de algumas cidades do interior, era o resultado de um processo que interligava novos meios de produção econômicos e novos meios de organização do espaço urbano, que encantavam a Europa, em especial as cidades de Barcelona, Paris e Londres.

Esse processo, que se instaurou no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, deu início a uma crescente fonte de preocupações com o setor da educação, de um lado a educação primária e do outro lado a educação profissional e normal.

A chegada veloz da industrialização em São Paulo combinada com a mão-de-obra de migrantes, motivou o Estado a providenciar a implantação de uma estrutura de educação que ainda não tinha sido vista em nenhum dos Estados

¹¹⁰ Em 1532, teve início a colonização da área onde hoje se encontra o Estado de São Paulo, com a fundação da vila de São Vicente, a mais antiga do Brasil, por Martim Afonso de Sousa. Até o século XIX, a economia da região baseou-se na agropecuária de subsistência. Essa base agrícola, calcada na cultura cafeeira, juntamente com as condições favoráveis à obtenção de energia elétrica e a qualificação profissional dos imigrantes europeus, principalmente italianos, compuseram os fatores fundamentais, que permitiram o acúmulo de capital e o fornecimento de matérias-primas para o rápido desenvolvimento da região. O café tornou-se o responsável pelo crescimento da população, propiciando também a extensão das estradas de ferro. A proximidade entre o principal centro consumidor de produtos - a cidade de São Paulo - e o porto de Santos forneceu condições excelentes para o desenvolvimento de todo o Estado, que comanda, ainda hoje, a vida econômica do país. O processo de urbanização no Estado intensificou-se a partir do final do século XIX, quando a região começou a receber migrantes de outros locais do Brasil, tornando-se centro de uma ativa propaganda política republicana. No início do século XX, São Paulo detém, junto com o Estado de Minas Gerais, o controle da política brasileira, situação que se mantém até a Revolução de 1930, que coloca fim à liderança da oligarquia cafeeira. Inconformada com seu afastamento do poder, a oligarquia desencadeia a Revolução Constitucionalista de 1932, na qual os paulistas foram derrotados. Fonte: www.bibliotecavirtual.sp.gov.br

existentes naquele tempo e que resultou na produção de edifícios escolares e de uma arquitetura de muita qualidade para os seus tempos.



Figura 350 - Pátio do Colégio em São Paulo

Na década de 1890 a 1899 (Figura 351 e 352), São Paulo providenciou a construção de prédios que, ao tomarem forma, além de serem pioneiros, deram oportunidade a cada um dos governantes dos demais Estados brasileiros analisar a eficácia de sua estrutura e poder planejar o funcionamento, baseado no regulamento paulista. Para tanto, como visto no Capítulo 3, convocou os melhores profissionais para essa tarefa. Entraram na equipe de projetos, os arquitetos Victor Dubugras, Ramos Azevedo, Antônio By, José Van Humbeeck, ainda no século XIX e no século XX se agregam os arquitetos Manual Sabater,, Mauro Álvaro, Hercules Beccari, G.B. Maroni, dentre outros.



Figuras 351 e 352 – São Paulo no final do século XIX

Já na fase inicial do período republicano, o presidente do Estado, em 1890, Prudente de Moraes, dizia: “O serviço de instrução primária deve ser descentralizado e organizado de modo a despertar e atrair a atenção e o concurso dos pais de família, os mais diretamente interessados; mas isso depende das novas instituições locais...”

A instrução pública ainda se regia pelas normas do Império, no caso a Lei n. 81 de 6 de abril de 1887. Funcionava no Estado a Escola Normal, desde os anos 1846, mas ela não satisfazia aos novos desejos republicanos: “é insuficiente no seu programa de estudos e carente de preparo prático de seus alunos”, dizia do presidente do Estado. Para ele era necessária uma ampla reforma e, em março de 1890, pelo Decreto n. 27, procedeu a reformas educacionais na Escola Normal, converteu em escolas-modelo para as práticas normalistas, as escolas anexas e pela Resolução de 14 de Junho, expediu novo Regulamento da Instrução Pública de São Paulo e determinou a construção de novo prédio para o funcionamento da escola normal e das escolas modelo.

Conforme relato do Presidente Prudente de Moraes, o Estado já tinha recebido da municipalidade, a doação de uma parte da Praça da República, ele determinou que ali fosse construída a nova escola normal e recebeu do arquiteto Ramos de Azevedo o projeto arquitetônico e o orçamento para a construção. Dizia Prudente de Moraes:

Aprovados os projetos e orçamento, autorizei a construção por administração, sob a direção da Superintendência de Obras Públicas; essa construção, orçada em 221 réis, foi inaugurada solenemente no dia 17 de outubro de 1890 com o lançamento da primeira pedra.

Nascia, assim, o primeiro edifício escolar brasileiro¹¹¹, planejado e projetado por um arquiteto, destinado a abrigar as instalações de uma Escola Normal, capaz de satisfazer as necessidades políticas da elite paulista e do pensamento republicano, e sua construção não apenas marcou época na arquitetura paulista como trouxe a discussão da arquitetura para o campo da educação. A Escola Normal da Praça da República (Figura 353) foi inaugurada em 1894, e São Paulo foi o Estado precursor desse processo.

¹¹¹ Ver análise arquitetônica, histórica e tipológica do edifício no capítulo 5 desta tese.



Figura 353– Escola Normal da Praça era o nome de fundação do edifício

Segundo dados do Centro de Referência em Educação Mário Covas de São Paulo, logo depois da Escola Normal vieram as escolas modelo – a do Carmo, já extinta era de 1890 e a da Luz de 1894; as Escolas Reunidas - a primeira foi a de São Roque de 1893 e os grupos escolares, criados pelo Decreto n. 248/1894 sendo os primeiros edifícios de São Paulo, Itu, Amparo, Iguape, Guaratinguetá, Lorena, Paraibuna, Tatuí, Itapetininga, Jacareí e Ribeirão Preto (Figuras 354 a 358), entre 1894 e 1895 e o de Jundiá¹¹² em 1896 (Figuras 359 e 360). Esses foram os pioneiros, cujas matrizes arquitetônicas foram bastante utilizadas em projetos posteriores, por sustentarem a inovação e a qualidade tipológica empregada.



Figuras 354, 355, 356, 357 e 358 – Grupo Escolares de Itu, Iguape, Guaratingueta, Tatuí e Ribeirão Preto

¹¹² O prédio foi um dos primeiros a ser construídos pelo governo no interior do Estado de São Paulo, tendo sido inaugurado em 1896. Além de escola, já abrigou a Biblioteca Municipal Prof. Nelson Foot e hoje, após recente restauração, é sede da Pinacoteca, da Academia Jundiense de Letras (AJL) e do Projeto Guri.



Figuras 359 e 360 - Grupo Escolar Cel. Siqueira de Moraes de 1896 - Ontem e hoje

O Ginásio de São Paulo¹¹³ (Figura 361) foi outro estabelecimento instituído no mesmo período com arquitetura em estilo e tipologia dos demais edifícios desse período.



Figura 361 – Ginásio de São Paulo

Ainda nessa linha, o Estado mandou Ramos Azevedo projetar, em 1897, um edifício para o Liceu de Artes e Ofícios¹¹⁴, um edifício de arquitetura eclética,

¹¹³ O Ginásio de São Paulo foi criado pela lei n.º 88, de 18 de setembro de 1892, e instalado a 16 de setembro de 1894, quando Bernardino de Campos era presidente do Estado. Pelo decreto n.º 2.251, de 6 de abril de 1896, de acordo com o decreto n.º 1.389, de 21 de fevereiro de 1891, o Ginásio de São Paulo foi equiparado ao Ginásio Nacional, com um total de 245 alunos matriculados em 1907, segundo o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907/1908. No ano de 1943, transformou-se em Colégio do Estado da Capital, passando a se denominar, em 1945, Colégio Estadual Franklin Roosevelt. Em 1946, chamou-se Presidente Roosevelt. Em 1956, recebeu a denominação de Colégio Estadual de São Paulo. Em 1983, teve seu nome alterado para EESG Pastor Leivas Macalão, mas no mesmo ano voltou a ser EESG de São Paulo. Foi transformada em EEPSP em 1985. Fonte: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1894_Ginasio_de_Sao_Paulo.pdf

¹¹⁴ O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1873, com a denominação de Sociedade Propagadora da Instrução Popular, por iniciativa de Carlos Leôncio da Silva Carvalho e um grupo de

localizado em área central da cidade, no Parque da Luz e que foi utilizado para a preparação da mão-de-obra para a indústria que se instalava no Estado e se expandia para o interior, já no início do século XX (Figura 362 a 364).



Figura 362 – Liceu de Artes e Ofício – Esboço e Perspectiva

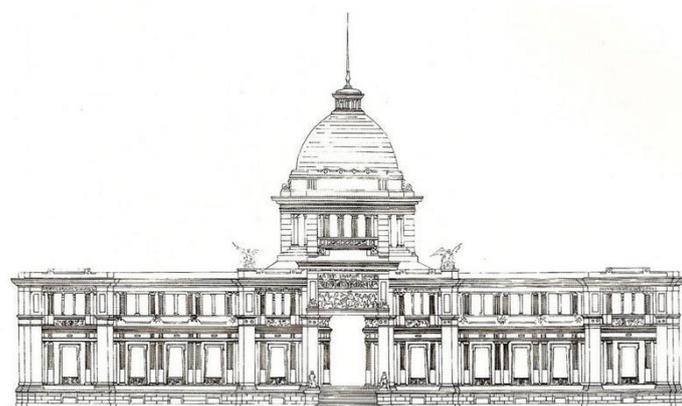


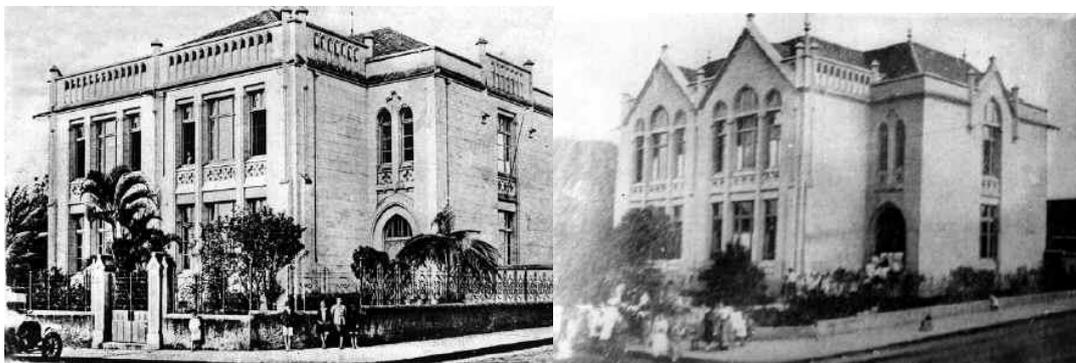
Figura 363 – Liceu de Artes e Ofício - Desenho

sócios ligados às elites cafeicultoras locais. Tratava-se de uma associação educacional privada, fundada com apoio da maçonaria, destinada às classes trabalhadoras, do campo e da cidade, que se propunha a ministrar gratuitamente ao povo os conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura, às indústrias. Atualmente o edifício abriga a Pinacoteca do Estado de São Paulo, após uma reforma no edifício. Fonte: www.liceuescola.com.br



Figura 364 – Liceu de Artes e Ofício – atual Pinacoteca de São Paulo

No ano de 1900, o presidente do Estado Fernando Prestes, em mensagem ao Congresso Legislativo refere-se à instrução pública em seu governo, informando que no Estado havia 1.050 escolas isoladas funcionando e mais 1.304 que estavam vagas o que implicava um total de 2.354 escolas isoladas em 1899, com matrícula de mais de 46 mil alunos. Com o funcionamento das escolas modelo e dos grupos escolares já apontava 2.347 alunos matriculados e já contava com 41 grupos escolares naquele ano. Já, em 1905, eram 62 os grupos escolares com mais de 20 mil alunos e 2.616 escolas isoladas.



Figuras 365 e 366 - Dois Grupos Escolares de Piracicaba: o Rio Branco e a Escola

O mesmo Fernando Prestes, agora como vice-presidente do Estado em 1910, já apontava na mensagem de 14 de julho que a instrução pública era a área prioritária do governo estadual e com o aumento das verbas orçamentárias do setor as matrículas do ensino primário somaram 80.469 alunos sendo nos grupos escolares mais de 41 mil, ou seja, mais da metade das matrículas.

Em 1915, o presidente Rodrigues Alves indicava existir em São Paulo 137 grupos escolares (Figura 367 a 374) sendo 27 na capital, 1.212 escolas isoladas das quais 173 na capital e 11 escolas reunidas. No ensino secundário, três ginásios eram

mantidos pelo Estado: São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, com 701 alunos matriculados.

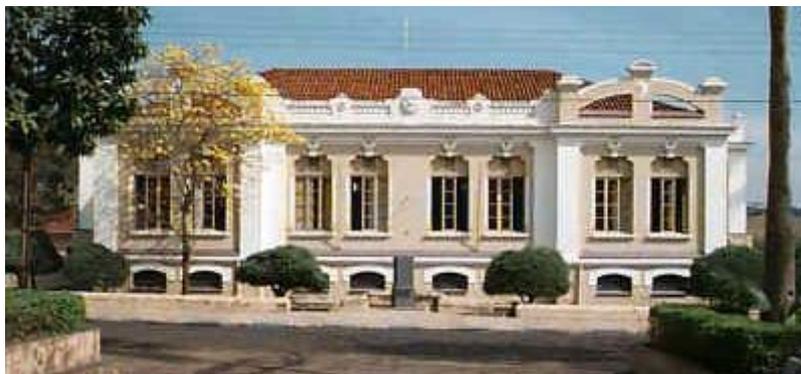


Figura 367 – Grupo Escolar Senador Carlos José Botelho em Dourado

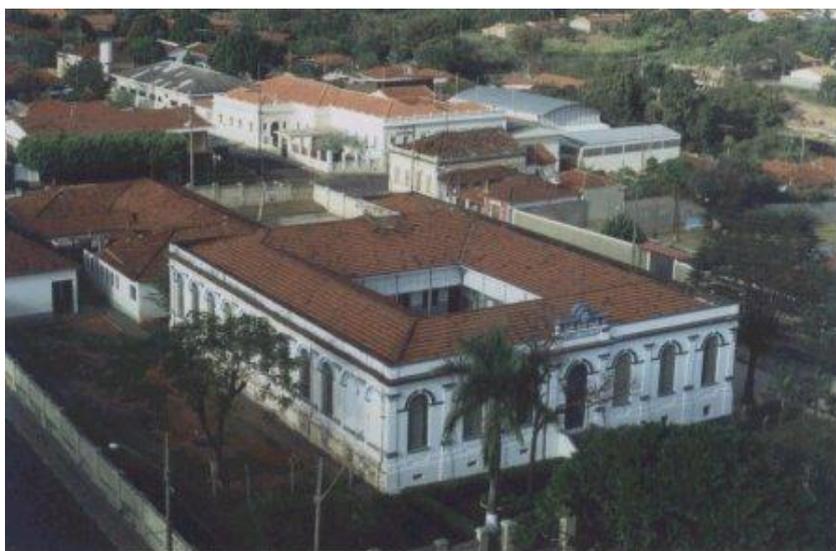


Figura 368 – Grupo Escolar Simão da Silva em São Simão



Figura 369 e 370 – Grupo Escolar Cândido Lobo em Caconde e de Pederneiras



Figura 371 e 372 – Grupo Escolar de Cruzeiro e de Santos

O Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1918, organizado pela Diretoria de Instrução Pública dizia que naquele ano, a população em idade escolar, dos 7 aos 12 anos, era de 480.164 crianças e que haviam sido matriculadas 253.406 crianças, nas escolas das redes estadual, municipal e particular e que desse total, 232.621 eram do curso primário. Embora tivesse ocorrido um acréscimo de mais de 23 mil crianças na matrícula de 1917, ainda havia um contingente de 220 crianças que, naquele ano, ficaram sem acesso à escola. A rede estava constituída de 11 escolas normais, sendo três na capital; 187 grupos escolares (Figura 369 a 371), sendo 31 na capital; 39 escolas reunidas, 1.560 escolas isoladas, sendo 510 urbanas, 803 distritais e 247 rurais e 423 escolas municipais.

Esse texto deu o tom da mensagem do presidente do Estado, Washington Luis Pereira de Sousa, em julho de 1920, ao Congresso Legislativo. O discurso republicano, de levar o ensino para todos, não se aplicava. As estatísticas demonstram que não havia escola para atender a demanda da população em idade escolar.

A Lei Estadual n. 1.579 de 19 de dezembro de 1917, complementada pelo Decreto n. 2.944, de 9 de agosto de 1918, continha novo Regulamento da Instrução Pública com dispositivos referentes ao ensino primário oficial, aprovava o novo programa para as escolas rurais, distritais, urbanas, grupos escolares e cursos complementares. Nesse ano de 1920, ainda não se sentia seus efeitos, conforme relato do Presidente do Estado. De 1920 a 1925, há uma enorme mudança no discurso, decorrente, agora, da aplicação da mencionada lei.



Figura 373- Grupo Escolar Azevedo Antunes em São Bernardo



Figuras 374 e 375 – Grupo Escolar de Bebedouro e de Barretos

Na mensagem do presidente do Estado, Carlos de Campos de 1925 ao Congresso Legislativo, há uma frase que pode caracterizar a situação da instrução pública naquele momento: “Há hoje, em São Paulo, escolas gratuitas para todas (grifo nosso) as crianças e todas as crianças frequentam a escola”. E continua: “Pela primeira vez, entre nós, realizamos integralmente o preceito republicano da gratuidade do ensino público aliado à sua obrigatoriedade.”

O Estado de São Paulo conseguiu, em 1925, uma proeza brasileira, segundo os relatórios. Colocou todas as crianças em idade escolar na escola e mais, a frequência escolar beirava os 96% em todo o território. A escola obrigatória e gratuita, tema da Constituição federal de 1891 foi, nesse caso, colocada em prática mais de 30 anos depois, mas sendo o primeiro estado do país a ter essa implantação exitosa.

A rede de escolas colocadas à disposição das crianças evidenciava esse tratamento. Eram 199 grupos escolares, sendo 31 na capital e e 168 no interior, com 1.825 classes de curso primário com mais de 93 mil alunos matriculados sendo que em 94 deles, havia o curso médio com 326 classes e mais de 15 mil alunos.

O Estado de São Paulo ainda detinha 358 escolas reunidas – 33 na capital e 325 no interior, com 1.427 classes e 72.108 alunos matriculados; 1.563 escolas isoladas com 81.062 matrículas e o Estado concentrava 2.120 estabelecimentos de ensino primário com 5.206 unidades escolares.

Quanto às escolas normais, o Estado provia as escolas da Praça da República e do Braz em São Paulo, Capital, e no interior das de Itapetininga, Guaratinguetá, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Campinas, Casa Branca e Botucatu, englobando umas 4.500 matrículas de homens e mulheres.



Figura 376 – Grupo Escolar de Taubaté

No ano de 1930, o presidente do Estado, Heitor Teixeira Pentead, apresentou em sua mensagem ao Congresso Legislativo, um balanço da instrução pública no Estado de São Paulo e, segundo ele, a matrícula nos estabelecimentos públicos e privados somavam 553.205 alunos sendo 496.604 (89,7%) alunos no curso primário, 1.857 (0,33%) alunos no complementar, 6.664 (1,2%) no normal, 16.657 (3,0%) alunos no profissional, 149 em cursos técnicos, 29.239 (5,3%) no secundário e 2.135 (0,38%) em curso superior. Em comparação com o ano de 1929, as matrículas cresceram nominalmente, em 67 mil alunos no total.

Os estabelecimentos de ensino existentes em 1930 somavam 3.343 sendo 3.310 de curso primário, 10 do complementar, 10 para o ensino normal, 8 para o profissional, 3 para o ginásial e 2 para o superior. Desses dados depreendem-se a concentração do ensino primário, seja em matrículas, seja em número de estabelecimentos.

Quanto aos grupos escolares, os dados apresentados na mensagem, informavam haver em 1930, 297 estabelecimentos (Figura 377 a 380) sendo 47 na capital e 250 no interior, com 4.249 classes e uma matrícula de 191.320 alunos sendo os meninos com 53% e as meninas com 47% do total. Já as escolas reunidas totalizavam 213 sendo 11 na capital e 202 no interior com mais de 46 mil alunos matriculados. O número de escolas isoladas que funcionaram em todo o Estado nesse ano era de 2.788 unidades sendo 585 urbanas e 2.203 rurais com matrícula de 149 mil alunos.



Figuras 377 e 378 – Grupo Escolar de Jaú e de Iguape



Figura 379 – Grupo Escolar de Pindamonhangaba

O Estado mantinha ainda o Jardim de Infância anexo à Escola Normal da Praça da República com 542 crianças; seis escolas maternas sendo 4 na capital, com 720 crianças. As escolas normais em total de 10¹¹⁵ eram 9 (Figura 380 a 388) de três

¹¹⁵ Dentre elas a Escola Normal Caetano de Campos de 1894 e a de Itapetininga, de 1895, projetadas pelo arquiteto Ramos de Azevedo; de Pirassununga, de 1912 e a de São Carlos de 1913 do arquiteto Carlos Rosencrantz; a de Piracicaba de 1913 projetada por Arthur Castagnoli e João Bianchi; a de

anos e uma- a da Praça da República, de cinco anos que somavam 75 classes e uns 3.600 matrículas com quase 90% do sexo feminino. Funcionavam ainda 41 escolas normais livres (Figura 389 e 390) sendo 2 na capital e 39 no interior com matrícula de 3.048 alunos.

Esse balanço demonstra o quanto a instrução pública em São Paulo era diversificada, apesar de concentrada no ensino primário.



Figura 380 - Escola Normal Caetano de Campos



Figuras 381 e 382 - Escolas Normais de Piracicaba e Itapetininga

Botucatu de 1913 projetada por Bianchi e as de Guaratinguetá, de 1918, de Campinas de 1919 e a de Casa Branca, também de 1919, projetadas por Cesar Marchisio. Fonte: CORREA, FDE, 1991.



Figuras 383 e 384 - Escolas Normais de Campinas e São Carlos



Figuras 385 e 386- Escolas Normais de Casa Branca e de Pirassununga



Figuras 387 e 388 - Escolas Normais de Botucatu e de Guatatinguá



Figuras 389 e 390 - Agudos e Caçapava – escolas normais livres

3.5.4 Estado do Rio de Janeiro¹¹⁶

Em 1834 a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em município neutro, abrigando toda a estrutura política e administrativa do Império e a Província do Rio de Janeiro. O espaço geográfico composto pelas demais áreas, excetuadas as freguesias do Rio de Janeiro neutro, tinha como capital a cidade de Niterói. A partir de 1889 até o ano de 1960, o Rio de Janeiro foi a capital da República.

Em 1890, segundo dados do Censo do IBGE, o Distrito Federal, como era conhecido, tinha pouco mais de 520 mil habitantes enquanto o Estado do Rio de Janeiro, em torno de 926 mil. Somando-se as duas estruturas eram quase 1,5 milhão de habitantes e a instrução pública instalada tinha essas duas ocupações. O município neutro – grosseiramente considerava a área urbana do atual município do Rio de Janeiro, e os demais espaços constituídos de um território ocupado pelos demais municípios, como Niterói, Campos, Petrópolis, Barra Mansa, etc. como estado do Rio de Janeiro.

A instrução pública no Estado do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1895, segundo a mensagem do presidente Joaquim Maurício de Abreu, estava colocada à

¹¹⁶ Em 1565, Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que se torna sede do Governo do Sul quando, em 1572, o rei de Portugal divide o Brasil em duas administrações. A pecuária, o cultivo da cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência garantem um rápido progresso, que aumenta com a transformação do porto do Rio em escoadouro da riqueza extraída de Minas Gerais. O Rio de Janeiro não tem grande expressão no século XVII. A Capital do Brasil era Salvador, e Pernambuco com sua grande produção açucareira, constituía a Capitania mais importante economicamente. O século XVIII inicia-se com a grande corrida para o interior na busca das riquezas das Minas Gerais. O Rio de Janeiro torna-se uma cidade mundialmente conhecida como ponto de partida e entreposto de fornecimento das Minas Gerais. A grande febre do ouro contagia toda a população. A abertura do Caminho Novo pelos bandeirantes, transpondo a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, estabelece uma ligação direta entre o Rio de Janeiro e os distritos mineiros: os engenhos e plantações se despovoam. É necessário importar negros em quantidades ilimitadas. De Portugal acorrem, aos milhares, colonos e aventureiros. Em 1763, torna-se capital do vice-reino. Em março de 1808, chega ao Rio de Janeiro a família real portuguesa em virtude da invasão de Portugal por tropas de Napoleão. O Príncipe Regente D.João, filho da Rainha D.Maria I, faz-se acompanhar da Corte por mais de 10.000 pessoas. Com a chegada da Corte, a cidade do Rio de Janeiro e as terras vizinhas passaram a se desenvolver extraordinariamente, com inúmeros melhoramentos urbanos. Transferem-se para o Brasil todos os órgãos da Administração Pública e da Justiça, criam-se academias, hospitais, quartéis, tornando-se também o Rio de Janeiro ponto de partida de inúmeras expedições científicas. Em 1822 a Capitania do Rio de Janeiro conta com 330 mil habitantes sendo 170 mil escravos. O processo de Independência do Brasil teve, na cidade do Rio de Janeiro, o seu epicentro e, na Capitania, o principal esteio econômico. Declarada a independência em 7 de setembro foi aclamado Imperador do Brasil D.Pedro I, em outubro. Com a Independência, o Rio de Janeiro permanece como Capital do país e a Capitania é transformada em Província e passa a ser governada por Ministros do Império. Em 1834, a cidade do Rio de Janeiro é transformada em município neutro e a capitania é elevada a província, com sede em Niterói. De 1889 a 1960, é a capital da República. Com a mudança da capital para Brasília, em 1960, o município do Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara. Em 1975, fundiram-se os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, com o nome de Estado do Rio de Janeiro, tendo a cidade do Rio de Janeiro como capital. Fonte: www.governo.rj.gov.br

disposição dos habitantes em 439 escolas atendendo 19 mil alunos. Havia ainda outros estabelecimentos voltados para o ensino normal: a Escola Normal de Campos¹¹⁷, (Figura 391 e 392) a de Barra Mansa¹¹⁸ e o Liceu de Niterói (Figura 393) e o Ginásio Fluminense.



Figura 391 e 392 - Liceu De Humanidades de Campos



Figura 393 - Liceu Nilo Peçanha – Niterói

Já na cidade do Rio de Janeiro, naquele momento, havia a Escola Normal do Rio de Janeiro¹¹⁹ que atualmente é o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que funciona no prédio localizado na Rua Mariz e Barros (Figura 394 e 395).

¹¹⁷ A Escola Normal de Campos foi criada pela Lei 164 de 26 de novembro de 1894, anexa ao Liceu de Humanidades, destinada para a educação feminina. O Liceu de Humanidades, mais antigo, fundado em 1880 pelo Decreto estadual 2.503 de 23 de novembro, e instalado em 1884, funcionava num prédio construído em 1864, o antigo Solar do Barão da Lagoa Dourada, palacete em estilo neoclássico.

¹¹⁸ Em 1896 ela se instalou em um sobrado construído pelo governador fluminense Francisco Portela, como Escola Normal e Liceu de Barra Mansa. Em 1901 se transforma em Grupo Escolar Honorato de Castro e em 1912 seu nome foi alterado para Escola Complementar Fagundes Varela. Fonte: www.barramansarj.blogspot.com

¹¹⁹ Criada, pelo Decreto Imperial de no 7684, a Escola Normal da Corte do Brasil no longínquo 6 de março de 1880. A Escola só foi instalada em 5 de abril do mesmo ano com a presença do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina e muitas outras personalidades, de maneira provisória



Figuras 394 e 395 - Prédio da Escola Normal e o Instituto de Educação do RJ

Pelo Decreto de 25 de janeiro de 1900, que regulamentou a Lei Estadual n. 376, de 23 de dezembro de 1897, a organização da instrução pública no Rio de Janeiro passou a ter novo regulamento, inspirado, segundo o presidente do Estado, Alberto de Seixas Torres, na pedagogia moderna que alguns Estados já haviam alcançado. Esse regulamento não foi logo implantado. O Governo do Estado alegava em seu relatório, pouca disponibilidade de recursos orçamentários para a execução das obrigações ali contidas. O Estado buscava a ajuda dos municípios para implantar o ensino primário em todo o território, pois, no Estado do Rio de Janeiro, os prédios das escolas eram particulares ou municipais no começo do século XX.

Cinco anos depois, em 1905, as matrículas recuam de 19 mil para 15.657 alunos. Em 1910, o presidente do Estado Alfredo Backer fazia um balanço da instrução pública e afirmava haver no Rio de Janeiro 389 escolas primárias das quais 83 são para o sexo masculino e 306 para o sexo feminino, mas que a maioria das escolas funciona na zona rural – 204 delas, e as 185 restantes na zona urbana, com 20.083 alunos matriculados em 1909 e frequência de 12.419 alunos. A má notícia era que, das 389 escolas, apenas 15 delas funcionavam em prédios estaduais, quatro em prédios cedidos gratuitamente e a maioria de 370 em prédios alugados. O ensino

nas instalações do Imperial Colégio Pedro II, no centro da cidade. Seu objetivo era formar professores para o 1º e 2º graus do ensino. Nesta época já contava com 175 alunos matriculados e seu primeiro Diretor foi Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Em 1888 com o nome de Escola Normal, ela foi transferida para a Escola Central que funcionava no Largo de São Francisco e depois para a Escola Técnica Rivadávia Corrêa onde permaneceu até 1914 quando passou a funcionar na Escola Pedro Varela, que foi demolida para a construção do Metrô, ficava localizada na Rua Joaquim Palhares. No dia 11 de outubro de 1930, a Escola Normal ganhou a sua sede definitiva, na Rua Mariz e Barros, num prédio em Estilo Neocolonial carioca, escolhido em um concurso que especificava a opção estilística do projeto. O projeto vencedor foi de Ângelo Brunhs e José Cortez e foi construído entre 1928 e 1930 pela Sociedade Comercial e Construtora Ltda. O prédio fica me torno de um pátio em forma de claustro e tem o centro arrematado por uma fonte. As fachadas apresentam elementos decorativos inspirados na arquitetura do período colonial executados em argamassa. Em 19 de março de 1932 a Escola passou a chamar-se Instituto de Educação pelo Decreto n. 3810. Ver Czajkowski (2000)

normal era dado nas escolas de Campos (anexo ao Liceu) e Niterói e o ensino secundário no Liceu de Humanidades de Campos.

A situação da instrução pública em 1915, de acordo com a mensagem do presidente Nilo Peçanha, apontava para um quadro de problemas na rede física onde quase todas as escolas públicas estavam instaladas em prédios particulares alugados, sendo poucas funcionando em prédios próprios do Estado. Eram 405 escolas elementares sendo 246 mistas, 94 do sexo masculino e 65 do sexo feminino com matrícula de 19.222 alunos, mas uma frequência de 9.524 alunos.

Foi em 1918, com a Lei Estadual n. 1.559, de 3 de dezembro, que o Estado do Rio de Janeiro criou a Superintendência Geral do Ensino, órgão encarregado de todos os assuntos da instrução pública e que eram, até aquele momento, responsabilidade da antiga Diretoria dos Negócios do Interior e Justiça. Outra norma editada foi a Lei estadual n. 1.578 e o Decreto n. 1.723, de 29 de dezembro de 1919, que traziam em seu bojo uma reformulação do ensino primário e profissional e instalando a Diretoria Geral de Instrução Pública.

Essas mudanças foram importantes para organizar e normatizar a instrução pública no Rio de Janeiro, mas, de acordo com o presidente do Estado, Raul de Moraes Veiga, em mensagem à Assembléia Legislativa de 1920, no que tange aos prédios escolares, diz:

Questão que demanda solução atenta é a que se prende aos prédios escolares. Conquanto já vos tenha manifestado opinião que adoto nesse particular, isto é, a conveniência de serem construídas casas apropriadas para o regular funcionamento das escolas, ainda não pude fazer tudo quanto se me afigura indispensável nesse sentido. É certo que muitas escolas se acham instaladas em próprios do Estado mais ou menos adaptadas às exigências do ensino. Todavia, a regra geral é a locação de prédios escolares a particulares, prédios despidos, na grande maioria dos casos, das condições higiênicas e pedagógicas que tanto se recomendam. Com esse estado de coisas, sofre o ensino e sofre o Estado, não só por não poder de pronto executar as medidas que a experiência lhe aconselham, como ainda porque, deixando de construir os prédios escolares para não agravar a situação financeira, agrava-a de fato, com os sucessivos aumentos de aluguéis que lhe são exigidos pelos proprietários.

No ensino primário, o presidente Raul Veiga comentava que o Decreto 1.723/1919, adotou novo regimento interno das escolas isoladas e Grupos Escolares e que estes receberam 8.560 alunos em 49 prédios localizados em Niterói e no interior e que as 456 escolas isoladas matricularam em 1920 21.566 alunos com frequência de 16.071 alunos.

Feliciano Pires de Abreu Sodré, presidente do Estado no ano de 1925, comentando a instrução pública no seu governo, referia-se ao Decreto n. 2.105, de 2 de março daquele ano, como um novo regulamento que organizou o ensino primário no Estado e o Decreto 2.017 que tornou obrigatório esse ensino:

De acordo com a reforma, o ensino primário é administrado em escolas de 3 graus: o elementar, das de 1º. grau; o médio nas de 2º., o integral nas de 3º.- grupos escolares, havendo nas primeiras duas séries, nas segundas, três séries, e nas terceiras, cinco séries. Foi estabelecido o regime de subvenção para as escolas diurnas ou noturnas de ensino elementar, mantidas por associações ou particulares e criados institutos de educação preliminar, como jardins de infância e escolas maternais.

Para que esses decretos pudessem ser cumpridos, tendo em vista a rede de escolas existentes, o Estado foi dividido em oito regiões escolares:

- a) 1ª. região, com 48 escolas do 1º. Grau, 68 do 2º. Grau e 4 grupos escolares, abrangendo os municípios de São Gonçalo, Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Itaboraí e Rio Bonito;
- b) 2ª. região, com 39 escolas do 1º. Grau, 18 do 2º. Grau e cinco grupos escolares, com os municípios de Macaé, Barra de São João, São Francisco de Paula, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Capivary;
- c) 3ª. região, com 50 escolas do 1º. Grau, 28 do 2º. Grau cinco grupos escolares em Campos, Itaperuna e São João da Barra;
- d) 4ª. região, com 35 escolas de 1º. Grau, 16 de 2º. Grau e quatro grupos escolares em Itaocara, Cantagalo, Cambuci, São Fidélis (Figura 392) e Santo Antônio de Pádua;



Figura 396 – Grupo Escolar Barão de Macaúbas em São Fidélis

- e) 5ª. região, com 18 escolas de 1º. Grau, 25 de 2º. Grau e um grupo escolar em Nova Friburgo, Bom Jardim, Duas Barras, Carmo e Santana de Japuíba;
- f) 6ª. região, com 39 escolas de 1º. Grau, 72 de 2º. Grau, quatro grupos escolares e uma escola maternal, em Petrópolis, Teresópolis, Magé, Iguassu, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati;
- g) 7ª. região, com 33 escolas de 1º. Grau, 28 de 2º. Grau e três grupos escolares em Paraíba do Sul, Sapucaia, Vasouras, Santa Tereza e Valença (Figura 397) e



Figura 397 – Grupo Escolar de Valença

- h) 8ª. região, com 36 escolas de 1º. Grau, 20 de 2º. Grau e 6 grupos escolares em Barra do Piraí, São João Marcos, Rio Claro, Barra Mansa, Piraí e Rezende.

Em Niterói, sede da Inspeção Geral de Ensino, havia 31 escolas de 2º. Grau, 22 grupos escolares e uma escola maternal. A matrícula total do ano foi de 43.366 alunos com frequência escolar de 27.171 alunos. O ensino normal dava-se nas Escolas Normais de Campos e Niterói e no Instituto Normal de Petrópolis e o ensino secundário no Liceu de Humanidades de Campos, equiparado ao Colégio Pedro II por um Decreto de 1915.

Em 1930, o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Manuel de Mattos Duarte Silva, comentando o desempenho de sua administração no campo da educação, referia-se à existência de 1001 escolas, com 98.367 crianças matriculadas no primeiro semestre de 1930 e que esse número de escolas era uma enorme evolução quantitativa, pois em 1927 havia 737 escolas e em três anos o crescimento da rede foi superior a 10% ao ano. Esse crescimento ocorreu principalmente, na zona

rural do Estado, atingindo as classes mais pobres de famílias de trabalhadores agrários.

3.5.5 O Município neutro do Rio de Janeiro

Foi no fim do século XIX que a cidade do Rio de Janeiro atingiu a população de 691 mil habitantes, como Distrito federal e a sua condição urbana de cidade colonial brasileira, passou a ser questionada pelos urbanistas e pela classe política em geral. Olhando-se para a Europa, uma revolução urbana estava acontecendo em Paris e Barcelona, com a adoção de planos de remodelação urbanística que modernizavam aquelas cidades europeias. Logo as ideias de remodelar o Rio chegaram e, com isso, a cidade passou por inúmeras transformações urbanísticas, pois, como capital da República, precisava de um plano de reordenamento viário e paisagístico que ascendessem a cidade a essa condição política nova.

Os melhoramentos no Rio de Janeiro eram necessários, em especial em saneamento, transporte e em obras públicas que traduzissem essa posição da cidade no contexto nacional. Foi com a posse do Prefeito Francisco Pereira Passos¹²⁰ que os planos urbanísticos¹²¹ começam a aparecer e a remodelar a cidade. Para Abreu (1997, p. 59), havia um contexto que determinava a ação urbanística:

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital) condizente com esse novo momento de organização social.

¹²⁰ Francisco Pereira Passos (Piraí, 29 de agosto de 1836 — 12 de março de 1913) foi um engenheiro brasileiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves. Em março de 1852 ingressou na então Escola Militar, atual Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - antiga Universidade do Brasil onde se formou em 1856, como Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas o que lhe dava o Diploma de Engenheiro Civil. Foi colega de turma de Benjamin Constant. Estudou na França de 1857 ao final de 1860, onde assistiu a reforma urbana de Paris promovida por Haussmann. A estada em Paris exerceu profunda influência em Passos, que iria dedicar-se à engenharia ferroviária e ao urbanismo.

¹²¹ A antiga Comissão da Carta Cadastral teve seus novos membros empossados e um dos primeiros trabalhos foi “Embelezamento e Saneamento da Cidade”; a construção da Avenida Central atual Rio Branco, que demoliu prédios centrais repetindo o modelo de urbanização de Paris, dentre outras obras de remodelação.

Nesse cenário de modernidade urbana, para o CREP (2005), a escola primária passou a ser percebida como uma instituição social e dessa perspectiva decorria o princípio da obrigatoriedade (4 anos em 1900, 5 anos em 1920).

Além da educação primária, outros segmentos do ensino foram contemplados no início da República. Desde 1897, estava previsto, no Decreto 52, que regulava o ensino municipal, a criação de jardins de infância. Em 1909, é inaugurada a primeira escola municipal com esta finalidade: a Campos Salles, no Campo de Santana, Centro, seguida da Marechal Hermes, em 1910, em Botafogo e, mais tarde, da Bárbara Ottoni, em 1922, situada na Tijuca. Estas escolas funcionam até hoje nos mesmos prédios.

Camara e Barros (2006) também concordam que a educação foi elevada à uma nova condição naquele momento: “entre as iniciativas vislumbradas como ponto de sustentação do novo regime, a educação aparecia como eixo articulador dos princípios que deveriam orientar e organizar a sociedade brasileira. (p. 278)”.

De fato, se olharmos para a década de 1890 a 1900, no Rio de Janeiro, o campo da instrução pública era dinâmico¹²². Em 1890 saiu o Decreto Federal que deu novo Regulamento da Instrução Primária e Secundária e que entrou em vigor com a Lei n. 85 de 1892. Essas normas, segundo Sônia Camara e Raphael Barros foram elaboradas sob a batuta das professoras Ludovina Portocarrero e Joaquina Rosa Ferreira Assunção e organizavam todo o funcionamento da máquina pública – pessoal, custeio, obras e material, que passavam ao controle da municipalidade. O ensino primário ficou organizado em escolas primárias do 1º. Grau para crianças de 7 a 12 anos e do 2º. Grau para crianças de 13 a 15 anos. Essa norma afetaria a organização do espaço arquitetônico da escola, conforme Camara e Barros (2006):

Um aspecto importante dessa reorganização foi a direção que se pretendeu dar com o método intuitivo e a redefinição das idades a serem atendidas pela escola, o que exigiu a reorganização dos espaços escolares que deveriam passar a constituir-se com dependências para biblioteca especial; museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas; instrumentos necessários para o ensino concreto; ginásios para exercícios físicos; pátio para jogos e recreios e jardins preparados segundo os novos conceitos pedagógicos.

¹²² Em 1890 a República institui o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, uma nova maneira de abordar a instrução pública no âmbito da administração federal e ainda regulamenta a Escola Normal e institui o Pedagogium como instrumento de repensar organização da instrução brasileira.

Nesse contexto ainda havia a criação dos grupos escolares a exigir da instituição uma nova organização escolar. Assim dizia o Decreto¹²³:

O ensino passaria a ser graduado de forma que, a cada ano escolar, o aluno deveria ampliar e aprofundar o estudo feito no ano precedente. A municipalidade mandaria construir, em cada circunscrição urbana do Distrito federal, um ou mais grupos escolares, conforme a densidade da população. Os grupos escolares seriam compostos pela reunião de várias escolas do mesmo sexo ou de sexo distinto, que deveriam ficar sob a administração de um professor-diretor tendo em comum, um ginásio, a biblioteca e o museu escolar...

Dessa ação na cidade do Rio de Janeiro, começaram a surgir as escolas primárias, com projetos de arquitetura elaborados pelos profissionais instalados no governo do Distrito federal, que compunham a Diretoria de Obras Públicas daquela cidade e que, segundo levantamento dos edifícios realizado pelo Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro (CREP), eram assim constituídos:

1 - De 1890 até 1900: Escola Municipal Barão de Macahubas (Figura 398) e a Escola Municipal Tenente Renato César;



Figura 398 - Escola Municipal Barão de Macahubas de 1892

2 - Primeira Década: Escola Municipal Tiradentes (Figura 399); Escola Municipal Affonso Penna (Figura 400); Escola Municipal Alberto Barth (Figura 403); Escola Municipal Deodoro (Figura 404); Escola Municipal Leitão da Cunha; Escola Municipal Marechal Hermes; Escola Municipal Prudente de Moraes (Figura 401); Escola Municipal Azevedo Júnior (Figura 402); Escola Municipal Edgard Werneck; Escola Municipal Lopes Trovão (Figura 405); Escola Municipal Professor Gonçalves;

¹²³ O Decreto de 1893 foi alterado por um outro de 1897, mas os aspectos relativos aos grupos escolares foram todos mantidos.



Figuras 399 e 400 - Escola Municipal Tiradentes e Escola Municipal Affonso Penna



Figuras 401 e 402 - Escola Municipal Prudente de Moraes e Escola Municipal Azevedo Júnior



Figuras 403 e 404 - Escola Municipal Alberto Barth e Escola Municipal Deodoro



Figura 405 - Escola Municipal Lopes Trovão

3 - Década de 1910: Escola Municipal Campos Sales; Escola Municipal Nilo Peçanha (Figura 406); Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso; Escola Municipal Barão Homem de Mello; Escola Municipal Bombeiro Geraldo Dias; Escola Municipal Estácio de Sá; Escola Municipal Joaquim Nabuco; Escola Municipal Menezes Vieira; Escola Municipal Tenente Antonio João; Escola Municipal Evangelina Duarte Batista; Escola Municipal Haiti; Escola Municipal Santos Dumont; Escola Municipal Antonio Fernandes dos Santos; Escola Municipal Rosa da Fonseca (Figura 407).



Figuras 406 e 407 - Escola Municipal Nilo Peçanha e Escola Municipal Rosa da Fonseca

4 - Década de 1920: Escola Municipal Celestino da Silva; Escola Municipal Estados Unidos; Escola Municipal Floriano Peixoto (Figura 408); Escola Municipal General Mitre; Escola Municipal Mem de Sá; Escola Municipal Pereira Passos; Escola Municipal Uruguai; Escola Municipal Azevedo Sodré; Escola Municipal Bárbara Ottoni; Escola Municipal Benedito Ottoni; Escola Municipal José da Silva Araújo; Escola Municipal Júlio de Castilhos (Figura 409); Escola Municipal Manoel Cícero; Escola Municipal Soares Pereira; Escola Municipal República de El Salvador; Escola Municipal Sarmiento; Escola Municipal Tobias Barreto; Escola Municipal Cuba; Escola Municipal João Barbalho; Escola Municipal Padre Manuel da Nóbrega; Escola Municipal Professor Carneiro Ribeiro; Escola Municipal Professor Augusto Cony; Escola Municipal Senador Camará; Escola Municipal Augusto Vasconcelos; Escola Municipal Raimundo Corrêa; Escola Municipal General Gomes Carneiro.



Figuras 408 e 409 - Escola Municipal Floriano Peixoto e Escola Municipal Julio de Castilhos

O último capítulo, que se apresenta a seguir, apresenta uma análise arquitetônica de seis edifícios escolares que estão presentes nesse capítulo e objetiva demonstrar que há relações tipológicas entre eles e entre os demais edifícios construídos em diversos locais e que, entre eles, há relações históricas entre o edifício e a história da educação.

CAPITULO IV

SEIS SIGNIFICATIVOS EDIFÍCIOS ESCOLARES PÚBLICOS E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS E ARQUITETÔNICAS

“Combinar entre si os diversos elementos e passar seguidamente às diferentes partes do conjunto, é este o caminho que se deve seguir quando se aprende a compor: quando se compõe, ao contrário, se deve começar pelo conjunto, continuar pelas partes e terminar nos detalhes.” Durand, J.N.L. Lezione de Architettura (1986).

Os projetos de arquitetura resultam de um processo. Corona (1990) diz que não há só um processo projetivo e que o mesmo, desde os croquis preliminares até o projeto final, obedece a procedimentos, esquemas básicos, que, em suma, resultam composição.

Mahfuz (1995) define composição como a organização bidimensional e tridimensional de um edifício. Colquhoun (1994) define composição como: “o arranjo das partes da arquitetura como elementos de uma sintaxe, de acordo com certas regras a priori, para formar um todo”.

Para Viñao Frago (1998), a localização da escola é também uma variável que deve ser analisada e compreendida, além da contemplação natural e da estética da paisagem, da utilização didática do entorno, da arquitetura da escola, dos elementos que proporcionaram uma definição das finalidades da educação e com isso, integravam o programa pedagógico da instituição.

Como construção diferenciada na cidade e dotada de diversos aspectos delimitadores de uma prática social, cultural e também pedagógica, o edifício escolar foi ganhando força no século XX. O traço, a volumetria, os símbolos e a sua localização, dentre outros, passaram a pertencer a um repertório que configurou a arquitetura do edifício escolar como um gênero de construção, diferenciando-os das fábricas, prédios religiosos, templos, hospitais, dentre outros prédios urbanos.

Este capítulo apresenta uma análise de seis edifícios escolares e tem por objetivo demonstrar que há uma relação entre a análise tipológica do edifício escolar e o estudo das suas relações históricas, qual seja, a história do edifício na história da educação e da arquitetura.

O texto reafirma o conceito de que uma obra de arquitetura é um todo constituído de partes e que estas são geradas a partir de alguns métodos¹²⁴, com base no conceito de elementos de arquitetura e elementos de composição¹²⁵ e que o seu programa de necessidades e a sua história são importantes para compreender as razões de sua existência.

Como fonte, utilizei os dados de publicações de cada uma das seis edificações registradas em livros, catálogos ou revistas especializadas bem como visitas “in loco” realizadas para conferir os dados apresentados, além de fazer registro fotográfico e examinar, com a presença física, o objeto de estudo em toda a sua realidade, exceção feita aos edifícios demolidos de Campo Grande e de São Paulo.

4.1 A escolha dos edifícios para análise

Os seis edifícios escolhidos representam uma amostra no universo de projetos e obras de todo o país, no período de 1870 a 1930, presentes no capítulo 3.

Para a escolha, identifiquei alguns elementos que poderiam diferenciar uns de outros e criar um grupo de interesse de investigação em tipologia e organização da arquitetura escolar.

Ancorado em Viñao Frago (1998, p. 91), num primeiro momento, identifiquei em sua análise alguns itens que representariam grupos, assim definidos pelo autor: a) grande edifício no meio urbano, com a fachada rente à rua; b) edifícios também majestosos e sólidos, separados do exterior por um muro ou grande e um maior ou menor espaço de terreno; c) edifícios de fachada rente à rua, com dimensões e de arquitetura mais modestas, mas acessíveis a partir de uma rua perpendicular que permite que sejam totalmente visíveis; d) edifícios acessíveis a partir de um pátio interno ao qual se tem acesso através de uma zona de transição, nesse caso, um puxado – que marca o limite do exterior; e) edifícios nos quais alguma de suas fachadas pode dar diretamente ao exterior, mas aos quais se tem

¹²⁴ Em relação ao conceito de partes e todo e de composição, ver Mahfuz, Edson da Cunha, *Ensaio sobre a Razão Compositiva*, Belo Horizonte, 1995.

¹²⁵ Elementos de composição são espaços, são abstrações, são conceitos, como por exemplo, a proporção de determinados ambientes. Não tem uso por si mesmos, são rótulos que se aplicam aos espaços segundo uma determinada situação. Já elementos de arquitetura são corpos, são os limites (envolventes) espaciais que fazem existir os elementos de composição; são coisas concretas, tem natureza definida (portas, janelas, pilares, artefatos etc.); são as partes da construção. Ver Corona (1998).

acesso através de uma ampla zona ajardinada e que, além disso, dispõem, de ambos os lados, de caminhos estreitos e laterais que acolhem e fazem dar voltas àquele que tenta entrar em tais edifícios.

Para cada um desses grupos, Viñao Frago traz exemplos fotográficos de edifícios escolares que representam um conjunto reduzido de obras. Mas na realidade, ao criar esses grupos de análise, com base nas edificações existentes na Europa e, em especial, na Espanha, Viñao Frago baseava-se em alguns itens de análise observando elementos pelo prisma de um jogo de relações entre o interno e o externo e entre o fechado e o aberto.

Entretanto, para o objeto arquitetônico, segundo Mahfuz (1995), Corona (1990) e Ching (1982), há ainda outras formas de exame do edifício e de seu processo projetivo que devem ser consideradas.

A arquitetura de um edifício, ao apresentar formas, texturas, elementos de fachada, alturas e demais procedimentos, segundo Lúcio Costa (1956), carrega sempre uma intenção no projeto e esse possui, além dos elementos simbólicos visíveis, alguns que somente aparecem quando há a materialização da idéia com a construção.

Assim, buscar exemplos de como uma fachada é majestosa e com grande ostentação de ornamentos é tarefa que exige examinar se esses elementos são parte da intenção de projetar, pois, apenas os elementos de arquitetura são materiais enquanto os elementos de composição são pouco visíveis.

Assim identificamos no agrupamento de Viñao Frago (1998) uma ideia que carrega algumas fragilidades para uma análise arquitetônica, mas que me orientou para cuidar dos modelos tipológicos e da difusão de elementos presentes, arquitetonicamente, em diversos edifícios no Brasil que se foram difundindo, mas que, de fato, carregam as heranças da arquitetura internacional já produzida na Europa e nos Estados Unidos.

Esse conteúdo mais complexo, além da localização e das relações entre o prédio e a urbis, possibilitou a delimitação dos prédios:

- a) A Escola Gonçalves Dias no Rio de Janeiro, de 1870;
- b) A Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, de 1894;
- c) O Grupo Escolar Prudente de Moraes, em São Paulo, de 1894;
- d) O Grupo Escolar Xavier da Silva, em Curitiba, de 1903;
- e) O Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, de 1908 e

f) O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, de 1923.

Além do pioneirismo que cada um representou em suas localidades, há categorias de edificações representativas nesse pequeno grupo de prédios escolares: a presença do pátio na planta arquitetônica; a esquina utilizada como elemento urbano; o uso do recuo em relação ao alinhamento predial; a forma em planta com elementos que ora recuam ora se projetam para frente; o caráter e a simbologia dos seus elementos construtivos, dentre outros, como veremos, na análise de cada um.

O significado da composição, além de permitir que se possa construir um processo de análise do projeto, permite identificar que existe um todo projetual que é constituído de partes e que essas partes e o todo podem ser analisadas, separadamente, a partir de algumas variáveis intrínsecas à arquitetura, tais como a forma, a função, a técnica empregada, o sítio urbano, o clima, o meio sócioeconômico e cultural, dentre outros.

Com tantos elementos, construí uma matriz de análise do edifício, a partir de variáveis estabelecidas e das condicionantes. Nessa lógica, usei como base, o material organizado em Arruda, (2001).

Para iniciar e orientar a análise de cada edifício, do ponto de vista da educação, apresento algumas chaves de análise. Começando com os aspectos históricos do prédio que perpassam pelas normas e determinações legais; os tratados; o momento sóciopolítico de sua criação e a organização administrativa, como roteiro.

Para a análise de cada edifício, em relação aos aspectos arquitetônicos fixei uma lista de oito itens¹²⁶, que considero “chaves de análise”, um método possibilita a busca de alguns conceitos centrais de cada projeto, que juntos geram uma matriz:

1 A LOCALIZAÇÃO, O LOTE, A IMPLANTAÇÃO E O ENTORNO: Objetivo: Localização do edifício em relação ao sítio urbano, descrição das características do lote e do entorno existente e as influências na concepção adotada; **Roteiro de Análise:** Relações formais e geométricas entre o lote e a edificação; Perímetro da edificação, recuos e espaços residuais, pátios internos e externos; Taxas de ocupação e possibilidade de ampliação; As forças do lugar e condicionantes de entorno.

¹²⁶ Esta lista foi elaborada, usando como base a matriz desenvolvida por: SANVITTO, Maria Luiza Adams. “Brutalismo Paulista: uma análise compositiva de residências paulistanas entre 1952 e 1972. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, FAU, 1994: CHING, Francis D.K. Arquitetura: forma, espaço e ordem e ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A arquitetura moderna da Escola Carioca em Campo Grande, 2001.

2 OS ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO: **Objetivo:** Estabelecer a identificação dos elementos de composição utilizados; **Roteiro de Análise:** Univolumetria e multivolumetria; A análise das partes e do todo; Volumes geométricos utilizados na composição.

3 AS IDÉIAS GERADORAS: **Objetivo:** Verificar as estratégias compositivas utilizadas para organizar os elementos compositivos; **Roteiro de análise:** Figuras geométricas utilizadas na concepção central; Ordenação por meio de malhas, eixos, alinhamentos, etc; Relação entre o volume e soma das partes identificadas; A utilização da estrutura e o sistema de planta; condicionantes formais e a ordenação entre os elementos de composição ou das figuras geométricas; Idéia geradora central e princípios de organização.

4 A NATUREZA PROGRAMÁTICA E O SISTEMA ESPACIAL: **Objetivo:** Estabelecer a relação entre a funcionalidade e a composição; **Roteiro de Análise:** A organização do espaço interior e exterior; Os elementos de composição e o programa estabelecido; A separação ou interligação das funções programáticas estabelecidas; Os espaços abertos e espaços fechados; A continuidade visual e composição; Os acessos e as circulações; Nível de resolução do programa nas plantas, detalhamento, nível, volumes etc.

5 OS ELEMENTOS DE ARQUITETURA: **Objetivo:** Estabelecer a identificação dos elementos de arquitetura primários e secundários utilizados; **Roteiro de Análise:** Os elementos de arquitetura que materializam os elementos de composição; Os elementos significativos do edifício – apoios, vedações, suportes, proteção etc.

6 AS ELEVAÇÕES: **Objetivo:** Princípios que determinaram o desenho das fachadas do edifício; **Roteiro de Análise:** As aberturas e os fechamentos; Saliências e reentrâncias; A orientação solar; As condicionantes internas e externas; As relações do espaço interior e exterior.

7 ELEMENTOS DE ARQUITETURA OU DE COMPOSIÇÃO PRESENTES EM OUTROS EDIFÍCIOS ESCOLARES: **Objetivo:** Identificar em outros edifícios escolares nacionais, projetados na época ou em época anterior ao edifício analisado, a existência de elementos de arquitetura e de composição que lhes sejam comuns,

com a finalidade de verificar a difusão desses elementos na arquitetura escolar do Brasil.

A presença desse grupo de seis prédios deu-se pela necessidade de construir um diálogo Arquitetura-Educação, ainda pouco presente em trabalhos de pesquisa do campo da Educação e, ao mesmo tempo, demonstrar novo roteiro para investigação, baseado na contextualização material das intenções normativas e dos meios que o projeto de arquitetura utiliza para essa concretização.

A relação entre a história e o edifício pode ser verificada, em especial, quando se ressalta a modelação de alguns elementos de arquitetura e de composição, presentes em outros momentos da história e em outros lugares do mundo, significando, de fato, uma atenta compreensão da circulação de idéias e de processos que, ao ocorrer, manifestavam-se e materializavam-se em diversas partes do Brasil, independentemente da situação econômica ou cultural.

4. 2 As escolas analisadas

4.2.1 Escola Gonçalves Dias - RJ

Na freguesia de São Cristóvão, essa escola teve a pedra fundamental lançada pelo Imperador em 1870 e o financiamento da construção ficou a cargo do Corpo do Comércio do Rio de Janeiro.

Originalmente, segundo Sisson (1990, p. 64), ela situava-se no n. 19 do Campo de São Cristóvão que, a partir de 1866, foi denominado de Praça D. Pedro I. Depois de 1889, passou a se chamar Praça Marechal Deodoro e nos idos do século XX voltou à sua denominação anterior. O prédio teve o projeto arquitetônico e a obra, executados pela empresa J. Bailariny & Cia¹²⁷, sendo inaugurado em 1872 com 11 salas masculinas e femininas para atender aos primeiros 200 alunos matriculados para o ano de 1873.

¹²⁷ Era uma sociedade comercial e construtora que edificou inúmeros prédios no Rio de Janeiro durante o Império.



Figura 410 – Escola Gonçalves Dias, 1878.

Sua denominação foi alterada nos anos de 1920, para Escola Gonçalves Dias (Figura 410). Após ter passado por sucessivas reformas, ainda guarda certa imponência em sua arquitetura. Destaque-se a arquitetura do frontal, janelas e grades trabalhadas em ferro – com certa conformação simétrica em alas e a presença do relógio acima da ala central.

Sisson (1990) afirma que os partidos arquitetônicos das escolas de São Sebastião e de São Cristóvão, apresentadas no Capítulo II, assemelhavam-se muito, embora a primeira tivesse sido implantada no centro do terreno e a segunda no alinhamento da via pública, com a adoção dos pátios internos e a predominância da horizontalidade nas elevações frontais. Denote-se que a Escola Gonçalves Dias ganhou mais um pavimento quando de sua reforma nos anos 1920, passando a apresentar elevação frontal com dois pisos inteiros e não compartimentados, com no original. Essa escola funciona até os dias de hoje¹²⁸, abrigando mais de 1500 alunos matriculados. Um anexo foi erguido para as atividades de laboratório, banheiros e uma biblioteca, além de mais salas de aula.

¹²⁸ Realizei visita no mês de fevereiro de 2009 e verifiquei as suas condições materiais. Funciona uma escola municipal de primeiro e segundo graus, dentro de um complexo escolar denominado Escola Pedro II do Estado do Rio de Janeiro.

Análise Histórica e Arquitetônica

A arquitetura exibida pela Escola Gonçalves Dias (Figura 411), não era exatamente uma novidade no Brasil. A arquitetura em estilo classicizante veio para o Brasil com a Missão Francesa e apresentava-se em diversos edifícios cariocas, a contar de 1818, como a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, dentre outros. Entretanto, vários elementos presentes no edifício da escola eram, de fato, modificadores, com relação ao que se trabalhava nos idos de 1870, no Brasil.



Figura 411 – Escola Gonçalves Dias, 2009, com mais um pavimento no vão central

A situação urbanística do colégio é uma das propostas mais renovadoras. O bairro de São Cristóvão (Figura 412) constituiu o núcleo histórico do início do processo de ocupação da Cidade do Rio de Janeiro. Foi um dos lugares de instalação da Corte Portuguesa ao Brasil que influenciou todo o processo de ocupação da região.



Figura 412 -. Paço de São Cristóvão, aproximadamente 1893/1894. Vista da fachada principal e lateral esquerda do Paço de São Cristóvão, situado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, antiga residência da Família Imperial.

O local escolhido (Figura 409) para a implantação – uma das Freguesias do Rio de Janeiro com menor quantidade de população residente¹²⁹ possuía muito espaço livre com pouco adensamento residencial e a escolha se deu em um local central da Freguesia que acabou transformando-se em uma praça, tal o espaço permitido para sua efetiva localização, rodeada de elementos arquitetônicos importantes que contribuiriam para que a escola fosse um edifício de grande visibilidade, para todos que por ali passavam ou que chegavam à Freguesia.



Figura 413 – Implantação atual da Escola Gonçalves Dias

A localização em uma praça, cercada de áreas livres, com pessoas a passear e de uma vegetação de entorno com ampla arborização, inspirou edifícios escolares em outros tempos e uma articulação de grau de importância do edifício para com a cidade. A praça como espaço de intenso uso público vai conferir ao edifício escolar importância política, frente ao conjunto de edifícios urbanos.

Esses espaços abertos deram ao edifício escolar, uma escala que foi utilizada pelos edifícios religiosos dos jesuítas, embora a arquitetura empregada fosse de outra ordem e estilo. Mesmo assim, a técnica adotada de erguer o prédio, dando-lhe mais altura do que de fato tinha, é uma das técnicas utilizadas nos séculos XIX e início do século XX, com o intuito de o caráter do edifício ser transformado em imponente.

Os elementos de arquitetura (Figura 414) repetem-se com a utilização de frontões clássicos, com um enorme frontão central, demarcando a simetria, típica da arquitetura clássica. Janelas altas, com venezianas; frisos horizontais marcam a

¹²⁹ Dados publicados em Abreu (1997, p. 39) apontavam população do Rio de Janeiro por Freguesias Urbanas e Rurais. A urbana mais populosa era Santana com 36.686 habitantes; os menores eram Candelária (9.239) e São Cristóvão (9.272). Naquele ano de 1870, o Rio tinha uma população urbana de 191.002 habitantes.

divisão dos pavimentos térreo e superior; falsa platibanda que esconde o telhado de telha de barro com quatro águas e descida tubulada, ornado com elementos de suporte marcando as torres laterais; o nome do colégio em grandes letras frontais é um forte elemento do edifício, pois dá grande visibilidade.

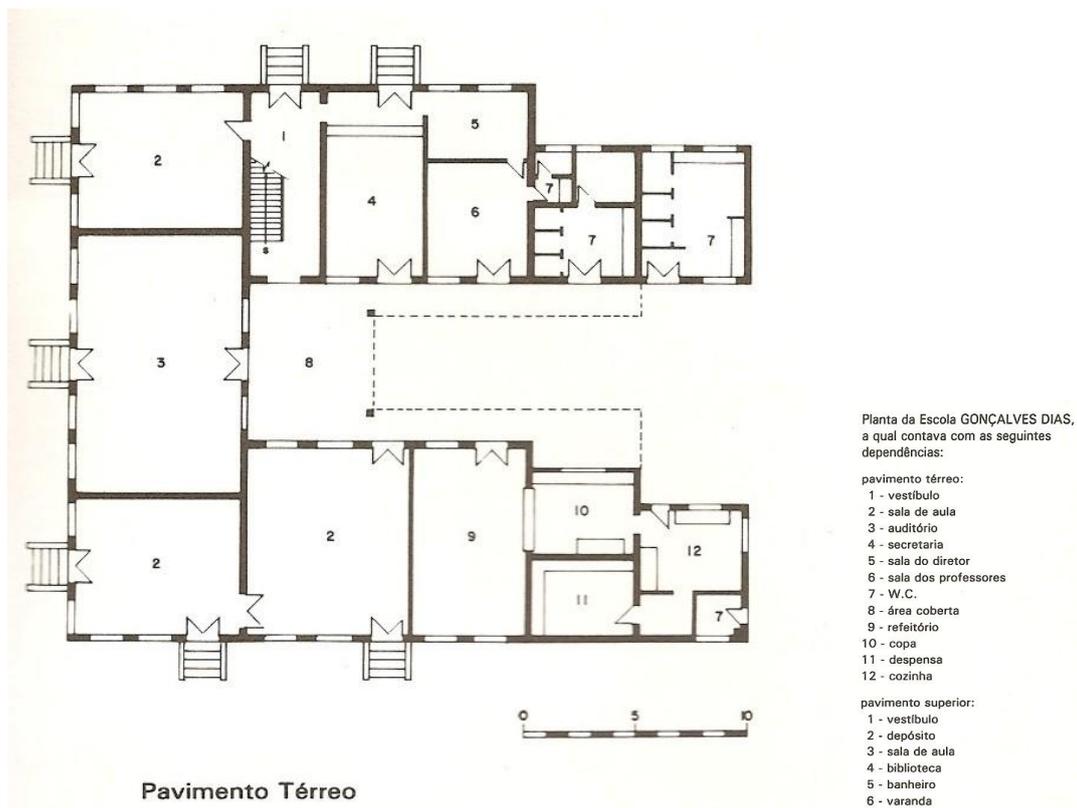


Figura 414 – Simetria e elementos de arquitetura.

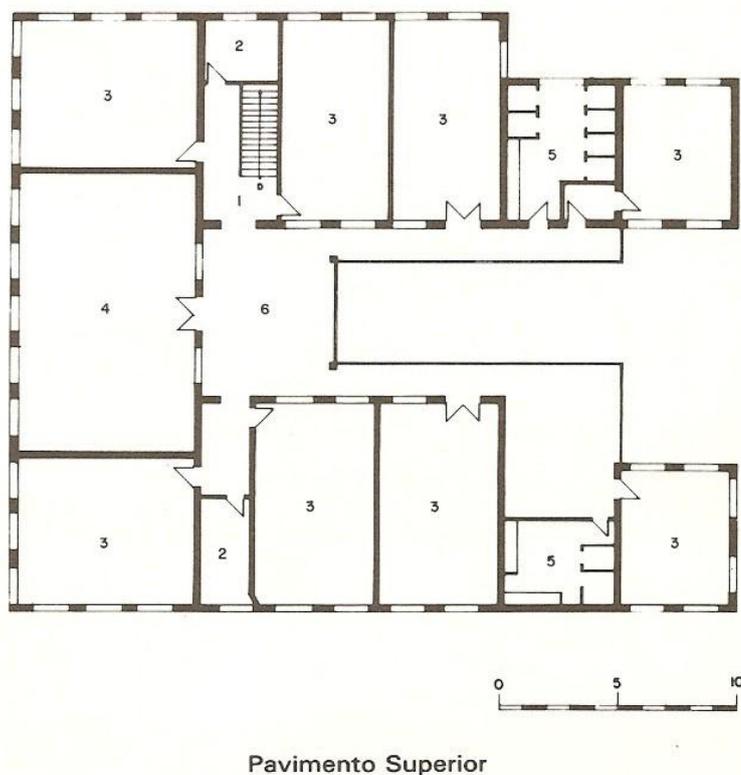
A implantação apresenta um recuo frontal, separado por um gradil de ferro detalhado, com um pequeno muro de alvenaria de apoio, que suporta a grade e nela se estrutura. Separa o público do privado, mas não esconde o edifício; ao contrário, lhe dá transparência, ou seja, segurança com visibilidade.

A planta em formato de “U” (Figuras 415 e 416), com a adoção do pátio interno como matriz geradora e sem utilização de linhas rítmicas de espaço, é típica de projetos que utilizam a modulação rígida como nas vilas de Paládio do século XVI. Figuras geométricas sempre foram utilizadas como ideias geradoras de projetos arquitetônicos. Às vezes, como repetição e monotonia na volumetria; às vezes utilizando estruturas convencionais históricas, como os espaços dos edifícios greco-romanos, como volumetria definida em cubos ou retângulos. Para estabelecer as ideias geradoras desse projeto, afirmo que na primeira fase o uso de uma figura geométrica escavada por um pátio deu lugar a uma planta em forma de “U”, que fica condicionada a ampliações apenas na direção das alas laterais, para os fundos, como de fato aconteceu.

O princípio da organização espacial é controlado pelo programa de necessidades e isso se reproduziu na planta, em sequência ao estabelecido, como regra, em cada um dos espaços criados, ou seja, dimensionamento pelo uso correto gera espaços agregados e esses, quando articulados, produzem um espaço coletivo.



Figuras 415 e 416 – Plantas da Escola Gonçalves Dias



O programa de necessidades da escola contém dois pavimentos projetados, separados por apenas uma escada posicionada do lado esquerdo do edifício, onde se

dá o acesso principal. O acesso é lateral, deixando a parte frontal para o Auditório, técnica usada em demais colégios da época.

No terreno, com tanta área livre, instala-se um prédio de dois pisos, provavelmente por conta da regra da educação de separar os meninos e as meninas no mesmo pavimento ou da presença da escala do prédio para marcar o espaço urbano e chamar a atenção do pedestre.

Como o edifício está implantado em terreno com desnível, foi necessária a adoção de escadas para saídas laterais e frontais. No andar térreo, a planta original apresenta três salas de aula, auditório, sala da secretaria, dos professores e provavelmente a do diretor. Além disso, um espaço externo coberto; no andar superior, 6 salas de aula e depósitos. As instalações sanitárias deveriam ficar em um módulo separado, fora do corpo do edifício, por conta da incipiente existência de equipamentos hidrosanitários naqueles anos da obra.

No século XX foi construída uma ampliação do edifício para os fundos onde se instalaram sanitários, a copa, despensa e cozinha, no andar térreo e no pavimento superior, sanitários e mais duas salas de aula, totalizando as 11 salas existentes atualmente. Nessa época foi erguido um pavimento sobre o andar central do auditório, e se instalou a biblioteca. A fachada frontal do edifício foi descaracterizada, criando um corpo novo na composição volumétrica como se apresenta nos dias de hoje.

A composição arquitetônica apresenta sinais de controle da planta, com a adoção de simetria dos elementos de demarcação e o surgimento de um pátio que integra as funções do edifício em mais de um pavimento estruturado. Essa composição dos elementos frontais denota o anúncio de linhas geométricas rígidas, aplicadas segundo as regras do classicismo e a adoção de um partido muito utilizado em edifícios escolares da Europa.

Com isso, a Escola Gonçalves Dias posicionou-se, na série das escolas do Imperador, como um edifício com alto controle dos elementos de projeção, necessários para indicar conceitos educacionais no âmbito público, nos anos 1870. Uma característica importante das escolas do Imperador e desse edifício em especial, é que não foram projetados para serem, depois, reproduzidos em outro lugar. São únicos.

No campo da educação, o Colégio Gonçalves Dias foi a tradução das mudanças que se iniciam anos antes, mas que, do ponto de vista da construção de

edifício público escolar é um marco na história da educação brasileira, pois sintetiza um quadro que vem se erguendo desde os anos 1823.

Apesar de ter sido construído antes do período dos grupos escolares, a escola não pretendeu juntar aulas existentes ao seu redor, no mesmo bairro ou em outra comunidade do Rio de Janeiro.

Ainda no campo da educação, o programa de necessidades que apresentava a arquitetura, certamente foi elaborado para atender às normas vigentes com o Decreto 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovava o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte do Rio de Janeiro, principalmente a separação dos meninos e meninas no espaço educacional.

4.2.2 Escola Normal Caetano de Campos - SP

Um detalhado documento acerca da história da Escola Caetano de Campos (Figura 417) pode ser encontrado no Centro de Referência em Educação Mário Covas, órgão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo¹³¹. A instalação da Escola Normal deu-se, em 1846, e ficou até a inauguração do seu prédio próprio, em 1894, na Praça da República.

Ao instalar-se no edifício construído especialmente para ela, na Praça da República, essa escola não teve mais sua existência interrompida. Durante sua trajetória, transformou-se na "Escola Normal da Praça da República", no "Instituto de Educação Caetano de Campos", na EEPSG Caetano de Campos e na atual EE "Caetano de Campos"¹³².



Figura 417 – Vista aérea da antiga Escola Caetano de Campos

¹³¹ Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1846_Escola_Normal.pdf, acesso em 15 de outubro de 2008.

¹³² A partir de 1979 passou a abrigar a Secretaria de Educação de São Paulo e a estrutura educacional foi transferida para outros colégios.

A fundação dessa escola está relacionada ao Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que conferiu às então criadas Assembléias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar sobre a instrução pública, cabendo às Províncias o dever de criar estabelecimentos próprios para promovê-la.

A construção de um edifício para a Escola Normal refletiu, de forma explícita, os valores laicos da Primeira República, tendo em vista ter sido o antigo plano imperial de construção da catedral da cidade no Largo Sete de Abril substituído, no início do governo republicano, pelo projeto do edifício para a Escola Normal, em conjunto com os jardins da Praça da República.

Em 1890, por influência de Francisco Rangel Pestana, o governo da Província autorizou a transferência de duzentos mil cruzeiros, que eram destinados à construção de uma Sé, para a construção do edifício da Escola Normal, no terreno do antigo Largo dos Curros, atual Praça da República.

O projeto do edifício da Praça da República, um das primeiras edificações escolares do período republicano, foi criado em 17 de outubro de 1890, conforme decreto do dia 13 do mesmo mês, assinado pelo presidente da Província, Dr. Prudente de Moraes.

Seu croqui inicial foi elaborado pelo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, diretor da Superintendência de Obras Públicas e desenvolvido e detalhado pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo¹³³, e a pedra fundamental da sua construção foi lançada em 1892.

Com a inauguração do novo edifício da Escola Normal, em agosto de 1894, foram abertas as matrículas para a instalação da Escola Modelo anexa, atraindo

¹³³ Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) era engenheiro-arquiteto, formado em 1878, na *École Speciale du Génie Civil et des Arts et Manufactures* da Universidade de Gand, na Bélgica. Retornando ao Brasil em 1879, estabelece seu escritório profissional em Campinas, São Paulo. Uma de suas primeiras obras importante em São Paulo foram os edifícios da Tesouraria da Fazenda, da Secretaria da Agricultura e da Secretaria de Polícia, no pátio do Colégio, conhecidos como "Secretarias de Estado". Na capital paulista funda o maior escritório de projetos do século XIX e início do século XX: a F. P. Ramos de Azevedo e Cia. Foi diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo - Laosp e da Escola Politécnica de São Paulo - Poli, conselheiro da Caixa Econômica de São Paulo e da Comissão Administrativa do Teatro Municipal, e presidente do Instituto de Engenharia e da Comissão de Obras da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Dentre suas principais obras, na cidade de São Paulo, os prédios das "Secretarias de Estado", no pátio do Colégio, 1886/1896; o quartel da polícia, 1888/1891, no bairro da Luz; a Escola Normal, 1890/1894, e o jardim-de-infância, 1896, na praça da República; a Escola Prudente de Moraes, 1893/1895; a Escola Politécnica, 1895/1897; o Asilo do Juqueri, 1895/1898; o Liceu de Artes e Ofícios, 1897/1900 (hoje Pinacoteca do Estado de São Paulo - Pesp); o Portal do Cemitério da Consolação, 1902; o Teatro Municipal de São Paulo, 1903/1911; o Instituto Pasteur, 1903, e o Grupo Escolar Rodrigues Alves, 1919, na avenida Paulista; o Palácio das Indústrias, 1917/1924, no parque D. Pedro II; e a agência central dos Correios, no vale do Anhangabaú, 1922. Fonte: Carvalho (2000).

diversos alunos da Escola da Rua do Carmo. Cabe destacar que, embora alguns de seus professores tenham sido transferidos para a Escola Normal da Praça, a Escola do Carmo continuou a funcionar sob a direção do professor Oscar Thompson, com a denominação de Segunda Escola Modelo.

No entanto, como afirma Tanuri (1979), deve ser reconhecida a ação dos primeiros reformadores na organização e expansão da escola pública primária e normal, além da valorização do magistério em relação à melhoria de salário e de condições de trabalho. Graças ao seu empenho no estabelecimento tanto da Escola Normal como das escolas anexas a ela, bem como do Jardim da Infância, São Paulo tornou-se o mais importante centro de renovação escolar do Brasil. Essa mesma autora destaca o fato de muitos republicanos e novos dirigentes paulistas conhecerem de perto o problema educacional em razão de muitos deles terem exercido o magistério.

Nos anos seguintes à inauguração do edifício construído para a Escola Normal, cuja obra arquitetônica tornou-se símbolo da transformação política recém ocorrida, essa escola tornou-se centro de referência e pólo difusor de teorias científicas e pedagógicas, além de palco de experiências educacionais que marcaram a história da educação brasileira (Figura 418).



Figura 418– Escola Caetano de Campos

A Escola Normal da Capital passou a acolher o Curso Normal para a formação de professores (alunos a partir de 16 anos) e a Escola Modelo Preliminar “Antonio Caetano de Campos” (7 a 11 anos). Posteriormente, conforme a Lei nº 374, de 3 de setembro de 1895, foi instalada a primeira Escola Modelo Complementar da

Capital, para alunos de 11 a 14 anos, destinada a formar professores primários novatos, chamados de complementaristas. Logo depois, tornou-se possível também a instalação do primeiro Jardim de Infância estadual. Criado pelo Decreto nº 342, de 3 de março de 1896, sua inauguração ocorreu em 10 de maio do mesmo ano, com 300 candidatos concorrendo as 102 vagas oferecidas.

No início do século XX, o Estado de São Paulo tinha nove prédios de arquitetura escolar para escolas normais: o Caetano de Campos, da capital e das cidades de Itapetininga, Pirassununga, São Carlos, Piracicaba, Botucatu, Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca, obras projetadas pelos arquitetos Ramos de Azevedo, Carlos Rosencrantz, João Bianchi e César Marchisio.

As duas primeiras foram projetadas ainda no século XIX e as demais no século XX e destacavam-se pela grandiosidade da obra, fruto de um programa de necessidades e com enorme presença física na imagem de cada uma dessas cidades.

Uma de suas características são a dimensão do lote e a localização do edifício em cada cidade, ocupando espaços urbanos generosos, de alta visibilidade pela população local e com elementos de arquitetura em suas elevações que constituíam grande impacto visual na cidade.

Análise Histórica e Arquitetônica

A construção do edifício da Escola Normal usou como lote um pedaço de uma área pública no centro de São Paulo. Até fins do século XVIII a região da Praça da República era precariamente ocupada pelo núcleo urbano da cidade de São Paulo (Figura 419). A ocupação da região incluindo Santa Cecília, Higienópolis e Consolação, inicia-se nos fins do século XIX com ações do comerciante Arouche Toledo, proprietário de uma imensa propriedade na região, ao perceber uma urbanização em curso, decidiu lotear sua propriedade.

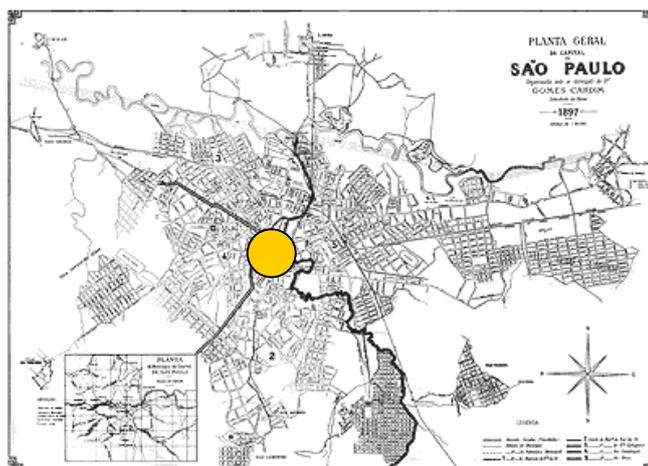


Figura 419 – Mapa de São Paulo de 1897

Antigamente o lugar era conhecido como Largo dos Curros. Era ali que os paulistanos do século XIX divertiam-se ao assistir aos rodeios e às touradas da época. De lá para cá o nome do espaço mudou várias vezes. Já foi chamado Largo da Palha, Praça dos Milicianos, Largo 7 de abril, Praça 15 de Novembro e finalmente, em 1889, ficou definida como Praça da República (Figura 420 e 421). A Praça foi projetada a partir do modelo de urbanização europeia, e faz um elo entre o centro velho e o centro novo; foi escolhida em 1894 como o endereço da Escola Normal Caetano de Campos.



Figura 420 – Praça de República no final do século XIX

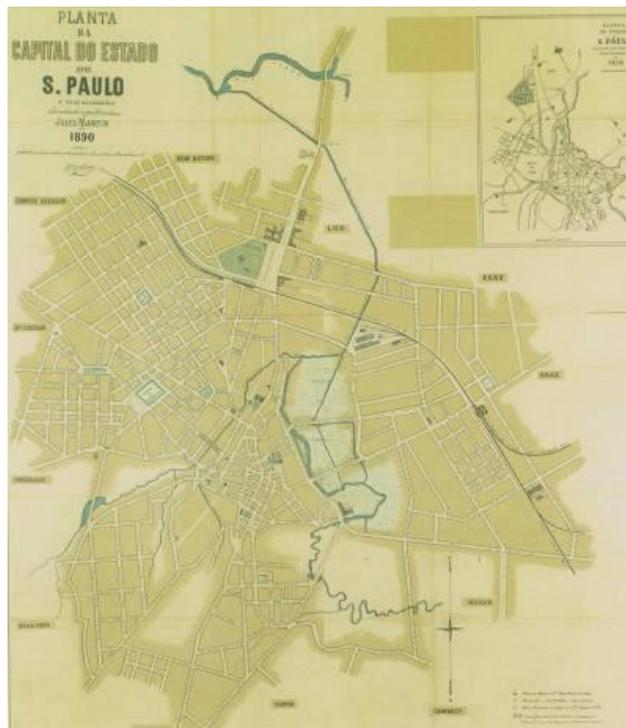


Figura 421 – Mapa de São Paulo de 1890

São Paulo, nesse final de século XIX, já apresentava uma arquitetura urbana em seus edifícios centrais (Figura 422 a 424), com uma predominância de estilo neoclássico, com leves linhas de um estilo eclético principiante, dentro de uma organização espacial inspirada na tradição europeia. Seus principais prédios públicos centrais ou os particulares que abrigavam departamentos de lojas, atividades comerciais e adotavam os princípios de uma tímida verticalização provocada pela urbanização com liberdade nos terrenos mais centrais. É nesse clima arquitetônico e urbanístico que a Escola se instala e vai ocupar uma das faces da Praça em toda a sua extensão.

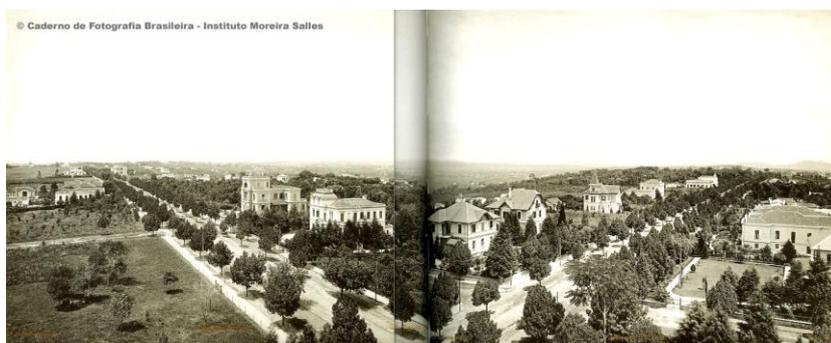


Figura 422– Av.Paulista em 1890



Figura 423 – Centro de São Paulo no fim do século XIX



Figura 424 – Prédios públicos em 1890

A Escola utilizou técnicas e materiais dos mais modernos da época, seguindo o que determinava a engenharia sanitária para um estabelecimento escolar; o estilo arquitetônico empregado foi o neoclássico, muito utilizado naqueles anos por Ramos de Azevedo em outras obras de sua autoria, como o Teatro Municipal.

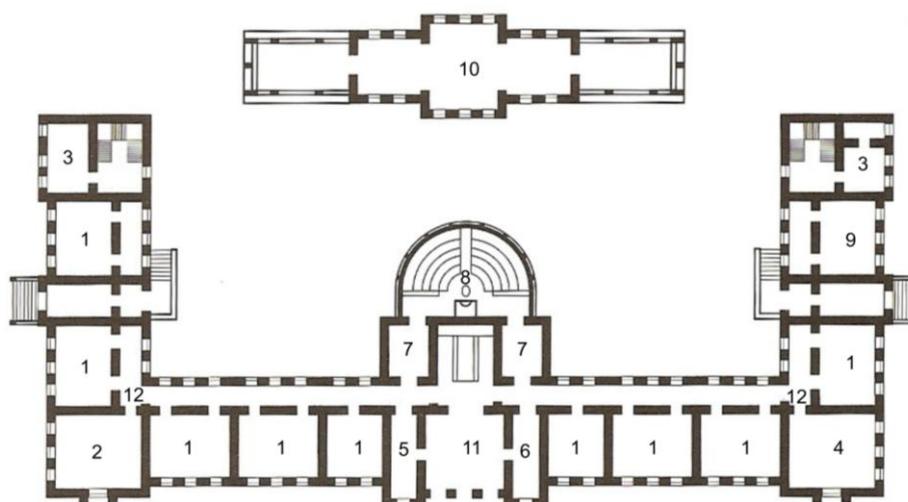
A escola foi inicialmente constituída por ala única, e por pavilhões independentes, construídos pouco depois na parte posterior do edifício principal, que

sofreu várias intervenções em décadas posteriores, seguindo a mesma linguagem arquitetônica do projeto inicial. O prédio passou por duas ampliações, de data incerta, mas compreendidas entre 1897 e 1909: a criação de duas alas perpendiculares à construção principal, e o posterior prolongamento destas em dois corpos salientes que foram ampliados em 1948 para abrigar mais doze salas de aula.

Medindo 86,00 metros de frente por 37,00 metros de profundidade, o edifício foi construído inicialmente com dois pavimentos acrescido de um porão habitável. O térreo comportava as oficinas escolares, e o primeiro andar abrigava os cursos teóricos, além da administração.

Nesses três pavilhões estavam as salas de aula e os compartimentos de apoio. O edifício foi dividido em dois setores iguais, um para cada sexo, com acesso independente, tendo cada um deles salas de ensino superior (Escola Normal) e de ensino elementar (Escola Modelo). A escola contou com mais de 40 salas, utilizadas pelos cursos Normal, Complementar, Escolas-Modelo anexas, além da administração, museus e gabinetes, sem contar o vestíbulo e os corredores.

A forma primeira do edifício quando da inauguração difere muito da forma final do edifício alcançada nos anos mais recentes. A adoção da planta em “U” (Figura 425 a 428), com um prisma retangular frontal, com seus pavimentos ocupou enorme espaço da praça, num momento de pouca urbanização do seu entorno. Essa forma não era uma solução nova adotada em prédios públicos escolares nem no Brasil nem fora dele, como vimos na Escola Gonçalves Dias. O que inovava era a escala do prédio, suas dimensões em planta e na implantação.



Legenda: 1. Sala de Aula; 2. Biblioteca; 3. Sanitários; 4. Arquivo; 5. Diretoria; 6. Secretaria; 7. Laboratórios; 8. Anfiteatro; 9. Espera da Escola Modelo; 10. Porão; 11. Hall; 12. Corredor

Figura 425 – Planta Baixa do pavimento térreo

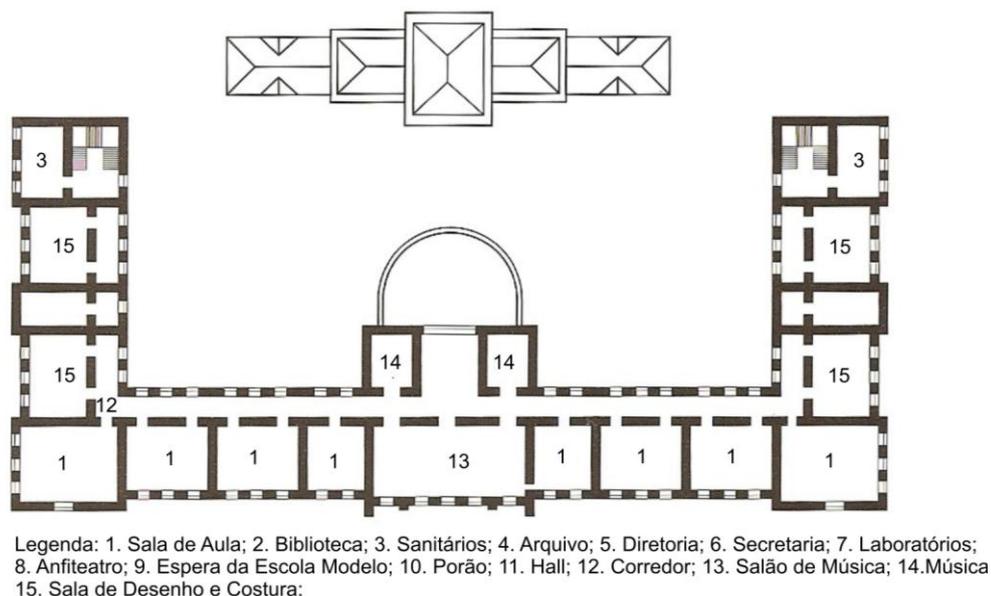


Figura 426 – Planta Baixa do pavimento superior

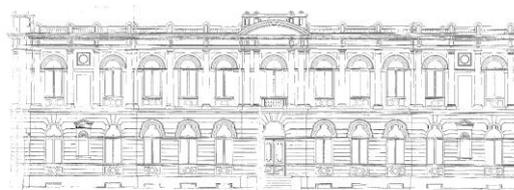


Figura 427 – Fachada lateral



Figura 428 – Fachada frontal

Enquanto prédio público de um tempo em que a cidade de São Paulo tinha pouco menos de 300 mil habitantes, foi intencional essa escala adotada para um edifício que seria responsável pela formação de professores primários. Estava sendo criada no prédio uma linguagem que seria, depois, utilizada em grande parte dos edifícios com a mesma função e vocação programática. A análise de seus elementos vai permitir essa constatação.

A relação do edifício com o espaço urbano, no caso, mostra-se inteira, sem esconder nenhum elemento construído. Embora se volte na sua abertura principal para o centro da Praça nos dias de hoje, no ano de 1896, foram incluídas novas obras, como o edifício do Jardim de Infância, que se localizam na área do pátio e que foram

demolidas para a construção do auditório e o alongamento das alas laterais com mais salas de aula.

Os elementos de composição que o edifício apresenta na sua projeção evidenciam a univolúmetria, num bloco em “U” e os volumes gerados a partir da indicação dos elementos do programa de necessidades, ou seja, cada ala tem uma função, com entrada principal, marcada por uma escadaria que conduz a um grande hall e este distribui a circulação para todos os ambientes. Essa era a lógica da composição do edifício. Nada muito complexo.

A idéia geradora do projeto parece ter sido a forma preconcebida do “U” como matriz de outros projetos da mesma família. Apresentam-se ainda elementos claros do uso da simetria, tanto em planta como nas fachadas. O que se organiza em um lado da planta do edifício se rebate do outro lado, como podemos ver nas plantas originais do edifício. O princípio da composição é o pátio que organiza a planta e, com base no programa de necessidades provavelmente repassado pela Diretoria de Instrução Pública de São Paulo, configura todo o conjunto.

Os espaços internos estavam organizados mediante a seguinte estrutura: no andar térreo, iniciando o percurso pelo lado esquerdo da planta, a estrutura para o sexo feminino contendo uma biblioteca, quatro salas e os sanitários; do lado oposto, o sexo masculino, com o Arquivo, três salas e a sala de espera da Escola Normal; no centro do prédio, o grande hall com uma escada que conduz ao andar superior, ladeada por dois laboratórios sendo um de física e outro de química; a sala da diretoria; dos professores; a secretaria e a Escola Modelo; no miolo frontal, o anfiteatro. No andar superior, no centro duas salas de música e sobre o hall uma sala de música grande; sobre o andar feminino, quatro classes, uma sala de costura e desenhos, uma sala de trabalhos em desenhos, um vestiário, a sala do bedel e uma grande galeria, na realidade o corredor do edifício por onde se avistava o pátio central; na outra extremidade, sobre a ala masculina, a estrutura repete-se o que demonstra que esse andar superior era dedicado ao ensino das mulheres enquanto Escola Modelo.

De acordo com Correa (1991) o edifício sofreu algumas ampliações. Em 1895, a primeira delas com a construção de um Pavilhão dedicado à Escola Complementar, nos fundos do edifício; em 1896 foi a vez da ampliação externa, criando mais edifícios dentro do pátio, com as obras do Jardim de Infância (429 a 433); em 1933 veio a construção de mais um pavimento em toda a extensão do edifício e mais sanitários; em 1939 a construção de um auditório completo, com

camarins etc. e, em 1948, mais um acréscimo aos fundos com a construção de mais 12 salas de aula.



Figura 429 – Jardim de Infância e Ampliação do Anfiteatro

Todas essas obras de ampliação atendiam as demandas da educação seja por aumento de alunos ou pela criação de novas necessidades ou pelas reformulações do ensino e, com isso, o prédio foi perdendo sua característica original.

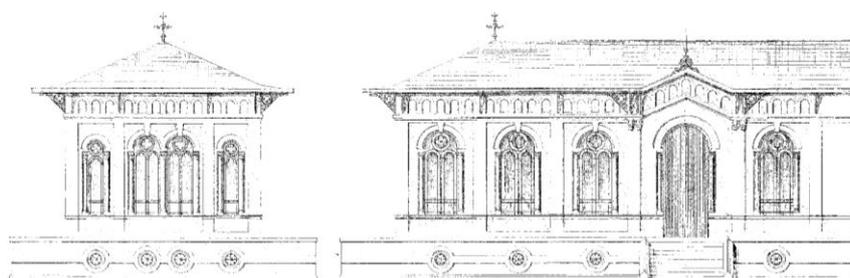


Figura 430 – Desenhos do prédio anexo da Escola Caetano de Campos

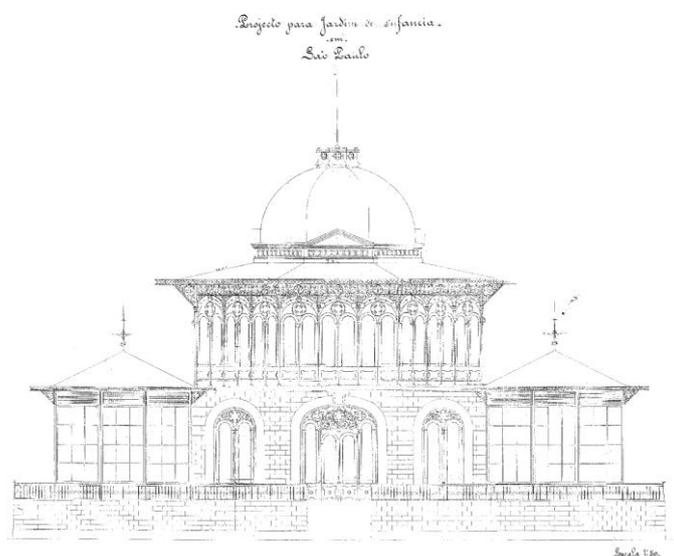


Figura 431 – Desenhos do prédio do jardim de infância anexo da Escola Caetano de Campos

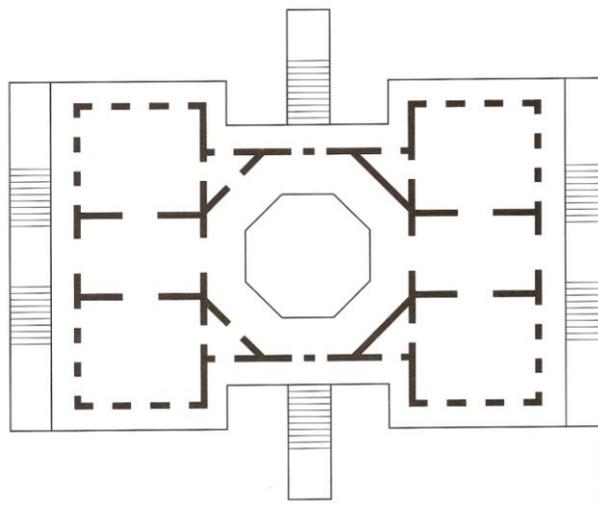


Figura 432 – Planta baixa do jardim de infância

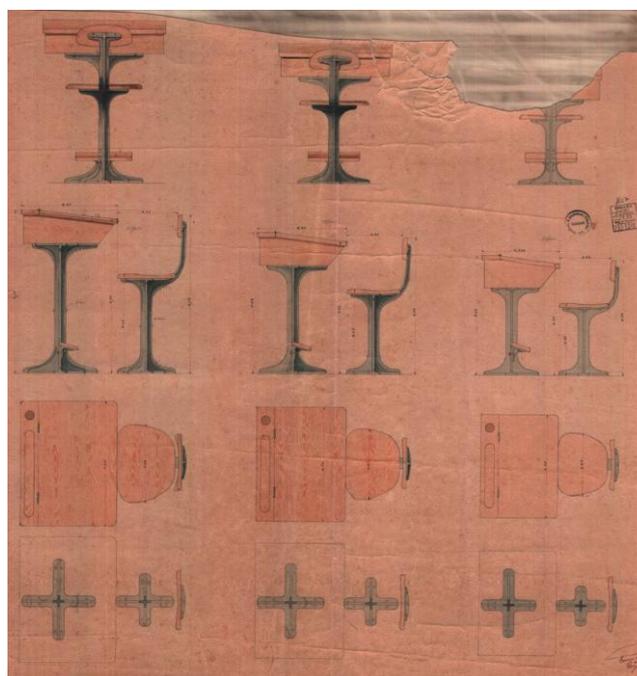


Figura 433 – Desenhos originais do mobiliário da Escola Caetano de Campos

Originalmente projetado com dois pavimentos e pensando com uma razão e proporção material, perdeu essa característica de edifício alongado e baixo. Em primeiro lugar porque havia espaço para fazer essas alterações e ampliações e em segundo pela localização do prédio no contexto urbano de São Paulo.



Figura 434 – Vista frontal atual da antiga Escola Caetano de Campos

No seu todo, o edifício (Figura 434 e 435) apresentava-se funcional e os espaços eram interligados por escadas ou por corredores em formato de galerias, abertas e ventiladas por janelas de grandes dimensões. Há uma definição clara dos acessos, controlados pelo hall central.

Quanto aos elementos de arquitetura presentes no edifício, os mais visíveis são o formato das janelas que se organizam em simetria no térreo e no primeiro andar originais, mas quando se fez a ampliação do segundo andar as janelas passaram a ter formato retangular. Outro forte elemento presente são as colunas e o capitel que se põem no andar superior, marcando a fachada principal. Esse mesmo elemento vai aparecer nas laterais marcando os acessos secundários.



Figura 435 – Vista lateral da antiga Escola Caetano de Campos

Uma pequena saliência do corpo central do prédio, quase invisível de frente, vai favorecer certa movimentação da fachada, marcada visivelmente pela simetria. As fachadas frontais e laterais, pela volumetria e pelas vedações, escondem o prédio

em toda a sua extensão não deixando transparecer nada que acontece em seu interior. É um prédio de perímetro quase fechado, não fossem os fundos que com a demolição do Jardim de Infância em 1939, para a passagem da Av. São Luiz, deixou transparecer os jardins internos do pátio criando um acesso para o auditório com seis escadas, necessárias para a segurança e para os espetáculos.

Por fim o interior do edifício (Figuras 436 a 438) que, ao contrário do que se possa imaginar, possuía enorme simplicidade nos revestimentos seja, nos do piso, da parede ou do teto e até das portas e janelas. A escada principal tem pisos e colunas em mármore branco e bem assim todo o hall principal; os demais pisos são de ladrilho hidráulico com molduras de acabamento junto às paredes; as portas em madeira com almofadas com altura de 3,00m; molduras em argamassa dão acabamento no teto; um vitral com o brasão da bandeira de São Paulo ilumina o teto do hall e escada e por fim o auditório com capacidade para 300 lugares com muita funcionalidade e conforto.



Figura 436, 437 e 438 – Detalhes internos

Apesar disso, na sala de aula, conforme se apresenta na Figura 439, vê-se a proteção da parede com um lambril de madeira; enorme pé-direito que facilitava o controle do conforto térmico; a possibilidade de usar espaços para colocação de posters, mapas, retratos, molduras e demais informações cívicas ou educacionais e as carteiras escolares individuais em madeira com estrutura em ferro, conforme desenho dos projetos e design do mobiliário, com três dimensões de acordo com a idade escolar.



Figura 439 – Sala de aula da antiga Escola Caetano de Campos

Atualmente, (Figuras 440 e 441) a Escola abriga a Secretaria de Educação de São Paulo após ter passado por uma obra de reforma e adaptação nos anos 1996 e continua instalado, majestosamente, no canto de Praça da República, abrigando em seu entorno, aos domingos, uma feira de artes e com isso o prédio com mais de 100 anos continua sendo lembrado por seus habitantes, como atestam as reportagens dos jornais e revistas.



Figura 440 – Foto aérea atual

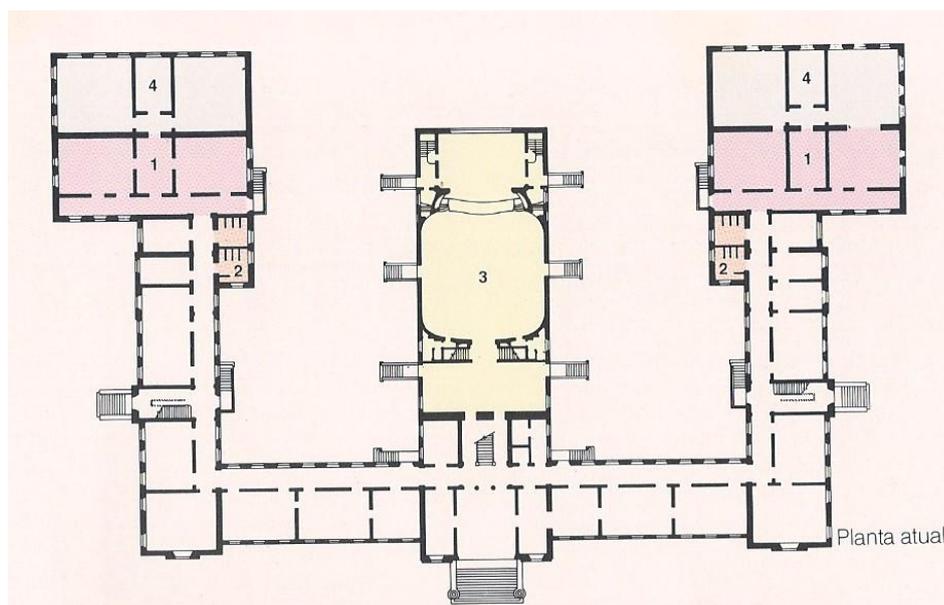


Figura 441 – Planta atual após todas as ampliações

4.2.3 Grupo Escolar Prudente de Moraes – antiga Escola Modelo da Luz - SP

Em 28 de setembro de 1893, foi lançada a pedra fundamental do prédio onde funcionou esse grupo escolar. Junto com outros edifícios importantes que se erguiam no bairro da Luz, o governo de São Paulo escolheu a Av. Tiradentes para ali instalar o primeiro edifício projetado para essa escola primária na capital do Estado. Com projeto de Ramos de Azevedo, o prédio seria construído ao lado do jardim público da cidade (Figuras 442 e 443). De acordo com o Centro de Referência em Educação Mário Covas, esse foi o primeiro edifício projetado no país com a finalidade de um grupo escolar.

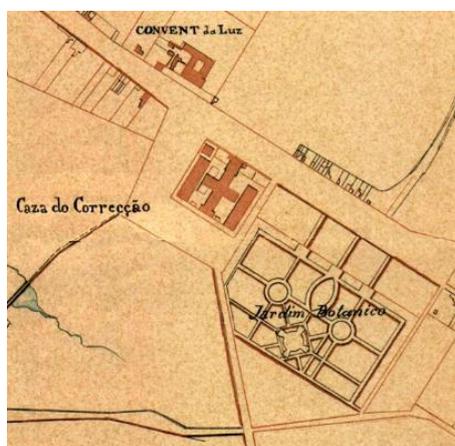


Figura 442 – Mapa da Luz em 1880

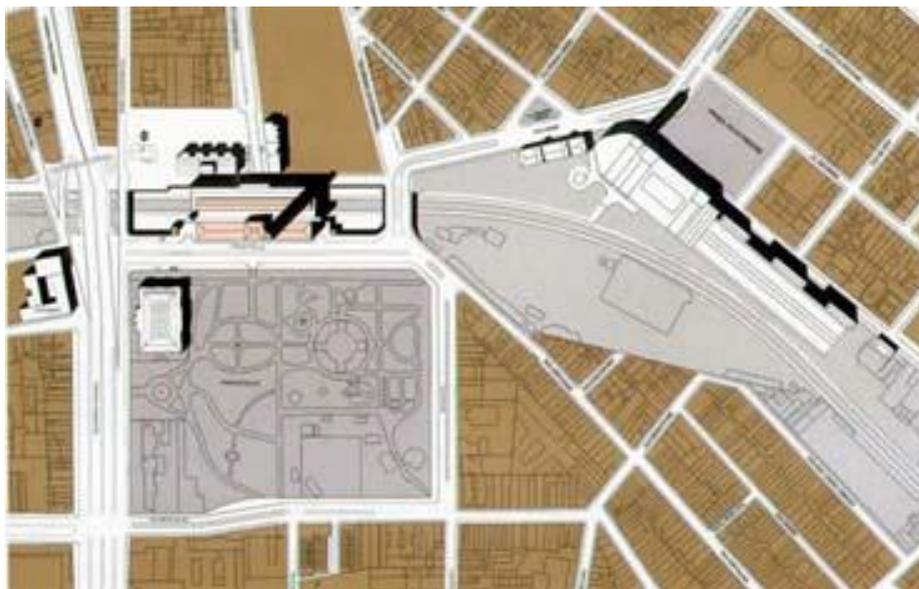


Figura 443 – O Jardim Público – atual Parque da Luz no começo do século XX.

Em 1893 a construção foi iniciada, e somente em 1 ° de fevereiro de 1895 foi publicado pelo Conselho Superior de Instrução Pública o Decreto n ° 280, criando a Escola Modelo da Luz (Figura 444), denominada mais tarde Grupo Escolar Prudente de Moraes.



Figura 444 – Antigo Grupo Escolar Modelo da Luz

O projeto foi descrito pelo Anuário de Ensino de São Paulo de 1907/8 (apud CORREA, 1991) assim;

O edifício tem 40 metros de frente por 20 de fundos e oferece um aspecto verdadeiramente belo, situado no centro de uma área retangular medindo 6.772,50 m². Na construção do prédio foram cuidadosamente atendidos pelo engenheiro organizador da planta Dr. Ramos de Azevedo, todas as condições, tanto arquitetônicas quanto higiênicas. Compreende o edifício 3 pavimentos. O superior e o médio têm 6 salas, cada uma medindo 9,5m x 7m. As condições indispensáveis e essenciais de ar e luz foram plenamente satisfeitas nas salas de aula. Todas apresentam capacidade para manter uma atmosfera suficientemente pura, de mais de 20 metros cúbicos de ar por hora, para cada aluno.

Comentando sobre outros espaços da escola o Relatório ainda diz:

Em todas as salas a luz é projetada pelo sistema bilateral, por 5 janelas guarnecidas apresentando a superfície envidraçada, uma extensão correspondente à quarta parte da superfície total da sala, conforme o tipo escolar da Suíça. No pavimento superior está o salão de honra do estabelecimento. Nos corredores superiores foram construídos armários fixos para a instalação do museu escolar e aparelhos de química e física. As áreas de recreio das duas seções são rodeadas de extensas galerias cimentadas que oferecem espaços aos alunos em dias de chuva e nas horas de calor solar intenso. No porão ainda funcionavam 3 salas de aula, oficinas de marcenaria e torneiro, de modelagem em gesso e arrecadação do batalhão escolar.

Ainda de acordo com o Centro de Referência em Educação Mário Covas a primeira diretora da escola, miss Márcia Browne, solicitou sua exoneração em 29 de fevereiro de 1896, e foi substituída pelo prof. Pedro Voss, que assumiu em 2 de março do mesmo ano. Pelo Decreto n^o 427, de 6 de fevereiro de 1897, assinado por Campos Sales, presidente do Estado, e por Antonio Dino da Costa Bueno, Secretário do Interior, foi criada a Escola Complementar, anexa a esse grupo, que funcionou durante nove anos, diplomando 291 professores em 6 turmas.

Em dezembro de 1902, a Escola Complementar foi transferida para Guaratinguetá. Durante a Revolução de 1924¹³⁴, o prédio da escola foi requisitado

¹³⁴ A revolução de 1924 está inserida no movimento tenentista, decorrente do levante Copacabana, ocorrido em 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro. Liderada pelo General Isidoro Dias Lopes ocorreu em São Paulo a Revolução de 1924 tinha como o objetivo uma mobilização para tirar do poder o presidente Artur Bernardes, no entanto, outra vez, o grupo de tenentes não sobressaiu e foi derrotado formando a coluna paulista. Logo depois de sair de São Paulo, o grupo partiu em direção ao interior do estado, liderado por Siqueira Campos Juarez Távora. No mesmo momento, no Rio Grande do Sul, o tenente Luiz Carlos Prestes que discordava com a direção política do Brasil, liderou uma ofensiva militar em Santo Ângelo, seu comando foi em direção ao estado do Paraná encontrar com a coluna paulista. Isso gerou a coluna Prestes que contava com uma numerosa tropa bem equipada de

para servir de Quartel da Força Pública. No início da década de 1930, ainda como quartel, teve suas instalações completamente destruídas por um incêndio.

Nos anos seguintes, foram feitos alguns estudos para a construção de um novo edifício (Figura 445), o que efetivamente não ocorreu. Somente em 1950 foi edificada pela prefeitura uma nova escola naquele local, e entregue ao Estado para administrá-la.



Figura 445 – Vista interna do atual Colégio Prudente de Moraes

Análise Histórica e Arquitetônica

Esse edifício tem uma enorme importância para a pesquisa por ter sido o pioneiro de uma série de projetos arquitetônicos de grupos escolares que se espalharam pelo país e, com isso, as relações arquitetônicas, urbanísticas e da organização do programa, dos elementos de arquitetura e de composição, em especial, revestem-se de enorme significado.

Carvalho (2000, p. 188) confirma a minha suspeita de que este projeto tem elementos que nortearam outros projetos de Ramos de Azevedo, como a Escola Normal Caetano de Campos e a Escola do Bráz. “A resolução espacial do programa é conduzida pelos preceitos e necessidades didáticas do momento - pelos princípios de conforto, salubridade e higiene, de base utilitária que move o projeto”. Essa análise

armamentos, tinham como finalidade levar ao interior a luta contra o governo e suas ramificações de poder, percorreram cerca de 20.000 km em doze estados. Fonte Linhares, 1990.

reforça o papel e a importância que as normas da educação tiveram para a arquitetura e ao mesmo tempo a importância das normas arquitetônicas para a educação.

Implantada num terreno retangular de mais de 6.700 m² com frente de 106,00 m e fundos de mais de 60,00m, recuada do alinhamento frontal uns 10 metros, protegida por um gradil apoiado sobre um muro de uns 0,90m, a Escola Prudente de Moraes tinha três pavimentos, todos utilitários e uma área construída próxima de 1.800,00 m². Portanto um edifício que, pelo programa, partido e implantação, já se caracterizava majestoso, apesar de todos os seus demais elementos.

O terreno fica na Avenida Tiradentes (Figura 446), nas proximidades da Estação da Luz e da Pinacoteca do Estado, dentro do Parque da Luz, esquina com a Rua Ribeiro de Lima, um local de grande beleza urbanística e paisagística e mais um edifício escolar, projetado pelo mesmo arquiteto, que ocupa um pedaço de área de lazer para a sua implantação.



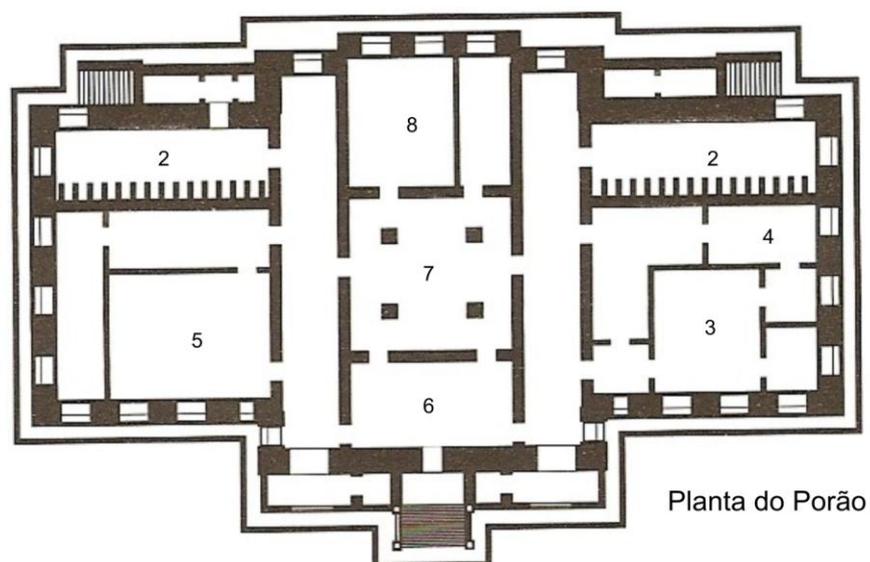
Figura 446 – Localização do edifício

A composição arquitetônica em planta (Figura 447 a 449) evidencia a adoção de três prismas retangulares quase quadrados que organizam os espaços internos do edifício. Um prisma central, mais alongado, deixa uma saliência frontal quando o edifício é visível da esquina e outra nos fundos do edifício.

O acesso ao edifício se dá por uma escada com dois lances e três patamares, um expediente para elevar o edifício já que o que se considera porão estava no rés do chão e não escavado em sub-solo. Havia acessos secundários através de escadas pelos fundos.

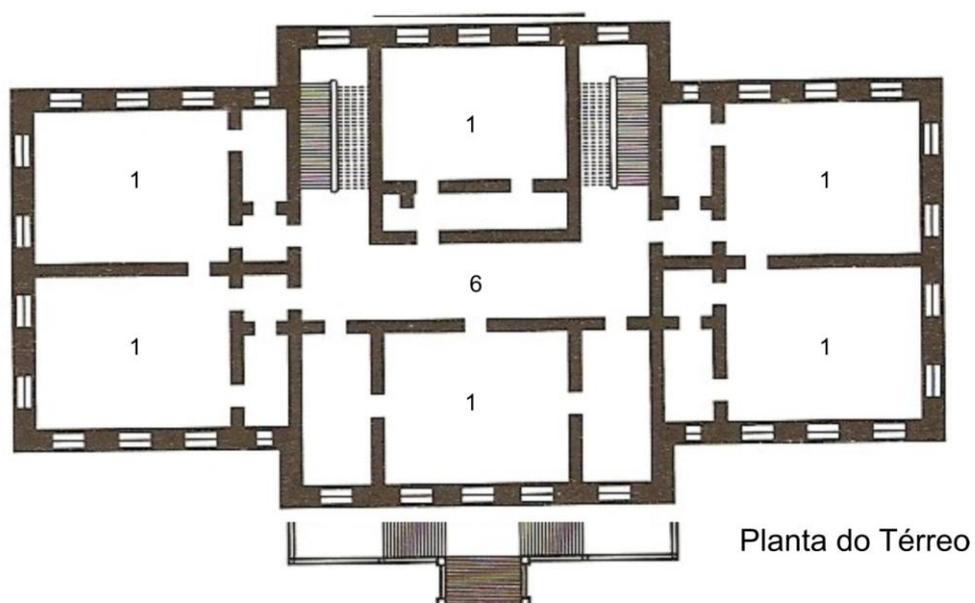
As ideias geradoras desse projeto combinam a forma do terreno retangular com o programa de necessidades aliada a uma concepção da forma a ser utilizada por conta dos elementos encontrados na planta e nas elevações. A simetria utilizada,

certamente, foi geradora da matriz central, muito utilizada na arquitetura em estilo neoclássico, qual esse prédio.



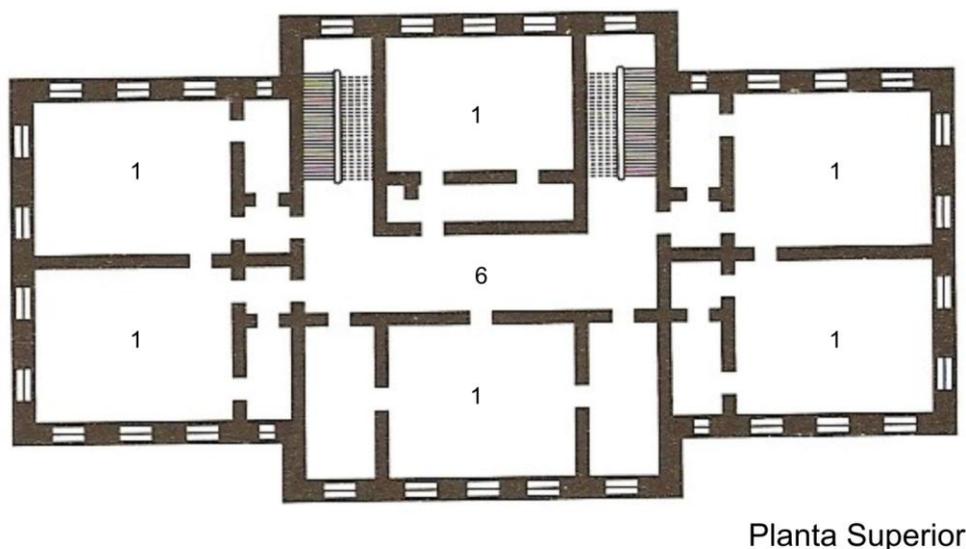
Legenda: 1. Sala de Aula; 2. Sanitários; 3. Diretoria; 4. Secretaria; 5. Biblioteca; 6. Hall; 7. Vestíbulo; 8. Espaços Educativos.

Figura 447 – Planta baixa do porão



Legenda: 1. Sala de Aula; 2. Sanitários; 3. Diretoria; 4. Secretaria; 5. Biblioteca; 6. Hall; 7. Vestíbulo; 8. Espaços Educativos.

Figura 448 – Planta baixa do pavimento térreo



Legenda: 1. Sala de Aula; 2. Sanitários; 3. Diretoria; 4. Secretaria; 5. Biblioteca; 6. Hall; 7. Vestíbulo; 8. Espaços Educativos.

Figura 449 – Planta baixa do pavimento superior

O programa de necessidades com lista dos espaços a serem projetados deve ter sido elaborado pela Diretoria de Instrução Pública de São Paulo que, naquele momento, estava concebendo um novo edifício escolar: o grupo escolar brasileiro.

As regras constantes do Capítulo X, do Decreto n. 248 de 1894 (Estado de São Paulo, 1894), que normatiza os grupos escolares, certamente foram concebidas baseadas na experiência desse prédio.

A separação dos sexos masculino e feminino, prevista nas normas brasileiras antes de 1893, evidencia a decisão das plantas do edifício e, com enorme controle projetual, o arquiteto fez a separação já na escadaria de acesso, com os três patamares: um conduz para a esquerda, das meninas e o outro para a direita, local dos meninos. As salas de aula com as dimensões retangulares já descritas, ocupavam os prismas laterais da planta, duas de cada lado e mais duas no meio nos andares térreo e superior, em número total de 12 salas.

No nível considerado porão, no rés do chão, ficavam os espaços administrativos, sanitários, biblioteca e demais espaços educativos e eram acessados pela escada frontal com acesso ao piso inferior. A planta não evidencia uma ligação entre a administração e as salas de aula que não fosse por essa escada.

O edifício foi organizado para ser visto das ruas e, com isso os elementos de arquitetura o protegiam. Qual a Escola Normal da Capital, evidenciam-se os

elementos de proteção, seja o muro com gradil, as janelas altas e a quantidade de espaços fechados em contraposição aos espaços abertos.

Dentre os mais significativos elementos de arquitetura existentes no edifício, destacamos o seu coroamento frontal, com uma enorme platibanda adornada com elementos triangulares da arquitetura clássica que se somam ao guarda-corpo da escada principal. As janelas ritmadas do andar térreo e superior, compõem mais destaques de elementos de arquitetura do edifício.

O edifício apresenta elevações similares, nas laterais e muito diferentes quando se vê a planta frontal e de fundos, contemplando as referências das aberturas e as ligações entre o espaço exterior e os espaços interiores. Não há um grande realce do corpo central que avança em relação aos demais o que implica em certa monotonia, quando o edifício é visto totalmente de frente.

4.2.4 Grupo Escolar Xavier da Silva - PR

Foi no ano de 1842 (Figura 450) que Curitiba passou à categoria de cidade. O atual Estado do Paraná era uma comarca de São Paulo. Curitiba tornou-se, a capital da província em 26 de julho de 1854, com 5.819 habitantes. No fim do século XIX, Curitiba¹³⁴ já apresentava sinais de urbanização (Figura 451 a 454) e, em 1896, segundo Castro (2008, p. 46), o governo paranaense recebeu autorização para erguer outra casa escolar em Curitiba, além da Escola Tiradentes, que havia sido inaugurada em 1895.

¹³⁴ De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC-, a cidade tinha, em 1853, 27 quadras, 5.819 habitantes, 308 casas e mais 50 em construção. Os engenhos de erva-mate e o comércio organizado em armazéns de comestíveis e lojas de armarinhos eram a base da economia. Foi nesse clima urbano assim que o engenheiro francês Pierre Taulois estabeleceu novo traçado para a cidade. Escolas, teatros, clubes foram construídos. A cidade adquiriu um desenho mais regular. As ruas tiveram seu traçado modificado para cruzamentos em ângulos retos, a fim de melhorar a circulação no interior da malha urbana. Em 1886 a cidade ganhava seu primeiro parque, o Passeio Público. Foi a primeira grande obra de saneamento de Curitiba, que aliava o conceito de área verde, preservação ambiental, saneamento e lazer. O rápido crescimento da população, neste período, faz surgir, em 1895, um novo instrumento para a manutenção da ordem na cidade - o Código de Posturas de Curitiba. O Código previa padrões de higiene como a existência de janelas nas casas, recuo mínimo entre elas e aperfeiçoava a estrutura da cidade. Em 1900, Curitiba contava com 3100 prédios e cerca de 35 mil habitantes. Em 1903 inicia-se o processo de hierarquização de usos de solo na cidade. Padrões construtivos são determinados. Definem-se áreas de especialização de atividades urbanas. Fonte www.ippuc.org.br acesso em 12 de agosto de 2009.

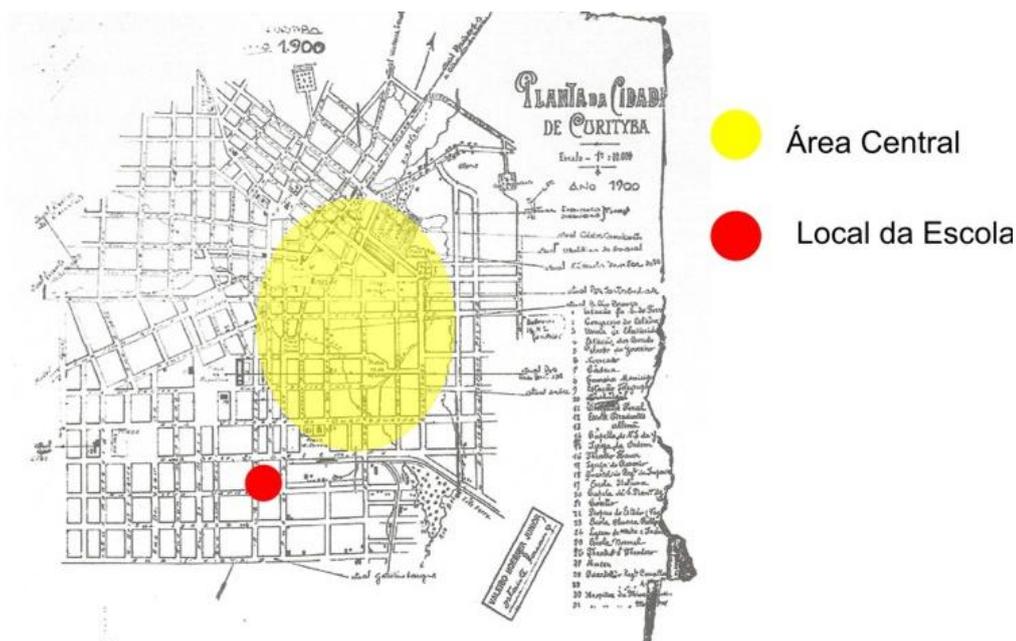


Figura 450 – Mapa de Curitiba em 1900



Figura 451 e 452 – A cidade no começo no século

Em face de aspectos econômicos por que passava o Estado do Paraná naquele momento, o tema foi engavetado. Anos depois, em 1903, o Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná, foi aprovado por meio do Decreto nº 263 e, tal qual o Decreto n. 248/194 de São Paulo organizou o tema grupos escolares e estabeleceu normas para a sua execução com duas séries para o 1º e 2º graus do ensino primário.

Foi aí que voltou à pauta em 1903, quando o Diretor de Instrução Pública, Francisco Xavier da Silva, informou que estava em curso a construção de um grupo escolar na esquina da Rua Marechal Floriano com a Silva Jardim.



Figura 453 – Panorama de Curitiba em 1850, por Debret

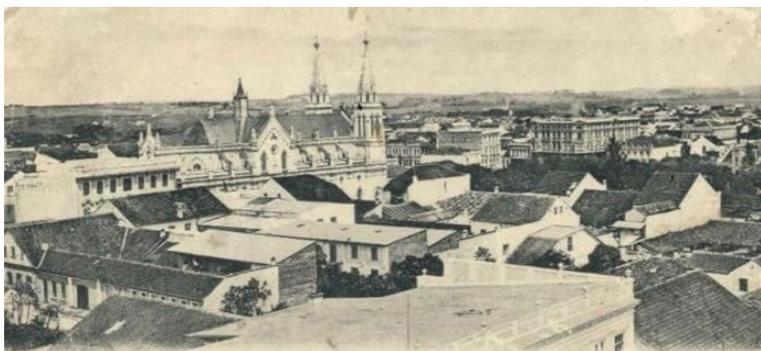
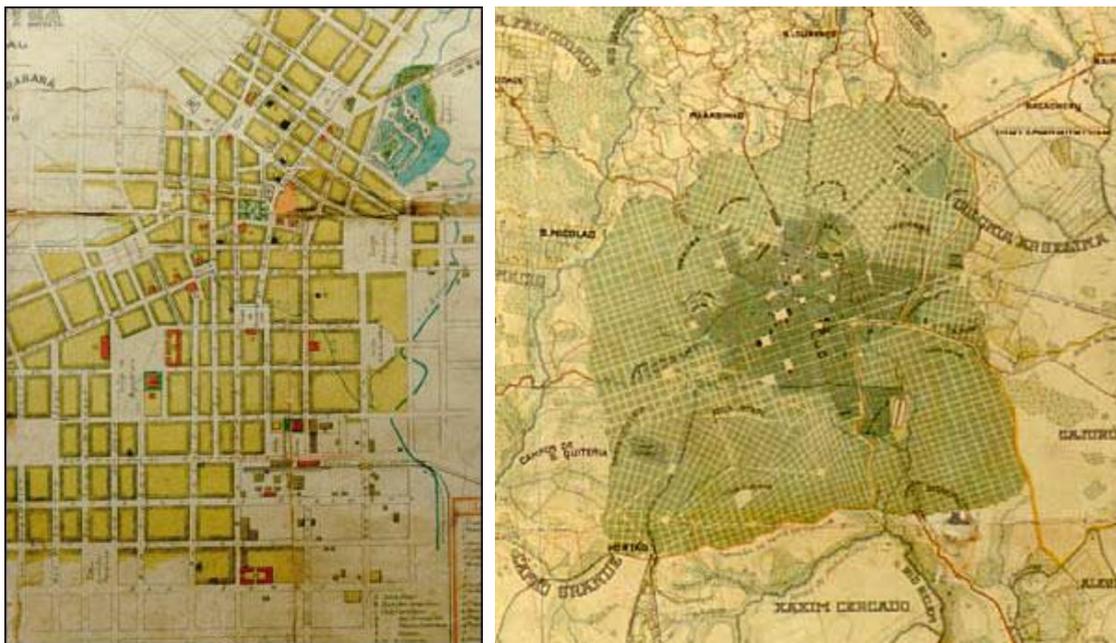


Figura 454 - Vista de Curitiba em 1900

Erguida em terreno de esquina (Figura 455 e 456), adquirido por compra pelo Governo do Estado do Paraná, com 74m de frente para a Rua Marechal Floriano e 86,70m para a Rua Silva Jardim, o edifício foi projetado pelo engenheiro civil Cândido Ferreira de Abreu¹³⁵ e contava com três salas de aula para cada sexo, das quais duas para a 1ª série do 1º grau, duas para a 2ª série do 1º grau e mais duas para as séries do 2º grau, cumprindo assim as novas normas do Decreto n. 263.

¹³⁵ Cândido de Abreu Ferreira (1856-1916) nasceu em Paranaguá – PR e graduou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1882. Trabalhou nas obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na construção da capital de Minas Gerais no final do século XIX e foi nomeado diretor de Obras Públicas do Paraná em 1887. Autor de importantes projetos em Curitiba, dentre eles o Paço Municipal, o Belvedere e diversos palacetes urbanos.



Figuras 455 e 456 – Mapas de Curitiba no começo do século XX

O Xavier da Silva foi o primeiro grupo escolar de Curitiba (Figura 457), construído de acordo com um programa de necessidades voltado para as características da educação republicana e quando o mesmo foi objeto de relatos da instrução pública paranaense, era mencionado como um edifício contendo salas espaçosas, recreio coberto e ao ar livre, dentre outros atributos físicos e técnicos.



Figura 457 – Vista do Grupo Escolar Xavier da Silva em 1940

No Relatório do diretor da Instrução Pública de 1907 (apud Castro 2008, p.48), portanto 4 anos após a sua instalação, o grupo escolar já tinha 315 alunos de ambos os sexos em 5 salas de aula, com elevada frequência escolar embora algumas áreas do edifício ainda estivessem inconclusas, como o piso do recreio coberto, que naquele ano se encontrava sem revestimento algum.

Análise Histórica e Arquitetônica

O Grupo Escolar Xavier da Silva, enquanto edifício público, faz parte de um grupo de edifícios brasileiros, projetado dentro de uma nova visão de arquitetura escolar, qual seja, a adoção da planta original em “L” (Figura 458), ocupando o alinhamento das duas esquinas onde ele se situa, a Marechal Floriano e a Silva Jardim, embora o terreno onde ele foi implantado, tivesse dimensões suficientes para outro partido arquitetônico.

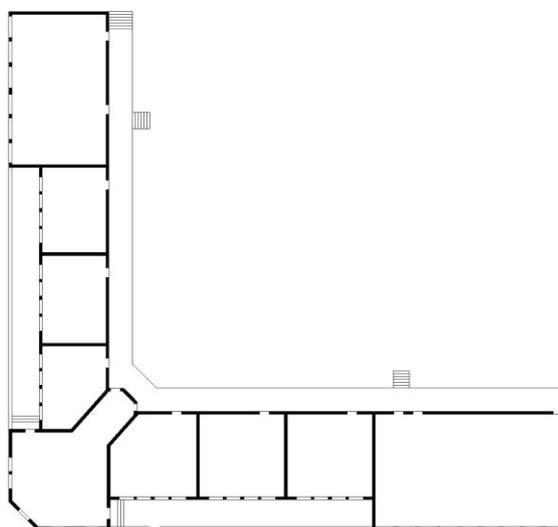


Figura 458 – Planta em “L” esquemática do Grupo Escolar

O prédio ficava em área da cidade de Curitiba muito central com proximidade de diversos edifícios públicos, como o Superior Tribunal de Justiça, o Fórum, a Diretoria de Higiene, dentre outros.

O lote onde o edifício foi construído, com dimensões retangulares quase quadradas – 74,00 x 86,70m, com área de 6.415,80 m² tem uma área muito parecida com a do Grupo Escolar Prudente de Moraes em São Paulo, embora a característica de sua implantação seja completamente diferente. Sendo assim podemos admitir que esse edifício tinha razões “não urbanísticas” para a sua implantação.

À primeira vista, parece que a implantação, ocupando o alinhamento das esquinas, foi intencional ((Figura 459) com o intuito de permitir uma grande visibilidade do edifício pelos habitantes da cidade de Curitiba, em função dele ser o primeiro prédio nesse estilo. Mas parece também que a intenção de criar um pátio

interno descoberto para as atividades educacionais fechado para a rua, também não pode ser desprezada nesse contexto.

Entretanto a intenção da implantação, usando eixos de simetria que saiam da linha diagonal da esquina e controlam toda a ocupação, está presente na planta original de 1903, inclusive a posição das escadas de acesso externo e as escadas internas, numa posição de rebatimento em torno do eixo.

A composição adotou a univolúmetria como preceito e com isso o elemento geométrico adotado é um “L” escavado, por conta das reentrâncias existentes na planta, ou melhor, da saliência do corpo principal que ocupa a esquina em si. Essa composição teve sentido na proposta de adotar a visibilidade do prédio e, ao mesmo tempo, criar espaços interiores importantes.



Figura 459 – Foto atual do GE Xavier da Silva

Nesse caso, a ideia do partido associar-se a um mecanismo de organização da planta simétrica, gerou possibilidades que acabaram sendo utilizadas depois, com as ampliações do edifício nas suas alas e posteriormente com a construção de outros dois blocos. O programa de necessidades inicial, de acordo com informações de Castro (2008), era constituído de seis salas de aula, dois recreios cobertos e um vestíbulo e os sanitários ficavam fora do corpo do edifício (Figura 460).

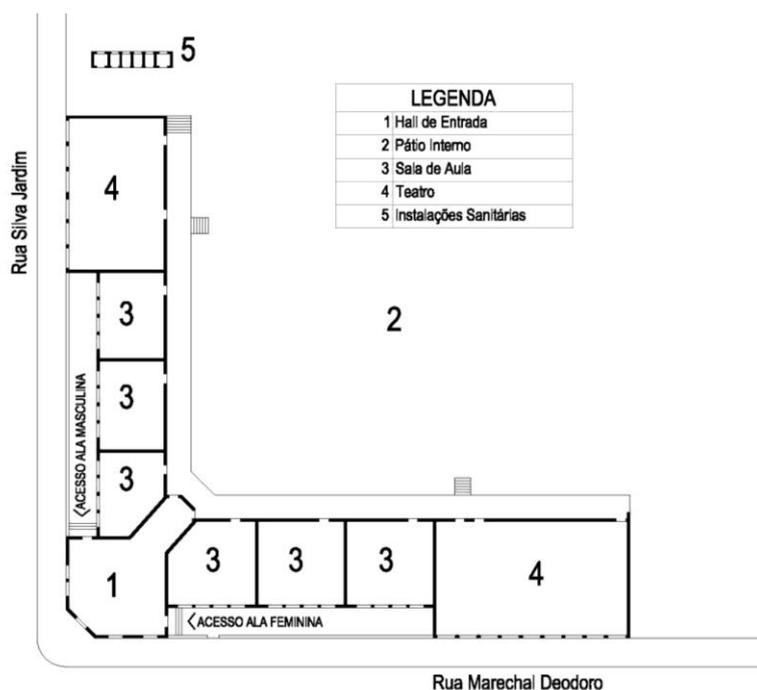


Figura 460– Reprodução da planta baixa original

Em 1913, uma primeira ampliação (Figura 461) foi executada e com isso, novos itens do programa foram incorporados: é criada a sala do Diretor, com a divisão do vestíbulo, os sanitários e mais três salas de aula.

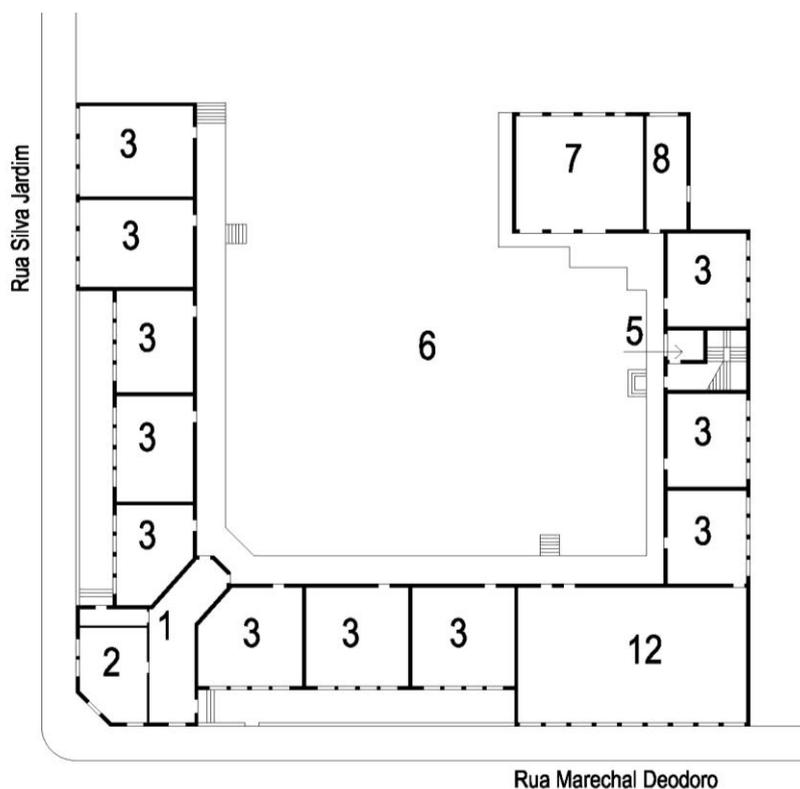


Figura 461 – Planta com a ampliação

A organização dos espaços interiores obedece a uma lógica de utilizar o corredor como meio de acesso às salas de aula e, através dele, a visualização do pátio interno (Figura 462). Esse corredor coberto porém aberto, devia ser bastante desconfortável em alguns meses do ano, quando a temperatura em Curitiba é mais baixa e com muitos ventos frios e por conseguinte, a chuva pode penetrar. Apesar desse contratempo, uma vantagem era a quantidade de janelas em cada sala, tanto abrindo para o exterior quanto para o corredor, com um nível de luminosidade bem alto em relação à outros locais.



Figura 462– Pátio da escola

A organização do espaço em planta, com relação às salas de aula que se situam na linha diagonal, ou seja, as primeiras salas à esquerda e à direita do acesso principal, por conta do partido adotado da planta em “L”, tiveram algum prejuízo na sua forma, quando perdem a estrutura retangular prismática que tem as demais salas. A arrumação de carteiras escolares e da mesa do professor, nas condições da planta, tiveram algum prejuízo.

Essa organização da planta, com duas alas de sala de aula, tinha uma enorme justificativa: a separação dos meninos e meninas, cuja inscrição na fachada ainda hoje permanece na parede frontal da escola.

Para Castro (2008) a composição estética do edifício identificava-se com as linhas do ecletismo. No corpo central, a demarcação de um frontispício com ornamentos da “ordem coríntia com entablamento e frontão e dentículos, além de colunetas e pilaretes com capitel com folhas de acanto. Os vãos também mostram diferenciação: o central, único e em arco abatido; os laterais com duplas janelas de verga reta (p. 47)”.

Entretanto os prismas laterais também possuem vãos, retos e em arco, com uma moldura de argamassa lhe dando o contorno.

Já as elevações (Figura 463 e 464) apresentavam-se simétricas e com rebatimento. As aberturas das janelas se organizam em módulos de 4 para cada compartimento-sala de aula. A cobertura em telha cerâmica utilizando o recurso de um uma estrutura de quatro águas para cada compartimento, escondidas por uma platibanda de alvernaria com detalhes em balaústres de argamassa, que também foram utilizados no peitoril da porta que fica na linha diagonal do edifício, na esquina. Outro recurso adotado foi o do porão para elevar o edifício do plano do arruamento mas sem utilidade prática do mesmo, apenas para aeração do edifício.



Figura 463 – Vista lateral esquerda da escola



Figura 464 – Vista lateral direita da escola



Figura 465, 466 e 467 – Detalhes da fachada da escola com elementos e ornamentos

Depois de mais de 100 anos de funcionamento a escola ainda encontra-se em funcionamento, tendo sido alvo de diversas obras de reforma e ampliação de seus espaços, para atender as necessidades de cada um dos períodos educacionais desde o ano de 1903 até 2009. O prédio encontra-se em bom estado de conservação e todos os seus elementos mais característicos foram preservados, até agora (Figura 465 a 467). Em 1961 o edifício sofreu as últimas ampliações (Figura 468 e 469).

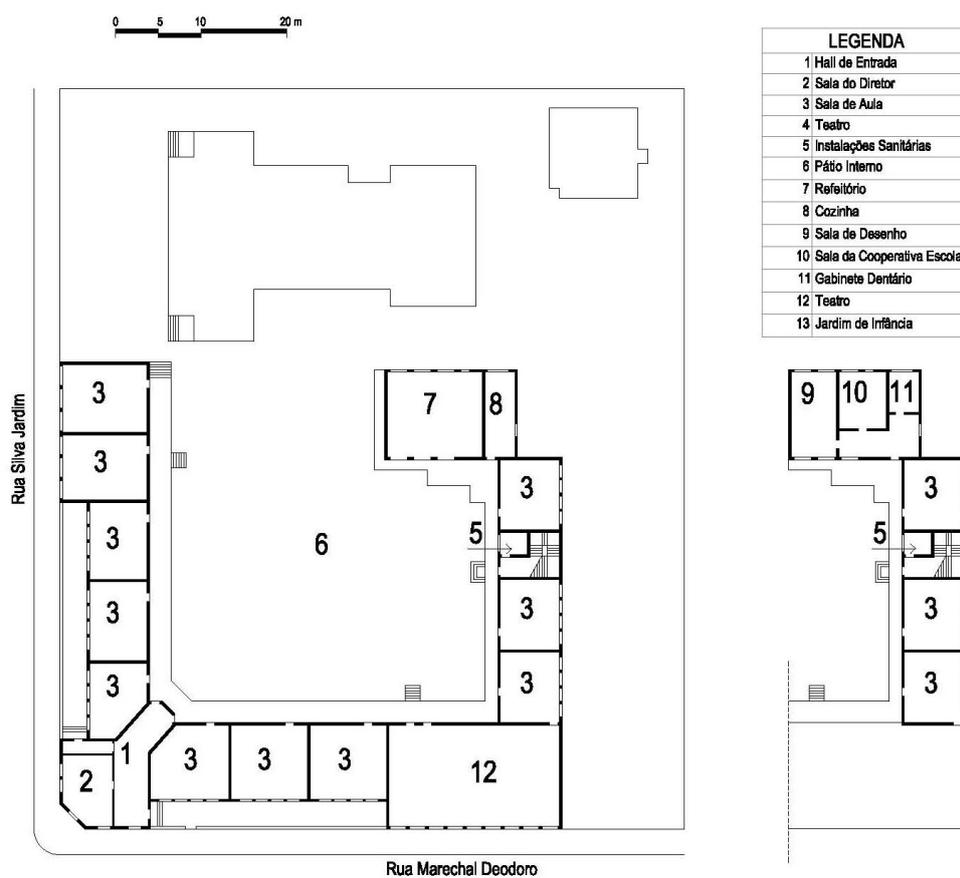


Figura 468– Planta atual com todas as ampliações – 2009

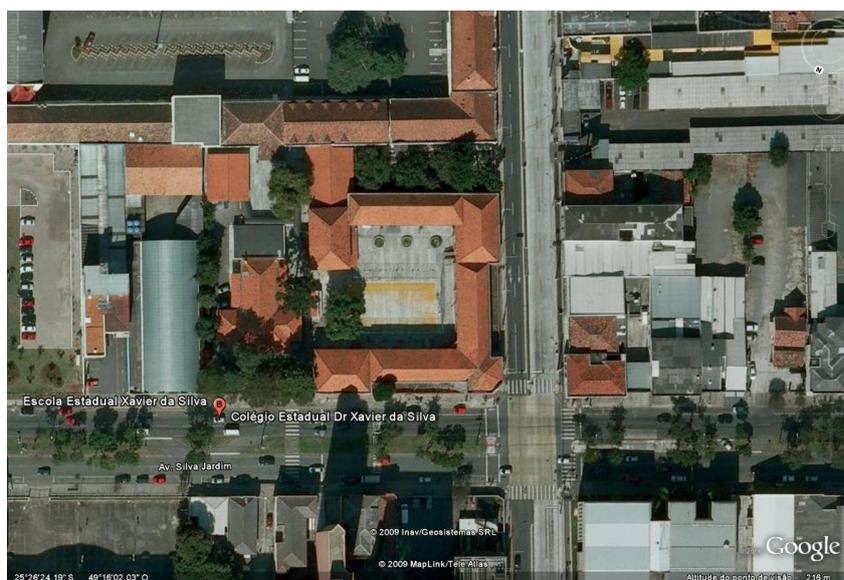


Figura 469 – Vista superior aérea da atual com todas as ampliações – 2009

4.2.5 Grupo Escolar Augusto Severo -RN

Natal teve, segundo Miranda (1999), um crescimento acentuadamente lento nos primeiros séculos de sua existência. Em 1805, a cidade tinha apenas 6.393 habitantes. Porém, no último ano do século XIX, a cidade já possuía uma população de mais de 16.000 pessoas.

Mas foi com a implantação do transporte rodoferroviário iniciado em 1880, e a conclusão das obras do Porto, iniciadas em 1892, para atender as necessidades de exportação do algodão que o ritmo de desenvolvimento da cidade aumentou e Natal tornou-se o centro urbano mais rico do Estado, caracterizando-se como receptor de imigrantes (Figura 470 e 471).



Figuras 470 e 471 – Imagens de Natal em 1900

Estudos sobre a evolução urbana de Natal de Miranda (1999) atestam um lento processo de crescimento da cidade, desde a sua fundação até o início do século XX, quando surgiu a preocupação de ordenar a cidade (Figura 472), através dos primeiros planos urbanísticos. Natal antecipou-se ao Movimento Modernista Nacional, com a criação do primeiro Plano Urbanístico da Cidade.

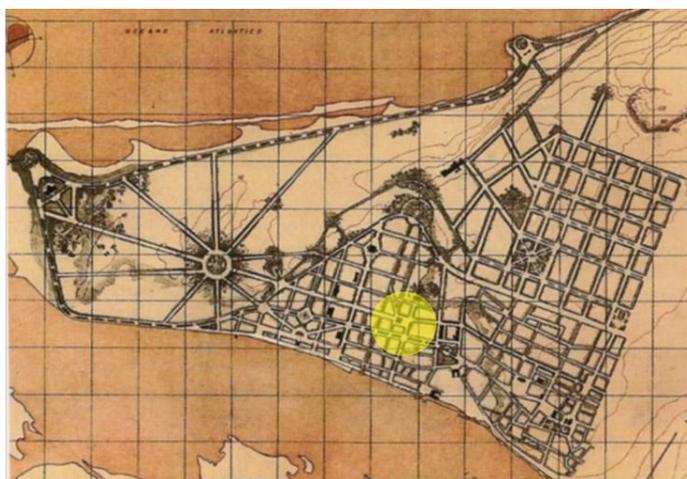


Figura 472– Planta do Plano Geral de Sistematização de Natal e local da escola

A Resolução nº 15 de 30/12/1901, criou a Cidade Nova. O plano foi elaborado pelo arquiteto Antônio Polidrelli. Com a instalação da Comissão das Obras do Porto, em 1902, impulsionou o povoamento da Ribeira e é nesse bairro que vai ser instalado o primeiro grupo escolar da cidade.

Foi no ano de 1907 que a Lei estadual n. 249, de 22 de novembro, determinou ao governo a reforma da instrução pública, dando especificamente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores de sua proficuidade. Essa reforma da instrução pública no Estado do Rio Grande do Norte fez o Grupo Escolar Augusto Severo surgir e ele foi o primeiro do gênero a se instalar, seguindo o modelo dos que já existiam no Estado de São Paulo.

Em março de 1908, o executivo criou o Grupo Escolar (Figura 473) por Decreto e em 12 de junho do mesmo ano, o edifício foi inaugurado. O decreto que criou a escola determinava que ela tivesse três cadeiras (salas) funcionando em salas distintas do prédio, uma para os meninos, outra para as meninas e a terceira de uso misto.

Em 10 de maio de 1909, por ordem do Decreto n. 198, passou à condição de Escola Modelo para o ensino elementar e a ser o local onde se daria a prática dos alunos formados na Escola Normal de Natal que acabou lá funcionando durante mais de 50 anos.

O grupo recebeu a denominação de Augusto Severo, homenagem ao intelectual, matemático e deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1892 a 1902) e foi projetado e construído pelo arquiteto Herculano Ramos¹³⁶, responsável também por importantes obras da cidade de Natal.

¹³⁶ Arquiteto mineiro (1854-1928) estudou na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro onde cursou arquitetura entre 1869 e 1875. Completou sua formação na Europa onde teve contato com a arquitetura do ferro e voltando ao Brasil, trabalha em diversas Províncias e executa projetos e obras do Matadouro do Rio de Janeiro, da Estação Ferroviária de Recife. Foi Secretário de Obras em Recife e Belém. Em Natal, residiu entre 1904 e 1914 e lá desenvolveu importantes projetos, como os jardins da Praça Augusto Severo, o Solar Boa Vista, a reconstrução do Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão) e inúmeras residências burguesas. Moreira (2005, p. 146)



Figura 473 – Antigo Grupo Escolar Augusto Severo – Foto de 1940

Esse estabelecimento escolar potiguar deu início, além da reforma da Instrução pública no Estado do Rio Grande do Norte, à modernização da sociedade, a partir da construção de edifícios escolares que correspondessem à racionalidade da época, inserida num amplo programa de investimentos na vida sócio-cultural da cidade do Natal (Moreira, 2005).

Análise Histórica e Arquitetônica

Para Moreira (2005), o Grupo Escolar Augusto Severo, como espaço educacional, representou a modernidade da cidade de Natal, no bairro da Ribeira, pela sua privilegiada localização simbólica e educativa, pela arquitetura moderna ícone do mundo civilizado e pelas finalidades sociais e cívicas da escola pública republicana.

A área escolhida para a construção do edifício foi um lote de terreno de 1.794,00 m², de dimensões 46,00 x 39,00m, localizado na Rua do Teatro esquina com a Rua Maestro Alcides Cicco, em frente à Praça Augusto Severo, cercado de importantes edifícios, como o Teatro Carlos, o Cinema Polytheama e Magazine, a Estação Ferroviária e ao lado da Escola Doméstica, no Bairro da Ribeira, área central de Natal.

A implantação do edifício (Figura 474) no terreno ocupou o espaço central do lote, usando recuos frontal, lateral para a Rua Maestro Alcides Cicco e colado no

muro lateral, onde se erguia a Escola Doméstica e com isso, surgiram jardins de entrada e laterais, além de um pátio nos fundos para atividades de lazer e recreação.

Usando o recurso do porão (Figura 475), o prédio está elevado do nível da rua 1,20m e assim, para o acesso ao edifício, criou-se a necessidade de uma escada frontal e outras duas laterais, com seis lances de degraus, para o acesso das meninas e dos meninos, às suas respectivas salas. A edificação original, segundo Moreira (2005, p. 97) tinha 540,00 m² de área construída, dividida em poucos compartimentos, conforme a planta 3 salas de aula, as circulações e o vestíbulo. Aos fundos, os sanitários, fora do corpo do edifício.

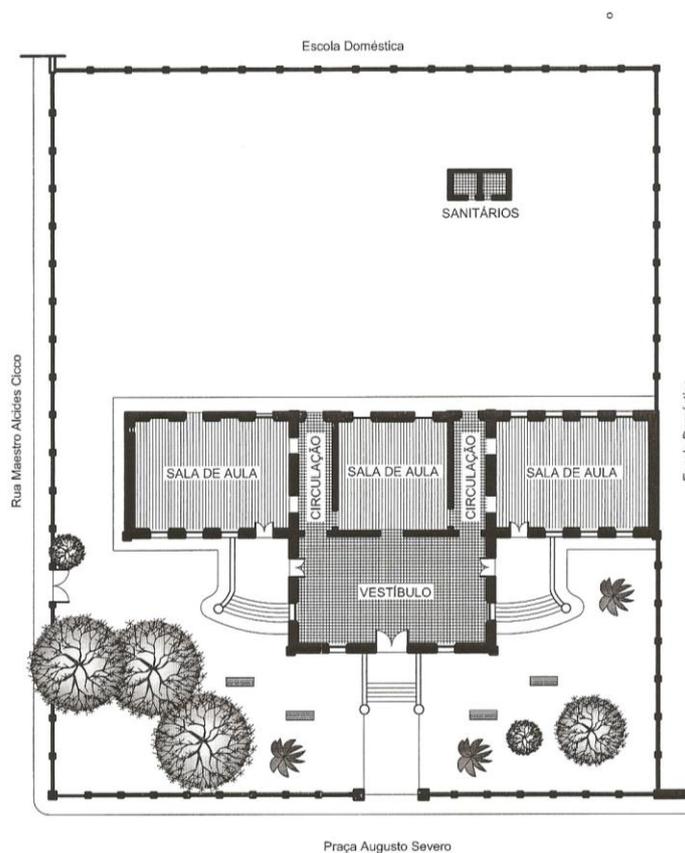


Figura 474 – Planta baixa original

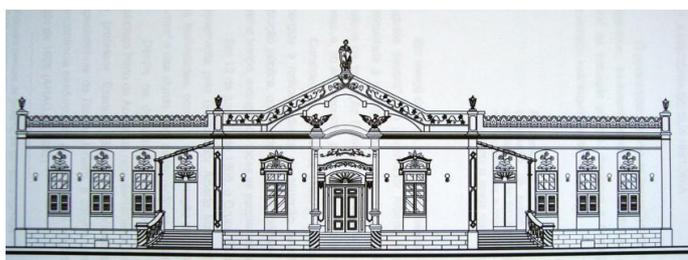


Figura 475 – Desenho da fachada original

Anos depois, o edifício sofreu acréscimos com a construção de mais três salas de aula e um novo edifício completo, denominado Pavilhão Novo, que continha

diversas salas, com dois pavimentos, sanitários para ambos os sexos, depósitos, recreio coberto, etc. (Figura 476 e 477).

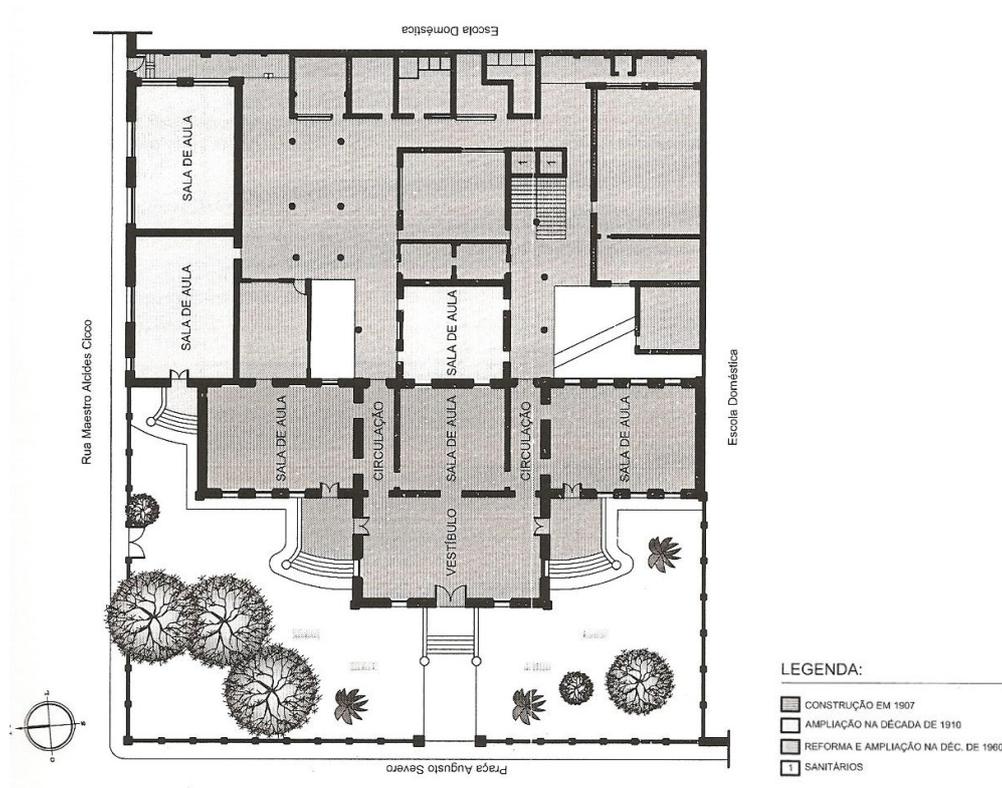


Figura 476 – Planta baixa do edifício

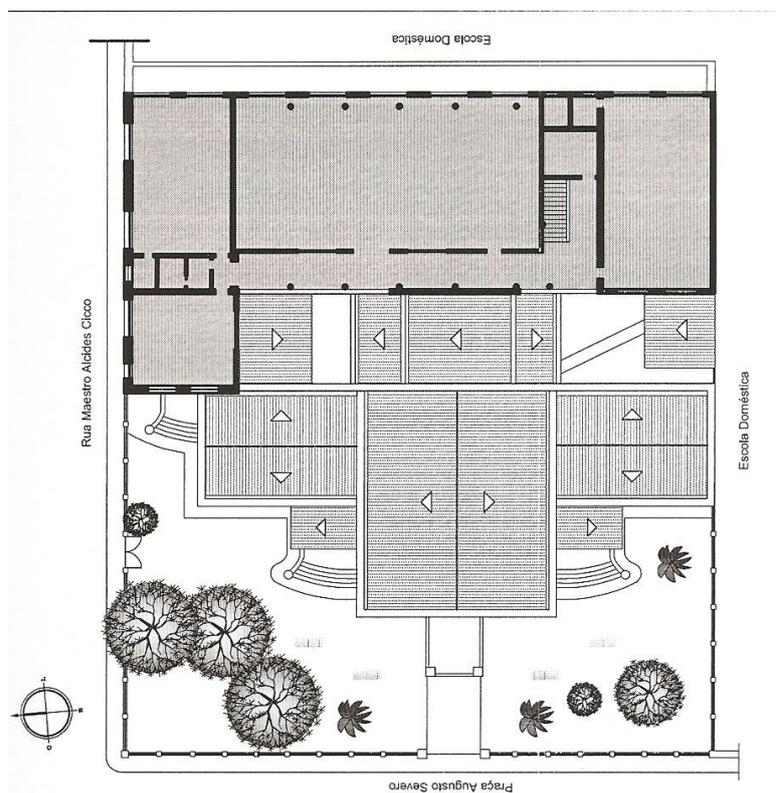


Figura 477 – Planta de cobertura com a ampliação realizada

A composição do edifício é bastante simplificada, com a utilização de um “T” com primas retangulares que se alinham e o prisma central avança do corpo do edifício, compondo o vestíbulo. As escadas laterais usam o artifício dos degraus abertos, permitindo, na saída ou na entrada, que os alunos se aglomerem naquele espaço escolar. Um eixo de simetria (Figura 478) controla as ideias geradoras do projeto, e essa simetria ocorre em todos os espaços projetados, dentro e fora do corpo do edifício.



Figura 478 – Fachada Frontal, foto de 2008

Apesar da simplicidade da composição e do visível estilo eclético, diversos elementos de arquitetura existentes nesse edifício são mais complexos permitindo afirmar que a planta nem sempre vem acompanhada de um despojamento arquitetônico nos espaços externos e nas paredes de fachada e que estes somam um estado de Art Nouveau com algumas marcas de um estilo rococó.

Assim é que podem ser listados diversos elementos que aparecem no edifício, tais como (Figuras 479 a 482):

- a) O arranjo frontal que determina o acesso principal, com pequena cobertura, quase uma marquise moderna, constituindo elemento de marcação de fachada e de entrada;
- b) Os ornamentos florais em argamassa presentes em diversos locais do edifício, principalmente sobre as janelas, no frontão e nos muros;
- c) O acabamento do beiral com um rendado em argamassa, imitando desenhos obtidos em madeira das casas coloniais brasileiras do século XVIII;
- d) Os balaustres usados nas escadas, como proteção de um guarda-corpo;

- e) As estátuas de bronze existentes no jardim da edificação e as estátuas em argamassa na parte frontal da fachada principal, com aves e deusas gregas.



Figura 479 e 480 – Detalhes construtivos, fotos de 2008



Figuras 481 e 482– Detalhes construtivos, fotos de 2008

4.2.6 Grupo Escolar Joaquim Murтинho – MT/MS

Como vimos no Capítulo 3, o Regulamento da Instrução Primária de Mato Grosso de 1911 foi a norma pública que assegurou o ensino leigo, gratuito e obrigatório para as crianças de sete aos dez anos de idade, e determinou que as escolas deveriam ser divididas em dois graus e criadas em todas as cidades, vilas e povoados do Estado. O Regulamento, identificado com o Decreto 248 de 1894 de São Paulo, criava o grupo escolar, composto pela reunião de seis escolas primárias de um distrito, funcionando em um só prédio. Como regra, as aulas funcionariam num único turno, com duração de cinco horas diárias. O programa de necessidades previa oito classes, sendo quatro para meninos e quatro para meninas, sendo que cada classe deveria ter entre 16 e 45 alunos e as escolas deveriam estar localizadas no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino.

De acordo com o Relatório do governador de Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques, a criação de grupos escolares foi autorizada em 1910 para os grupos escolares do Primeiro e do Segundo Distritos de Cuiabá. Dois anos depois os grupos escolares de Cáceres, de Poconé e de Rosário Oeste e D. Pedro II em Cuiabá. Para o sul do Estado, autorizava o Grupo Escolar de Corumbá, de Campo Grande, além dos grupos escolares de Aquidauana, Três Lagoas e de Ponta Porã, também em 1912.

O Grupo Escolar de Campo Grande começou a funcionar em 1914, inicialmente, em uma casa alugada na Avenida Afonso Pena, no terreno onde atualmente se situa o Quartel General, entre as Ruas Rui Barbosa e 13 de Maio. Foi transferido, definitivamente, para seu prédio, em 18 de julho de 1923, na mesma Avenida Afonso Pena, parte de um terreno militar cedido para o Estado. Em 1930, transformou-se em escola modelo e pelo Decreto nº. 669, de 5 de junho de 1924, seu nome foi alterado para “Joaquim Murтинho”

Em 1973, ocorre a integração do Grupo Escolar “Joaquim Murтинho” e da Escola Normal instituída nos anos 1940, que funcionava no mesmo prédio em horários diferentes, determinada pelo Decreto Estadual nº. 1517 de 18 de junho do mesmo ano, implantando-se a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Joaquim Murтинho”. No ano seguinte, em 1974, o prédio foi demolido para a construção de um novo edifício, em estilo de arquitetura moderna, projetado pelos arquitetos Nilson Azevedo e Gustavo Arruda contendo três pavimentos sob pilotis com 21 salas de aula, atualmente funcionando com essa tipologia.

Para Oliveira (2009), apesar de Mato Grosso não ter tido o mesmo nível de desenvolvimento econômico dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, a edificação de grupos escolares esteve presente no processo de modernização do estado. No entanto, ela ainda afirma que:

a implantação dos grupos escolares, como forma de organização da educação escolar primária pública, nas primeiras décadas do século XX, vinculada à expectativa de progresso e desenvolvimento econômico do estado, foi lenta e somente nas cidades que mais prosperaram economicamente, como é o caso de Campo Grande e de Corumbá, localizadas no sul do estado. Isso, de certo modo, se explica pelo fato de que: Naquelas regiões brasileiras em que acumulação de capital se iniciava, embora de modo incipiente, como no caso de São Paulo, as inovações aos poucos iam encontrando suporte sócio-econômico para se concretizar. As outras regiões fechavam-se dentro de seu próprio atraso, marginalizando-se pelo processo de modernização.

O Colégio Joaquim Murtinho (Figura 483) marcou uma época em Campo Grande com seu edifício em estilo eclético, projetado pelo arquiteto italiano Camillo Boni¹³⁷ e construído pelo construtor português José Luiz Louzinha.



Figura 483 – Antiga Fachada do Joaquim Murtinho

¹³⁷ Camillo Boni (1889-1974) era italiano de Modena e fez Arquitetura no Reggio Instituto Jacopo Barozzi. Veio para São Paulo em 1918 e chegou a Campo Grande no ano seguinte. Fez os primeiros contatos com a Missão Salesiana, para quem desenvolveu inúmeros trabalhos de projeto. Em 1921 assumiu a função de engenheiro municipal e modernizou a cidade com suas obras de urbanização. Na cidade fez diversas obras como a Sociedade Pestalozzi, o Hospital da Santa Casa, o Seminário Salesiano, Loja Maçônica Grande Oriente e diversas residências urbanas. Nos anos 1960 assume importante função no Sesc/Senac tornando-se diretor até o fim de sua vida. Ver Arruda (2003).

Com o passar dos anos foi sendo ampliado, criando anexos educacionais. No edifício instala-se o Liceu Campo-grandense, precursor do atual Colégio Maria Constança de Barros Machado.

Análise Histórica e Arquitetônica

O estilo arquitetônico que o edifício do Grupo Escolar Joaquim Murinho apresentava em 1923 (Figuras 484 a 487) já era de um ecletismo tardio para o eixo Rio - São Paulo, embora seja o estilo predominante dos grupos escolares nesse período em diversas cidades do país e com uma tipologia também dominante para um edifício de apenas um pavimento.



Figura 484 – Antiga sede da Prefeitura Municipal Grande em em Campo Grande – 1922



Figura 485 do Ginásio Dom Bosco em Campo em 1922



Figura 486 – Loja Maçônica de Campo Grande - 1922



Figura 487 – Antigo Colégio Osvaldo Cruz – 1921

Implantado em terreno de meio de quadra, na Avenida Afonso Pena entre as Ruas Pedro Celestino e Rui Barbosa, o edifício obedeceu às condições impostas pelo terreno de formato retangular para iniciar a sua composição, embora a utilização da planta em forma de “U” (Figura 488) tenha sido parte da estratégia de projeção de edifícios escolares no Brasil.

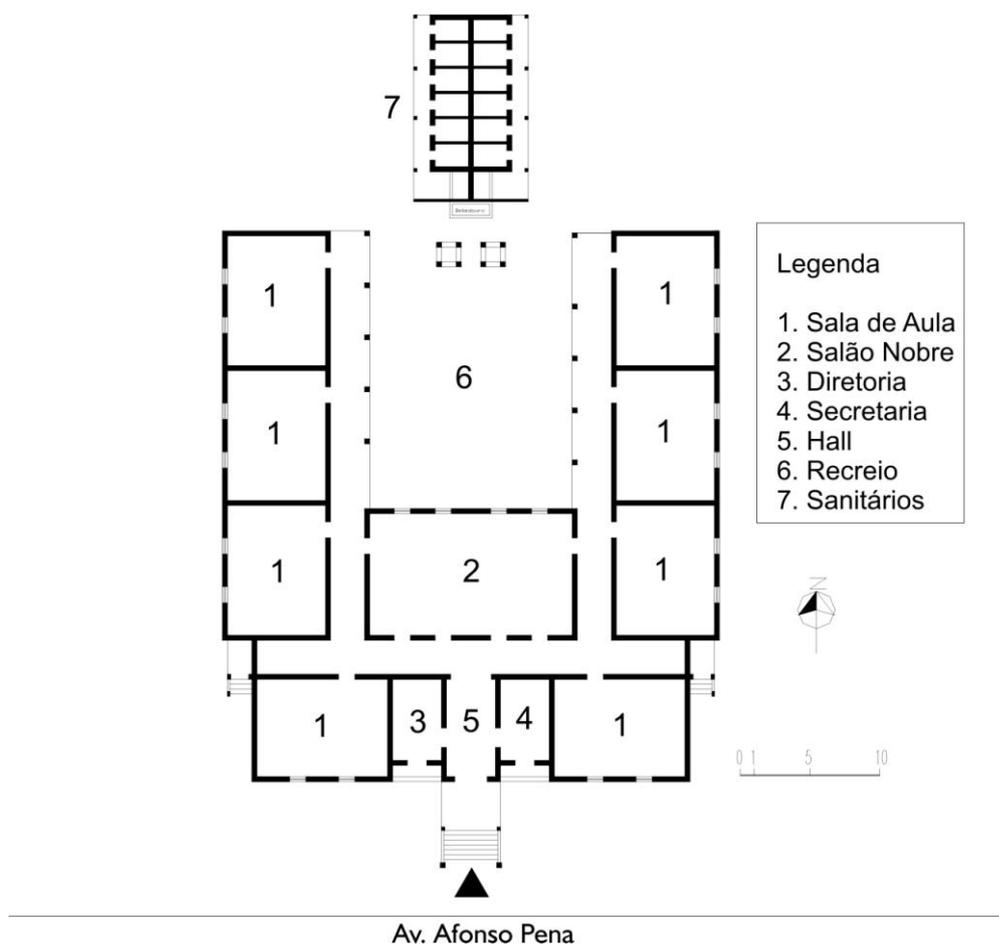


Figura 488 – Planta baixa original

O terreno tinha as dimensões de 90,00 x 77,00, com área de 6.930,00m², entretanto, naqueles anos de 1920, a urbanização da cidade de Campo Grande não estava acontecendo na direção leste da Avenida Afonso Pena e sim, na direção norte, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914. Assim, o sentido do desenvolvimento urbano para a escolha da localização do terreno tenha observado outros critérios.

O prédio do Grupo Escolar quando ele funcionou entre 1914 e 1923 estava na mesma avenida, umas 2 quadras abaixo, em área de excelente urbanização por conta das proximidades com a Praça Ari Coelho e do Hotel Globo, localizado na esquina da Avenida Afonso Pena com a Rua 13 de Maio que atraía grande movimentação de pessoas. O grupo escolar situava-se nessa quadra.

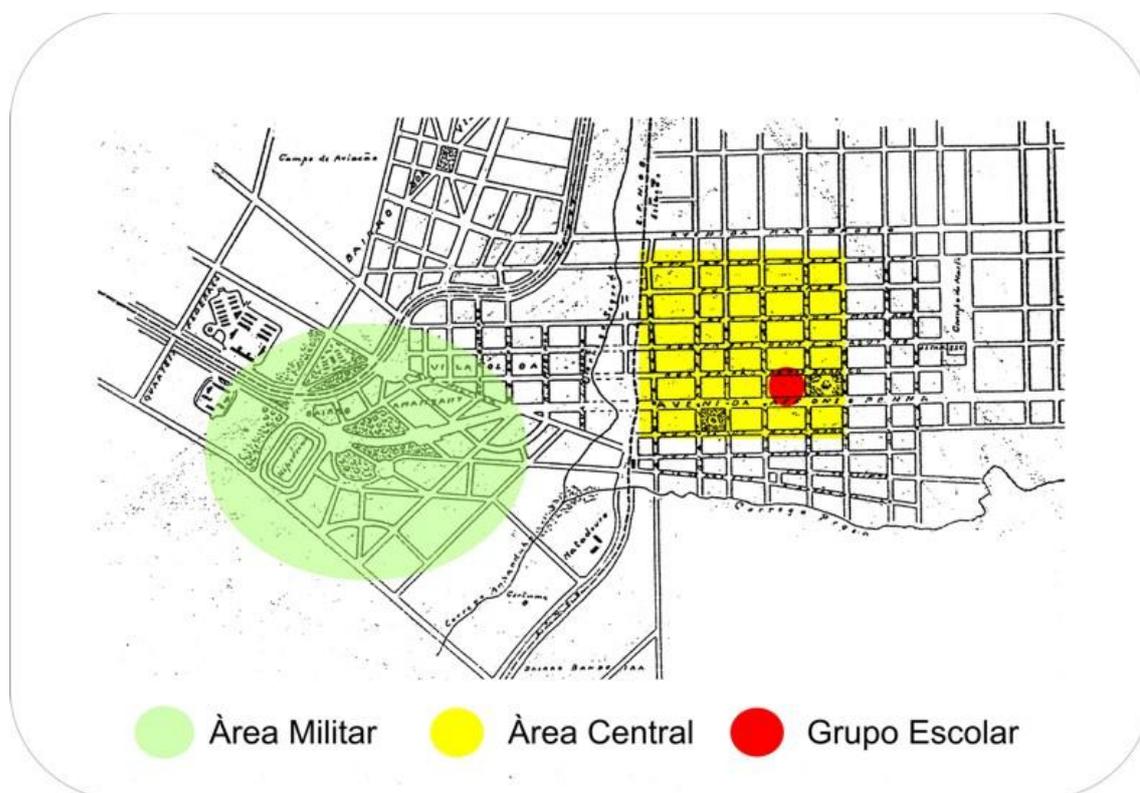


Figura 489 – Mapa de Campo Grande do final dos anos 1920

Com a decisão em 1922 de erguer na cidade todo o complexo militar para fazer de Campo Grande uma base do exército brasileiro, ficou decidido erguer o Quartel General da 22^a CSM, no terreno do Município onde estava o prédio ocupado pelo Grupo Escolar de Campo Grande e, assim, uma área militar localizada um pouco acima foi permutada. Com essa decisão, o futuro Grupo Escolar Joaquim Murtinho desloca-se, sem preocupações com a visibilidade do prédio naquele ano de 1923, quando foi inaugurado (Figura 490).

O prédio tinha como maior elemento arquitetônico a sua entrada com a escadaria frontal e outras duas laterais e seus ornamentos de fachada. O edifício foi implantado um pouco recuado do alinhamento predial, uns cinco metros o que permitiu a confecção de um muro de 1,20m de altura, para proteção do edifício em relação à rua e com elementos de balaustres que davam uma idéia de vazado em alguns trechos do muro.



Figura 490 – Vista da fachada frontal

A escada frontal (Figura 491) conduzia os visitantes a um pequeno hall onde estavam localizados, na lateral, os espaços administrativos – secretaria e diretoria, uma de cada lado. No mesmo alinhamento frontal, duas amplas sala de aula. Na frente do hall em direção ao pátio central, um espaço de múltiplo uso, o salão nobre, com 100,00m² de área.

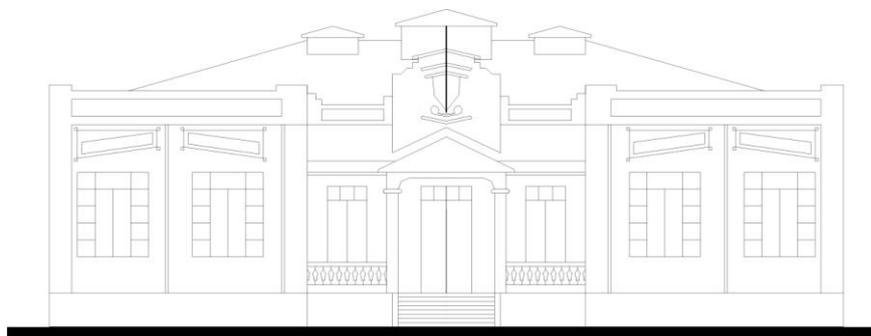


Figura 491 – Desenho da fachada original

O acesso dos alunos, separados por sexo, dava-se pela lateral do edifício, por uma pequena escada que conduzia a um corredor que acessava as salas de aula, em total de 6 salas de aula com 48m², inicialmente. Logo foi ampliada para 8 salas.

O pátio (Figura 492) era a garantia da separação das crianças, pois como meninas e meninos ficavam cada um em espaços definidos – na lateral esquerda e direita do prédio, o pátio era a articulação que fazia essa separação e junção, ao mesmo tempo. Nos fundos do prédio, os sanitários para os dois sexos e para os funcionários, todos juntos.

Diversas obras de ampliação foram feitas no prédio, aproveitando a planta em “U” e, assim, novos espaços foram construídos em direção aos fundos, para abrigar, segundo os relatórios da escola, novas salas e laboratórios, isso já nos anos 1940 em diante.



Figura 492 – Localização do Grupo Escolar em detalhe da planta urbana de 1969: edifício com pátio

A composição arquitetônica usada na planta baixa demonstrava controle projetivo com a adoção da simetria a partir de um eixo regulador central, verificador da organização dos espaços internos. As salas de aula repartem a composição que também serviram para as ampliações e novos espaços futuros. A planta simétrica sempre dá essa condição de ampliação, em todos os prédios de apenas um pavimento.

As salas de aula possuíam formato retangular, de aproximadamente 8,00 x 6,00m com duas janelas posicionadas embora a insolação tenha prejudicado as salas. Em planta elas foram construídas no sentido leste-oeste, onde as salas da lateral direita ficaram com o sol da manhã, exigindo alguma proteção e as salas da lateral

esquerda foram ensolaradas sempre no período da tarde, com sol forte. Essa condição de planta e de insolação deve ter prejudicado, bastante, as atividades educacionais diurnas e vespertinas.

Os elementos de arquitetura presentes no edifício e que serviram para a sua identificação pelos cidadãos, estão presentes na fachada frontal.

O croqui original de Camillo Boni (Figura 493) para o projeto demonstrava a sua intenção em criar quatro colunatas na fachada frontal, na posição do acesso principal e frontal. Esse detalhe não foi executado totalmente, confrontando com a foto de 1930, na qual apenas duas colunas apoiando a marquise foram construídas.

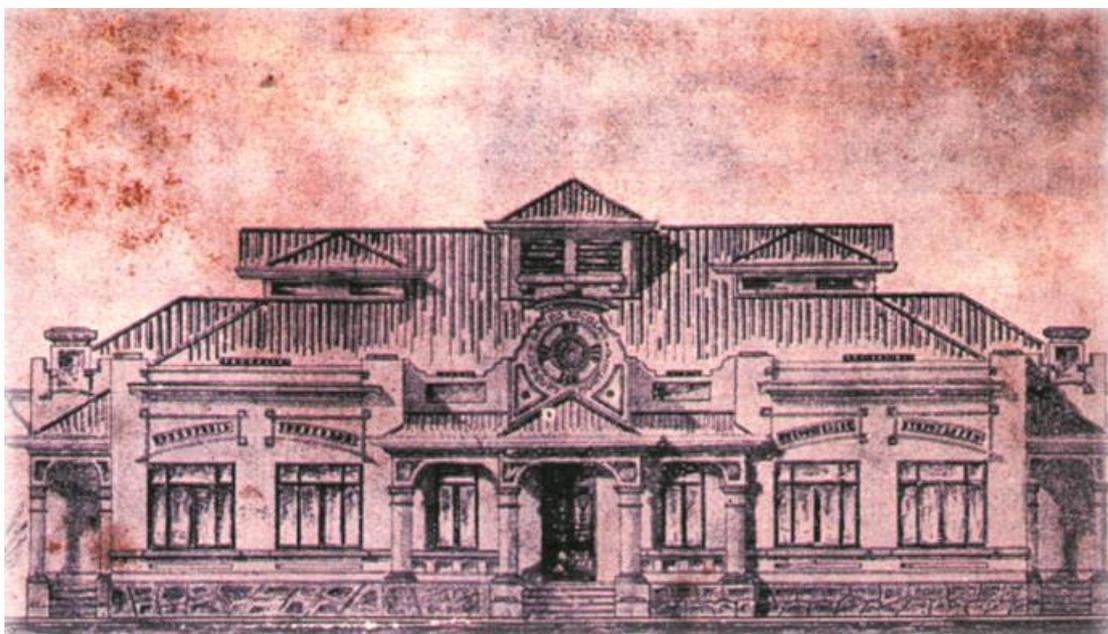


Figura 493 – Desenho em croqui de Camillo Boni

Já a platibanda e os detalhes sobre as janelas frontais, ornamentos e frisos foram executados bem como o frontão em cima da porta principal, que originalmente estava aplicado o nome do edifício em argamassa com pintura.

No mesmo croqui (Figura 493) podemos observar que o projetista pensou uma parte do edifício com mais um pavimento, provavelmente a sala de múltiplo uso, localizada em posição de destaque na planta ou então que o pé-direito era bastante alto e uma clarabóia de iluminação e de ventilação foi projetada.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O caminho se faz ao andar. Para dar resposta a ... perguntas é necessário indagar e investigar. Refletir e contrastar. Escrever e esperar. Esperar que o pensamento amadureça e esperar resposta de outros. Nunca o silêncio.

Viñao Frago

A arquitetura escolar, na visão de Viñao Frago pode ser utilizada como ferramenta de representação de símbolos de uma época. O edifício-escola, para ele, serviu de estrutura material para colocar escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário, o relógio... Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sóciomorais.

Ainda para Viñao Frago, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

o espaço-escola também foi se regionalizando, emancipando-se primeiro da casa e de outros lugares nos quais se localizou, constituindo-se depois como habitação *ad hoc* especializada nas funções de instrução, inclusive com anexos complementares (reservados higiênicos, pátios, átrios, *closets*, bibliotecas e outras dependências), e diferenciando-se finalmente em salas de aula separadas por graus ou ciclos e sexos. Na segunda metade do século XIX, o espaço-escola se incorporou, assim como moradia, aos preceitos do higienismo, e mais tarde às exigências do conforto e da tecnologia. Essa evolução não veio determinada apenas pelas inovações pedagógicas, mas também pelas exigências das transformações culturais associadas ao industrialismo, ao positivismo científico, ao movimento higienista e ao taylorismo. Viñao Frago (p. 47)

De 1870 a 1930, os edifícios públicos escolares projetados para tal função, foram sendo edificados em espaços urbanos e rurais, centrais ou periféricos, a serviço de uma classe social de poder aquisitivo maior, embora com acesso a famílias de menor renda em alguns casos. A arquitetura projetava e empregava o caráter do edifício-monumento, a maioria numa excelente localização na cidade com alta visibilidade; em sua grande maioria, eram edifícios de enorme importância

sócio-cultural. Ao longo do período foram-se multiplicando, objeto de enorme poder político nas cidades.

A leitura arquitetônica conduz a uma conclusão conservadora: a média ou longa duração das estruturas construtivas escolares: um edifício-escola, projetado e construído no fim do século XIX pode seguir sendo funcional décadas depois, sofrendo apenas algumas ações em seu programa que não afetam, essencialmente, o programa arquitetônico original. Não é arriscado supor, além disso, que sua vigência vá se prolongar até alcançar uma duração secular, ainda que num futuro próximo tenha de sofrer alguma outra ação reabilitadora.

Entretanto, o que se vê nessa pesquisa, é que o edifício da escola pública, foi construído usando, como princípio orientador, as normas educacionais em vigor, combinadas com os fatores estéticos da produção da arquitetura no seu tempo. O edifício foi sendo erguido nas cidades brasileiras, orientado pela lógica ditada pela educação e pela arquitetura, numa combinação de elementos normativos, de arquitetura e de composição.

Esses elementos, colocados à disposição dos primeiros edifícios projetados, foram se consolidando, transpondo-se para outros lugares e criando um repertório de repetição, que a pesquisa aponta existir, em diversas localidades do Brasil. Nesse prisma, concluo o trabalho com uma leitura desses elementos de projeto, que se incorporaram à educação, existentes nos edifícios escolhidos para análise das relações históricas, em que se pode perceber que aconteceu uma multiplicação, em escala nacional e que, de certa forma, consolidou-os como elementos típicos da arquitetura escolar brasileira, no período pesquisado.

O edifício da Escola Gonçalves Dias apresentava um conjunto de elementos de arquitetura e de composição utilizados em edifícios escolares da Europa e que foram difundidos pelo país, após a sua inauguração. São centrais:

- a) Uma composição em terreno de meio de quadra usando a planta em forma de “U” com pátio central e separação de salas de aula para meninos e meninas;
- b) Edifício com dois pavimentos recuados do alinhamento predial separado por um gradil;
- c) A marcação com duas torres no frontal principal;
- d) Ornamentos de fachada em diversas situações principalmente no frontão, com identificação do nome da escola e relógio na parte superior frontal;

A Escola Normal Caetano de Campos da Capital de São Paulo teve sua obra iniciada em 1892 e inauguração em 1894 com uma linguagem de edifícios com esse programa de necessidades: um espaço voltado para a formação de professoras, que serviriam à educação primária do Estado. Palácios de Instrução, Ginásio Nacional e outras denominações invadem o país. Programas diferentes usando o repertório arquitetônico dessa escola normal protagonista de um conjunto de itens arquitetônicos e urbanísticos.

Com isso o edifício apresentava um repertório de elementos de arquitetura e de composição que foram difundidos, primeiro pelo interior do Estado e depois pelo país afora, tais como:

- a) Uma composição em terreno usando a planta em forma de “U” com pátio central e separação de salas de aula para meninos e meninas;
- b) Edifício grande dimensão de fachada frontal, usando o recurso do pavimento com alto pé-direito;
- c) A marcação do acesso frontal com elementos de arquitetura seja escada ou pilares com formas clássicas;
- d) Grande imponência arquitetônica delimitada pelos ornamentos de fachada;
- e) Recurso do porão para elevar o prédio e ganhar projeção em dimensão física;

Carvalho (2000) argumenta que os elementos de arquitetura e de composição presentes nesse edifício de Ramos de Azevedo faziam parte do ensinamento projetivo dos tratados de Guadet e de um conjunto de procedimentos utilizados pelo autor em outros edifícios públicos no mesmo período, principalmente os escolares.

Mas esse repertório usado em São Paulo vai se difundir na composição dos próximos edifícios de escolas normais de São Paulo, como se pode ver nessas imagens dos prédios construídos no interior, por outros arquitetos que não o Ramos de Azevedo, como Carlos Rosencrantz em Pirassununga e São Carlos; Bianchi para Botucatu; Cesar Marchisio em Guaratinguetá e Campinas (Figuras 494 a 497).

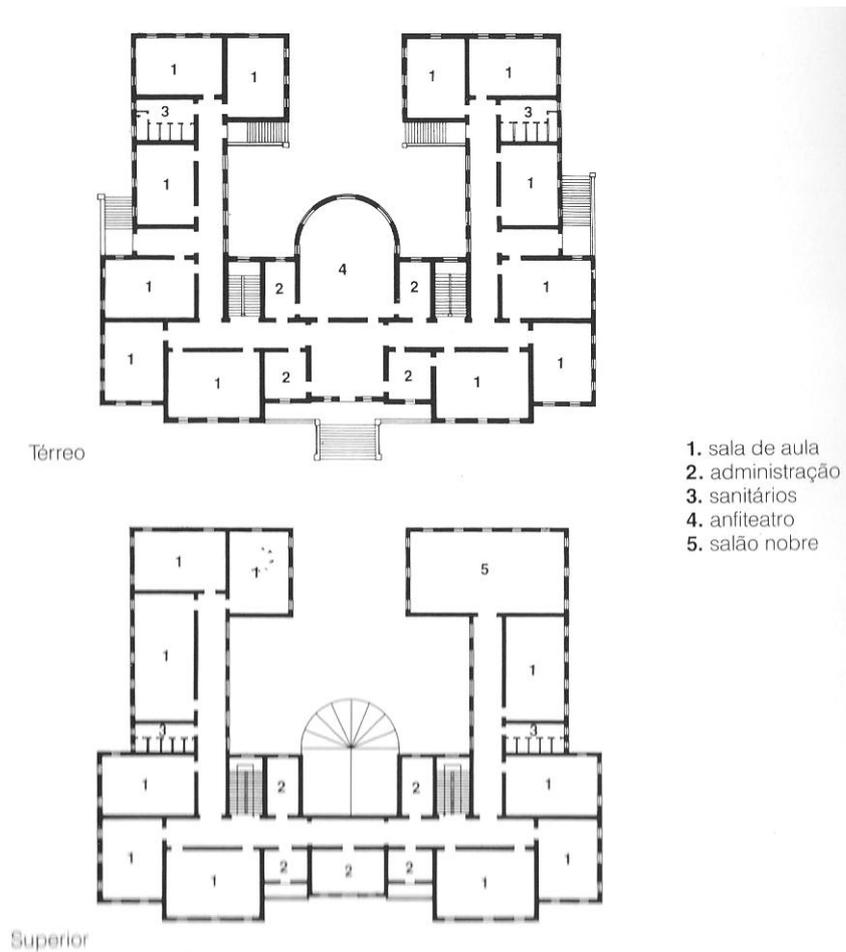


Figura 494– Plantas da Antiga Escola Normal de Botucatu



Figura 495 – Antiga Escola Normal de Campinas

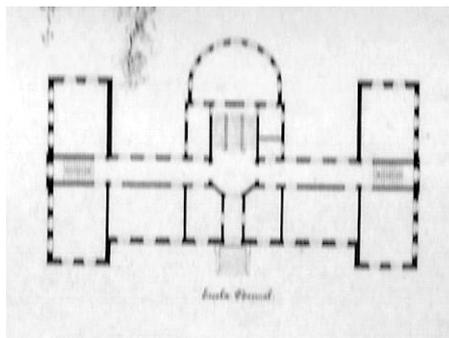


Figura 496 – Antiga Escola Normal de Itapetininga



Figura 497 – Antiga Escola Normal de Piracicaba

Já o Grupo Escolar Prudente de Moraes de São Paulo, pelo fato de ser protótipo de uma série de novos edifícios de grupos escolares do país, cria alguns parâmetros de uma linguagem de edifícios com esse programa de necessidades. Diferente da Escola Normal agora é um espaço voltado para alunos primários e assim, dentro do princípio arquitetônico, necessidades diferentes apontam caminhos diferentes.

Com isso destaque dentre os elementos presentes nesse edifício uma lista de elementos de arquitetura e de composição que foram apreciados pelos diversos arquitetos e engenheiro brasileiros que colaboraram com a construção de novos edifícios pelo Estado de São Paulo (Figuras 498 e 499) e, posteriormente por todo o país, tais como:

- a) Uma composição em planta usando a prismas retangulares, por conta das dimensões da sala de aula e que refletiam a separação de salas de aula para meninos e meninas;

- b) Edifícios que apesar de terem grande dimensão de fachada frontal, usando o recurso do pavimento em rés do chão, não se apresentam monumentais em escala com o uso do recurso do achatamento frontal e da pouca saliência dos corpos;
- c) A marcação do acesso frontal com elementos de arquitetura seja a escada ou pilares com formas clássicas.



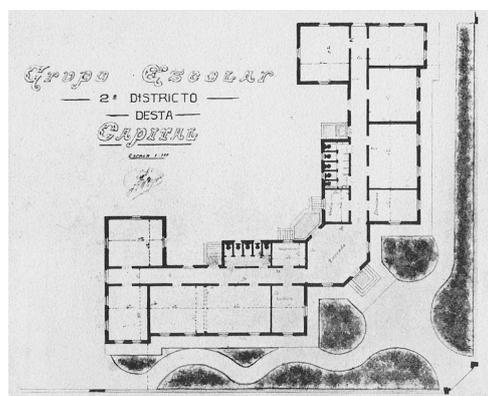
Figura 498 – Grupo escolar do Braz - SP



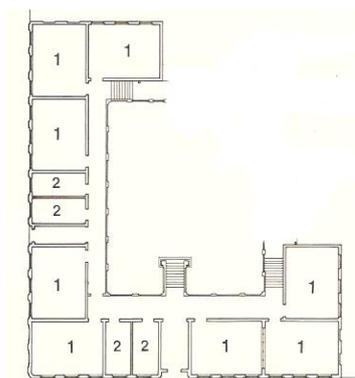
Figura 499 – Antigo Grupo Escolar Rodrigues Alves - SP

No Grupo Escolar Xavier da Silva há um conjunto de elementos que os diferenciam dos demais, para que possamos compreender as diferenças das estratégias de projeto e da organização espacial, tais como:

- a) Uma composição em planta usando o recurso da planta em “L” no alinhamento predial, com a separação de meninos e meninas gerando duas alas (Figura 500 a 501);
- b) O uso do pátio como elemento de organização do espaço que abriga funções de recreação e lazer;
- c) A marcação do acesso frontal com elementos de arquitetura, no caso com pilares com formas clássicas, entablamento com molduras, frontão ornado e o uso do nome do edifício na fachada principal;
- d) Molduras em argamassa nas aberturas, fazendo a marcação do contorno e dando mais visibilidade para o conjunto do prédio.



Figuras 500 e 501 – Vista atual e planta original do antigo Grupo Escolar do 2. Distrito de Cuiabá



Figuras 502 e 503– Planta e vista da esquina do Grupo Escolar de Agudos - SP

O Grupo Escolar Augusto Severo tem uma planta simplificada, mas com a presença de elementos de arquitetura elaborados que ornaram o prédio, transformando aquele projeto minimalista em um edifício com um caráter mais complexo.

Alguns elementos que serão encontrados em outros prédios são:

- a) Uma composição em planta com um prisma retangular que se soma a uma caixa que se sobressai frontalmente;

- b) O pátio como elemento secundário de organização do espaço que abriga funções de recreação e lazer;
- c) A forte marcação do acesso frontal com elementos de arquitetura, no caso com pilares com formas clássicas, entablamento com molduras, frontão ornado e o uso do nome do edifício na fachada principal (Figuras 504 a 506).



Figura 504 – Antiga Grupo Escolar de Cubatão-SP 1909



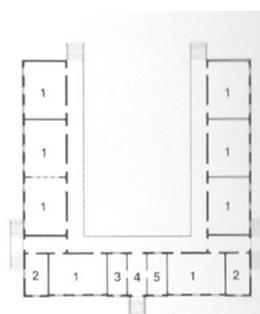
Figura 505– Antigo Grupo Escolar de Barão de Macahubas – São Fidelis – RJ 1906



Figura 506– Antigo Grupo Escolar Vasco Coutinho – Vila Velha – ES 1911

Por fim o edifício do Grupo Escolar Joaquim Murinho, de 1923, com um repertório de elementos de arquitetura e de composição que foram difundidos pelo país, em função de modismos, estilo ou de organização, tais como:

- a) Uma composição em terreno de meio de quadra usando a planta em forma de “U” (Figura 507 e 508) com pátio central e separação de salas de aula para meninos e meninas;
- b) Edifício com apenas um pavimento recuado do alinhamento predial (Figura 508);
- c) A marcação do acesso frontal com elementos de arquitetura;
- d) Ornamentos de fachada em diversas situações principalmente no frontão, com identificação do nome da escola (Figura 508).



1. sala de aula
2. professores
3. objetos escolares
4. vestibulo
5. diretor



Figuras 507 e 508 – Planta do Grupo Escolar de Palmeiras-SP e Fachada de Itatinga -SP

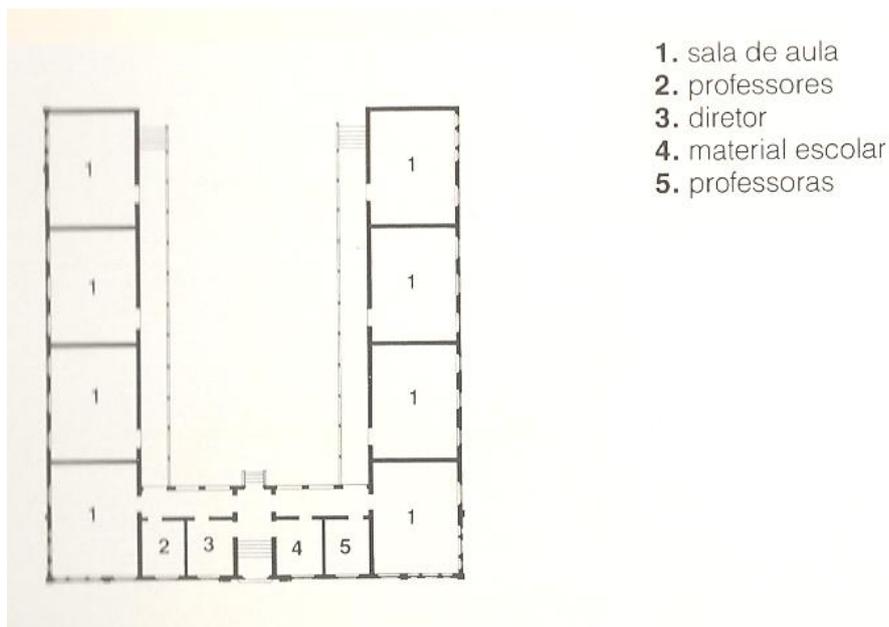


Figura 509 – Planta do Grupo Escolar de Porto Ferreira – SP

Dentro do período analisado neste trabalho, quando observa-se as imagens dos mais de 300 edifícios existentes no texto do Capítulo 3, percebo que o conjunto arquitetônico das escolas públicas brasileiras, guarda muita semelhança. Das imagens, observo elementos de arquitetura e de composição que se repetem e se reproduzem com base, não apenas no estilo arquitetônico adotado mas, nas regras da educação e nos fatores políticos do regime social.

O edifício escolar, nesse período, teve enorme importância política, social e arquitetônica. Era um prédio de referência nas cidades onde foi construído; estava sempre localizado em espaço urbano privilegiado; determinava, na cidade, as relações sociais, por conta dos espaços contidos no seu programa de necessidades e com isso, o edifício da escola pública consolidou-se como parte integrante de uma política do Estado republicano. Os projetos arquitetônicos dos edifícios obedeciam a modelos e padrões que envolviam programas pedagógicos e de necessidades, cujos partidos arquitetônicos, por suas peculiaridades, destoavam do padrão até então adotado para os edifícios públicos e, em particular, para os edifícios escolares.

Portanto, a partir da pesquisa desse trabalho, posso concluir que há necessidade de continuar os estudos a partir de 1930, em especial até 1961 e verificar se, nesses 31 anos, há ocorrências de uma relação histórica entre as normas educacionais e a arquitetura do edifício, com se vê entre 1870 e 1930.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. IplanRio, 3ª. Ed. 1997

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande: Editora UFMS, 1996.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande: Editora UFMS. Autores Associados, 2001

ALVES, Gilberto Luiz (org.). **Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado**. Campo Grande: UNIDERP, 2007.

ALVES, Gilberto Luiz. Nacional e Regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses, In **Educação no Brasil da SBHE**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

AQUINO, Luciene Chaves. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1908 - 1965): a trajetória de uma instituição de referência na formação de professoras no Estado do Rio Grande do Norte – um lugar generificado**. Disponível em www.faced.ufu.br/127LucieneAquino_e_MariaInesStamatto.pdf

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica**. In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

ARGAN, G. C. A arte no contexto da cultura moderna. In **História da arte como história da cidade**. Tradução Piér Luigi Cabra. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A arquitetura e o Urbanismo de Campo Grande. Campo Grande, UNIDERP, **Revista Ensaios e Ciências**, n.03.1999

_____. **Pioneiros da Arquitetura e da Construção em Campo Grande**. Campo Grande-MS: Uniderp/IHG-MS, 2003.

_____. **Arquitetura e Urbanismo na década de 30.** Campo Grande: Uniderp, 2000.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de (org.). **Arquitetura em Campo Grande.** Campo Grande: Uniderp, 1999.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A Escola Carioca e a arquitetura moderna em Campo Grande.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre, 2000.

AYALA, S. Cardoso. SIMON, F. **Álbum Gráfico de Mato Grosso.** Corumbá: Hamburgo. 1914.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura: parte 3 da 5. ed. da obra A cultura brasileira.** São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** Brasília: Editora da Unb, 2008.

BARNARD, Henry. **School Architecture: contributions to the improvement of school-houses.** Cincinnati: Published by H.W. Derby and Co. 1855

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História.** Petrópolis,RJ: Vozes,2004.

BARROS, Maria Leda Ribeiro. ROCHA, Lúcia Maria da Franca. **Implantação da escola primária bahiana: relendo Satyro Dias e Anísio Teixeira (1893-1928).** In www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0446.pdf

BARROS, Maria Leda Ribeiro. ROCHA, Lúcia Maria da Franca. **A educação primária bahiana: grupos escolares na penumbra.** In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

BARROSO, J. (org.) **O estudo da escola.** Porto: Porto Editora, 1996.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971).** In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo, Perspectiva, 1980.

_____. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva: 1986.

BERGER, Miguel André. ALMEIDA, Anne Emílie de Souza. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade: analisando a trajetória dos grupos escolares.** 2003. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/186.pdf>

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história.** São Paulo: Editora Atica, 2004.

BUFFA, E. e ALMEIDA PINTO, G. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1983-1971).** São Carlos: Edufscar/INEP, 2002.

BRITO, Sônia Helena Andrade de. **Educação e Sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954).** Tese de Doutorado da Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 2001.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

CÂMARA, Sônia. BARROS, Raphael. **Por um projeto escolar modelar: a constituição dos grupos escolares no distrito federal em finais do século XIX.** In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

CAMARGO, Mauro Álvaro de Souza. **Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurales.** São Paulo: SERVIÇO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1920.

CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Assembléia Legislativa de MS, 1991.

- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro. 1759-1834.** Bragança, 2002
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **As Aulas Régias no Brasil. In Histórias e Memórias da educação no Brasil. Vol. 1. Séculos XVI-XVIII.** Maria Stephanou, Maria Helena Câmara. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública.** São Paulo: Saraiva. EDUSP, 1978.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **Ramos de Azevedo.** São Paulo: Editora da USP, 2000.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista/SP: Editora da Universidade São Francisco, 2003
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública in **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- CASTELO, Plácido Aderaldo. **História da Instrução e da Educação no Ceará.** In Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1943.
- CASTRO, Elizabete Amorim. **As escolas e a arquitetura escolar do Paraná do século XX.** Dissertação de Mestrado da UFPR, Curitiba, 2004.
- _____. **Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX.** Curitiba. Edição da Autora, 2008.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Arquitetos e Engenheiros: sonho de entidade desde 1798.** Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2007.
- CHÂTELET, A.-M. **La naissance del'architecture scolaire. Lês écoles élémentaires parisiennes de 1870-1914.** Paris: Honoré Champion, 1999.
- CHING, Francis D.K. **Arquitectura, forma, espacio y orden.** México: Gustavo Gili, 1982.
- COLQUHOUN, Alan. **Modernity and classical tradition: architectural essays, 1980-1987.** Massachusetts, third printing, 1994.
- COMENIUS, Amós. **Didática Magna.** Rio de Janeiro: Editora RIO, 1978.

CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande. Relatório Oficial de 1919.** Campo Grande: IHG/MS, 2003

CORDEIRO, Caio Nogueira Hosannah. **A arquitetura escolar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1910-1990).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da UFMS. Campo Grande, 1996.

CORONA, Alfonso Martinez. **Ensayo sobre el proyecto.** Buenos Aires: CP67 Editorial, 1990.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste.** Campo Grande: Ed. UFMS. 1999.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. **Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920.** São Paulo: FDE, 1991.

CORREIA, Ana Paula Pupo. **História e Arquitetura Escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR. Curitiba, 2004.

CORREIA, Ana Paula Pupo. CHÂTELET, A.-M. *La naissance del'architecture scolaire. Lês écoles élémentaires parisiennes de 1870-1914.* Paris: Honoré Champion, 1999. *Educar, Curitiba, n. 20, p. 311-315. 2002. Editora UFPR*

COSTA, Lúcio. **Arquitetura.** São Paulo: Editora José Olímpio, 2005.

_____. **Sobre Arquitetura.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 1956.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. In: **Revista do IPHAN.** Rio de Janeiro, n. 26, 1997.

CREP. PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Centro de Referência da Educação Pública. **Escolas do Imperador.** Rio de Janeiro, 2005.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

DALLABRIDA, Norberto. O Colégio jesuítico da vila do Desterro e a expansão portuguesa no Atlântico Sul. Florianópolis/SC. In: **História de Santa Catarina, séculos XVI a XIX,** Ana Brancher, Silvia Maria Fávero Brand (org.). EDUFSC, 2004.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura,** Belo Horizonte: UFMG, p.135-161, 1995.

DIAS, Tiago Cancelier. DALLABRIDA, Norberto. **O Liceu da Província de Santa Catarina no jogo do poder (1857-1864)**. Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v. 4, nº 1, p. 18-35, jan./abr. 2009

DURAND, J.N.L. **Lezione di Architettura**. Milano: CittàStudi, 1986.

ELIAS, Norberto. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A Gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso- 1536/1778**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo, Nobel - Edusp, 1987.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Ed. Da UPF, 2000.

FAVORETO, Aparecida. GALTER, Maria Inalva. Ambiguidade de Fernando Azevedo sobre a atuação da Companhia de Jesus na organização da educação brasileira no período colonial. **Educere e Educare, Revista de Educação**. Vol 1, n. 2, julho/dezembro de 2006, p. 73-82, Unioeste, Cascavel.

FERREIRA, Viviane Lovatti. **A história dos grupos escolares no Espírito Santo**. UFES, in www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/164_viviane.pdf, 2000.

FERREIRA, Avany De Francisco; CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura escolar paulista: restauro**. São Paulo: FDE, 1998.

FERREIRA, Avany de Francisco. MELLO, Mirela Geiger. **Arquitetura Escolar Paulista: Estruturas Pré-fabricadas**. São Paulo: FDE, 2006.

FERREIRA, Avany de Francisco. MELLO, Mirela Geiger. **Arquitetura Escolar Paulista: Anos 1950 e 1960**. São Paulo: FDE/DOS, 2006.

FDE. **Arquitetura Escolar e Política Educacional: os programas na atual administração do Estado**. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo: 1998.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. da USP/ IOESP, 2000.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Racionalismo e Proto-modernismo na obra de Victor Dubugras.** São Paulo: FBSP, 1997.

_____. **Evolução Urbana no Brasil 1500-1720.** São Paulo: PINI, 2000.

FISCHER, Sílvia. **Os arquitetos da Politécnica: ensino e profissão.** São Paulo: Edusp, 2001

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas Pombalinas e o Iluminismo em Portugal. In **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais.** Belo Horizonte/MG, Vol.4, Ano IV, n.4 out/dez.2007.

FREIRE, Elizabeth Madureira. COSTA, Lourenço Alves. CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 1990

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade,** Ed. Moraes, SP. 1986:41

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1976.

GALLY, Christianne de Menezes. **A Transmissão da Cultura no Atheneu Sergipense: o Prof. Brício Cardoso e seu tratado de Língua Vernácula.** Aracaju, UFS, 2003.

GASPAR da Silva, Vera Lúcia Gaspar da. **Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930).** www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/16VeraLuciaGaspardaSilva.pdf , 2004

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Editora Plano, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918).** Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

GONÇALVES, Ana Maria. **A ordenação do ensino público goiano (1889-1930).** Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2007.

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Arquitetura Escolar: a essência aparece.** Dissertação de Mestrado do Centro de Educação da UFSC. Florianópolis, 1996.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GOODWIN, Philip L. **Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942.** New York: Moma, 1943.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul: História dos Municípios.** Campo Grande: IHG/MS, 1992, Volume 1 Rio Brillhante, Maracaju, Ponta Porá, Antônio João, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes e Nioaque.

GUTIERREZ, Ramon. **Arquitetura Y Urbanismo en IberoAmerica.** México: Ediciones Catedra, 4a edicion, 1999.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escolarização da Infância Catarinense: a normatização do ensino primário (1910-1935).** Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2009.

HORA, Dayse Martins. PATANÉ, Rosana. **Escola Graduada e o projeto político da Primeira República no distrito federal do Rio de Janeiro.** Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. 20-23. Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto).

JÚNIOR, Décio Gatti. FILHO, Geraldo Inácio (orgs.) **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: UFU, 2005.

KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia - O Berço da Civilização.** RJ, Livraria José Olímpio Editora, 1969.

_____. **OS SUMÉRIOS - Sua História, Cultura e Caráter,** Bertrand (Portugal), 1977.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, V. 79.n.193.p.63-71, set/dez 1998.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa/Rio de Janeiro, 1930, 10 vols.

- LOMBARDI, José Claudinei [et al.] **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação.** Brasília: INEP, 2001.
- LEMOS, A. C. Carlos. **Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Editora Melhoramentos/USP, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda (org.) **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, 9ª. ed. 14ª. reimpressão.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VEIGA, Cíntia Greive.(orgs.) **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. **Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade.** In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- MACIEL, Lizete Shizue Maciel. NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas no ensino. In **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p.465-476, set/dez.2006.
- MAGALHÃES, J.P. **Tecendo Nexos. A história das instituições educativas.** Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. **Ensaio sobre a razão compositiva.** Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos tempos.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- MARANHÃO, Haroldo. **Pará, capital: Belém. Memória & pessoas & coisas & loisas da cidade.** Belém: Supercores, 2000.
- MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense: Tomos I, II e III.** Campo Grande: Editora UFMS, 2001
- MARROU. Henri-Irénée. **História da educação na antiguidade.** São Paulo: Editora da USP: Editora Herder, 1969.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Editora da USP/ Melhoramentos, 1980.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MELLO, Raul Silveira de. **Corumbá Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura**. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR. **Muitos Anos de Escolas**, Vol. 1 e 2. Edifícios para o ensino infantil e primário. Lisboa, 1990.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução Urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Coleção Natal – 400 anos. Natal, 1999.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTEZUMA, Roberto (org.) **Arquitetura Brasil 500 anos- Vol 1**. Recife: Ed. UFPE, 2002.

MOREIRA, Keila Cruz. ARAÚJO, Marta Maria de. **O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal – RN, 1908-1913)**. In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar Augusto Severo – Natal/RN (1908-1913)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Natal, 2005.

MOTA (coord.) Assislene Barros da. **Preâmbulo da História e Memória da Educação na cidade de Manaus (1889 – 1930)**. In VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “História, Sociedade e Educação no Brasil” História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas. 2008.

MOTTA, Diomar das Graças. **A emergência dos grupos escolares no Maranhão**. in VIDAL, Diana Gonçalves(org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

- MUNFORD, Lewis. **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Grupos Escolares da região dos Campos Gerais (PR)**. In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe**. In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- NÓBREGA, Paulo de. **Orestes Guimarães e as questões educacionais de sua época: da direção do colégio municipal de Joinville à reforma do ensino catarinense de 1911**. in www.anped.org.br/reunioes/24/P0291926962769.DOC, 2005.
- NÓVOA, Antônio. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Fundamentos e Políticas Educacionais: História, Memória e Trajetória da Educação na Bahia**. Ponta Grossa. UEPG Humanit. 209-224, dez.2008.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e Estratégia: considerações sobre a arquitetura do jesuítas no Brasil**. Rio de Janeiro/Uberlândia: Editora José Olímpio, 1998.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do D. F. (1928-1940)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. **Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930)**. In Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Os primórdios da instrução secundária republicana em Sergipe: discussões e propostas/1889-1908**. 2006, in www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../txt.../Dilma%20Oliveira.doc

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1961.

PADILHA DA SILVA, Raquel. **A instrução no Império e no Rio Grande do Sul**. Biblos, Rio Grande, 19: 83-94, 2006.

PAULILO, André Luiz. **A estratégia da invenção: as políticas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da USP. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Instituições Jesuíticas em Santos nos Séculos XVI e XVII, *in Revista Leopoldianum* N° 1. Santos, Sociedade Visconde de São Leopoldo.

PEREIRA, Luiz. FORACCHI, Maria Alice M. **Educação e Sociedade: leituras da sociologia da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

PESSANHA, Eurize Caldas (coord.). **Tempo de Cidade, Lugar de Escola: Um Estudo Comparativo sobre a Cultura Escolar de Escolas Exemplares Constituídas no Processo de Urbanização e Modernização das Cidades Brasileiras (1880-1970)** Relatório de Pesquisa Capes 2007.

PESSANHA, Eurize Caldas. DANIEL, Maria Emília Borges. MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, p. 57-69, 2004.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da educação escolar no Ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP. Autores Associados, Universidade São Francisco, 2002.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Grupos Escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922)**. in VIDAL, Diana Gonçalves(org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

- PINTO, Souza. **Instrução Pública Primária no Ceará: regime colonial, monárquico e republicano.** In Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1930.
- PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.
- PÓVOAS, Lenine C. **Os Italianos em Mato Grosso.** São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1989.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.
- REIS, Amada de Cássia Campos. **Grupo Escolar “Costa Alvarenga”: um marco na história de Oeiras (1929-1950).** www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT02-2537--Res.pdf , 2006.
- RIBEIRO, Maria Luiza S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Moraes, 1981.
- RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul.** São Paulo: editora do Escritor, 1985.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- ROSA, Maria da Glória Sá Rosa. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande-MS: UFMS, 1990.
- ROTH, Leland M. **Entender la arquitectura, sus elementos história e significados.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.
- RUIZ, Francisco Burgos. **La arquitectura del aula: nuevas escuelas madrileñas, 1868-1968.** Edita: Ayuntamiento de Madrid, 2007.
- SÁ, Nicanor Palhares [et al.].(orgs.). **Instantes e Memória na História da Educação.** Cuiabá, MT: INEP/EDUFMT, 2006.
- SALES, LUÍS CARLOS. **O Valor Simbólico Do Prédio Escolar.** Teresina: Editora Universidade Federal do Piauí, 2000. 274 p.: il. BBE.
- SALES, José Albio Moreira de. Será que temos a arquitetura escolar que merecemos? In: **Revista de Educação do Ceará.** Fortaleza: UECE, 2003.

- SALINAS, Fernando. Una arquitectura para formar el hombre. **Revista Arquitectura y Urbanismo** Vol.XXIII n.3, 2002 p.52 -56.
- SAMPAIO, Maria Regina Maneschy Faria. **Uma visita à educação do Pará 100 anos atrás**. 2000. Belém: Unama. <http://www.reginamaneschy.pro.br/visita.html>
- SANFELICE, José Luis [et al.](orgs.). **História e História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Brutalismo Paulista: Uma análise composativa de residências paulistanas entre 1957 e 1972**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- SANTOS, Mario. **Educação e arquitetura escolar**. São Paulo : Fau, 1973
- SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.
- SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB,1981.
- SANTOS, Edmar Joaquim dos Santos e SÁ, Nicanor Palhares. **Da eugenia à ginástica: do século XIX à reforma educacional de 1910 em Mato Grosso** in Instantes e Memória na História da Educação. Cuiabá: INEP/ EDUFMT, 2006.
- SAVIANI, Demerval [et al.]. **O legado educacional no século XX no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, Demerval [et al.]. **O legado educacional no século XIX no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.
- SAVIANI, Demerval [et al.](orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP : UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007.
- SCAGLIONE, A. **A Contra Reforma e os Colégios Jesuítas: origem, organização e governo**. Tradução de Jaime Catarino. Lisboa, 1986, disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/coljes.htm>.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. MACHADO, Charliton José dos Santos. **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SCHMITZ, Egídio Francisco. **Os jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus**. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

SECO, Ana Paula. AMARAL, Tânia Conceição Iglesias. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional**.
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html#_ftn1

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo. Edusp, 1998.

_____. A arquitetura da capital do novo Estado. **Projeto**: ed.96, 67-88, jan.1982.

SILVEIRA, Ana Lúcia Ribeiro Camilo da. **Diretrizes de Projeto para construção de prédios escolares em Teresina-PI**. Dissertação de Mestrado UNB. Brasília, 1999.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SISSON, Raquel. Escolas Públicas do Primeiro Grau: Inventário, tipologia e História. Rio de Janeiro, 1870-1945. "In: **Arquitetura Revistas**, FAU UFRJ, v.8, 1990.

SOARES, Norma Patricy Lopes. FERRO, Maria do Amparo Borges. **A Escola Normal do Piauí : origem, consolidação e apogeu**. In Anais www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/normapatricyalopessoares.rtf acessado em maio de 2009.

SOUZA, Abelardo de – **Arquitetura no Brasil: Depoimentos**. São Paulo: Diadorim/EDUSP, 1978;

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo : Cortez Editora, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias na educação no Brasil, vol. 1, séculos XVI-XVIII**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias na educação no Brasil, vol. 2, século XIX**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

- STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias na educação no Brasil, vol. 3, século XX**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- SVENSON, Frank. **Arquitetura e Conhecimento**. Brasília: Edições Alva, n. 2, 1995.
- TANURI, L. **O ensino normal de São Paulo (1883-1930)**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.
- TUBEUF, Georges. **Traité d'architecture théorique et pratique. Tome IV, Types de constructions diverses: edifices publics et divers. Chapitre VI: Constructions ayant rapport a l'instruction publique**. Paris: Georges Fancho, Editeur, 1890.
- VARELA, Julia. URÍA, Fernando Alvarez. **Arqueologia de la Escuela**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1991.
- VARGAS, Milton (org.). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1994.
- VEIGA, Cíntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- VENTURA, Alessandro. **Notas sobre a arquitetura escolar paulista dos anos 50 até os anos 90: os programas e partidos**. SINOPSES/ USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – V-1, 1981.
- _____. **Revisão de arquitetura escolar paulista no período de 1890 aos anos 30: seus programas e partidos**. SINOPSES/ USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – V-37, 2002.
- VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- VILLALTA Luiz Carlos. **A educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos**. São Paulo. In: “PRADO, Maria Lígia Coelho. VIDAL, Diana Gonçalves. À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes. Edusp, 2002, p. 171-184.

VIÑAO FRAGO, A., ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Tradução: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

VITRUVIUS, Marco Polo. **Dez Livros de Arquitetura.** Tradução de Júlio Katinsky. São Paulo: EDUSP, 2005.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e Educação. **In São Paulo Perspec.** vol. 14 n.2, São Paulo, Apr./June 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. **As escolas públicas paulistas da primeira república e seus arquitetos.** PÓS – Revista de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 4, p. 91-106, dez/1993.

WOLFF Silvia Ferreira Santos. Espaço e educação. **Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas.** Dissertação de Mestrado. FAU/USP, 1992.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.

Site <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html> Ministerial Reports 1821-1960.

FONTES

AMAZONAS, Leis, Decretos, etc. 3ª Coleção das Leis da Província do Amazonas de 1880. Manáos, Typographia do Amazonas, 1880. Tomo XXVIII - Parte Primeira. ANUÁRIO MATOGROSSENSE DE 1957. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1959.

ANUÁRIO DE MATO GROSSO DE 1930. **Corumbá:** Ed. Alexandre A. de Castro. 1932.

BRASIL. República Federativa. Lei federal de 15 de outubro de 1827.

BRASIL. Relatórios dos Presidentes das Províncias (1830-1930). Rio de Janeiro. Disponível em Documentos do Governo Brasileiro. www.crl.edu .

BRASIL. Mensagens Presidenciais (1889-1993). Disponível em www.crl.edu

BRASIL. Relatórios Ministeriais (1821-1960). Rio de Janeiro. Disponível em
ESTADO DE MATO GROSSO. O Patrimônio Histórico-Cultural de Mato Grosso:
Governo do Estado: Secretaria de Cultura, 2000.

Documentos do Governo Brasileiro. www.crl.edu .

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 248 de 1894. São Paulo. Disponível em
www.histebr.fae.unicamp.br

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN,
60 anos da Revista, n. 26, 1007.

FONTES DE FIGURAS

Introdução

Figura 1 Espaço escolar na Suméria, 3000. a.C.

Fonte: KRAMER, Samuel Noah. Mesopotâmia - O Berço da Civilização. RJ, Livraria José Olímpio Editora, 1969.

Figura 2 Ilustração de um espaço escolar na Idade Média

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=354952>

Figura3 Uma sala de aula no começo do século XX em São Paulo.

Fonte: GONDRA, José Gonçalves. Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

Capítulo 1

Figura 1 – Planta do Monastério de Saint Gall. Sec. IX , Figura 2 – Fachada do Monastério de Saint Michael, Alemanha. 993-1022

GUTIERREZ, Ramon. **Arquitetura Y Urbanismo en IberoAmerica**. México: Ediciones Catedra, 4a edicion, 1999.

Figura 3 e 4 – Pranchas com elementos de composição de Durand: detalhes e tipos de coberturas ,

Figura 5 e 6 – Pranchas com elementos de composição de Durand: pátios e conjunto de edifícios,

Figura 7 – Prancha com a combinação de resultados compositivos,

Figura 8 – Planta e elevações de um colégio-ginásio para Durand: fins do século XVIII
 Fonte: DURAND, J.N.L. *Lezione di Architettura*. Milano: CittàStudi, 1986.

Figura 9 – Duas plantas baixas e um corte esquemático da sala de aula do método Lancaster,

Figura 10 – Como era a sala de aula do método Lancaster? Esse desenho mostra o desenho na Espanha e que serviu de modelo para muitos países
 Fonte: RUIZ, Francisco Burgos. *La arquitectura del aula: nuevas escuelas madrileñas, 1868-1968*. Edita: Ayuntamiento de Madrid, 2007.

Figura 11 – Esquemas de tipos de salas pensadas por Tubeuf a partir das normas e concepções de espaço e de mobiliário escolar,

Figura 12 – Escola de uma sala-tipo, com pátio,

Figura 13 – Escola com dois pisos,

Figura 14 – Escola de dois pisos com moradia,

Figura 15 – Escola de meninos e meninas, com pátio, completa

Figura 16 – Escola em Bruxelas,

Figura 17 – Escola na Alemanha,

Figura 18 – Planta de escola na rua Ivydale, em Londres. Século XIX,

Figura 19 – Elevação da escola da rua Ivydale, em Londres.
 Fonte: TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique*. Tome IV, *Types de constructions diverses: édifices publics et divers*. Chapitre VI: *Constructions ayant rapport a l'instruction publique*. Paris: Georges Fancho, Editeur, 1890.

Figura 20 e 21 – Elevação e planta da casa-escola,

Figura 22 e 23 – Planta e elevação de escola em dois pisos,

Figura 24 e 25 – Elevação e planta de escola em Nova York com dois pisos. Meninos e meninas separados.
 Fonte: BARNARD, Henry. *School Architecture: contributions to the improvement of school-houses*. Cincinnati: Published by H.W. Derby and Co. 1855

Figura 26 – Planta e fachada de escola para 500 almas,

Figura 27 – Planta e fachada de escola para 500 a 5000 almas,

Figura 28 – Planta e fachada de uma escola para mais de 5000 almas,

Figura 29 – Desenhos de Escolas-tipo, modelos para meninos e meninas e Figura 30 – Fachada e planta de uma escola pavilhonar, do fim do século XIX, na Espanha.

Fonte: RUIZ, Francisco Burgos. La arquitectura del aula: nuevas escuelas madrileñas, 1868-1968. Edita: Ayuntamiento de Madrid, 2007.

Figura 31 – Planta, cortes e elevação de escolas-casa, tipo, de uma sala, em Portugal,

Figura 32 e 33 – Fachada frontal e lateral da escola da figura 33,

Figura 34 – Planta de escola em Portugal. Pátio e separação de meninos e meninas, Figura 35 – Fachada da escola da figura 34

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR. Muitos Anos de Escolas, Vol. 1 e 2. Edifícios para o ensino infantil e primário. Lisboa, 1990

Figura 36 – Planta e fachada de escola-modelo para rapazes e moças,

Figura 37 – Planta e fachada de pequeno grupo escolar.

Figura 38 – Escola de meninos e meninas: dois pisos e pátio,

Figura 39 – Grupo escolar na França em 1878. Elevação e perspectiva. CHÂTELET, A.-M. La naissance de l'architecture scolaire. Lês écoles élémentaires parisiennes de 1870-1914. Paris: Honoré Champion, 1999.

Figura 40. Arquitetura escolar jesuíta em Portugal, início século XVI,

Figura 41. Igreja jesuíta em Portugal, com escola, no início século XVI. Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR. Muitos Anos de Escolas, Vol. 1 e 2. Edifícios para o ensino infantil e primário. Lisboa, 1990

Capítulo 2

Figura 1 e 2. Academia Real e Museu Nacional de Belas Artes. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/riodejaneiro>

Figura 3 – Ilustração do método mútuo,

Figura 4 . Colégio Pedro II – 1861,

Figura 5 . A Escola Normal de Niterói – fins do século XIX ,

Figura 6. Colégio Pedro II em prédio alugado no Catete. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/rioescolas>

Figura 7 e 8. Ginásio Pernambucano. Fonte: www.ginasiopernambucano.com.br

Figura 9. Uma escola particular de 1870 no Rio de Janeiro,

Figura 10. Interior do Colégio Menezes Vieira, 1875,

Figura 11. Desenho da fachada de escola particular do Rio de Janeiro para meninas, 1875. Fonte: www.crl.edu Relatório do Rio de Janeiro de 1870 e 1875

Figura 12 – A urbanização do Rio de Janeiro no início do século XIX,

Figura 13 e 14 – Freguesias do Rio de Janeiro no sec. XIX. Fonte: ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IplanRio, 3ª. Ed. 1997

Figura 15. Escola de São Sebastião,

Figura 16. Escola São Sebastião em frente à Praça 11 de junho,

Figura 17 – Escola de Nossa Senhora da Glória,

Figura 18 – Escola São José,

Figura 19 – Escola da Gávea,

Figura 20 – Antiga Escola de Santa Rita, atual Centro Cultural José Bonifácio,

Figura 21 – Escola Rivadávia Corrêa, atual sede do CREP-RJ,

Figura 22 – Escola do Engenho Velho. Fonte: CREP. PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Centro de Referência da Educação Pública. Escolas do Imperador. Rio de Janeiro, 2005.

Figura 23 e 24 – Salvador e Rio de Janeiro em 1900. Fonte: BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1997.

Figura 25 – Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro em 1900,

Figura 26 – Alguns lugares de Recife em 1900,

Figura 27 – O bonde em São Paulo em 1900. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/posters/sbpt>

Figura 28, 29, 30 e 31 – O Rio de Janeiro nos planos de Pereira Passos no início do século XX,

Figura 32 – Avenida Central em 1910, já urbanizada e alargada. Fonte: ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IplanRio, 3ª. Ed. 1997

Figura 33 e 34 – Arquitetura brasileira no início do século XX: elementos de imitação de uma arquitetura clássica. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/saopaulo/brtm>

Figura 35 – Primeiro Grupo Escolar do país: Prudente de Moraes. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/saopaulo/grupoescolar>

Figura 36 - Escola Normal de Montes Claros. Fonte: www.cultura.mg.gov.br

Figura 37 - Escola Normal da Praça da República. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/saopaulo/praca>

Figura 38 – Carteira individual. Fonte: Acervo do Centro de Referência do Professor – MG

Figura 39 – Salas de aula planejadas para carteiras duplas e individuais. Fonte: CAMARGO, Mauro Álvaro de Souza. Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Ruraes. São Paulo: SERVIÇO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1920.

Figura 40 e 41 – Sala de aula com carteiras duplas. Fonte: Acervo do Centro de Referência do Professor – MG

Figura 42 e 43 – Escolas -Tipo Rodrigues Alves,

Figura 44 e 45 – Escolas-Tipo Oscar Thompson,

Figura 46 e 47 – Escolas-Tipo Arthur Neiva,

Figura 48 e 49 – Escolas-Tipo Eloy Lessa. Fonte: CAMARGO, Mauro Álvaro de Souza. Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Ruraes. São Paulo: SERVIÇO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1920.

Capítulo 3

Figura 1 – Planta da cidade de Manaus em 1900. Fonte: http://www.povosdamazonia.am.gov.br/albuns/img/Cid_Manauas_012.jpg

Figura 2 e 3 - Liceu Provincial Amazonense em 1900 e 1910. Fonte: <http://shp3.vilabol.uol.com.br/estadual/estadual01.jpg>

Figura 4 – Ginásio Amazonense em 2007. Fonte: Arquivo do autor

Figura 4 e 6 – Plantas esquemáticas do térreo e andar superior do Ginásio Amazonense,

Figura 7 e 8 - Corte e Elevação Lateral Ginásio Amazonense,

Figura 9 e 10 – Planta Baixa do Pav. Térreo e Superior do Ginásio Amazonense,

Figura 11 – Elevação Frontal do Ginásio Amazonense. Fonte:

http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_fotografias.php

Figura 12 e 13 –Instituto Benjamin Constant – Vista aérea e frontal,

Figura 14 e 15 –Instituto Benjamin Constant – Vista frontal de 2000 e 1934,

Figura 16 –Instituto Benjamin Constant – Vista frontal em 1922. Fonte:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=810850>

Figura 17 – Antigo Grupo Escolar Silvério Nery,

Figura 18 – Antigo Grupo Escolar Rio Branco,

Figura 19 – Grupo Escolar Barão de Solimões em Porto Velho,

Figura 20 – Antigo Grupo Escolar Presidente Bernardes

Figura 21 – Antigo Grupo Escolar Saldanha Marinho,

Figura 22 – Antigo Grupo Escolar Euclides da Cunha

Figura 23 – Antigo Grupo Escolar Carvalho Leal. Fonte:

http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_fotografias.php

Figura 24 e 25 – Liceu Paraense em 1999 e em 1929. Fonte:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=483286>

Figura 26 – Planta de Belém do ano de 1900. Detalhe local do primeiro grupo escolar. Fonte:

http://www.povosdamazonia.pa.gov.br/albuns/img/Cid_Belem_01.jpg

Figura 27 e 28 - Palacete Bibi Costa e Palácio da Intendência Municipal – Fonte

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=462981&page=3>

Figura 29 e 30 - Av. Assis de Vasconcelos e o Mercado Fonte:

http://haroldobaleixe.blogspot.com/2009_04_01_archive.html

Figura 31, 32,33 e34 - Arquitetura dos prédios públicos de Belém no início do século XX - http://haroldobaleixe.blogspot.com/2009_04_01_archive.html

Figura 35 – Primeiro Grupo Escolar de Belém: o José Veríssimo.

Figura 36 – Grupo Escolar Silvio Nascimento em Santa Izabel.

Figura 37 – Grupo Escolar Romualdo Seixas em Cametá,

Figura 38 – Grupo Escolar em Castanhal atual Prefeitura,

Figura 39 – Grupo Escolar em Igarapé,

Figura 40 – Grupo Escolar Alemquer,

Figura 41 – Grupo Escolar da Capital,

Figura 42 – Grupo Escolar 4º. Distrito na Praça Santa Luzia

Figura 43 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco na Av. Generalíssimo Deodoro em 1922. Fonte: SAMPAIO, Maria Regina Maneschy Faria. Uma visita à educação do Pará 100 anos atrás. 2000. Belém: Unama. <http://www.reginamaneschy.pro.br/visita.html>

Figura 44 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco na Av. Generalíssimo Deodoro em 2009. Fonte: Arquivo do autor

Figura 45 e 46 – Escola Normal e Instituto Lauro Sodré,

Figura 47 – Grupo Escolar Floriano Peixoto ao lado esquerdo. Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_fotografias.php

Figura 48 - Liceu Goiano em Vila Boa, Figura 49 - Grupo Escolar da Capital, Figura 50 - Grupo Escolar da Capital, à direita, Figura 51- Grupo Escolar de Itumbiara, Figura 52 - Escola Normal. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 53 – Liceu Cuiabano em 1912, Figura 54 – Foto de Cuiabá em 1909,

Figura 55 – Foto da obra antigo Grupo Escolar Barão de Melgaço, em obras,

Figura 56 – Foto do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo

Figura 57 e 58 – Planta baixa e fachada lateral do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo. Fonte: AYALA, S. Cardoso. SIMON, F. Álbum Gráfico de Mato Grosso. Corumbá: Hamburgo. 1914.

Figura 59 – Grupo Escolar Espiridião Marques de Cáceres em imóvel alugado. Fonte: Arquivo Nestor Fidelis Imagens Google.

Figura 60 – Antigo Grupo Escolar D. Pedro II, depois Tesouro do Estado,

Figura 61 e 62 – Desenho dos Grupos Escolares de Corumbá e Campo Grande,

Figura 63 – Grupo Escolar Luis Albuquerque – Corumbá – 1926,

Figura 64 e 65 – Planta baixa do pavimento térreo e superior do GE Luis Albuquerque,

Figura 66 – Antigo Grupo Escolar em Livramento,

Figura 67 – Antigo Grupo Escolar de Nioaque,

Figura 68 – Palácio da Instrução em 1929. Fonte: AYALA, S. Cardoso. SIMON, F. Álbum Gráfico de Mato Grosso. Corumbá: Hamburgo. 1914.

Figura 69 e 70 – Implantação do edifício no quarteirão e detalhes da construção. Fonte: www.google.com/maps e Arquivo do autor

Figura 71 - Vista aérea do edifício escolar. Ao lado a Igreja Matriz de Cuiabá,

Figura 72 – Escola Modelo Barão de Melgaço,

Figura 73 – Grupo Escolar de Cáceres,

Figura 74 – Grupo Escolar de Corumbá,

Figura 75 – Grupo Escolar de Miranda,

Figura 76 – Vista frontal do edifício em Aquidauana. Fonte: Arquivo do autor

Figura 77 e 78 – Planta baixa e desenho da fachada frontal. Fonte: MARQUES, Rubens Moraes da Costa. Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense: Tomos I, II e III. Campo Grande: Editora UFMS, 2001

Figura 79 – Grupo Escolar de Três Lagoas,

Figura 80 – Antigo Grupo Escolar Mendes Gonçalves 1934. Fonte: Arquivo do autor

Figura 81- Liceu Alagoano em 1901,

Figura 82 - Escola Normal em Maceió,

Figura 83 - Escola Normal e Grupo Escolar D. Pedro II atual Academia Alagoana de Letras. Fonte: http://cassimirofarias.zip.net/arch2009-05-03_2009-05-09.html

Figura 84 - Liceu Maranhense – edifício de 1941 no Parque Urbano dos Santos. Fonte: Arquivo do autor

Figura 85 – Escola Modelo do Maranhão, Figura 86 – Praça Benedito Leite – escola alugada ao fundo. Fonte: <http://www.flickr.com/photos/iranpeixoto/3918284522/>

Figura 87 e 88 – Escola Modelo Benedito Leite. Fonte: Arquivo do autor

Figura 89 - Grupo Escolar Almeida Oliveira.

Figura 90 - Antiga Escola de São Bento. Fonte: <http://www.flickr.com/photos/iranpeixoto/4251589>

Figura 91 - Prédio do Ateneu Sergipense,

Figura 92 - Prédio da Escola Normal,

Figura 93 Prédio da Escola Normal vista pelo pátio – Atual Casa de Cultura. Fonte: <http://www.seed.se.gov.br/ateneu>

Figura 94 - Grupo Escolar Modelo,

Figura 95 - Grupo General Siqueira, Figura 96 - Grupo Barão de Maroim

Figura 97 - Grupo General Valladão. Fonte: <http://www.overmundo.com.br/overblog/reminiscencias-da-escola-balanco-final>

Figura 98. Barão de Maroim, em 2001. Fonte: http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=163&titulo=Chefes_de_Estado

Figura 99 – Grupo Escolar em Boquim, Figura 100 – O Ateneu nos anos 1930. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 101 - Liceu Provincial – Pelourinho, Figura 102 - Liceu em 1899. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 103 – Placa de Inauguração do Rio Branco,

Figura 104 e 105 – Fachada lateral e frontal do prédio já reformado. Fonte: Arquivo do autor

Figura 106 – Grupo Escolar de Feira de Santana. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 107 - O Liceu transformou-se em Ginásio da Bahia, Figura 108 – Escola Normal de Caitité. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 109 – Escola Normal de Feira de Santana,

Figura 110 - Grupo Escolar General Osório em Ilhéus

Figura 111 - Grupo Escolar Dr. Costa Borges em Barreiras,

Figura 112 e 113 - Grupo Escolar Comendador Temístocles em Cruz das Almas e Grupo Escolar Getúlio Vargas em Guanambi. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 114- O Complexo do Ginásio da Bahia e Escola Normal, em 2009,

Figura 115- O Colégio da Bahia em 2009,

Figura 116- Vista lateral do Colégio da Bahia em 2009,

Figura 117 e 118 - O Colégio da Bahia em 2009, visto por dentro. Fonte: Arquivo do autor

Figura 119 – Detalhe da antiga Escola Normal. Fonte: http://www.flickr.com/photos/gifted_ce/2499015628/

Figura 120 – Detalhe da antiga Escola Normal. Fonte: http://picasaweb.google.com/lh/photo/I29UoXWfUh9igy_50QkeQg

Figura 121 – Edifício do Liceu na praça dos voluntários (já demolido), onde hoje se encontra o prédio da Polícia Civil. Fonte Acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS).

Figura 122 – Grupo Escolar Nogueira Accioly, Figura 123 - Grupo Escolar Modelo (no centro). Fonte: http://www.fabricao-moreira.com/2009_03_01_archive.html

Figura 124 - À esquerda, antigo Liceu Paraibano em prédio dos jesuítas, Figura 125 - Atual Tribunal de Justiça antiga Escola Normal, Figura 126 e 127 – Liceu Paraibano alterado em 1937. Fonte: <http://inventamarinho.blogspot.com/2008/06/liceu-paraibano.html>

Figura 128 – Grupo Escolar Thomas Mindelo em 2007. Fonte: Arquivo do autor

Figura 129 e 130 – Grupo Escolar Thomas Mindelo em 1934. Fonte: www.memoriajoapessoa.br2.net

Figura 131 – Lateral do Grupo Escolar Thomas Mindelo em 2007. Fonte: Arquivo do autor

Figura 132 - Grupo Escolar Antonio Pessoa Foto de 2007. Fonte: Arquivo do autor

Figura 133 - Grupo Escolar Antonio Pessoa Foto de 1921,

Figura 134 - Grupo Escolar Isabel Maria das Neves em 2007,

Figura 135 e 136 - Grupo Escolar Isabel Maria das Neves em 1934 e 1967,

Figura 137 - Grupo Escolar Eptácio Pessoa em 2007,

Figura 138 e 139 - Grupo Escolar Eptácio Pessoa em 1920 e 1937

Figura 140 - Grupo Escolar Pedro II. Fonte: www.memoriajoapessoa.br2.net

Figura 141 - Grupo Escolar Álvaro Machado em Areia,

Figura 142 - Em Campina Grande o Grupo Escolar Sólon de Lucena de 1924 é a atual UEPB.
Fonte: <http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>

Figura 143 – Grupo de Caiçara. Fonte: www.caicarapb.blogspot.com

Figura 144 – Vista aérea da Praça do Campo das Princesas com o Liceu. Fonte:
<http://sonhosartesanais.blogspot.com/2008/01/fotos-do-meu-recife.html>

Figura 145 – Liceu de Artes em 2008,

Figura 146 – Ginásio Pernambucano visto do Rio Capibaribe,

Figura 147 – Ginásio Pernambucano – vista lateral. Fonte: Arquivo do autor

Figura 148 – Grupo Escolar de Palmares. Fonte: <http://blogs.myspace.com/grucalp>

Figura 149 – Grupo Escolar da Várzea – Av. Caxangá,

Figura 150 - Grupo Escolar Estácio Coimbra. Hoje Escola José Canuto em Barreiros. Fonte: Arquivo do autor

Figura 151 - Cidade de Pesqueira em 1924. Grupo Escolar no fundo á esquerda. Fonte:
http://pesqueiraemfoco.blogspot.com/2009_07_19_archive.html

Figura 152 e 153 – Grupo Escolar Maciel Pinheiro, na Torre e Amaury de Medeiros em Afogados.
Fonte: Arquivo do autor

Figura 154 – Grupo Escolar de Floresta, ao centro. Fonte:
<http://betometri.blogspot.com/2009/10/vamos-escrever-juntos-historia-do-grupo.html>

Figura 155 - Escola Normal Antonio Freira de Teresina. Fonte:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=837462>

Figura 156 - Liceu Piauiense. Fonte:
<http://www.guiadeteresina.com/ver.asp?id=1072&categ=destaquefotos>

Figura 157 e 158 - Sobrado de Dona Auta e a Escola Miranda Osório em Parnaíba. Fonte:
<http://www.pi.gov.br>

Figura 159 e 160 – Vista lateral e frontal do Grupo Escolar Demóstenes Avelino,

Figura 161 – Vista frontal do Grupo Escolar Abdias Neves,

Figura 162 – Vista frontal do Grupo Escolar Matias Olímpio. Fonte:
<http://www.teresinapanoramica.com/arquitetura.html>

Figura 163 – Grupo Escolar José Narciso em Parnaíba,

Figura 164 – Grupo Escolar Costa Alvarenga em 1929,

Figura 165 e 166 – Grupo Escolar Costa Alvarenga em 2009. Fonte:
http://www.fnt.org.br/painel_cientifico-resumo.php?id=395

Figura 167 e 168 – Prédio do Ateneu e da antiga Escola Normal, atual Liceu,

Figura 169 – Alunas na Escola Normal, Figura 170 – Grupo Escolar Augusto Severo.
http://nataldeontem.blogspot.com/2009_05_01_archive.html

Figura 171 - Grupo Escolar Tomas de Araújo em Acari. Fonte: <http://acarieandrea.blogspot.com/>

Figura 172 - Grupo Escolar Frei Miguelinho em Alecrim, Natal. Fonte:
http://nataldeontem.blogspot.com/2008_09_01_archive.html

Figura 173 - Praça da Redenção com a Escola Normal de Mossoró. Fonte:
http://telescope.zip.net/arch2009-11-01_2009-11-30.html

Figura 174 – Grupo Escolar Antonio Azevedo em Jardim do Seridó. Fonte:
<http://blogs.myspace.com/grucalp>

Figura 175 – Instituto de Educação do Paraná, antigo Ginásio Paranaense,

Figura 176 – Escola Normal

Figura 177 – Antiga Escola Normal, atual Secretaria de Cultura do PR. Fonte:
<http://www.diaadia.pr.gov.br/museudaescola/>

Figura 178 e 179 – Grupos Escolares Xavier da Silva e Tiradentes,

Figura 180 e 181 – Grupo Escolar Macedo Soares em Campo Largo e Barão de Antonina em Rio Negro,

Figura 182 e 183 – Grupo Escolar Professor Raposo em Jacarezinho e Izabel Branco em Jaguariúva. Fonte: CASTRO, Elizabete Amorim. As escolas e a arquitetura escolar do Paraná do século XX. Dissertação de Mestrado da UFPR, Curitiba, 2004.

Figura 184 - Escola Normal de Ponta Grossa,

Figura 185 - Antiga Escola Normal Caetano Munhoz da Rocha em Paranaguá – PR. Fonte:
<http://www.diaadia.pr.gov.br/museudaescola/>

Figura 186 e 187 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco em Curitiba e Grupo Escolar Telêmaco Borba em Tibagi. Fonte: CASTRO, Elizabete Amorim. As escolas e a arquitetura escolar do Paraná do século XX. Dissertação de Mestrado da UFPR, Curitiba, 2004.

Figura 188 - Antiga Escola Normal e Ginásio Catarinense. Fonte:
http://www.radarsul.com.br/florianopolis/antiga_escola_normal.asp

Figura 189 - Antigo Liceu de Artes e Ofícios, atual Palácio e Museu Cruz e Souza. Fonte:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=379340>

Figura 190 - Grupo Escolar Conselheiro Mafra – Joinville. Fonte:
<http://carlosdamiao.wordpress.com/tag/coluna-carlos-damiao/>

Figura 191 - Grupo Escolar Jerônimo Coelho em Laguna

Figura 192 - Grupo Escolar Felipe Schmidt – Município de São Francisco do Sul

Figura 193 - Grupo Escolar Luis Delfino – Blumenau. Fonte:
<http://www.blumenaonline.com.br/conhecablumenu/linhadotempo/1913-2.htm>

Figura 194 e 195 - Grupo Escolar Vidal Ramos – Lages. Fonte:
<http://www.alquimidia.org/patrimoniocultural/index.php?mod=pagina&id=1095>

Figura 196 e 197 - Grupo Escolar Victor Meirelles, atual Casa de Cultura Dide Brandão

Figura 198 - Grupo Escolar Lauro Muller em Florianópolis,

Figura 199 e 200 - Grupo Escolar Lauro Muller foto de 1934 e vista interna em 2009,

Figura 201 – Implantação do Lauro Muller em Florianópolis – Planta em “U”,

Figura 202 e 203 - Grupo Escolar Silveira de Souza em Florianópolis,

Figura 204 e 205 - Grupo Escolar Silveira de Souza em Florianópolis – vista do pátio e detalhes,

Figura 206 – Implantação do Silveira de Souza em Florianópolis – Planta em “U”. Fonte: Arquivo do autor

Figura 207 - Escola Isolada de Roçado – município de Joinville,

Figura 208 - Escola Isolada Rural,

Figura 209 - Escola Elementar da década de 1920,

Figura 210 – Mapa da localização dos grupos escolares no Estado,

Figura 211 - Grupo Escolar Cruz e Souza – município de Tijucas.

Figura 212 – Grupo Escolar de Palhoça

Figura 213 - Grupo Escolar Polidoro Santiago em Timbó. SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). www.faced.ufu.br/columbe06/anais/16VeraLuciaGaspardaSilva.pdf , 2004

Figura 214 – Primeira Escola Normal. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 215 – Antiga Escola Normal atual Instituto Flores da Cunha. Fonte: <http://xadrezgaucho.wikispaces.com/2009EventosCursoArbitragemMauroAmaralPOAFloresdaCunha>

Figura 216 - Antigo Colégio Júlio de Castilhos. Fonte: <http://www.portobusca.com.br/curi/>

Figura 217 e 218 - Escola Isolada e Escola Elementar Souza Lobo Porto Alegre,

Figura 219 - Escola Complementar da Capital,

Figura 220 e 221- Escola Complementar e Colégio Elementar Voluntários da Pátria,

Figura 222 - Escola Normal de Pelotas. Fonte das fotos <http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas.html>

Figura 223 - Escola Normal em Alegrete,

Figura 224 - Grupo Escolar Joaquim Assunção em Pelotas,

Figura 225– Vista Frontal do Joaquim Assunção. Fonte:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=250298>

Figura 226 e 227 – Antigo Ateneu e Escola Normal, atual Escola Estadual Maria Ortiz. Fonte:
http://porsimas.blogspot.com/2009_05_01_archive.html

Figura 228 e 229 – Grupo Escolar Gomes Cardim – passado e presente, prédio cultural. Fonte:
www.secult.es.gov.br

Figura 230 – Grupo Escolar Bernardino Monteiro em Cachoeiro. Fonte:
http://www.secult.es.gov.br/?id=/patrimonio_cultural/bens_imoveis

Figura 231 - Ginásio Espírito Santense. Fonte: www.crl.edu

Figura 232 - Liceu de Ouro Preto. Fonte:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs

Figura 233 - Plano de Belo Horizonte de Aarão Reis. Fonte:
<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/brasil/belo-horizonte-31.php>

Figura 234 e 235 - Escola Normal de Viçosa e Juiz de Fora. Fonte:
<http://www.vicosa.mg.gov.br/?area=conteudo&secao=19> e
http://www.jfempauta.com/?page_id=6132

Figura 236 – Belo Horizonte em 1900,

Figura 237 e 238 - Escola Normal de Barbacena e de Minas Novas

Figura 239 - Grupo Escolar Barão do Rio Branco em 1920,

Figura 240 e 241 – Grupo Escolar de Pouso Alegre e de Uberabinha – atual Uberlândia,

Figura 242 e 243 – Grupo Escolar de Ouro Fino e de Cataguazes,

Figura 244 – Grupo Escolar José Rangel e Delfina Moreira Araxá,

Figura 245 – Grupo Escolar de Conceição do Mato Dentro,

Figura 246 - Grupo Escolar de Areado,

Figura 247 – Grupo Escolar Santo Antonio do Monte

Figura 248 – Grupo Escolar de Santo Antônio de Pádua,

Figura 249 - Grupo Escolar Cel. Joaquim Guimarães de Cláudio,

Figura 250 - Grupo Escolar João Nogueira Cravinhos

Figura 251 - Grupo Escoar de Poços de Caldas,

Figura 252 – Grupo Escolar de João dos Santos São João Del Rei,

Figura 253 - Grupo Escolar Olegário Maciel em Belo Horizonte em 2006,

Figura 254 e 255 - Escola Normal de Belo Horizonte em e de Juiz de Fora,

Figura 256 - Ginásio Mineiro em Belo Horizonte. Fonte:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs

Figura 257 - Pátio do Colégio em São Paulo. Fonte: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>

Figura 258 e 259 – São Paulo no final do século XIX. Fonte:
<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>

Figura 260 – Escola Normal da Praça ,

Figura 260, 261, 262, 263 e 264 – Grupo Escolares de Itu, Iguape, Guaratinguetá, Tatuí e Ribeirão Preto,

Figura 265 e 266 - Grupo Escolar Cel. Siqueira de Moraes de 1896 - Ontem e hoje,

Figura 267 – Ginásio de São Paulo,

Figura 268 – Liceu de Artes e Ofício – Esboço e Perspectiva

Figura 269 – Liceu de Artes e Ofício – Desenho,

Figura 270 – Liceu de Artes e Ofício – atual Pinacoteca de São Paulo,

Figura 271 e 272 - Dois Grupos Escolares de Piracicaba: o Rio Branco e a Escola. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 273 – Grupo Escolar Senador Carlos José Botelho em Dourado. Fonte:
<http://douradocidadeonline.blogspot.com/2008/06/senador-carlos-jos-botelho.html>

Figura 274 – Grupo Escolar Simão da Silva em São Simão. Fonte:
<http://www.butoh.com.br/saosimao/escolas.html>

Figura 275 e 276 – Grupo Escolar Cândido Lobo em Caconde e de Pederneiras,

Figura 277 e 278 – Grupo Escolar de Cruzeiro e de Santos,

Figura 279 - Grupo Escolar Azevedo Antunes em São Bernardo,

Figura 280 e 281 – Grupo Escolar de Bebedouro e de Barretos,

Figura. 282 – Grupo Escolar de Taubaté

Figura 283 e 284 – Grupo Escolar de Jaú e de Iguape,

Figura 285 – Grupo Escolar de Pindamonhangaba

Figura 286 - Escola Normal Caetano de Campos – SP,

Figura 287 e 288 - Escolas Normais de Piracicaba e Itapetininga,

Figura 289 e 290 - Escolas Normais de Campinas e São Carlos,

Figura 291 e 292 - Escola Normais de Casa Branca e de Pirassununga,

Figura 293 e 294 - Escolas Normais de Botucatu e de Guaratinguetá,

Figura 295 e 296 - Agudos e Caçapava – escolas normais livres. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 297 e 298 - Liceu De Humanidades de Campos. Fonte:
<http://ruilocutor.blogspot.com/2010/03/liceu-de-humanidades-predio-comeca.html>

Figura 299 - Liceu Nilo Peçanha – Niterói. Fonte:
<http://extra.globo.com/geral/casodepolicia/posts/2009/04/04/bandidos-roubam-computadores-de-tradicional-colegio-em-niteroi-174645.asp>

Figura 300 e 301 - Prédio da Escola Normal e o Instituto de Educação do RJ. Fonte:
<http://www.defender.org.br/porto-alegrers-pioneirismo-e-excelencia-marcam-o-ensino-da-capital/>

Figura 302 – Grupo Escolar Barão de Macaúbas em São Fidélis,

Figura 303 – Grupo Escolar de Valença

Figura 304 - Escola Municipal Barão de Macaúbas de 1892,

Figura 305 e 306 - Escola Municipal Tiradentes e Escola Municipal Affonso Penna,

Figura 307 e 308 Escola Municipal Prudente de Moraes e Escola Municipal Azevedo Júnior,

Figura 309 e 310 - Escola Municipal Alberto Barth e Escola Municipal Deodoro,

Figura 311- Escola Municipal Lopes Trovão,

Figura 312 e 313 - Escola Municipal Nilo Peçanha e Escola Municipal Rosa da Fonseca,

Figura 314 e 315 - Escola Municipal Floriano Peixoto e Escola Municipal Julio de Castilhos. Fonte: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/>

Capítulo 4

Figura 1 – Escola Gonçalves Dias, 1878. SISSON, Raquel. Escolas Públicas do Primeiro Grau: Inventário, tipologia e História. Rio de Janeiro, 1870-1945. “In: Arquitetura Revistas, FAU UFRJ, v.8, 1990.

Figura 2 – Escola Gonçalves Dias, 2009, com mais um pavimento no vão central. Fonte: Arquivo do autor

Figura 3. Paço de São Cristóvão, aproximadamente 1893/1894. Vista da fachada principal e lateral esquerda do Paço de São Cristóvão, situado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, antiga residência da Família Imperial. Fonte: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria03/rioantigo/mh-g3a099.htm>

Figura 04 – Implantação atual da Escola Gonçalves Dias. Fonte: www.google.com/maps

Figura 05 – Simetria na fachada e elementos de arquitetura. Fonte: Arquivo do autor

Figura 06 e 07 – Plantas da Escola Gonçalves Dias. SISSON, Raquel. Escolas Públicas do Primeiro Grau: Inventário, tipologia e História. Rio de Janeiro, 1870-1945. “In: Arquitetura Revistas, FAU UFRJ, v.8, 1990.

Figura 8 – Vista aérea da antiga Escola Caetano de Campos, Figura 9– Escola Caetano de Campos. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 10 – Mapa de São Paulo de 1897,

Figura 11 – Praça de República no final do século XIX,

Figura 12 – Mapa de São Paulo de 1890. Fonte: [www. http://evil-rick.blogspot.com/2009/01/plantas-de-so-paulo-antiga.html](http://evil-rick.blogspot.com/2009/01/plantas-de-so-paulo-antiga.html)

Figura 13 – Av.Paulista em 1890,

Figura 14 – Centro de São Paulo no fim do século XIX,

Figura 15 – Prédios públicos em 1890. Fonte: www.institutomoreirasales.com.br

Figura 16 – Planta Baixa do pavimento térreo,

Figura 17 – Planta Baixa do pavimento superior,

Figura 18 – Fachada lateral,

Figura 19 – Fachada frontal,

Figura 20 – Jardim de Infância e Ampliação do Anfiteatro,

Figura 21 – Desenhos do prédio anexo da Escola Caetano de Campos,

Figura 22 – Desenhos do prédio do jardim de infância anexo da Escola Caetano de Campos,

Figura 23 – Planta baixa do jardim de infância,

Figura 24 – Desenhos originais do mobiliário da Escola Caetano de Campos. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 25 – Vista frontal atual da antiga Escola Caetano de Campos,

Figura 26 – Vista lateral da antiga Escola Caetano de Campos,

Figura 27, 28 e 29 – Detalhes internos. Fonte: Arquivo do autor

Figura 30 – Sala de aula da antiga Escola Caetano de Campos. Fonte: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/RepublicaVelha.htm>

Figura 31 – Foto aérea atual. Fonte: http://entresaez.blogspot.com/2008_10_01_archive.html

Figura 32 – Planta atual após todas as ampliações. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 33 – Plantas da Antiga Escola Normal de Botucatu

Figura 34 – Mapa da Luz em 1880, Figura 35 – O Jardim Público – atual Parque da Luz no começo do século XX. Fonte: <http://vivianovo.wordpress.com/>

Figura 35 – Antigo Grupo Escolar Modelo da Luz. Fonte: CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Ramos de Azevedo. São Paulo: Editora da USP, 2000.

Figura 36 – Vista interna do atual Colégio Prudente de Moraes. Fonte: Arquivo do autor

Figura 37 – Localização do edifício. Fonte: www.google.com/maps

Figura 38 – Planta baixa do porão, Figura 39 – Planta baixa do pavimento térreo,

Figura 40 – Planta baixa do pavimento superior. Fonte: CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Ramos de Azevedo. São Paulo: Editora da USP, 2000.

Figura 41 – Mapa de Curitiba em 1900,

Figura 42 e 43 – A cidade no começo no século,

Figura 44 – Panorama de Curitiba em 1850, por Debret,

Figura 45 - Vista de Curitiba em 1900,

Figura 46 e 47 – Mapas de Curitiba no começo do século XX. Fonte: www.ippuc.gov.br

Figura 48 – Vista do Grupo Escolar Xavier da Silva em 1940,

Figura 49– Planta em “L” esquemática do Grupo Escolar,

Figura 50 – Foto atual do GE Xavier da Silva, Figura 51 – Reprodução da planta baixa original

Figura 52 – Planta com a ampliação,

Figura 53 – Pátio da escola. Fonte: Acervo de Elizabeth Castro Amorim

Figura 54 – Vista lateral esquerda da escola,

Figura 55 – Vista lateral direita da escola,

Figura 56,57 e 58 – Detalhes da fachada da escola com elementos e ornamentos. Fonte: Arquivo do autor

Figura 59 – Planta atual com todas as ampliações – 2009. Fonte: Acervo de Elizabeth Castro Amorim

Figura 60 – Vista superior aérea da atual com todas as ampliações – 2009. Fonte: www.google.com/maps

Figura 61 e 62 – Imagens de Natal em 1900,

Figura 63– Planta do Plano Geral de Sistematização de Natal e local da escola. Fonte: MIRANDA, João Maurício Fernandes de. Evolução Urbana de Natal em 400 anos (1599-1999). Coleção Natal – 400 anos. Natal, 1999.

Figura 64 – Antigo Grupo Escolar Augusto Severo – Foto de 1940,

Figura 65 – Planta baixa original,

Figura 66 – Desenho da fachada original,

Figura 67 – Planta baixa do edifício,

Figura 68 – Planta de cobertura com a ampliação realizada. Fonte: MOREIRA, Ana Zélia Maria. Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar Augusto Severo –Natal/RN (1908-1913). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Natal, 2005.

Figura 69 – Fachada Frontal, foto de 2008,

Figura 70 e 71 – Detalhes construtivos, fotos de 2008,

Figura 72 e 73 – Detalhes construtivos, fotos de 2008. Fonte: Arquivo do autor

Figura 74 – Antigo Fachada do Joaquim Murinho,

Figura 75 e 76 – Antiga sede da Prefeitura Municipal e do Ginásio Dom Bosco – 1922,

Figura 77 – Loja Maçônica de Campo Grande - 1922,

Figura 78 – Antigo Colégio Osvaldo Cruz – 1921,

Figura 79 – Planta baixa original,

Figura 80 – Mapa de Campo Grande do final dos anos 1920,

Figura 81 – Vista da fachada frontal,

Figura 82 – Desenho da fachada original,

Figura 83 – Localização do Grupo Escolar em detalhe da planta urbana de 1969,

Figura 84 – Desenho em croqui de Camillo Boni. Fonte: Arquivo do autor

Figura 85 – Plantas da Antiga Escola Normal de Botucatu,

Figura 86 – Antiga Escola Normal de Campinas

Figura 87 – Antiga Escola Normal de Itapetininga,

Figura 88 – Antiga Escola Normal de Piracicaba

Figura 89 – Grupo escolar do Braz – SP,

Figura 90 – Antigo Grupo Escolar Rodrigues Alves – SP. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 91 e 92 – Vista atual e planta original do antigo Grupo Escola do 2. Distrito de Cuiabá. Fonte: Arquivo do autor

Figura 93 e 94– Planta e vista da esquina do Grupo Escolar de Agudos – SP, Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.

Figura 95 – Antiga Grupo Escolar de Cubatão-SP 1909,

Figura 96 – Antigo Grupo Escolar de Barão de Macahubas – São Fidelis – RJ 1906.

Figura 97 – Antigo Grupo Escolar Vasco Coutinho – Vila Velha – ES 1911. Fonte: Arquivo do autor

Figura 98 e 99 – Planta do Grupo Escolar de Palmeiras-SP e Fachada de Itatinga –SP,

Figura 100 – Planta do Grupo Escolar de Porto Ferreira – SP. Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920. São Paulo: FDE, 1991.